PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

RODRIGO AUGUSTO DUARTE AMARAL

# Dinâmicas de poder dos EUA por um Iraque pós-Saddam: a articulação entre o governo norte-americano e as elites iraquianas a partir da década de 1990.

Doutorado em Relações Internacionais

São Paulo

2022

RODRIGO AUGUSTO DUARTE AMARAL

# Dinâmicas de poder dos EUA por um Iraque pós-Saddam: a articulação entre o governo norte-americano e as elites do poder iraquiano na década de 1990.

Doutorado em Relações Internacionais

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Instituições, Processos e Atores", na linha de pesquisa "Estudos sobre EUA".
Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

São Paulo

2022

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Politicas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Amaral, Rodrigo Augusto Duarte.
A485 Dinâmicas de poder dos EUA por um Iraque pós-Saddam : a articulação entre o governo norte-americano e as elites do poder iraquiano na década de 1990 / Rodrigo Augusto Duarte Amaral. – São Paulo, 2022.
442 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2022.

1. Estados Unidos – Relações exteriores – Iraque. 2. Iraque – Política e governo. 3. Iraque – História – Séc. XX. 4. Estados Unidos – Relações exteriores – Séc. XX. 5. Estados Unidos – Relações exteriores – Séc. XXI. I. Título.

CDD 327.730567

RODRIGO AUGUSTO DUARTE AMARAL

Dinâmicas de poder dos EUA por um Iraque pós-Saddam: A articulação entre o governo norte-americano e as elites do poder iraquiano na década de 1990.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Instituições, Processos e Atores", na linha de pesquisa "Estudos sobre EUA".
Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginado Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz (Universidade Estadual de Campinas)

Profa. Dra. Mariela Cuadro (Universidad Nacional de San Martín)

Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo)

Profa. Dra. Silvia Regina Ferabolli (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

_____

_____

_____

_____

_____

São Paulo, 11 de maio de 2022.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Código de Financiamento 001. Número do Processo: 88882.429657/2019-01 e 88887.634389/2021-00. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. Process number 88882.429657/2019-01 and 88887.634389/2021-00.* As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Tenho sorte de ter ao meu lado pessoas boas que me deram todo suporte pessoal, profissional e emocional para concluir esta tese de doutorado. A todas sou profundamente grato!

Começo agradecendo ao meu orientador Prof. Reginaldo Nasser minha grande referência em pesquisa, com quem trabalho junto desde a graduação. É daqueles não temos palavras suficientes para expressar tamanha gratidão por todo ensinamento na Academia e na vida.

Agradeço também a todos os membros da banca: Prof. Sebastião Velasco, Profa. Cristina Pecequilo, Profa. Mariela Cuadro e Profa. Silvia Ferabolli, que se disponibilizaram a compor esta banca para ler e avaliar minha tese contribuindo para a evolução na minha carreira como pesquisador de Relações Internacionais no Brasil.

À todo corpo docente do PPGRI San Tiago Dantas, sou extremamente grato. Lá me tornei mestre e também lá concluo esta tese de doutorado. Obrigado Prof. Samuel, profa. Suzeley, Prof. Hector, e tantos outrxs que fizeram parte deste processo de anos.Também agradeço aos colegas de pós-graduação com quem dividi sala, pesquisas, conversas durante esses anos, aprendemos juntos e nos desenvolvemos juntos!

Agradeço profundamente a Giovana, Isabela e Graziela do PPGRI San Tiago Dantas por toda ajuda e eficiência durante todos estes anos.

As/aos minhas/meus companheirxs de Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI) desde 2015; agradeço por servir de espaço de reflexão e exigência intelectual. O GECI foi uma escola à parte. Nele me tornei o pesquisador que sou hoje.

Aos colegas de departamento de Relações Internacionais da PUCSP – muitos que foram meus professores e hoje tenho o prazer de chamar de colegas. Obrigado por toda oportunidade e apoio durante os anos de pesquisa. Especialmente a profa Flavia, Prof. Claudia, Prof. Tomaz, Profa. Terra, Profa. Luiza e Profa. Natalia.

Aos colegas da Universidade de Sorocaba (UNISO) aprendi tanto com vocês! Obrigado Fabricio, Marly, Walter e Paulo!

À todos os meus alunxs desde a UNISO até a PUCSP. Aprendo com vocês todos os dias!

Aos meus amigxs com quem compartilhei idéias, angústias, carinhos e tantos copos de cerveja. Obrigado Priscila Vilella, Renato Xavier, Livia Avelhan, Paulo Pereira, Roberto Teles, Gessica Carmo, Carla Pagliarini, Marcelo Moraes, Bruno Valim,Victoria Perino, Bruno Huberman, Arthur Murta, Gustavo Teles, Mari Bernussi, Joana Andrade,João Pedro, Gabriel Silva, Dan Nagura, Roberto Junior, Carol Pedroso, cada um de vocês faz parte desta história. É lindo tê-los em minha vida! Saúde!

Agradeço a minha maior base aqueles que fizeram quem eu sou. À minha mãe, Maria Lucia, mulher guerreira que sempre fez de tudo para que nada faltasse, me ensinou tanto. Ela é o maior exemplo de pessoa na minha vida. Ao meu pai, João Batista, quem me incentivou ao caminho da Academia, com ele aprendi sobre justiça e aprendi o que é amor. Coração maior que o dele não há. Ao meu irmão, Lucas Amaral, meu parceiro. Daqueles que sempre poderei contar. O cara é um porto seguro em minha vida. Aprendo com ele todos os dias e sou feliz por tê-lo ao meu lado.

E enfim, à minha companheira de vida, Michelly. Tudo mudou quando te conheci. Sou feliz e grato por ter você caminhando ao meu lado, aprendendo e compartilhando o melhor da nossa vida. Você dá sentido a tudo. Me ajudou a me conhecer e revelou minha melhor versão. Te quero sempre do meu lado.

## RESUMO

Entre maio de 2003 e julho de 2004, os Estados Unidos da América (EUA) em conjunto com a Grã-Bretanha foi Autoridade Provisória (CAP) do Iraque, conforme reconhecido pela Resolução 1483 do Conselho de Segurança da ONU (CSONU). Desde então os EUA investiram trilhões de dólares em ajuda e gastos militares no país, um dos maiores dispêndios financeiros da sua história. Mesmo com a transferência de poder para os iraquianos em julho de 2004, os EUA permaneceram influenciando as condicionantes iraquianas em termos de governança, segurança, política externa (diplomacia) e diretrizes econômicas, sem deixar pra trás o mecanismo de reconstrução e a ocupação militar vigente. Diante disso, esta tese propõe a seguinte pergunta de pesquisa: quais mecanismos certificaram a permanência da agenda liberal norte-americana no Iraque após a transferência de poder de 2004? Desde a invasão, norte-americanos e britânicos contaram com o apoio de determinadas elites do poder iraquiano para respaldar as suas ações. Essas elites eram compostas por grupos políticos em oposição ao partido Baath (de Saddam Hussein) que estiveram em interlocução com as potências ocidentais desde os anos 1990, participaram do processo de reconstrução em 2003 e posteriormente compuseram o corpo governamental do país desde o estabelecimento da nova constituição iraquiana de 2005. Desta forma, tem-se como hipótese que a articulação entre o governo dos EUA e essas elites locais iraquianas entre 1990 e 2003 foi fator determinante para a permanência dos EUA no Iraque após a transferência de poder, que posteriormente culminou em uma intensa aliança EUA-Iraque desde então. Através de uma análise qualitativa das redes sociais das elites iraquianas anti-baathistas, esta tese pretende demonstrar quem são essas lideranças da oposição iraquiana e como atuaram como sequazes dos EUA no Iraque desde 1990. Buscaremos identificar a articulação destas elites iraquianas não-governantes e o governo dos EUA dentro de um quadro mais amplo de ações intrusivas internacionais norte-americanas que serão categorizadas neste trabalho. Por fim, entendemos que esse processo de intervenção para transformação das estruturas políticas e econômicas do Iraque se enquadra dentro de um escopo de ação hegemônica norte-america no Oriente Médio, pautado em princípios normativos liberais como promoção democrática e liberalização econômica.



**Palavras-chave:** Estados Unidos da América; Iraque; Ocupação; Reconstrução; Intervenção Internacional; Elites do Poder; Hegemonia.

## ABSTRACT

Between May 2003 and July 2004, the United States of America together with Great Britain was the Provisional Authority of Iraq, as recognized by United Nations Security Council Resolution 1483. Since then, the US has invested trillions of dollars in aid and military spending in the country, one of the biggest financial outlays in its history. Even with the transfer of power to the Iraqis in July 2004, the US continued to influence Iraqi conditions in terms of governance, security, foreign policy (diplomacy) and economic guidelines, without leaving behind the reconstruction mechanism and the current military occupation. Therefore, this thesis proposes the following research question: What mechanisms ensured the permanence of the US liberal agenda in Iraq after the 2004 transfer of power? Since the invasion, the Americans and British have relied on the support of certain Iraqi power elites to back their actions. These elites were made up of political groups in opposition to the Baath party (of Saddam Hussein) that had been in dialogue with Western powers since the 1990s. They participated in the reconstruction process in 2003 and have subsequently formed the country's governing body since the establishment of the new Iraqi constitution of 2005.In this way, it is hypothesized that the articulation between the US government and these anti-Baahtist Iraqi elites between 1990 and 2003 was a determining factor for the US permanence in Iraq after the transfer of power, which later culminated in an intense US- Iraq ever since. Through a qualitative analysis of the social networks of anti-Baathist Iraqi elites, this thesis aims to demonstrate who these Iraqi opposition leaders are and how they acted as US supporters in Iraq since 1990. We will seek to identify the articulation of these non-governing Iraqi elites and the US government within a broader framework of US international intrusive actions that will be categorized in this work. Finally, we understand that this intervention process to transform Iraq's political and economic structures fits within a scope of US hegemonic action in the Middle East, based on liberal normative principles such as democratic promotion and economic liberalization.



**Keywords:** United States of America; Iraq; Occupation; Reconstruction; International Intervention; Power Elites; Hegemony.

**RESUMEN**

Entre mayo de 2003 y julio de 2004, los Estados Unidos de América junto con Gran Bretaña fueron la Autoridad Provisional de Irak, reconocida por la Resolución 1483 del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Desde entonces, Estados Unidos ha invertido trillones de dólares en ayuda y gasto militar en el país, uno de los mayores gastos financieros de su historia. Incluso con la transferencia del poder a los iraquíes en julio de 2004, Estados Unidos siguió influyendo en las condiciones iraquíes en términos de gobernabilidad, seguridad, política exterior (diplomacia) y lineamientos económicos, sin dejar atrás el mecanismo de reconstrucción y ocupación militar vigente. Por lo tanto, esta tesis propone la siguiente pregunta de investigación: ¿qué mecanismos aseguraron la permanencia de la agenda liberal estadounidense en Irak después del traspaso de poder de 2004? Desde la invasión, los estadounidenses y los británicos han contado con el apoyo de ciertas élites del poder iraquí para respaldar sus acciones. Estas élites estaban formadas por grupos políticos de oposición al partido Baath (de Saddam Hussein) que dialogaban con las potencias occidentales desde la década de 1990, participaron en el proceso de reconstrucción en 2003 y luego conformaron el órgano de gobierno del país desde la instauración de la nueva constitución iraquí de 2005. De esta forma, se hipotetiza que la articulación entre el gobierno estadounidense y estas élites iraquíes locales entre 1990 y 2003 fue un factor determinante para la permanencia estadounidense en Irak tras el traspaso del poder, que luego culminó en unaalianza intensaEstados Unidos-Irak desde entonces. A través de un análisis cualitativo de las redes sociales de las élites antibaathistas iraquíes, esta tesis pretende demostrar quiénes son estos líderes opositores iraquíes y cómo actuaron como partidarios de Estados Unidos en Irak desde 1990. Buscaremos identificar la articulación de estas élites iraquíes no gubernamentales y el gobierno de Estados Unidos dentro de un marco más amplio de acciones intrusivas internacionales estadonidenses que se clasificarán en este trabajo. Finalmente, entendemos que este proceso de intervención para transformar las estructuras políticas y económicas de Irak se enmarca dentro de un ámbito de actuación hegemónica estadounidense en Oriente Medio, basado en principios normativos liberales como la promoción democrática y la liberalización económica.

**Palabras-Clave**: Estados Unidos de América; Irak; Ocupación; Reconstrucción; Intervención Internacional; élites del poder; Hegemonía

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES


Figura 1 – Continuum de categorias de intrusão internacional.....…….. 111

Figura 2 - Presença política das elites iraquianas com os quais os EUA trabalharam antes da Guerra e Ocupação de 2003 em principais cargos de autoridade no Iraque: a presidência, vice-presidência e papel de primeiro-ministro no Iraque e a presidência, papéis de primeiro-ministro e vice primeiro-ministro no governo regional curdo..... 338

Figura 3 - Os 49 iraquianos - Membros das elites iraquianas e seus partidos que fizeram parte do processo de remoção do partido Baath nos anos 1990; contribuíram como tomadores de decisão e conselheiros durante a ocupação em 2004 e 2004; E mantiveram-se no poder após o estabelecimento da constituição de 2005..... 376

## LISTA DE TABELAS


Tabela 1 – Tipificação das ações internacionais intrusivas a partir da interação com os atores sociais do Estado afetado..... 107

Tabela 2 - Categorias de *covertactions* pela perspectiva do nível de intrusão..... 150

Tabela 3 – Grupos de oposição baathista e suas principais lideranças …..……..... 189

Tabela 4 – Assistência dos EUA à Oposição Iraquiana: Fundos de Apoio Econômico Apropriados à Oposição (Valores em milhões de dólares).....……..... 274

Tabela 5 - Ações intrusivas dos EUA no Iraque até a invasão de 2003..... 293

Tabela 6 Ações intrusivas dos EUA no Iraque a partir de 2003..... 367

Tabela 7 Linha do tempo da presença institucional e capacidade governativa da oposição iraquiana e seu *status* de poder..... 368

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| AAD | Assembleia do Acordo Democrático |
| ADI | Assembleia dos Democratas Independentes |
| ADM | Armas de Destruição em Massa |
| ADP | Partido Democrático Assírio |
| AGONU | Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas |
| APOC | *Anglo-Persian Oil Company* - Companhia de petróleo Anglo-Persa |
| ARS | Análise de Rede Social (*Social Network Analysis*) |
| B/D | Barris por dia |
| BPC | *British Petroleum Company* –Companhia de Petróleo Britânica |
| CAC | Comitê de Ação Conjunta |
| CAP | Coalizão de Autoridade Provisória |
| CEINC | Conselho Executivo do INC |
| CENTO | Organização do Tratado Central |
| CGI | Conselho Governamental do Iraque – *Iraq Governing Council* |
| CIA | *Central Intelligence Agency* dos EUA |
| CJTF-7 | *Combined Joint Task Force – 7* |
| CLI | Conselho de Liderança Iraquiana |
| CNCR | Conselho Nacional de Comando Revolucionário do Iraque |
| CNSDB | Comitê Nacional Superior de Debaathificação |
| CRC | Comitê de Redação da Constituição do Iraque |
| CSN | *National Security Council* - Conselho de Segurança Nacional |
| CSONU | Conselho de Segurança da ONU |
| DCT | Tendência Centrista Democrática |
| DH | Direitos Humanos |
| DoD | Departamento de Defesa dos EUA |
| DoE | Departamento de Estado dos EUA |
| EMPS | Empresas Militares Privadas de Segurança |
| EUA | Estados Unidos da America |
| FDI | Fundo de Desenvolvimento para o Iraque |
| FDR | Franklin Delano Roosevelt |

| | |
|---|---|
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FOB | Base Operacional Avançada dos EUA |
| *FOIP* | *Future of Iraq Project* - Projeto Futuro do Iraque |
| *FRUS* | *Foreign Relations of the United States* |
| FTI | Frente Turcomana do Iraque |
| FY | *Fiscal Year* - Ano Fiscal |
| GAO | *Government Accountability Office* dos EUA |
| GII | Governo Interino do Iraque |
| GT | Grupo de Trabalho |
| GTI | Governo de Transição Iraquiano |
| IAO | Organização de Ação Islâmica |
| ICFI | *International Committee for a Free Iraq* - Comitê Internacional para um Iraque Livre |
| ICM | Monarquia Constitucional do Iraque (Partido) |
| ICP | Partido Comunista Iraquiano |
| IIA | Administração Interina Iraquiana |
| IIP | Partido Islâmico do Iraque |
| IKF | Frente do Curdistão Iraquiano |
| ILA | *Iraq Liberation Act* –ILA |
| IMK | Movimento Islâmico no Curdistão |
| INM | Movimento Nacional Iraquiano |
| INA | *Wifaq / Iraq National Accord* – Acordo Nacional Iraquiano |
| INC | *Iraq National Congress* – Congresso Nacional Iraquiano |
| INCSF | Fundação de Apoio ao Congresso Nacional Iraquiano |
| INF | Frente Nacional Iraquiana |
| INIS | Serviço de Inteligência Nacional Iraquiano |
| INOC | *Iraq National Oil Company* – Companhia Nacional de Petróleo do Iraque |
| INR | Comício Nacional Iraquiano |
| IOG | Grupo de Operação Iraquiano da CIA dos EUA |
| IPC | *Iraq petroleum Company* – Companhia de Petróleo Iraquiana |
| IQD | Dinares iraquianos |
| IRDC | Conselho de Reconstrução e Desenvolvimento do Iraque |

| | |
|---|---|
| IRRF | *Iraq Relief and Reconstruction Fund* |
| ISIS | Estado Islâmico do Iraque e da Síria |
| JCS | *Joint Chiefs of Staff* |
| JIM | Movimento *Jund AI-Imam / Iman Soldiers* |
| KDP | Partido Democrático Curdo |
| KDPI | Partido Democrático Curdo do Irã |
| KLC | *Kurdistan Coalition List* – Lista da Coalizão do Curdistão |
| KRG | *Kurdistan Regional Government* - Governo Regional do Curdistão |
| MDA | Movimento Democrático Assírio |
| MMC | Movimento da Monarquia Constitucional |
| MNA | *Membership Network Analysis* |
| MNF-I | *Multinational Force I* |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| MSA | Movimento Socialista Árabe |
| ND | Nayif-Dawud |
| NEA | Escritório de Assuntos do Oriente Médio e do Sul da Ásia |
| NSPD | Diretiva Presidencial de Segurança Nacional |
| NTP | Partido Nacional Turcomano |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| OFAC | Depto. de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro |
| OI | Organizações Internacionais |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OPEP | Organização dos Países Exportadores de Petróleo |
| ORHA | Escritório de Reconstrução e Assistência Humanitária |
| OSS | Escritório de Serviços Estratégicos, ou *Office of Strategic Services* |
| OTAN | Tratado do Atlântico Norte |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PM | Primeiro Ministro |
| PMU | *Popular Mobilization Units* –Unidades de Mobilização Popular |
| PNAC | *Project For New American Century* dos EUA |

| | |
|---|---|
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PPA | Partido Patriótico Assírio |
| PSI | Partido Socialista Iraquiano |
| PUK | União Patriótica do Curdistão |
| RAU | República Árabe Unida |
| RCC | Conselho do Comando Revolucionário do Iraque |
| RI | Relações Internacionais |
| SCI | Comitê Especial sobre o Iraque do CSN |
| SCIRI | Conselho Supremo da para a Revolução Islâmica no Iraque |
| SFA | *Strategic Framework Agreement* |
| SI | Sistema Internacional |
| SOFA | Acordo de Status das Forças |
| TAL | *Transitional Administrative Law* - Constituição Provisória iraquiana |
| TGJ | Teoria da Guerra Justa |
| TNA | Assembleia Nacional de Transição do Iraque |
| TPC | *Turkish Petroleum Company* – Companhia de Petroleo Turca |
| UIA | Aliança Iraquiana Unida (2005) / Nacional Iraquiana (2010) |
| UITI | União Islâmica do Turcomano Iraquiano |
| UNCTAD | Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNMOVIC | Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção das Nações Unidas |
| UNSCOM | Comissão Especial das Nações Unidas |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| USA | *United States of America* |
| USAID | Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional |
| USINT | Seção de Interesses dos EUA no Iraque |

**SUMÁRIO**


| | | |
|---|---|---|
| **1.** | **INTRODUÇÃO E ESTRUTURA DA PESQUISA.....** | **21** |
| **1.1** | **Apresentação do Tema.....** | **21** |
| **1.2** | **Objetivos.....** | **34** |
| **1.3** | **Justificativas.....** | **35** |
| **1.4** | **Revisão Bibliográfica relativa ao tema.....** | **38** |
| **1.5** | **Considerações Metodológicas.....** | **45** |
| **1.6** | **Estrutura da Tese.....** | **49** |
| **2.** | **O IRAQUE NO SISTEMA INTERNACIONAL (SI) ATÉ O FIM DA MONARQUIA HACHEMITA (1958).....** | **53** |
| **2.1** | **Uma Breve Digressão Histórica da Relação das Elites locais e as Potências Internacionais até 1958.....** | **54** |
| **2.2** | **O "pré-Iraque": Os mecanismos de dominação Otomana nas províncias de Basra, Bagdá e Mosul.....** | **55** |
| **2.3** | **Articulações internacionais entre a elite hachemita e o império Britânico na constituição do Iraque pós-Otomano.....** | 57 |
| 2.3.1 | Os britânicos invadem *Al-Iraq* e o insustentável modelo imperial clássico..... | 58 |
| 2.3.2 | O sistema de mandatos e a concessão internacional da tutela Britânica ao Iraque..... | 64 |
| 2.3.3 | Independência por concessão: muda-se a formalidade, mantêm-se a estrutura.. | 68 |
| **2.4** | **A busca por equilibrar autonomia e independência política internacional: a Era Qassim e a "entrada" dos EUA no Iraque.....** | **71** |
| **2.5** | **Conclusões Parciais.....** | **74** |
| **3.** | **CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DINÂMICAS DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O *HEGEMON* NORTE-AMERICANO.....** | **77** |
| **3.1** | **Hegemonia e relações internacionais: O arcabouço epistemológico para compreender o papel das elites no âmbito internacional.....** | **79** |
| 3.1.1 | Hegemonia e as relações internacionais..... | 82 |
| 3.1.2 | A ação hegemônica: Considerações conceituais gramscianas sobre Prática de poder no âmbito internacional ..... | 87 |
| 3.1.2.1 | Adaptando o conceito de "Revolução Passiva" para as Relações Internacionais..... | 88 |
| 3.1.2.2 | Adaptando o conceito de bloco histórico para as Relações Internacionais..... | 90 |
| **3.2** | **Introduzindo o debate sobre Hegemonia e quem tem poder de agência nas Relações Internacionais.....** | **93** |
| 3.2.1 | Hegemonia, Classes dominantes e Elites: quem são os atores que integram a estrutura de poder no âmbito internacional?..... | 96 |
| **3.3** | **Conclusões Parciais.....** | **102** |
| **4.** | **ORDEM INTERNACIONAL HEGEMÔNICA NORTE-AMERICANA: COERÇÃO E INCORPORAÇÃO DE ELITES, E O PARTICULARISMO DA RECONSTRUÇÃO COMO APARATO FUNDAMENTAL.....** | **104** |
| **4.1** | **O que entendemos por Intervenção Internacional e os diferentes níveis de intrusão.....** | **108** |

**4.2 Uma presença (quase) global norte-americana e o breve histórico das suas intervenções internacionais..... 117**
**4.3 Padrões de busca por legitimidade: Ações Intervencionistas e expressões ideológicas na política externa dos EUA..... 125**
4.3.1 A exportação de Democracia..... 130
4.3.2 A Liberalização Econômica..... 135
**4.4 A Particularidade o Nation-Building: Reconstrução e Desenvolvimento enquanto forma de ação hegemônica dos EUA 140**
**4.5 E Quando é difícil Justificar? As *Covert Actions* dos EUA em perspectiva histórica..... 147**
**4.6 Conclusões parciais: Intervenções como reflexos da lógica hegemônica e as articulações com elites políticas estrangeiras equanto método..... 154**
**5. O IRAQUE PÓS-MONÁRQUICO: A ASCENSÃO BAATHISTA, O INSURGIMENTO DE UMA NOVA ELITE OPOSITORA E A PRESENÇA NORTE-AMERICANA NO IRAQUE DURANTE A GUERRA FRIA..... 157**
**5.1 Organização e Monopólio Político Interno: Características e Estratégias hegemônicas do Partido Baath Iraquiano..... 158**
5.1.1 Os processos revolucionários que levaram os baathistas ao poder..... 160
5.1.2 A solidificação do regime baathista no Iraque..... 163
**5.2 A Consolidação de uma oposição ao Baath Iraquiano: As elites Não-Governantes..... 166**
5.2.1 Os grupos de oposição: a elite iraquiana não-governante entre 1960 e 1990..... 167
5.2.1.1 Os curdos Iraquianos: o KDP e a PUK..... 167
5.2.1.2 Uma oposição islâmica no Iraque: O Partido Dawa e o SCIRI..... 172
5.2.1.3 O passado de Ahmad Chalabi antes do *Iraq National Congress* (INC)..... 177
5.2.1.4 Ayad Allawi e seus seguidores antes do *Iraq National Accord* (INA)..... 181
5.2.1.5 Os Hachemitas depois da monarquia iraquiana..... 185
5.2.2 Um balanço da elite iraquiana não-governante nos anos 1960 a 1990..... 187
**5.3 Relações Internacionais do Governo dos EUAcom os Iraquianos durante a Guerra Fria..... 191**
5.3.1 Relações preliminares entre EUA e Baathistas (1958-1963)..... 194
5.3.2 O Comportamento oscilante dos EUA mediante a dinâmica da Guerra Fria no Oriente Médio e a tentativa de preservar o acesso ao Petróleo iraquiano na ascensão baathista..... 200
5.3.3 A evolução da relação dos EUA e o Iraque baathista até o advento da Revolução Islâmica Iraniana: nova orientação de política externa?..... 211
5.3.4 A Guerra Irã-Iraque: e o duplo envolvimento dos EUA..... 216
**5.4 O Início do Fim: Conclusões parciais sobre o Período Baath, a emergência de uma Oposição Iraquiana e a Mudança de *status* Entre EUA-Iraque..... 222**
**6. CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO ANTISADDAMISTA E A TRAJETÓRIA DE ARTICULAÇÃO TRANSNACIONAL ENTRE AS ELITES: A GOVERNANTE DOS EUA E A ELITE DA OPOSIÇÃO 229**

**IRAQUIANA NOS ANOS 1990.....**
**6.1 A Guerra do Golfo e o Rompimento dos EUA com o Regime Baath..... 232**
**6.2 Sanções e Embargo ao Iraque: Tática de enfraquecimento econômico..... 236**
**6.3 Redes de Conexão entre Membros da Eliteda Oposição Iraquiana nos anos 1990**..... **241**
6.3.1 O estabelecimento do Comitê de Ação Conjunta (CAC)..... 243
6.3.2 As revoltas de março de 1991..... 246
6.3.3 As Conferências da oposição ao regime Baath: Beirute (1991), Viena e Salahuddin (1992)..... 248
6.3.4 As articulações de oposição se dão no estrangeiro e evidenciam falta de liderança..... 252
**6.4 A Articulação entre o governo norte-americano e a elite da oposição iraquiana: das *Covert Actions* ao *Iraq Liberations Act*..... 253**
6.4.1 As articulações dos EUA com a elite da oposição iraquiana via *Covert actions:* o começo..... 254
6.4.2 O *Iraq National Congress (INC)* e a aproximação do serviço de inteligência dos EUA com a oposição iraquiana..... 256
6.4.3 Mudança de estratégia: apoio ao *Iraq National Accord* e tentativa de golpe de 1996..... 262
**6.5 A Preparação para Invasão 1998-2003: Do *Ato de Libertação do Iraque* e do *The Future of Iraq Project* até a invasão de Março de 2003..... 265**
6.5.1 Estabelecimento do *Ato de Libetação do Iraque (1998)*: formalização da interlocução entre governo dos EUA e oposição iraquiana..... 267
6.5.2 Operação *Desert Fox*: bombardeios aéreos no Iraque..... 270
6.5.3 O contínuo apoio a "oposição iraquiana" e a Assembleia Nacional Iraquiana em Nova York, 1999..... 272
6.5.4 O 11 de setembro e o *Future of Iraq Project (FOIP).*..... 275
6.5.5 Uma parcela "não apoiada" pelos EUA da elite não-governante anti-baathista no Iraque..... 282
6.5.5.1 O Partido Dawa e EUA: articulações e empecilhos..... 286
6.5.6 As conferências da oposição iraquiana em Dezembro de 2002 e a preparação para a intervenção militar..... 288
**6.6 Análise Final sobre a Presença norte-americana no Iraque e as Articulações com as elites não governantes nos anos 1990..... 291**
**7. A PRESENÇA DOS EUA NO IRAQUE PÓS-SADDAM E A BUSCA POR UMA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA LIBERAL PARA O ORIENTE MÉDIO: DA OCUPAÇÃO AO ESTABELECIMENTO DE UM GOVERNO LEGITIMAMENTE IRAQUIANO..... 297**
**7.1 Da Elite Não-Governante para a elite Governante: A Transformação do Papel da Elite política anti-baahtista..... 301**
7.1.1 O Conselho da Liderança Iraquiana: primeiro órgão iraquiano pós-Saddam. 303
7.1.2 O Conselho Governamental Iraquiano: fortalecimento institucional da participação das elites antisaddamistas no processo decisório da reconstrução. 309
7.1.3 O Governo Interino do Iraque (2004-2005): a transição para um pleno governo iraquiano..... 315
**7.2 O Estabelecimento de uma Nova e permanente elite política governante 321**

**no Iraque.....**
7.2.1 Assegurando uma nova elite do poder no Iraque: Debaathficação..... 322
7.2.2 Elaboração da constituição de 2005, a tentativa de Consociativismo no Iraque e as primeiras eleições..... 326
7.2.3 Um retrato das lideranças políticas iraquianas pós-baathistas..... 337
7.2.3.1 As "exceções" (mas nem tanto): Lideranças iraquianas sem vínculo direito com os principais partidos de oposição à Saddam Hussein que recebeu apoio dos EUA..... 343
**7.3 Após a Ocupação: A República Federativa do Iraque e a Permanência dos EUA.....** **347**
7.3.1 A nova política externa iraquiana..... 349
7.3.2 A reforma econômica e as políticas de liberalização comercial..... 355
7.3.3 Insurgências e as reações sociais iraquianas ao "novo Iraque": perspectivas contra-hegemônicas e o estabelecimento de bases militares norte-americanas permanentes..... 360
**7.4 Conclusões Parciais: Consolidação da "permanência" dos EUA no Iraque?.....** **364**
**8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A INTERVENÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO IRAQUE: UM PROJETO HEGEMÔNICO DOS EUA PARA O ORIENTE MÉDIO.....** **370**
**REFERÊNCIAS.....** **379**
**APÊNDICE A - QUADRO DE ANÁLISE DE REDE DAS ELITES DE OPOSIÇÃO IRAQUIANA A PARTIR DE 1990.....** **410**
**APÊNDICE B - LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO IRAQUIANA CONTRA A OCUPAÇÃO NORTE-AMERICANA.....** **438**
**ANEXO A – DELEGADOS, CONVIDADOS E IMPRENSA NA CONFERÊNCIA DA OPOSIÇÃO IRAQUIANA EM LONDRES, 14 DE DEZEMBRO DE 2002.....** **440**
**ANEXO B – OS 25 MEMBOS DO CGI.....** **441**
**ANEXO C – DOCUMENTO FOIP: *THE IRAQI COMPONENT*.....** **442**

# 1. INTRODUÇÃO E ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta tese pretende estudar a relação transnacional entre a elite iraquiana anti-saddamista e o governo dos EUA durante os anos 1990 e os anos imediatamente antes da invasão de 2003. Tem-se como hipótese que a inserção política desta elite nas estruturas de poder do Iraque pós-Saddam é o principal mecanismo para a permanência da presença dos EUA no país após a ocupação formal. Entende-se que esse processo reflete uma parcela das dinâmicas hegemônicas de poder dos EUA no Oriente Médio, pautado em princípios normativos como a promoção democrática e a liberalização econômica. A justificativa para tal pesquisa se constrói adiante nesta introdução.

## 1.1 Apresentação do tema.

A relação contemporânea entre os Estados Unidos da America (EUA)-Iraque se materializa como fator fundamental para as diretrizes geopolíticas e econômicas dos EUA para o Oriente Médio desde a Guerra do Golfo (1991). Contexto em que se inaugura a nova ordem mundial, anunciada por George W. H. Bush. Durante a ocupação norte-americana, em 2003, o Iraque esteve sujeito a um intenso processo de reformas políticas e institucionais, e de internacionalização da sua economia, liderado pelos EUA (HERRING; RANGWALA, 2006, p.1). Mesmo após o período de vigência da autoridade provisória formalmente constituída (2003-2004), os EUA mantiveram seu projeto de reconstrução do Iraque em andamento. Os resultados imediatos desse processo demonstram um Iraque cujo comando político foi fragmentado, os mercados e as produções mais básicas se inseriram no circuito do capital internacional[1] e os mecanismos de combate à violência não evitaram que surgissem novos episódios de insurgência no país (HERRING; RANGWALA, 2006, p.275).

Segundo Andrew Bacevich (2016), existem alguns momentos históricos fundamentais que revelam a importância dessa relação: a guerra Irã-Iraque (1980), em que, inicialmente, os EUA apoiaram os iraquianos contra os iranianos, temerosos do que poderia acontecer após a revolução iraniana de 1979[2]. A Guerra do Golfo de 1991, como resultado da invasão iraquiana ao Kuwait, em que os EUA se envolveram no conflito regional com o propósito

[1] Esse processo se deu por meio das políticas de liberalização econômica e incentivo ao investimento estrangeiro direto, desenvolvidas pela Coalizão de Autoridade Provisória: *Order 12: Trade Liberalization Policy (7 June 2003) Order 39: Foreign Investment (19 September 2003)Order 54: Trade Liberalization Policy 2004 (24 February 2004)* (TALMON, 2013), e a *Investment Law* (2006) já após a ocupação.

[2] Iraquianos receberam U$80 bilhões em empréstimos para derrotar os iranianos (DENOUX, 2003, p.410)

declarado de libertar o Kuwait da invasão iraquiana. Em 1998, a operação *Desert Fox*, demonstração em que EUA e Grã-Bretanha[3] bombardearam o Iraque sob o argumento de desabilitar a capacidade de produção de supostas armas de destruição em massa (ADM). Soma-se também a invasão de 2003, quando os norte-americanos, com o apoio britânico, empreenderamuma intervenção militar reformando impositivamente o Estado iraquiano em conformidade com a agenda internacional de *statebuilding* (Reconstrução do Estado). Por fim, o contexto hodierno de combate ao Estado Islâmico (ISIS), cuja nova intervenção militar norte-americana deu-se inicialmente por meio de ataques aéreos (2014) e depois em ações militares em terreno (2015) já com consenso explícito do governo iraquiano. Portanto, a história recente entre ambos os Estados é próxima. Na verdade, a dedicação e o investimento financeiro e de tempo norte-americano no Iraque é maior que qualquer outro caso de intervenção[4] na história dos EUA, ao lado do Afeganistão.

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA gastaram o equivalente a US$ 182 bilhões na reconstrução da Europa, dos quais a Alemanha Ocidental acabou reembolsando um terço da assistência total recebida; e algo em torno de US$18 bilhões na reconstrução do Japão (SERAFINO; TARNOFF; NANTO, 2006). Na guerra das Coreias (1950-53) e na do Vietnã (1965-75), em que não houve processo de reconstrução pós-conflito, os gastos militares foram respectivamente US$ 276 bilhões e US$ 1 trilhão[5] (DAGGETT, 2010).

Nenhum desses casos se compara às intervenções contemporâneas e, em especial, ao caso iraquiano. Desde 2003, os gastos totais dos EUA para o Iraque chegam à cifra de quase US$ 2 trilhões. O Departamento de Defesa (DoD) recebeu cerca de US$ 838 bilhões em financiamento de "emergência" e "operação de contingência no exterior" para operações no Iraque até o FY de 2019. Além disso, somam-se os gastos adicionais do DoD relacionados à guerra para o orçamento básico, que incluem segurança reforçada nas bases militares no exterior, alistamento e realistamento bônus, aumento dos salários militares e custos de saúde dos soldados, com a participação do Iraque em cerca de US $ 382 bilhões. O gasto aproximado do Departamento de Estado (DoE) e da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) é de US$ 59 bilhões, no Iraque e na Síria, para

[3] A aliança entre EUA e Grã-Bretanha é um fato importante da história intervencionista das potências no Iraque. No contexto hodierno há uma predominância de investimentos, de liderança e maior capacidade dos EUA que dos britânicos, grande aliado e braço direito dos EUA (AMARAL, 2017, p.73-79).

[4] No quarto capítulo desta tese pretendemos fazer uma discussão apropriada sobre o conceito "Intervenção", pois entendemos ser chave para compreensão da principal proposta argumentativa desta tese sobre as condições sociais internacionais que permitem a manutenção dos interesses dos EUAno Iraque contemporâneo.

[5] Todos os valores estão atualizados para o dólar atual (2021) conforme os dados do CPI Inflation Calculator disponível em <https://www.officialdata.org/us/inflation/> acesso 20/02/2021.

promoção da democracia, reconstrução, treinamento e remoção de bombas não detonadas. Cerca de 4,1 milhões de veteranos de guerra pós-11 de setembro estão recebendo cuidados médicos, auxílio invalidez e outras compensações desde 2003 em um valor que chega a US$199 bilhões. E, como não houve impostos da Guerra do Iraque e muito poucos títulos de guerra emitidos para financiar as guerras pós-11 de setembro, pode-se adicionar outros US$ 444 bilhões em juros sobre esse montante (CRAWFORD, 2020).

De todos esses momentos, a invasão de 2003 aparece como ponto crucial de transformação nas relações entre EUA/Iraque. Isso porque a derrubada do governo do Partido Baath, no poder desde o começo dos anos 1970, consolidou o início de um projeto para um "novo" Iraque. Tal projeto foi outorgado aos EUA e à Grã-Bretanha, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) conforme a Resolução 1483, que concedeu às potências poder de autoridade provisória do Iraque com o dever de desenvolvê-lo, reconstruí-lo e estabilizá-lo. É notável que a invasão inicialmente contou com a desaprovação do CSONU, porém semanas depois o próprio CSONU reconheceu ser legítima a ocupação anglo-americana conforme a Resolução 1483, arraigada nos princípios normativos do *jus post bellum*[6]. Então, por 14 meses elas executaram um plano de reconstrução que atingiu as bases mais fundamentais do país: (i) econômica, pela abertura dos mercados iraquianos; (ii) militar, pelas reformas no setor de segurança e defesa do Iraque; (iii) política, pela instauração um regime federativo e democrático; (iv) legal, pela formulação uma nova constituição iraquiana, entre outras mudanças estruturais (CAP, 2004). O argumento do presidente G. W. Bush na época era que esse "novo" Iraque serviria de modelo para a reforma política e econômica de outros *rogue states*[7] no Oriente Médio, estratégia conhecida por *bandwagoning*[8]. Logo, buscava-se estabelecer no Iraque uma democracia liberal com uma economia de mercado, servindo como aliado dos EUA no Oriente Médio (HERRING; RANGWALA, 2006).

No entanto, tal dedicação norte-americana para região da antiga Mesopotâmia não era consenso na época. Especialistas norte-americanos discutiam sobre a necessidade de uma intervenção no Iraque. John Mearsheimer e Stephan Walt (2003a; 2003b) consideravam a

---

[6] Para maior conhecimento sobre os princípios normativos do *jus post bellum* recomenda-se ler Rodrigo Amaral (2016). Serão retomados no capítulo 4 da tese.

[7] Termo cunhado na administração Clinton (1994) para designar Estados agressivos, que violavam os DH e promoviam ideologias radicais, portanto ameaças à ordem e à segurança internacional. Apontavam: Cuba, Coreia do Norte, Irã, Iraque e Líbia, portanto, caberia aos EUA assumir a responsabilidade de pressionar e, até mesmo, transformar esses Estados. Justamente o que buscou a administração Bush na sua doutrina de Política Externa, definindo o "eixo do mal": Irã, Iraque e Coreia do Norte, como principais *rogue states*.

[8] A retórica de *bandwagoning* reflete o principal argumento do governo norte-americano desde o início da reconstrução do Iraque, ou seja, transformá-lo numa democracia e desenvolver uma economia de livre-mercado que seja espelhada para demais Estados do Oriente Médio (KLEIN, 2008, p.328).

guerra desnecessária tanto em termos estratégicos quanto em termos financeiros. James Baker III, ex-secretário de Estado da administração de George H. W. Bush, considerava um erro iniciar uma guerra com o Iraque, ainda que os EUA tivessem os meios para tal, pois considerava os riscos políticos altos demais. Brent Scrowfort, ex-membro do Conselho de Segurança Nacional (CSN) de G. H. W. Bush entendia que uma guerra contra Saddam colocaria em xeque a campanha global contra o terrorismo, visto que o Iraque não era uma ameaça terrorista. O ex-presidente Jimmy Carter afirmava que Bagdá não representava nenhum perigo real para os EUA. Arlen Specter, veterano senador Republicano, entendia que, antes de iniciar uma guerra, todas as demais alternativas (sanções econômicas, diplomacia, inspeções) deveriam ser esgotadas (RAI, 2002). Ainda assim, a maioria dos congressistas (69%) dos EUA votaram pela invasão e pela guerra contra Saddam. (USA, 2002).

Esse movimento refletiu, em grande medida, a Doutrina Bush, que se pautava em dois princípios. Primeiramente, era necessário garantir a segurança dos EUA acima de tudo. Em segundo lugar, os EUA teriam o dever de usar sua força para mudar o *status quo* no mundo. Segundo Daalder e Lindsay (2003, p. 14), essas prerrogativas levaram os EUA, durante o governo Bush, a "procurar monstros para destruí-los"[9]. Assim, ao contrário do que muitos teóricos[10] afirmam, os atentados de 11/09 não foi a razão para invasão do Afeganistão e do Iraque, mas a oportunidade de pôr em prática esses ideais.

Na verdade, pode-se dizer que a Doutrina Bush se materializou em três vias. A primeira na forma da preferência pela ação unilateral, ou sua forma *ad hoc* de multilateralismo, que envolveu a construção de coalizões pontuais, as quais os EUA lideravam, conhecida também como "multilateralismo à la carte" (HAAS, *apud* SHANKER, 2001). Em segundo lugar, o uso da preempção: os EUA deveriam estar preparados para agir preventivamente contra ameaças consideradas iminentes, e até mesmo contra ameaças em potencial. Por fim, o dever de usar seu poder sem precedentes para produzir "mudanças de regime em estados falidos". Portanto, havia o impulso de usar forças militares dos EUA com o propósito expresso de derrubar governos de *rogue states*, mesmo na ausência de um ataque direto aos EUA, como na invasão do Iraque (DAALDER; LINDSAY, 2003, p.14).

---

[9]Essa frase remete à afirmação do ex-presidente John Quincy Adams, na época secretário de Estado, em 1821 apoiava uma política externa contrária à doutrina Bush: "Ela (nação norte-americana) não vai ao exterior em busca de monstros para destruir". Foi ele quem encarregou o planejamento da famosa Doutrina Monroe durante o governo de seu predecessor James Monroe, sobre o princípio da "não-intervenção" em assuntos (colonização e conflitos) estrangeiros. Justamente o oposto à doutrina Bush.

[10]Referimos-nos àqueles que desenvolvem a ideia de guerra preventiva, ou seja, da invasão ao Iraque para antecipar a emergência de núcleos terroristas no país. Alguns exemplos: John Yoo (2003); Christopher Greenwood (2003) Jeffrey Record (2003), entre outros.

Se retomarmos a história dos EUA, no século XX, veremos que práticas de ocupação internacional direta são apenas uma das diversas formas de ação internacional norte-americana que caracteriza sua presença no Oriente Médio e não são exclusivas da Doutrina Bush. Outras formas, como inserção internacional de corporações norte-americanas; cooperação para o desenvolvimento econômico; acordos bilaterais efetivos (exportação e importação); cooperação para a reforma do setor de segurança e intercâmbio de modelos de governança e administração pública (HERRING; RANGWALA, 2005), fazem parte do conjunto de fatos que indicam o que chamamos de "presença norte-americana" [11].

Em alguma medida, as ocupações pós-Segunda Guerra Mundial da Alemanha e Japão representaram as primeiras experiências norte-americanas com o uso da força militar pós-conflito para sustentar uma transformação política e econômica de grandes proporções. Ambos os casos representaram um padrão de comportamento de reconstrução pós-conflito com reconhecimento internacional de legitimidade (DOBBINS, 2005, p.xiii), bem como a conversão de inimigos para o *status* de importantes aliados (KUPCHAN, 2010). Trata-se de uma estratégia hegemônica construída no consenso e em processos legais (PARMAR, 2018) reproduzido em diversos territórios, sendo o Iraque um caso paradigmático.

Em maio de 2003, o projeto de reconstrução pós-conflito no Iraque, representou a sétima vez[12] que os EUA intervieram em um Estado desde o fim da Guerra Fria. Dessa vez, a intervenção se deu num contexto de justificativa de promoção de medidas contraterroristas globais, sob as acusações de que o Iraque servia de *safe haven* a grupos terroristas, o governo Baath estava desenvolvendo ADM e violava os Direitos Humanos (DH) com práticas repressivas à população (CHITALKAR; MALONE, 2013). Apesar dessas supostas justificativas, que buscam dar legitimidade à prática intervencionista dos EUA no Iraque, outras razões impulsionaram a ação intervencionista norte-americana.

Em termos geopolíticos, o Iraque se posiciona territorialmente num espaço importante no Oriente Médio. Localizado no centro do subcontinente – situado no que fora uma vez a grande Mesopotâmia -, o país faz fronteira com seis países, dentre os quais, Arábia Saudita, aliado histórico dos EUA na região; Irã, cujo histórico de relacionamento é conturbado diplomaticamente e de tensão política; a Turquia, fronteira do Oriente Médio com a Europa; Síria, palco de um dos conflitos internacionais mais ardentes da década de 2010. Ou seja, uma região de vários acessos bem no centro do subcontinente. Em termos de recursos econômicos,

[11] Categorizações mais refinadas sobre o que entendemos por "presença norte-americana", "intervenções" e suas formas de expressão internacional, pretendem ser elaboradas no quarto capítulo desta tese.
[12] Posteriormente às invasões do Kuwait, Somália, Haiti, Bósnia, Kosovo e Afeganistão.

o Iraque compõe a segunda maior fonte de concentração de petróleo bruto no mundo, ao lado do Irã, com 145 bilhões de barris de reservas, apenas atrás da Arábia Saudita[13]. Mesmo que, desde 2003, a dependência do mercado petrolífero tenha diminuído[14] a importância da indústria do petróleo para o desenvolvimento do mercado iraquiano ainda é fundamental. Isso tanto em termos absolutos quanto em termos político institucionais, com o desenvolvimento de leis para regulamentar o comércio dos produtos derivados da indústria petrolífera iraquiana, como o *Iraq Oil Trust* (agosto de 2003) e o *Regulation of Oil Distribution* (outubro de 2003), a criação de um fundo para desenvolvimento do setor petrolífero, o *Iraq Oil Trust Fund* (setembro de 2003), e o reforço institucional dado ao Ministério do Petróleo, específico para cuidar de assuntos petrolíferos no país[15].

O domínio da ocupação, conforme a Resolução 1483 do CSONU, foi outorgado à Coalizão de Autoridade Provisória (CAP)[16], comandada por representantes governamentais dos EUA e da Grã-Bretanha. Separadamente, as atividades militares estiveram sob o comando da *Combined Joint Task Force – 7*(CJTF-7) que fazia os serviços de operação militar em combate aos grupos insurgentes, de capacitação e de reestruturação das forças regulares do Iraque. Por isso, durante os 14 meses de ocupação formal[17], dois campos sobressaem das práticas de reconstrução do Iraque: um militar e outro relativo aos demais aspectos políticos, econômicos e de infraestrutura. (AMARAL, 2017, p.97)[18]. A constituição provisória vigente durante a administração da CAP a *Transitional Law* (TAL)[19] dividiu o período de transição em duas fases – a fase do governo interino, que começou em 30 de junho de 2004, e a fase de transição do governo, que teve início após as eleições para a Assembleia Nacional e o governo oficial do Iraque. Para apoiar questões de governança e segurança relacionadas à implementação da lei transitória, os EUA dispuseram cerca de US $ 1,7 bilhão em abril de

---

[13] Conforme o *Iraqi Ministry of Oil*. Disponível em: <http://iraqministryofoil.com/> Acesso: 30/05/2017

[14] A contribuição do petróleo para o PIB total diminuiu, entre 2004 e 2011, de 70% para apenas 43%, em contrapartida, outros setores expandiram, como serviços sociais (18%), finanças (13%) e agricultura (8%) (AL-BASRI; AL-SEBAHI, 2013, p.3)

[15] Sobre o desenvolvimento petrolífero iraquiano durante a ocupação, ver: Amaral, 2017, p.143-170.

16 A CAP reproduz a ideia de "multilateralismo à la carte" conforme descrito por Richard Haas em 2001, já que os EUA lideravam e determinavam as diretrizes da coalizão internacional no Iraque.

[17] Por ocupação formal, nos referimos ao período provisório em que os EUA e a Grã-Bretanha foram autoridade no Iraque, administrando formalmente o país, conforme a Resolução 1483, até que fosse estabelecido um novo governo iraquiano. Esse período foi de março de 2003 a julho de 2004, quando foi instituído enfim um governo interino no Iraque, composto por iraquianos (também provisoriamente), até finalmente as eleições democráticas em 2005.

[18] Essa divisão fica explicita nos planos de ação norte-americanos para a reconstrução do Iraque, desenhados em sete cartas organizacionais da CAP que revelam essa estrutura (AMARAL, 2017, p.85-93). Ela demonstra que os mecanismos de reconstrução eram repensados conforme do desenvolvimento da ocupação.

[19] Oficialmente com a nomenclatura de *Transitional Administration Law* (TAL), conforme Lei de Administração do Estado do Iraque para o Período de Transição (08 de março de 2004) (TALMON, 2013, doc.511).

2004[20]. Como resultado as forças de segurança iraquianas e do CJTF-7 permaneceriam como responsáveis pela segurança após a transferência de poder no Iraque (GAO, 2004a).

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (*apud* HERRING; RANGWALA, 2006, p. 257), em 2004, os EUA desembolsaram US$2,2 bilhões em fundos para projetos civis iraquianos. No mesmo ano, cerca de US$ 4,7 bilhões foram realinhados de projetos de eletricidade e água para projetos de segurança, desenvolvimento econômico e impactos imediatos. Até março de 2005, os EUA e os doadores internacionais comprometeram US$ 60 bilhões para esforços de segurança, governança e reconstrução no Iraque; desse montante, os EUA forneceram cerca de US$ 24 bilhões (GAO, 2005). Em relatório de 2006, o *General Accountability Office (GAO)* afirmou que esses esforços para reconstrução e alívio financeiro do Iraque desde 2003 estava sendo realizado através de contratos adjudicados pelos DoD, DoE e pela USAID. Essas agências foram responsáveis por 98% das obrigações financeiras ao *Iraq Relief and Reconstruction Fund* (IRRF).

Em 2008, um acordo bilateral ratificado por ambos os governos, conhecido por *Strategic Framework Agreement* (SFA), reforçou os laços políticos, econômicos, culturais e de segurança entre ambos os países. Segundo o governo norte-americano, esse acordo foi concebido para ajudar a reforçar a soberania iraquiana, protegendo simultaneamente os interesses dos EUA no Oriente Médio (USA, 2009). Também estabeleceu o *Security Agreement* que renovou as diretrizes de cooperação de segurança e defesa entre ambos. Estava determinado, então, que os EUA retirariam todas suas tropas do Iraque até o fim de 2011, como de fato ocorreu (USA, 2009). A assinatura do *SFA* e do *Security Agreement* consolidou um marco na relação entre EUA-Iraque, em que o processo de assistência dos EUA à reconstrução direta mudoupara construção da capacidade de o Iraque se reconstruir e se autogovernar efetivamente (USA, 2017).

Portanto, é nítida a capacidade norte-americana para intervir militarmente, prover recursos para reconstrução, impor um novo sistema político e econômico para o Iraque e ainda se manter ativo no país mesmo após o término formal do mandato de autoridade provisória no Iraque. O *status* de autoridade provisória dava legitimidade para os EUA empreenderem o processo de reconstrução no Iraque. Porém, com a transferência de poder, esse *status* teve término previsto. Sendo assim, a pergunta que aparece em decorrência do

---

20 US$ 244 milhões para a polícia iraquiana e as forças de segurança; US$ 378 milhões para a construção da democracia- os governos provisórios e de transição; US$ 1 bilhão para despesas operacionais da CAP.

corolário anterior é: como os EUA conseguiram se manter ativos no Iraque, mesmo após a transição de poder da CAP para o governo oficial iraquiano?

Nossa hipótese é que esse processo se viabilizou justamente pela participação de determinada parcela da sociedade civil iraquiana que endossou o plano de reforma do Iraque, a saber, a parcela que se opunha ao anterior Regime Baath e que trabalhou em conjunto com o governo dos EUA para promoção desse projeto. Isso, somado ao fato de que esses mesmos membros dessa elite assumiram o governo do país com a transferência de poder da CAP para um governo com soberania formal iraquiana, indica que esse foi o principal fator para a anuência dos iraquianos aos norte-americanos permanecerem no país daquele momento em diante. Portanto, pretendemos investigar o processo que revela a articulação entre as dimensões da política internacional norte-americana e a política doméstica iraquiana, incluindo as ações transnacionais[21] entre o governo dos EUA e determinadas elites políticas iraquianas. O mapeamento feito (será exposto em seguida) indica os principais atores das elites iraquianas anti-saddamistas dos anos 1990 envolvidas nesse processo.

Até aqui, nosso processo de pesquisa se propõe a responder "como", mas ainda não "porquê". Saber qual a razão de todo esse processo, investimento e permanência no Iraque virá em decorrência da primeira investigação.

No presente momento, completam-se quase 20 anos que os EUA permanecem direta e indiretamente no Iraque. Nesse sentido, recorreremos à literatura neogramisciana que compreende os dispêndios norte-americanos no Iraque por meio da concepção de que compõe um projeto hegemônico do país para o Oriente Médio (MARKAKIS, 2012; MARKAKIS, 2016). Para tanto, partiremos da leitura dos neogramiscianos nas Relações Internacionais (RI)[22] (COX, 1983; 1986; 1993; GILL, 1992; 1993; GILL, LAW, 1993; VAN DER PILJ, 1989; LIPSITZ, 1988; PARMAR, 2010; SOTIRIS, 2018). Então, introduziremos a razão pela qual a abordagem das elites faz sentido nesse aspecto, a partir de uma leitura conceitual sobre elites e estruturas de poder (SAES, 1994; CODATO; PERISSINOTO, 2008, 20091, 2009b, 2011; DOMHOFF, 2018). E, enfim, estenderemos para literatura que aborda a questão dos EUA no Oriente Médio (HOURANI, 1953a, HOURANI 1953b; TOTH, 1995; HUDSON,

[21] Por "transnacional" nos referimos a uma abordagem presente nas RI a partir da década de 1970, a qual constata que muitos processos internacionais que cruzam as fronteiras do Estado não são propriamente conduzidos sob o nexo Estado-Estado. Cada vez mais as Relações Interestatais são influenciadas por processos conduzidos por atores não-estatais (HALLDAY, 1994, p.116-117).

[22] Entendemos aqui nesta tese que Relações Internacionais (RI) com suas iniciais em maiúsculo designam o campo acadêmico autônomo e multidisicplinar que busca compreender o funcionamento do Internacional e a interação dos atores sociais em nível global.

1996; CORM, 1998; MOHAMEDI; SADOWSKI, 1998; MARKAKIS, 2012; MARKAKIS, 2016; GAUSI, 2019) e, em especial, o caso iraquiano. Já há algumas discussões acerca dessa problemática, contudo, o que chama mais atenção é o método para atingir tal propósito de poder, e é isso que destacaremos nesta tese.

O estudo das elites e as estruturas de poder na literatura de sociologia política serão essenciais para essa investigação (MOSCA, 1939; MILLS, 1956; PARETO, 1996). O modelo elaborado por esses pensadores se refere ao aspecto doméstico, portanto, das relações entre indivíduos de grupos sociais das altas rodas dentro de determinado espaço político (Estado), que dominam as principais instituições sociais modernas (governos, empresas, bancos, exércitos, etc.) (MILLS, 1956, p.14). Contudo, pretendemos inserir uma análise das articulações transnacionais entre um ator governamental (os EUA) e uma elite específica de outro Estado (grupos políticos que se opunham ao regime Baath e posteriormente ascendem ao poder no Iraque). Sendo assim, entendemos que uma abordagem dessa relação transnacional, em particular, é pertinente às RI, afinal, em diversos casos, a relação entre Estado e sociedade é afetada pelo contexto internacional e vice-versa. Em específico sobre a interação entre um Estado e parcelas da sociedade em Estados estrangeiros, Halliday (1994, p.100) cita o patrocínio de golpes militares, a promoção de agitação social, o levante étnico em Estados estrangeiros como exemplos disso. Desse modo, Estados apoiam parcelas da sociedade em Estados estrangeiros, no intuito de promover interesses políticos e econômicos externamente. Portanto, "a existência da relação Estado-sociedade permite meios alternativos de conduzir [e interpretar] as relações internacionais" (HALLIDAY, 1994, p.100).

Por meio dessa abordagem, entendemos que a relação entre governo norte-americano e parcelas da elite iraquiana exemplifica esse contexto transnacional (BAPIR, 2016; AMARAL, 2017; NOURI, 2018, 2021;AL-ALI, 2014; HEBERT, 2018). Aqui se encontra, pois, a bibliografia especializada para discutir a relação transnacional do governo norte-americano e determinada elite política iraquiana nos anos 1990 e 2000 para a promoção da transformação do regime político e da estrutura econômica do Iraque. Alguns autores vão além, afirmam que a promoção de uma ordem liberal internacional liderada pelos EUA pode se resumir à gestão global das mudanças por meio da coerção e da incorporação da elite, não um abraço da diversidade ou igualdade contida em diferentes localidades (PARMAR, 2018).

Uma breve digressão histórica da relação entre as potências ocupantes e o Iraque demonstra que, na realidade, a intenção anglo-americana para ocupar o Iraque e derrubar o regime de Saddam Hussein antecede ao projeto de grande estratégia do contraterrorismo

global. Desde 1990, o governo dos EUA, articulando-se com algumas elites da oposição iraquiana ao Partido Baath, constrói o projeto para a intervenção realizada em 2003. Portanto, a estratégia consistia no apoio político e no financiamento de grupos da elite iraquiana da oposição ao regime Baath. Apesar de a oposição iraquiana ao regime Baath não ter nascido a partir do incentivo das potências internacionais na década de 1990, foi nesse período, com o subsídio anglo-americano, que o grupo ganha força e poder político para crescer[23].

A oposição iraquiana antibaathista já atuava politicamente no Iraque desde o final dos anos 1960, no início da ascensão do Partido Baath no poder do Iraque. Entretanto, o enfraquecimento do poder político da oposição iraquiana foi inversamente proporcional ao crescimento do regime Baath. Apenas com a invasão iraquiana ao Kuwait, em 1990, que essa elite opositora renasceu com a organização do Comitê de Ação Conjunta (CAC) que incorporava grupos de oposição ao regime Baath no país (ALLAWI, 2007, p. 41; EL-SHAZLY, 1998, p.64). Em 1992 foi organizada a Conferência de Salahuddin em que líderes dos mais diversos partidos da oposição ao partido Baath iraquiano se reuniram com o propósito de pensar alternativas à Saddam Hussein. Quase 50 partidos estiveram presentes na conferência, harmonizando suas vozes de oposição – um marco na sua consolidação em que se definiram como Congresso Nacional Iraquiano (INC) (ALLAWI, 2007, p.53). No encontro, Jawad Attar, do partido Supremo Conselho para a Revolução Islâmica no Iraque (SCIRI) à época, disse: "O que todos nós temos é uma visão pluralista (...). Todos [nós] queremos que o poder seja distribuído para que ninguém mais possa se tornar um ditador como Saddam Hussein" (ATTAR *apud* POPE, 1992, tradução nossa).

Paralelamente, a guerra do Golfo de 1991 marca um processo de aumento da presença e do interesse norte-americano no Iraque. Foi nesse ínterim que os EUA passaram a desenvolver métodos de ações encobertas (*Covert Actions*) de apoio à oposição política iraquiana que estava se consolidando. Ainda que não haja fontes primárias documentais oficiais que atestem esse processo, é grande o número de pesquisadores que indicam que essa relação informal se constrói ao longo dos anos 1990 (SMITH; OTTAWAY, 1996; HOAGLAND, 1997; ABURISH, 2001; RUSSELL, 2002; KATZMAN, 2003, RITTER, 2005;

[23]É importante destacar que essa relação entre governos de potências globais e elites iraquianas, está na base da história iraquiana, desde a criação do seu Estado (EPPEL, 1999, p.227). A criação, e posterior consolidação, do Estado iraquiano foi essencialmente um projeto das elites conforme veremos no capítulo segundo. Tal elite era composta, sobretudo, por *Hachemitas*, membros da família real iraquiana de 1921 a 1958, além de ex-oficiais das altas rodas otomanas, também donos de terra da época e outros indivíduos das elites advindas de outras comunidades que constituíam a "sociedade iraquiana" (TRIPP, 2007, p.139).

RISEN, 2006; ALLAWI, 2007)[24]. Portanto, podemos demarcar temporalmente a data do início da criação de condições para facilitar a derrubada de Saddam desde o pós-guerra do Golfo, em Outubro de 1991, quando o governo G. H. W. Bush autorizou a CIA formar o *Iraq Operations Group* do Diretório de Operações, que serviria de principal ator intermediador entre o governo norte-americano e a elite política anti-saddamista. (RITTER, 2005, p.128).

Inicialmente, suas atividades eram limitadas a esforços como propaganda; financiar transmissões de rádio anti-Saddam, porterioremete abriu escritórios nos territórios curdos, operando sob a proteção da força aérea americana e britânica. Ainda assim, o INC não conseguiu impor uma séria ameaça ao regime de Saddam Hussein. (RITTER, 2005, p.128).

Em 1998, os projetos relacionados à expansão de aliados para articular a queda de Saddam ganham proeminência com o Ato de Libertação do Iraque (*Iraq Liberation Act - ILA*), promulgado nos EUA pelo presidente Bill Clinton, em que o governo explicitamente declarava subsidiar grupos da oposição iraquiana ao regime Baath, no documento referidos como *Iraqi Democratic Oposition*. Era a oficialização da relação entre EUA e essa elite da oposição iraquiana. Nele, intensificaram os investimentos de assistência à oposição iraquiana para atividades como organização, treinamento, e disseminação de informações que sustentassem a acusação de crimes de contra humanidade por parte do regime Baath, bem como o desenvolvimento de acordos entre grupos de oposição (USA, 1998).

Foi a partir desse Ato (1998) que ficaram reconhecidos os seis principais grupos da oposição iraquiana ao regime Baath, apesar de haver dezenas de outros grupos menores também considerados da oposição (OTTERMAN, 2005a). São eles: o INC[25], fundado em 1992 e liderado por Ahmad Chalabi, foi expulso do Iraque em 1996, baseando-se em Londres até a derrubada de Saddam em 2003. O SCIRI, principal organização iraquiana da oposição xiita, era composto principalmente por xiitas exilados que viviam no Irã e tinha como líder o Ayatollah Mohamed Baqir al-Hakim. O Partido Democrático do Curdistão (KDP) liderado por Massoud Barzani, localizado na parte noroeste da região autônoma curda do Iraque, fronteira com a Turquia. A União Patriótica do Curdistão (PUK), dissidente do KDP, era liderado por Jalal Talabani, localizado na parte sudeste da região autônoma curda, fronteira com o Irã. O Acordo Nacional do Iraque (INA), composto por ex-militares e ex-funcionários

24 Até hoje não existem documentos oficiais norte-americanos desclassificados – aqui,no caso específico da CIA – que certifiquem o financiamento de grupos anti-baathistas no Iraque. Os relatos feitos por ex-membros do governo nos anos 1990 sobre esses dados foram levantados por esses autores supracitados, dentre eles jornalistas e pesquisadores.

25 Era referido pelos EUA não como um grupo guarda-chuva, senão um partido político, como os demais.

de segurança do Partido Baath de Saddam Hussein, por anos teve base em Amã, na Jordânia e era liderado por Ayad Alawi. E, enfim, com menor expressão que os anteriores, o Movimento da Monarquia Constitucional (MMC) baseado em Londres, liderado por Sharif Ali Bin al-Hussein, descendente dos *Hachemitas* monarcas do Iraque até 1958 (OTTERMAN, 2005a).

Os esforços dos EUA para derrubar Saddam Hussein eram explícitos e se manifestavam de várias formas, desde o apoio financeiro aos grupos de oposição, como o financiamento do INC como a principal coalizão de oposição iraquiana. Até mesmo no incentivo a golpes, como foi no caso do apoio ao fracassado movimento golpista do INA em 1996. Em 1999, a Fundação de Apoio ao Congresso Nacional Iraquiano (INCSF) foi estabelecida para fornecer uma estrutura organizacional para financiamento do DoE, que financiou vários programas antibaathistas, incluindo transmissões de mídias de comunicação custeado em US $33 milhões (GAO, 2004b).

Outro documento importante que revela a progressão dessa articulação transnacional entre norte-americanos e iraquianos da oposição era o projeto Futuro do Iraque[26] (*Future of Iraq Project - FOIP*), que se iniciou em 2002. O *FOIP* foi especialmente notável ao reunir dezenas de figuras da oposição iraquiana durante 2002 e o início de 2003 para examinar como a política, a sociedade e as instituições governamentais do Iraque poderiam ser reformadas após a remoção do regime de Saddam (RATHMELL, 2005). Documentos desclassificados do *FOIP* demonstram como os EUA se articularam com esses grupos políticos (HASSEN, 2006).

A materialidade da intenção compartilhada por esses grupos fica evidente na Conferência de Londres de dezembro de 2002 (ver imagem do Anexo A), em que centenas de iraquianos dos mais diversos espectros políticos e ideológicos se reuniram para debater um plano futuro para o Iraque. Apesar das divergências históricas desses grupos, um aspecto era comum a todos: o interesse em acabar com o governo baathista liderado por Saddam Hussein no Iraque (TALMON, 2013, doc.577). Em grande medida, a conferência de Londres de Dezembro de 2002 foi também o auge do processo de ampliação dos grupos políticos anti-Baathistas mobilizado mais uma vez em parceria com os EUA desde meados de 2002. Isso

[26] É importante apontar que, no contexto imediatamente precedente à invasão e guerra contra o governo Baathista no Iraque em 2003, diversos projetos estavam sendo desenvolvidos por diferentes agências públicas norte-americanas. O *FOIP* era produto do DoE dos EUA e considerava os aspectos mais amplos para o *nation-building* iraquiano. Paralelamente, por exemplo, o DoD desenvolvia os planos de ação militar (*in bello*). Ao mesmo tempo, atores não-estatais, sobretudo *think-tanks* também desenvolviam sugestões para os planos *post bellum*,como é o caso do *Council on Foreign Relations* e o Instituto James A. Baker III, "Princípios orientadores para a política pós-conflito dos EUA no Iraque" (Washington DC: CFR, 2002) e Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, "Uma paz mais sábia: uma estratégia de ação para um Iraque pós-conflito". (Washington DC: CSIS, janeiro de 2003). (RATHMELL, 2005, p.1020-1021)

atesta que uma parcela importante dos iraquianos dava suporte à sugestão de remoção via militar do governo de Saddam Hussein e à reconstrução do Iraque.

Após a derrubada de Saddam, em março de 2003, o cenário era favorável para a implementação dos projetos planejados para o novo Iraque. Para a elite política anti-saddamista a expectativa era de que eles fossem incorporados nesse processo. Dois documentos, a Declaração Final da Reunião do Comitê de Coordenação e Acompanhamento da Oposição do Iraque e a primeira Declaração do Conselho de Liderança do Iraque, definiram o conjunto de iraquianos que corroborariam a administração da CAP no Iraque. O primeiro supostamente buscava evitar o surgimento de um vazio político, administrativo e de segurança com a derrubada de Saddam, enquanto o segundo estabelecia quem eram os membros do Conselho da Liderança Iraquiana (CLI): indivíduos que eram parte da Oposição Iraquiana que reconhecia o apoio da liderança internacional pela mudança de regime no Iraque, endossando o interesse das potências da coalizão (TALMON, 2013, doc.578-579). Em seguida, em julho de 2003, já durante a administração da CAP, o CLI declarou seu apoio à criação de um conselho governamental, que seria o Conselho Governamental Iraquiano (CGI), composto em grande medida por ex-membros da antiga Oposição Iraquiana, compondo, então, o sistema político do Iraque ocupado (TALMON, 2013, doc. 581).

Sendo assim, temos que a relação articulada com essa parcela da elite iraquiana, possivelmente, foi o mecanismo pelo qual os EUA puderam permanecer influenciando as diretrizes políticas iraquianas, mesmo com a transição formal de poder da CAP para um governo legitimamente iraquiano. Apesar da organização bem estabelecida entre as potências da coalizão e os membros de uma parte da elite local para administração do território do Iraque desde 2003, é importante ressaltar que havia grupos da sociedade civil iraquiana determinados a resistir e a interromper a ocupação do país liderada pelos norte-americanos e a ordem política que os EUA e seus aliados traziam à tona para o Iraque (TRIPP, 2013, p.38). Se, por um lado, essas elites se aliaram às potências ocupantes, por outro, havia outra parcela da população que resistiu àpresença estrangeira. Conter a capacidade de resistência desses grupos opositores faz parte desse processo de disputa de poder para elite em ascensão.

Isso resultou num cenário de conflito civil sem precedentes. Entre 2003 e 2008, morreram em torno de 106 mil civis iraquianos, resultado do embate entre insurgentes locais e forças da coalizão internacional aliadas ao novo governo iraquiano[27]. O processo de resistência à ordem política vigente no Iraque pós-Saddam não cessou por completo –

[27] Conforme a *database* do Iraq Body Count, em: <https://www.iraqbodycount.org/database/>acesso 20/07/2017.

momentos de resistência com maior ou menor intensidade se tornaram um padrão da história recente iraquiana. No entanto, não se trata de um processo de resistência homogêneo: diferentes grupos da sociedade civil, alguns deles organizados, outros não, alguns deles nacionais, outros transnacionais, portanto, com interesses políticos distintos, compõem isso que chamamos de resistência ao "novo" Iraque. Nesse conjunto cabem desde grupos como o ISIS (grupo transnacional organizado) até conjunções civis que protestam contra a presente estrutura de poder do Iraque, demonstrando que o processo de reconstrução do Iraque não gerou um Estado consensualmente estável, mas apenas o suficiente para garantir o alinhamento formal do Iraque a agenda norte-americana para o Oriente Médio.

## 1.2 Objetivos

*Definição do Problema e Hipótese*: Ao longo dos 14 meses de ocupação formal norte-americana enquanto autoridade provisória do Iraque, os EUA empreenderam um projeto liberal de desenvolvimento econômico, por meio da abertura dos mercados iraquianos, e estabelecimento de um modelo particular de governança consolidando uma relação bilateral entre os países, especificamente de dependência iraquiana às diretrizes e ao interesses norte-americanos (AMARAL, 2017). Notadamente, mesmo após o término oficial do mandato dos EUA no Iraque (julho de 2004), eles permaneceram no Iraque, mantendo a estrutura de ocupação precedente. No aspecto militar, mantiveramsuas tropas no intuito de promover a reconstrução dos setores de segurança e de defesa iraquianos, bem como combater grupos insurgentes. Nos aspectos da estrutura política e infraestrutura local, mantiveramo funcionamento do mecanismo de reconstrução e desenvolvimento do país. É, portanto, a partir desse contexto que este trabalho pretenderá responder àseguinte pergunta: Como foi viabilizado o processo de manutenção dos EUA no Iraque (e o processo de reconstrução) após a transferência de poder da CAP para um governo legitimamente iraquiano?

Temos como hipótese que a permanência norte-americana se deu por meio da articulação entre o governo norte-americano e as elites do poder iraquiano em oposição ao partido Baath. Nesse sentido, essa elite foi instrumento norte-americano para retirar o governo Baath do poder iraquiano e reconstruir o país, com o objetivo de maximização do seu poder na região do Oriente Médio como parte de um projeto hegemônico global. Este pretendia facilitar maiores acessos ao petróleo e demais produtos iraquianos por meio da liberalização econômica e tornar o Iraque aliado para um equilíbrio de poder regional favorável aos EUA.

Nossa hipótese secundária é que essa articulação entre o governo norte-americano e as elites iraquianas em oposição ao regime Baath se deu de forma mútua. Ambos os atores se ajudaramde maneira interdependente, cada qual buscando atingir seu propósito: os EUA, conseguir a maximização do seu poder na região do Oriente Médio e maiores acessos ao petróleo e demais produtos iraquianos por meio da liberalização da economia iraquiana; a elite da oposição ao partido Baath, conseguir ascender ao poder no Iraque, sendo governo.

*Objetivo geral:* Analisar como os EUA conseguiram manter-se no Iraque mesmo após o estabelecimento de um governo legitimamente iraquiano.

*Objetivos Específicos:* (1) Evidenciar como o Iraque é um Estado cujo desenvolvimento histórico se dá atralado as dinâmicas de poder das potências internacionais (2) Categorizar as práticas intrusivas internacionais dos EUA desde que se tornou ator hegemônico no SI (3) Explicar o histórico das políticas internacionais norte-americanas para o Iraque desde 1950, a partir da categorização dos metodos intrusivos internacionais dos EUA; (4) Explicar o processo histórico de ascenção da oposição iraquiana antibaathista (5) Identificar os partidos políticos iraquianos em oposição ao Regime Baath a partir da década de 1990 e sua relação com o governo norte-americano; (6) Explicar os ditames legais da transição de poder da CAP para o governo de fato iraquiano; (7) Identificar as mudanças estruturais impulsionadas pelos norte-americanos, como a liderança da CAP, que permitiram ao Iraque mudar seu caráter nacionalista para internacionalista; (8) Identificar os principais atores nesse processo: agências norte-americanas e figuras políticas (indivíduos), sobretudo da elite iraquiana que ascende ao poder no Iraque pós-Saddam; (9) Analisar os aspectos que subsidiam o argumento de permanência dos EUA no Iraque por meio da observação da prática de política externa iraquiana, da nova estrutura econômica do Iraque que favorece a presença de corporações internacionais no país e da continuidade da presença militar dos EUA.

## 1.3 Justificativas

O presente estudo do tema se justifica dentro da área de RI que enfatiza o aspecto transnacional que congrega dois atores internacionais: o governo norte-americano (governo Bush e seus agentes) e as elites iraquianas que assumem o poder após a derrubada do antigo regime Baath. A partir desse caso em específico, o estudo reforça o argumento sobre a importância da política externa dos EUA afetando o SI, e o Oriente Médio em particular. Compreender as dinâmicas de poder dos EUA no Iraque permite ao estudioso de RI analisar como os EUA se insere no jogo político no Oriente Médio contemporâneo.

Este trabalho tem o propósito de sugerir uma análise que congrega política doméstica e política internacional. Apresentamos aqui uma análise desses atores domésticos iraquianos atuando internacionalmente em parceria com o governo norte-americano, algo que é recorrentemente negligenciado nas análises mais frequentes de RI[28], denotando um aspecto de originalidade ao trabalho. Tem-se em vista que esse tema ainda não foi devidamente analisado no âmbito nacional e internacional nos moldes que aqui se propõe sobre a relação transnacional entre o governo norte-americano e a elite política iraquiana em oposição ao regime Baath, como fator fundamental para permanência dos EUA no Iraque mesmo após a transferência de poder em junho de 2004.

Escolher uma abordagem específica das elites, seus atores e processos, típica da sociologia política, e a tentativa de trazê-la para as Relações Internacionais, demonstra um tratamento original de um tema relevante à nossa disciplina: a ocupação anglo-americana, o processo de reconstrução do Iraque e os impactos internacionais desse cenário. Essa abordagem parte dos seguintes pressupostos: por um lado, o exercício do poder por uma minoria é um fator constante em qualquer ordem social e, por vezes, a constituição e o caráter dessas minorias governantes, ou elites, mudam (ARON, 1950); e, por outro, as Relações Internacionais tratam das relações entre unidades políticas que reivindicam o direito de fazer justiça e escolher entre paz e guerra (ARON, 1979). Isso permite uma análise dos fenômenos sociais (nesse caso, fenômenos sociais internacionais) a partir da posição institucional e da estrutura social de determinados atores políticos.

Assim, reforçamos a necessidade de compreensão dos processos contemporâneos no Iraque remontando os episódios precedentes a invasão de 2003. Isso nos levará a retomar o contexto e o processo histórico que levou os EUA até o *status* de aliado iraquiano. Por isso, pretendemos sistematizar os grupos iraquianos que apoiaram a ocupação da CAP no Iraque e quais deles se mantiveram no poder, pois isso revela um elemento fundamental tanto para legitimar a ação das potências internacionais no Iraque, tendo respaldo de membros da sociedade iraquiana para empreender tal campanha, como para obter aliados locais e realizar no Iraque seu projeto político-econômico de poder, posteriormente. Dessa forma, sobre o recorte temporal, pretendemos estender nossa análise da relação bilateral entre EUA-Iraque,

[28]Em grande medida, se aborda a intervenção norte-americana sob uma ótica unilateral: uma ação dos EUA para o Iraque (BOOT, 2003; FERGUSON, 2005; KAPLAN; KRISTOL, 2003), abordagem típica dos neoconservadores norte-americanos. Ou multilateral, da ação da Coalizão Internacional como uma ação multilateral para o Iraque (HARRIS, 2006; NEWMAN, THAKUR, TIRMAN, 2006; SCHEFFER, 2008). Entretanto, não se tem tantas abordagens estruturais sociais que explorem o papel de atores domésticos iraquianos nesse processo, conforme citaremos na revisão bibliográfica.

até o fim do governo Bush (2008), momento em que ambos estabelecem o *SFA* e o *Security Agreement*, acordos bilaterais que materializam juridicamente a relação de contínua cooperação entre os Estados pós-Baath.

Ainda, é importante salientar que o trabalho que se pretende desenvolver aqui, dá continuidade às pesquisas já elaboradas e outras produções acadêmicas como a dissertação de mestrado deste autor (AMARAL, 2017) e na tese de doutorado e posterior livro de Bamo Nouri (2018; 2021), que executa uma pesquisa similar a esta. Similar, porém, não igual.

A tese de Nouri (2021) basicamente é que as elites corporativas dos EUA criaram o sistema político do Iraque. Se Nouri argumenta que as decisões e agendas das elites americanas no Iraque foram impulsionadas pelos interesses da elite corporativa norte-americana, em minha tese, contudo, não estou especificamente preocupado com isso, senão com o aspecto da articulação com determinadas elites iraquianas como fator determinante para consolidação da intervenção e posterior transformação do Estado Iraquiano. Na tese daquele autor, isso aparece como elemento secundário, citado no terceiro e quinto capítulos do livro (NOURI, 2021). Ou seja, a inquietação de Bamo Nouri se traduz em olhar para as elites dos EUA para compreender sob qual agenda atuaramno Iraque, enquanto nosso exercício é olhar para como os EUA se articulam com determinadas elites iraquianas como ação hegemônica, mecanismo de viabilização da ocupação e reconstrução do Iraque.

No seu trabalho, Nouri aponta e nomeia quem seria essa nova elite do poder no Iraque pós-Saddam, fazendo um excelente trabalho de apontar seus cargos desde o estabelecimento do CGI, em 2003[29], mas não avança, além disso. Conforme salientamos na dissertação de mestrado (AMARAL, 2017) essa elite não é escolhida de maneira aleatória: ela também tem uma trajetória particular que deve ser analisada minuciosamente. Por meio da análise particular desses indivíduos e de suas relações que por vezes se encontram em seus objetivos – sendo o mais importante deles a remoção do partido Baath no poder –, e por vezes, não.

Na dissertação de mestrado (AMARAL, 2017) identificamos que, para os EUA, foram movimentados três mecanismos de legitimidade para sua atuação no Iraque no contexto de 2003: primeiro, os mecanismos legais nacionais norte-americanos, para que houvesse qualquer empreendimento intervencionista no Iraque era necessária a aprovação legal cujo processo decisório passava pelo Congresso e pelo Senado norte-americano; em segundo lugar, ganhou-se o apoio internacional pretendido – não para invasão, mas para o reconstrução

[29] Um exercício comparativo foi executado por este autor no Apêndice A de sua dissertação de mestrado: APÊNDICE A – Cruzamento de informações sobre a elite iraquiana que apoiou a ocupação dos EUA e Grã-Bretanha no país. (AMARAL, 2017, p.193-197).

conforme a Resolução 1483 do CSONU; e, por fim, o mecanismo local iraquiano, em que uma parcela da elite iraquiana apoiou, desde o prelúdio, o processo de remoção de Saddam Hussein e o partido Baath no poder e a transformação estrutural profunda do estado Iraquiano. É especialmente sobre esse terceiro mecanismo que nos voltaremos neste texto.

Nesse âmbito, buscaremos ampliar e dar seguimento à pesquisa temporalmente, visto que no mestrado trabalhamos com uma descrição analítica do período formal de ocupação (2003-2004). Aqui, estudaremos como essa estrutura permaneceu após a transferência de poder da CAP para um governo legitimamente iraquiano e voltaremos para os anos 1990 para compreender os mecanismos e as alianças que permitiram o cenário da invasão e ocupação de 2003. Do mesmo modo, traremos um enfoque que não foi trabalhado em produções anteriores: da relação dos EUA com a elite iraquiana.

Outro aspecto inovador desta pesquisa é tentar analisar contextualmente esse processo de consolidação das articulações transnacionais entre EUA e a elite política iraquiana da oposição ao governo baathista dentro do escopo internacional em que se enquadra. Isso significa observar as implicações globais deste processo, bem como seus impactos regionais, sobretudo tendo como objetivo compreender o jogo de poder dos EUA no Oriente Médio compreendendo seus dinstintos métodos de ação intrusiva internacional.

## 1.4 Revisão Bibliográfica

O presente trabalho dialogará com a literatura sobre a relação entre a política internacional norte-americana e as elites iraquianas. Um trabalho sob esse escopo implica numa análise da relação transnacional entre atores de diferentes níveis de análise internacional: de um lado, atores do Estado (governo executivo dos EUA, agências públicas e departamentos dos EUA) e, de outro, atores da sociedade civil (elites políticas iraquianas anti-saddamistas). Porém, antes de uma análise das RI sobre o tema, consideramos importante acionar literaturas da Sociologia Política, em que vários comentadores estudaram a conexão entre as elites e a estrutura de poder[30] (MOSCA, 1989; MILLS, 1956; DAHL, 1958; BOTTOMORE, 1964; PERRY, 1986; PARETO, 1981; SKOCPOL, 1979; SAES, 1994;

[30] Luis Garrido Vergara (2013, p. 36 e 37) no artigo "Elites, political Elites and social Change in modern Societies" identifica, a partir das leituras de Micheal Mann (1993) "The Sources of Social Power" e George W. Domhoff (1990) "The power élite and the state: how policy is made in America", que cinco teorias na Sociologia Política tentaram –a partir de diferentes perspectivas e modelos– explicar e analisar a estrutura de poder das elites: Pluralismo (Robert Dahl), Teoria da Autonomia do Estado (Theda Skocpol), Teoria da Elite (elitista) (Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Robert Michels), Marxismo (Antonio Gramsci) e a Teoria da Dominação de Classe (Charles Wright MiIlls, G. William Domhoff).

CODATO; PERISSINOTO, 2008, 20091, 2009b, 2011; DOMHOFF 2014; 2018) como meio para uma análise sobre as elites iraquianas e suas interações transnacionais com o governo norte-americano. Embora não tenhamos o objetivo de um trabalho que disserte sobre as diferentes teorias das elites e das estruturas de poder, elas podem ser apropriadas dentro do escopo epistemológico das RI, no intuito de contribuir para uma abordagem qualificada sobre o papel e a influência das elites nas relações e nas políticas internacionais. Este não é um trabalho sobre as teorias de elites e estruturas de poder, mas o uso ferramental de suas premissas ontológicas (de agência) para uma compreensão de um fenômeno das relações internacionais: articulações políticas e financeiras entre um governo estrangeiro (EUA) e uma elite política (iraquiana) internacionalizada, uma vez que se encontravam e se articulavam em outros espaços que não o Iraque, como Jordânia, EUA, Inglaterra, Irã etc.

Wright Mills (1956, p.12) afirma que a elite do poder é composta de homens cuja posição social lhes permite tomar decisões de grandes consequências e dominar o ambiente dos homens comuns. Por isso, dominar a população é um processo fundamental para se exercer poder. Ao fazer isso, eles têm o subsídio e apoio local suficiente para ganhar confiança das massas e a vontade geral (MILLS, 1956, p.350). A elite do poder é modelada pela convergênciade interesses entre aqueles que controlam os principais meios de produção e os que controlam os meios de violência, também, pela elevação do controle político explícito dos chefes econômicos e militares (MILLS, 1956, p.327). Wright Mills como expoente mais relevante da Teoria da Elite abre caminho para outros teóricos, com diferentes bases e perspectivas teóricas, mas cuja premissa ontológica é a mesma: as estruturas de poder são coordenadas, conduzidas ou pautadas pelas classes dominantes, ou elites. E buscam compreender a influência das elites políticas nas mudanças sociais. Aplicando ao nosso estudo, a estratégia tomada pelos norte-americanos e britânicos de se coligar com algumas elites locais para empreender seu projeto de poder é substancial para obter acesso ao Iraque.

Entendemos que o caso iraquiano reflete as ambições hegemônicas dos EUA globalmente. A mobilização das elites iraquianas não governantes para uma nova estrutura de poder é parte dessa estratégia norte-americana que tem reflexos múltiplos em todo século XX. Por isso, iniciaremos a tese recuperando aspectos objetivos sobre quais são as razões pelas quais os EUA investem tanto no Oriente Médio, desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Dentre as diferentes abordagens teóricas que se utilizam do recorte agencial das elites, entendemos que a abordagem mais adequada seja a neogramsciana. Assim, recorreremos àliteratura que abrange essa perspectiva e que compreende os dispêndios norte-americanos no

Iraque por meio da concepção de que háum projeto hegemônico do país para o Oriente Médio (MARKAKIS, 2012; MARKAKIS, 2016). Partiremos de uma leitura de Robert Cox (1983; 1987), que traz a discussão gramsciana de Hegemonia para as Relações Internacionais e estenderemos para literatura que aborda a questão dos EUA no Oriente Médio (HOURANI, 1953a, HOURANI 1953b; TOTH, 1995; HUDSON, 1996; CORM, 1998; MOHAMEDI; SADOWSKI, 1998; MARKAKIS, 2012; MARKAKIS, 2016; GAUSI, 2019) e em especial o caso iraquiano. Discussões nesse sentido já existem, ainda sim, o que chama mais atenção é o método para atingir tal propósito de poder, por meio da mobilização e incorporação de elites estrangeiras, e é isso que destacaremos nesta tese.

Para Gaetano Mosca (1989, p.67) uma classe dominante só pode ser vencida e destruída, por duas razões: (1) por invasões estrangeiras, (2) pelo advento de novos elementos sociais fortes para emergência de novas forças políticas (podemos entende-las como Revoluções). Dessa forma, justifica-se um estudo sobre as elites dentro do escopo das RI. Mais uma vez, esta tese não trata da teorização das elites internacionais, mas da análise da relação transnacional entre elites locais (iraquianas) e forças internacionais (governo norte-americano) como mecanismo relevante para compreender as relações de poder no SI.

Sobre o aspecto transnacional, James Rosenau (1969) foi um dos primeiros teóricos de RI a focar em interações informais, “vínculos transnacionais” entre sociedades que contornavam as relações ortodoxas entre Estados. Esse movimento, característico da década de 1970, afastava as RI do uso tradicionalista da história e dos termos políticos ortodoxos dos “Estados” para um estudo novo do que poderia ser observado no comportamento entre outros atores, processos e outras interações internacionais. O transnacionalismo emerge nos estudos internacionais diante da constatação empírica de que as relações internacionais não são apenas caracterizadas por processos interestatais, senão pelas mudanças políticas e sociais dentro dos países e, também, da relação entre atores não-estatais de diferentes origens (HALLIDAY, 1994, p.116-120). Leslie Sklair (1991) sistematiza três conjuntos de práticas transnacionais, aque ele chama de sociologia do sistema global: (i) econômico, sobre a interação das corporações e multinacionais; (ii) cultural-ideológico, sobre a disseminação de práticas e comportamentos sociais padronizados globalmente; e (iii) político, sobre as interações entre forças políticas, sendo este terceiro conjunto aquele que converge com nossa proposta de pesquisa. Nye e Keohane (1971, p.340), assinalam que governos tentam manipular interações transnacionais para alcançar resultados que são explicitamente políticos.

As relações transnacionais podem tornar todos os atores dependentes de forças que nenhum deles controla. Mas eles podem ter um resultado menos imparcial, criando novos instrumentos de influência para uso de alguns governos sobre outros. Halliday (1994, p.100) afirma que o exemplo mais comum desse tipo de interação é o patrocínio de golpes militares em Estados estrangeiros. Outro seria a promoção de agitação social, ou levante étnico em países rivais por meiode dinheiro, armas, transmissões de rádio e apoio diplomático, mecanismos para encorajar forças sociais a perseguir políticas em prol dos interesses desses Estados (financiadores) no Estado estrangeiro. Consideramos que esse processo corresponde ao que ocorre no Iraque, influenciado pelos EUA de maneira autorizada, a partir da conformação de uma nova elite do poder no Iraque aliada aos interesses norte-americanos.

Geralmente, os teóricos das elites nas ciências sociais trabalham sob o âmbito político doméstico, ou seja, investigam como as elites dominam as massas em determinados espaços, normalmente dentro do Estado (LÓPES, 2013a). Alguns exploram a variável internacional, porém, vinculado à ação internacional dessas elites locais, como determinada elite política põe em prática seus interesses internacionalmente, ou exploram a variável internacional fazendo uma análise comparada (LÓPES, 2013b). São poucos os que fazem das elites um objeto de análise das RI (TARDELLI, 2013; PARMAR, 2018; NOURI, 2018; 2021).

Identificamos alguma literatura que tangencia o tema desta pequisa por meio da análise das políticas intervencionistas dos EUA como mecanismo de poder global. Tardelli (2013, p.3) afirma que as políticas intervencionistas norte-americanas são moldadas por três antecedentes causais sobrepostos. Primeiramente, pelas considerações ideológicas que estabelecem limites significativos à cooperação dos EUA com os líderes no país alvo, apesar das razões estratégicas para a cooperação contra inimigos comuns. Em segundo lugar, pela interação entre as considerações políticas internacionais e domésticas como um "fator de pressão" fundamental, moldando os objetivos das diferentes elites americanas. Em terceiro lugar, pelos grupos de elite estrangeiros que desempenharam um papel crucial no impulso às intervenções dos EUA, pois esses são os representes dos interesses norte-americanos e aliados locais nos acessos diretos ao país estrangeiro. No texto, apesar de o autor afirmar a pertinência de um estudo do caso iraquiano, não o desenvolve (TARDELLI, 2013, p.291). Michal Higley e John Burton (2006) citam o caso da ocupação norte-americana no Iraque em 2003, para exemplificar o problema de sua pesquisa: localizar a gênese da democracia liberal na formação e na persistência de uma elite consensualmente unida, investigando como ela se forma e por que persiste. Também examinam as origens e a persistência das elites que

consideram incompatíveis com a democracia liberal. O diálogo com essa literatura que interpreta as ações internacionais norte-americanas por essa perspectiva das articulações com as elites de forma transnacional será importante.

Há, inclusive, uma corrente dessa literatura que afirma que o processo de substituição da elite do poder iraquiana impulsionou uma crescente instabilidade do país posteriormente àinvasão de 2003. Toby Dogde (2005) analisa a construção da nova elite do poder no Iraque, oposta ao regime Baath e aliada dos EUA e depois (2009) descreve a ação norte-americana de substituição da elite do poder iraquiano na intervenção de 2003, como a razão pela subsequente instabilidade do país. Phillips (2005) afirma que o processo de debaathificação foi a razão pelo fiasco norte-americano no Iraque, pois elevou o número de insurgentes no país. Larry Diamond (2005, p.22) afirma que os EUA deveriam ter ampliado a arena política para outros grupos iraquianos - incluindo os nacionalistas sunitas e os baathistas não acusados de um crime específico – participassem do processo eleitoral. Phebe Marr (2006) analisa a conjuntura do Iraque pós-Saddam a partir da nova liderança política iraquiana, ressaltando a queda de influência dos EUA no Iraque em detrimento da crescente insurgência no país.

Outros indicam a importância da elite iraquiana em oposição ao Regime Baath como mecanismo para viabilizar a inserção norte-americana no Iraque. Beehner (2006) afirma que os EUA desempenharam um papel ativo nos bastidores para empurrar os líderes dos três principais grupos eleitorais iraquianos – árabes xiitas, árabes sunitas e os curdos – para formar um governo de coalizão inclusivo às agendas norte-americanas. Walt Vanderbush (2009) analisa a relação interativa entre as comunidades exiladas do Iraque e o governo norte-americano em prol da intervenção do Iraque. Alan Roston (2008) trabalhou o papel específico de um dos líderes da oposição iraquiana ao partido Baath, Ahmed Chalabi, na ocupação dos EUA e na reconstrução do Iraque. Já Stansfield (2010) indica que a elevação de uma nova elite do poder no Iraque difere grandemente das diretrizes políticas da anterior (partido Baath), indicando que o Iraque avançou muito, sobretudo na sua participação no SI. E ainda ressalta que esse processo, encabeçado pelos EUA, que têm afastado sua influência no Iraque hodierno, foi importante para o desenvolvimento do Iraque.

No entanto, a literatura que mais se aproxima da proposta desta pesquisa, em termos de recorte temporal, seleção ontológica e escopo epistemológico são: o supracitado Bamo Nouri (2018), com cuja pesquisa será proposto um diálogo mais próximo, Mohammed Ali Bapir (2016), Zaid Al-Ali (2014, capítulo 2), Shiên Hebert (2018). Todos esses estudos se preocupam, em alguma medida, em analisar a relação entre os EUA e o grupo político da

oposição ao partido Baath no contexto da invasão e ocupação, pela lente teórica, ou por abordagens que primam o olhar ontológico das elites enquanto ator político relevante.

Shiên Hebert (2018), em seu relatório, faz uma sistematização das elites políticas iraquianas, a partir da lente étnico-sectária, apontando como essas elites estão dentro do escopo constitucional de 2005. Mohammed Ali Bapir (2016), em sua tese de doutorado, escolhe uma abordagem étnico-religiosa sobre as percepções da elite política iraquiana pós-Saddam, a partir de um estudo empírico no qual entrevistou diversos políticos iraquianos[31] sobre como a elite política iraquiana define a democracia, como geralmente apóia o consenso e as instituições majoritárias, como divergem em suas perspectivas sobre o federalismo e sobre a constituição iraquiana. Através da seleção destas lideranças políticas, Bapir (2016) generaliza a forma como determinadas etnias iraquianas concebem as respectivas questões, constituindo três percepções: xiita, sunita e curda. Na tese ele aponta as limitações de seu estudo indicando que são de fato generalizações. Zai Al-Ali (2014) se propõe a escrever, no segundo capítulo de sua obra *the Struggle for Iraq's Future,* sobre as origens da nova elite política iraquiana pós-Saddam. Ele fornece algumas informações sobre os anos que as elites antibaathistas passaram longe do Iraque e analisa a influência do impacto psicológico na forma como compreendiam sua capacidade de administrar um país e sua capacidade de cooperar no que deveria ser um ambiente democrático multipartidário. No entanto, não avança com análises aprofundadas sobre sua constituição e seu papel no governo iraquiano, tampouco como se constituiu a aproximação desses grupos e as representações governativas dos EUA e da Grã-Bretanha. Quem faz isso parcialmente é Bamo Nouri (2018), conforme apontamos cima, o autor utiliza da Teoria da Elite para estabelecer se as origens das elites dos EUA que tomaram decisões no Iraque afetaram não apenas seu caminho para sua posição de tomada de decisão, mas também, mais importante, seus processos de tomada de decisão. Portanto, a principal preocupação empírica dele é conquanto a elite política dos EUA no governo Bush e seus cargos decisórios ocupados. Nas suas palavras: "Este estudo examinará se a guerra e ocupação do Iraque em 2003 foram um caso de elites servindo a seus próprios interesses ou se elas estavam comprometidas com a promoção da democracia quando declararam ao mundo ao vender a guerra." (NOURI, 2018, p. 10).

Apesar da proeminência dos EUA no Iraque pós-Saddam, a Grã-Bretanha participa de quase todo o processo de reconstrução, desde a invasão, mesmo que em menor proporção. Por essa razão, ainda que não seja desenvolvida nesta tese, é importante trazer a literatura sobre a

[31] Verificar os anexos contidos na tese de Bapir (2016, p.290-305)com *surveys* e a descrição dos entrevistados.

participação britânica nesse processo, bem como a relação entre britânicos e norte-americanos para consolidação desse projeto (SHAWCROSS, 2003; SHARP, 2004; BLUTH, 2004; GARDNER, 2005; TRACHTEMBERG; 2005 DUMBRELL, 2006; ALLAWI, 2007).

Existe outra parte dessa literatura que opta por fazer abordar a questão étnica/religiosa para entender a presença norte-americana no Iraque relacionadaàs elites iraquianas (FEARON; LAITIN, 2003; ZUNES; GERSHMAN, 2006; MOADDEL; TESSLER; INGLEHART, 2008; MALMVIG, 2015). Os comentadores argumentarão que a decisão pela aliança a grupos específicos dentro do Iraque é feita a partir da variável étnica; o estado conflituoso no Iraque responderia a esses problemas étnicos, em que emerge a "violência sectária" no país. No Iraque predominam as seguintes etnias: Árabes (70-75%), Curdos (15-20%); Turcomanos, Assírios e outros é a minoria de 5%. Da variável religiosa, obviamente predomina o islamismo (99%)[32]. Porém, essa lógica por si só, é frágil. Por exemplo: os governos no Irã e no Iraque[33] são predominantemente xiitas, o Iraque é um parceiro norte-americano, porém o Irã não. Já a Arábia Saudita, aliada norte-americana, tem o governo sunita. Portanto, pressupomos que a variável étnica/religiosa é pouco relevante para uma abordagem sobre as alianças norte-americanas na região, tal qual no Iraque. Quando examinamos as articulações transnacionais entre governos e elites políticas específicas no caso iraquiano, percebemos que é menos relevante olhar para a variável das disputas étnicas – tão presentes nos trabalhos acadêmicos das RI sobre Iraque, ou Oriente Médio, em geral – do que pelas lentes ontológicas das elites, uma vez que, ainda que sejam elites iraquianas de origens étnicas distintas, o mais importante era obter meios para desestruturar o *status quo* mantido pelo partido Baath desde os anos 1960. Portanto, conforme veremos ao longo da tese, curdos, xiitas, sunitas se unem com um propósito compartilhado: remover Saddam Hussein e o partido Baath para constituir um novo sistema político compartilhado no Iraque.

Por fim, nesta revisão de literatura, destaca-se que no Brasil[34], constatamos que não há qualquer estudo sobre a articulação entre o governo norte-americano e a nova classe política iraquiana no processo de reconstrução do Iraque. No entanto, há pesquisadores que estudaram algum aspecto da intervenção dos EUA no Iraque a partir do campo das ideias e discursos

---

[32] Ver <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/iz.html> Acesso 10/06/2017.

[33] Desde a ocupação, todos os primeiros-ministros iraquianos eram xiitas (AyadAllawi doINA e Ibrahim al-Jaafari, Nouri al-Maliki, Haider al-Abadi, do Islamic Dawa Party), e todos os Presidentes eram sunitas (GhaziMashalAjil al-Yawer do Islamic Dawa Party, JalalTalabani e FuadMasum, da PUK).

[34] Existem outros textos de Pecequilo, Arraes, Bertonha, Teixeira, Amado Cervo, Silva, Gomes e Santos, no periódico Meridiano47, porém correspondem a breves análises conjunturais da situação do Iraque pós-Saddam, ou da presença norte-americana no Iraque.Ver:<http://periodicos.unb.br/index.php/MED>acesso 15/07/17.

(MAGALHÃES, 2008; GOMES, 2012; BONFIN, 2014); de uma perspectiva militarista (EBRAICO**,** 2005**;** NEVES, 2010); dos estudos de Paz (KOWALSKI, 2010; RIBEIRO, 2013) e da política externa norte-americana (VIOLA; LEIS, 2004; QUEIROZ, 2012; SANTOS; TEIXEIRA, 2013, MOTTA, 2014; FAVERO, 2014; SOUZA; MORAES, 2015).

## 1.5 Considerações metodológicas

Esta tese terá distintos momentos para os quais distintas metodologias ganharão destaque e uso. Aqui propomos inicialmente uma pesquisa qualitativa cuja base metodológica estará contida no método *process tracing*, que implica no uso de evidências dentro de um caso para fazer inferências sobre explicações causais dele. Refere-se então ao exame de etapas intermediárias em um processo para fazer proposições às hipóteses, sobre como esse processo ocorreu e como e se gerou os resultados esperados (BENNETT; CHECKEL, 2015, p.4-5). O método *process tracing,* enquanto forma de análise aplicada para nosso estudo, implica a análise do processo de transição de poder dos EUA para o Iraque em 2004, com o propósito de compreender como os EUA se mantêm no Iraque sustentando a estrutura de reconstrução e influenciando nas diretrizes políticas do país.

Sobre o material empírico, nos voltaremos para uma análise documental que favoreça a pesquisa sobre como se deu o processo de permanência norte-americana no Iraque após a transição de poder em 2004. Propomos nos voltar para documentos norte-americanos de diferentes agências nacionais dos EUA, documentos Iraquianos (com tradução em inglês), bem como produções da sociedade civil (como jornais, revistas e periódicos temáticos). O uso deles será feito a partir do propósito analítico e não descritivo, ou seja, a partir investigação de dados e informações tendo em conta que documentos, afinal, são gerados para os propósitos internos de um governo. Lê-los implica trabalhá-los como fontes históricas, não somente fonte de dados (TRACHTEMBERG, 2006, p.147).

Alguns indicadores que podem auxiliar nossa hipótese são os dados sobre os partidos políticos que ascenderam ao poder com a derrubada do partido Baath. Sendo assim, apresentamos uma pesquisa documental sobre: (1) os Membros do Comitê de Ação Conjunta (CAC), ou de organização que fez parte do CAC (1990) (AL-SHAMRANI, 2001, p.193-217); (2) Membros das organizações que atenderam a Conferência de Beirute (1991), Viena e/ou Salahuddin (1992) (AL-SHAMRANI, 2001, p.217-274); (3) Principais organizações políticas da elite da oposição apoiadas pelos EUA conforme o ILA (1998) (USA, 1998); (4) Grupos de oposição apoiados pelos EUA conforme a expansão do *FOIP* (FOIP, 2001); (5) o Comitê de

Coordenação e Acompanhamento de 65 membros eleito na Conferência de Oposição Iraquiana de Londres (2002) (TALMON, 2013, docs. 576-577); (6) Conselheiros do CGI e membros de gabinete (TALMON, 2013, doc. 204; NOURI, 2021, p.117), Gabinete/mininstros contido em: *Governing Council Resolution Number 28 of 2003 [Appointment of Ministers]* (TALMON, 2013, doc.291); (7) Presidentes do CGI (2003-2004), cargo com rotatividade mensal (TALMON, 2013); (8) Membros do Governo Interino iraquiano e seus cargos (junho de 2004 à janeiro de 2005) (TALMON, 2013, doc. 11); (9) Membros do Comitê de Redação da Constituição do Iraque (CRC) 2005 (CONSTITUTIONAL REVIEW COMMITTEE, 2009); (10) ocupações políticas/profissionais relevantes pós-eleições 2005 (BEEHNER, 2005; NOURI, 2021; informações contidas no site oficial do governo Iraquiano; dados contidos no Dicionário Histórico do Iraque de Beth Dougherty (2004); Linkedin; Researchergate (no caso de acadêmicos), com o objetivo de encontrar quais são os representante desses partidos políticos que ascendem ao poder iraquiano, mas também outras posições relevantes (cargos em empresas privadas, *think thanks*, lideranças partidárias, religiosas etc.). O resultado desse exercício de pesquisa pode ser lido no Apêndice A.

A partir da constatação de que os membros da elite política não-governante iraquiana anti-baathista foi reposicionada na lógica de poder doméstica se tornando a elite governante, pretendemos avançar na pesquisa buscando compreender como se deu a constituição da elite iraquiana anti-baathista. Para análise empírica da interação, ou das redes de conexão social entre os membros da elite iraquiana partiremos dos trabalhos já desenvolvidos por (BAPIR, 2016; AMARAL, 2017; NOURI, 2018; 2021) em que selecionamos as figuras individuais de lideranças das respectivas organizações políticas iraquianas anti-saddamistas, já destacadas no tópico introdutório desta tese. A partir dessa seleção faremos um exercício de *Membership Network Analysis (MNA),* uma análise de rede que fornece uma imagem empírica das interconexões entre as principais organizações e pessoas na estrutura de poder e as operações dessa rede em questões de política (NOURI, 2018, p.70). Conforme Souza e Quadt (2008) a *MNA* é uma ferramenta metodológica de origem multidisciplinar (psicologia, sociologia, antropologia, matemática, estatística) cuja principal vantagem é a possibilidade de formalização gráfica e quantitativa de conceitos abstraídos a partir de propriedades e processos característicos da realidade social. Permite, portanto a construção em desenho do quadro relacional entre diferentes indivíduos em distintas posições na estrutura social iraquiana durante o regime baathista, cuja constante equacional seria justamente sua oposição

ao regime. A partir da análise metodológica desenvolvida por William Domhoff (2005) de pesquisas de estrutura de poder (*Power Structure Research*):

> Muitas áreas das ciências sociais e da história estão preocupadas com o poder, mas a pesquisa sobre estruturas de poder é o campo interdisciplinar que se concentra exclusivamente em mapear estruturas de poder de uma forma sistemática e desenvolver uma teoria geral de poder. Ao contrário da maioria dos campos de investigação, não cresceu lentamente nem se desenvolveu com o tempo (DOMHOFF, 2005, tradução nossa).

Consideramos que, dentre o quadro de teóricos preocupados com a questão das elites e as estruturas de poder, Domhoff é quem traz o aparato metodológico mais adequado para identificar as interações entre atores. Domhoff (2005) parte das leituras dos principais teóricos das elites e estruturas de poder (MILLS, 1956; DAHL, 1958; BOTTOMORE, 1964)e identifica três abordagens principais sobre *Power Structure Research:* a posicional, a reputacional e a decisional, cada qual com sua especificidade e forma de demonstrar as redes de interação entre elites. A abordagem posicional busca identificar e estabelecer conexões de liderança entre agências governamentais, sem fins lucrativos e com fins lucrativos para rastrear o fluxo de dinheiro, informações e outros recursos. A informação é, então, analisada para identificar se existem padrões de sobre-representação para quaisquer grupos sociais ou contextos ocupacionais. Em contraste, um estudo de reputação usa as opiniões pessoais de uma ampla gama de pessoas para determinar quem detém oficialmente o poder. Já um mapeamento de decisão de uma estrutura de poder é decidido em estudos de caso de pessoas, organizações e grupos de pressão que influenciam ou se envolvem em resultados de iniciativas políticas em diversas áreas de questões, desde políticas de planejamento local a políticas de tributação federal e política externa (NOURI, 2018). Domhoff (2005) diz que:

> Existem dois aspectos gerais em qualquer estudo que tente delinear uma estrutura de poder e compreender seu funcionamento. O primeiro aspecto é uma “análise de rede”. Uma análise de rede fornece um quadro empírico de (1) interconexões entre as principais organizações e pessoas na estrutura de poder e (2) operações dessa rede em questões de política. Tais estudos podem revelar estruturas de poder mais ou menos unidas, mais ou menos focadas em algumas organizações ou indivíduos, e mais ou menos vinculadas a uma única classe social. O segundo aspecto de um estudo de estrutura de poder é uma "análise de conteúdo" do que é dito e feito dentro da rede de poder. Esses estudos podem fornecer informações sobre a substância de novas políticas e uma compreensão das estratégias e valores que fundamentam o planejamento de políticas da elite do poder. (DOMHOFF, 2005, tradução nossa)

Por isso, recorreremos majoritariamente a uma abordagem posicional que usa informações impressas e credenciadas de memórias publicadas, autobiografias, arquivos governamentais e trabalhos de outras fontes autorizadas credenciadas (NOURI, 2018, p.72), para identificar e estabelecer as conexões de liderança entre os diferentes grupos políticos que compõem a elite

antibaathista no Iraque, bem como as conexões entre essa elite e entidades governamentais e não-governamentais estrangeiras (sobretudo norte-americanas) para rastrear os fluxos de comunicação, informações, incluindo financiamentos. A informação é, então, analisada para identificar padrões de representação excessiva para quaisquer grupos sociais.

Algumas produções biográficas podem servir de indicadores das relações intra-elites figuradas nas representações de lideranças dessas principais organizações políticas antisaddamistas. Trata-se de um movimento metodológico de seguir a história das principais figuras políticas da oposição. Referimo-nos especialmente àsobras de: Aran Roston (2008), em uma análise biográfica de Ahmad Chalabi, líder do INC, e Patrick Cockburn (2008), que analisa as origens e a notoriedade de Mutaqa Al-Sadr, clérigo xiita, um dos principais fundadores do partido Dawa. Recorreremos também a apontamentos biográficos disponíveis em dicionários biográficos como *Britannica*, *Pantheon* e *Encyclopedia.com*[35]. Pretendemos também utilizar documentos, entrevistas e declarações oficiais dessas lideranças ao longo do contexto temporal selecionado, disponíveis em materiais jornalísticos e bibliográficos.

Outra fonte de dados importantes serão as produções bibliográficas de jornalistas investigativos notórios (COCKBURN, 2016; COCKBURN, COCKBURN, 2000; RAI, 2003; ABURISH, 2001; HIRO, 1997; CHANDRASEKARAN, 2006, DRAPER, 2020). Estes nos ajudaram com materiais originalmente obtidos em seus trabalhos de campo enquanto jornalistas no Iraque durante o referido período temporal abarcado nesta tese. Referimos-nos a entrevistas originais e declarações de membros do governo dos EUA (CIA, DoE, Diplomatas etc.), bem como a entrevistas e declarações das figuras políticas notórias do Iraque que compuseram a oposição a Saddam Hussein e, posteriormente, ascenderam ao poder no país.

Da interação entre entidades governamentais e não-governamentais norte-americanas, temos aqui selecionados dois principais documentos que a revelam oficialmente, a saber: ILA (1998) e o FOIP (2001-2002). Mas também acessaremos os documentos do DoE dos EUA, conhecido como *Foreign Relations of the United States (FRUS)*[36] no intuito de compreender o desenvolvimento em perspectiva histórica das estratégias de política externa dos EUA para o

---

[35] A seleção desses três portais de informação biográficas foi feita a partir do reconhecimento acadêmico envolvido em suas produções. O *Britannica* é uma instituição privada que atua há 250 anos trabalhando na área de enciclopédias e inclui como uma de suas abas de trabalho definições biográficas. O *Pantheon* é um projeto que usa dados biográficos para expor padrões de memória coletiva humana, contendo dados sobre mais de 70 mil biografias. Ele é uma colaboração entre várias pessoas e começou como um projeto pelo grupo de Aprendizagem Coletiva do MIT. O *Encyclopedia.com* trata de um dos maiors portais enciclopédicos do mundo e é financiada por instituições de pesquisa como Oxford University Press, Columbia University Press e Cengage Learning.

[36] Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments> acesso em 05/10/2021.

Iraque. Analisaremos, ademais, os documentos de política externa governo Dwight Eisenhower, J. F. Kennedy, Lyndon Johnson, Richard Nixon, Gerald Ford e Jimmy Carter, portanto, do arco temporal entre 1953, quando se inaugura uma política externa dos EUA especificamente para o Iraque até 1980[37]. No momento em que fazíamos esta tese(2018-2022) os documentos *FRUS,* desclassificados dos governos Ronald Reagan (1981-88), George W. Bush (1989-92) e Bill Clinton (1993-2000), estavam sendo preparados para publicação conforme consta no próprio site oficial do *Office of the Historian,* do DoE dos EUA. É por esta razão que, recorreremos a uma gama de literatura que afirma sobre a interação de agências norte-americanas (CIA, DoE, DoD) e essa elite da oposição nos anos 1990 e se utilizam de entrevistas e relatos de ex-funcionários públicos norte-americanos para embasar seus argumentos (SMITH; OTTAWAY, 1996; HOAGLAND, 1997; RUSSELL, 2002; KATZMAN, 2003, RITTER, 2005; RISEN, 2006; ALLAWI, 2007; COCKBURN; COCKBURN, 1999; LITTLE, 2004; ABURISH, 2001; BAER, 2002).

## 1.6 Estrutura da Tese

Para além desta introdução, esta tese está dividida em 6 seções e a conclusão, totalizando 8 capítulos. Após esse capítulo introdutório, no capítulo 2 fazemos uma análise histórica da relação entre as elites do poder "iraquianas" e as potências internacionais. Nele abrangemos o período histórico desde a criação do Estado iraquiano até o final da monarquia hachemita. O objetivo desse capítulo é demonstrar brevemente como o Iraque é afetado pelas estruturas de poder do SI, e como as potências (Império Otomano, Reino Unido e EUA) influenciam o país a partir da cooptação de parte da elite do poder local. Encerramos destacando o papel norte-americano no Iraque no contexto da Guerra Fria, quando vemos o início de uma política externa norte-americana em direção ao Iraque. É um capítulo histórico que situa o leitor sobre o contexto a "entrada" dos EUA nos assuntos políticos iraquianos.

A partir de então, elaboramos o capítulo três com o propósito de oferecer ao leitor um ferramental teórico adequado para identificar a ação de política externa norte-americana para o Iraque. Evidentemente existiu um dispêndio enorme dos EUA para o Iraque, sobretudo a

---

37 Os documentos do DoE dos EUA – *FRUS* – do governo Eisenhower <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v12/comp2> governo J. Kennedy <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v18>, governo Lyndon Johnson <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/ch4>, governo Richard Nixon <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27>, governo Gerald Ford <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/ch5> e governo Jimmy Carter <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v18/ch3>.

partir da invasão de 2003, mas por quê? No capítulo, utilizamos da abordagem neogramsciana de hegemonia e seus conceitos auxiliares para responder a essa pergunta. Nas RI alguns expoentes da Teoria Crítica das RI são fundamentais para subsidiar nossa abordagem.

Compreender o papel dos EUA no Oriente Médio e suas investidas na região por meio da abordagem neogramisciana é fundamental, pois permite uma concepção abrangente sobre as dinâmicas de poder que moldaram o comportamento hegemônico dos EUA na região e, ao mesmo tempo, concebe atores sociais não necessariamente vinculados diretamente ao Estado nesse processo. No caso iraquiano de 2003, os EUA buscaram introduzir maior liberalização econômica e uma democracia baseada em uma nova elite no Iraque, em busca da hegemonia e uma transformação da região como um todo (MARKAKIS, 2016). Olhar por essa lente teórica justifica o nosso exercício em compreender as articulações entre o governo dos EUA e a elite iraquiana anti-saddamista dos anos 1990 para um novo projeto de poder para o Iraque.

Se este capítulo oferece ferramentas para responder o "porque", o quarto vislumbra responder o "como". Afirma-se aqui o exercício de poder norte-americano no Iraque a partir da compreensão de uma prática hegemônica, portanto temos que explicá-lo mediante uma concepção mais ampla do poder dos EUA no SI. No quarto capítulo estabelecemos uma categorização das práticas intrusivas dos EUA no SI e as bases ideológicas e morais que as sustentam. Entendemos que estudar as relações transnacionais entre o governo dos EUA e as elites do poder iraquianas transcende as relações formais e diplomáticas entre Estados. As práticas de poder dos EUA se pautam não somente naquilo que entendemos como "política externa", como também em exercícios informais de poder. Essa fórmula é paradigmática para a consolidação do processo que culminou na transformação das estruturas de poder do Iraque, "expulsando" os baathistas há décadas no poder e consolidando a presença norte-americana no país, oficialmente parceira do governo iraquiano desde então. Nosso ponto de partida é que as ações intrusivas dos EUA no Iraque representam um aprimoramento das ações hegemônicas dos EUA no exterior praticadas há décadas. Portanto, as práticas intervencionistas dos EUA de mobilização das elites iraquianas para conquistar seu objetivo hegemônico não é plenamente original. Na verdade, ela foi aprimorada pelos norte-americanos como forma de assegurar do seu ciclo hegemônico por via de práticas intrusivas coercitivas e de incorporação das elites do poder em outros Estados.

No quinto capítulo analisamos o período iraquiano pós-monarquico que coincide com a elaboração de uma política externa norte-americana para o país. Dá-se destaque ao governo Baath que se consolida como elite governante do país durante décadas. Nesse período, vemos

a formação de forças contrahegemônicas, ou elites não-governantes que buscam contrabalancear o poder baathista no Iraque, categorizando-as. Por outro lado, vemos que, até a guerra do Golfo de 1990, o padrão de ação internacional dos EUA para o Iraque é balizado pela grande estratégia da Guerra Fria. Por isso, vemos práticas voltadas para a manutenção do *status quo* do regime baathista do que de enfrentamento a ele. Entre 1958 e 1990, os EUA desenvolveram políticas em prol da transformação ou da sustentação política do *status quo* de poder iraquiano a partir das percepções e dos contextos que se alteravam junto com as dinâmicas: Internacionais, da Guerra Fria; Regionais, das transformações geopolíticas no Oriente Médio; e locais iraquianas, das disputas internas e da percepção dos interesses e das capacidades dos diferentes grupos de poder da sociedade iraquiana.

No sexto capítulo analisamos o Iraque dos anos 1990 até às vésperas da invasão norte-americana. Esse foi o período fundamental para a preparação de uma agenda comum para remover Saddam Hussein do poder. As elites da oposição que até então atuavam de maneira isolada contra o regime Baath passam a elaborar um grupo coletivo antisaddamista. Primeiro com a criação de um Comitê de ação Conjunta (CAC) (1990), depois com a realização de Conferências que consolidaram uma estrutura mais abrangente e institucionalizada: o *Iraq National Congress* (INC). Analisamos aí o papel norte-americano no patrocínio desse grupo por via de ações encobertas, de tal maneira que desde 1992 existem relatos sobre a participação dos EUA no fortalecimento dessas elites da oposição. O estouro da Guerra do Golfo, somado à nova estratégia de política externa pós-Guerra Fria, levaram àalteração do propósito de poder dos EUA para o Iraque. Veremos nesse período a intensificação de uma agenda transformativa norte-americana para o país que implicou o fomento cada vez mais intenso das elites não governantes do Iraque. Esse período é marcado por quatro práticas intrusivas dos EUA no Iraque que vão de ações intervencionistas militares, interferências econômicas via sanções econômicas, fortalecimento encoberto da oposição iraquiana, seguido da formalização desse patrocínio a partir do *ILA,* de 1998. Este último marca a intensificação da elaboração e do debate de projetos intervencionistas e transformativos para o Iraque tendo como bases os princípios normativos que balizaram a reconstrução de 2003: a promoção de democracia e a liberalização do mercado.

O sétimo capítulo trabalha a consolidação de uma nova elite do poder no Iraque ao passo que o país é reconstruído tendo como bases os princípios liberais imputados pela agenda de poder norte-americana. Nele analisamos os mecanismos institucionais desenvolvidos sob o gerenciamento da CAP que incluiu essa elite da oposição no processo

decisório da reconstrução do Estado Iraquiano. Desde o estabelecimento de um CGI, Ministérios e Gabinetes provisórios e um Comitê para desenvolvimento de uma nova constituição que entraria em vigência com o estabelecimento de um "novo" Iraque comandado por essa nova elite. Para além da consolidação de novos agentes de poder no Iraque, era necessário alterar a estrutura do Estado. Por isso veremos que, em paralelo, a CAP desenvolveu novos mecanismos eleitorais democráticos, bases para uma economia liberal e aberta, reformas do setor de segurança e defesa, novos mecanismos de justiça que puniu e proibiu a emergência política de baathistas iraquianos, entre outros artifícios estruturais.

Por fim, vale destacar que os dados sobre quem são os indivíduos que representam essas elites da oposição iraquiana - estes que trabalharam em conjunto com os EUA para remover Saddam Hussein - foram preparados e sistematizados nos Apêndices A e B. A partir de uma longa pesquisa empírica determinada através de dez colunas que correspondem a critérios sobre o envolvimento de lideranças das elites de oposição iraquiana desde 1990, analisamos mais de 400 indivíduos presentes nas diferentes etapas consideradas fundamentais para o estabelecimento do projeto de remoção do regime Baath e reconstrução do Iraque.[38] Entendemos que esta é a principal contribuição original desta tese. O exercício qualitativo por meio das técnicas metodológicas de análise posicional, reputacional e decisional desses indivíduos. Foram selecionados 177 membrosdas elites antisaddamistas no Iraque que foram ativos desde 1990 para remover o regime Baath do poder (Apêndice A). Ao menos 11 lideranças iraquianas foram identificadas como antibaathistas, mas ferrenhos opositores àpresença estrangeira e particularmente norte-americana no processo de transformação do Iraque. (Apêndice B). E ao menos 49 indivíduos iraquianos fizeram parte de todo o processo, desde a elaboração da CAC e do INC, passando pelo recebimento de suporte financeiro norte-americano (direta e indiretamente) antes da invasão de 2003, e, a partir dela, compondo o seleto grupo de iraquianos que participaram dos processos decisórios de transformação do Iraque durante a reconstrução. E essas 49 pessoas se inseriram politicamente no Iraque a partir das eleições de 2005. Utilizamos esse material coletado para embasar a análise original contida ao logo dos capítulos sexto e sétimo, sobre a emergência de uma oposição política heterogênea porém politicamente organizada e a correlação desta mesma com o governo norte-americano desde 1992. Analisamos assim a relevância desses atores na reconstrução do Iraque e na permanência de uma estrutura estatal pretendida pelos EUA.

---

38 Para uma prestação de contas sobre a seleção das fontes para uma análise qualitativa destes membros da elites antibaathistas, recomendamos ler com atenção a indicação de fontes contidas na parte inferior do Apêndice A.

# 2. O IRAQUE NO SISTEMA INTERNACIONAL (SI) ATÉ O FIM DA MONARQUIA HACHEMITA (1958)

Antes de adentrarmos no caso propriamente dito, é importante compreender que a articulação com elites do poder específicas iraquiana como método de reprodução dos interesses das potências internacionais não é original. A história da criação do Estado iraquiano prova que a relação de determinadas elites políticas iraquianas – e, antes disso, elites das sociedades pré-iraquianas na região do rio Tigres e Eufrates – e as potências internacionais é antiga e parte regular do seu passado. Portanto, nosso ponto de partida é que a constituição da estrutura política do Iraque é fruto da interferência direta de fatores exógenos. Ao contrário do mito fundador dos Estados como entidade soberana produzida pela vontade de uma determinada comunidade política, típica concepção originária do modelo europeu, o Iraque e toda periferia do sistema internacional é fruto das imputações estrangeiras daqueles mais poderosos, em correlação com as já existentes dinâmicas sociais endógenas das suas respectivas territorialidades. Caberia afirmar, fruto das dinâmicas imperialistas ocidentais. No entanto, o modo particular como se deu a materialização das ambições hegemônicas ocidentais no Oriente Médio do início do século XX foi distinta.

É importante ressaltar que tal premissa não é original, está no cerne interpretativo dos teóricos que entendem o Oriente Médio pós-otomano como resultado de interesses exógenos, particularmente do interesse europeu e norte-americano. Contudo, sabe-se que são várias as formas de se observar esse fenômeno constituinte desse subcontinente. No caso iraquiano, a historiografia acadêmica sobre o país tende a se concentrar em questões analíticas: como a natureza do "Estado rentista"[39], a interpretação e o significado do pensamento islâmico moderno e as formas de discurso cultural; todas preocupações amplamente compartilhadas por seus contemporâneos em outros países árabes (FAROUK-SLUGLETT, SLUGLETT, 1991, p.1408). No século XXI, percebe-se a larga relevância das dinâmicas de conflitos – em especial, a Guerra do Golfo (1990) e a Guerra o Iraque (2003) como tema central da historiografia contemporânea sobre o país. Este capítulo não trata de uma análise histórica do Iraque, como já foi brilhantemente narrada por tantos historiadores (BATATU, 1978; PENROSE, 1978; MARR, 1985; FAROUK-SLUGLETT,SLUGLETT, 1991; TRIPP, 2007). Contudo, a originalidade da digressão histórica que se sucede está justamente no destaque

[39]O termo cunhadopara descrever a relação entre estados europeus e países recém-independente pós-otomanos que recebiam regulamente montantes de renda externa, pagos por empresários ou governos estrangeiros.

particular do papel das elites locais como atores fundamentais para promoção das ambições hegemônicas no Iraque, especificamente.

## 2.1 Uma breve digressão histórica da relação das elites locais do poder e as potências globais antes de 1958

A criação e o desenvolvimento institucional e estrutural do estado iraquiano estão conectados às potências internacionais ocidentais. A constituição do Estado Monárquico iraquiano deu-se com o coroamento do Rei Fayṣal em agosto de 1921, a partir do direcionamento dado pelos britânicos e franceses instruindo a governança do Estado para uma elite governante que consistia nos britânicos, no rei e emum grupo de altos políticos, a maioria dos quais haviam sido companheiros políticos de Fayṣal e serviram sob ele durante a rebelião árabe contra os otomanos (DAWISHA, 2009, p. 8).

Primeiramente, cabe uma breve recuperação histórica do contexto que levou àcoroação do *hachemita* Rei Fayṣal. Conhecendo sua origem fica mais claro compreender os fundamentos do poder monárquico iraquiano pós-otomano. Um recorte estadocêntrico iniciaria a história do Iraque a partir da construção do Estado pós Primeira Guerra Mundial, a partir do acordo de Sykes-Picot, que estabeleceu as fronteiras do que seria o Iraque contemporâneo. Entretanto, a organização política na região do Iraque, tal como é hoje, já poderia ser datada desde o século XVIII quando os Paxás *Mamluks*[40] e a dinastia *Jalili*[41] eram autoridade na região e tinham um sistema tributário complexo que consolidava a ordenação política local. O território que hoje chamamos de Iraque era, no século XVIII, parte do império Otomano, dividido em três províncias centralizadas em Basra, Bagdá e Mosul e eram administradas pela dinastia *Mamluk* e pela família *Jalili* que governou as respectivas províncias otomanas no século XVIII e no início do século XIX.Todos devendo fidelidade a Istambul: *mameluks* georgianos em Bagdá e os Jalilis, principal família local, em Mosul, exercendo controle territorial através do reconhecimento otomano (ÇETINSAYA, 2006, p.5).

[40] Ou *Mameluks pashas* seriam os líderes *maeluks* das províncias otomanas, ou elite *mameluk*. *Mamluks* georgianos, foram soldados escravos, membros de um dos exércitos de escravos estabelecidos durante a era Abássida, que mais tarde conquistou o controle político de vários territórios muçulmanos. Sob o sultanato Aiúbida, os generais mamelucos usaram seu poder para estabelecer uma dinastia que governou o Egito e a Síria de 1250 a 1517. Em Bagdá, Hasan Paxá (1704-1724), o governador otomano de origem georgiana enviado de Istambul, e seu filho Ahmed Paxá (1724-47) estabeleceram autoridade e administravam a província. Por proximidade a liderança *mamluk* se estendia também província de Basra (BRITANNICA, 2020b).

[41] Família Jalili, proeminente família iraquiana que governou a província otomana de Mosul no período de 1726–1834. Vários membros da família Jalili ocuparam o cargo executivo máximo de Mosul, bem como cargos administrativos em outras províncias otomanas até 1834, quando o Império Otomano foi reorganizado sob uma forma de governo centralizada e moderna (BRITANNICA, 1998).

## 2.2 O "pré-Iraque"[42]: Os mecanismos de dominação Otomana nas províncias de Basra, Bagdá e Mosul.

A principal função do governo Otomano era sustentá-los, extraindo as receitas que lhes permitissem atender seus clientes e defender o sistema contra todos os adversários, internos ou externos. Assim, os impostos eram cobrados das comunidades rurais ao alcance das cidades principais pelos líderes tribais que mantinham boas relações com o poder dos Paxás *mamluk* ou dos *Jalili*. Esses fundos eram complementados pelas taxas cobradas sobre mercadorias em trânsito pela Mesopotâmia, aumentando durante o século XVIII, à medida que o comércio se desenvolvia com a Companhia Britânica das Índias Orientais, em particular. A atitude desses Paxás para com o Império Otomano era de submissão e respeito: a soberania do sultão otomano era reconhecida na moeda, na oração da sexta-feira e em outros símbolos externos de Estado. Os paxás das três províncias tiveram o cuidado de obter a confirmação imperial de sua posição como *vali* (governador) (TRIPP, 2007, p.8-13).

Os tributos recolhidos eram enviados a Istambul. O tratamento otomano com a elite *mameluk* não era diferente das elites governantes do império otomano em geral. Seus métodos eram comuns na administração otomana contemporânea, seja no domínio da arrecadação de impostos, das taxas alfandegárias, da mobilização das forças armadas ou da imposição da vontade do governador e, por associação, da do sultão otomano. Doutrinariamente, não havia mancha de heresia para desafiar a autoridade do sultão-califa otomano, o governante imperial. Nem havia qualquer desejo por parte dos *mameluks* de mudar as hierarquias estabelecidas das muitas comunidades e sociedades que compunham a fábrica social do império (TRIPP, 2007, p.8-13). Isso perdurou enquanto um sistema sólido até as reformas otomanas vindas com o *Tanzimat*[43] em 1839 a 1876, parcialmente baseado em modelos europeus que iniciaram um processode ocidentalização institucional e cultural. (ÇETINSAYA, 2006, p.5).

Enquanto o sistema de poder otomano se perpetuava no "pré-Iraque", também é possível identificar a paulatina inserção britânica no território entre os rios Tigres e Eufrates. Foi em 1763 que os britâncos estabeleceram sua primeira linha de comunicação comercial

---

[42] Chamamos de "pré-Iraque" o período em que toda(s) organização(ões) política(s) que cerca(m) o espaço territorial que, a partir de 1921, determina-se como Estado-Nação iraquiano. Nos referimos à região do rio Tigres e Eufrates e seu entorno próximo, durante o século XVIII e XIX, que esteve sob dominação otomana.

[43] Pashá Dawud foi responsável pela introdução da primeira fábrica de munições, fábrica têxtil, bomba d'água, impressora e escola modernas. Mas as crescentes forças de expansão econômica estrangeira e de penetração na região atrapalharam seu desenvolvimento autônomo. Com a finalização do Canal de Suez em 1869; chegou a fase de transição de uma economia de subsistência para uma economia orientada para o comércio exterior que durou os anos 1950 enquanto prevaleceu o sistema monárquico *hachemita* (HASAN, 2014, p. 346).

com o território da Mesopotâmia sob domínio Otomano, com o estabelecimento da primeira fábrica da Companhia das Índias Orientais inglesas, em Basra. Já em 1798, o primeiro agente diplomático britânico foi apontado para representar os interesses do império britânico em Bagdá. E, quatro anos depois, estabeleceram o primeiro consulado britânico em Bagdá.

A conexão da Grã-Bretanha com o Iraque e o Golfo cresceu devido ao seu interesse em proteger a rota para a Índia e o comércio no Oceano Índico. No início do século XIX, a Grã-Bretanha preocupou-se em evitar ataques a seus navios da costa do Golfo e, após uma série de encontros navais, estabeleceram relações de tratado com os governantes dos principais *shaykhdoms*[44] da Península Arábica visando supressão da pirataria em retorno para proteção britânica (SLUGLETT, 2007, p.2).

A direção do comércio de exportação do Iraque mudou cada vez mais dos mercados do Oriente Médio para os mercados indiano e europeu; tanto que a participação dos mercados europeus subiu de menos de um terço na década de 1860 a ponto de os mercados da Grã-Bretanha e seu Império comprarem apenas de metade a dois terços das exportações iraquianas pouco antes da Primeira Guerra Mundial (HASAN, 2014, p. 348). Na década de 1860, era comum encontrar barcos a vapor britânicos nos rios iraquianos, e empresas britânicas já havim introduzido a tecnologia do telegráfico na região.

Já nos fins do século XIX, os britânicos já estavam engajados com atividades no "pré-Iraque". O único rival da Grã-Bretanha na área, embora muito atrás, era a Alemanha, especialmente após a adjudicação da concessão para construir a Ferrovia de Bagdá em 1903, embora houvesse uma longa tradição de influência alemã sobre, por exemplo, a modernização do Exército Otomano. Tendo em vista o rápido declínio da importância do Iraque como produtor agrícola após o fim da Primeira Guerra Mundial, é interessante que a noção do país como um dos depósitos globais de alimentos (em potencial), há muito constituía uma grande atração para as potências europeias (SLUGLETT, 2007, p.3). Essa expectativa era fomentada pela percepção de que a Mesopotâmia era a grande região fértil no Oriente Médio, no entanto, no início do século XX, um novo recurso começava a ganhar muito mais relevância na disputa pelos mercados e recursos iraquianos: o petróleo.

Na Mesopotâmia, como na Pérsia, há milhares de anos se sabia que certas áreas continham fontes de petróleo e infiltrações, mas, não havia nenhuma indústria desenvolvida além dos usos primitivos locais. O interesse europeu pela possibilidade de explorar

[44] Uma área de terra ou um país governado por um *sheik*, governante árabe ou chefe de um grupo de pessoas. Conforme a enciclopédia da Universidade de Cambridge, disponível em <http://dictionary.cambridge.org/dictionary/british/sheikhdom> acesso em abril.2021.

comercialmente o petróleo mesopotâmico manifestou-se desde o último quartel do século XIX. Indivíduos e expedições visitaram a área e, mesmo antes da virada do século, numerosos relatórios foram feitos sobre seu potencial petrolífero. Naquele momento a disputa das principais potências internacionais e corporações privadas para acessos ao petróleo iraquiano se iniciavam. Dentre eles: Grã-Bretanha, Alemanha, França, EUA e Império Otomano, e firmas como: *Standart Oil Company, D'Arcy Group, Anatolian Railway Company, Shell Transport and Trading Company, Royal Dutch Company*[45] (KENT, 1976, p 15-30).

No Império Otomano, vários grupos internacionais rivais haviam feito ofertas para concessões de petróleo entre 1900 e 1914. Sua persistência pode ter feito as autoridades otomanas perceberem que tinham poderes para dispor de uma mercadoria de valor superior e temporizar de acordo. Eventualmente, em 1912, um grupo formado por interesses britânicos, holandeses e alemães conseguiu se combinar para formar a *Turkish Petroleum Company* (TPC), que recebeu uma concessão para prospectar petróleo nas *wilayas*[46] de Bagdá e Mosul, pouco antes do início da guerra. (SLUGGLET, p.67).

Traçar essa recuperação histórica serve a alguns propósitos: em primeiro lugar, quebra com a historiografia que interpreta o período da ocupação britânica, partindo de 1914, como origem do desenvolvimento iraquiano contemporâneo no que se refere à inserção iraquiana nos mercados globais e aos métodos de organização política. Em segundo lugar, identifica que a articulação otomana com elites políticas locais era fundamental para manutenção da ordem local. Esse elemento nos leva a refletir sobre que o método de dominação através da concessão de poder para uma elite local também foi instrumento otomano de poder na região que se tornaria o Iraque décadas depois. Isso, para além do caso norte-americano (como introduzimos no capítulo anterior e veremos nos capítulos posteriores), ou britânico (como veremos a seguir).

## 2.3 Articulações internacionais entre a elite hachemita e o império Britânico na constituição do Iraque pós-Otomano.

Pode-se dizer que a elite política *hachemita* foi colocada no poder do Iraque pelos britânicos e franceses. Mas, como e por quê? A historiografia das Relações Internacionais, geralmente, afirma que o Iraque é resultado do processo de desintegração do Império

[45] Para um relato detalhado deste processo recomendamos ler o capítulo "*Early Rivalries for the Mesopotamian Oil Concession 1900-12*", no livro de Miriam Ken*t "Oil and Empire: British Policy and Mesopotamian Oil 1900-1920" (1976).*

[46] Sinônimo de *Vilayets*, territórios adminstrativos traduzidos como estados, províncias, ou *governorate*.

Otomano pelas mãos das potências ocidentais (no caso iraquiano, principalmente pela Inglaterra), no contexto da Primeira Guerra Mundial, e do estabelecimento de tratados e acordos internacionais que redefiniram as linhas territoriais do Oriente Médio, dando pouco peso (quando não ignorando) às dinâmicas sociais locais. Isso significa que esse processo conta com outras dinâmicas de poder fundamentais.

A criação, e posterior consolidação, do Estado iraquiano foi essencialmente um projeto das elites. Entretanto, esse projeto envolvia equilibrar os interesses das elites (que por vezes divergiam), bem como os do alto comissariado britânico no Iraque (DAWISHA, 2009, p.8). Em 1921, após o estouro da Revolta de 1920, os britânicos concederam a formação de uma monarquia no Iraque, coroando o rei Fayṣal (iraquiano) como líder supremo do país. Porém, o Iraque se manteve submetido aos interesses econômicos do império britânico (TRIPP, 2007), o que designava um mecanismo de controle via tutela política. Como vimos no início deste capítulo, a tarefa de dirigir a máquina do Estado transferiu-se para uma elite governante que incluía os britânicos, o rei e um grupo de políticos sêniores, a maioria dos quais companheiros políticos de Fayṣal e serviram sob seu comando durante a rebelião árabe contra os otomanos. Tal elite era composta, sobretudo, por Hachemitas, família real iraquiana de 1921 a 1958, além de ex-oficiais das altas rodas otomanas, bem como grandes donos de terra da época e outros indivíduos das elites advindas de outras comunidades que constituíam a "sociedade iraquiana", aos olhos britânicos (TRIPP, 2007, p.139).

Se retornarmos à história do Iraque, podemos identificar quatro fases da presença britânica no país: 1) a partir do fim do século XVIII, com o intuito de acessar as potencialidades de mercado daquele território ainda sob domínio Otomano, como vimos no tópico anterior; 2) um período em que o território iraquiano foi colônia britânica, desde 1914, quando ocuparam Basra, e depois ocuparam Bagdá (1917) e Mosul (1918); 3) um segundo período em que a relação de submissão direta ao Império Britânico, estaria pautada nos limites estabelecidos pelo Sistema de Mandatos que duraria até 1932; 4) depois disso, pode-se compreender um período cujos interesses britânicos ainda eram vigentes até a derrubada da monarquia *hachemita,* em 1958. Esse último momento, expressa em grande medida a consolidação hegemônica britânica no Iraque, visto que não existiam amarras legais que submetiam o Iraque ao poder do império britânico. Tais processos de poder imperial britânico abriram caminho para a criação do Estado iraquiano, influenciando significativamente seu desenvolvimento político-histórico posterior.

### 2.3.1 Os britânicos invadem *Al-Iraq* e o insustentável modelo imperial clássico.

O início da colonização britânica no Iraque não inaugurou sua presença no Oriente Médio. Desde meados do século XIX, os britânicos já tinham ocupado espaços importantes da região como o Protetorado de Aden, desde 1939 (atual Iêmen), e a região de Omã (desde 1820, com o território aumentado em 1861), além de obterem grande influência política no sul da Pérsia (atual região do sul do Irã, mais ao sudeste, próximo à fronteira com Paquistão). Paralelamente, os britânicos já haviam estabelecido diversas linhas de comunicação comercial em várias localidades do Oriente Médio, inclusive no "pré-Iraque". Ao final do século XIX, os britânicos ampliaram seu território colonial com o domínio do Egito (1882) e do Sudão (1899). Antes da virada do século, os britânicos haviam conquistado território necessário para garantir a livre passagem comercial marítima dos mercados orientais à Europa e vice-versa, dominando territórios de zonas portuárias importantes[47]. De fato, os britânicos garantiam passagem por mar, mas o território continental otomano tinha muito a oferecer também.

No período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, crescia o interesse dos governos ocidentais e os interesses comerciais nos campos petrolíferos do Sudoeste da Pérsia e a potencial riqueza petrolífera do Império Otomano (SLUGLETT, 2007, p.3). No início do século XX, os interesses europeus já haviam adquirido importante influência econômica e política no Império Otomano. O império era vasto em tamanho, espalhando-se sobre o Oriente Médio, região dos Balcãs ao Norte da África e a península Arábica. O custo de administrar um império tão grande e subjugar suas partes dissidentes era desafiador (KENT, 1976). Lutando uma batalha contra movimentos de independência nacionalista dentro de suas fronteiras e contra a ambição imperial europeia fora delas, o Império Otomano apegava-se, na virada do século, a um trunfo. A esperança otomana era o desejo geral das potências europeias de sobreviverem como entidade política, pois sua desintegração total seria uma alternativa pior (KENT, 2005). Afinal, o Império Otomano era parte ativa do SI da época, seus diplomatas participavam das conferências internacionais que estabeleciam o concerto europeu no século XIX, como o Congresso de Berlim, de 1878, e posteriormente a Conferência de Berlim, de 1886, que redefiniu as fronteiras coloniais africanas.

---

47 Simulando uma rota comercial marítima na época, era possível enviar uma carga até as Índias britânicas sem acessar outros territórios soberanos (no máximo aportando em territórios aliados). Saindo do porto de Londres, um produto percorreria um trajeto ao sul do oceano Atlântico nas margens do território aliado português seguindo até o canal de Suez (no Egito) pelo Mar Mediterrâneo. O Canal de Suez, criado com capital e tecnologia britânicas e francesas facilitava o acesso marítimo para o oriente (Montel, 2018). O produto seguiria descendo o Mar Vermelho, se necessário, poderia aportar na capital do protetorado britânico de Aden. Dali, seguiria no Oceano Índico beirando as margens do território de Aden e Omã, também britânicas, ou seguir ao norte sentido Golfo Pérsico (cuja regiao sul era zona de influência britânica)até as Índias Britânicas,.

Os governos europeus estavam profundamente envolvidos com as fortunas do Império Otomano. No entanto, as ambições imperiais de cada uma das potências europeias excediam esse cenário de integração[48]. Cada uma delas desejava obter uma influência tão forte quanto possível em um império que parecia estar aponto de colapso e fragmentação, e era geograficamente de vital importância estratégica no mundo (KENT, 1976). O Império Otomano estava enfraquecido, a Primeira Guerra Mundial foi a consolidação da queda desse império. E o território da Mesopotâmia foi espaço crucial para esta derrocada.

No início da Primeira Guerra Mundial, as três províncias da Mesopotâmia (Mosul, Bagdá e Basra) foram as primeiras áreas do Império Otomano a serem ocupadas pelas tropas britânicas. Quando parecia que o Império Otomano se juntaria à guerra ao lado das Potências Centrais, as autoridades britânicas na Índia estavam preocupadas que a atividade otomana impulsionada pelos alemães pudesse prejudicar o comércio com a Índia, bem como ameaçar os campos de petróleo persas. Então, podemos identificar dois movimentos importantes no contexto da Primeira Guerra Mundial que constituíram a consolidação do estado iraquiano pós-otomano[49]. De um lado, a movimentação de tropas dentro do Oriente Médio, para avançar sobre o território Otomano e vencê-lo. De outro lado, a ocupação britânica das províncias de Mosul, Basra e Bagdá. Ambos expressam notadamente a participação de atores locais no processo de desintegração otomana e criação do Iraque.[50]

O *front* oriental da Primeira Guerra Mundial assinalava um conflito majoritariamente composto pela disputa entre o Império Otomano e o Império Britânico. No entanto, uma aliança importante estabelecida pelos britânicos e por grupos locais desestabilizou a guerra em favor dos britânicos. Dentro do Império Otomano já havia expressões de insatisfação contra a ordem otomana[51], os britânicos conseguiram utilizar isso como condicionante favorável para o combate. (NASSER; AMARAL, 2020).

---

48 Para a Rússia, o Império Otomano era um obstáculo bloqueando sua expansão para o sul e impedindo-a de ter livre acesso ao Mediterrâneo. A França com uma posição forte nas finanças e ferrovias turcas e estava particularmente interessada em assegurar o predomínio na Síria e nas províncias do norte da África. A Itália também buscava território e concessões em partes da Anatólia e áreas ao sul do Mediterrâneo. A Alemanha que ultrapassava a influência predominante da Grã-Bretanha na Anatólia e nas províncias turcas asiáticas, quando assumiu suas grandes concessões de construção de ferrovias, pretendia abrir ainda mais sua influencia na região utilizando da ferrovia de Bagdá como seu principal instrumento (KENT, 1976).

49 Uma apreciação original sobre este aspecto foi feita por Reginaldo Nasser e Rodrigo Amaral (2020)

50 Para um aprofundamento histórico sobre o front otomano da guerra, ler Sluglett, 2007.

51 Para ler mais sobre a insatisfação popular dentro do Império Otomano e a batalha ideológica travada durante a Primeira Guerra Mundial em que a liderança otomana apelava para uma solidariedade Islâmica contra os europeus, verCLEVELAND; BUNTON, 2009, p.153-154.

Com o apelo otomano à *jihad* contra a Tríplice Entente, os britânicos procuraram alguma figura mulçumana que contrabalanceasse esse discurso. Este foi Sharif Husayn ibn Ali, o Emir de Meca[52], que proclamou a Revolta Árabe, em 1916. O processo até a Revolta Árabe contra os Otomanos e consequente aliança desses revoltosos com os britânicos foi de muita negociação. Promessas e alianças fundamentais foram feitas com o intuito de negociar o futuro do Oriente Médio[53]. A Grã-Bretanha prometeu "reconhecer e defender a independência dos árabes em todas as regiões situadas dentro das fronteiras propostas pelo Sharif da Mecca" (MCMAHON, 1915, tradução nossa) e fornecer suprimentos a Husayn para sua revolta contra os otomanos e reconhecer um califado árabe, se fosse proclamado. Sob esse compromisso, em junho de 1916, os árabes revoltosos entraram na guerra.

Nesse ínterim, as potências já negociavam entre si para as projeções de poder futuras no Oriente Médio. Em março de 1915, Grã-Bretanha, França e Rússia assinaram o Acordo de Constantinopla, concedendo à Rússia o direito de anexar Istambul e o Estreito da Turquia. Meses depois, britânicos e franceses estabeleceram um acordo secreto conhecido como Sykes-Picot (1916), em que as antigas províncias do Império Otomano seriam divididas por britânicos e franceses em zonas de controle. Ainda em novembro de 1917, formalizava-se a Declaração de Balfour em que os britânicos se comprometiam a favorecer o estabelecimento de um lar nacional judeu na Palestina, em troca de garantias para o controle sobre o território adjacente ao canal de Suez. Evidentemente que tais acordos se sobrepunham e por vezes se contradiziam, gerando imbróglios no traçado das fronteiras do Oriente Médio pós-guerra.

O papel da insurgência árabe contra os otomanos foi crucial para a vitória dos europeus ocidentais no *front* oriental da Primeira Guerra. Estima-se que mais de 50.000 árabes morreram na batalha entre 1916 e 1918 contra os otomanos. O caminho da revolta árabe para Damasco seguiu de Hijaz (costa do Mar Vermelho, na atual Arábia Saudita) através da cidade portuária de Aqaba (capturada em 1917) e depois no flanco direito do general britânico Allenby, vindo de Suez, na ofensiva final de 1918. As forças militares antiotomanas foram comandadas por Amir Fayṣal filho de Husayn, que foi assistido por um grupo de ex-oficiais otomanos iraquianos e um pequeno contingente de conselheiros militares britânicos, incluindo o capitão T. E. Lawrence (FROMKIN, 2009. p.156-157).

---

[52] O cargo de Emir de Meca era a posição árabe-islâmica de guardião das cidades sagradas de Mecca e Medina.

[53] Em julho de 1915, Husayn enviou uma carta ao alto comissário britânico no Egito, Sir Henry McMahon, estabelecendo as condições que poderiam convencê-lo a entrar em uma aliança com a Grã-Bretanha e a lançar uma revolta contra seu próprio governo otomano. Ele solicitou o reconhecimento britânico de um estado árabe independente que abraçava a Península Arábica, as províncias da Grande Síria (incluindo Líbano e Palestina) e as províncias do Iraque.. (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Quando suas tropas árabes venceram em Damasco, em 1º de outubro de 1918, Fayṣal imediatamente começou a estabelecer uma administração, acreditando que estava agindo de acordo com o compromisso que a Grã-Bretanha de McMahon havia dado a seu pai. No entanto, logo os franceses reagiram, sob os auspícios do compromisso britânico ao Acordo de Sykes-Picot. No momento em que Fayṣal proclamava independência da Grande Síria, a França afirmava que aquilo era uma violação do acordo franco-britânico de dividir as áreas árabes entre elas. Iniciava-se ali uma disputa entre os árabes e franceses.

Dessa forma, os britânicos se viram em uma encruzilhada. Pode-se dizer que o cenário imediato após a derrota otomana era pior do que quando a guerra se iniciou. Os *Hachemitas* pressionavam pelo reconhecimento de um território independente na grande Síria, os franceses desejavam a consagração do que foi acordado em Sykes-Picot, os norte-americanos, representados pelos princípios liberais internacionalistas wilsonianos, desejavam a não-transformação dos territórios otomanos em propriedades imperiais europeias, os russos, depois da revolução, também apelavam para a não consolidação de novas colônias europeias. Era um cenário de múltiplas frentes. Imediatamente a Grã-Bretanha se posicionou em favor dos franceses, renunciando o apoio prometido a Fayṣal e seu reino sírio. A razão era evidente: franceses e britânicos tinham ambições coloniais semelhantes para o Oriente Médio, portanto era preferível para os britânicos manter Sykes-Picot.

Paralelamente às grandes disputas diplomáticas pelo Oriente Médio pós-otomano, dentro das províncias de Basra, Bagdá e Mosul, o cenário também foi de disputa. Quando os britânicos invadiram o Iraque em 1914, começaram a desenhar as linhas do que seria a construção de um Iraque Britânico, à mimese da Índia Britânica. A ação fazia parte de um projeto ousado, por meio do qual Lord Hardinge, o vice-rei da Índia, esperava anexar pelo menos Bagdá e Basra (LLEWELLYN-JONES, 2015, p.275). Enquanto os britânicos desmantelavam e suplantavam a administração otomana, um novo código civil e criminal baseado nas leis anglo-indianas[54] substituiu as antigas leis turcas, a rúpia indiana tornou-se a moeda de troca e as forças de segurança foram cada vez mais compostas por indianos. O modelo de ocupação foi baseado nas ideias imperialistas do século XIX: a predileção pelo governo direto e desconfiança na capacidade dos árabes de autogoverno (MARR, 2012. p.22).

A tentativa de imputar tal regime político de dominação britânica duraria até 1920. A conjuntura das províncias de Basra, Bagdá e Mosul era a seguinte. Não havia mais Império

[54] "Código dos Territórios Ocupados do Iraque" foi criado seguindo o modelo das leis indianas e sob a autoridade de membros do Departamento Político Indiano. (LLEWELLYN-JONES, 2015, p.275)

Otomano, um novo Estado Turco estava sendo construído sobre os restos do que fora o império. Não havia clareza, tampouco reconhecimento internacional evidente das novas fronteiras no Oriente Médio, nem mesmo quem seriam seus legítimos soberanos. O espírito de sucesso da Revolta Árabe de 1916 contra os otomanos deixou lacunas no poder nas regiões periféricas da Mesopotâmia e do Levante, adicionadasà tentativa, embora fracassada, de sustentar um Estado árabe independente na Síria, entre 1918-20, e inspirou na luta pela independência em um cenário de redefinições no Oriente Médio. (MCNABB, 2016).

A Revolução (ou Revolta)[55] de maio a outubro 1920, foi uma tentativa dos iraquianos de se libertarem de uma ocupação violenta. Bem como em outras revoluções envolvendo sociedades agrárias, no Iraque, a revolta contra os impostos abusivos introduzida pelos britânicos foi o gatilho do movimento. A natureza da luta social desencadeada envolveu vários grupos políticos em um sentimento popular comum: a ocupação britânica representava uma substituição igualmente exploratória à ocupação otomana. Ainda que tenha durado apenas seis meses, a Revolução de 1920 gerou um senso de coletividade que até então não era visto. Alguns a apontam como primeira expressão de uma identidade legitimamente iraquiana (KADHIM, 2012). A revolta de 1920 forçou os britânicos a decretar uma solução monárquica ao Iraque que foi mantida à força por 37 anos. Durante esse tempo, os britânicos foram obrigados a alimentar um sistema artificial que mal era capaz de conter a insatisfação popular.

O aparato de Estado que os britânicos estabeleceram como meio de conter esses sentimentos não foi uma estrutura genuína, desenvolvida para atender às necessidades expressas, nem serviu para forjar os vários segmentos da sociedade em uma nação orgânica (VINOGRADOV, 1972). O modelo imperial clássico se mostrava insustentável. No entanto, isso não significava que as Potências Europeias sairiam do Oriente Médio sem benefícios. A criação do sistema de Mandatos, como consequência da Liga das Nações, estabelecia uma nova forma de dominação. Enquanto no século XIX a divisão entre a Europa e a não-Europa "não civilizada" foi formulada principalmente a partir da elaboração de categorias raciais e culturais, a Liga das Nações caracterizou as diferenças entre os civilizados e os "não

[55] Existe um largo debate na literatura sobre como enquadrar os eventos de maio a outubro de 1920 no Iraque como revolta, ou revolução. Em geral a literatura opta pelo termo revolta, uma vez que não houve expulsão do domínio estrangeiro no Iraque. Mas entendemos que pode-se considerar os eventos como uma revolução política Principalmente porque - além de outros fatores nesse contexto, como o fim da Primeira Guerra Mundial e a aprovação pela Liga das Nações do Sistema de Mandatos - seus efeitos levaram àmudanças significativas na estrutura política iraquiana (NASSER; AMARAL, 2020). Portanto, consideramos a categoria de revoluções políticas que, por força popular, transformam as estruturas do Estado, mas não necessariamente transformam as estruturas sociais, como fazem as revoluções sociais (SKOCPOL, 1979, p.4).

civilizados" em termos econômicos: o "avançado" *versus* o "desatualizado" (NASSER; AMARAL, 2020).

### 2.3.2 O sistema de mandatos e a concessão internacional da tutela Britânica ao Iraque.

Com o fim do Império Otomano e a partir da Revolução de 1920, o sistema de poder britânico para o Iraque se ajustou. Os limites pensados pelo Acordo anglo-francês de Sykes-Picot, combinado com os projetos de paz previstos na Liga das Nações, em 1919, resultou na criação do Sistema de Mandatos, um compromisso entre a anexação e o controle direto do país, por um lado, e a independência total, por outro. Sob o Sistema de Mandatos, o poder político de antigos impérios caídos – como o otomano e o persa – estaria sob a supervisão e proteção de grandes potências específicas. Portanto, em tese, os britânicos tinham a responsabilidade de efetuar essa transição de poder no Iraque, do antigo Império Otomano para um Iraque autônomo (DAWISHA, 2009, p.11).

Para governar o Iraque, a Grã-Bretanha instalou uma série de instituições estatais: uma monarquia para chefiar o governo central e simbolizar a unidade do Iraque, um exército e uma burocracia para manter a ordem e para governar o país, e uma constituição de estilo ocidental que prevê eleições indiretas e um parlamento (MARR, 2012, p.20).

Em 1921 os britânicos permitiram a formação de uma monarquia no Iraque, coroando o rei Fayṣal (*Hashemita*) como líder supremo do país, porém, o Iraque se manteve submetido aos interesses econômicos do império. Nesse cenário os Hachemitas foram postos no poder para servirem de sequazes britânicos. O novo monarca iraquiano foi valorizado pelo fato de não ter *pedigree* iraquiano – ele era da parte da Península Arábica que se tornou o estado da Arábia Saudita – e, portanto, sem nenhuma base doméstica de apoio. Fayṣal parecia ser a figura perfeita. Sua fama pela vitória na Revolta Árabe de 1916 agradava parte dos iraquianos, por não ser da região da Mesopotâmia, e, ao mesmo tempo, os britânicos viam nele uma figura de confiança (WALKER, 2003).

Embora uma criação dos ingleses, a monarquia *hachemita* foi, nas primeiras duas décadas de sua vida, animada por um espírito inerentemente antitético ao deles. Devido ao entrelaçamento íntimo inicial de seus interesses dinásticos com as fortunas do movimento pan-árabe, seu instinto básico no período entre1921 e 1939 foi promover – na medida em que seu *status* de dependência permitia – o trabalho de construção da nação no Iraque (BATATU, 1978). A sociedade iraquiana considerava uma vitória parcial haver uma liderança árabe à frente do país, podendo ser considerado um passo importante para a independência, visto que

o Iraque não estaria nem sob domínio Otomano, nem britânico, já que formalmente o Sistema de Mandatos significava formalmente uma tutela e não colonização (aos moldes imperiais clássicos). No entanto, a independência *de facto* estava longe.

Durante o período monárquico houve 59 gabinetes com um total de 645 cargos, ocupados por 177 indivíduos diferentes. O gabinete no Iraque naquele período foi o elemento mais poderoso na estrutura política depois do Rei. Exerceu influência crua na política nacional, e tinha poder judicial, bem como legislativo (AL-QAZZAZ, 1990). Ainda que a constituição monárquica de 1925 estabelecesse um parlamento bicameral (a Câmara dos Deputados do Iraque, ou o Conselho de Representantes, *Majlis an Nuwwab,* e o Senado do Iraque, *Majlis al-A'yan*) no intuito de trazer a estrutura burocrática representativa iraquiana à espelho dos Estados do ocidente, na prática, era o Gabinete real que mandava e desmandava nas decisões políticas do país. O parlamento iraquiano, portanto, seria considerado fraco e ineficaz. (DAWISHA, 2005).

Assim, a criação, e posterior consolidação, do Estado iraquiano foi essencialmente um projeto de elite. Entretanto, esse projeto não era simples, envolvia equilibrar os interesses destas (que por vezes divergiam), bem como do alto comissariado britânico no Iraque (DAWISHA, 2009, p.8).

Ao longo da década do reinado de Fayṣal, a estrutura do Estado iraquiano foi estabelecida. Entre 24 de outubro de 1922 e 25 de fevereiro de 1924, uma Assembleia Constituinte foi estabelecida para eleger o primeiro parlamento do país, para redigir uma constituição e ratificar o tratado Anglo-Iraquiano de 1922, projetado para permitir o autogoverno local, ao mesmo tempo em que concedia aos britânicos o controle de assuntos exteriores e militares. Posteriormente, essa forma de governo foi incorporada à lei orgânica de 1925, na qual o Iraque foi definido como uma monarquia constitucional hereditária, com uma legislatura bicameral eleita. O Islã era a religião do Estado, e os tribunais da Sharia, para sunitas e xiitas, mantinham jurisdição sobre o *status* pessoal. Outras instituições nacionais básicas foram criadas rapidamente. O exército iraquiano, que viria a ser um símbolo nacional e um instrumento essencial da autoridade do Estado, foi fundado em 1921 e expandido após a independência de 1932 (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p.207).

Desde o estabelecimento de um governo nacional, os iraquianos aumentaram sua participação política por meio da organização de partidos políticos. Três partidos foram formados em 1921, um pelo grupo no poder liderado pela família Hachemita e dois por partidos da oposição vistos mais tarde como a alternativa nacionalista no país, o Partido

*Watani* (Patriótico) e o Partido *Nahda* (Despertar). Ambos tinham o mesmo objetivo político: terminar o mandato britânico e conquistar a independência, mas divergiam quanto à forma de realizá-lo. Os nacionalistas iraquianos exigiram independência por uma questão de direito, conforme prometido em declarações de guerra e tratados, ao invés de uma questão de capacidade de autogoverno, segundo o estabelecido no mandato. Várias tentativas foram feitas para redefinir as relações Anglo-Iraquianas, conforme consagradas nos tratados de 1926 e 1927, sem alterar fundamentalmente a responsabilidade da Grã-Bretanha.

Para os nacionalistas iraquianos, os tratados britânicos pareciam ser um obstáculo ao verdadeiro desenvolvimento econômico do país. Eles argumentaram que havia dois governos no Iraque, um estrangeiro e outro nacional (TRIPP, 2008, p.52-57). Se, para essa oposição política, que não conseguiu encaminhar mudanças dentro do sistema de poder formal durante o período monárquico, era interessante acabar com o mandato britânico para constituir um poder *de facto* iraquiano, o mesmo não pode se dizer da Monarquia Hachemita[56]. Manter os britânicos perto era a garantia de que seu *status quo* de poder se manteria intacto. Regionalmente, a ideia britânica era construir o país como um contrapeso ao Egito, nação mais forte e em amplo desenvolvimento (PERETZ, 1963, p. 367). Em termos de comércio internacional, naquele mmomento, a participação da Grã-Bretanha no comércio iraquiano representava ¾ do comércio do Iraque (FAROUK-SLUGLETT; SLUGLETT, 2001, p.7-8).

No contexto dessa guerra, o petróleo era uma questão de primeira ordem, com as redefinições dos direitos de exploração desse recurso natural nos territórios otomanos. Às vésperas da guerra, os britânicos ameaçavam os Otomanos que pretendiam firmar seus próprios mecanismos de desenvolvimento de uma indústria de petróleo. Os esforços para as primeiras companhias de petróleo vinham, afinal, do capital das potências (britânico, alemão e francês), e aos olhos britânicos isso não poderia ser simplesmente abandonado. A proposta britânica era abusiva, eles argumentavam que qualquer empresa estabelecida nos *vilayets* tinha que oferecer ao grupo D'Arcy[57] pelo menos 50% de participação em suas operações (MEJCHER, 1972). O rescaldo da guerra e a eventual vitória da Tríplice Entente levou a acordos petrolíferos em direção à plena presença da elite econômica europeia (e posteriormente norte-americana).

---

[56] Conforme aponta a pesquisa quantitativa de Al-Qazzaz (1990), essa elite era um pequeno círculo fechado. Uma grande lacuna existia entre eles e a grande maioria dos citadinos e camponeses, os "homens comuns", cujos problemas não eram atendidos pelo governo representado por essa elite.

[57] O grupo D'arcy foi fundado em abril de 1909;o empresário Willian Knox D'Arcy foi nomeado diretor da recém-fundada *Anglo-Persian Oil Company* (APOC) (BRITANNICA, 2020a)

O problema imediato enfrentado pelo governo britânico era o de conceber circunstâncias em que o petróleo pudesse realmente ser explorado. Em abril de 1919, antes da assinatura do Tratado de Versalhes, um acordo provisório sobre o petróleo foi assinado pelos ministros do petróleo britânico e francês, Long e Bérenger, respectivamente[58]. As negociações entre a Grã-Bretanha e o Iraque para uma concessão de petróleo começaram mais tarde, em 1923, e geraram um debate prolongado[59].

Novamente em 1928 o debate sobre os ascessos ao petróleo iraquiano reascendeu. Com o estabelecimento do *Red Line Agreement*,[60] em 31 de julho de 1928, alterava-se e, em alguma medida, ampliava-se o acordo concessionário para recursos de petróleo em territórios que anteriormente constituíam o Império Otomano no Oriente Médio. Esse novo desenho das concessões de petróleo, em alguma medida, diversificava e internacionalizava ainda mais os direitos de exploração e desenvolvimento da indústria petrolífera nos ex-territórios otomanos, quase que exclusivamente nas mãos de companhias privadas europeias e norte-americanas. Em 1929, também como resultado dos reajustes concessionários do *Red Line Agreement*, a TPC foi renomeada: *Iraq Petroleum Company* (IPC). Enquanto a IPC abrangia a exploração de seu campo de petróleo, o Governo do Iraque tinha como objetivo expandir a exploração petrolífera no país. Tinha uma definição estrutural clara sobre os direitos de exploração, agora precisava avançar em demais áreas ainda não exploradas dentro do próprio território (LONGRIGG, 1961, p.75).

---

58O Acordo de Long-Bérenger resolveu o problema, devolvendo a antiga participação de 25% do *Deutsche Bank* na TPC (confiscada durante a guerra pelo *Custodian of Enemy Property, que* determinava os limites e as condições sobre as reivindicações de propriedade em contextos de guerra) aos interesses franceses. Posteriormente, essa ação foi formalizada um ano depois no Acordo de Petróleo San Remo em quea francesa *Compagnie Française de Petroles*(que viria a se tornar a Total SE uma das gigantes petrolíferas) adquiriu 25% das ações da TPC. Os restantes accionistas eram a APOC (que se tronaria a *British Petroleum Company [BPC])* com 47,5%, a *Anglo-Saxon Petroleum Company*(que seria comprada pela Royal Dutch Shell) com 22,5% e os restantes 5% *Calouste Gulbenkian (notório empresário otomano)* (SLUGGLET, 2007, p.70).

59 O principal obstáculo era a demanda do Iraque por 20% da propriedade da TPC, o que daria aos iraquianos algum controle sobre a produção de petróleo. A empresa recusou, e os iraquianos, temendo a perda da província de Mosul Wilaya para a Turquia caso não cedessem, assinaram a concessão em março de 1925.

60. Esse novo desenho determinava que o investidor C. S. Gulbenkian permaneceria com 5% das receitas; 23,7% seriam divididas igualmente para as corporações norte-americanas *Socony Vacuum Oil Company* (depois se fundiria a outras coroporações, transformando-se na gigante *ExxonMobil*) e a*Standard Oil of New Jersey*; outros 23,7% seriam da *Compagnie Française de Petrole,s* cujo capital era dividido em 1/3 público francês e 2/3 capital privado francês; ainda 23,7% seriam do Grupo D'Arcy que, na época, era composto por 2/3 do capital da APOC, aproximadamente ¼ do capital da *Burmah Company* (companhia britânica que seria comprada pela Castrol e depois pela BP em 2000), e o restante (algo em torno de 1/10) era propriedade pública britânica; por fim os 23,7% restantes foram designados para a *Anglo-Saxan Petroleum Company* (USA, 2017b).

Paralelo ao processo de estabelecimento de um sistema petrolífero funcional para as potências, ficava cada vez mais evidente para os britânicos a confiança na e da monarquia *hachemita,* a qual não oferecia oposição aos processos econômicos e políticos aos quais o Iraque se submetia. Por essa razão, em julho de 1927, o governo britânico havia prometido ao Rei Faysal que recomendaria o país para a admissão na Liga das Nações. No início de 1930, foi estabelecido outro Tratado Anglo-Iraquiano que consumaria o caminho do Iraque para a independência: o governo britânico retirou todas as tropas terrestres britânicas e indianas do Iraque, mas ainda mantinha esquadrões de aeronaves militares estacionados em Mosul, Hinaidi (a cinco milhas de Bagdá) e Shaiba (a dez milhas de Basra), além de um ancoradouro do hidroavião em Basra, após a independência (SILVERFARB, 1982, p.23; 31).

Foi na 13ª Assembleia Anual da Liga das Nações, em 3 de outubro de 1932, que foi votada por unanimidade a admissão do Reino do Iraque como membro. O Iraque foi o primeiro e único território autorizado a abandonar seu *status* de tutela e obter a independência por meio de um acordo coletivo. No entanto, os britânicos nunca saíram realmente de lá, seja formalmente, por meio do tratado de 1930, ou informalmente, por meio do relacionamento próximo com a elite *Hachemita* iraquiana (TRIPP, 2008, p.73). Era a materialização de um projeto hegemônico britânico em que havia condições suficientes para confiar que o trabalho realizado pela monarquia *Hachemita* no país não trairia os interesses britânicos.

A nomeação britânica de Faysal foi uma modificação do plano original do Iraque para a independência, devido à pressão da sociedade iraquiana e também um movimento para proteger os interesses britânicos instalando um governo mais amigável ao império. A governança britânica do Iraque foi baseada em uma forma politicamente reformista e socialmente conservadora de "governo indireto" (BATATU, 1978, p.24).

### 2.3.3 Independência por concessão: muda-se a formalidade, mantém-se a estrutura.

Em 1932, a Grã-Bretanha concedeu a independência ao Reino do Iraque, porém, a relação de privilégio econômico da potência se manteve até 1958, quando as unidades militares do Iraque que ocuparam Bagdá anunciaram o fim da ordem monárquica e declararam o nascimento da República Iraquiana (DAWISHA, 2009, p. 171). Com a morte do rei Faysal e a ascensão do pan-arabista Nazi Ghazi ao trono, em 1933, a situação monárquica iraquiana pós-independência era de enfraquecimento. A sobreposição entre as visões internas dos primeiros nacionalistas do Iraque e o recém-criado e crescente Partido Comunista Iraquiano (ICP) garantiu paridade política entre as duas facções alternativas ao monarquismo.

Diversos episódios demonstram o papel ainda ativo do poder britânico no território iraquiano, como em 1936 e 1941, quando a Grã-Bretanha, em resposta às tentativas de golpe de Estado, ocupou militarmente o território iraquiano para retomar as rédeas do Estado para a elite do império, sua aliada. Com a intervenção militar britânica em 1941, se encerrou um ciclo constante de golpes militares que marcou o Iraque no período, desde a independência. Porém, isso em nada alterou as relações restritas entre os membros da elite política governante que determinavam as alianças políticas do Iraque. Nesse contexto, as estruturas de poder político e de ganhos econômicos continuavam monopolizadas pelos membros da mesma elite, dessa vez com a representação de um novo líder político, Nuri al-Said (TRIPP, 2007, p.105). Essa estrutura de poder durou até 1958, e marcou o fim do Reino do Iraque.

A regência de Abdul-Ilah (1913-1958) e o primeiro-ministro de Nuri al-Said (1888-1958), duas figuras pró-britânicas, após a morte do rei Ghazi (1912-1939), em 1939, fortaleceram ainda as classes tribais proprietárias de terras. Essa elite tribal proprietária de terra logo desfrutou de uma tributação ainda mais baixa por parte do Estado, graças ao acesso do governo a receitas do petróleo acentuadamente aumentadas, após um acordo de participação nos lucros de 50-50 com a BPC britânica, em 1952. Sob a condição de impasse doméstico entre as elites nacionalistas e as elites agrárias, a dinâmica internacional exerceu influência maior na política em Bagdá e em outras grandes cidades (MATIN, 2018, p.14).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o sólido apoio do Iraque às forças aliadas conferiu maior credibilidade à crescente esperança iraquiana por uma federação de Estados árabes. No final da guerra, o país juntou-se a outros Estados árabes soberanos da região para formar a Liga Árabe. A Carta da Liga Árabe estabelecia os objetivos de fortalecimento e coordenação política entre os Estados membros, a fim de alcançar a cooperação entre eles e salvaguardar sua independência e soberania; demonstrava também uma preocupação geral com os assuntos e interesses dos países árabes. (SMITH, 1968, p.10-11).

Paulatinamente, o peso regional ocupava a frente política dos iraquianos. A ocupação da Palestina e o agravamento da Guerra Fria foram dois fatores principais que afetaram a presença inglesa no Iraque. O papel da Grã-Bretanha na partição da Palestina seguido pela rápida ascensão do general pan-arabista do Egito, Gamal Abdel Nasser, mobilizou ainda mais os oficiais do exército iraquiano e das classes urbanas contra o governo pró-britânico. A reforma agrária radical, que eliminou grandes latifundiários no Egito, a nacionalização do Canal de Suez (1956), realizadas por Nasser, e sua sobrevivência a um ataque tripartite pela Grã-Bretanha, França e Israel forneceram aos nacionalistas iraquianos um modelo altamente

atraente, motivador e heróico. O pacto antissoviético de Bagdá, de 1955 – também conhecido como Organização do Tratado Central (CENTO) – entre Iraque, Irã, Turquia, Paquistão e Grã-Bretanha, patrocinado pelos EUA[61] inflamou ainda mais os nacionalistas iraquianos e isolou a monarquia (MATIN, 2018, p.15).

A queda da monarquia foi atribuída a uma série de decisões impopulares de política externa tomadas na década de 1950, somada ao enfraquecimento da monarquia no processo sucessão do Rei Gazi e seu filho Fayṣal II[62] (CLEVELAND, BUNTON, 2009, p.326). Em 1955, a resposta de Abdal Nasser ao Pacto de Bagdá veio através da conclamação dos militares do Iraque a derrubar a monarquia, em linha com sua postura anti-monarquia mais ampla. A aliança do Iraque com o Reino Unido tornou-se ainda mais impopular durante a crise do Suez, de 1956 (KINNINMONT; STANSFIELD; SIRRI, 2013, p.5).

A parcela mais ameaçadora dessa oposição crescente ao monarquismo partia dos militares iraquianos. Apesar das melhorias consideráveis em seu *status*, pagamento e condições de trabalho, o descontentamento estava se espalhando no exército, setor em que as doutrinas pan-árabes de Nasser encontravam uma audiência pronta e apreciativa. Ao final dos anos 1950, os principais oficiais militares ainda estavam intimamente associados ao regime por meio de laços de família, amizade ou de interesses materiais, por outro lado,a geração mais jovem vinha de origens sociais mais díspares, e suas visões refletiam as várias tendências políticas que circulavam no país como um todo, incluindo comunismo, nasserismo e outras formas de nacionalismo pan-árabe (FAROUK-SLUGLETT; SLUGLETT, 2001, p. 44). As condições sociais para a ocorrência da revolução Iraquiana vieram da parcela da elite anti-monarquista, e as condições materiais vieram da elite militar insatisfeita.

O impulso final veio do exército liderado pelo General Abd al-Karim Qassim (1914-1963), líder nacionalista do movimento dos Oficiais Livres do Iraque[63], que é comparado pela literatura historiográfica a partir seu homólogo egípcio Gamal Abdal Nasser, apesar de largas

---

[61] Década que marca a "entrada" dos EUA no Oriente Médio no contexto da disputa internacional com os soviéticos. Colocamos "entrada" entre aspas, pois a presença de companhias norte-americanas no Iraque data da década de 1920. Aqui, na década de 1950, consideramos as primeiras movimentações de política externa dos EUA para o Iraque, que envolve a esfera pública e governativa dos EUA.

[62] O Rei Gazi faleceu em um acidente de automóvel quando seu filho Fayṣal II tinha três anos, os anos até a maioridade de Fayṣal II levaram ao enfraquecimento da coroa. Fayṣal II assumiu o reinado em 1953, mas ficou pouco tempo no poder, visto que o golpe militar de 1958 removeu-o e pôs um fim ao regime monárquico.

[63] A estrutura organizacional original dos Oficiais Livres não pode ser rastreada com qualquer precisão antes de 1956, embora uma série de oficiais descontentes se reunissem secretamente desde 1952. O movimento, se pode ser assim descrito nessa fase, atraiu um número crescente de adeptos após a adesão do Iraque ao Pacto de Bagdá, em 1955, e ainda mais após a invasão tripartida do Egito, em 1956. Juntos, os Oficiais Livres somavam cerca de 200, menos de 5% de todos os membros do corpo de oficiais, embora a ausência virtual de oposição ao movimento de dentro das forças armadas na época da própria Revolução indica um nível de apoio mais alto do que essa pequena porcentagem implica.

diferenças entre ambos. Qassim serviu com o pequeno contingente do Iraque na guerra árabe-israelense de 1948 e retornou ao Iraque, como muitos outros membros dos Oficiais Livres do Iraque, com amargo ressentimento em relação à monarquia e a seus senhores supremos britânicos. O sucesso do golpe liderado por Qassim em 14 de julho de 1958 foi rápido. Sua ressonância com o humor popular antimonárquico e antibritânico, especialmente nas grandes cidades, rapidamente a transformou em uma convulsão política de proporções revolucionárias com as massas nas ruas por dias (BATATU, 1978). Marcava-se ali o fim de uma era monárquica acompanhada de perto pelos britânicos.

O período imediato pós-Segunda Guerra Mundial inaugurava uma nova ordem mundial. Nela novos Estados se sobressaíam como principais potências. Invariavelmente a ordem global se movia à medida que a disputa EUA-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se materializava. Em termos relativos de poder global, Inglaterra e França foram paulatinamente integrando um segundo escalão de potência, abaixo das duas superpotências EUA e URSS. Paralelamente, as disputas de poder internas aos Estados, bem como disputas regionais no Oriente Médio foram sendo enquadradas dentro desse cenário. Essas mudanças no Oriente Médio, durante e após a Segunda Guerra Mundial, também envolveram uma mudança no equilíbrio dos poderes externos na região. Se até então a Grã-Bretanha e a França tinham sido as potências externas dominantes, seu lugar como hegemonia externa estava gradualmente sendo assumido pelos EUA e disputado com a URSS. A interseção de grandes potências e estados regionais, de um lado, com a de estados e movimentos sociais, de outro, seria, portanto, dramaticamente reafirmada na Guerra Fria, que durou do final da década de 1940 até o final da década de 1980 e representou uma competição de várias camadas. Embora envolvesse guerras e competição militar entre o leste e o oeste, em apoio aos aliados no Oriente Médio, também envolveu uma rivalidade por lealdades políticas e por vantagens econômicas (HALLIDAY, 2005, p.96; 98). Nesse cenário a Guerra Fria afetou e foi afetada pelo Oriente Médio.

## 2.4 A busca por equilibrar autonomia e independência política internacional: a Era Qassim e a “entrada” dos EUA no Iraque.

A derrubada da monarquia em 14 de julho de 1958, por meio de um golpe de Estado bancado pelos militares iraquianos e motivado pela defesa da República, em oposição aos interesses imperialistas britânicos ainda remanescentes, marcou o fim de uma era largamente moldada pelo Império Britânico e executada pela monarquia iraquiana. Marcava-se o início

do período de busca por maior autonomia política do Iraque. O episódio foi quase universalmente apoiado pelo povo do Iraque. Para as massas iraquianas foi um momento de grande esperança e otimismo para o futuro. Muitos acreditavam que havia chegado ao poder um governo que não apenas libertaria o país da tutela da Grã-Bretanha e de seus Estados associados, mas seguiria políticas voltadas para o cumprimento de seus próprios interesses. (FAROUK-SLUGLETT; SLUGLETT, 2001, p. 47). Os desafios, porém, eram muitos.

A nova república declarada herdou um Iraque extremamente desigual e sem bases sociais sólidas para o desenvolvimento. Mais de 1/5 da população não tinha terra. 60% das terras cultivadas pertenciam aos grandes proprietários. A maioria dessas terras, cultivadas com base em um sistema por relações semifeudais (MATIN, 2018, p.14).

A partir de 1958, o governo do Iraque era composto pelo brigadeiro, Abd al-Karim Qassim (Kassem), e o coronel, Abd al-Salam Aref. As afiliações políticas dos ministros que ocuparam os outros 11 cargos do gabinete refletiam os primeiros esforços dos dois líderes em busca de inclusão de diferentes grupos: havia quatro nacionalistas árabes (um deles, o secretário-geral do Partido Baath), dois constitucionalistas, dois membros independentes, um curdo, um comunista e um oficial do exército. Enquanto a disseminação ideacional entre os novos ministros prometeu um tipo de unidade de governo que serviria a todas as forças políticas antimonárquicas, também lançou as sementes para confrontações ideológicas e conflitos políticos (DAWISHA, 2009, p.173). Qassim, então, proclamou o país como uma república e suplantou os laços da União Árabe com uma relação mais próxima com a República Árabe Unida (RAU). Ele também se afastou economicamente da Grã-Bretanha, mas acalmou um pouco o Ocidente ao manter as exportações de petróleo, que eram cruciais para a economia iraquiana (FAROUK-SLUGLETT; SLUGLETT, 2001, p. 48-62). Seu objetivo era o equilíbrio político combinado com desenvolvimento autônomo.

Quanto ao papel do Iraque no mundo árabe, o regime de Qassim e dos irmãos Aref não conseguiu chegar a uma solução aceitável para as facções políticas do país. Qassim enfrentou pressões internas conflitantes de duas forças: os nacionalistas pan-árabes, que exigiam uma fusão imediata com a RAU, e os comunistas, que se opunham, mediante a supressão egípicia do Partido Comunista Egípcio. Embora Qassim proclamasse apoio à solidariedade árabe, não desejava se tornar subordinado a Nasser. E escolheu manter o status de independência do Iraque. (CLEVELAND, BUNTON, 2009, p.328).

O principal aspecto do governo Qassim, em termos de política externa, foi o espírito reformista. Era necessário aumentar os recursos que, em 1961, representavam 27% da renda

total nacional. Desde o início da revolução, Qassim e os outros líderes manifestaram seu descontentamento com o que eles percebiam ser o relacionamento desequilibrado que existia entre a empresa IPC e a ordem monárquica. A nova liderança iraquiana sentiu que os *royalties* recebidos pelo Iraque da IPC eram baixos, um sentimento universalmente compartilhado por iraquianos de todas as convicções. AIPC aceitou algumas exigências iraquianas e a receita do petróleo aumentou quase 60% durante o regime de Qassim. Mas isso foi apenas uma jogada de abertura. Os iraquianos queriam maior participação no *royalty* e uma expansão significativa da produção de petróleo. Quando as negociações entre o governo e a IPC se arrastaram, Qassim convidou quatro países produtores de petróleo (Irã, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela) para Bagdá, no verão de 1960, a fim de discutir soluções para os preços estagnados do petróleo. O resultado foi a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960 (DAWISHA, 2009, p.182). Para as potências ocidentais, esse processo era negativo mediante às suas intenções para as redes de comércio internacional do petróleo na região. Os EUA, em particular sentiam-se prejudicados com as medidas nacionalizantes na economia petrolífera iraquiana.

Especificamente, a organização da OPEP trazia um novo componente para os cálculos de poder econômicos internacionais. Isso refletia menos na estrutura bipolar da Guerra Fria e mais nas agendas energéticas globais, dando relevância internacional a países que não faziam parte da primeira ordem política internacional. O que Franz Wirl (2009) chama de *Oil Weapon* (Petróleo como arma), traduz um forte elemento que impulsiona a capacidade política de atores globais que até então eram irrelevantes. Notoriamente, foi no Iraque pós-monárquico e sob a administração militar de Qassim, que se estabeleceu esse conjunto de países. Logo, é importante observar a OPEP não como uma organização composta de empresas monolíticas que maximizam os lucros, mas sim como uma organização multilateral de fixação de preços, complexa, diversa, cujos membros compartilhavam de interesses globais comuns; a OPEP era uma organização multirregional (América, África e Ásia/Oriente Médio) composta de Estados com ideologias e estruturas políticas diferentes. (DORAN, 1980).

Apesar da pouca institucionalização ou criação de regras para difundir pressões, na OPEP qualquer decisão (sobre preços de petróleo, ou outras origens) deveria ocorrer por consenso. No entanto, era evidente a prevalência da postura de liderança daqueles que obtinham maior monopólio do recurso – Arábia Saudita e Irã (com o Iraque na sequência, porém ainda desenvolvendo menos de sua potencialidade petrolífera).

Os países-membros justificavam as altas do petróleo devido a um contexto de instabilidade regional – sobre as redefinições políticas, lutas de independência e conflitos civis nos estados-membros e seu entorno – e global, diante da Guerra Fria. Mas como a liderança da OPEP evitou cuidadosamente quaisquer disputas estrangeiras importantes que pudessem dividir a organização, os acordos iniciais sobre os preços do petróleo não foram frustrados de forma a ameaçar a coesão da OPEP (DORAN, 1980). Ainda sim, a Guerra Fria impactou de forma incisiva o Oriente Médio, em especial o novo Iraque de Qassim. As ações reformistas empreendidas resultaram em importantes movimentações das potências para o país e inauguraram um momento de entrada dos EUA no Iraque nunca vista antes.

"No Oriente Médio como no mundo, o poder final está mudando da Grã-Bretanha para os EUA", afirmou o historiador Albert Hourani (1953b, p.169, tradução nossa). Era um novo *momentum* para o Oriente Médio. Fred Halliday (2005) define como um movimento dialético de entrada da guerra Fria no Oriente Médio, e da influencia do Oriente Médio nas dinâmicas das potências em disputa. Esse movimento inaugura a "entrada" dos EUA no Iraque. A redefinição social estrutural do Iraque pós-monárquico vai ser acompanhada de perto pelos EUA que encontrará nos Baathistas a oportunidade de tentar constituir uma ordem iraquiana favorável as suas intenções. O apoio por via de *covert actions* para o golpe de 1963 no Iraque é a expressão mais evidente do interesse dos EUA nos rumos políticos iraquianos. Esta história será retomada apenas no capítulo 5 desta tese. Antes, consideramos necessária uma apreciação das intenções e mecanismos de poder dos EUA no Iraque. Assim, primeiro trazendo a abordagem neogramscinana nas RI como arcabouço teórico adequado (capítulo 3), e então da estrutura e das práticas hegemônicas intrusivas dos EUA no SI (capítulo 4).

## 2.5 Conclusões parciais

Dos Paxás Mamelucos que prestavam contas da administração das três províncias (Bagdá, Basra e Mosul) aos otomanos, passando pelo período monárquico do Estado iraquiano do reinado hachemita sob tutelagem britânica, na primeira metade do século XX, até as dinâmicas da Guerra Fria na segunda metade do século XX, vê-se que o Iraque teve repetidas fases cuja forma de administração soberana de seu território se deu por meio de práticas explicitas de dominação, em que um ator externo com maior poder conduzia, por vezes de forma mais ativa, por vezes menos, os rumos políticos do Estado Iraquiano. Nesse sentido, marca-se como período excepcional entre a derrubada da monarquia iraquiana, em

1958, até a remoção de Saddam, em 2003. Momento de maior autonomia política do Iraque perante o SI, junto com momentos de maior conturbação política internacional.

Buscamos neste capítulo dar maior luz à importância e às transformações nas elites do poder iraquianas ao longo de sua história. Da mesma forma, buscamos trazer a relevância de determinadas elites econômicas na participação do processo de desenvolvimento da indústria petrolífera iraquiana, principal setor produtivo do país.

O Iraque, na maior parte da sua história, tem sido uma economia de mercado e um país de acordo com o SI. Desde a criação do Iraque, na virada de 1910 para 1920, até a sucessão de revoluções que removeu a dinastia Hachemita e pôs fim ao modelo monárquico construído pelos britânicos no país, em 1958, a representação política iraquiana agia de acordo com as regras do jogo internacional, sem apresentar comportamentos antiliberais, ou de confrontação ao SI. Não se pode afirmar que o Iraque tinha uma estrutura econômica bem estabelecida à época. Sua economia girava em torno do desenvolvimento petrolífero em andamento por todo Golfo Pérsico, monopolizado pelos interesses dos principais empresários do ramo internacionalmente. Nesse sentido, a corporação monopolizadora do petróleo iraquiano era a *TPC* que foi renomeada, em 1929, como *IPC* e esteve sob contratos privados sob os auspícios dos sistemas de concessões petrolíferas estabelecidos em toda região que basicamente permitia corporações estrangeiras explorarem e desenvolverem a indústria petrolífera nos diferentes territórios soberanos. O sistema de concessão petrolífera significava que o governo permitia que uma, ou mais, empresas explorasse e produzisse petróleo, gás ou recursos minerais dentro de uma área geográfica estritamente definida, normalmente sob terras de propriedade do governo ou terras, nas quais o governo detém os direitos de produção de petróleo, gás ou minerais. Em troca, teriam uma taxa de licença e compartilhamento de produção fornecida ao governo anfitrião por um período de tempo especificado. No caso do Iraque, esse sistema marcou a criação de um monopólio do petróleo, ou cartel, de imensa influência, que durou décadas. Evidentemente o Iraque era um espaço de fluxo internacional.

Politicamente, o Iraque esteve sob domínio britânico, que orientava os rumos governativos iraquianos e sua postura internacional, sob três formas: Um primeiro momento de ocupação colonial explícita (1914-1920); um segundo momento sob a forma de tutela, conforme estabelecido pelo sistema de mandatos, instaurando uma monarquia iraquiana, em 1921, conduzida pelo Império Britânico; um terceiro momento de presença indireta britânica, a partir da independência concedida em 1932 até o fim da monarquia *Hachemita,* em 1958. Foi somente com o fim da monarquia *Hachemita* que a participação internacional iraquiana

paulatinamente foi se alterando, transformando sua economia rumo à maior participação do Estado e alterando ano após ano a representação internacional iraquiana em direção ao paradigma autonomista de política externa, conforme a Guerra Fria se agravava. Houve também uma série de regimes republicanos chefiados por oficiais militares, que assumiram o poder na maioria dos casos, por meio de um golpe de Estado militar executado em 1958.

Vale destacar ainda que essa fase de maior autonomia não é homogênea. Durante a Era Qassim, identificamos vontades reformistas, no entanto, sem o desejo de enfrentamento, ou de contraposição explicita às potências internacionais. Esse período perdurou por uma década e ficou marcado pela busca de equilíbrio político não-submisso. Porém, resultou em um isolamento político, uma vez que não agradava nem às potências internacionais (EUA e URSS), nem às potências regionais Árabes (Egito e Síria), tampouco às novas elites políticas que emergiam (nasseristas, nacionalistas iraquianos, comunistas iraquianos). O resultado dessa equação foi a queda de Qassim patrocinada pelos EUA. Esse também pode ser identificado como momento em que a Guerra Fria afetou e foi afetada pelas dinâmicas regionais do Oriente Médio. Ali, a participação norte-americana no Iraque ganhou destaque. É aqui que os EUA começam a se voltar para o Iraque como um ator relevante para suas pretenções de poder no SI.

Esta historiografia sobre as estruturas de poder iraquianas auxilia o leitor a compreender os processos que levaram até o Iraque pós-monarquico cujo partido Baathista e sua consolidação como elite governante iraquiana, foi o ator político interno mais relevante dali em diante. Cabe agora trazer os arcabouços teóricos que nos auxiliarão a compreender as razões pelas quais os EUA investiram seus esforços no país de maneira progressiva desde os anos 1950, tendo no marco dos anos 1990 o momento de intensificação do projeto transformativo para o país, conforme o capítulo 3. Nesse sentido, utilizaremos as leituras neogramiscianas sobre poder e hegemonia para compreender o papel dos EUA pós-1945 e particularmente sua ação no Iraque. Em seguida, o capítulo 4 nos auxiliará a compreender as formas pelas quais os EUA atuam de maneira intrusiva no SI a fim de promover seus interesses. Lá faremos uma sistematização das características intrusivas da ação internacional norte-americana, bem como quais são os artifícios narrativos liberais que buscam legitimar tais atividades. O Iraque aparece como local de especial atenção dos EUA no contexto da Guerra Fria, conforme o capítulo 5. Porém, é nos anos 1990 que identificamos ações internacionais de alto nível de intrusão no Iraque com intencionalidades transformativas constantes.

# 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DINÂMICAS DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O *HEGEMON* NORTE-AMERICANO.

Tradicionalmente, a literatura sobre política externa dos EUA indica que a evolução do relacionamento inicial dos EUA com o Oriente Médio foi moldada pelo fim da primazia dos impérios otomano e britânico. Com os otomanos derrotados n a Primeira Guerra Mundial, começava a prevalecer uma ordem regional conduzida pelas potências vencedoras, Inglaterra e França. Essa narrativa considera que os EUA, já na década de 1920, envolveram-se para limitar as ambições imperialistas dos franceses e britânicos, embrenhadas numa narrativa antiimperialista[64]. Em um segundo momento, após a Segunda Guerra Mundial, os EUA foram cada vez mais atraídos para o Oriente Médio, primeiro para substituir o poder do Império Britânico, mas também para conter a influência militar e ideológica da URSS (DODGE, 2012). Se até então a Grã-Bretanha e a França tinham sido as potências externas dominantes, seu lugar como hegemonia externa estava gradualmente sendo assumido pelos EUA (HALLIDAY, 2005, p.95). Se observarmos exclusivamente as condicionantes políticas formais entre as potências globais, essas conclusões sobressaem.

No entanto, se considerarmos também, os aspectos informais – das condicionantes relacionais não presentes nos acordos e tratados internacionais, ou mesmo nas diretrizes explícitas de política externa dos EUA – e, também, transnacionais – considerando aí atores que não compõem o conjunto ontológico do Estado (agentes e instituições públicas), portanto, corporações, elites (não governantes), entidades não governamentais, podemos chegar a conclusões distintas sobre como se deu a participação e a entrada norte-americana no Oriente Médio. Isso enfatiza a dinâmica socioeconômica em que o Estado e o próprio SI foram formados (COX, 1986), contribuindo para uma reinterpretação dos processos geracionais das relações internacionais, especificamente no Oriente Médio.

Isso implica um exercício analítico que modifica a lente ontológica para se observar as relações internacionais para além do recorte estadocêntrico. As Relações Internacionais baseiam-se no estudo da interação entre diferentes agentes no SI, inclusive em fluxos que não envolvem diretamente o Estado (transnacionais) (PETERSON, 1992). Aqui, entende-se que a compreensão da relação entre Estado (e seus agentes) e sociedade de outras comunidades

64 Naquele momento, se referia aos métodos imperialistas clássicos de exploração e dominação direta.

políticas é primordial para se compreender o comportamento internacional dos Estados[65]. Encontramos nas abordagens teóricas neogramscianas arcabouço analítico qualificado para sustentar tal argumento.

Isso significa ir além da definição marxista-leninista que define o Estado como instrumento da classe dominante, ou realista clássica de que o Estado é uma entidade de ação autônoma com ambições evidentemente próprias. E considerar, como os neogramscianos, que o Estado teria como função primordial manter a hegemonia da classe dominante, ou elite, em suas dimensões coercitivas, adminstrativas, regulatórias e ideológicas. Isso vai além da lógica (marxismo clássica) do capital, ou estado-cêntrica (realismo clássico) como eixo orientador (HALLIDAY, 2007, p.87-93). A partir daí, consideramos que as disputas inter e intraelites é elemento fundamental para qualificação do debate sobre as relações de poder e seus atores.

A maior parte do trabalho substantivo de Gramsci concentrava-se na análise das formações sociais nacionais em períodos históricos específicos, particularmente na Itália. Ele argumentou que esse era o nível inicial em que o Estado e a sociedade civil deveriam ser analisados, e onde as bases das hegemonias sociais eram construídas. A "exportação" da abordagem gramisciana para a "internacional" foi conduzida originalmente por Robert Cox em 1981 e 1983. Inaugurava ali um novo campo epistêmico das RI que inspirou o trabalho de novos estudos preocupados com a internacionalização do Estado e da sociedade civil, os aspectos internacionais da hegemonia social, as formações transnacionais de classes em bloco e forças econômicas, o papel dos intelectuais orgânicos, das organizações internacionais (OI) e outras questões que ajudam a definir a natureza da política global (GILL, 1992, p.3-4).

Por isso, compreender o papel dos EUA no Oriente Médio e suas investidas na região através da abordagem neogramisciana é fundamental (MARKAKIS, 2016, p.13), pois permite uma concepção abrangente sobre as dinâmicas de poder que moldaram o comportamento hegemônico dos EUA na região e ao mesmo tempo concebe atores sociais não necessariamente vinculados diretamente ao Estado nesse processo. No caso iraquiano de

---

65 Conforme vimos na Introduçãod esta tese, a base ontológica tradicional das RI tem como premissa o relacionamento entre os Estados no cenário global. Nesse sentido, a percepção tradicional do Estado, considera-o tendo duas dimensões evidentes: a doméstica e a internacional (HALLIDAY, 2007, p.98), sendo ele composto de atores públicos (do Estado) e privados (não-estatais). Mesmo quando se propõe a uma abordagem institucionalista, ou transnacionalista, o terreno das RI tem em vista invariavelmente a dicotomia estatal e não-estatal (HALLIDAY, 2007, p.117). Entretanto, entendemos que é possível superar esta abordagem por meio de uma mudança ontológica em que o "internacional", e as interações que o compõe, se materializam não meramente pelo diálogo transfronteiriço, tampouco exclusivamente por orientação do chamado "interesse nacional", mas por diálogos entre classes específicas pautados pelos seus próprios interesses enquanto unidade político-social.

2003, os EUA buscaram introduzir maior liberalização econômica e uma democracia baseada em uma nova elite no Iraque, em busca da transformação da região como um todo (MARKAKIS, 2016, p.104-105). Olhar por essa lente teórica facilita e justifica o nosso exercício dos capítulos seguintes: compreender as articulações entre o governo dos EUA e as elites iraquianas anti-baathistas para execução de um novo projeto de poder no Iraque.

Afinal, é fundamental evitar as armadilhas de concepções estruturais restritivas que observam o Estado como um corpo político isolado com interesses predeterminados. É importante observá-lo como composto de um sistema social. Porém, não simplesmente, como a soma de indivíduos agindo voluntariamente, mas como um conjunto coletivo de atores (homogêneos ou não) que podemos chamar de elites políticas. Tais elites possuem alguma autoridade, força, prestígio – conceitos subsidiários daquilo que podemos definir como: "influência política" –, capaz de produzir efeitos que instigam seu exame empiricamente. Podemos entender tais efeitos como a configuração e a evolução de determinada formação política, da mesma forma que processos de conservação ou de desestabilização de determinada ordem social (CODATO; PERISSINOTTO, 2009a, p.151-152). Por isso, "(...) é fundamental lembrar que a ação do Estado como instituição, *depende muito do pessoal que o dirige*" (BIRNBAUM, *apud* CODATO; PERISSINOTTO, 2009a, p.145).

Dessa maneira, neste capítulo introduziremos o debate sobre Hegemonia nas Relações Internacionais, no intuito de utilizar os artifícios conceituais neogramiscianos para compreender as estruturas de poder no âmbito internacional. A partir daí, para além do debate teórico, discutiremos a ação hegemônica como práticas de poder realizadas internacionalmente para transformar ou sustentar espaços políticos estrangeiros (dependendo das estratégias de poder). Em seguida, entendemos ser fundamental trazer o tema das definições ontológicas sobre quem são os agentes de poder. O que faremos neste capítulo é retomar o debate sobre agentes/estruturas de poder nas Relações Internacionais pela lente neogramsciana. Nela destacaremos o papel de agência das elites do poder, como atores fundamentais para implementação, manipulação, transformação e/ou manutenção das estruturas de poder nas relações internacionais.

## 3.1 Hegemonia e relações internacionais: O arcabouço epistemológico para compreender o papel das elites no âmbito internacional.

Evidentemente, este trabalho parte da premissa de que a compreensão das articulações transnacionais entre elites é um fundamento importante para se conceber as estruturas de

poder e de dominação nas Relações Internacionais. Compreendemos que é possível uma análise do papel das elites no âmbito internacional dentro do escopo teórico que considere os conceitos de hegemonia e elites nas RI. Nesse sentido, algumas considerações teóricas se fazem necessárias para sustentá-la.

Consideramos que enquadramentos teóricos que restringem abordagens das Relações Internacionais em "caixas epistemológicas", ou mais especificamente Teorias de Relações Internacionais, são pouco úteis ao propósito de uma pesquisa empírica das relações transnacionais de poder EUA e Iraque (pré-2003), especificamente da articulação entre o governo norte-americano e determinada parcela da elite política iraquiana, como está proposta aqui na tese. No entanto, determinações de enquadramento teórico servem para um propósito pedagógico importante, por isso, um esforço possível (e puramente teórico) no sentido de "encaixar" esta pesquisa poderia considerá-la dentro do escopo explorado por alguns expoentes da Teoria Crítica. Isso se deve a algumas razões. Antes de apresentá-las, é fundamental estabelecer que a Teoria Crítica não pode ser identificada como um corpo teórico homogêneo, ela é um corpo complexo de pensamento com variantes diferentes. No entanto, o que une todos os teóricos críticos é a rejeição do que Cox (1986) chamou de "teoria da solução de problemas". Em vez de buscar maneiras de administrar e reformar o SI atual, a Teoria Crítica critica as estruturas e instituições internacionais, mas também busca sua emancipação, conforme busca encontrar e possibilitar a construção de uma nova sociedade nas esferas domésticas e internacionais livres de exclusão social (HOBSON, 2002, p.31).

Primeiramente, a Teoria Crítica de inspirações marxistas e histórico-sociológicas[66] compreendida nas RI a partir das obras de Robert Cox (1986), Andrew Linklater (1990), Richard Ashley (1984) e outros, permite uma abertura das RI para outros campos epistêmicos, diferentes conhecimentos e interesses, principalmente das Ciências Sociais, Políticas e Econômicas. Esses importantes teóricos das RI se espelham, principalmente, em pensadores

---

66 A partir da leitura de Hobden (2002), entendemos a Sociologia História como uma abordagem crítica que se recusa a tratar o presente como uma entidade autônoma fora da história, mas insiste em inseri-lo em um lugar sócio-temporal específico, oferecendo, assim, soluções sociológicas para as ilusões a-históricas. Segundo Hobden e Hobson (2002), é possível identificar pelo menos sete grandes abordagens sociológicas históricas das Relações Internacionais surgidasno final da década de 1990. Dentre elas, os autores destacam: a Sociologia Histórica materialista crítica nasRI (contribuição reconhecida pelos autores a Robert Cox) e a Sociologia Histórica crítica dasRI (contribuição reconhecida pelos autores principalmente a Andrew Linklater), a ambas originárias da "Teoria Crítica". Nesse sentido, os autores consideram que Robert Cox (1986), Andrew Linklater (1990), Richard Ashley (1984), expoentes da "Teoria Crítica", são parte do movimento em que alguns teóricos das RI começaram a olhar para a Sociologia Histórica,no início dos anos 1980, e que ganha impulso nos anos 1990, como um meio de aprimorar e reconfigurar a disciplina.

expoentes do marxismo e de suas novas interpretações, dentre as quais podemos destacar a(s) teoria(s) social (is) da "Escola de Frankfurt" e a teoria da hegemonia de Antônio Gramsci (HOFFMAN, 1987), tendo como centralidade o estudo teórico sobre como o poder se exerce e se legitima. O que fizeram os teóricos referidos acima foi trazer tal discussão a partir dessa perspectiva crítica para o campo das RI. Similarmente, um dos nossos grandes esforços é compreender a relação entre o governo norte-americano e as elites não-governantes no Iraque pegando emprestado o arcabouço teórico da Sociologia Política, em que vários estudaram a conexão entre as elites e a estrutura de poder.

Dentre as várias contribuições críticas às RI, podemos destacar duas com as quais coadunamos em nossa pesquisa. A apreciação da normatividade estadocêntrica das teorias tradicionalistas (Realismo, Liberalismo e suas versões derivativas) das RI, demonstrando-as como instrumento que reproduz as relações de poder assimétricas, e a hegemonia das potências internacionais, que permite questionar as premissas teóricas que balizam a normalização sobre o que é esperado e conhecido sobre as relações internacionais, o comportamento dos seus atores e a estrutura do seu sistema (COX, 1986; HOFFMAN, 1987). E, derivado disso, a análise da soberania estatal como instituição política mais importante para reprodução das práticas políticas de dominação internacional.

Pretendemos avançar principalmente no que se refere a esse segundo aspecto. Concordamos com tal argumentação estrutural da Teoria Crítica, pois é dentro das estruturas do Estado que se exercem mecanismos de poder e dominação. No entanto, quem está à frente do Estado? Essa é uma pergunta agencial fundamental. A identificação dos atores políticos contribui para um conhecimento mais acurado dos agentes de poder nas RI. Tais agentes, inclusive, podem não ser atores do Estado, de tal maneira que a chave estadocêntrica não auxilia de forma específica na identificação de quem detém o poder, quem comanda; nem sob quais interesses se dão ações políticas internacionais dos Estados.

A partir da estrutura ontológica da Sociologia Histórica nas Relações Internacionais, entende-se que as forças sociais têm um caráter sistêmico e global. E que, portanto, devemos observar as interações entre os Estados, não como uma totalidade nacional-territorial ou como um conceito jurídico, mas como um quadro de instituições coercitivas e administrativas com dinâmicas e atores de interesses próprios que afetam os rumos de poder de forma transnacional e multicausal (ESTEBAN; AIMÉ, 2007, p.3). O conceito de Estado usado em Gramsci é extenso e integral: concebe que, sob certas condições, há uma fusão orgânica entre Estado e sociedade civil. O poder da classe dominante, ou a fração de classe sobre as outras,

ou elites do poder[67], era parcialmente exercido por meio do Estado. Não foi simplesmente um caso de domínio por meio de sanções, punições (força) ou incentivos, também envolveu uma liderança intelectual e moral (consenso) (GILL, LAW, 1993, p.93). Nesse sentido já se distingue o que é a equação básica que define hegemonia como força mais consenso.

Entendemos, pois, que o escopo da Teoria Crítica das RI parece adequado. Porém, um exercício teórico mais profundo se faz necessário daquilo que dá (parcialmente) origem a essa teoria das RI. Referimo-nos a uma retomada teórico-analítica de Hegemonia como conceito explicativo fundamental, a partir das releituras de Gramsci, para a compreensão das estruturas de poder, especificamente, no caso da transformação da estrutura de poder iraquiana no âmbito da ocupação liderada pelos EUA, em 2003, associada a atores internos iraquianos, que preferimos chamar (e explicaremos) de elite política iraquiana anti-saddamista. Na verdade, um estudo nesse sentido nos ajudará a responder por que os EUA tiveram um enorme dispêndio para transformar a estrutura política e econômica iraquiana.

### 3.1.1 Hegemonia e as relações internacionais[68]

Conforme afirma Stephen Gill (1993, p.2), não existe uma única abordagem gramsciana que a consagre uma única escola de pensamento, assim como não há precisão em afirmar que exista uma única escola marxista de pensamento. Trata-se de interpretações chamadas de abordagens neogramiscianas de teorização sobre Hegemonia em Economia, Política e Relações Internacionais. Por outro lado, Willian Robinson (2014) procura categorizar tais abordagens em quatro correntes: 1) Hegemonia como dominação internacional, como parte da tradição Realista das RI; 2)Hegemonia como hegemonia do Estado, em sentido amplo, conforme evocado em muitos teóricos do Sistema-mundo das RI; 3) Hegemonia como dominação consensual ou hegemonia ideológica, no sentido mais genérico entendido por Gramsci como a forma pela qual um grupo dominante estabelece e mantém seu domínio; 4) A hegemonia como exercício de liderança em blocos históricos[69] de uma determinada ordem mundial, uma visão de hegemonia que combina o sentido vago de algum poder estatal proeminente no sistema mundial com o sentido mais de construção de consentimento ou liderança ideológica em torno de um projeto histórico particular.

---

[67]Faremos uma adequação mais precisa da correlação entre Elite e Classes dominantes no subtópico 3.2.

[68] Interessa-nos menos do debate sobre como Hegemonia pode ser compreendido na área acadêmica das Relações Internacionais, e mais sobre como o conceito de hegemonia auxilia na compreensão mais acurada das relações de poder em âmbito internacional, por isso relações internacionais.

[69]O conceito de *Blocco Storico*, ou Bloco Histórico será aprimorado adiante.

De qualquer maneira, os conceitos de Gramsci permitem que os estudiosos transcendam alguns dos debates atuais que dividem o campo das RI enquanto preservam os *insights* das principais tradições (Realismo, Liberalismo, Estruturalismo), ao mesmo tempo em que nos ajudam a quebrar a reificação do estado-nação, voltando nossa atenção para as fontes mais profundas de continuidade e mudança social (AUGELLI, MURPHY, 1993). Eles implicam em considerar a mudança estrutural global e suas ordens em termos da dialética de suas dimensões normativas (éticas, ideológicas) e materiais (GILL; LAW, 1993, p.94).

Tendo isso em vista, tentaremos inteirar o debate sobre Hegemonia nas relações internacionais de forma pertinente ao propósito deste trabalho. A saber, compreender a ação internacional intervencionista norte-americana no Iraque, em 2003, como uma prática de construção/manutenção hegemônica regional no Oriente Médio. Existem dimensões normativas e materiais que envolvem o processo intervencionista no Iraque, desde ações transnacionais de interação com a elite não governante iraquiana, nos anos 1990, às praticas militares, desde a invasão em 2003, incluindo a construção de um aparato legal e constitucional renovado que enquadrasse normas e valores miméticos aos norte-americanos, aos quais podemos, por ora, nomeá-los como: liberais internacionais, mas que posteriormente defini-lo-emos de forma mais qualificada.

A discussão de Robert Cox sobre Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais inaugura a tentativa de trazer para "dentro das RI" a discussão gramsciana de Hegemonia e seus conceitos, para, assim, compreendê-la à luz dos problemas de ordem internacional (1983). Para Cox (1983), hegemonia na esfera internacional consistia em um Estado dominante encabeçar uma ordem internacional baseado não apenas na superioridade material desse Estado, mas também na aceitação geral da liderança do Estado dominante. Em outras palavras, traduz na equação força mais consenso. Essa concepção foi estendida por ele, incluindo a discussão sobre forças sociais, formas de Estado e Ordens mundiais (COX, 1986).

Basicamente, Cox (1983) defende que, não apenas é possível compreender o conceito de Hegemonia à luz das RI, como o próprio Gramsci trabalha sobre as relações internacionais em seus *Cadernos de Cárcere.* Para Gramsci, as relações internacionais seguiam logicamente as relações sociais fundamentais. Isso significa dizer que as interações sociais em âmbito internacional, e consequentemente suas relações de poder, são reflexo das interações sociais no âmbito doméstico. Ou seja, qualquer alteração nas estruturas sociais leva a alterações absolutas ou relativas na estrutura internacional (COX, 1983, p.169). A partir dessa máxima, podemos entender como qualificar o conceito de hegemonia no âmbito internacional.

O conceito de hegemonia de Gramsci (1999) difere do uso realista ortodoxo. O Realista se refere ao domínio de um Estado sobre outros Estados e do que chamam de exercício direto de "poder sobre", sentido usado por Max Weber. Para Gramsci, hegemonia é um conceito utilizado para analisar a relação de forças em uma determinada sociedade. Uma ordem hegemônica é aquela cujo consentimento, ao invés da coerção, caracteriza as relações entre as classes, o Estado e a sociedade civil (GILL; LAW, 1993 p.93).

Robert Cox (1983, p.170) atenta para o mal uso do termo hegemonia nas RI, comumente usada como sinônimo de dominação de um Estado sobre outro Estado, trabalhando erroneamente como termo estritamente estadocêntrico. Esse é o caso de algumas abordagens neorealistas, por exemplo, de John Mearsheimer (2001), em *The Tragedy of Great Power Politics*, em que definiu *hegemon* (ator hegemônico) como um Estado que é tão poderoso que domina todos os outros Estados do SI. Algumas abordagens fornecem também reinterpretações sobre as fontes do poder, e são típicas dos teóricos neoliberais. Joseph Nye (1991; 2004; 2008) que constrói uma "nova" teoria do poder nas RI a partir dos conceitos de *Hard Power* (poder duro) e *Soft Power* (poder brando). Este é o uso de atração e persuasão, enquanto aquele seria o uso de coerção ou força na política externa. O *Soft Power* surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas de um país, enquanto o *Hard Power* se desenvolve a partir do poderio militar ou econômico de um país. É possível argumentar que o conceito de *Soft Power,* de Nye reside na compreensão de Gramsci de poder como "consentimento" (ZAHRAN; RAMOS, 2010, p.12)[70]. Igualmente, podemos associar o conceito de *Hard Power* ao princípio de força e coerção da equação gramsciana de Hegemonia. Portanto, não é absurdo correlacionar *Soft* e *Hard Power* como expressões de poder, tal qual Hegemonia como força (coerção) mais consenso. Isso é relevante, já que Nye omite referências a Gramsci em versões posteriores do termo (PARMAR; COX, 2010, p.2).

Da mesma forma, o termo às vezes é empregado erroneamente como um eufemismo de "imperialismo" (BROMLEY, 2003; DE GRAAFF, van APELDOORN, 2011; IKENBERRY, 1989). Por exemplo, John Ikenberry (1989, p.376), em *Rethinking the Origins of American Hegemony,* conclui que a atuação norte-americana na Europa, nos primeiros anos pós-Segunda Guerra Mundial deve reconhecê-lo como um Império "por convite", entendendo que foram os governos europeus que buscaram aliciar a projeção do poder dos EUA na Europa – e o fizeram principalmente por razões de segurança e recursos. No intuito de

---

70 Zahran e Ramos (2010) afirmam que, ao não estender a analogia gramsciana, Nye deixou lacunas na conceituação de *Soft Power*.

distinguir os fenômenos de hegemonia e imperialismo, Perry Anderson (2017) entende que são fenômenos distintos, não necessariamente correlacionados. A hegemonia baseia-se na submissão voluntária, a sociedade acredita na concepção de mundo do *hegemon*. Por exemplo, é verdade que o imperialismo às vezes poderia levar à hegemonia, se a sociedade conquistada vier a aceitar os benefícios do domínio estrangeiro. No entanto, em nem todo domínio imperial existe uma concepção de mundo aceita pela sociedade, que às vezes se submete meramente por medo e incapacidade de reagir à dominação. Robert Cox (1983) entende que a forma mais adequada seja interpretar hegemonia como dominação para a ordem mundial, ou seja, trata-se de um período temporalmente determinado (com começo e fim) em que se qualifica um *hegemon* prevalecente na ordem mundial, ou a disputa hegemônica presente, nesse caso um período "não-hegemônico".

Nesse sentido, Cox (1983, p.170-171) faz uma sugestão histórica dos períodos de hegemonia na ordem mundial a partir do século XIX. A saber: entre 1845 e1875, um período hegemônico, em que a Grã-Bretanha era maior potencia mundial; entre 1875 e 1945, um período não-hegemônico, em que a primazia britânica estava em contestação; entre 1945 e 1965, um período hegemônico em que os EUA fundaram uma nova ordem hegemônica similar àquela britânica, contudo com alterações institucionais e doutrinarias necessárias a nova conjuntura econômica global e mais complexa; e um último período, a partir de 1965, em que a contestação da ordem hegemônica norte-americana era evidente, tratava-se, portanto, de um período não-hegemônico. Concordando ou não com Cox e sua interpretação sobre os períodos hegemônicos, o mais relevante é compreender a estrutura analítica de hegemonia nas RI como hegemonia perante a ordem global, não perante relações exclusivas entre um ou outro Estado. Para ele, Hegemonia no nível internacional trata de uma ordem dentro da economia mundial, com modo de produção dominante que penetra outros Estados, conectando-se a outros modos de produção subordinados. Uma hegemonia mundial pode ser descrita como uma estrutura social, econômica e política prevalecente em nível global, não podendo ser prevalecente em apenas um desses aspectos.

Sobre isso podemos iniciar nossa primeira crítica, ou melhor, reavaliar essa conceitualização, pois ela restringe a concepção de hegemonia no âmbito internacional referindo-se exclusivamente ao todo global. Dessa forma, uma redefinição espacial se faz necessária. Entendemos que consolidações hegemônicas podem refletir espaços internacionais específicos e distintos. Por exemplo, pode ser percebido internacionalmente no âmbito regional, e não global. Sobressaem aí novos conceitos como hegemonia regional, continental

e em bloco. Posteriormente, o próprio Cox (1993) amplia essa compreensão, ao conceber a possibilidade de pensar no bloco histórico não apenas no nível de um determinado país – como fez Gramsci –, mas também a nível continental, como no seu estudo de caso sobre a Europa e a sua postura enquanto um conjunto com poder de agência particular no mundo.

Conforme compreendemos a existência de uma estrutura social global e de processos globais de mudança estrutural, as considerações sobre quem é *hegemon* pode se alterar. Leva-se em consideração, assim, os subsistemas de poder nas relações internacionais. Inclusive, a interação entre diferentes subsistemas é útil na concepção das interações de poder nas relações internacionais. Isso nos leva a compreender as ações internacionais dos EUA no Iraque como parte do escopo regional e das ambições regionais dos EUA para o Oriente Médio.

Mas como seria consagrada a Hegemonia em nível internacional? Robert Cox (1983, p.58-59) afirma que, para Gramsci, o Estado permaneceu a entidade básica nas relações internacionais, porém, mais importante que isso, ele é o lugar onde os conflitos sociais acontecem – o lugar também, portanto, onde as hegemonias das classes sociais dominantes (ou elites, como discutiremos a frente) podem ser construídas. Conforme afirma Van der Pilj (1989, p.7), na política mundial os ciclos hegemônicos [71] devem ser explicados por configurações específicas de classes dominantes (*rulling class*) unidas por de programas comuns amplamente implícitos, mas não menos definidos, ou conceitos abrangentes de controle. Tais conceitos são fórmulas políticas que emprestam coesão e força ao governo de classes particulares e frações de classes, traduzindo classe idealizada e pontos de vista fracionários em uma orientação estratégica para a sociedade como um todo.

Os Estados poderosos são aqueles que passaram por uma profunda revolução social, política e econômica e cujas consequências transformaram a forma de Estado e das relações sociais. A Revolução Francesa foi o caso sobre o qual Gramsci refletiu, mas Cox estende para pensar no desenvolvimento do poder dos EUA e da URSS, igualmente. Em todos esses casos, as transformações das nações ultrapassaram as fronteiras nacionais para se tornarem fenômenos que ambicionavam expansão internacional. Nos três casos, França do século XVIII, EUA e URSS no século XX, os processos tratam de transformações estruturais internas que, quando consolidadas, tentaram ser exportadas, ainda que por vias distintas. A

---

71 Aqui, podemos compreender de forma equivalente a terminologia de Van der Pilj (1989) de "ciclos hegemônicos", com a terminologia de Rober Cox (1983) de "período hegemônico".

partir daí, outros países receberam o impacto desses desenvolvimentos de uma forma passiva, ao que Gramsci descreveu em nível nacional como uma Revolução Passiva.

Isso conflagra um processo em que determinado grupo social chega ao poder sem romper o tecido social, portanto, sem quebrar as estruturas de classe, mas se adaptando a ele e modificando-o gradualmente. Geralmente, associa-se a "revolução passiva" aos processos de reforma e "modernização" [72] das estruturas de poder. Isso ocorre quando o ímpeto para a mudança não surge de uma transformação (social, econômica e política) exclusivamente local, mas sim como reflexo de desenvolvimentos internacionais que transmitem suas correntes ideológicas para a periferia. Nesse caso, uma hegemonia mundial é uma expansão externa da hegemonia interna (nacional), estabelecida por uma classe social (ou elite, veremos adiante) dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura e a tecnologia associadas a essa hegemonia nacional tornam-se padrões de emulação no exterior. Tal processo ocorre mais comumente na periferia do sistema por via da revolução passiva (COX, 1983, p.170-171).

A partir dessa compreensão de hegemonia em âmbito internacional e de como é possível uma teorização sobre Hegemonia em RI, nos cabe compreender como se dá o processo hegemônico *de facto*. Ou, nos temos gramscianos, como funciona a ação hegemônica em âmbito internacional.

### 3.1.2 A ação hegemônica: Considerações conceituais gramscianas sobre Prática de poder no âmbito internacional

> "Pode-se caracterizar a ação hegemônica como aquela que tem como fim estabelecer a supremacia de uma nova concepção de mundo e como objetivo apoderar-se do aparelho do Estado para, a partir dele, estabelecer novas condições legais de definição de *status*, na esperança de que a imposição legal se transforme em social." (FERREIRA, 1986, p.225)

Essa seria a definição mais qualificada em âmbito nacional para se compreender a ação hegemônica. Internacionalmente, esse processo ganha um nível maior de complexidade.

Oliveiros Ferreira entende que o "objetivo da ação hegemônica pode equiparar-se ao da guerra: o desarmamento do inimgo, ou a 'destruição das forças militares do inimigo'" (CLAUSEWITZ *apud* FERREIRA, 1986, p.225). O acadêmico brasileiro faz uma analogia do internacional (guerra) para o doméstico, em que, no âmbito político interno, o equivalente ao desarmamento é a conquista do aparelho do Estado e, a partir dele, "o emprego coativo dos

---

[72] Modernização aqui como termo qualitativo. Antônimo de atraso. Modernizar-se significa se atulizar apartir das bases sociais, políticas e econômicas dos poderosos. Aqueles que estabelecem a "regra do jogo", ou a ordem, no SI.

órgãos de Estado e pela alteração da ordem jurídica, que se podem deixar os grupos adversários (na disputa hegemônica) em condições de não mais tentar impor suas condutas ao conjunto da sociedade." (FERREIRA, 1986, p.225).

Mas, retornemos para o internacional. Aprofundando tal interpretação, entendemos que a expressão da ação hegemônica no âmbito internacional pode ocorrer também via "conquista" do aparelho do Estado inimigo, com ou sem guerra. Ou seja, existem, sim, mecanismos de dominação de um Estado estrangeiro, para além das vias militares clássicas da guerra regular. Aliás, conforme já vimos, a concepção de Hegemonia em âmbito internacional não significa necessariamente dominação por conquista territorial (imperialismo), mas sim uma submissão voluntária ao *hegemon* estrangeiro. Lembremos da equação "força" mais "consenso". Dependendo do caso, é possível pesar o nível de influência de cada variável.

Na esteira de Robert Cox, entendemos que dois conceitos gramiscianos são fundamentais para aprimorar nosso debate sobre as práticas de poder no âmbito internacional e contribuem para uma análise qualificada das dinâmicas de poder dos EUA no Iraque, são eles: 1) revolução passiva (*cesarismo* e *trasformismo*[73]); 2) bloco histórico.

### 3.1.2.1 Adaptando o conceito de "Revolução Passiva" para as Relações Internacionais

Um conceito fundamental para compreender a ação hegemônica no âmbito internacional, já mencionada no tópico anterior, é o de "revolução passiva", que é o desenvolvimento de estruturas políticas e econômicas miméticas em partes menos desenvolvidas do mundo (VAN DER PILJ, 1993). Para Gramsci, sociedades que "importaram", ou lhes foram impostos aspectos de uma nova ordem criada no exterior, sem que a velha ordem tivesse sido deslocada internamente e cuja introdução de mudanças não envolveram o despertar das forças populares, seriam sociedades que refletem o fenômeno de revolução passiva. São sociedades que foram transformadas em uma dialética de revolução (de fora) e de restauração (de dentro). Nelas o impasse era bastante comum, visto que nem as novas forças nem as velhas poderiam triunfar (COX, 1983, p.166). Ou seja, trata-se de sociedades afetadas pelos processos de revolução de outras sociedades.

Gramsci costuma analisar o impacto de uma revolução original em uma sociedade que resiste à revolução passiva no plano político. Esta se refere às noções de uma "revolução de cima", sem participação de massa (*e.g:* as pequenas ondas sucessivas de reforma em uma

---

73 Termos que serão definidos e detalhados mais a frente.

sociedade, ou intervenções de cima que revelem um tipo de modelo "mais adequado" para as sociedades periféricas). Também combinada as noções de uma transformação social pontual, na qual a elite governante (ou aquela que a substitui: a nova elite governante) se vê obrigada a avançar de uma forma mais ou menos sub-reptícia e "comprometida" (VAN DER PILJ, 1993).

Gramsci distinguiu essas sociedades (geralmente, da periferia do SI) que se transformaram a partir da revolução passiva, daquelas que passaram por uma revolução social completa e operaram plenamente suas consequências em novos modos de produção e relações sociais, como o caso dos britânicos, no século XVII, dos franceses e norte-americanos, no século XVIII, ou os soviéticos, no século XX.

Nesse sentido, será importante compreender que a revolução americana, ou a consolidação hegemônica norte-americana, após sua independência, e após a guerra civil, criou sistemas de poder que se estabilizaram ao longo dos séculos XVIII e XIX. Seu modelo político e econômico, que herda dos britânicos muitos dos seus aspectos ideológicos e normativos começa a ser "exportado" no início do século XX, conforme veremos no tópico seguinte. No caso iraquiano de 2003, compreende-se o fenômeno da revolução passiva no sentido em que seu Estado (e não sua sociedade, mas a partir de determinantes sociais relevantes que chamaremos de elites políticas anti-saddamistas) foi alterado e aos iraquianos foi imposta uma nova ordem política e econômica sem superação plena da velha ordem social.

Também podemos acionar a distinção feita por Theda Skocpol (1979) entre revolução social e revolução política. Enquanto as revoluções sociais são transformações rápidas do estado de uma sociedade e das estruturas de classe, eles são acompanhados e, em parte, levados a cabo por revoltas baseadas em classes vindas de baixo. As revoluções políticas transformam as estruturas do Estado, mas não as estruturas sociais, e não são necessariamente realizadas por meio do conflito de classes. Ambas as definições não cabem ao Iraque de 2003, por se tratar de um movimento de transformação que parte de "fora" (EUA, com a legitimação do CSONU) do Iraque e de sua sociedade. No entanto, podemos nos apegar à distinção conceitual entre revolução social e política no aspecto das bases de mudança. Nesse sentido, nos referimos às mudanças da estrutura política (e econômica) e não social.

A revolução passiva pode se expressar de duas maneiras, segundo a interpretação de Robert Cox (1983, pp. 170-171). Uma é o *cesarismo*, em que uma liderança forte intervém para resolver o impasse entre forças sociais iguais e opostas. Ele se manifesta de duas formas: progressiva, quando o governo forte preside um desenvolvimento mais ordenado de um novo

Estado; e reacionária, quando estabiliza o poder existente. Outra expressão da revolução passiva que nos interessa mais é o *trasformismo*, em que ocorre o processo de cooptação de líderes potenciais de grupos sociais subalternos. Por extensão, o *trasformismo* pode servir como uma estratégia de assimilar e domesticar ideias potencialmente perigosas ao *status quo*, ajustando-as às políticas da coalizão dominante e, assim, obstruindo a formação de oposição organizada de classe ao poder social e político estabelecido. No caso iraquiano, é possível identificar o fenômeno do *trasformismo,* quando há a cooptação da chamada elite anti-baathista durante os anos 1990 para o projeto norte-americano de remoção de Saddam Hussein e o Partido Baath do poder, na tentativa de reconstrução do Estado por via de premissas liberais tais quais a democracia e o livre-mercado, conforme capítulo 6.

3.1.2.2 Adaptando o conceito de bloco histórico para as Relações Internacionais

Finalmente, diante da leitura de Robert Cox (1983, p.167-168), entendemos que outro conceito auxiliar na compreensão da ação hegemônica em âmbito internacional seja o de bloco histórico (*Blocco Storico*), como um conceito estrutural. Gramsci estabelece uma crítica à forma como as análises convencionais separam política, economia e sociedade em um período de mudanças fundamentais nas estruturas globais e nacionais. Assim, entendia que separadamente eram inadequadas para a compreensão das estruturas de poder global. Por isso, deveriam ser compreendidas como um todo. Esse todo seria a configuração das forças sociais, sua base econômica, sua expressão ideológica e sua forma de autoridade política como um todo interativo, o que ele chamou de *blocco storico* ou bloco histórico (COX, 1993, p.259).

Segundo Mark Rupert (1993, p.81), para Gramsci, um bloco histórico é mais do que a aliança de classes ou frações de classes, ou seja, vai além de uma concepção ontológica. Abrange aspectos políticos, culturais e econômicos de uma formação social particular, unindo-os de maneiras historicamente específicas para formar um conjunto de relações sociais complexo, politicamente contestável e dinâmico. Um bloco histórico articula uma visão de mundo, alicerçada em condições sociopolíticas e relações de produção historicamente específicas, que conferem substância e coerência ideológica ao seu poder social.

Refere-se, nesse sentido, a um conceito dialético cujos elementos interativos (subjetivos e objetivos) criam uma unidade maior do que aquela determinada pelas fronteiras do Estado e suas distinções de análise. Gramsci, em vez da tendência de reificar o Estado e o sistema interestadual, explica a natureza do Estado na complexidade das relações entre o Estado e a sociedade civil e mostra que a natureza do poder está relacionada à síntese

dinâmica entre as forças da economia e da sociedade, atuando politicamente de forma inclusiva. A síntese dessas forças cria o bloco histórico, tema potencialidade para se tornar hegemônico (GILL, 1993, p.38-39). Dessa maneira, conforme afirma Gill e Law (1993, p.93), a hegemonia era exercida dentro de uma constelação de forças sociais e políticas mais amplas: o bloco histórico. Em última instância, refere-se a uma congruência histórica entre as forças materiais, instituições e ideologias. Isso, de modo geral, significa a conformidade entre diferentes forças de classe. Assim, pode-se entender o bloco histórico como elo orgânico entre política e sociedade civil, a partir da fusão de capacidades materiais, institucionais, intersubjetivas e ideológicas. Seja dominante ou emergente, essa estrutura é o bloco histórico.

Para Cox (1983, p.167), a visão de que Estado e sociedade juntos constituem uma estrutura sólida e que a revolução implica o desenvolvimento dentro dela é forte o suficiente para substituir a estrutura anterior. Fazendo eco a Marx, pensou que isso só poderia acontecer quando aquele tivesse esgotado todo o seu potencial. Nesse sentido, a crise de hegemonia é uma crise de representação: um bloco histórico está se dissolvendo (COX, 1987, p.285).

Exemplificando, Gill e Law (1993, p.94) indicam que, quando um bloco histórico é estável, significa que o ator hegemônico se organizou politicamente em torno de um conjunto de ideias hegemônicas que conferem alguma direção estratégica e coerência aos elementos constituintes. Para que surja um novo bloco histórico, é necessária a quebra dessa estrutura. Dessa forma, seus líderes devem se engajar em uma luta consciente e planejada – o que podemos chamar de disputa dentro da esfera das elites do poder. Caberia também conceber os movimentos revolucionários de massa como promotores da quebra de um bloco histórico. Não se trata simplesmente de uma questão de poder da ideologia ou de captura do Estado, tomando os postos burocráticos e executivos do governo. Qualquer novo bloco histórico deve ter poder dentro da sociedade civil e da economia, e também precisa de ideias e argumentos persuasivos que constroem e catalisam suas redes e organização políticas. Isso é precisamente o que qualifica o bloco histórico enquanto estrutura na qual a prática hegemônica existe.

Não é possível ignorar que Gramsci era, além de um teórico, um estrategista[74]. Seus conceitos foram criados não apenas com o intuito de compreender as estruturas de poder, mas de identificar formas de superá-las. Ele pedia uma "guerra de posição", na qual as populações prejudicadas procuram minar a legitimidade da ideologia dominante, em vez de apenas uma

---

74 Segundo Lipsitz (1988),Gramscidescreveu os intelectuais tradicionais como "especialistas em legitimação", apelando para o desenvolvimento de "intelectuais orgânicos" capazes de dar voz às necessidades e aspirações reprimidas de grupos oprimidos.

“guerra de manobra” destinada a tomar o poder do Estado. Para contrariar a hegemonia dos blocos históricos dominantes, Gramsci procurou formar coalizões de oposição capazes de lutar por um mundo sem exploração e hierarquia (LIPSITZ, 1988, p.146).

Portanto, Bloco Histórico deve ser interpretado como um conceito estratégico. Isso implica que a luta pela hegemonia é a luta por um novo bloco histórico. Sendo assim, uma articulação de programas de transição emanados da luta coletiva, da engenhosidade e da experimentação das classes subalternas, estabelecendo formas organizacionais adequadas, novas práticas políticas e novas intelectualidades políticas. (SOTIRIS, 2018).

Os blocos históricos que sustentam determinados Estados tornam-se conectados por meio dos interesses mútuos e das perspectivas ideológicas das classes sociais em diferentes países, e classes globais começam a se formar (COX, 1987, p.7). Por exemplo, um sistema estatal no qual a Grã-Bretanha desempenhava o papel central tornou-se a base de uma economia mundial em expansão. Essa economia mundial funcionava por meio de agências privadas centralizadas principalmente na cidade de Londres, que eram simbioticamente relacionadas ao Estado britânico e ao sistema de Estados centrado na Europa. O advento dessa ordem mundial liberal foi a culminação da primeira grande transformação nas estruturas do Estado: blocos históricos e modos de relações sociais de produção que deixaram seus traços no presente (COX, 1987, p.111). Em outro exemplo, para explicar a consolidação da *pax americana*, Rober Cox (1987, p.214) indica como o Plano Marshall foi o principal instrumento para a conformação da ordem internacional pós- Segunda Guerra Mundial.

> A nova economia mundial cresceu amplamente como consequência do papel hegemônico dos EUA e da expansão global das empresas sediadas nos EUA. As ações hegemônicas dos EUA incluíram o Plano Marshall e extensos gastos militares no exterior (Coréia; Indochina; Oceano Índico; e Golfo Pérsico). As empresas norte-americanas movimentaram capital em grande escala, principalmente para a Europa. Esses dois fatores criaram um grande e crescente déficit de pagamentos nos EUA (COX, 1987, p.216, tradução nossa).

O Plano Marshall, além de influenciar as políticas dos Estados europeus pós-Segunda Guerra Mundial, estendeu até a formação consciente do equilíbrio entre as forças sociais dentro dos Estados e a configuração emergente de blocos históricos. O Plano Marshall conduziu a Europa Ocidental para a liberalização do comércio e a conversibilidade do câmbio, condições básicas para a entrada em vigor da economia aberta, planejada em 1946. A estrutura institucional de Bretton-Woods para a economia mundial começou a funcionar conforme sua constituição básica apenas no final dos anos 1950 (COX, 1987, p.216).

O bloco histórico, determinado durante a *pax britanicca* no século XIX, e o bloco histórico norte-americano do século XX marcam respectivamente a consolidação da ação hegemônica da Grã-Bretanha e EUA. Ambos conquistam seus espaços hegemônicos globais por métodos particulares. Vejamos então, particularmente os métodos norte-americanos.

## 3.2 Introduzindo o debate sobre Hegemonia e quem tem poder de agência nas Relações Internacionais.

Agora já familiarizados com o léxico neogramisciano, traduzido para uma discussão das relações internacionais, um próximo problema aparece. A saber, o entendimento sobre quem é o ator hegemônico, como e onde promove a ação hegemônica. Para as RI, essa discussão está no cerne do debate clássico sobre agência/estrutura.

Segundo Knafo (2010, p.493), a ideia de agência nas RI sofre de um problema: permanece em sua maioria meta-teórica e parece ter pouco impacto em estudos concretos na área, portanto, nos diz muito pouco sobre as práticas e ações dos agentes. Para Knafo (2010, p.513), é mais relevante oferecer um rigor metodológico do que discussões ontológicas das RI que destacam o quão longe se pode ir teoricamente antes de envolver a história e os fatos materiais. Devemos considerar que as estruturas não têm significado sem a compreensão de como são implementadas historicamente e exploradas por agentes específicos como meio de se relacionar com outros atores. Em segundo lugar, devemos considerar a mudança social um foco sistemático de nossa análise. Essa perspectiva permite especificar melhor o significado das estruturas sociais e das lutas pelo poder que giram em torno delas.

Como afirma Gill (1993, p.9), a história está sempre em formação, em uma interação complexa e dialética entre agência, estrutura, consciência e ação. E a ideia de necessidade histórica implica que a interação social e a mudança política ocorrem dentro daquilo que ele chama de “limites do possível”, que, no entanto, não são fixos e imutáveis, mas existem dentro da estrutura social (compreendendo o aspecto intersubjetivo de ideias, ideologias e teorias, instituições sociais e um sistema socioeconômico prevalecente e um conjunto de relações de poder). Para Gill (1993, p.23), há um aspecto dialético e histórico disso: “embora a ação social seja constituída dentro das estruturas sociais predominantes, essas estruturas são transformadas pela agência. Isso por meio da ação coletiva” (GILL, 1993, p.23).

Nesse sentido, concordamos com Gill e Law (1993, p.94) que afirmam que a riqueza dos conceitos gramiscianos está na inclusão das dimensões normativas e materiais, estruturais e existenciais das relações sociais. É isso que compõe os estudos de poder e de hegemonia.

Por causa disso, eles oferecem pistas para superar o abismo entre estrutura e agência. Acreditamos que uma chave para a resolução do problema de estrutura-ação na teoria social de forma mais geral, e nas RI em particular, pode de dar por me iodo desenvolvimento de conceitos mediadores: poder estrutural, bloco histórico, revolução passiva e seus derivativos.

Dessa maneira, o debate sobre agência e estrutura é fundamentalmente sobre metodologia, não sobre ontologia. Em vez de cumprir uma função metodológica para enquadrar a análise, a agência tornou-se um objeto de pesquisa. Agora é interpretado em termos ontológicos como uma "dimensão da realidade" que precisa ser levada em consideração. No entanto, por ser apenas uma parte da realidade social, pode coexistir confortavelmente com um arranjo altamente estrutural (a outra parte da realidade). Por essa razão, o conceito de agência pouco fez para desafiar o determinismo estrutural e sua tendência a reificar a realidade social (KNAFO, 2010, p.498). Assim, diz respeito às implicações que o conceito de agência tem para a forma como analisamos as RI, ou mais especificamente sua utilidade para acentuar o impulso crítico de nossas análises (ou seja, sua capacidade de questionar o que consideramos garantido, inato) (KNAFO, 2010, p.513).

A particularidade desta tese consiste em dar maior destaque para as elites do poder enquanto atores relevantes para compreensão da constituição, transformação ou sustentação das estruturas de poder a nível internacional. No entanto, é necessário sustentar tal argumentação. Por essa razão, é fundamental compreendermos as distintas definições de agência daqueles que podemos considerar atores hegemônicos e aqueles que reagem, ou se conformam com os (novos) blocos históricos.

Em uma apreciação preliminar e não imersa propositalmente nesse debate agente/estrutura, Robert Cox entende que as Organizações Internacionais (OI) são os mecanismos contemporâneos mais adequados para ação hegemônica: "incorporam as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; são o produto da ordem mundial hegemônica; legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial; cooptam as elites dos países periféricos e absorvem ideias contra-hegemônicas" (COX, 1983, p.172, tradução nossa). Dando especial destaque ao quarto papel hegemônico das OI na concepção de Robert Cox, vemos que elas seriam mecanismos para cooptar as elites de países periféricos, na forma de *trasformismo* (COX, 1983, p.173). No entanto, as OI não são o único mecanismo de manifestação da ação hegemônica no plano internacional.

Partindo da leitura de Ferreira (1986), entendemos aqui que, talvez o mecanismo mais certeiro para promover uma ação hegemônica a nível internacional seja a partir da

interlocução direta entre os agentes do Estado dominador e agentes do Estado dominado, dispostos a contribuir com o projeto de poder do Estado dominador. Em um pequeno trecho ao final de *45 cavaleiros Húngaros*, Oliveiros S. Ferreira diz o seguinte, se referindo à dominação britânica na Índia: "os ingleses têm seus sequazes entre os indianos, não apenas aqueles que estão sempre com o mais forte, mas também sequazes 'cúmplices', conscientes etc." (FERREIRA, 1986, p. 345). Aqui, em uma livre interpretação, os sequazes seriam aqueles atores sociais do Estado inimigo (alguns indianos) dispostos a absorver, a aceitar, a estrutura de poder estrangeira. Não necessariamente por meio do controle dos mecanismos normativos das OI, como afirma Cox (1983), mas através de articulações com as elites de países periféricos.

Nesse sentido, é perceptível que a sociedade civil pode servir como suporte à hegemonia de uma classe dirigente, bem como pode reagir à essa nova classe. Se há uma concepção de hegemonia em âmbito internacional, invariavelmente haverá ambições contra-hegemônicas em disputa.

Nos países periféricos do SI, alguns Estados são vulneráveis à ação revolucionária. Cox (1983, p.173) exemplifica com o caso do Irã (1979). Tal ação revolucionária seria uma expressão evidente de contra-hegemonia no caso iraniano, visto que as alterações estruturais e da classe dirigente rumaram para uma política iraniana autônoma e desassociada dos EUA, ao contrário do que era visto nos anos 1950 e 1960. Nesse sentido, conter a ação contra-hegemônica significa preparar politicamente da população em profundidade suficiente para inibir as oportunidades revolucionárias e isso diminui a perspectiva de um novo bloco histórico.

Agora, no caso inverso, em que a constituição de um novo bloco histórico em determinado conjunto político-social periférico é desejosa pelo ator hegemônico internacional, no sentido de conquistar um espaço de poder que compartilhe da estrutura hegemônica, a ação hegemônica reproduz a lógica anterior à cooptação das elites locais. As elites políticas locais de países periféricos podem ser produto de levantes revolucionários, e entrincheirariam seu poder dentro de uma ordem liberal internacional monopolista – nesse caso atores contra-hegemônicos. Ou podem ser atores conformados com a estrutura de poder global estabelecidos – nesse caso atores sujeitos a uma concepção de mundo posta. Em todo caso, para Cox (1983, p.174), algo é evidente. A hegemonia liberal monopolista reconstruída seria perfeitamente capaz de praticar o *trasformismo*, ajustando-se a muitas variedades de instituições e práticas nacionais. Escrevendo no início dos anos 1980, Robert Cox entende que

a ordem global hegemônica norte-americana estava em risco, estava em questionamento. Não apenas um questionamento soviético, conforme a estrutura de poder bipolar da Guerra Fria sugere, mas também de um conjunto de países periféricos, usualmente compreendidos como parte do bloco terceiromundista. Por essa razão, para recuperar a estabilidade hegemônica liberal internacional liderada pelos EUA, indicava ser necessária uma reconstrução da forma atuava para manutenção, ou recuperação, da sua posição hegemônica de poder global.

Particularmente, nesta tese damos ênfase para o papel das elites como atores fundamentais de mobilização para os objetivos hegemônicos dos poderosos nas relações internacionais. Nesse sentido, tópico seguinte buscará justificar esta escolha dos atores que integram a estrutura de poder no âmbito internacional.

### 3.2.1 Hegemonia, Classes dominantes e Elites: quem são os atores que integram a estrutura de poder no âmbito internacional?

No campo das RI, desde a distinção paradigmática feita por Robert Cox (1981) entre teoria de resolução de problemas (*problem-solving theory*)[75] e teoria crítica – caracterizando a última como focada na mudança social–, a ênfase na mudança social tem sido vista como uma estratégia poderosa para desafiar as abordagens tradicionais em RI. Desde então, a noção de "agência", ganhou destaque como um meio de escapar do determinismo reificante do positivismo da disciplina, marcada pela análise das relações internacionais a partir de estruturas de poder consolidadas. Ainda assim, o debate agência/estrutura mostra como é difícil– porém importante – casar uma concepção estrutural de poder com uma noção de mudança social associada à agência dentro nas RI (KNAFO, 2010).

Entendemos que alguns teóricos da hegemonia na Economia Política e Relações Internacionais estão particularmente interessados na discussão sobre a prática hegemônica internacional por via dos atores hegemônicos. E não se referem ao Estado enquanto ator, mas sim enquanto estrutura. Nesse caso, os atores seriam as elites, ou classes dominantes (VAN DER PILJ, 1984; 1989; COX, 1987; PARMAR, 2012; 2019; LACHMANN, 2014). O mapeamento social é a maneira mais qualificada para entender a composição dos blocos históricos existentes e os elementos disponíveis para a formação de novos blocos e, portanto,

---

75 Cox se refere às teorias de RI tradicionais como constantes *Problem-Solving Theories*, ou teorias que visão a "solução de problemas". Portanto, abordagens que "consideram o mundo da forma como ele se encontra, com as relações sociais e de poder prevalecentes e as instituições nas quais elas estão organizadas, como a estrutura dada para a ação. O objetivo geral da resolução de problemas é fazer com que essas relações e instituições funcionem bem, lidando com fontes específicas de problemas" (COX, 1981, p.128, tradução nossa).

o potencial de mudança na forma de Estado, no sistema de Estados e na futura organização da produção (COX, 1987, p. 357). Por isso, uma distinção, ou melhor, uma adequação conceitual se faz importante nessa altura do trabalho para identificar a razão pela qual optamos pela qualificação de elites.

Alguns autores (ARON, 1950a; 1950b; 1960; MILLS, 1968; BOTTOMORE, 1964; GIDDENS, 1974; MILLIBAND, 1969) compreenderam não apenas ser possível, mas útil, conjugar os conceitos de classe dominante e elite política. Anthony Giddens (1974), em específico, afirmava que ambos devem ser vistos como conceitos complementares, sendo possível e prudente aproximá-los em nome da análise empírica dos processos políticos (CODATO; PERISSINOTTO, 2011, p.268). Na verdade, o debate sobre a qualificação do ator político dominante – se é que podemos conhecê-lo como ator, e não estrutura como afirmaria teóricos marxistas estruturalistas (POULANTZAS, 2019) – como um recorte de classe, ou elite, é antigo. Conforme afirma Raymond Aron (1960, pp.260, tradução nossa):

> Os sociólogos não concordam com a definição do termo classe, seja porque nem todos o utilizam para designar a mesma realidade, seja porque têm uma visão diferente da realidade a que se aplica. Pelo menos todos eles admitem que o conceito de classe é legítimo e que os grupos sociais merecem ser chamados de classes. A própria legitimidade de conceitos como "classe política" ou "classe dominante" ou "elite" é questionada por uma fração de sociólogos. A *classe dirigente* ou *ruling class* existe, ou é apenas um mito? A elite, ou elite do poder é criada pela imaginação taciturna do sociólogo, ou realmente domina a sociedade americana?

Ainda que não mencione diretamente, quando Aron (1960, p. 260) propõe essa segunda pergunta se refere particularmente à sistematização teórica do sociólogo norte-americano Charles Wright Mills (1968) da elite do poder, ao observar as estruturas de poder dos EUA. O sociólogo francês ainda alerta de maneira crítica, que, no caso da maioria dos sociólogos norte-americanos, o não-uso do termo classe social dominante, ou somente, classe dominante, tem uma justificativa objetiva. Isso, pois, o conceito de classe dominante, contradiria ideologicamente o princípio de "governo do povo, pelo povo e para o povo", já que enquadraria um estrato da sociedade evidentemente beneficiário e controlador das estruturas de poder. Da mesma forma, os sociólogos marxistas gostam menos ainda desse conceito, já que, segundo a ideologia soviética, os "monopolistas" reinam nos EUA e os "proletários" na URSS, de tal maneira que o cunho dominante estabelece um lugar de ação para as classes, que é inconcebível para teoria estruturalista marxista que enxerga classe enquanto estrutura. Propositadamente, Aron estabelece essa distinção generalizada entre soviéticos e norte-americanos, pois sua ambição é demonstrar que o problema da classe dominante está carregado de implicações ideológicas.

No entanto, as implicações ideológicas são apenas uma face dos problemas identificados na determinação, ou distinção entre classes (dominantes) e elites. Codato e Perissinotto (2008, p.7) identificam que novas perspectivas teóricas e novos programas empíricos de pesquisa, esfriaram a preocupação dos cientistas sociais e políticos com o tema das elites. Isso se deve, sobremaneira, às críticas formuladas a partir de três perspectivas distintas: o estruturalismo marxista, o institucionalismo de escolha racional e a Sociologia Relacional, de Pierre Bourdieu. Cada uma dessas Escolas indica razões particulares para o abandono, ou superação da abordagem das elites para compreender as estruturas de poder.

A crítica mais evidente à abordagem das elites no estruturalismo marxista parte de Nico Poulantzas (2019), que acredita que o problema central de análise das estruturas de poder deve ser sobre qual o tipo de relações sociais de dominação o Estado produz, e não quem decide ou governa (CODATO; PERISSINOTO, 2009a, p.144), portanto, preocupado com determinações estruturalistas e não de ordem agencial (dos atores de poder). Sobre o problema da análise das elites nas relações de poder, Poulantzas afirmará que são os vínculos objetivos existentes entre a estrutura do Estado e a sociedade capitalistas que importam. De tal maneira que os indivíduos à frente das principais posições do aparelho estatal – independentemente de suas individualidades ou aspectos que constituem uma coesão coletiva aos seus pares (origem social, crenças coletivas e motivações subjetivas) – estariam fadados "a reproduzir a 'função objetiva' do Estado, que consiste em manter a coesão de uma formação social baseada na dominação de classe" (CODATO; PERISSINOTO, 2008, p.8). Logo, as origens e intenções subjetivas dos decisores pouco importam.

Enquanto o marxismo estruturalista entende a classe social como estrutura objetiva, entendemo-la como um "ator político coletivo" e não apenas como um "lugar objetivo nas estruturas sociais", cujos interesses seriam representados automaticamente por instituições políticas cumpridoras das "funções objetivas do sistema capitalista" (CODATO; PERISSINOTO, 2009b, pp. 246). Aqui, podemos interpretar que os marxistas estruturalistas, que se opõe a utilidade epistemológica dos estudos de elites, o fazem, pois a eles interessa compreender as estruturas de dominação, e não as *infraestruturas* de poder que consistem na observação de quem está à frente da condução dos processos de poder, objetivamente.

Outro elemento de contraposição teórica entre aqueles que concebem a centralidade das elites para concepção das estruturas de poder e os marxistas estruturalistas estaria na concepção de "Minoria politicamente ativa" (SAES, 1994). Para os primeiros, "a dominação dos processos macro-políticos por minorias sociais é definida como um fenômeno universal",

baseada na tese de que "em qualquer espécie de sociedade humana (passada, presente ou futura), uma minoria de homens tende sempre a assumir o controle do processo de tomada das grandes decisões políticas". Na teoria política marxista estruturalista "a existência de minorias dominantes é encarada como um *fato histórico,* relacionado com a existência da sociedade de classes" (SAES, 1994, p.9). Nesse sentido é mais fácil compreender essa distinção sugerida pela lente ontológica. Enquanto para os marxistas, de maneira geral, exista uma correlação necessária entre dominação econômica de classe e exercício de poder político, para os teóricos das elites, em geral, não existe essa correlação enquanto necessidade, mas sim possibilidade. Portanto, o teórico das elites "não exclui a presença do conceito de *classe social* (...) rejeita a caracterização de uma correlação invariante entre as condições de classe economicamente superior ou dominante e de grupo politicamente dirigente" (SAES, 1994, p.10). Ou seja, a dominação econômica de classe e o exercício de poder político podem, ou não, coincidir. Assim, pode-se retomar a interpretação de que o conceito de elites e classes não excludentes. Na verdade, podem ser complementares. Por essa razão, concordamos com a crítica de Codato e Perissinotto (2009a, p.195), cuja "introdução do conceito de 'elite' no interior do marxismo teórico pode ser produtiva para o desenvolvimento dessa perspectiva de análise social, tornando a abordagem classista da política operacionalizável cientificamente".

No campo teórico do institucionalismo de escolha racional[76]·, os pesquisadores também teceram suas críticas à abordagem das elites. Para eles, "o contexto institucional é a variável independente que explica a conduta de atores políticos tidos como racionais." (CODATO; PERISSINOTO, 2008, p.9). Nessa abordagem, as instituições de uma sociedade eram o principal fator de influência (pressão) que explica o comportamento das ações individuais dos atores racionais que respondem a um ambiente institucional determinado. Dessa forma, as origens sociais dos atores dirigentes e seus valores pouco importam. No entanto, essa abordagem apresenta dois problemas, segundo Codato e Perissinoto (2008): primeiramente, a especificidade dos gostos e das preferências dos atores não entra na explicação dos comportamentos políticos; em segundo lugar, trata as instituições políticas como "variável independente" desconectada do contexto social, ignorando que as instituições também são constructos sociais de um tempo e uma sociedade, não surgem de forma espontânea.

Por fim, na Sociologia Relacional, de Pierre Bourdieu (1989), é identificada uma crítica ao essencialismo das abordagens elitistas em dois aspectos: a naturalização das

---

76 Ao se referir a esses teóricos, Codato e Perissinoto (2008) mencionam George Tsebelis, Garry Stanley Becker, Ellen M. Imergutt, Kathleen Thelen **e** Sven Steinmo**.**

propriedades sociais distintivas dos grupos dominantes enquanto recursos normais de superioridade; em segundo lugar, a sociologia relacional sugere que esses teóricos deixam de realizar uma perspectiva relacional destes grupos, a interação entre elites. Para ele, aquilo que para os teóricos das elites entendem como propriedades individuais são produtos das posições objetivas que ocupam no espaço social, portanto, a chave estaria não nos seus atributos, mas sim nas interações sociais (CODATO; PERISSINOTO, 2008, p.10). Apesar dessa crítica, uma leitura mais acurada dos teóricos que utilizam a categoria das elites como elemento analítico fundamental para as estruturas de poder (BOTTOMORE, 1964; MILIBAND, 1969; GIDDENS, 1974; DOMHOFF, 2005; 2018) revela a incorporação desse aspecto relacional na teorização sobre as elites e sua atuação.

De forma crítica, Codato e Perissinoto (2008) indicam que algumas proposições de Bourdieu sobre os grupos socialmente dominantes seriam o retorno, sob nova roupagem terminológica, da abordagem "posicional", ao estilo de Wright Mills (1968), conforme vimos na Introdução desta tese, à luz de Domhoff (2005). Assim, "os pressupostos teóricos da Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu não são incompatíveis com aquilo que normalmente se faz nos estudos das elites sociais e políticas" (CODATO; PERISSINOTO, 2008, p.12). Pelo contrário, são fundamentais. As condições sociais de acesso aos postos de elite, o controle desigual de recursos de poder e o grau variável de influência de um grupo específico estão, desde logo, condicionados por sua posição na estrutura social. E mais, é preciso considerar os processos de tomada de decisões por parte dessa elite, isto é, sua influência efetiva sobre o exercício do poder a partir das condições sociais presentes (GIDDENS, *apud* CODATO; PERISSINOTO, 2009b, p.259).

As três críticas às abordagens sobre elites nas estruturas de poder, na verdade, contribuíram para aprimorar as considerações sobre a relevância de se estudar o papel das elites na conformação das estruturas de poder. Portanto, nossa resposta às perguntas de porque estudar elites para compreender as estruturas de poder e qual a importância de se compreender o papel das elites na ação política internacional encontra-se exatamente na observação da ação hegemônica norte-americana. Historicamente, pelo menos desde a estabilização política dos EUA, após a reconstrução subsequente à guerra civil, os EUA têm uma atuação global ativa e particularmente intervencionista para construção de uma ordem hegemônica estável. Nesse aspecto, começaremos nossa argumentação partindo da máxima estabelecida por Inderjeet Parmar (2018), de acordo com a qual a ordem hegemônica norte-americana consiste na gestão global das mudanças por meio da coerção e incorporação da elite (interna e externamente).

Isso significa dizer que a ação hegemônica que garante a "conquista" do outro, externo às práticas e costumes liberais internacionais, está intrinsecamente ligada ao processo de articulação com elites de Estados estrangeiros.

Deixemos claro que um estudo das elites políticas não significa dizer que elas modelam o mundo de acordo com suas intenções e concepções, como naquilo que Ralph Miliband (1969) chamou de "superdeterminismo estrutural". Por essa razão, uma pesquisa qualificada sobre as elites nas estruturas de poder deve compreender tanto os atributos da elite política, quanto o seu comportamento efetivo. Ou seja, deve compreender a relação entre "a natureza das elites" e "a natureza das decisões". (CODATO; PERISSINOTTO, 2008, p.8). E, além disso, é fundamental entender sob qual contexto histórico partem suas decisões. Isto é, deve-se dirigir a consciência das ações (quais as razões para se tomar determinados rumos políticos e qual a margem decisória coube as decisões) diante de fatores de pressão evidentes.

> "é inegável que as elites agem num contexto estrutural que restringe suas ações/opções e redefine o sentido de suas estratégias a despeito de suas intenções iniciais e dos seus 'projetos', de outro lado não é menos inegável que essas elites fazem escolhas, traçam táticas, redefinem decisões, calculam o alcance de suas possibilidades de poder e, por conseguinte, afetam com isso a dinâmica real do mundo social e do mundo político" (CODATO; PERISSINOTTO, 2009a, p.151).

Assim, uma análise das relações internacionais que ponha as elites, ou classes dominantes, em primeiro lugar, irá invariavelmente trazer novos olhares para os processos históricos que constituem as práticas de poder e a consolidação de ordens políticas no SI. Evidentemente que quando nos voltamos às RI, as discussões ontológicas da disciplina são limitadas. Permanecem, em sua maioria, metateóricas e parecem ter pouco impacto em estudos concretos na área. Isso evidencia uma falta de espaço de estudos empíricos que questionem os paradigmas ontológicos das RI dentro do quadro estrutural dominante de análise de estudiosos críticos. (KNAFO, 2010).

Nesta tese, a contribuição é justamente empírica. Aqui pretendemos superar esse problema, a partir da análise empírica das relações transnacionais entre o governo dos EUA e as elites do poder iraquianas. Tal interação que transcende as relações formais e diplomáticas entre Estados é paradigmática para a consolidação do processo que culminou na transformação das estruturas de poder do Iraque, "expulsando" os baathistas há décadas no poder e consolidando a presença norte-americana no país, oficialmente parceira do governo iraquiano desde então. Contudo, antes de trabalhar especificamente nesse caso, devemos ter como ponto de partida que as ações intrusivas dos EUA no Iraque refletem, ou melhor, representam um aprimoramento das ações hegemônicas dos EUA no exterior praticadas há

décadas. Portanto, entende-se aqui que as práticas intervencionistas dos EUA de mobilização das elites iraquianas para conquistar seu objetivo hegemônico não é plenamente original. Na verdade, combina uma fórmula largamente aprimorada pelos norte-americanos de asseguramento do seu ciclo hegemônico por via de práticas intrusivas coercitivas e de incorporação das elites do poder em outros Estados. É sobre esse modelo norte-americano de ação hegemônica que falaremos adiante.

## 3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS:

Diante do esclarecimento do campo teórico do qual partimos dentro das RI, compreendemos dois aspectos fundamentais. Primeiramente, compreendemos que os teóricos neogramiscianos nas RI nos auxiliam a compreender os aspectos mais amplos dos objetivos e práticas de poder nas relações internacionais mediante o conceito de Hegemonia e seus conceitos auxiliares. Em segundo lugar, buscamos aqui apresentar o provento de se utilizar de uma análise das elites como agentes fundamentais para compreender a movimentação de poder entre atores no SI.

Por isso, entendemos que agora chegamos ao momento de adentrar nos aspectos que explicam a ordem hegemônica norte-americana. Iremos aqui apresentar o que entendemos ser o projeto liberal internacional norte-americano[77] nas suas bases, entendendo-o como um projeto hegemônico global que tem expressões em vários momentos da história em localidades distintas por via de fórmulas intervencionistas similares. Primeiramente teremos que identificar o que esse projeto pretende, quais são os seus valores e métodos de ação. Por isso o capítulo que segue se dedicará à solidificação de dois valores básicos: a democracia, enquanto sistema político ideal, o que implica na necessidade de exportação democrática; e o capitalismo, enquanto sistema econômico baseado na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade de comércio e indústria, com o principal objetivo de adquirir lucro, de tal forma que o Estado deveria ser o ator que garante as condições de possibilidade para seu desenvolvimento. O primeiro se daria através de transformações das estruturas políticas dos Estados não-democráticos e o segundo por meio de transformações econômicas em direção à

[77] O internacionalismo liberal é uma abordagem ambígua e multifacetada para compreender, explicar, justificar e praticar a política internacional. Um aspecto disso é como uma teoria positiva ensinada nas relações internacionais acadêmicas, derivada do liberalismo, aplicada aos assuntos internacionais, explicando como funcionam as políticas externas dos principais Estados, especialmente os EUA e a Grã-Bretanha. É também uma visão de mundo normativa, usada por alguns de seus proponentes para indicar como o mundo deve ser e como pode funcionar, e frequentemente funciona. O internacionalismo liberal, portanto, é também um conjunto de políticas e instituições, práticas estabelecidas (ANDERSON, 2015).

liberalização econômica, ou seja, menos regulamentações e restrições governamentais na economia, e a uma maior participação de entidades privadas.

A partir da solidificação das bases ideológicas legitimadoras das ações intervencionistas norte-americanas, buscaremos trazer materialidade à importância do estudo da interação entre elites transnacionais por meio de uma análise do método de intervenção internacional norte-americana a partir da articulação com elites locais, não como uma exceção, mas como uma constante. Os EUA executaram, ao longo dos séculos XX e XXI, intervenções internacionais das mais diversas características que vão desde invasões militares agressivas às intervenções humanitárias. Estendendo a concepção conceitual de "Intervenção Internacional" não apenas como ações presenciais e diretas, podemos entendê-la também como ações indiretas, ou encobertas (*covert actions*), ou seja, ações que influenciam financeiramente, e/ou ideologicamente outro ator internacional[78]. Em todo caso, para prevalecer seus interesses políticos, as intervenções sobressaem como um método constante. Dessa maneira, a forma como os EUA buscam consolidar seu projeto hegemônico não se dá apenas por imputações militares e coercitivas.

Conforme afirma Inderjeet Parmar (2018), a ordem liberal norte-americana se baseia no gerenciamento global de mudanças através da coerção e incorporação das elites locais; não se trata de promover diversidade ou igualdade, nem mesmo democracia (PARMAR, 2018). Já Luca Tardelli (2013) defende que as políticas intervencionistas norte-americanas são moldadas por três antecedentes causais sobrepostos: reivindicações ideológicas conflitantes das elites; a luta das elites pelo poder doméstico e internacional; e a relação estabelecida pela elite do interventor com grupos de elite e contra-elite no Estado-alvo. Nos três casos, é fundamental pensar a articulação, ou a preocupação dos EUA em como lidar com quem está - ou poderia estar –à frente do poder do Estado que sofre a intervenção. O próximo capítulo, portanto, será preparatório para, no capítulo posterior, trabalhar o caso iraquiano como reflexo desta lógica de ação intervencionista. Ficará evidente que a invasão no poder, a remoção de Saddam Hussein e substituição da elite política Baathista por uma nova estão dentro deste escopo mais amplo de ações intervencionista norte-americanas. Ainda que tenha suas particularidades, a articulação norte-americana com a elite não-governante anti-baathista não é acidental.

---

[78] Pretendemos fazer uma adequação conceitual sobre Intervenção neste capítulo. Para tanto recorreremos a Lucca Tardelli (2013, p.11-36) e Gene M. Lyons e Michael Mastanduno (1995, p.1-18).

# 4. A ORDEM INTERNACIONAL HEGEMÔNICA NORTE-AMERICANA: COERÇÃO E INCORPORAÇÃO DE ELITES, E O PARTICULARISMO DA RECONSTRUÇÃO COMO APARATO FUNDAMENTAL.

Partimos do pressuposto de que os EUA conduzem sua primazia no SI, ou mantêm sua hegemonia internacional, por meio da coerção e a incorporação de elites estrangeiras como método de gestão da ordem global (PARMAR, 2018). Em ambos os casos, trata-se de práticas internacionais intrusivas. Ou seja, atuam em um território soberano outro, de forma a tentar promover seus interesses estratégicos. Evidentemente, quando Inderjeet Parmar (2018) menciona a coerção como método, está se referindo a práticas internacionais com alto índice de intrusão. Em uma análise pela lente neogramisciana, podemos aproximá-la à variável "força" da equação hegemônica de Gramsci. Ao mesmo tempo, quando ele menciona a incorporação da elite como método de gestão da ordem global, refere-se a um tipo mais brando de intrusão internacional, uma vez que ele insere a condição "incorporação" como terminologia qualitativa da forma de articulação por meio de convencimento – seja ele ideológico ou estratégico. Nesse sentido, podemos associar a incorporação de elites, enquanto elemento mais brando, conectado a outra variável que compõe a referida equação hegemônica de Gramsci: o consenso. Mais precisamente no léxico neogramisciano, pode-se entender incorporação de elites estrangeiras como *trasformismo.* Apenas podemos considerar a incorporação da elite enquanto "consenso", se entendermos que as elites do poder são aquelas que promovem ordem e consenso interno. Afinal, como afirma Wright Mills (1968, p. 12), "a elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente dos homens comuns". É ela quem conduz e determina a estrutura social, geralmente assimilada pela sociedade[79] a ela submetida. Sendo assim, sumarizando esse raciocínio, temos, por meio da coerção (força), mais incorporação da elite (consenso), os EUA promovendo a gestão global da mudança (manutenção do seu *status* hegemônico). O que seria o mesmo que dizer interferir, conduzir e estar próximo dos processos de mudança internacional em vigência no intuito de sustentar seu posto de potência global.

Ambos os aspectos, a coerção e a incorporação da elite, são relevantes para o prosseguimento do raciocínio que se sucederá nesta tese. Inclusive, não são variáveis excludentes. Em um processo específico de gestão da mudança global, os EUA podem utilizar ambos os métodos. Na verdade, entendemos que seja importante uma adequação mais bem qualificada destes dois modelos indicados por Inderjeet Parmar (2018). Inclusive, ao final do

---

79 Na teoria de C. Wright Mills, ele chama de "sociedade de massas". Ver Wright Mills (1968, p. 350-378).

seu argumento, Parmar (2018) indica que a incorporação da elite – por uma combinação de coerção, atração e socialização – é o principal objetivo da ordem liderada pelos EUA. Dessa maneira, coloca a incorporação da elite como eixo motor da gestão da ordem global hegemônica. Essa ação interfere nas dinâmicas sociais de outros Estados, por meio daqueles que estão à frente das estruturas de poder.

Robert Cox (1987, p.389-390) afirma que a formação de classes não é um processo histórico determinado e uniforme, mas muito fluido. Ela é reflexo de uma relação dialética de oportunidades criada por mudanças na estrutura de produção e da práxis desenvolvida em resposta a essas oportunidades. Também sugere que são as forças poderosas em ação, apoiadas pelas classes dominantes, que obstruem a formação de classes entre grupos sociais subordinados emergentes. Isso, por meio da fragmentação ocupacional, da exploração de identidades e de símbolos étnicos e religiosos, do desamparo diante da repressão coercitiva de Estados e de grupos dominantes (polícia oficial e repressão militar e esquadrões da morte não oficiais), da promoção de práticas de consumo e da exploração da aspiração pequeno-burguesa de mobilidade ascendente individual. Em alguma medida, o raciocínio de Robert Cox (1987) também nos leva à argumentação sobre a manipulação, ou a tentativa de instrumentalização de determinadas classes para atingir objetivos hegemônicos. No âmbito internacional, em diversos momentos da história, o *hegemon* atuou internacionalmente interferindo nos rumos estruturais de espaços políticos alheios a suas fronteiras.

Retomando a lógica apontada anteriormente, tanto a coerção quanto a incorporação de elites tratam de maneiras intrusivas de tentar gerir mudanças em outros espaços políticos. Mas podemos ir além, a coerção e a incorporação de elites podem ser também formas de manutenção do *status quo,* se esse for o objetivo da ação intrusiva. Esse primeiro detalhamento é importante, pois qualifica que a ação hegemônica norte-americana em âmbito internacional extrapola a gestão da "mudança", também incluindo a gestão da "preservação" de determinadas estruturas de poder.

O argumento central de Lucca Tardelli é que essa ligação entre os interesses do ator interveniente num conflito interno (estrangeiro) e no apoio a uma das facções (estrangeiras) envolvidas é fundamental. A dinâmica da elite política é central para explicar as intervenções militares, com as elites políticas atuando tanto como os principais atores quanto como os principais alvos das intervenções militares (TARDELLI, 2013, p.18).

Especificamente, três dinâmicas de elite sobressaem nesses contextos intrusivos: 1) reivindicações ideológicas em confronto das elites; 2) a luta das elites pelo poder doméstico e

internacional; 3) a relação estabelecida pela elite do interventor com grupos de elite e contra-elite no Estado alvo. As três moldam os mecanismos causais definidores que levam à decisão de intervenção, são: o padrão de cooperação com grupos de elite no país alvo; os fatores que impulsionam a intervenção; e os fatores de atração que moldam a intervenção (TARDELLI, 2013, p.18). Combinando isso com a percepção de Vilfredo Pareto (1981) de elite não governante, podemos sistematizar três tipos de interação social transnacional por parte do ator hegemônico para gerir a transformação, ou a mudança nos espaços políticos estrangeiros.

O primeiro seria a interação com a elite governante, caracterizada pela vontade de manutenção da ordem, geralmente associada a ações para impedir revoluções, insurgências, guerras civis, ou meramente evitar a ascensão de crises políticas. O segundo tipo seria a interação com atores sociais contra-elite, caracterizada pela vontade de transformação total, que deve ser compreendido pelo apoio a uma revolução social. Inevitavelmente, quando o ator hegemônico apoia grupos insurgentes, ou revolucionários, está impulsionando uma mudança na estrutura social do Estado afetado por meio de uma nova reconfiguração das estruturas de poder. Nesse sentido, uma nova elite nasce. E, por fim, a interação com a elite não governante, portanto, impulsionando uma transformação naquilo que poderíamos conflagrar como "revolução política", na concepção de Theda Skocpol (1979), ou "revolução passiva", em Antonio Gramsci (COX, 1983). Nesse último tipo de interação, a elite não governante já tem uma posição hierárquica favorável nas estruturas sociais. Trata-se de uma rearticulação daqueles que comandam e estabelecem as normas e condutas social e ideologicamente aceitáveis dentro de determinada comunidade política. Nesse sentido, é adequado enquadrar a ação hegemônica como "revolução passiva" à medida que se trata da introdução de mudanças que não envolveram qualquer despertar das forças populares. Aqui cabe uma explicação, entendemos revolução social e política de maneira distinta. A partir da leitura de Theda Skocpol (1979, p.4) temos que:

> As revoluções sociais são transformações básicas e rápidas do estado de uma sociedade e das estruturas de classe; e eles são acompanhados e em parte levados a cabo por revoltas baseadas em classes vindas de baixo. As revoluções sociais são separadas de outros tipos de conflitos e processos transformativos, acima de tudo, pela combinação de duas coincidências: a coincidência da mudança estrutural da sociedade com a revolta de classe; e a coincidência da transformação política com a social. (...) As revoluções políticas transformam as estruturas do Estado, mas não as estruturas sociais, e não são necessariamente realizadas por meio do conflito de classes. (...) O que é único na revolução social é que as mudanças básicas na estrutura social e na estrutura política ocorrem juntas de uma forma que se reforça mutuamente. E essas mudanças ocorrem por meio de intensos conflitos sociopolíticos nos quais a luta de classes desempenha um papel fundamental (SKOCPOL, 1979, p.4, tradução nossa).

O que acrescentamos à explicação de Theda Scokpol é justamente o elemento ator interveniente estrangeiro. Muitas vezes, revoluções, sejam elas políticas ou sociais, são motivadas por fatores internacionais. E mais, podem ser observadas como fenômenos de política internacional. Destacamos aqui o papel fundamental do *hegemon* na promoção, patrocínio, ou apoio a esses processos de transformação das estruturas de poder. Dessa forma entendemos que uma esquematização básica da interação do ator hegemônico com atores sociais de espaços políticos estrangeiros poderia ser desenhada da seguinte maneira:

**Tabela 1. Tipificação das ações internacionais intrusivas a partir da interação com os atores sociais do Estado afetado.**

| **Ação hegemônica em direção a qual ator do espaço político afetado?** | Elite do poder governante | Elite do poder não governante | Contra-elite |
|---|---|---|---|
| **Objetivo da interação (tipo de ação hegemônica)** | Manutenção da ordem política vigente, ou conservação do *blocco historico* | Transformação por Revolução passiva (revolução política) | Transformação pelo rompimento do tecido social (revolução social) |

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2021)

A mudança da elite produz consequências sistêmicas significativas que, por sua vez, moldam os interesses que as elites enfrentam ao confrontar conflitos internos. Pela mesma razão, as intervenções militares produzem três efeitos sistêmicos significativos relacionados às três dinâmicas da elite destacadas anteriormente. Em primeiro lugar, ao funcionar como uma ferramenta para a gestão da mudança ou da manutenção das estruturas de poder no exterior, a intervenção influencia o grau de homogeneidade ideológica do sistema, afetando assim o grau de estabilidade e os padrões de cooperação dentro dele. Nesse sentido, a intervenção atua como uma ferramenta para a homogeneização forçada do SI, ou para a sua heterogeneização forçada quando conduzida por Estados revolucionários (TARDELLI, 2013, p.296). Seja na mudança ou na sustentação da ordem vigente, a intervenção é uma ferramenta de transformação, ou manutenção, que afeta invariavelmente as concepções de mundo dos espaços políticos investidos. Nesse sentido, calcular o grau de intrusão para promoção ideológica é fundamental. Afinal, como já vimos, a coesão social ideológica deve ser promovida via convencimento, não via imposição. Na equação hegemônica, significa assegurar a direção intelectual e moral do processo político-social, estabelecendo supremacia sobre uma forma de pensamento e de vida que seja entendida como adequada pelo dominado (FERREIRA, 1986).

Em segundo lugar, ao apoiar a candidatura de um grupo de elite local ao estado, a intervenção pode gerar aliados, afetando assim o equilíbrio de poder internacional ou

regional. Os conflitos internos permitiram a possibilidade de criar novos aliados, negar novos aliados a Estados rivais e, no caso, minar as alianças existentes (TARDELLI, 2013, p.297). Finalmente, ao estabelecer e reforçar relações de elite, a intervenção ajuda a moldar as relações patrão-cliente, afetando, assim, o grau de hierarquia no SI. Como Daniel Nexon (2009) aponta, as interações sociais entre as elites estatais e os grupos não governantes constituem o contexto estrutural dentro do qual as elites políticas operam. Assim, ao fortalecer ou afrouxar as relações patrão-cliente, a intervenção acaba por fortalecer, ou enfraquecer padrões mais amplos de hierarquia (TARDELLI, 2013, p.298).

Naturalmente, as estruturas de poder não são imutáveis. Por vezes as elites do poder se alteram por efeito de dinâmicas sociais específicas. Por essa razão, o ator hegemônico deve estar atento a essas modificações da estrutura social de poder seja nos Estados aliados, ou inimigos. E mais, age em direção a interferir as transformações em vigência, seja no sentido de impedir determinadas ascensões políticas, seja para promover transformações necessárias aos seus próprios objetivos. Geralmente, quando o ator hegemônico interfere na política interna de outro Estado, o faz via mecanismos indiretos, obscuros, não-evidentes[80]. Isso, pois, interferir na política interna de outro Estado é internacionalmente ilegítimo se partirmos dos princípios basilares do liberal-internacionalismo que compreende a soberania e a autodeterminação dos povos como eixos fundamentais da ordem internacional.

Evidentemente, esta tese parte do pressuposto de que as articulações com elites estrangeiras são, de fato um mecanismo presente na estratégia norte-americana para sustentar sua posição hegemônica há anos. No entanto, antes de adentrar em uma discussão com exemplos históricos que evidenciem tal processo nas relações internacionais, entendemos que seja fundamental qualificar essa discussão. Afinal, em que consiste essa articulação? É um mecanismo de intervenção internacional? Como categorizar e interpretar diferentes formas de articulação com elites estrangeiras?

## 4.1 O que entendemos por Intervenção Internacional e os diferentes níveis de intrusão.

A história das relações internacionais dos Estados-Nação modernos é composta por episódios contínuos de intervenções, invasões, ocupações, interferências entre si. São poucos aqueles que escaparam de ser afetados por esses processos. E geralmente, se não foram

80 Dedicaremos um subtópico para explorar mais adequadamente esses mecanismos de intrusão, estes serão chamados de *covert actions*.

afetados, é porque foram seus perpetradores. Dos mais de 190 Estados soberanos, um ou outro não foi afetado por dinâmicas de intervenções e ocupações estrangeiras. A Grã-Bretanha talvez seja o maior exemplo contemporâneo de Estado-nação não transformado bruscamente por essas dinâmicas intervencionistas. Sendo normalmente ator de intervenção, a história britânica, no entanto, revela momentos nos quais foi afetada por dinâmicas internacionais, como nas reformas protestantes e nas Guerras Mundiais. Já os EUA escaparam de intervenções desde a sua independência (1783), porém, seu passado colonial era caracterizado pela presença internacional britânica na sua constituição e no seu desenvolvimento. Desde a sua independência, os EUA são o Estado-Nação largamente conhecido pela sua expansão política por meio da aquisição pela força ou compra de território de outros povos. Não apenas é o principal ator que molda as dinâmicas de poder internacional desde então, como é afetado pelos conflitos que promove, geralmente como ator intervencionista direta, ou indiretamente. (HALLIDAY, 2007, p.17). Entendemos aqui que é relevante adequar os conceitos de intervenção, interferência, intrusão, ocupação, no intuito de melhor compreender as dinâmicas de poder que (re)definem o SI.

Assim sendo, definir "intervenção internacional" não é uma tarefa simples. São muitos os teóricos que a interpretam e tentam uma apropriação conceitual precisa (TARDELLI, 2013; LAWSON, TARDELLI, 2013; MACMILLAN, 2013a; REUS-SMIT, 2013; KEENE, 2013; MACMILLAN, 2013b; LITTLE, 2013; SHILLIAN, 2013; JONES, 2013; DODGE, 2013; WILLIAMS, 2013) [81]. Maior ainda é o número de estudiosos de RI, Política Internacional e estudos afins, que utilizam o termo intervenção internacional sem qualquer especificação conceitual. O amplo interesse pelo tema surge pelos temas: estado de soberania e os padrões de poder e autoridade no SI, e é evidenciado pelo aumento acentuado de interesse na história das intervenções internacionais, embora com um foco marcante na intervenção humanitária (MACMILLAN, 2013a, pp.1040). No entanto, apesar do lugar proeminente de intervenção na política mundial contemporânea, o debate é limitado por duas fraquezas: um "presentismo" excessivo, ou seja, estudos de intervenções coetâneas; e um foco em questões normativas em detrimento da análise das dinâmicas sociológicas de longo prazo que alimentam as pressões intervencionistas (LAWSON, TARDELLI, 2013, p.1233).

---

81 Para elaboração deste tópico utilizamos grandemente o*Special Issue: Intervention and the Ordering of the Modern World,* desenvolvido pela *Review of International Studies* da *Cambridge University*, em dezembro de 2013, bem como as fontes bibliográficas que subsidiaram seus artigos. Além de contar com contribuições originais, servem de base para compreender o estado da arte sobre intervenções internacionais, a partir de leituras clássicas das RI como Martin Wight, Stanley Hoffman, Hedley Bull, Emanuel Adler, Martha Finnemore, Herfried Munkler, Mary Kaldor. Mas também para além delas, expondo suas limitações.

Podemos definir a primeira abordagem conceitual sobre intervenções internacionais nas RI, na obra clássica de Martin Wight (2002), *A Política do Poder*, de 1946, em que o britânico dedica um capítulo para explicar a intervenção enquanto uma interferência pela força, que não seja necessariamente por via de declaração de guerra, feita por uma ou mais potências, nos assuntos de outra potência[82]. Wight (2002) está invariavelmente contido naquele conjunto de autores que apresentam as fraquezas analíticas salientadas por Lawson e Tardelli (2013). Em princípio, todo Estado é independente no que se refere à administração de seus próprios assuntos (exceto quando isto porventura esteja limitado por um tratado específico), e a interferência externa é uma violação de seus direitos. No entanto, na prática, a intervenção ocorre mais comumente do que a guerra, e levanta questões da maior complexidade moral: partidários de todas as crenças políticas considerarão a intervenção justificável[83] sob determinadas circunstâncias (WIGHT, 2002, pp.199). O pensador britânico divide sua concepção de intervenção em defensivas e ofensivas. A maior parte das intervenções é defensiva, com o objetivo de preservar o *status quo,* mas também existe a intervenção ofensiva, que tem o intuito de mudá-lo (WIGHT, 2002, p.200).

Evidentemente, a leitura de Wight inspira boa parte da tradição interpretativa das RI. Em sua acepção, percebem-se dois níveis de análise. Um primeiro, que se preocupa com os aspectos práticos das intervenções; portanto, define-a a partir da compreensão do que são as ações intervencionistas. E um segundo, que se preocupa com as definições motivacionais; do que podem e devem motivar intervenções. Muitas das pesquisas sobre intervenções em RI surfam nessas duas acepções. Por isso, John MacMillan (2013a) compreende que o estudo da intervenção em RI tendeu a ser apanhado em um duplo vínculo que mascarou a intervenção como uma modalidade específica de coerção no mundo moderno, ao contrário do que se afirma sobre intervenção como uma exceção à não-intervenção (MACMILLAN, 2013a, p.1042). Nessa mesma linha crítica, Lawson e Tardelli (2013, p.1234) entendem que, para a maioria dos acadêmicos, o debate gira em torno do 'dever' da intervenção: se e quando os Estados devem intervir dentro de um equilíbrio a ser alcançado entre interesses e preocupações éticas, incontroverso em face a problemas graves como violação de Direitos Humanos); as assimetrias de poder entre os Estados intervenientes e os Estados alvo, e assim por diante, mas que pouco contribui para interpretação das reais fontes de poder das

---

82 Em Martin Wight, o termo "Potência" deve ser compreendidocomo termo correlato a Estado, país ou nação. São as unidades independentes que compõem um sistema de relações contínuas altamente organizadas entre elas: relações políticas e econômicas, diplomáticas e comerciais, ora a paz e a guerra.

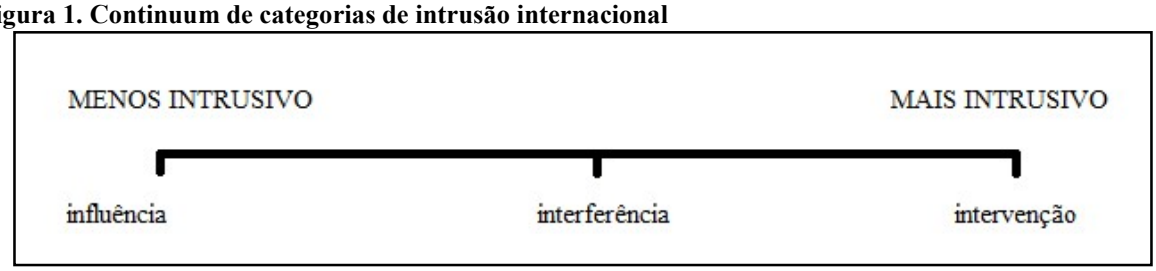
83No tópico seguinte debateremos o aspecto da (busca de) legitimidade nas práticas intervencionistas.

Potências. Nesse sentido, não há falta de quantidade de produções acadêmicas sobre "Intervenções", mas há uma falta perceptível de qualidade analítica e histórica.

Para Tardelli (2013), os problemas de definição surgem das vagas fronteiras do conceito, sendo resultado de duas questões: a complexidade do fenômeno em termos de suas múltiplas causas e formas; e a transcendência de forma interseccional diferentes categorias de análise (poder, moral, interesses e considerações jurídicas). Uma boa maneira de iniciar uma apreciação conceitual sobre intervenção em perspectiva internacional seja entendendo-a em comparação com outras categorias de intrusão internacional.

Por isso, para fins de melhor definição conceitual, a Figura 1 define o *continuum* entre ações internacionais mais e menos intrusivas, sendo as ações de influência o sentido menos intrusivo e a intervenção o sentido mais intrusivo. Trata-se de um tipo ideal de modelo a partir da definição de Tardelli (2013) e Lyons e Mastanduno (1995), compreendendo os níveis de interação internacional intrusiva entre diferentes entidades políticas territorialmente definidas.

**Figura 1. Continuum de categorias de intrusão internacional**




Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Nesse sentido, influência, significa a interação que atores internacionais exercem uns sobre os outros afetando *status*, identidade, recursos materiais, políticas internas e externas. Nesse nível, a problematização sobre violações ou coerções são quase inexistentes, pois inclui as próprias interações que manifestam a existência de um sistema em nível internacional por meio do qual as ações do Estado repercutem nas decisões de outros. Interferência se refere às formas de intrusão na jurisdição doméstica e nos assuntos de outras comunidades políticas independentes, não incluindo situações de conflito (guerras), mas as áreas e políticas que os atores políticos independentes consideram fazer parte de seus domínios soberanos e que mudam ao longo do tempo. Finalmente, a intervenção representa a forma mais intrusiva, resultado da tentativa intencional de um ator de moldar as estruturas internas de outra comunidade (TAREDELLI, 2013, p.22).

Geralmente, intervenção está associada ao nível da conflitualidade entre atores políticos independentes, portanto vinculada à definição militar de ações de guerra de um ator político independente adentrando o espaço de outro ator soberano. Lawson e Tardelli (2013)

afirmam que a soberania não se aplica a intervenções da maneira como é diretamente aplicável à guerra. Em vez disso, a intervenção "qualifica ou suspende" a noção de soberania de determinado Estado, em favor dos interventores. Também, a intervenção é com mais freqüência associada às relações entre Estados fortes em direção a Estados fracos. Podemos, nesse contexto, fazer a distinção entre dois tipos de intervenção defensiva: a intervenção para preservar o equilíbrio do poder e a intervenção por parte de uma grande potência nos assuntos de seus Estados-clientes, o que na verdade é uma intervenção para preservar um desequilíbrio do poder. (WIGHT, 2002, pp. 196). Os exemplos históricos de Martin Wight (2002) reduzem-se a casos de intervenção militar.

No entanto, é mais amplo e complexo que isso. Podemos distinguir três formas de intervenção em termos da fonte de poder empregada e do objetivo imediato afetado pelo ator externo de forma mais intrusiva: econômica, ideológica e militar. As intervenções econômicas denotam o uso de ferramentas econômicas para afetar as estruturas e políticas econômicas de um país estrangeiro. Intervenções ideológicas (ou intervenção na opinião) referem-se ao uso de ferramentas culturais, midiáticas e de propaganda destinadas a moldar a estrutura da opinião pública e do discurso do público-alvo. Finalmente, as militares referem-se ao uso da força para afetar a autoridade política do alvo e sua relação com a sociedade ou segmentos dela. Portanto, intervenções podem ser, ou não, coercitivas. (TARDELLI, 2013, p.23).

Intervenção é uma modalidade que regula a dinâmica dual que está no cerne da ordem internacional moderna: primeiro, o impulso para a globalização do espaço social; e, segundo, a fixação da autoridade política dentro de Estados soberanos territorialmente limitados. Portanto, é uma "vontade de ordem" (MACMILLANa, 2013), cujo perpetrador visa transformar ou sustentar a estrutura de poder vigente.

Chris Reus-Smit (2013), argumenta que a intervenção é uma prática que envolve a reconfiguração de identidades, instituições e práticas de uma entidade política por outra. Como tal, a intervenção não se limita a uma ordem internacional constituída pela soberania, mas tem como premissa uma concepção mais ampla dos direitos individuais e do reconhecimento mútuo, em direção à mudança, à transformação de outros espaços político-sociais. Mas nem sempre ela é sobre transformação, por vezes ela é sobre manutenção. Se a "transformação da ordem" na periferia é um componente da intervenção, um segundo componente é a "manutenção da ordem" no núcleo (LAWSON, TARDELLI, 2013, p.1237).

Durante o século XIX, por exemplo[84], são diversos os números de intervenções cujo propósito era manter o *status quo* de determinados territórios soberanos. Portanto, intervenções podem atuar como mecanismos de contrarrevolução (LAWSON, TARDELLI, 2013, p.1237). Nesse sentido, compreender o que movimenta os rumos do intervencionismo deve ser identificado nos objetivos estratégicos daquele que pratica a intervenção. Poderíamos dizer, pois, dentro do quadro neogramisciano que a prática intervencionista como ação hegemônica é organizada a partir dos objetivos de poder dos atores intervenientes.

A partir daí, a questão que se sucede é da "agência". Ou, quem intervém onde? Quem é o ator da intervenção? Naturalmente, não é preciso muito esforço para pressupor que nas Relações Internacionais, pesquisadores identificam o Estado como ator intervencionista, bem como o afetado pela intervenção. Associa-se, assim, a ação intervencionista como um sinônimo de intervenção militar; forças bélicas de um Estado entram em outro espaço soberano para estabelecer seus objetivos estratégicos.Nesta concepção estadocêntrica, a premissa é a de que os Estados são igualmente soberanos no SI. No entanto, sua prática de poder internacionalmente prova que essa máxima não restringe ações intervencionistas, que violam o princípio da soberania dos Estados. Para Keene (2013) os atores internacionais são realmente soberanos, mas não apenas. Eles possuem diferentes tipos de poder (grande, médio ou pequeno), e são detentores de diferentes tipos de títulos e de sistemas políticos (imperial, real, parlamento, presidência etc.), que afetam como eles tratam uns aos outros. A estrutura hierárquica da sociedade internacional determina as qualificações e restrições específicas à soberania que operam na prática da intervenção em qualquer momento (KEENE, 2013, p.1077-1078).Sob a lente colonial, Rob Shilliam (2013) argumenta que a intervenção é uma tecnologia distinta do domínio colonial moderno, é aquela que ergue e policia a diferença entre entidades soberanas e quase soberanas por meio de um padrão de civilização. Colocando as potências no topo dessa hierarquia, podemos associar essa argumentação com a perspectiva neogramsciana em que o ator hegemônico estaria no topo da hierarquia da ordem internacional. E mais, quem está acima dela também pode mudar, potências hegemônicas ascendem e caem de tempos em tempos (MACMILLAN, 2013a).

Contudo, a própria abordagem neogramisciana concebe que outros atores sociais, para além do Estado, são fundamentais para se compreender as dinâmicas de poder e, por

---

84 Por exemplo, intervenções para manter o absolutismo monárquico europeu em detrimento dasvontades republicanas.Diversas ideologias insurgentes, do nacionalismo ao republicanismo, desestabilizaram os Estados absolutistas. Ela foi uma ferramenta por meio da qual os regimes absolutistas procuraram evitar esses desafios.

consequência, quem são os atores interventores e quem são os afetados. Quando abrangemos outras dinâmicas sociais como as econômicas, as ideológicas etc., podemos entender outros agentes intervencionistas. Isto é, as ações intervencionistas não são somente conduzidas pelos Estados, mas também por outros atores sociais. Consequentemente, as perspectivas sociológicas históricas que se concentram na mudança da relação política entre o espaço territorial e social ao longo do tempo são bem adequadas para o estudo da intervenção e de "regimes' de intervenção historicamente específica (MACMILLAN, 2013a, p. 1043).

Tenciona-se aqui, então, a abstração mais familiar do sistema de Estados soberanos (ou sociedade internacional), em direção a uma concepção menos estadocêntrica. Essa mudança permite a abertura da análise de que o SI é co-constituído por meio do surgimento e da expansão de forças sociais transnacionais, bem como de comunidades políticas territorialmente delimitadas. (MACMILLAN, 2013a, p. 1043). Assim, entende-se que não se deve observar as dinâmicas de intrusão internacional, sem observar o papel fundamental dos atores sociais. Principalmente, dos atores sociais dos espaços políticos afetados. Quando um ator hegemônico intervém em um território estrangeiro, necessariamente, afetará as dinâmicas de transformação social em vigência.

Mas, e depois da "intervenção"? Um último tema fundamental, quando se discute sobre as intervenções, ou quaisquer outras modalidades de intrusão internacional, é a sua posterioridade. Quando se trata de intervenções militares contemporâneas, a teoria liberal concebe uma categoria, a "justiça após a guerra"[85], ou no termo em latim *jus post bellum*. Basicamente, a justiça após a guerra retrata as responsabilidades do ator interveniente após a execução de suas práticas de guerra (*jus in bello*), ou seja, ele tem a responsabilidade de reorganizar, ao menos, retornar, a ordem normal das coisas, nos territórios independentes que foram afetados por suas ações intrusivas. Esse argumento é típico daqueles preocupados em compreender razões justas para se perpetuar intervenções e inclusive suas responsabilidades nos seus atos intrusivos. No entanto, para além do âmbito moral, existem aspectos políticos e de poder que podem ser analisados após a execução de práticas intervencionistas. Quando a intervenção promove, conduz, ou auxilia transformações estruturais, e tais mudanças são positivas para aquilo ambicionado pelo ator hegemônico, temos que aquele ator afetado "entrou" na estrutura de poder internacional do *hegemon*.

Essa discussão está imersa no princípio de promover uma concepção de mundo adequada, como um modelo a ser disseminado globalmente. Está no cerne da ideia de

85 Para uma discussão mais profunda sobre este tema e a literatura que o debate, ler Amaral (2016).

hegemonia enquanto "força", associada às intervenções, mais "consenso", variável de igual ou maior importância. Na medida em que o aspecto consensual do poder está em primeiro plano, a hegemonia prevalece, enquanto a coerção está sempre latente, mas só é aplicada em casos marginais e desviantes (COX, 1983). Nesse sentido, a sustentação hegemônica é por um estado de consenso, em que não haja forças sociais contra-hegemônicas. Quando falamos de intervenção, estamos nos referindo a um fenômeno internacional cuja ação do ator hegemônico se dá no sentido de assegurar a mudança ou a permanência em determinado espaço político e contexto histórico peculiar. O momento que sucede a intervenção, ao menos na sua ambição e, se bem-sucedida para o interventor, é a estabilidade, seja ela na transformação ou na contenção de forças sociais indesejadas. E é na estabilidade, ou na busca dela, que temos a sustentação da hegemonia, ou, nas palavras de Gramsci, reinterpretado nas RI por Robert Cox, a consolidação de um bloco histórico. Dentro do processo aqui descrito como intrusão internacional, é possível conceber diferentes expressões da sustentação, ou transformação de determinados blocos históricos. Conforme defendemos nesta tese, geralmente esse processo se dá em alguma medida em articulação direta ou indireta com as elites do poder (governantes, ou não) de outra comunidade política externa.

Outra categoria auxiliar está na ideia de "presença" estrangeira, largamente utilizara por Olga Pantaleão (1986) para definir a "presença" britânica no Brasil no século XIX[86]. Essa "presença" era evidente nas vantagens obtidas pelos britânicos nos acordos comerciais, no sistema de preferências na contratação de empresas para o desenvolvimento da infraestrutura nacional brasileira, nos favorecimentos constitucionais obtidos pelos britânicos e principalmente permitia aos britânicos influenciarem nas decisões políticas regionais que afetavam os Estados sulamericanos recém-independentes[87].

A presença inglesa no Brasil, em específico, e na América do Sul, em geral, no século XIX, não se apresenta enquanto um caso clássico de intervenção, conforme estudado pela literatura majoritária acerca do tema. No entanto, refere-se, sim, a um exemplo de presença material em outros territórios soberanos, colocando sua agenda política em prática por via do

---

86 A Inglaterra participou do processo brasileiro de independência como promotor dessa ideia para com a família real portuguesa e como ator que auxiliou no processo de desenvolvimento material do Brasil Império, investindo nas capacidades comerciais, de logística e infraestrutura do Estado recém-independente. A ambição britânica não era "auxiliar" o desenvolvimento, senão criar um ambiente de correlação econômica que fosse favorável ao expansionismo comercial britânico para América do Sul. As necessidades do governo português e depois os problemas do Brasil independente favoreceram a posição dos ingleses(PANTALEÃO, 1986)

87 Como no caso da Cisplatina na independência uruguaia em 1828. Para isso, ler: PANTALEÃO, 1986; MACMILLAN, 2013b; BETHELL, 1995.

exercício diplomático. Esse deve ser considerado como um tipo de intrusão internacional que trabalha com um alto nível de concessão do Estado afetado e baixo nível de coerção (aqui como sinônimo de "uso da força"), haja vista a não necessidade de aplicação de mecanismos militares. Portanto, revela uma vontade do Estado afetado em trabalhar de maneira correlata aos interesses do *hegemon*[88].

Nesse sentido, outra categoria de análise importante a se destacar é o que podemos chamar de "presença" do ator hegemônico. Se entendemos que o processo de transformação de um espaço político é bem-sucedido no que se refere à consolidação do *hegemon*, uma nova concepção de mundo promovida pelo ator hegemônico se consagra nesse espaço político estrangeiro, temos que o processo de ação hegemônica foi exitoso. Nesse momento, podemos entender que existe uma "presença" do *hegemon*, direta e indireta, nos outros espaços políticos. A "presença" pode ser entendida quando o ator interveniente consolida suas práticas de intervenção de tal maneira que a sua permanência se faz evidente. Ela seria a solidificação da intervenção, supera a presença militar (força) e conflagra o estabelecimento de princípios normativos, leis, condutas econômicas, políticas e ideológicas (consenso). Dessa forma, consideramos adequado utilizar a categoria "presença" como definição qualitativa da intrusão norte-americana no Iraque após o final da ocupação da CAP, em julho de 2004. Podemos dizer que, de maneira similar à "presença" britânica no Brasil Império no século XIX, exista uma "presença norte-americana" no Iraque pós-2004. É tal "presença" que conflagra a consolidação hegemônica do ator interveniente no espaço político afetado.

O particularismo do modelo intrusivo norte-americano provavelmente está relacionado à maneira pela qual o país executa suas práticas intervencionistas e na forma como sustenta a "presença" nos locais afetados. Nesse sentido, destacamos a "reconstrução"[89] como lógica prática e ideológica das intervenções com alto nível de intrusão largamente promovida pelos EUA. O princípio de "reconstrução" se tornou não apenas um artifício intervencionista, como foi incorporado nos princípios normativos da comunidade internacional, expresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como um dos pilares fundamentais para promoção de desenvolvimento e segurança nas relações internacionais (OCDE, 2010). As ocupações da Alemanha e do Japão, após a Segunda Guerra Mundial,

---

88 No caso brasileiro, a vontade da elite do poder representada pela família real e proprietários de terras brasileiros em se associar ao capital britânico no processo de desenvolvimento do Estado moderno brasileiro.

89 Nesta tese, discutiremos "reconstrução" particularmente preocupada com a questão da ação hegemônica. Uma apreciação sobre a prática da ocupação e reconstrução do Iraque a partir de 2003 foi amplamente discutida na dissertação de mestrado elaborada por este autor, em 2017 (AMARAL, 2017).

foram as primeiras experiências dos EUA com o uso de força militar após um conflito para sustentar uma transformação social rápida e fundamental. E tiveram como objetivo arquitetar uma grande reconstrução social, política e econômica notadamente bem-sucedidas do ponto de vista da inserção de uma nova concepção de mundo (liberal) na Alemanha e Japão. Nas décadas posteriores, alguns foram os casos em que essa mesma fórmula tentou ser replicada (Somália, Haiti, Bósnia, Kosovo e Afeganistão). Os principais determinantes para essas operações, deram-se em termos de democratização e criação de economias vibrantes, trazendo implicações para as futuras operações de *nation-building* dos EUA (DOBBINS, 2005).

O desenvolvimento do internacionalismo liberal – que podemos entender como uma concepção de mundo hegemônica –, então, foi simbioticamente ligado à necessidade da intervenção de Wilson nos assuntos mundiais e nas instituições do executivo federal e nas instituições privadas em desenvolvimento que eram efetivamente organizações paraestatais (PARMAR, 2018, p.7). A promoção de valores liberais, do modelo internacional liberal está intrinsecamente associada às práticas intervencionista dos EUA, desde o final do século XIX.

## 4.2 Uma presença (quase) global norte-americana e o breve histórico das suas intervenções internacionais.

Conforme afirma Perry Anderson (2015), a vasta literatura acerca da política externa dos EUA divide a análise histórica da política internacional norte-americana em ao menos três recortes distintos: da expansão territorial e no exterior, durante o século XIX; do comportamento dos EUA diante da disputa com a URSS; da projeção de poder global pós-Guerra Fria. O que une toda essa história da política externa norte-americana é o "exercício do poder imperial dos EUA" (ANDERSON, 2015, p.7). Para o nosso propósito preferimos chamar de exercício do poder hegemônico dos EUA.

A ideia de uma missão civilizatória norte-americana enquanto uma responsabilidade divina dos EUA foi elemento constitutivo de sua mitologia nacionalista (ANDERSON, 2015, p 13). Ao longo de sua história, é possível identificar o aprimoramento dos aspectos ideológicos que constituem as ações intervencionistas do país. No entanto, o padrão é o mesmo. Aspectos ideológicos aparecem como elemento legitimador das práticas intervencionistas estabelecendo limites significativos para a ação internacional dos EUA com líderes nos países-alvo (TARDELLI, 2013). Porém entendemos que observá-los, isolado das suas razões políticas internacionais, é equivocado.

O período de hegemonia norte-americano, conforme enquadra Robert Cox (1983), como de qualquer *hegemon* predecessor pode ser historicamente datado. Nesse sentido, é possível conceber o momento em que os EUA ocupam esse "lugar" no topo da hierarquia de poder global. Para Cox (1983, p. 170-171), esse momento inicia no pós-Segunda Guerra Mundial. Após 1945, os EUA fundaram uma nova ordem mundial hegemônica semelhante em estrutura básica àquela dominada pela Grã-Bretanha em meados do século XIX, mas com instituições e doutrinas ajustadas a uma economia mundial mais complexa, e às sociedades nacionais mais sensíveis às repercussões políticas das crises econômicas. Antes disso, Cox entende que existe um momento de transição, quando a hegemonia britânica passou a ser questionada a partir de 1875 até 1945. Período em que o equilíbrio de poder na Europa tornou-se desestabilizado, levando a duas guerras mundiais.

O famoso analista da ascensão e queda das potências, Paul Kennedy (1988, p.194-249), de forma minuciosa – trazendo elementos materiais tais quais: desenvolvimento industrial, crescimento demográfico, capacidade militar, avanço bélico tecnológico, explica que o período entre 1885 e 1918 marca o declínio hegemônico britânico e a ascensão do que ele chama uma ordem multipolar de potências médias: Rússia, Japão, EUA, Itália, Áustria-Hungria, França e Alemanha. De todas elas, uma se destacava, crescendo a índices extraordinários: os EUA[90]. Pode-se dizer que o momento de virada de "novas" concepções de mundo vieram no momento após a Primeira Guerra Mundial. Paul Kennedy (1988, p. 287) chama atenção para duas propostas de "nova diplomacia" que ia ao contrário à "velha ordem europeia colonial"[91] no intuito de transformar a ordem internacional: uma proposta pelo líder da URSS, Vladimir Lenin, e outra pelo então presidente dos EUA, Woodrow Wilson.

O choque ideológico entre o presidente dos EUA e o líder bolchevique russo, que começou quando os bolcheviques tomaram o poder na Rússia, no final de 1917, foi um momento decisivo na história internacional do século XX (MANELA, 2018). E mais, eles preparam o "terreno" internacional para a ordem bipolar pós-Segunda Guerra. Mas ambos tinham muito em comum. Ambos rejeitavam a diplomacia secreta, rejeitavam também anexações territoriais e a discriminação comercial (NASSER, 2012, p.119). Curiosamente, a

---

90 Para um estudo detalhado sobre os índices de crescimento dos EUA comparado com as demais potências médias no início do século XX ler Paul Kennedy (1988), capítulo quinto.

91 É importante mencionar que o pós-Primeira Guerra Mundial não significava que a ordem colonial europeia colapsaria, como alerta Paul Kennedy (1988, p.287). Na verdade, as potências vencedoras (França e Inglaterra) se adaptaram à nova ordem internacional pós-tratado de Versalhes a partir de um novo modelo colonial do Sistema de Mandatos da Liga das Nações. Para potências derrotadas (Império Otomano, Austro-Húngaro e a Alemanha) significava o colapso dos seus respectivos regimes monárquicos (NASSER, 2010, p.111).

história de ambas as "superpotências" demonstraria práticas de diplomacia secreta e anexações territoriais à sua maneira.

No caso soviético, as ideias de Lenin podem ser identificadas em sua convicção de que o marxismo era uma doutrina revolucionária, não reformista, em sua ênfase no papel do "partido de vanguarda", em sua perspectiva internacionalista sobre a crise do capitalismo e do imperialismo e, depois de 1914, em particular, em sua difamação intransigente da social-democracia europeia. Acima de tudo, a interpretação de Lênin foi uma interpretação revolucionária do marxismo adaptada às condições repressivas da Rússia czarista. A derrubada armada do Estado foi um imperativo histórico. Lenin acreditava que a concentração da produção e do capital nas mãos de uma oligarquia financeira havia criado monopólios internacionais que dividiam o mundo entre as principais potências capitalistas. É por isso que ele acreditava na necessidade de transformar o conflito internacional em uma série de guerras civis nacionais pelo socialismo, um princípio que ele chamou de "derrotismo revolucionário" (MCDERMONT, AGNEW, 1996). Tensão e mudança foram a pedra de toque de seu pensamento (SERVICE, 1985, p.8).

No caso norte-americano, o presidente Woodrow Wilson (1913 e 1921), via em Lênin e nos soviéticos uma ameaça estratégica, em sua intenção de pedir uma paz separada e ideológica em seu apelo a públicos cansados da guerra com a defesa da paz, autodeterminação e os interesses das classes trabalhadoras (MANELA, 2018). Wilson ascendeu à liderança com a promessa de potência global como um destino divino[92] dos EUA. A ideia de um destino divino dos EUA não é originária de Wilson. Pode-se identificar no cerne basilar da política internacional dos EUA a concepção de que eram uma nação que gozava de um privilégio divino imbuída de uma vocação sagrada. Também, que o país era uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna surgida no Novo Mundo (ANDERSON, 2015, p.13).

O salto de poder dos EUA no cenário internacional deve-se às políticas internacionais de Wilson. Durante sua presidência, podemos identificar ao menos três movimentos cruciais e complementares. Um sobre a participação norte-americana na Primeira Guerra Mundial, a partir de 1917, também conhecido como chama de "momento wilsoniano"[93] (MANELA,

---

92 Como disse Jullius Pratt (1927, p.795, tradução nossa): "dificilmente se pode ler uma obra sobre a história dos EUA nas duas décadas anteriores à Guerra Civil sem encontrar a frase 'destino manifesto'". Isso dá força ideológica para as práticas internacionais no século XIX e XX. Em campanha em maio de 1912, Wilson seguia a tradição de reforçar tal "destino": "Somos escolhidos (...) para mostrar as nações do mundo como elas deverão andar nos caminhos da liberdade" (WILSON *apud* ANDERSON, 2015, p.17).

93 Período a partir da entrada dos EUA na Primeira Guerra (abril de 1917), centrado no papel relevante que Wilson teve na mesa da paz, e terminou com o Tratado de Versalhes (junho de 1919).

2007). Outro sobre a influência dos EUA na definição do novo concerto internacional pós-guerra. E, por fim, a sustentação permanente de uma política externa intervencionista, sobretudo na América Latina, mas que foi replicada com particularidades ao Oriente Médio a partir da década de 1950. É importante conceber esses três movimentos conjuntamente, se desejamos interpretar este como um momento fundamental em direção à hegemonia dos EUA no SI, e não de forma isolada. Afinal, os três refletem tipos de ação internacional que podem conflagrar práticas hegemônicas (força mais consenso).

Sobre o último aspecto da política internacional norte-americana que conflagra práticas intervencionistas, entendemos que ele se enquadra dentro do recorte temporal inaugurado com a guerra contra o México (1846) e permanece até os tempos contemporâneos. No entanto, existe um momento peculiar que expressa uma mudança de paradigma entre 1898 e 1917. A reorientação da política externa norte-americana assentada no imperativo de substituição da ordem internacional europeia começa com a guerra contra os espanhóis, em 1898, em disputa por territórios no pacífico e América Central (NASSER, 2010, p.9). Nos anos da presidência de William McKinley (1897-1901), nota-se um largo investimento norte-americano no exterior. Em poucos anos, os EUA já haviam anexado o Havaí (1898), obtido Porto Rico (1898), vencido os espanhois em Cuba (1898), obtido a Ilha de Guam (1898) e as Filipinas (1898), assumido o projeto francês de construção do Canal do Panamá (finalizado em 1914), participado da aliança internacional que interveio na Rebelião dos *Boxers* (China) (1900), entre outras aventuras internacionais.

Com a ascensão de Wilson no poder, as intervenções no continente americano não cessaram. Os EUA permaneceram enviando tropas para o Caribe e a América Central (México, Haiti, Cuba, República Dominicana e Nicarágua). No entanto, o momento wilsoniano presenciou um novo desafio com a Primeira Guerra Mundial e a escolha da participação dos EUA, a partir de 1917, encaminhando a já evidente vitória da Entente em uma certeza absoluta (ANDERSON, 2015, p.18). Naquele momento, tão importante quanto consagrar a vitória da coalizão liderada por franceses e britânicos na Europa e no Oriente Médio, era consolidar uma concepção de mundo embasada em seus princípios normativos.

Nesse sentido, os Quatorze Pontos de Wilson[94] traziam naquele momento final da Primeira Guerra Mundial, a narrativa da autodeterminação dos povos enquanto um princípio

94 "Os Quatorze pontos de Wilson" é como ficou conhecido o famoso discurso de Woodrow Wilson, em 8 Janeiro de 1918, no contexto da Primeira Guerra Mundial, que pretendia estabelecer objetivos para se atingir a paz mundial e explicar sua visão de uma nova ordem internacional após a guerra (WILSON, 1918).

que deveria ser universal, tal qual a busca pela superação das amarras coloniais tradicionais. A história do "momento wilsoniano" é da articulação e circulação de ideias de que todos os povos têm o direito à autodeterminação e à noção de uma ordem internacional liberal estruturada em torno de uma liga de nações em que todos os membros iriam ser igual em *status*, se não em poder. Em retrospecto, no entanto, sabemos que o momento wilsoniano terminou em colapso vergonhoso, sua promessa se transformou em amarga desilusão para os Estados periféricos. O tratado de Versalhes é frequentemente visto como o prenúncio do ápice da expansão imperial e, de fato, os impérios das potências vitoriosas, especialmente os britânicos, franceses e japoneses, obtiveram ganhos territoriais significativos após a guerra. Um império, no entanto, não pode sobreviver apenas com o controle territorial. Requer acomodação e legitimidade, pelo menos entre uma parcela da população tanto na metrópole quanto na periferia. A adoção da linguagem da autodeterminação pelos nacionalistas coloniais, bem como pelos anti-imperialistas na metrópole, enfraqueceu esses suportes subjacentes do edifício imperial (MANELA, 2007, p. 7-11). Mesmo assim, novas roupagens coloniais emergiram sobre os auspícios provisórios e civilizacionais. As populações não-europeias acabariam por praticar a autodeterminação, mas chegariam lá por meio de reformas graduais e processos institucionais e legais internacionais, não de revoluções violentas.

Tal processo deve ser conduzido por aqueles (Estados) que detêm a capacidade para tanto. Essa era a lógica por trás da luta de Wilson em Paris, para estabelecer os "mandatos" da Liga das Nações sobre os territórios coloniais, nos quais poderes "avançados", supervisionados pela Liga, serviriam como tutores (*trustees*) de populações consideradas ainda não prontas para governar a si próprias (MANELA, 2001, p.25). É precisamente isso que fica determinado nos documentos da Liga das Nações sobre os Sistemas de Mandatos. O que nos obriga a rever a narrativa wilsoninana não como uma construção normativa de real autodeteminação dos povos, senão que essa autodeterminação deve ser condicionada a princípios básicos que designam quando uma nação poderia de fato ser autônoma e independente. Na lógica wilsoniana, toda nação deve ser autodeterminada, no entanto, nem toda nação está preparada para autodeterminação:

> Para aquelas colônias e territórios que (...) deixaram de estar sob a soberania dos Estados que anteriormente os governavam e que são habitados por povos que ainda não são capazes de se sustentar nas árduas condições do mundo moderno, deve ser aplicado o princípio de que o bem-estar e o desenvolvimento de tais povos constituem um sagrado patrimônio da civilização (...). O melhor método de dar efeito prático a este princípio é que a tutela de tais povos deve ser confiada a nações avançadas que, por causa de seus recursos, sua experiência ou sua posição geográfica podem assumir esta responsabilidade e que estão dispostos a aceitá-la, e

> que esta tutela deve ser exercida por eles como Mandatários em nome da Liga. (TREATY OF VERSAILLES, 1919, Tradução nossa, grifo nosso)

Nesse novo cenário, inspirado pela narrativa wilsoniana, as potências internacionais teriam a responsabilidade de conduzir o processo civilizacional de povos que ainda não estavam preparados para ter autonomia. França e Grã-Bretanha assumiram esse papel e reconstituíram as estruturas de poder no norte da África e Oriente Médio, territórios do antigo Império Otomano. Sob o caráter de responsabilidade e dever civilizacional, essas potências permaneceram como forças coloniais indiretas, mas sob uma nova normatividade de poder e de maneira provisória (ainda que esse provisório durasse longamente até meados do século XX, em alguns casos). Por essa razão, podemos afirmar que o "momento wilsoninano" inspirou uma nova forma intrusiva internacional, em uma agenda intervencionista cujo caráter principal estava, não na expropriação direta de territórios ou extração de recursos estrangeiros, em uma ordem global baseada no equilíbrio de poder, mas na busca por uma ordem global institucionalmente organizada, que buscasse a paz de maneira coletiva. Esse coletivo significaria, invariavelmente interferir em territórios de povos cuja capacidade de enquadramento nessa ordem politicamente democrática e economicamente liberal era baixa. Portanto com intuito de promover tais princípios.

A partir de então, podemos dizer que existe um legado wilsoniano[95] evidente nas relações internacionais de maneira geral, mas especificamente na forma como os EUA promovem sua concepção de mundo globalmente. As aspirações ideológicas wilsonianas aparecem então na tradição da política externa dos EUA sob os princípios de mundo seguro para a democracia, de autodeterminação dos povos, de livre-cambismo, de diplomacia aberta, de segurança coletiva, entre outros. E, por consequência, rejeitavam auspícios da velha ordem (europeia) baseada no imperialismo militar, equilíbrio de poder, políticas econômicas restritivas (protecionismo econômico) etc. (NASSER, 2010, p.155). Esses novos princípios passaram a dominar parcialmente a agenda política internacional das potências, e compuseram aquilo que podemos entender como construção de uma concepção de mundo hegemônica no SI, somente consolidada pós-1945. Claro que se trata de um processo hegemônico, que foi interrompido, ou melhor, contestado a partir da ascensão de um novo projeto de poder global nazista na Alemanha e em seus aliados, na década de 1930. No

---

95 Para um aprofundamento acerca do legado wilsoniano sob diferentes aspectos, recomendamos ler Nasser (2010, p.158-160). Onde Reginaldo Nasser categoriza três correntes de interpretações a respeito do legado de Wilson para a política externa dos EUA a partir da leitura de Francis J. Gavin (1997).

entanto, o cenário posterior à segunda Guerra Mundial ganhou renovação sob a liderança norte-americana de Franklin Delano Roosevelt (FDR).

À medida que o país derrapava ideologicamente na década de 1920, FDR finalmente conseguiu colocar o internacionalismo em um novo rumo, enfatizando as implicações catastróficas do lado negativo da modernidade: o risco de uma ordem internacional à mímese dos modelos em ascensão naquele momento (nazismo alemão e, até mesmo, o comunismo soviético). Como resultado de sua articulação bem-sucedida dessa ameaça estratégica global apocalíptica, o senso de perigo wilsoniano que estava faltando no internacionalismo da década de 1920 finalmente assumiu o centro do palco na diplomacia americana, uma posição que não cederia até o final do século.[96] O senso wilsoniano de crise internacional de FDR foi inicialmente obscurecido por seu desejo de encontrar uma saída para a depressão econômica pós-1929, mesmo que isso significasse abandonar, por enquanto, a cooperação econômica internacional. Como muitos outros governos da época, o *New Deal*[97] foi atraído como mecanismo de planejamento nacional necessário e parecia uma alternativa plausível e atraente ao ideal de mercado. Os desafiadores crescentes do liberalismo, fascismo e comunismo defenderam as ideias coletivistas e estadistas de organização social e econômica, que tinham como foco imediato a salvação da nação (NINKOVICH, 1999, p.107). É possível afirmar que a política externa dos EUA sob o governo FDR remonta muito aos princípios wilsonianos, que por sua vez se inspiram nos princípios ideológiocos de James Monroe (1823)[98].

Sob a narrativa de "autodeterminação" e "democracia", os EUA se opuseram ao que repetidamente se referiram como "esferas de influência" de grande poder. Tentavam inaugurar uma nova concepção, cuja prática intrusiva não fosse vista sob os auspícios de poder (ainda que o fosse). Era o ponto alto do internacionalismo liberal democrático americano, uma época em que os EUA colocaram o isolacionismo para trás e, perfeitamente cientes de que o interesse nacional do país exigia que ele desempenhasse um papel importante e permanente nos assuntos internacionais. Washington reconheceu que um governo poderoso pode ter preocupações "legítimas" de segurança com respeito à conduta de um vizinho mais

---

96 A retomada prática das premissas wilsonianas por FDR não era mera coincidência, ele trabalhou no governo Wilson como Secretário Adjunto da Marinha norte-americana no contexto da Primeira Guerra Mundial.

97 Política econômica de Roosevelt que vislumbrava a recuperação econômica dos EUA (1933-37) oposto à política de *laissez-faire*,adotou o conceito de uma economia regulada pelo governo. (BRITANNICA, 2021)

98 Na Doutrina Monroe, de 1823, os EUA notificaram oficialmente sua determinação em impedir a reimposição do domínio europeu na América Latina, uma vez que as forças populares garantiram a independência do continente da Espanha. Nos anos de 1941 a 1970, os EUA notificaram que pretendiam, com efeito, tornar global a Doutrina Monroe após a derrota do Eixo (SMITH, 1995, p.113-114).

fraco; desde 1898, os EUA intervieram repetidamente nos assuntos latino-americanos, e nos anos 1940 era realista o suficiente para compreender que outros Estados também podiam insistir em ter seus interesses respeitados em questões regionais (SMITH, 1995, p.113-114).

Ainda que se destaque na literatura sobre a política externa dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial, o papel norte-americano na reconstrução da nova ordem mundial e a promoção do liberalismo internacional democrático não é baseado em um único tipo de ação internacional, devemos considerar distintas expressões de intrusão internacional. No caso das potências do Eixo, os EUA promoveram um modelo original de intrusão internacional. Inicialmente enquadrada na forma de intervenção militar no contexto da Guerra, em um segundo momento, os EUA promoveram uma intervenção para promover a reconstrução pós-Guerra na Alemanha e no Japão. Tratava-se de um mecanismo original de intervenção pós-guerra sob os auspícios morais de *jus post bellum*, para integrar alemães e japoneses à nova ordem internacional liberal democrática. No entanto, não se pode esquecer que também na década de 1940 os EUA intervieram militarmente na China, enviaram tropas em diversas ilhas do Caribe para proteger bases aéreas e navais adquiridas da Grã-Bretanha, ocupou o Suriname, ocupou a Coreia do Sul diante da insurgência da Coreia do Norte e enviou *marines* à Palestina no contexto da *Al-Nakba*, catástrofe local. Compilando esses processos, não se pode reduzir as práticas internacionais de FDR e seu sucessor, Truman, apenas a partir dos princípios liberais internacionais retomados do legado wilsoniano. Na verdade, os EUA ascendem enquanto *hegemons* no SI e mostram suas garras em diferentes planos do globo.

Os EUA também assumiram um papel dominante no Oriente Médio desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Motivados principalmente pela presença de abundantes reservas de petróleo e um aliado fundamental do Estado de Israel, os EUA há muito consideram a região do Oriente Médio uma esfera de interesse vital, perdendo talvez apenas para a América Latina. Como foi o caso lá, os EUA buscaram estender sua influência no Oriente Médio cultivando relações com governos autoritários, movidos pela crença de que eles poderiam garantir a estabilidade e corroborar os interesses dos EUA (MARKAKIS, 2016). A partir da década de 1950, é possível identificar o crescente interesse norte-americano na região, presente direta ou indiretamente nos eventos mais relevantes que reconfiguraram a distribuição de poder no Oriente Médio no contexto da Guerra Fria.

Em grande medida, a justificativa para tais ações internacionais se baseava na tese de soberania condicional, cuja premissa era assumir a responsabilidade de conduzir ou avaliar se as nações estavam cumprindo com seus devidos deveres enquanto entidades soberanas

(NASSER, 2010, p.24-25). Ao longo do século XX, a concepção de soberania condicional sobrepondo à soberania "substantiva" (*de facto*) era compreendida como um desenvolvimento geral, com implicações vitais para as normas de intervenção (MATLARY, 2006, p.32). Isso, pois, caso um Estado não cumprisse com o esperado em termos de responsabilidades soberanas, seria legítimo sofrer com consequências intervencionistas em seu território. Nesse sentido, os EUA se viam como (ou buscam promover uma imagem de) os paladinos da justiça, como nação capaz de avaliar tal premissa. O legado wilsoniano atualizou os auspícios legitimadores da prática intervencionista dos EUA em um novo contexto internacional. Assegurar a democracia enquanto sistema de poder, garantir a autodeterminação dos povos, garantir um ambiente internacional seguro para o livre-cambismo, assegurar a prática diplomática aberta e promover um SI de segurança coletiva, são heranças de seu governo (NASSER, 2010, p.155). Tais valores não significam a busca por um SI mais igual, pelo contrário, serviram de argumentos para suas práticas de intrusão internacional permanentes.

## 4.3 Padrões de busca por legitimidade[99]: Ações Intervencionistas e expressões ideológicas na política externa dos EUA.

Para além das práticas políticas internacionais norte-americanas de coerção e incorporação das elites como método de gestão da ordem global, entendemos que outro padrão identificável que sustenta tais práticas está na busca por legitimidade das suas ações internacionais. A história norte-americana do século XX é reveladora nesse sentido. Tão importante quanto atingir objetivos políticos fundamentais no campo internacional, sobretudo aqueles objetivos marcados por práticas militares, era justificá-los perante sua própria

---

99 Conforme o pesquisador Ian Clarck (2003, p.79) dedicado aos estudos sobre legitimidade na ordem internacional, os cientistas políticos se descobriram incapazes de viver confortavelmente com, ou totalmente sem, esse conceito. Desde Max Weber, quem originalmente discutiu com profundidade o conceito de legitimidade política,*Legitimitätsglaube*, tem sido lugar comum fazer a distinção entre teorias normativas de legitimidade que estabelecem critérios gerais em termos dos quais o direito de governar pode ser avaliado e teorias empíricas que tomam como foco os sistemas de crenças daqueles sujeitos ao governo. Nas teorias de Relações Internacionais, pode-se destacar dois tipos de reivindicações: a primeira é amplamente histórica e teórica, e argumenta que os pontos de inflexão históricos na sociedade internacional podem ser recontados como mudanças nas concepções prevalecentes de legitimidade internacional. A segunda pode parecer uma preocupação prática mais imediata e essa é a relação causal postulada entre o grau de legitimidade internacional e a própria estabilidade da própria ordem internacional. Sobre a perspectiva neogramsciana do termo legitimidade, devemos entendê-la como sinônimo de legitimidade hegemônica, afinal considera uma medida significativa de consentimento como um elemento essencial de hegemonia. Nesse sentido, pode ser definida com base em percepções e crenças intersubjetivas, a qualidade normativa de dever e a ideia de consentimento. Eles podem ser expandidos a partir do desenvolvimento de várias dimensões secundárias: valores compartilhados; constitucionalismo (que consiste em duas formas de legitimidade do processo), e legitimidade do resultado (RAPKIN; BRAATEN, 2009).

sociedade e a comunidade internacional. Longe de ser um império no seu sentido clássico, que busca a maximização do seu poder e da sua expansão territorial por meio de práticas de conquista (faço porque posso), os EUA se tornaram *hegemon* global por meio da máxima "faço porque devo". A justificativa de toda ação intervencionista dos EUA, seja intervenção militar, ou interferências pontuais (que podemos chamar de intervenção indireta) foi feita sob os auspícios de alguma justificativa moral. No entanto, não devemos interpretar tais justificativas morais como fins últimos das ações intrusivas, senão como expressões narrativas que buscam legitimar suas ações hegemônicas no cenário internacional.

Se, no tópico anterior, vimos sobre os aspectos práticos que constituem a definição de intervenção e as práticas intrusivas dos EUA, como é típico da interpretação liberal, aqui estaremos restritos aos aspectos motivacionais morais sobre o que justifica empreender uma intervenção, como entendemos por via desta abordagem crítica das intrusões norte-americanas a partir dos auspícios conceituais neogramiscianos. Robert Cox (1987, p.120-121) entende a "doutrina de legitimidade" como um elemento ideológico, historicamente determinado. Para ele a legitimidade independe da sua origem, pode ser monárquica ou republicana, hereditária ou eletiva. O conceito de hegemonia de Gramsci torna a condição de aquiescência, estabilidade e tranquilidade dependente da relação entre o princípio, sobre o qual um regime é fundado, e o bloco histórico, ou seja, torna a legitimidade uma proposição historicamente contingente, não universalmente válida (COX, 1987, p.421).

A legitimidade era ao mesmo tempo uma manobra diplomática destinada a maximizar a influência em uma grande potência derrotada. Era também uma doutrina política de importância mais ampla, mas apenas parcialmente desenvolvida, apresentada em termos universais, que deixou obscurecida a fragilidade de seus alicerces nas sociedades do início do século XIX. Era uma doutrina aplicada às superestruturas europeias cujas sociedades, em plena mutação, não podiam sustentar por muito tempo (COX, 1987, p.120-121). Nesse sentido, podemos sugerir que os EUA aprimorou seus mecanismos de legitimidade. Cabe-nos entendê-la a partir das premissas ideológicas liberais internacionalistas presentes nas justificativas documentadas pelos EUA para ações intrusivas.

Uma boa definição sobre os auspícios morais das intervenções conforme a argumentação liberal pode ser encontrada em Michael Walzer (2003): "[embora] a prática de intervenção costume ameaçar a integridade territorial e a independência política dos Estados invadidos, às vezes ela pode ser justificada. (...) ela sempre precisa ser justificada" (WALZER, 2003, p.145). A premissa liberal-internacionalista do século XX é que a soberania

estatal e autodeterminação dos povos são princípios básicos das relações internacionais que devem ser preservados, porém, essas premissas podem ser desconsideradas em determinados casos. A "defesa" liberal de Walzer é parte de um esforço mais amplo de definir condições e situações em que ações militares (de guerra) sejam entendidas como justas, quando for à guerra (*jus ad bellum)* é justificável moralmente. Nesse sentido, as ações intervencionistas estão limitadas a esse propósito restrito de intervenções militares, não incluindo, portanto, métodos de intervenção indireta, ou ações de interferência política e assistência financeira.

No que se refere às intervenções e à busca por padrões de legitimidade delas, Michael Walzer (2003) parte da leitura de John Stuart Mill *A Few Words on Non-Intervention*, em que faz considerações sobre os princípios que justificam a não-intervenção enquanto uma normativa internacional. A argumentação está no cerne da revisão do paradigma legalista que entende de forma restrita os direitos dos Estados em que a doutrina jurídica de sua soberania e liberdade está na sua independência em relação ao controle e à coação do estrangeiro.

Nesse sentido, o pensador britânico de RI, Martin Wight (2002), afirmava que "juristas internacionais têm sustentado que a intervenção é perdoável, senão estritamente legal, quando é feita com a intenção de preservar o equilíbrio do poder." (WIGHT, 2002, p.198), argumento em conformidade com a premissa liberal indicada posteriormente por Walzer. Martin Wight afirmava que "Em teoria, o oposto da intervenção é a não-intervenção. Esta última foi proclamada pelos radicais britânicos no século XIX como sendo o objetivo da política sensata. Eles queriam dizer que a Grã-Bretanha não deveria se envolver nas brigas de outros povos." (WIGHT, 2002, p.198). Podemos entender que indiretamente Wight estava falando de figuras como Stuart Mill. Contrariamente para Walzer, é melhor entender o paradigma da não-intervenção de Stuart Mill pela máxima "sempre agir de modo que se reconheça e apóie a autonomia da comunidade" (WALZER, 2003, p. 152), de tal modo que às vezes é possível compreender a intervenção como uma exceção a uma regra geral, necessária pela urgência ou extrema gravidade de um caso específico (WALZER, 2003, p. 153).

Walzer (2003) entende três situações em que intervenções são justificáveis e necessárias, como uma responsabilidade internacional. Em primeiro lugar, quando um dado território estatal contém mais de uma comunidade política, como é típico em situações de guerras de secessão, a intervenção é justificável se for iniciada para garantir a integridade da sobrevivência e do desenvolvimento das comunidades independentes. Em segundo lugar, em situações que as fronteiras de um Estado já tiverem sido violadas previamente de forma injusta. Nesse caso, intervenções seriam respostas a violações fronteiriças anteriores, ou seja,

a intervenção seria uma espécie de "contra-intervenção". Ambas as considerações sobre guerras de secessão e contra-intervenção estão contidas nas acepções de Stuart Mill (1873 *apud* WALZER, 2003). Por fim, intervenções são legítimas, quando existem práticas de violação de DH no interior de determinado Estado. Nesse caso, suas situações se derivam, o Estado mesmo pode ser o perpetrador da violação e, nesse sentido, intervenções são acionadas para impedir a ação violadora do Estado perante sua própria população, ou quando violações de DH são perpetradas por agentes internos ao Estado, mas este é incapaz de contê-lo de forma autônoma (WALZER, 2003, p.152). Em grande medida, as chamadas intervenções humanitárias[100] são frutos desta última categoria.

No limite da argumentação liberal que legitima intervenções internacionais como ação pontual, entende-se que para esses liberais o Estado, agente da intervenção estrangeira, deve agir com cautela e devem agir pela premissa de que a (perspectiva de) liberdade de cidadãos de outro Estado estão mais bem servidos se houver a prestação de um "apoio de fora". O princípio norteador, portanto, deixa de ser a preservação da soberania do Estado, e passa a ser a garantia do exercício das liberdades individuais em seu território. Assim, qualquer intervenção "justa" deve ser conduzida de tal forma que o seu fim seja o compromisso com a autonomia dos povos. Qualquer político que tente alterar as condições de vida de um país estrangeiro deve arcar com essa responsabilidade, bem como com o possível ônus (ou efeitos colaterais) das maneiras pelas quais age para sustentar esse princípio normativo moral.

Essa concepção moral do que poderia ser justificado para uma intervenção legítima, correlaciona-se com o conceito de Martin Wight (2002) de intervenção defensiva a qual se expressa de dois modos: a intervenção para preservar o equilíbrio do poder e a intervenção por parte de uma grande potência nos assuntos de seus Estados-clientes, o que na verdade é uma intervenção para preservar um desequilíbrio do poder. (WIGHT, 2002, pp. 196). Para Wight, esse tipo de intervenção foi elevado à categoria de sistema nas relações entre EUA e América Latina. Porém, a história intervencionista dos EUA não começava, nem se encerrava ali. Inclusive, os mecanismos intrusivos da segunda metade do século XX consistiram em apoiar regimes políticos ditatoriais, como no Brasil em 1964 e no Chile em 1974.

Outro notório teórico de RI preocupado com as questões sobre intervir ou não, foi Hans Morgenthau (1967; 2003). O teórico realista alemão compreende que a intervenção é um instrumento antigo e consagrado de política externa, assim como a pressão diplomática, as negociações e a guerra. Tanto os compromissos legais contra a intervenção, quanto a prática

---

100 Sobre esse tema, ver Micheal Walzer, 2003, p. 171-184.

da intervenção, servem aos propósitos políticos de determinadas nações (MORGENTHAU, 1967, p.425). Portanto, as justificativas morais em intervenções, em Morgenthau (2003, p.173), referem-se na verdade aos elementos ideológicos da política internacional dos poderosos. Defende que a "obrigação moral" dos países ricos não passa de um mito. Criticamente, entende que: "Os colonizadores, imperialistas e capitalistas fazem aqui o papel do demônio a que deve ser atribuído o fenômeno do subdesenvolvimento." (MORGENTHAU, 2003, p.188). Na verdade, as causas profundas para o que se alega ser o "problema dos subdesenvolvidos" são fruto inerente das estruturas de poder desiguais que foram construídas pelos grandes poderes do SI. Ou, nas palavras de Morgenthau (2003, p.189), "esses males têm causas múltiplas, entre as quais, na melhor das hipóteses, incluem-se o colonialismo, o imperialismo e o capitalismo". O notório teórico realista Edward H. Carr (2001, p. 105) afirma que "as teorias da moral social são sempre o produto de um grupo dominante, que possui facilidades, negadas aos grupos ou indivíduos subordinados, para impor sua visão da vida na comunidade". Por essa razão, são produto de nações ou grupos de nações dominantes.[101]

Devemos interpretar a busca por legitimidade nas ações intrusivas a partir do conceito de legitimidade hegemônica (RAPKIN; BRAATEN, 2009, p.119), em primeiro lugar, pois os *hegemons* precisam buscar legitimidade como um mecanismo de busca por consenso. Em segundo lugar, a legitimidade hegemônica envolve a concessão de legitimidade por atores nacionais, internacionais e transnacionais. Os mecanismos pelos quais o consentimento da sociedade internacional é expresso e agregado, entretanto, raramente são visíveis. Quanto às audiências internacionais, as restrições tradicionais de legitimidade são vistas em casos de atores que vislumbram se tornar atores hegemônicos (casos raros). Geralmente, as resistências à legitimidade hegemônica se dão por meio de estratégias de deslegitimação, balanceamento/contraposição/oposição ideológica e até mesmo resistência armada.

Como vimos, é no marco do pós-Primeira Guerra Mundial que identificamos a consolidação das bases morais e de legitimidade liberal-internacionalistas em âmbito global, isto é, da exportação desses valores, como valores universais, não apenas de comportamento internacional dos EUA. O democrata Woodrow Wilson, no exercício da presidência dos EUA,

---

[101]Não é nosso objetivo discutir as causas sociais e políticas internacionais da desigualdade no SI. No entanto, essa reflexão realista de Carr (2001) e Morgenthau (2003) nos ajuda a sustentar a argumentação de que as justificativas morais atreladas à busca por uma legitimidade para ações intrusivas estão no cerne do problema ideológico que cercam as ações intrusivas. Em especial, do ator político internacional que utiliza esses mecanismos com maior constância: os EUA..

era categórico em afirmar que o SI precisava ser reformado. E seria seu país que lideraria esse processo. Tal ideia é baseada na premissa de que existia uma responsabilidade norte-americana em conduzir essa reforma. Nesse sentido, as justificativas morais devem ser vistas mais como elementos legitimadores para ações intrusivas do que propriamente elementos objetivos das ações intrusivas. Entendemos que os objetivos das ações intrusivas norte-americanas no SI são a manutenção/transformação dos diferentes cenários políticos internacionais em favor da sustentação de sua primazia no SI.

O papel mundial dos EUA é uma extensão e um reflexo das suas forças e considerações domésticas. O que os EUA fazem em sua economia e como interagem com o resto do mundo certamente tem um impacto em suas relações internacionais. Por isso, *policymakers* e legisladores americanos tentam servir a dois âmbitos políticos (por vezes divergentes): os imperativos domésticos e as necessidades sistêmicas (McCORMICK, 1995).

Nesse sentido, entendemos que são dois os preceitos que marcam os elementos de legitimidade para ação intervencionista dos EUA ao longo do século XX: a exportação da democracia e a liberalização econômica; duas motivações justas para transformação compulsória de Estados estrangeiros. Portanto, é evidente que os dois tópicos que sobressaem nas ações intervencionistas norte-americanas no globo é marcada pelas bases liberal-internacionalistas que ganham forma sob a liderança do presidente Woodrow Wilson. Desde então, os projetos norte-americanos de *nation-building* se caracterizam por dois objetivos: promoção da democracia e a criação de economias "vibrantes" (DOBBINS, 2005).

### 4.3.1 Exportação de democracia

> Agora que o regime de Saddam Hussein foi removido, existe a oportunidade para o povo iraquiano criar as condições para um Iraque estável, próspero e democrático. A CAP (...) tem um papel fundamental a desempenhar na próxima fase da reconstrução do Iraque (...) como uma nação orgulhosa da comunidade internacional. [102] (BREMER *apud* TALMON, 2013, p.862, tradução nossa)

Transformar o Iraque em um estado democrático. Esse é o objetivo mais evidente nas centenas de documentos e declarações sobre a responsabilidade norte-americana em reconstruir o país. Tal objetivo documentado revela uma perna das bases legitimadoras (busca de legitimidade) das ações internacionais dos EUA.

O primeiro valor sobressalente na concepção liberal-internacionalista norte-americana intervencionista está na ideia de exportação de democracia. Uma gama diversificada de

---

102 Trecho do documento *A Vision to Empower Iraqis (Draft) (4 July 2003),* elaborado pelo embaixador Paul Bremer, que viria a ser a liderança da CAP durante os meses de ocupaçao formal.

teóricos – como John Ikenberry (2011), Larry Diamond (2005) e outros – sustentam o surgimento da democracia liberal como ideologia promovida pela América. Mais especificamente sobre o papel assumido pela ideologia no processo hegemônico, e o que o termo "democracia" realmente significa no contexto da política externa dos EUA.

Três elementos compõem esse princípio de conduta intrusiva dos EUA no SI: o legado do excepcionalismo americano, o impacto das considerações de segurança nacional e a crença nas virtudes do capitalismo de mercado livre (MARKAKIS, 2016, p.30). O excepcionalismo americano, refere-se à crença de que os EUA diferem de outras nações desenvolvidas, por causa de suas origens únicas, credo nacional, evolução histórica e instituições políticas e religiosas distintas. A segunda influência formativa relaciona-se à segurança nacional dos EUA e na crença na validade da teoria da paz democrática, sendo essa a base de um mundo mais estável e seguro (pró-americano). A terceira influência formadora por trás da estratégia de promoção da democracia é o capitalismo de livre mercado, que será aprofundado no subtópico seguinte. O compromisso dos EUA com a expansão das economias de livre mercado é antigo e mais arraigado em sua política externa se comparado com a promoção da democracia. Porém, há um grau de sobreposição entre os dois e eles devem ser vistos como componentes ideológicos que se reforçam mutuamente (MARKAKIS, 2016, p.30-33).

Devemos observar a "exportação de democracia" a partir de medidas intrusivas que vislumbram reformas políticas nos Estados que não estão sob esse modelo de regime político. Notadamente, a imputação de medidas intrusivas por parte dos EUA para promover democracia é seletiva, uma vez que não considera, plenamente, os critérios de falta dela como um fator determinante para suas intrusões. Por exemplo, a promoção de democracia nunca foi um assunto relevante nas relações dos EUA com a Arábia Saudita, ou qualquer um dos Emirados Árabes do Golfo Pérsico (EAU, Bahrein, Kuwait), no entanto, é relevante em casos contemporâneos de intervenção, como no Afeganistão e no Iraque.

O presente domínio ideativo do modelo liberal democrático e sua poderosa afirmação de universalidade, apoiado pelo poder hegemônico dos EUA e de outras democracias liberais, significa que é de grande importância avaliar sua especificidade histórica. A democracia liberal é relativamente recente, surgindo no século XIX nos EUA e na Europa Ocidental. Antes de seu casamento improvável, liberalismo e democracia eram doutrinas historicamente distintas e separadas, respectivamente, preocupadas com a liberdade e a igualdade (HOBSON, 2009, p.639). É Norberto Bobbio (2013) quem estabelece a tipologia relacional entre liberalismo e democracia, para o filósofo italiano três combinações possíveis entre os dois

componentes que constituem a democracia liberal: (1) liberalismo e democracia são compatíveis, (2) liberalismo e democracia são antitéticos e (3) liberalismo e democracia são necessariamente interligados. Esta terceira máxima está no cerne da argumentação predominante nos estudos liberais sobre democratização e promoção da democracia, na qual a relação de necessidade entre os dois conceitos prevalece (HOBSON, 2009, p.40).

A base da (controversa) história política norte-americana está na valorização e na confiança nas instituições democráticas e do direito de eleger aqueles que representam o governo do país. De acordo com a autoimagem internacional, os EUA seriam pioneiros nas reformas republicanas e democráticas há mais de duzentos anos, o que os fazem líderes na defesa dos valores democráticos no palco da história mundial. Ainda que por décadas, o próprio país não fizesse valer os princípios democráticos que deveriam ser básicos como o sufrágio universal, haja vista a exclusão do voto das mulheres até os anos 1920, ou da maioria dos *afro-americanos* até os anos 1960 (KEYSSAR, 2014), boa parte das ações intrusivas contemporâneas dos EUA se dá por base do princípio da exportação da democracia.

Na observação liberal de Higley e Burton (2006), a gênese da democracia liberal norte-americana está na formação e na persistência de uma elite consensualmente unida; e, por consequência, a percepção e identificação de elites incompatíveis com a democracia liberal. Para ambos, no século XXI, resta considerar as perspectivas da democracia liberal à luz de suas bases de elite. Como a rota colonial para as elites consensualmente unidas está agora presumivelmente fechada, pois a grande maioria dos territórios politicamente organizados são independentes, a análise implica que a futura criação de tais elites deve ocorrer por meio de assentamentos ou convergências. (HIGLEY; BURTON, 2006). Seria o mesmo que constatar que, se as origens da democracia liberal estiverem em uma elite consensualmente unida nos princípios liberais e existirem Estados cuja organização política não é dessa maneira, a "exportação" de democracia é a forma mais adequada de regime político.

Os autores ressaltam que o método intervencionista é o mais utilizado pelas elites políticas dos EUA para atingir o objetivo de exportação de democracia, a partir da máxima que democracias liberais podem ser criadas por meio de intervenções americanas ou internacionais utilizando a força militar. Esse debate é evidente na política norte-americana e eles evidenciam isso justamente com o caso iraquiano: "Mas, como o imbróglio do governo americano no Iraque ilustra tão vividamente, não há base para pensar que isso [promoção de democracia] pode ser realizado a custos econômicos e políticos aceitáveis para o país ou países intervenientes." (HIGLEY; BURTON, 2006, p188).

Longe de esta tese ter qualquer pretensão de adentrar nesse debate norte-americano sobre como melhor "promover democracias no exterior", devemos ressaltar dois argumentos deste subtópico. Primeiramente, a ideia de exportação/promoção de democracia no exterior está na base que fundamenta a busca por legitimidade dos EUA em suas ações intrusivas no cenário internacional. Em segundo lugar, para promover democracias, condiciona-se como fudamentalidade a incorporação das elites políticas nesse processo.

Há uma ligação clara entre a teoria liberal da democracia americana e seu papel mundial hegemônico liberal. Os EUA e a ordem ocidental que eles construíram são caracterizados como uma democracia de mercado pluralista e liberal que é amplamente inclusiva e tolerante com a diversidade étnica. A comunidade de segurança construída nos EUA exibe o caráter interno de seu Estado líder – plural e regidos por regras. No entanto, as suposições subjacentes dos internacionalistas liberais negam efetivamente as descobertas de vários estudos bem pesquisados que desafiam as principais reivindicações da democracia americana. É o caso dos teóricos críticos como Robert Cox (1987), Stephen Gill (1992), e Erico Augelli e Craig Murphy (1993), que compreendem que as relações internacionais das elites entre Estados e sociedades operam para reproduzir os padrões existentes de poder e gerenciar ou projetar mudanças para o benefício das elites em um jogo geralmente de soma zero, em que as grandes massas e as classes mais baixas saem perdendo. Isso está claramente muito longe das alegações internacionalistas liberais associadas aos benefícios da globalização. Da mesma forma, as reivindicações sobre a centralidade do Estado de direito impedem a consideração de violações significativas na prática (PARMAR, 2018, p. 8).

No caso dos Estados do Oriente Médio isso é notório. A região foi o foco da política dos EUA desde o final da Segunda Guerra Mundial, quando eles começaram a gradualmente suplantar a Grã-Bretanha como potência ocidental dominante na região. Desde então, o Oriente Médio evoluiu para um interesse americano permanente de extrema importância. Nas últimas décadas, a política regional dos EUA foi amplamente determinada pelos seguintes objetivos: manter o acesso seguro ao petróleo, a segurança de Israel e a estabilidade regional, combater o terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa e promover reformas políticas e econômicas. Todos giram em torno de um propósito só. A estratégia de promoção da democracia não é exceção, constitui uma tentativa de assegurar a continuidade da influência americana na região (MARKAKIS, 2016, p.54).

No entanto, a promoção da democracia, não representava significativamente a maior parte da história do envolvimento dos EUA no Oriente Médio. Isso começou a mudar no

governo Clinton, que enfatizou a reforma econômica como um prelúdio para a reforma política. Então, sob o governo de G. W. Bush, após os eventos de 11 de setembro de 2001, a democratização no Oriente Médio emergiu como um objetivo explícito da política dos EUA com ênfase sem precedentes (MARKAKIS, 2016, p.53).

> A democracia iraquiana terá sucesso – e esse sucesso enviará notícias, de Damasco a Teerã – de que a liberdade pode ser o futuro de todas as nações. O estabelecimento de um Iraque livre no coração do Oriente Médio será um divisor de águas na revolução democrática global (BUSH, 2003b, tradução nossa)

Desde o primeiro dia de ocupação da CAP no Iraque, diversos mecanismos democráticos institucionais e constitucionais foram implementados com o propósito de cobrir aquilo que fora justificado nos documentos. O CGI, novos ministérios e uma equipe diversificada para elaboração da nova constituição (consolidada em 2005), são alguns exemplos. Ali Bapir (2016), em pesquisa empírica qualitativa, estudou como as elites políticas iraquianas pós-intervenção dos EUA vêem a democracia e as instituições políticas no país. Em uma primeira conclusão, ele aponta que "democracia" é apoiada pela maioria das principais figuras políticas, aquelas que realmente tomam as decisões. A evidência empírica indica que os três grupos principais[103] políticos têm diferentes percepções do que significa democracia e, também, apóiam diferentes arranjos institucionais, mas todos dentro dos princípios democráticos, ao menos na narrativa. As elites políticas têm diferentes concepções e expectativas dos ideais democráticos; elas refletem as opiniões de seus constituintes. As concepções de ideais democráticos como majoritários ou consensuais são derivadas não apenas de seu tamanho, mas de outros fatores, como legados históricos, os valores que o grupo deseja servir e os objetivos específicos que desejam alcançar (BAPIR, 2016, p.244).

No entanto, entendemos que uma avaliação qualitativa sobre a compreensão sobre democracia nas lideranças políticas iraquianas pós-saddam não pode ser considerada sem levar em consideração as dinâmicas de poder que levaram essas novas lideranças aos seus cargos e postos políticos pós-2003. Conforme afirma Nouri (2017), os tomadores de decisão da elite dos EUA foram para a guerra e ocuparam o Iraque usando a promoção da democracia como um disfarce para servir aos seus próprios interesses. Nouri restringe a abordagem

---

103 Bapir (2016) escolhe uma interpretação étnica determinada. Ou seja, que leva em consideração as distinções étnicas para considerar grandes grupos iraquianos. Entende dessa maneira, três deles: Xiitas, Sunitas e Curdos. "Crenças religiosas xiitas, nacionalismo sunita iraquiano e etnico-nacionalismo curdo desempenham papéis importantes na determinação de como cada grupo define a ideia de democracia" (BAPIR, 2016, p.244). Nesta tese, consideramos problemática essa divisão já que pouco contribui para explicar dos fatores políticos internacionais do engajamento dos EUA e seus propósitos hegemônicos no Iraque.

autointeressada dos EUA para os propósitos corporativos e da inserção do livre-mercado no país. Nossa interpretação é mais acurada, o livre-mercado é uma das expressões de dominação dos EUA no Iraque. É mais qualificado afirmar que a promoção de democracia no Iraque e Oriente Médio trata de um mecanismo para busca de hegemonia global (MARKAKIS, 2016).

Justamente sobre isso de que trata esta tese. Não é surpreendente que majoritariamente, os políticos iraquianos apóiem o atual modelo de gestão pública e regime político a partir das premissas liberais-democraticas exportadas pelos EUA. Isso, pois, a condição que os permitiu ascender ao poder foi exatamente as articulações com os norte-americanos para a derrubada da ordem política baathista. E mais, o fato de haver relativo consenso sobre o modelo democrático exportado para o país a partir de 2003, a forma como foi conduzido este processo – a partir de um poder de agência intrusiva ativa dos EUA – está longe do consenso social. A evidente presença constante de grupos insurgentes no Iraque desde 2003 demonstra tal argumento conforme apontado no capítulo final desta tese.

O Oriente Médio não teve historicamente uma exposição positiva ao poder dos EUA, a um ponto que os fez ver os EUA como libertadores em oposição a conquistadores, e não havia evidência de que o Oriente Médio se transformasse com tanta facilidade e boa vontade (NOURI, 2017, p.299). O que significa dizer que as expressões sociais contra-hegemônicas foram cruciais para a não consolidação de poder dos EUA no Oriente Médio. O mesmo pode-se dizer do processo de liberalização da estrutura econômica iraquiana, ele representa um consenso dentro das elites políticas iraquianas, mas não necessariamente na sua sociedade.

### 4.3.2 Liberalização econômica

Logo que assumiu a responsabilidade de liderança da CAP, Paul Bremer discursou sobre a importância de atrair investidores para o Iraque. As autoridades da ocupação estavam conversando com bancos nos EUA, Grã-Bretanha e outros países para fornecer crédito em termos favoráveis a empresas estrangeiras que comercializam com o país: "Será uma linha de crédito substancial que primeiro indica simbolicamente ao mundo que o Iraque está aberto para negócios e, também, fornece um incentivo prático para as pessoas que desejam negociar com o Iraque"[104]·. O jornal *The Economist*, à época, chamava-o de "programa econômico de choque"[105]. Esse projeto de tornar o Iraque uma economia de mercado aberta, adequada à

---

104 Declaração de Paul Bremer, em 26 de maio de 2003, disponível em: <www.smh.com.au/world/middle-east/bremer-gets-ready-to-open-iraq-for-business-20030528-gdgu3g.html> acesso 29/08/2021.

105 'Iraq's Economic Liberalisation: Let's All Go to the Yard Sale', *TheEconomist.*2003. Disponível em:<www.economist.com/node/2092719, accessed 17/12/2011> acesso 29/08/2021.

inserção internacional de corporações multinacionais e instituições financeiras privadas, remonta a uma das bases mais importantes da prática intrusiva dos EUA no SI: a liberalização econômica. Portanto, a primeira parcela das reformas promulgadas pelo governo de G. W. Bush no Iraque dirigiu-se à economia; haveria uma economia centralizada e monopolizada pelo Estado sob Hussein, desde o início da ocupação, e Paul Bremer enfatizou a necessidade de liberalização. (MARKAKIS, 2016, p. 112).

Principalmente expresso pela *Trade Liberalization Policy (TLP),* de julho de 2003, o Iraque passou por um processo de reforma econômica radical sob a condução da CAP. Naquele momento, ficava reconhecido "o papel central do comércio internacional na recuperação do Iraque e no desenvolvimento de uma economia de mercado livre." (CAP *apud* TALMON, 2013, p.79). E posteriormente, na revisão da TLP, em fevereiro de 2004, a certificação do objetivo econômico permanente de "desenvolver políticas que fomentarão o comércio internacional e uma economia de mercado livre no Iraque" (CAP *apud* TALMON, 2013, p.258). Tais princípios foram depois incorporados na Constituição do país, em 2005, em seu artigo 25, que estabelecia que: "O Estado deve garantir a reforma da economia iraquiana de acordo com os princípios econômicos modernos para assegurar o investimento total de seus recursos, a diversificação de suas fontes e o incentivo e desenvolvimento do setor privado." (IRAQ, 2005). A pedra de toque da nova economia iraquiana se tornou o livre-mercado e reproduziu outra perna das bases legitimadoras (busca de legitimidade) das ações internacionais dos EUA. Também será aprofundado empiricamente no capítulo final da tese.

Naquele momento a promoção de reformas econômicas no Iraque durante a administração Bush, em 2003, seria para muitos o caso de teste para saber se os EUA poderiam criar, por meio da introdução de uma série de reformas econômicas neoliberais, um sistema de capitalismo de mercado livre ao estilo americano no mundo árabe (LOONEY, 2003, p.568), especificamente o modelo econômico neoliberal. Por sua evolução ao longo do tempo, é geralmente usado por economistas para se referir às políticas econômicas iniciadas pelo Chile, na década de 1970[106]·. Ele enfatiza uma combinação de políticas que atribui um papel maior para o mercado na alocação de recursos, um muito reduzido para o Estado e uma integração crescente na economia mundial (LOONEY, 2003, p.571). Está largamente associado à escola econômica da Universidade de Chicago, na figura de Milton Friedman e

106 Posteriormente, essas reformas se espalharam pela maior parte da América Latina, na década de 1980, e para outras partes do mundo em desenvolvimento, no final da década de 1980 e início da década de 1990 (LOONEY, 2003, p.571).

Friedrich Hayek[107]. Esse núcleo de pensadores econômicos baseiam o neoliberalismo em três conceitos: informação imperfeita, liberdade individual e mercado[108].

No entanto, antes do desenvolvimento do modelo neoliberal e a promoção desses valores no SI, a participação internacional dos EUA é interpretada geralmente associada ao seu objetivo econômico. Perry Anderson (2015, p.53) dirá que os EUA devem ser analisados como um Estado capitalista, que não apenas abrange a maior e mais autossuficiente economia industrial, mas que atua no SI no sentido de adequar os padrões da estrutura econômica internacional a seu favor. Isso está na base da história do seu desenvolvimento. O argumento da linha econômica do liberalismo concentra-se no comércio, pois "oferece aos Estados um meio de transformar sua posição por intermédio do crescimento econômico em vez de por intermédio das conquistas militares" (NYE, 2009, p.55).

Podemos distinguir dois momentos da história econômica dos EUA na promoção internacional de valores e sistemas econômicos liberais no século XX, um primeiro inaugurado pelos governos Hoover e Roosevelt, na virada da década de 1920 para 1930, o segundo, na década de 1980, com o presidente Ronald Regan. Portanto, considera-se o governo Reagan como um ponto de virada importante, que significou o fim de uma era na política econômica que havia começado quase cinquenta anos antes. A velha ordem, a ordem rooseveltiana, não morreu no início. Na verdade, vinha perdendo terreno há quase quinze anos – quase desde o momento de sua maior glória. Mas a vinda de Ronald Reagan significou uma mudança decisiva e total. A nova ordem que vinha surgindo e agora saltava para o centro do palco era "conservadora" (neoliberal)[109]. O movimento econômico neoliberal da década de

---

107 Algumas obras que se referem ao desenvolvimento da teoria economica neoliberal são: Friedrich Hayek, The Road to Serfdom (Chicago: University of Chicago Press, 1944); Friedrich Hayek, The Fatal Conceit: The Errors of Socialism (Chicago: University of Chicago Press, 1989); Milton Friedman, Capitalism and Freedom (Chicago: University of Chicago Press, 1963) e Milton Friedman Free To Choose a Personal Statement (New York: Harvest Books, 1990).

108 Uma definição básica dada por Robert Looney (2003, p.572) para cada um desses conceitos é: Informação imperfeita: os neoliberais afirmam que, como os indivíduos em geral e a sociedade como um todo têm informações imperfeitas sobre acontecimentos e eventos passados e presentes, qualquer estratégia de tentar planejar ou fazer políticas é irracional e está fadada ao fracasso.Liberdade individual:o neoliberalismo se baseia na liberdade e na propriedade privada de indivíduos para buscar maximizar suas preferências. Esse comportamento aparentemente natural é particularmente importante do ponto de vista econômico porque leva à liberdade política. Assim, a liberdade econômica individual é a base para qualquer sociedade civilizada e é uma resposta direta ao totalitarismo ou a qualquer forma de planejamento econômico.O mercado: o mercado é a principal instituição econômica e social dentro da qual os indivíduos ajustam suas preferências de acordo com os sinais de preços, apesar das restrições nas informações disponíveis.

109 O que Hebert Stein (1988) chama de movimento econômico conservador, e ficou determinado na literatura econômica como virada neoliberal. Nesse sentido, recomendamos a leitura de Joel W. Johnson (2018), *Neoliberal shift and the Reagan Era* para ele "A grande expansão do comércio nas últimas décadas do século

1980 é em grande parte uma reação ao movimento liberal que o precedeu. O movimento liberal, por sua vez, foi uma reação aos fracassos de um regime anterior de política, que podemos chamar vagamente de conservador, e que se manifestaram na depressão dos anos 1930. O movimento liberal atingiu seu melhor momento – em termos de autoconfiança e aceitação popular, bem como de realizações – em 1965 (STEIN, 1988).

No início do século XX, a promoção do princípio de *Open Door*, por exemplo, vislumbrava preservar a primazia norte-americana marítima e mercantil no Oriente, levando o livre-comércio para lá (ANDERSON, 2015, p.15). No contexto da Segunda Guerra Mundial, fez o possível para assegurar a primazia do livre-comércio no continente americano por meio da contraposição ao comércio compensado alemão e posterior ofensiva ideológica no continente qualificada como "pan-americanismo". "Inspiradas no clima da Boa Vizinhança, elas repudiaram o intervencionismo como forma de resolver as disputas entre os Estados americanos e consagraram o princípio da solidariedade hemisférica" (MOURA, 1980, p.136). Nesse sentido, a intrusão norte-americana na América se dava pelas vias ideológicas – por meio de mecanismos culturais, tais qual a Divisão Cultural do DoE, o Comitê Interdepartamental de Cooperação com as Repúblicas Americanas, e a Coordenação de Assuntos Interamericanos (OCIAA) – e econômicas – via acordos comerciais bilaterais e baseados nos novos princípios econômicos do *New Deal*. A posição geral dos EUA era de que os acordos bilaterais deveriam incluir cláusulas irrestritas e incondicionais da nação mais favorecida, e que as cotas deveriam ser usadas para garantir que o fluxo de mercadorias fosse perturbado o mínimo possível (STEIN, 1984).

No pós-Segunda Guerra Mundial, o destaque de uma nova postura econômica internacional dos EUA fica evidente. Os EUA agiriam não primariamente como uma projeção da preocupação de seu capital, mas como um guardião do interesse geral de todos os capitais, confiante de que o ganho internacional do capitalismo se transformaria em saldo nacional positivo, futuramente. No governo Truman, diversas figuras de alto escalão político eram banqueiros de investimento e advogados de grandes empresas (ANDERSON, 2015, p.53-54). O motor do crescimento econômico global pós-1945 foi, em parte, alimentado por energia

---

atingiu praticamente todos os cantos da economia, e as mudanças neoliberais coincidentes na política tenderam a agravar os efeitos da globalização para consumidores e trabalhadores. O neoliberalismo enfatiza um regime regulatório e um regime comercial que são liberais no sentido clássico, com o mínimo de interferência governamental. A economia política da América tornou-se mais neoliberal nas décadas de 1980 e 1990, à medida que o governo buscava a liberalização e desregulamentação do comércio. O Partido Republicano estava se tornando mais conservador e mais competitivo na política nacional, e sua ascensão ajudou a pavimentar o caminho para reformas econômicas neoliberais" (JOHNSON, 2018, *abstract*, tradução nossa)

barata (baixos preços do petróleo nos primeiros anos pós-guerra) e, em parte, pelo estímulo da demanda agregada global por meio de políticas keynesianas (associadas ao modelo de intervencionismo pontual do governo na econômica) para mobilizar as estruturas fordistas de consumo de massa. Nos EUA as despesas do governo usadas para esses fins incluíram despesas militares substanciais no país e no exterior no cenário da Guerra Fria (GILL, 1993b, p.280). No entanto, essa fórmula se mostrava ultrapassada, à medida que a economia soviética crescia e potências médias da periferia do SI ascendiam economicamente.

Por isso, no governo Reagan há um processo de renovação da expressão econômica internacional dos EUA. Trata-se da transnacionalização da economia mundial e a criação de uma hegemonia transnacional centrada nos EUA (GILL, 1993b, p.248). Durante a maior parte do período pós-guerra, o fenômeno transnacional foi confinado principalmente às indústrias extrativas e manufaturas, com a maioria das empresas financiando a expansão por meio de fontes internas de capital. Desde o final da década de 1960, essa situação mudou com as empresas produtivas se tornando mais dependentes dos bancos e os crescentes mercados financeiros *offshore* (eurodólares) para o fornecimento de financiamento. Uma variável importante nessa equação foi a internacionalização dos bancos americanos e o desenvolvimento de inovações em serviços financeiros, destinadas a contornar os sistemas regulatórios bancários nacionais (GILL, 1993b, 257).

Isso significa dizer que a livre iniciativa é a base histórica das atividades econômicas (reformas) no exterior e os interesses do "capital" (elite econômica) norte-americano está historicamente vinculado ao desenvolvimento de política externa do país durante o século XX. E o modelo econômico neoliberal passou a ser a pedra de toque da promoção de liberalização econômica global nas décadas seguintes (1990 e 2000).

O neoliberalismo trata essencialmente de tornar o comércio mais fácil. Trata-se de movimentação mais livre de bens, recursos e empresas em uma tentativa de sempre encontrar recursos mais baratos, para maximizar lucros e eficiência (LOONEY, 2003, p.575). Durante os anos 2000, a percepção dos valores econômicos neoliberais se solidifica. Segundo Domhoff (2014), examinando quem governa os EUA no início do século XXI, os proprietários e gerentes de alto nível de grandes entidades produtoras de renda são figuras de poder dominantes nos EUA. Suas corporações, bancos e outras empresas formam comunidades corporativas, unificadas para dominar o governo federal norte-americano. Ainda que haja competição na comunidade corporativa e nas coalizões governamentais, as elites estão unidas em questões relativas aos trabalhadores organizados, liberais e quaisquer outras

ameaças ou desafios que possam enfrentar como um coletivo. A estrutura bem-organizada e a consistência ao longo do tempo permitiram que a elite compreendesse confortavelmente o 1% da população que detém o resto da riqueza da nação (NOURI, 2017, p.56).

Nesse sentido, podemos afirmar que no governo Bush predomina um modelo de promoção da liberalização econômica global, por via das premissas neoliberais. Uma vez que o modelo neoliberal depende principalmente do funcionamento dos mercados e da iniciativa do setor privado para transferir os recursos para onde são mais lucrativos, é essencial que exista um ambiente estável no qual possam ser feitas estimativas realistas de preços, custos e taxas de retorno futuros. Uma infraestrutura institucional definida por instituições governamentais de apoio, leis e regulamentos também é um componente complementar importante (LOONEY, 2003, p.583). Evidentemente, um problema apontado pelos economistas neoliberais no Iraque é que não há estabilidade para o desenvolvimento pleno do setor privado. No entanto, repetimos o mesmo argumento neogramisciano do tópico anterior, não há consenso na sociedade iraquiana sobre o modelo neoliberal para o país. Na verdade, boa parte da resistência civil das massas, que representa um constante movimento contra-hegemônico no país, se manifesta contra a neoliberalização do país por gerar mais desigualdades e inacessibilidade econômica para maioria da população.

Longe de acumular capital e concentrá-lo para desenvolver um novo Estado forte, como constam nas promessas documentadas da ocupação, “o Estado fragmentado do Iraque está causando uma hemorragia de capital enquanto é remodelado pela globalização liderada pelos EUA” (HERRING, RANGWALA, 2006, p.257). A população reage ao novo modelo econômico que, ao contrário das promessas de estabilidade financeira, pleno emprego e ampliação comercial, enfrenta a ascensão da economia informal, suspeita de corrupção pública, falta de controle dos contratados com dinheiro público e da reconstrução, tratamento preferencial para empresas estrangeiras ao invés de investimento no desenvolvimento comercial e industrial nacional, entre outros problemas (HERRING, RANGWALA, 2006). Para uma análise precisa de como os EUA imputaram sua forma particular de intrusão no Iraque, colocando esses valores: livre-mercado e democracia, devemos refletir sobre o processo de reconstrução do Estado iraquiano, liderado pelos EUA e reconhecido como uma necessidade pela Resolução 1483, da ONU.

## 4.4 A Particularidade o *Nation-Building*: Reconstrução e Desenvolvimento enquanto forma de ação hegemônica dos EUA

Em grande medida, o conceito político internacional norte-americano que explica o modelo particular de intrusão internacional dos EUA é o de *nation-building*. Segundo Francis Fukuyama (2006), a "construção da nação" (tradução literal para o português) engloba dois tipos diferentes de atividades: reconstrução e desenvolvimento[110]. Embora a distinção entre os dois seja frequentemente confusa, ela sempre esteve presente para os construtores de nações de gerações anteriores lidando com situações pós-conflito. Essencialmente, existe um debate premente sobre a distinção entre *nation-building* e o conceito mais global de *state-building* (construção de Estado); os mais críticos considerarão que a própria concepção de possibilidade de construir nações é falaciosa. "Nações"– isto é, comunidades de valores, tradições e memória histórica compartilhados – evoluem a partir de um processo evolutivo histórico próprio e não planejado, portanto, não poderiam ser construídas por estrangeiros.

Tais críticos entendem que aquilo que os norte-americanos chamam de "construção da nação" é, na verdade, "construção do Estado"– isto é, construção de instituições políticas ou então promoção do desenvolvimento econômico. Em uma abordagem crítica original, Marina Ottaway (2002) entende que tradicionalmente "nações" foram forjadas através de guerras, já no século XXI;busca-se construí-las por meio da resolução de conflitos, da ajuda multilateral e de eleições livres. Mas essa abordagem "mais civilizada" não rendeu muitos sucessos, pois, na prática, demanda que interventores incluam nesse processo a coerção militar e o reconhecimento de que a promoção de democracia nem sempre é uma meta realista. Por essa razão, Ottaway (2002) entende que processos de *nation-building* são complexos e tendem a se tornar atoleiros à medida que, quando não se consegue implementar consenso na sociedade atingida, ela tende a entrar em colapso. Simplesmente, acaba-se com a ordem vigente, na promessa de implementar uma nova ordem, mais estável, mas o resultado é desastroso gerando fragmentação social, conflito e instabilidade.

No entanto, se recorrermos ao arcabouço teórico neogramsciano, o processo de revolução passiva – em que há o desenvolvimento de estruturas políticas e econômicas miméticas (ao do *Hegemon*) em partes menos desenvolvidas do mundo (PILJ, 1993, p. 237) – é possível, por meio de ações intrusivas planejadas e implementadas pelo ator hegemônico. Um ator é hegemônico, na medida em que oferece um sistema integrado de valores e crenças que sustentam a ordem social estabelecida e que projetam um conjunto particular de interesses

---

110 "Reconstrução refere-se à restauração de sociedades dilaceradas pela guerra ou danificadas à sua situação pré-conflito. Desenvolvimento, no entanto, refere-se à criação de novas instituições e à promoção do crescimento econômico sustentado, eventos que transformam a sociedade de forma aberta em algo que não era antes" (FUKUYAMA, 2006, p.5, tradução nossa).

de classe como o interesse geral. Nos processos norte-americanos de *nation-building,* valores como democracia e livre-mercado são bases fundamentais. A partir de então, devemos observar o processo de implementação do *nation-building* para além do olhar unilateralista, que entende um impondo e o outro recebendo. O poder hegemônico não é imposto aos subordinados, mas é um processo negociado. Tanto dentro da coalizão dominante de capital, gestores estatais e intelectuais orgânicos quanto em suas relações com as forças sociais subordinadas, os grupos dominantes devem negociar com os grupos subordinados a fim de assegurar o consentimento desses últimos ao seu governo. Esse processo de negociação, Gramsci chamou de *trasformismo*, fazendo alguma acomodação aos interesses econômicos de grupos subordinados como mecanismo de viabilização de poder (EGAN, 2007). No caso do modelo norte-americano de *nation-buiding,* a forma de promovê-lo está estritamente associada à busca de legitimidade para implementação de projetos dessa natureza.

No juízo moral das teorias da justiça na guerra, o *jus post bellum* é o conjunto normativo que auxilia neste extercício de busca por legitimidade para intervenções transformativas. Como vimos, a comunidade internacional entende que os Estados seriam responsáveis após o término de um conflito internacional de retornarem à situação de ordem estável dos Estados perdedores afetada pela guerra. A constituição desse conjunto normativo não é livre de ações interessadas dos Estados, portanto, partimos dessa premissa analítica ao compreender a promoção da "justiça após a guerra"; não podemos abandonar a ideia de que ela pode servir para propósitos de poder (AMARAL, 2016). Resumidamente, o *jus post bellum* é uma estrutura analítica que propõe a interação entre direito e moralidade, o uso de normas, padrões e práticas de conduta para contextos pós-conflito, a partir de premissas liberais internacionais. (EASTERDAY, IVERSON, STAHN, 2014, p.11). Portanto, é tanto parte da Teoria da Guerra Justa (TGJ)[111], tendo como propósito adequar os limites morais das ações e responsabilidades pós-conflitos dos atores internacionais, quanto também reproduz uma narrativa de responsabilidade humanitária dos atores internacionais que serve para os propósitos intrusivos em Estados pós-conflito (derrotados) supostamente "fracassados", ou "incapazes", como é comumente concebido na perspectiva teórica liberal dos estudos de paz (AMARAL, 2016, p.9).

111 "É concebida por dois conceitos fundamentais sobre conflitos: razões justas para iniciá-lo (jus ad bellum); e formas justas para lutá-lo (jus in bello). Recentemente outro conceito emergiu, sobre as formas justas para se terminar um conflito e a transição para um contexto de paz(*jus post bellum*) " (AMARAL, 2016, p.1).

A expressão prática dessa associação entre justificativas morais para promover justiça após os conflitos internacionais e intencionalidades de poder (Hegemonia) pode ser compreendida por meio da apreciação particular dos mecanismos de Reconstrução de Estados desenvolvidos pelos EUA, a partir da Segunda Guerra Mundial. E mais, o modelo norte-americano de reconstrução deve ser particularmente compreendido para além dos auspícios estruturais do Estado (*state-building*) e deve compreender o conceito mais complexo de construção de nação (*nation-building*) como princípio orientador das práticas de reconstrução e desenvolvimento de Estados. Seria o mesmo que dizer: as ações de *nation-building* são manifestações de atividade intrusiva no internacional, e não tratam apenas de reformas da estrutura do Estado, senão se pretendem como transformadoras das concepções de mundo de sociedades estrangeiras. Ou ainda, da concepção de que não basta apenas alterar as burocracias, a constituição e a legislação dos Estados, mas também do exercício que de fato penetre a sociedade e a convença da necessidade de novos valores e condutas esperadas. Ou seja, buscam a obtenção de consenso.

A proposta de reconstrução é base dos princípios de justiça após a guerra. Para Larry May (2012), a reconstrução é um dos seis princípios normativos do *jus post bellum*, ao lado de restituição, retribuição, reparação, reconciliação e proporcionalidade[112]. A reconstrução seria justamente o princípio de responsabilidade dos atores "vencedores" de reconstruir uma sociedade pós-conflito "derrotada", abrangendo dois sentidos, um prático e outro preventivo. O primeiro sobre uma responsabilidade coletiva de reconstrução: retornar a ordem normal das estruturas de poder e infraestrutura daquela sociedade, enquanto o segundo imputa que comcomitantemente deve-se promover mecanismos para garantir que não emerjam novos conflitos naquela localidade (MAY, 2012). No entanto, muito antes da categorização teórica dos princípios normativos do *jus post bellum*, as práticas de reconstrução já estavam nos documentos oficiais norte-americanos dentro das responsabilidades morais dos "vencedores". E isso deve necessariamente ser observado também pelos propósitos hegemônicos.

Um dos primeiros momentos em que esse princípio de responsabilidade[113] apareceu na história das relações internacionais contemporâneas foi no cenário pós-Primeira Guerra Mundial, sob a figura, já vista aqui, da Liga das Nações e do sistema de Mandatos, estabelecido no Tratado de Versalhes, em 1919. Como já vimos, ali evidenciou-se que sociedades "não preparadas" deveriam ser tuteladas por potências internacionais. No

112 Sobre uma análise detalhada destes princípios normativos do *jus post bellum* , ler Larry May (2012).

113 Para uma apreciação aprofundada deste tema, ler Andrew Williams (2005).

pensamento liberal americano sobre o acordo do pós-guerra, a ênfase é dada à necessidade de reconstruir as bases econômicas dos derrotados (WILLIAMS, 2005, p.542). Com o estabelecimento da Liga das Nações, identificam-se os primeiros modelos de reconstrução em duas experiências, na Áustria e na Anatólia (1922-23) (WILLIAMS, 2005, p.546-548).

Podemos interpretar que o cenário da Segunda Guerra Mundial elevou aquele princípio. Com a derrota do Eixo ítalo-alemão-japonês, processos de reconstrução destes Estados foram encabeçados pelos EUA. O Plano Marshall, ou Programa de Recuperação Europeu, saudou esse célebre empreendimento como prova da assunção da liderança mundial pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial. Junto com o estabelecimento do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e outros instrumentos da diplomacia da Guerra Fria, o Plano Marshall supostamente marcou o fim da era isolacionista, e mais a retomada ferrenha dos princípios ideológicos liberais internacionalistas de Woodrow Wilson inaugurando o "século norte-americano"[114]. Repousava diretamente na convicção americana de que a recuperação econômica europeia era essencial para os interesses de longo prazo dos EUA (HOGAN, 1987). Portanto, o planejamento cuidadoso e a criação de uma ordem pós-guerra centrada nos EUA buscaram criar uma *pax americana*, envolvendo a reconstrução política, econômica e social das potências do eixo derrotado, a regeneração da Europa Ocidental sob o Plano Marshall, a militarização das relações EUA-Europa via OTAN e a rivalidade ideológica e político-estratégica com um novo comunismo mundial expandido na forma de uma Guerra Fria dirigida principalmente contra a URSS (GILL, 1993b, p.248).

A experiência do Plano Marshall e a reconstrução do Japão não apenas aprimoraram os mecanismos de reconstrução como estabeleceram aparatos institucionais permanentes nos EUA, bem como a nível da ONU. Parcialmente para esse fim, o DoE criou, no início de 1942, o Escritório de Assistência e Reabilitação Estrangeira em 1943, que foi incluído na Administração de Ajuda e Reabilitação das Nações Unidas a partir de fevereiro de 1943 sob a liderança do governador Herbert Lehman, de Nova York, um confidente próximo do presidente Roosevelt (WILLIAMS, 2005, p.550). Nesse sentido, o ponto mais relevante da Segunda Guerra não se encerrava com a vitória da coalizão liberal de Estados que se transformaria nas "Nações Unidas". Nos EUA a guerra era vista como tendo suas raízes em causas econômicas, como uma guerra não apenas de reconstrução nacional, mas de uma

114 Não existe um consenso na literatura sobre a temporalidade da hegemonia norte-americana. O que é comum é o marco do pós-Segunda Guerra Mundial como ou início ou consolidação da hegemonia dos EUA no SI.

variedade global (WILLIANS, 2005 p.547), moldando uma concepção de mundo que deveria ser adotada globalmente.

O Plano Marshall forneceu um paradigma para todos os esforços de reconstrução pós-1945 até 1990 e tem sido evocado desde então, sempre que a "reconstrução" é mencionada. Particularmente durante a Guerra Fria, a *nation-building* ganhou uma posição de destaque na estratégia dos EUA. Enraizado na ação colaborativa de uma série de atores do Estado, corporações, OI's e Organizações Não-Governamentais (ONG's), o conceito de construção nacional foi baseado em um amplo consenso sobre os métodos e objetivos do desenvolvimento econômico e social. Embora tenha prevalecido por algum tempo, essa formulação não sobreviveu às novas pressões surgidas na década de 1960, particularmente a Guerra do Vietnã. A quebra do consenso exigiu a reformulação das estratégias de desenvolvimento e dos mecanismos de intrusão internacional (EKBLAD, 2006, p.19).

Conforme veremos no tópico seguinte, o artifício de intrusão mais acionado durante a segunda metade do século XX foram as *covert actions*, mecanismos adequados no sentido de suplantarem ações intrusivas sem a necessidade de justificativas morais e sem a possibilidade de permitir ao seu adversário (URSS) antever suas ações. Nesse sentido, se lermos *nation-building* não como uma política de Estado, mas como um objetivo estratégico, podemos compreender que os EUA, por meio das *covert actions,* continuaram tentando promover seus valores e sua concepção de mundo durante os quarenta anos de Guerra Fria.

Essas situações são uma mudança distinta dos esforços anteriores. No auge da Guerra Fria, nas décadas de 1950 e 1960 o governo dos EUA pode fazer referência a um amplo consenso sobre o que o desenvolvimento (ou a modernização) deveria realizar. A partir de então, o governo dos EUA passou a estabelecer relações com atores políticos (por vezes a elite governante, por vezes a elite não governante) e a utilizá-los como auxiliares importantes nos esforços de construção nacional que serviram à grande estratégia da Guerra Fria no Irã, Coreia do Sul e Vietnã do Sul (EKBLAD, 2006, p.20). Longe de avaliar a eficácia desses mecanismos, é inquestionável que a tentativa de promover sua influência permanente, em contraposição a "ameaça soviética", foi uma constante.

É justamente no contexto pós-Guerra Fria que o termo *nation-building* (aqui, sim, como uma política de Estado) retoma com força. Em 1999, o presidente Clinton afirmava que "a mais cara das reconstruções é mais barata do que a mais barata das guerras" (*apud* WILLIANS, 2005, p.557). O tom das intrusões internacionais dos EUA nos anos 1990, estavam associados diretamente com as concepções humanitárias da ONU, ainda que por

vezes agiram sem o legítimo reconhecimento das suas aventuras internacionais. Os teóricos liberais entendem que, desde o fim da Guerra Fria, os EUA demonstraram uma maior disposição para reunir apoio multilateral para intervenções humanitárias e para reconstruir "Estados falidos". No caso do Haiti, em 1994, o presidente Clinton obteve autorização do CSONU da ONU. Os esforços de construção da nação que se seguiram no Haiti foram supervisionados pela ONU. Na Bósnia e no Kosovo, dois casos de intervenção humanitária multilateral (não de mudança de regime), a construção da nação pós-conflito também foi realizada sob os auspícios das ONU. Criava-se um consenso na comunidade internacional sobre a necessidade de "entrar em estados párias", promover valores como democracia e livre-mercado como base de sua reconstrução (PEI, AMIN, GARZ, 2006, p. 67).

Nesse sentido, entendemos que a promoção de reconstrução e desenvolvimento de Estados no contexto pós-guerra é um artifício valioso para a estratégia hegemônica norte-americana de permanecer em Estados estrangeiros. Não se trata somente de manter tropas, bases militares no exterior e transformar as estruturas de poder via incorporação de novas elites nos países estrangeiros. Trata-se da necessidade de promover mecanismos ideológicos que sustentem a permanência de uma nova concepção de mundo. Evidentemente, nos casos da Alemanha e do Japão no pós-Segunda Guerra Mundial, a reconstrução daqueles Estados direcionou uma nova forma de integração deles no SI. No entanto, o mesmo não ocorreu de forma plena no Oriente Médio, no início do século XXI. Longe de apontarmos as razões pelas quais não houve (pelo menos até aqui) uma estabilização ordenada de uma nova concepção de mundo liberal no Iraque (e no Afeganistão) que seja consenso, podemos afirmar que a transformação das estruturas de poder desses Estados, especificamente por via da inserção de novas elites do poder, substituindo quem está à frente dos mecanismos governativos, alterou, sim, a forma como ambos se posicionam no SI. Não mais enquanto Estados reativos à imputação de uma ordem liberal internacional, mas que buscam se integrar nesse sistema.

Podemos dizer que, no caso iraquiano, há uma evidente presença dos EUA em diversos níveis político-econômicos. De fato, aqueles que representam o Estado no Iraque são aqueles que, em alguma medida (mais ou menos ativamente), apoiaram o processo de remoção do Partido Baath e de Saddam Hussein. O Iraque é hoje uma república parlamentarista cuja constituição foi determinada sob os auspícios e conselhos de especialistas norte-americanos. Portanto, a nível político-jurídico há uma transformação expressiva. Economicamente, o país promove medidas de incentivo à inserção internacional de empresas privadas e de capital estrangeiro por via de leis que facilitam a entrada de investimento. Isso será visto de maneira

mais específica nos capítulos finais. Mesmo assim, afirmar que o Iraque é um país integrado plenamente à estrutura liberal capitalista e ao conceito de bloco histórico nos ajuda a entender as razões disso. No Iraque, a síntese dinâmica entre as forças da economia e da sociedade não atua politicamente de forma inclusiva. As forças materiais, instituições e ideologias não são congruentes, e isso se traduz numa realidade social fragmentada. Ainda que o Iraque, por meio da sua elite política governante, cumpra com a cartilha liberal democrática nos aspectos político-jurídicos, as expressões sociais de resistência evidenciam que não há consenso da sociedade sobre esse ser o modelo político ideal. Isso significa dizer que não houve uma plena penetração ideológica no país, o que interrompe o processo de consolidação hegemônica. Não há um elo orgânico entre política e sociedade civil, a partir da fusão de capacidades materiais, institucionais, intersubjetivase ideológicas no país.

## 4.5 E Quando é difícil Justificar? As *Covert Actions* dos EUA em Perspectiva histórica.

Os auspícios morais, legais e ideológicos que tradicionalmente pretendem justificar as intervenções nem sempre são suficientes. Nesses casos – e não só pela razão da justificativa perante aos olhos da comunidade internacional, mas geralmente por razões estratégicas – opta-se por mecanismos de intrusão internacional "indiretos", secretos, ou encobertos.

Ao refletir sobre a interação entre os interesses do Estado e as forças sociais de espaços políticos estrangeiros, Fred Halliday (1999, p.100, tradução nossa) indica que existem muitas maneiras de essa relação se expressar internacionalmente. Dentre elas, uma nos chama atenção: "atores externos buscam avançar contra os Estados competidores, estabelecendo relações diretas com elementos dentro de suas sociedades". Ele ilustra isso com exemplos, tal qual o patrocínio de golpes em Estados independentes, a promoção de conflitos (guerras civis) e de agitações sociais e/ou levantes étnicos por meio de subsídios materiais (dinheiro, armas, transmissões de rádio). Caracterizando "meios alternativos de conduzir as relações internacionais, encoraja os Estados e as forças sociais a perseguir políticas internacionais que irão incrementar relativamente suas posições domésticas". Contudo, essa prodigiosa reflexão de Halliday pode ser mais bem qualificada no que alude às formas pelas quais os atores hegemônicos agem internacionalmente para atingir seus objetivos. Mais específico, das maneiras não explícitas de atingir tais propósitos por via dos mecanismos intrusivos de poder.

Conforme afirmou o ex-diretor da CIA, Richard Helms, no início dos anos 1990: "As *covert actions* são frequentemente um substituto para uma política [externa explícita]" (*apud* COCKBURN, COCKBURN, 1999, p. 31). Portanto, é recorrentemente usado pelos norte-

americanos internacionalmente. Não se trata apenas de uma categoria de análise sobre a ação internacional de um Estado, senão de um método de atuação frequentemente acionado. Conforme nota oficial do Escritório do Historiador do DoE dos EUA, as ações secretas e operações de inteligência especiais em apoio à política externa dos EUA foram planejadas e aprovadas dentro do governo dos EUA (USA, 2012, p. XXVII).

Em vista disso, entendemos que existe aquilo que é evidente e expresso publicamente em termos de política internacional. Normalmente, as expressões formais, oficiais, regularmente documentadas são os elementos que compõem a base empírica e os dados que fundamentam as principais argumentações relativas aos estudos das RI. No entanto, existe também o secreto, o não-registrado e o encoberto. Existem expressões não publicadas, movimentações diplomáticas às escuras, financiamentos internacionais não revelados. Sobre esses aspectos podemos aferir que existe uma dimensão "informal" daquilo que concebemos por intrusão em outros espaços soberanos. Em grande medida, tais ações podem ser compreendidas como ações secretas, ou encobertas, ou, no inglês (norte-americano), *covert actions*[115]. E elas são expressões específicas, subconjunto das ações de intrusão internacional.

Embora muitas vezes seja retratada como uma das quatro disciplinas de inteligência - junto com coleta de informações, análise de dados e contra-inteligência - a ação encoberta não é, estritamente falando, inteligência porque é um instrumento ativo de política externa, enquanto a inteligência envolve coletar e analisar informações para os formuladores de políticas usarem na condução da política externa (KIBBE, 2010). Por exemplo, a ação secreta para minar um regime estrangeiro é um exercício deliberado e direto do poder de um Estado sobre outro e é um reflexo da hegemonia internacional. Nesse sentido, influências mais sutis e indiretas são componentes igualmente importantes do poder hegemônico (SYDOR-ESTABLE, 2011). Portanto, na análise da intrusão hegemônica em Estados outros, também deve-se levar em conta esses modos indiretos de influência.

Ações secretas apresentam-se como uma política potencial para tomadores de decisão que desejam algo mais rápido ou mais vigoroso do que a diplomacia tradicional, mas menos caro e intrusivo do que a força militar. Em contraste com a inteligência, que envolve a coleta e análise de informações, a ação encoberta é um instrumento ativo de política externa. Assim, a ação secreta confunde a linha divisória entre inteligência e política que muitos consideram essencial para preservar a integridade da análise. Elas têm sido usadas tanto contra outros

---

[115] Outros termos correlatos que qualificam esse mesmo fenômeno são: *special operations,special political action, disruptive action*, *third option*, *quiet option*, *subversive operaions abroad* e *activinyyemeropriatia* (russo para "medidas ativas"), mas nenhum é tão usual quanto o termo *covert action*.

governos (incluindo aliados), bem como para ajudar outros governos (embora a ação econômica normalmente seja usada apenas contra oponentes) (KIBBE, 2010). É importante compreender que as *covert actions* não tratam de ações excepcionais, mas compõem o conjunto de mecanismos possíveis para interferir ou intervir em Estados estrangeiros[116].

Para Berkowitz e Goodman (1998), a *covert action* é, pura e simplesmente, qualquer atividade em que o Estado oculte sua responsabilidade. Segundo eles, "o governo não poderia funcionar se todos participassem de todas as decisões, e não poderia funcionar sem alguns segredos." (BERKOWITZ, GOODMAN, 1998, p.41). Portanto, no âmbito internacional, uma *covert action* bem-sucedida atinge seu objetivo quando mantém a negação plausível de envolvimento em relações exteriores. Por exemplo, uma ação secreta bem-sucedida para minar um regime estrangeiro atinge o objetivo de mudança de regime, quando também mantém a negação plausível de envolvimento em relações exteriores. Isso é duplamente verdadeiro para golpes pró-hegemônicos que, embora não sejam diretamente o resultado de uma ação deliberada por parte do hegemônico, refletem a cooptação das elites nacionais na ordem hegemônica (SYDOR-ESTABLE, 2011). Porém, entende-se que não se pode considerar elites nacionais um conjunto social homogêneo. As rupturas na elite do poder são fenômenos recorrentes, sempre que há alguma transformação social e/ou política estrutural. Nesse sentido, ações secretas perpetradas pelo Estado hegemônico (estrangeiro) podem ocorrer no sentido de apaziguar e manter a ordem vigente, ou no sentido de corroborar a transformação vigente. Nesses casos, o Estado intruso pode ser interpretado um agente passivo das transformações, ou manutenções de poder no Estado penetrado. Há também casos em que o Estado hegemônico executa as *covert actions* para promover transformações em espaço político estável. Nesses casos, o Estado intruso é agente ativo das transformações.

No caso dos EUA, alguns afirmarão que as *covert actions* são produto das circunstâncias incomuns que surgiram nos primeiros anos da Guerra Fria e de uma

---

116 Uma dúvida sobressalente dessa questão das ações secretas se refere ao acesso à informação. Naturalmente, um leitor poderia se perguntar: Se se trata de uma ação encoberta, como é possível ter acesso as informações? O acesso às informações sobre *covert actions* são frutos de ao menos duas origens. Uma é o acesso a documentos desclassificados, possível devidoà Lei de Liberdade de Informação (*Freedom of Information Act*), 5 U.S.C. § 552, de 1967, uma lei federal que exige a divulgação total ou parcial de informações e documentos não divulgados anteriormente, controlados pelo governo dos EUA mediante solicitação. Outra fonte seriam relatos não-oficiais de indivíduos que atuaram em operações secretas. É muito comum textos, livros, relatos de ex-membros das instituições promotoras e organizadoras desse tipo de operações (*E.g.:*ex-agentes da CIA). Nesse sentido, é preciso acessá-los e considerá-los fontes documentais relevantes.Justamente por essa razão, grande parte dos estudos sobre *covert actions* analisa casos norte-americanos.

mentalidade desenvolvida no *Office of Strategic Services*[117](OSS), durante a Segunda Guerra Mundial (RUDGERS, 2000). No entanto, o seu uso é parte inerente da sua história intervencionista desde o seu berço. Os norte-americanos são especialistas nesse tipo de ação internacional, institucionalizado domesticamente a partir da criação da *Central Intelligence Agency* (CIA), em 1947, e que dava início à tendência atual de centralização da inteligência e de ações secretas, e ao debate atual sobre o papel adequado de uma burocracia gigante e secreta de espionagem em uma suposta sociedade aberta[118] (RAAT, 1987). Mas as ações secretas podem ser identificadas muito antes na sua história. No contexto da guerra contra o México (1846-48), pode-se identificar *covert actions* através de mecanismos de espionagem.

A espionagem, no entanto, é apenas uma das faces daquilo que podemos categorizar como *covert actions*. Inclusive, o próprio quadro operacional da CIA, extrapola as ações de espionagens, imbricando práticas intervencionistas dos mais altos níveis de intrusão. Apesar de se tratar de operações não reveladas, há de se ressaltar que as *covert actions* são reconhecidas constitucionalmente como legais nos EUA. Elas foram definidas nos EUA por meio da Lei de Autorização de Inteligência, de 1991, que a define como atividade destinada a "influenciar as condições políticas, econômicas ou militares no exterior, onde se pretende que o papel do Governo dos EUA não ser aparente ou reconhecido publicamente" (*apud* KIBBE, 2010, p.2). A partir daí é preciso qualificar com maior precisão as categorias de *covert actions*, e dentro do propósito de identificar o nível de intrusão, sugerir quais dessas categorias têm níveis mais altos, ou baixos, de intrusão.

**Tabela 2. Categorias de *covert actions* pela perspectiva do nível de intrusão[119]**

| Tipo de *Covert Action* | Definição e exemplos | Nível de intrusão |
|---|---|---|
| Propaganda | Envolve a disseminação de informações projetadas especificamente para influenciar as opiniões e o comportamento das pessoas.<br>*E.g.:* financiamento, ou uso de recursos midiáticos para | Baixo |

117 Uma agência de inteligência dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial e um predecessor do Bureau de Inteligência e Pesquisa (INR), do DoE e da Agência Central de Inteligência (CIA) independente.

118 Anota-se aqui que o termo sociedade aberta, do inglês *Open Society*, é uma concepção carregada de signos morais e ideológicos sobre o que se espera dos Estados no SI. Sociedades abertas, conforme cunhado pelo filósofo francês Henri Bergson em 1932, seriam aquelas com um sistema político dinâmico inclinado para um universalismo moral. Portanto, seria o inverso de uma sociedade fechada e não transparente. Porém, essa construção conceitual não está livre de cargas narrativas morais que entendem estruturas sociais dentro de uma expectativa de normas e comportamentos, em detrimento daquelas que não se enquadram.

119 A elaboração desta figura se inspirou no artigo de Bruce D. Berkowitz e Allan E. Goodman, *The Logic of Covert Action* (1998) e, também, a partir da definição conceitual da *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*, elaborada por Jennifer Kibbe, em 2010. A definição do nível de intrusão foi determinada pelo próprio autor desta tese a partir da elaboração precedente neste texto, que define um tipo ideal de práticas intrusivas (influência, interferência e intervenção).

| | | |
|---|---|---|
| | disseminar informações direcionadas. | |
| Ação Política | Inclui atividades que constituem um envolvimento mais direto no processo político do país de destino.<br>*E.g.:* a prestação de serviços de votação e assessores de campanha; promoção de descrédito de oponentes políticos e canalizando apoio para partidos políticos, meios de comunicação, sindicatos ou organizações de fachada | Baixo e/ou Alto |
| Ação Econômica | Envolve desestabilizar a economia do Estado-alvo.<br>*E.g.* o ataque direto às plantações; espalhar desinformação para aumentar o medo de instabilidade econômica; tentar manipular a moeda de outro pai; convencer empresas e outros países a não investir no estado alvo e interromper as linhas de crédito internacionais. | Baixo e/ou Alto |
| Ação Paramilitar | Envolve o uso de forças armadas (regulares ou irregulares) empregando meios militares não convencionais para influenciar eventos no Estado-alvo.<br>*E.g.:* treinamento de forças militares e de segurança estrangeira em técnicas de contraterrorismo e contra-insurgência; a assistência a golpes de estado, conduzindo ataques de ação direta e apoiando grandes grupos de rebeldes contra seus governos. | Alto |
| Assassinatos | Envolve ações destinadas ao assassinato de indivíduos (geralmente, lideranças políticas) de outros Estados | Alto |
| Golpes | Envolve ações destinadas a transformação das representações políticas, ou estruturas de poder. Geralmente por via de incentivos materiais as elites de um país estrangeiro ou usando redes pessoais entre as elites para sinalizar preferências e apoiar a mudança de regime. | Alto |
| Operações de informação | Envolvem ações para afetar os sistemas de informação de um adversário enquanto defende o seu próprio. Ligado aos quadros tecnológicos.<br>*E.g:* Manipulação de sistemas de tecnologia e informação. | Baixo |

**Fonte: Elaborado pelo autor.**

A partir dessa categorização, retornamos às questões de legitimidade. Já indicamos que as *covert actions* são protegidas e reconhecidas constitucionalmente nos EUA como ações legítimas, não à toa existem instituições públicas qualificadas para pensarem e executarem suas práticas. Elas são reconhecidas legítimas quando tratam de táticas de poder que, se reveladas, prejudicariam estratégias hegemônicas do Estado perpetrador. Nesse caso, a população desse Estado reconhece a necessidade de tal prática. No entanto, é fato que as justificativas políticas muitas vezes levantam questões éticas sensíveis.

Kibbe (2010, p.12-15) afirma que são três as preocupações éticas sobre as *covert actions*: a primeira é sobre sua aceitabilidade enquanto mecanismo intrusivo. Portanto, sobre saber se elas podem ser aceitáveis como um subconjunto da questão mais ampla a respeito da legitimidade de qualquer tipo de intervenção internacional. Essa é uma preocupação correlata ao *Jus ad bellum* na TGJ*,* sobre as razões legítimas para se empreender tal *covert action*. Uma segunda categoria concentra-se nos métodos específicos usados sobre como são conduzidas suas operações. Dentro do arcabouço liberal da TGJ, estaria dentro do espectro do *jus in bello*,

sobre os aspectos da prática da ação secreta. Portanto, sobre a forma como ela é conduzida. A terceira categoria são aquelas sobre se seu uso por um Estado democrático põe em questão a adesão desse Estado às normas democráticas. Tais preocupações cercam questões como a soberania e a autodeterminação dos povos.

Assim, podemos enquadrar tais interpretações dentro do quadro liberal internacional explorado nos tópicos anteriores deste capítulo. As construções de arcabouços legais e éticos são a superfície legitimadora para as *covert actions*, da mesma forma que existem aspectos específicos, como promoção de democracia e liberalização das economias mundiais, que "justificam" ações intrusivas. Como já afirmamos, as *covert actions* são subconjunto das ações de intrusão internacional. Ainda sim, existem mecanismos de prestação de contas, sobretudo para responsabilizar os oficiais encarregados de conduzir esse tipo de operações. O principal controle nos EUA é feito pelo Congresso, que, após longas e detalhadas investigações da comunidade de inteligência na década de 1970, passou a exigir maior revisão destas ações (BERKOWITZ, GOODMAN, 1998).

Por essa razão, para além dos aspectos legais e éticos que consideram as *covert actions* enquanto mecanismo de poder legítimo, os aspectos objetivos estratégicos são mais relevantes. Tais operações são fundamentais, pois "encurtam" o processo decisório para ações intrusivas no SI e diminuem a possibilidade de pressão dos aspectos morais que, por vezes, limitam a possibilidade de determinadas ações. Nesse sentido, as *covert actions* são importantes para viabilizar dos objetivos hegemônicos de determinados Estados no SI.

Ademais, entende-se que seja fundamental compreender seus mecanismos de implementação. A operação de *covert actions* é árdua, ou por vezes, impossível de ser posta em prática se não houver um interlocutor "do outro lado", disposto a corroborar a referida estratégia de intrusão internacional. Sem ele, ações secretas se tornam mais complexas, ou até impraticáveis. Nesse sentido, damos destaque ao papel desse interlocutor, que pode ser um grupo de insurgentes, a elite política vigente, ou a elite política não-governante (de oposição), que são acionados dependendo das estratégias de cada caso de intrusão internacional.

As *covert actions* têm sido um marco da política internacional dos EUA no Oriente Médio por quase tanto tempo quanto Washington tem um sério interesse estratégico na região (BRANDS, 2011). Durante a Guerra Fria, em especial, desenharam-se dezenas de *covert actions* dos EUA no Oriente Médio, à medida que os formuladores de políticas dos EUA procuravam proteger ou aumentar a influência dos EUA na região trabalhando nos bastidores para alterar sua dinâmica diplomática e política. Desde 1945 os EUA perpetraram diversas

atividades com a CIA moldando eventos no Oriente Médio, uma região em redefinição: "a agência subornou funcionários do governo, grampeou telefones e roubou documentos de Teerã a Trípoli para garantir as melhores informações possíveis sobre as intenções políticas e militares da URSS e seus amigos no mundo muçulmano" (LITTLE, 2004, p.664).[120]

Particularmente no Iraque, os EUA atuaram secretamente na Revolução de 1963 para deposição de Qassim. Em 1962, a administração Kennedy ordenou que a CIA buscasse a derrubada de Qassim depois que iniciou a nacionalização da IPC (GIBSON, 2015, p.xiv). Uma década depois, novamente o acionamento de práticas encobertas foi visto dos EUA envolvendo os rumos de poder no Iraque. Brands (2011)[121] traçou o impacto de duas operações secretas – o apoio dos EUA a uma rebelião curda no norte do Iraque em 1972 e as vendas de armas dos EUA ao Irã durante a guerra Irã-Iraque – nas percepções estratégicas dos EUA sobre Saddam Hussein. E o uso de *covert actions* no Iraque se repetiu nos anos 1990. No contexto da Guerra do Golfo, ficava cada vez mais claro para Washington a vontade de derrubar Saddam Hussein tendo em vista a ascensão política e a relevância regional que o país estava construindo no Oriente Médio desde 1970[122].

No caso da intervenção no Iraque em 2003, é possível identificar dois momentos chave que precedem a operação militar que derrubou Saddam Hussein e que levaram à ocupação do país. O primeiro momento seria justamente o das articulações informais entre agentes do Estado norte-americano e a elite iraquiana que se opunha ao poder político de Saddam Hussein e do Partido Baath, que se inicia em 1992 e se encerra em 1998. Um segundo momento é o da transformação das *práxis* políticas internacionais dos EUA no Iraque em ações formais, inaugurado com o ILA (1998). O governo Clinton assume responsabilidade e reconhece que irá encaminhar um projeto transformativo para o Iraque, seguindo o destino de "ajuda" para a elite iraquiana anti-saddamista. Tal projeto é consagrado por operações militares intervencionistas entre março e maio de 2003.

---

120 Destas operações secretas dos EUA no Oriente Medio, destacamos as seguintes: Na Síria (1940 até 1955) (COPELAND, 1989); No Irã para derrubar Mossadegh em 1953 (RUEHSEN, 1993; LITTLE, 2004, p.665); no Egito entre 1950 e 1970 (LITTLE, 2004, p.670-677; RUBIN, 1982; COPELAND, 1989); Na Jordâniana década de 1950 (LITTLE, 1995); Na guerra civil no Iemen e na Arabia Saudita (LITTLE, 2004); Na guerra Civil Libanesa (LITTLE, 2004; BYRNE, 2014); no apoio aos *mujahideens* afegãos na guerra do Afeganistão 1980 (LITTLE, 2004; BYRNE, 2014); e na Guerra Irã Iraqie dos anos 1980 (LITTLE, 2004; BYRNE, 2014).

121 Cabe apontar que Brands (2011) indica a necessidade de pesquisadores se debruçarem sobre ações encobertas dos EUA no Iraque: "Dado que o confronto EUA-Iraque foi uma das principais questões na política do Oriente Médio e na política externa dos EUA de 1990 a 2003, cabe aos historiadores compreender a mistura de influências que moldaram as perspectivas do Iraque sobre Washington no período anterior à erupção desse conflito." (BRANDS, 2011, p.384, tradução nossa).

122 No próximo capítulo, aprofundaremos os detalhes das operações secretas dos EUA no Iiraque.

Argumentamos então que analisar as dinâmicas informais é tão importante quanto olhar para as dinâmicas políticas internacionais registradas. Por essa razão, vemos as *covert actions* como um mecanismo ativo de ação internacional norte-americana para sustentação das suas ambições hegemônicas. Dentro do léxico neogramisciano, as *covert actions* podem funcionar como mecanismo para manutenção do *status quo* de determinado espaço político, agindo em "combate" às forças contra-hegemônicas e inibindo movimentos que vislumbram uma ação revolucionária. E, também, podem funcionar como mecanismos de alteração da ordem vigente. Se acionada por meio de mecanismos menos intrusivos (propaganda, ou ações políticas, ou econômicas menos intrusivas). A nível internacional, o bloco histórico consiste não apenas nas classes dominantes no Estado hegemônico, mas também inclui elites-chave de países periféricos. A hegemonia de sucesso depende da cooptação das elites na ordem política internacional (SYDOR-ESTABLE, 2011). Tal cooptação pode ser realizada via *covert actions*. No entanto, o caso iraquiano de 2003 revela que as ações encobertas norte-americanas, datadas pelo menos desde 1990, nem sempre são foram suficientes, por si só, para imputar mudança do *status quo*. Nesse sentido, foi preciso intensificar os mecanismos intrusivos para atingir o propósito de remoção de Saddam Hussein.

A reação internacional contra a guerra dos EUA no Iraque destaca o que foi denominado de "paradoxo da hegemonia", uma vez que o poder do *hegemon* depende em grande parte das percepções de legitimidade: ele corre o risco de minar seu próprio poder se exercer sua força material de forma ilegítima; ou seja, fora do conjunto de normas que definem a ordem hegemônica (SYDOR-ESTABLE, 2011). Para derrubar Saddam e o Partido Baath, acusados de violarem DH, desenvolverem ADM e servirem de *safehaven* para grupos terroristas (os dois últimos nunca comprovados, portanto acusações infundadas), os EUA recorreram a artifícios que vão contra os próprios princípios normativos basilares da ordem liberal internacional. No âmbito hipotético, se o ator hegemônico destitui a ordem vigente, mas não consegue emplacar plenamente uma nova ordem política estável, como podemos definir tal cenário? Podemos afirmar que se consolida um espaço (nas palavras de Robert Cox) de crise hegemônica. Nesta tese, interpretamos que esse foi o destino iraquiano conforme serão analisados mais profundamente nos capítulos seguintes.

## 4.6 Conclusões parciais: Intervenções como reflexos da lógica hegemônica e as articulações com elites políticas estrangeiras enquanto método.

Afirmar que o processo intrusivo norte-americano se deu exclusivamente via mecanismos de *nation-building* a partir das práticas de reconstrução predeterminadas pelos auspícios da CAP em 2003, significa ignorar outros processos intrusivos que conectam EUA e Iraque nas décadas anteriores (e consagram os EUA como parceiro estratégico iraquiano até hoje, 2022). A ocupação e reconstrução que durou por volta de 14 meses é uma das faces da "presença" norte-americana no país. Articulações políticas (formais e informais) ligam os EUA a diferentes atores iraquianos, desde o início da década de 1960. Até mesmo antes, se considerarmos as interlocuções da economia do petróleo no início do século XX.

Particularmente no contexto de 2003, entendemos que os grupos de elite estrangeiros desempenharam um papel crucial em "permitir", ou reforçar internamente as intervenções dos EUA, tanto por representarem aliados locais fundamentais para os objetivos hegemônicos de Washington, quanto por acessarem e influenciarem diretamente os processos de tomada de decisão dos EUA (TARDELLI, 2013). Esses processos, que geralmente chamamos de intervenção, foram mais bem acurados neste capítulo. Compreendemos que existem distintos níveis de intrusão internacional, gradualmente, da influência, para a interferência, até finalmente a intervenção. Distingui-las é importante, uma vez que nem sempre a tradicional concepção de intervenção militar explica a presença dos Estados, e em especial dos EUA, em outros espaços de poder. Ainda, afunilamos mais a concepção de intrusão internacional, concebendo uma modalidade que por vezes é ignorada ou compreendida em conjunto com intervenções militares, sendo que devem ser também distintas. Referimo-nos às *covert actions* como ações clandestinas destinadas a influenciar eventos em países estrangeiros sem que o papel do ator perpetrador seja conhecido. Essas *covert actions* podem variar desde a colocação de propaganda (baixo nível de intrusão), até uma tentativa de derrubar um governo considerado hostil, ou assassinar uma liderança política (alto nível de intrusão).

Os diferentes tipos de intrusão revelam a complexidade das ações hegemônicas dos EUA, no século XX. De todo modo, em qualquer tipo de prática intrusiva, é possível encontrar, na articulação com elites estrangeiras, um padrão de comportamento internacional. Parafraseando Wright Mills, que afirma: "para cada época e cada estrutura social devemos procurar uma resposta à questão da elite do poder" (MILLS, 1968, p.34), podemos dizer que, para toda ação intrusiva internacional norte-americana, para fazer prevalecer sua hegemonia global, devemos procurar uma resposta à questão da elite do poder. Afinal, como afirmam Parmar (2018) e Tardelli (2013), as articulações com elites estrangeiras se mostram como mecanismo fundamental para a viabilização das suas vontades no âmbito internacional.

No Iraque em 2003, a fórmula norte-americana para transformações ousadas em Estados estrangeiros, cuja ordem de importância era elevada, a partir de práticas intrusivas diversas foi repetida. Nos próximos capítulos, veremos que o uso ferramental das elites iraquianas foi um elemento chave para a transformação iraquiana pós-Saddam. Desde o contexto da Primeira Guerra Mundial é possível identificar movimentações de potências afetando os rumos do Estado iraquiano, os britânicos até o fim da monarquia iraquiana em 1958, e a dos norte-americanos, promovendo revoluções e interferindo no país a partir de então, perdendo força com a emergência do baathismo nacionalista personificado por Saddam Hussein nos anos 1970, mas retomando presença nos anos 1990 até a fatídica intervenção de 2003, que alterou as estruturas de poder do Iraque.

Nesse sentido, a construção de um novo bloco histórico no Iraque foi projeto pensado nos anos 1990, e implementado nos anos 2000, conforme veremos a seguir. Evidentemente, as operações militares imputadas ao Iraque, as quais podemos qualificar como intervenções militares, atingiram os propósitos táticos durante as duas décadas, a saber, a expulsão das forças iraquianas do Kuwait, em 1990/91, e a derrubada de Saddam Hussein, em 2003. Mecanismos intrusivos de menor intensidade foram praticados no Iraque sistematicamente durante os anos 1990; a interlocução com as elites anti-saddamistas foi base destas intrusões.

Neste capítulo, deixamos evidente que não é possível observar as formas intrusivas de ação hegemônica dos EUA sem considerá-las de maneira conjunta. Não se trata apenas de ações secretas no exterior. No entanto, restringir a observação analítica apenas para os mecanismos de reconstrução dos Estados, ou somente às ações militares que conflagram a participação dos EUA em conflitos internacionais, também é equivocado. Esses processos devem ser observados em bloco. Os mecanismos de intrusão internacional dos EUA se alteraram e se adaptaram aos contextos a partir dos seus propósitos de poder. Se há algo que transcende esses diferentes processos que consolidam as ações intrusivas dos EUA no exterior, é a articulação cuidadosa com as elites dos Estados afetados pelos mecanismos de intrusão. É na incorporação das elites que se faz possível a plena assimilação da concepção de mundo liberal. Nos próximos capítulos, forneceremos dados históricos e documentais que sustentem esta nossa argumentação central.

# 5. O IRAQUE PÓS-MONÁRQUICO: A ASCENSÃO BAATHISTA, O INSURGIMENTO DE UMA NOVA ELITE OPOSITORA E A PRESENÇA NORTE-AMERICANA NO IRAQUE DURANTE A GUERRA FRIA

No capítulo segundo, finalizamos nosso percorrer histórico que argumenta sobre a construção e o desenvolvimento do Estado iraquiano através da interlocução entre as dinâmicas de poder (dominação) de potências internacionais, especificamente o Império Otomano, a Grã-Bretanha e os EUA, e as dinâmicas sociais que responderam ou se adequaram a essas dinâmicas de poder até 1958, no fim da monarquia.

Aqui, pretendemos dar um passo adiante na historiografia usual das relações internacionais do Iraque sobre o período pós-monárquico, tendo em conta os aspectos sociais particulares do Partido Baath, identificando como penetraram nas altas rodas da elite iraquiana; a formação de diversos corpos políticos em oposição ao regime Baath no país; e, também, a relação dos EUA com o Partido Baath e os demais agentes de poder iraquianos, bem como as condicionantes político-históricas que levaram à inimizade entre governo dos EUA e a elite política governante (Partido Baath) no contexto dos anos 1990. Resumidamente, neste capítulo compreenderemos as razões pelas quais 1) existe um processo de aproximação e definhamento da relação entre baathistas e norte-americanos e 2) a heterogênea elite iraquiana de oposição ao Partido Baath não obtém conquistas relevantes no período histórico referido neste capítulo. Sobre esse segundo aspecto, argumentaremos que a falta de uma agenda coesa entre os grupos de oposição somada à incapacidade desses grupos para enfrentarem a força do Partido Baath são fatores fundamentais para compreender porque a oposição ao regime Baath não conseguiu grandes sucessos, pelo menos até os anos 1990. Por outro lado, um olhar alternativo poderia interpretar que esse período da construção de uma oposição baathista em progressão, ainda que difusa, seguida de sua consolidação em 1990 e sucedida pela substituição da elite política governante em 2003, com a remoção de Saddam Hussein e o processo de debaathificação do Iraque.

Posteriormente, perceberemos que essas mesmas elites se aproximam nos anos 1990 em um objetivo conjunto: a derrubada de Saddam Hussein. Tal objetivo somado à articulação estratégica dos EUA compõe uma equação de viabilidade de enfrentamento contra o partido político composto pela sociedade mais forte da história do Iraque. Não significa dizer que esse processo é linear, veremos com maior força no capítulo seguinte as nuances, as disputas e os desafios que construíram essa equação.

## 5.1 Organização e Monopólio Político Interno: Características e Estratégias hegemônicas do Partido Baath Iraquiano.

> "Surge uma força política que a partir de meados dos anos 1950 se faria sentir de forma crescente na vida do Iraque: o partido socialista árabe Baath" (BATATU, 1977, p.722).

O Partido Árabe Socialista Baath do Iraque foi o partido político mais consistente e forte da história do Iraque, por diversas razões. O regime do Partido Baath no Iraque foi notável entre os Estados árabes, mesmo entre os do Terceiro Mundo, pelo grau de estabilidade que foi capaz de alcançar em meio a mudanças socioeconômicas em andamento. Desenvolveu em pouco tempo um alto grau de institucionalização tanto em nível estadual quanto partidário, de rápida mudança econômica e social em favor das classes anteriormente desfavorecidas, de continuidade nos níveis superiores de liderança permitindo o acúmulo de experiência e o relativo isolamento dos militares da tomada de decisões políticas (MARR, 1988, p.185).

Em segundo lugar, devemos compreender a particularidade da sua consistência hegemônica no Iraque. Trata-se de um partido formado e desenvolvido pela própria sociedade iraquiana, obviamente inspirada por processos políticos regionais em vigência nos anos 1950, mas cuja composição orgânica é inerentemente nacional. Diferentemente da elite política hachemita, por exemplo, que constituiu por décadas o poder diante de um regime monárquico criado pela potência britânica no início do século XX. E, também, diferente de qualquer grupo político atual iraquiano, que dependeu das intrusões norte-americanas para conflagrar poder no país. O Partido Baath ascendeu diante de processos revolucionários dos anos 1960 e obteve amplo reconhecimento civil nos anos que esteve no poder. Obviamente que, como qualquer poder político, o Partido Baath tinha seus opositores, que foram se constituindo ao longo dos anos que perdurou no poder. Tais movimentações contra-hegemônicas foram arduamente combatidas pelos baathistas em um sistema de poder centralizado e restritivo.

O Partido Baath (internacional) começou como um movimento que defendia o nacionalismo árabe, a libertação à governos estrangeiros e o estabelecimento de um único Estado árabe. No último quarto de século XX, foi representado por dois regimes mutuamente hostis, os do Iraque e da Síria. Seu antagonismo é tão profundo que, no contexto da Guerra do Golfo, as forças sírias se juntaram à coalizão ocidental para libertar o Kuwait, atuando contra os iraquianos no curto combate que encerrou a ocupação iraquiana (DEVLIN, 1991, p.1396).

Para John Devlin (1991, p.1396-1397) é possível identificar dois momentos do Partido Baath no Oriente Médio. Um primeiro de ascensão e outro de metamorfose. Especialmente no caso iraquiano, podemos entender esse primeiro como a consolidação e a busca por se

transformar em elite política governante. E o segundo, uma espécie de adaptação ao *status quo* agindo de maneira estratégica, inclusive estabelecendo alianças improváveis (se considerado o aspecto ideológico) para sua perpetuação no poder. A constante que sustenta o fundamento do baathismo era se livrar de elites políticas monárquicas e plenamente associadas com a agenda das potências internacionais europeias, como um passo inteiramente lógico e necessário no caminho para alcançar o nacionalismo pan-árabe[123].

Em muitos aspectos, o Baath, que governou o Iraque desde 1968, é a epítome das revoluções nacionalistas seculares que varreram o mundo árabe nas décadas de 1950 e 1960 (MARR, 1988, p.185). Em 1952, *o al-Baath al-'Arabi al-Ishtiraki* (Partido do Renascimento Árabe Socialista)[124], de Michel Aflaq, defendeu a unidade árabe e o socialismo e atraiu a geração mais jovem de membros nos antigos partidos. A tendência esquerdista surgiu no início dos anos 1920, apoiada por intelectuais marxistas. No início, eles influenciaram a opinião pública principalmente por meio de rubricas, que eram escritos truculentos contra o imperialismo britânico (BATATU, 1977). No Iraque, nessa época, o Partido Baath era um grupo pequeno e organizado em células de três a sete membros espalhadas principalmente na Síria e Iraque (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.71).

O partido foi originalmente criado na Síria em 1943 por um pequeno círculo de jovens intelectuais. Chegou ao Iraque no final dos anos 1940 e encontrou ouvidos receptivos entre os estudantes universitários. Fuad al-Rikabi se tornou o líder em 1951, e jovens membros foram gradualmente recrutados, incluindo Saddam Hussein, em 1956. Naquela época o partido se considerava a vanguarda e líder de uma vislumbrada "Revolução Árabe" (SASSOON, 2012, p.19). E tiveram, de fato, protagonismo no processo revolucionário de 1963.

Segundo o historiador e sociólogo Hanna Batatu (1984, p.6), pelo menos em termos de suas origens sociais, as revoluções no Iraque (1958, 1963 e 1968) foram "revoluções rurais",

---

123 Foi a ideologia mais importante do mundo árabe durante metade do século XX, desde o final da Primeira Guerra Mundial até o final da década de 1960, e tem suas origens no período entre guerras mundiais.

124Suas origens levam a duas figuras principais: Michel Aflaq, cristão ortodoxo, e Salah al-Din Bitar, muçulmano sunita, criados por famílias de comerciantes damascenas de *status* mediano, frequentaram o ensino médio na década de 1920 e a universidade na década de 1930.Foram criados dentro de um período de evidente presença imperialista no Oriente Médio, quando a vontade por mudança esteve recorrentemente no imaginário de boa parcela da sociedade árabe da época. Em 1942, os dois amigos abandonaram suas próprias carreiras docentes para se dedicarem em tempo integral à criação de um movimento dedicado a alcançar a liberdade (*hurriyah*) do controle estrangeiro e a unidade (*wihdah*) de todos os árabes em um único estado. A esses objetivos, os baathistas adicionaram o socialismo (*ishtirakiyah*), que interpretaram como justiça social para os pobres e desprivilegiados (DEVLIN, 1991, p.1398). Particularmente, Michel Aflaq era uma liderança carismática; e afirmava que "'Unidade, Liberdade, Socialismo' não foram moldados por minha mente, mas derivados da alma e profundezas dos árabes" (AFLAQ *apud* BATATU, 1977, p. 731).

ou uma revolução das pequenas cidades do interior e das forças parcialmente urbanizadas de origem rural contra a principal cidade do Iraque e sua classe governante. Todos os líderes efetivos das várias fases dessa revolução eram nascidos ou originários de pequenas cidades do interior: Abd al-Karim Qassim, de Al-Suwayra, no governorado de Wasit, Ahd-us-Salam Aref de Samarra, Ahmad Hasan al-Bakr e Saddam Hussein, de Tikrit[125]. A esmagadora maioria deles vinha da classe média rural ou média baixa – de pequenos ou intermediários camponeses, pequenos empresários agrícolas, pequenos comerciantes e semelhantes.

Para além do âmbito revolucionário, devemos observar a consolidação do poder das lideranças revolucionárias. Uma das principais forças do regime Baath foi sua organização e disciplina partidária. O grupo político se caracterizava por um grau de institucionalização do Iraque mais alto do que qualquer regime desde o mandato. Todos os governos anteriores confiaram muito mais em laços pessoais e de parentesco, em redes de clientelismo e em coalizões mutantes envolvendo grupos tribais, militares, sectários e étnicos, bem como em vários constituintes não organizados. Uma característica importante dessa organização institucional foi a sobreposição considerável de pessoal nos três órgãos superiores, o Conselho do Comando Revolucionário (RCC), o Comando Regional do partido e os Ministérios; e o aumento de membros do partido nas estruturas burocráticas e militares (MARR, 1988, p.186).

### 5.1.1 Os processos revolucionários que levaram os baathistas ao poder.

A Revolução de 1958, levada a cabo pelo exército, transferiu o poder para mãos militares. Se estivessem unidos, os líderes civis que cooperaram com os militares poderiam ter assumido a responsabilidade, mas a rivalidade e a dissensão os impediram de tomar uma posição firme contra o regime militar. Apesar da insatisfação pública, este continuou a governar o país. Após a queda da Monarquia, os líderes militares que realizaram a Revolução de 1958 começaram a cair sob a influência de partidos e grupos concorrentes (Baathistas, comunistas, grupos políticos curdos, partidos islâmicos) e cada um tentou influenciar o processo revolucionário ao longo de uma linha ideológica ou outra.

Os líderes do grupo Baath estavam determinados a derrubar o regime Qassim a qualquer custo, até mesmo por um atentado contra a sua vida, se necessário. A primeira

---

125Além disso, 32 dos 47 membros do Partido Baath comandaram no período 1952-1970, 9 dos 15 membros do Comitê Supremo dos Oficiais Livres, em 1958, e 13 dos 15 membros do Conselho de Comando Revolucionário, nos anos 1968-1977, tinham raízes rurais semelhantes.

tentativa em 1959 falhou, mas a segunda deu certo. A Revolução de 1963, conduzida por um grupo militar dissidente em aliança com líderes baathistas, substituiu Qassim por Aref, que havia defendido a causa da unidade árabe em sua luta pelo poder[126]. Depois de tomá-lo, Aref passou a erigir seu próprio regime, independentemente dos princípios e diretrizes do Baath, embora os líderes do partido tenham contribuído para solicitar apoio para candidatura ao cargo mais alto no novo governo (KHADDURI, 1978, p.14).

Formalmente, após a queda de Qassim, instaurou-se um primeiro regime de Baath que perdurou por poucos meses, entre 8 de fevereiro a 18 de novembro de 1963. Na época do golpe, os jovens e inexperientes líderes do Baath argumentaram que, como Aref se posicionou contra o regime Qassim, a cooperação com ele depois que alcançaram o poder aumentaria o prestígio de seu partido, embora ele nunca tenha professado ser membro do Partido Baath. A estrutura de governo que duraria até 1968, mostrou que a relação de instabilidade entre os diferentes grupos de interesse que apoiaram o golpe de Estado em 1963 levaria à dissolução do governo posterior. (KHADDURI, 1978, p.15).

Os baathistas voltaram ao poder com dois golpes, um em 17, e outro, em 30 de julho de 1968. No primeiro, se livraram de Aref aliando-se a seus assessores mais próximos. No segundo, expulsam o mais inconveniente desses aliados casuais. Em ambos os casos, eles prevaleceram por estratagema, e não por meio da força (BATATU, 1977, p.1073). Quase dez anos depois da Revolução de julho de 1958, o regime foi derrubado pela quarta vez, o que indica que o processo revolucionário ainda não havia atingido seu pleno desenvolvimento. As razões apresentadas para a mudança – corrupção, protestos e insatisfação curdos, submissão a pressões estrangeiras etc. – foram apenas eventos circunstanciais que desencadearam o processo de mudança violenta, mas a causa raiz era que o regime não foi suficientemente consolidado nem obteve legitimidade por consentimento popular (KADDHURI, 1978, p.21).

Logo depois que o Partido Baath chegou ao poder no Iraque, em 17 de julho de 1968, ele adotou, ao menos no nível ideológico, uma linha revolucionária pan-árabe (BARAM, 1983, p.188). No entanto, os socialistas árabes não estavam sozinhos à frente do poder ao lado deles, outros grupos políticos da sociedade fortaleceram a revolução, dentre eles o grupo de Nayif e Dawud (ND) e grupos curdos organizados[127]. Ainda que a Revolução de julho de

---

126 Posteriormente leremos sobre o papel norte-americano neste processo via *covert actions*.

127 Para um aprofundamento histórico dos diferentes objetivos políticos do Grupo Nayf e Dawud e dos curdos, ver os capítulos *The Arab socialist Revolution* e *The Arab Socialist Power* contidos no livro de Majid Kaddhuri, *Socialist Iraq: A study in Iraqi politics since 1968* (1978).Abd ar-Razzaq an-Naif e Abd ar-Rahman al-Dawud foram dois líderes dos Oficiais Livres que se revoltaram contra Aref junto com os baathistas.

1968 tenha sido uma *joint venture* com o grupo de ND, a maioria dos membros do Baath criticou o acordo e exigiu um regime totalmente baathista. Mas era inviável uma revolução sem o apoio desses outros grupos. De acordo com um acordo prévio entre os líderes do Baath e o grupo ND, o novo regime foi concebido para ser uma forma de Governo Nacional ou uma coalizão na qual vários matizes de opinião estariam representados. Todos os elementos ditos "progressistas" foram convidados a cooperar com base em um programa aceitável para todos. As negociações resultaram em um acordo apenas entre o Baath e o grupo ND, apoiado por algumas figuras políticas independentes que estabelece o RCC (KADDHURI, 1978, p.25).

O RCC assumiu a autoridade suprema. Era um órgão autodesignado, cujos membros provinham, em parte, do Comando Regional do Partido Baath e, em parte, do grupo ND. O primeiro comunicado emitido pelo RCC foi para retirar Aref de sua posição como presidente, substituindo-o por Ahmad Hasan al-Bakr. Embora o Baath tenha recebido a posição mais alta do Estado – a presidência – as pastas mais importantes foram reservadas ao grupo ND. Porém, a consistência deste governo de coalizão estava fadada ao fracasso, visto que as frentes políticas tinham projetos evidentemente distintos para o Iraque. A preparação e execução de um golpe dentro da coalizão foi prontamente planejada e executada, dando poder pleno para os baathistas, em 30 de julho de 1968 (KADDHURI, 1978, p.28).[128]

Dali em diante, o poder do Partido Baath se consolidou no Iraque. Depois de tomar o poder em 1968, o regime baathista usou táticas repressivas e poderes de patrocínio entregues pela riqueza do petróleo, para cooptar ou quebrar quaisquer vestígios independentes da sociedade civil. Ao longo dos anos 1970 e 1980, os iraquianos se tornaram cada vez mais conscientes de que sua recém-descoberta prosperidade econômica dependia de sua lealdade ao regime de Saddam Hussein. Paulatinamente, os dissidentes políticos da sociedade iraquiana descobriram que questionar a autoridade do governo ou fazer campanha por mudanças teria consequências. Uma parcela da riqueza do petróleo durante esse período foram destinadas para aumentar a capacidade do Estado de controlar a população. Este usou seus recursos econômicos para unir indivíduos e setores da sociedade com base na lealdade a Saddam e sua

---

128As razões ideológicas para o expurgo podem muito bem ser uma racionalização para uma luta latente pelo poder entre dois grupos rivais. ND defendiam a livre iniciativa em vez de doutrinas coletivistas e, embora concordassem em seguir uma política neutralista, inclinavam-se para as potências ocidentais e não orientais. Sua cooperação com o Partido Baath pretendia fornecer uma justificativa política para sua rebelião contra o regime de Aref e estavam de fato esperando a oportunidade de expurgar os líderes Baath da coalizão. Por essa razãoAl-Bakrapontou que ND estavam conspirando para subordinar o RCC ao gabinete e concentrar o poder em suas mãos. Por essas e outras razões, os líderes do Baath decidiram abandonar ND antes que estes agissem. Foi uma revolução sem sangue que ficou conhecida como Revolução Branca (KADDHURI, 1978, p.30).

elite governante. A dissidência, percebida ou real, seria punida economicamente em primeira instância e, se mais séria, com a implantação dos Estados em uma capacidade aumentada de violência organizada (DODGE, 2009, p.90).

### 5.1.2 A solidificação do regime baathista no Iraque.

Conforme crescia uma elite política de oposição ferrenha ao regime Baath, como veremos no tópico a seguir, não se pode ignorar que, durante os anos iniciais de consolidação do poder político do partido socialista árabe no Iraque, ele contou com um amplo apoio das massas. Segundo Hanna Batatu (1977) as revoluções iraquianas a partir de 1958, foram processos conduzidos por uma classe média iraquiana e cujas transformações da estrutura econômica e política espalharam-se para as classes mais pobres. Enquanto um observador comum diria que o Iraque parece ter sido governado pela mesma elite política desde 1968, um exame mais aprofundado revela que sua liderança sofreu mudanças importantes entre 1968 e meados da década de 1980(BARAM, 1989).

Os primeiros anos pós-revolucionários contaram com reformas econômicas que implicaram na redução da propriedade fundiária privada a proporções pequenas ou moderadas. Consequentemente, isso resultou em simpatia popular aos baathistas. Por um lado, seu impacto sobre a estrutura social, ou pelo menos sua capacidade de mudança social, foi intensificado por seus poderes de planejamento e sua maior influência sobre a distribuição da renda nacional (BATATU, 1977, p.1105). Além disso, ao arrancar as raízes da propriedade privada em larga escala e por força da virtual autonomia financeira do Estado em relação à sociedade, decorrente de sua enorme receita do petróleo devido a nacionalização iniciada por Qassim, a relação coma propriedade diminuiu e o controle do Estado tornou-se o determinante da ação social como nunca visto no país (BATATU, 1977, p.1110).

O processo de alteração se consolidou em julho de 1970, quando uma Constituição provisória indicou que o Iraque seguiria um caminho econômico socialista. A economia de mercado foi substituída pelo modelo baathista, que poderia ser descrito como uma economia de comando de estilo soviético. Esse modelo de economia de mercado já vigorava no Iraque desde o mandato britânico, mas, com essa nova Constituição, o novo modelo permaneceria em vigor até 2003[129]·. A primeira década do governo Baath foi marcada pelo crescimento das receitas petrolíferas, pala expansão econômica, pelo desenvolvimento social e pela

[129] No final da década de 1980, o Iraque desenvolveu projetos econômicos em direção aprivatizações, autonomia funcional para alguns setores da economia e uso limitado das forças de mercado. No entanto, essa iniciativa terminou, porém, com o advento da primeira guerra do Golfo. (SANDFORD, 2003).

estabilidade econômica sustentada.Era uma política econômica em conformidade com os princípios socialistas do Partido Baath (YAPHE, 2007). No entanto, o que se viu nos anos 1980 no setor agrário iraquiano, foi a inversão dessa lógica. O número de cooperativas foi diminuindo largamente, conforme o setor privado se tornava o novo proprietário das terras agrárias do país (SPRINGBORG, 1986, p.36-37). A política econômica do Baath se alterava a medida que a necessidade aparecia[130]. Segundo Amazia Baram (1989), tais mudanças não vinham casualmente, foram provocadas principalmente pelo homem que se tornou presidente em 1979 e que foi uma figura central no regime desde seu início, a saber, Saddam Hussein.

Esse processo de consolidação do Partido Baath no Iraque, duas figuras se destacam como fundamentais:os primos Ahmed Hassan al-Bakr e Saddam Hussein.Particularmente a ascensão de Saddam Hussein é algo notável. Ele se juntou ao partido em 1957 aos vinte anos, na véspera da derrubada da monarquia. E ficou notoriamente famoso pelo seu envolvimento na tentativa malsucedida de assassinato de Qassim, em 7 de outubro de 1959 e consequentemente teve que se exilar.[131] (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.73)

Durante o golpe de 1963, Saddam, em exílio, não participou do processo. O Partido Baath tinha na época um número reduzido de membros (por volta de 850), majoritariamente vindos da cidade de Tikrit. Esse número pequeno de baathaistas foi o motivo pelo qual, naquele momento, o triunfo de um governo baathista foi breve. O desastre da primeira tentativa baathista pelo poder colocou Saddam e Al Bakr no comando do partido; nos anos seguintes, elaboraram um plano mais complexo, envolvendo membros da elite governante que compunham o comando de Aref, bem como partidos que também se opunham ao regime dos Oficiais Livres. E, a partir do golpe de 1968, nove anos depois de participar do plano de assassinato de Qassim, Saddam Hussein se tornou vice-chefe do RCC e o segundo homem mais poderoso do país, atrás de seu primo Al Bakr. No entanto, a sua real influência na primeira década de Iraque sob o regime baathista é relativamente obscura (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.75). De qualquer forma os baathistas, para perpetuar seu poder, não poderiam hesitar como fizeram em 1963.

Saddam e Al Bakr trabalharam como uma equipe por uma década para assegurar o controle permanente do Baath sobre o Iraque. Al Bakr, o homem mais velho, tinha credenciais

---

130 Para análises das transformações econômicas do Iraque baathista, ler Springborg, 1986; e Alnasrawi, 1994.

131A tarefa de Saddam no plano de assassinato era dar cobertura aos quatro indivíduos que iriam executá-lo. Porém, o plano falhou e Saddam se exilou por três anos entre Damasco e Cairo. No Egito, esteve sob a tutela do líder egípcio, Abdal Nasser, que tinha desavenças evidentes com Qassim. Assim, foi recebido como um aliado visto que era parte do grupo político baathista.(COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.73).

impecáveis como um dos Oficiais Livres que derrubaram a monarquia em 1958. Ciente de que a crença do corpo de oficiais iraquianos, em seu direito de fazer parte do processo político, representava um perigo para seu domínio, Bakr e Saddam forçaram oficiais influentes do Baath a deixarem o cargo, em 1973. Três anos depois, Bakr providenciou para que Saddam, que nunca havia servido o exército, fosse comissionado como tenente-general; Saddam se tornou marechal de campo, em 1979. Saddam, enquanto isso, traçava seus próprios planos. Durante a década de 1970, ele sistematicamente eliminou rivais em potencial e promoveu apoiadores, empregando-os em vários serviços de segurança para prestarem contas a ele pessoalmente. Os anos como chefe do braço de segurança do partido lhe permitiram escolher para esses serviços líderes suficientemente implacáveis para cumprir qualquer ordem. Em meados de 1979, forçou a aposentadoria de Bakr e descobriu uma "conspiração" contra si e executou vários colegas, incluindo cinco no Comando Regional. Seu controle de todos os instrumentos de governo era completo (DEVLIN, 1991, p.1405)

O escopo da agenda de Saddam tornou-se abundantemente claro quando ele pode abandonar a pose de segundo em comando. Segundo Patrick e Andrew Cockburn (1999, p.76), naquele período, Saddam tinha tanto charme quanto ferocidade, sendo capaz de tornar sua fala popularmente compreensível e aceita. Sua pretensão política incessante se manifestam nos milhares de representações dele em todo o país, nas dezenas de obras públicas com seu nome e no enorme monumento à "vitória" sobre o Irã, que apresenta réplicas de bronze de seus "antebraços e punhos, dezesseis metros de comprimento (...) [elevando-se] com suas espadas firmemente agarradas a um ápice quarenta metros acima do solo." (*apud* DEVLIN, 1991, p.1406). Ninguém do seu comando enfrentava suas proposições estratégicas[132] e isso ficava evidente tanto no caso da guerra contra o Irã, em 1980, quanto no caso da invasão ao Kuwait em 1990. (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.76-77).

Saddam mudou-se para tirar vantagem do isolamento do Egito no mundo árabe após a assinatura de um tratado de paz com Israel, em 1979. Dois grandes erros de cálculo frustraram sua ambição de o Iraque suplantar o Egito como o principal Estado árabe. A invasão do Irã pelo Iraque em setembro de 1980 levou a oito anos de guerra debilitante, e a tomada do Kuwait, em 1990, abalou sua imagem de liderança e enfraqueceu seu controle do poder (DEVLIN, 1991, p.1406).

---

132 Exemplo: quando o secretário do RCC, Muhie Mashhadi foi preso quando questionou a decisão de Al Bakr pela sua aposentadoria e pela indicação de Saddam como seu sucessor (COCKBURN, COCKBURN, 1999).

Em 1979, Saddam Hussein prevaleceu no Partido Baath. Eliminou aqueles que poderiam se tornar potenciais ameaças e perpetuou sua agenda política nas duas décadas seguintes. Tomar conta do partido e eliminar aqueles que lhe faziam frente no eixo interno do governo foi sua preocupação número um (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.78). Os baathistas se constituíram elite hegemônica no Iraque. Porém, em paralelo, um conjunto de opositores ao poder do Partido Baath, particularmente ao regime de Saddam Hussein, foi sendo construído.

## 5.2 A Consolidação de uma oposição ao Baath Iraquiano: As elites Não-Governantes

Desde o primeiro momento em que o governo baathista assumiu o controle do Estado iraquiano existiam grupos de oposição veemente ao novo regime instituído. Especificamente Saddam Hussein, como vice-presidente até 1979, estava encarregado do aparato de inteligência do regime para conter sua oposição que consistia em diferentes grupos políticos. Durante as décadas do Partido Baath no podem foram diversos os levantes e as tentativas de golpe no país (AL-BAYATI, 2014, p.18). No entanto, essa elite opositora, ou não-governante, era difusa. Tratava-se de grupos políticos distintos, sem uma própria articulação integrada, particularmente por se tratar de grupos com objetivos de poder exclusivos.

Cabe destacar que essa elite não governante é menos uma oposição ideológica e mais uma oposição sob as condições pelas quais ela foi enquadrada de maneira excludente no cenário político iraquiano baathista dos anos 1960 em diante. É o mesmo que dizer que, para curdos, partidos islâmicos, ou demais grupos de minoria da oposição, o problema não era a ideologia nacionalista árabe baathista, senão a forma como estruturaram um regime de poder centralizado. Esse regime, para além de não incluir demais opositores políticos no quadro institucional-burocrático do Estado iraquiano, fez o possível para manter seus opositores desprovidos de capacidade de ação política no país, por vezes de maneira violenta.

Analisemos então em bloco, as origens dos grupos opositores, compreendendo as dinâmicas de ascendência desses grupos e quais foram as consequências de suas ações contra-hegemônicas, entre 1960 e 1990. Selecionaremos as elites de oposição mais notórias do respectivo período enfatizando propositalmente aquelas que vão compor, nos anos 1990, uma elite da oposição conjunta. Cabe mencionar que não existe bem um consenso sobre quem

compõe os mais relevantes opositores ao Saddam Hussein no Iraque, porém, os grupos aqui selecionados constam de maneira geral na literatura que aponta os mais notórios opositores[133].

Se observarmos, para a seleção dos iraquianos que emergiram como novas lideranças executivas e legislativas no país após a queda de Saddam Hussein, sem levar em conta quem eram e de onde vieram, cometeremos o mesmo equívoco que boa parte da literatura comete. Esses iraquianos já eram oposição ao regime Baath por décadas. Sua capacidade de interlocução com a sociedade iraquiana, sua vontade contra a hegemonia baathista no país e sua habilidade estratégica e/ou adminstrativa potencial fizeram-nos os "iraquianos possíveis" por um novo Iraque pós-baathista.

Conforme afirmou Peter Galbraith – diplomata norte-americano que esteve à frente do processo de elaboração da nova constituição iraquiana em 2005–, os novos líderes do Iraque não apareceram magicamente em cena depois que os EUA depuseram Saddam:

> Eles eram, com poucas exceções, quase desconhecidos para os formuladores de políticas dos EUA que tentaram arquitetar a governança do Iraque no pós-guerra. Mas os novos líderes do Iraque não apareceram magicamente depois que as tropas dos EUA derrubaram a estátua de Saddam na Praça dos Firdos em Bagdá em 9 de abril de 2003. Em sua maior parte, eles lutaram contra Saddam por décadas e desenvolveram uma visão notavelmente coerente de como o novo Iraque deveria ser governado, especialmente considerando o quão diversos são os grupos. (GALBRAITH *apud* AL-BAYATI, 2014, p.viii)

### 5.2.1 Os grupos de oposição: a elite iraquiana não-governante entre 1960 e 1990

Nesse tópico, trataremos dos principais grupos/figuras de oposição ao regime baathista, que tiveram papel relevante na construção de uma frente unificada contra Saddam Hussein, a partir de 1990. Destacaremos 1) a luta dos curdos iraquianos por autonomia política, enfatizando o papel das suas duas principais organizações, o KDP e PUK; 2) a formação de organizações políticas islâmicas como o Partido Dawa e a dissidência de uma de suas alas formando o SCIRI; 3) a emergência opositora do influente Ahmad Chalabi, quem posteriormente liderará as primeiras iniciativas por uma frente unida antibaathista com a criação do INC; 4) o movimeno de liderança de um ex-baathista, Ayad Allawi, até a criação do INA; e 5) os *Hachemitas*, desde a sua derrubada, em 1958, e suas articulações na Europa.

#### 5.2.1.1 Os curdos iraquianos:

---

133 Conforme OTTERMAN, 2005a; OTTERMAN 2005b; HEBERT, 2018; DODGE, 2005, 2009; BEEHNER, 2006; BAPIR, 2016; KATZMAN, 2003; STANSFIELD, 2010; NOURI, 2018, 2021; AHRAM, 2005; TALMON, 2013; BENGIO, 2009; MARR, 2006, VANDERBUSH, 2009; RABIL 2002; AL ALI, 2014; AL-BAYATI, 2014.

Pode-se afirmar que os curdos iraquianos representam o conjunto étnico-social contra-hegemônico mais fácil de ser identificado no Iraque, justamente pela sua especificidade étnica de sua população, sua territorialmente geograficamente bem definida e sua força (para)militar organizada[134]. A área do norte do Iraque, onde predominam os curdos, é uma região de cerca de 83.000 quilômetros quadrados– aproximadamente o mesmo tamanho da Áustria (O'LEARY, 2002). Os curdos iraquianos compõem formalmente, desde 1991, o Governo Regional Curdo (*Kurdistan Regional Government* - KRG), o que seria uma zona política de autonomia (não independente) cedida pelo governo central iraquiano, correspondendo às províncias de Suleimanyah, Erbil e Dahuk. Porém, o KRG não trata de um conjunto político homogêneo. Na verdade, sua composição é resultado constante de lutas por independência durante toda segunda metade do século XX, bem de como disputas internas entre distintas organizações políticas. Dentre elas destacam-se o KDP e a PUK.

É importante destacar de antemão que por décadas os curdos iraquianos enfrentaram as forças oficiais iraquianas, sobretudo no contexto republicano no intuito de alcançar autonomia política no território. A razão de autodeterminação é largamente compreendida na literatura sobre o Curdistão iraquiano e suas origens. Porém, cabe mencionar que a região que comporta tal população é uma das mais ricas do país. Obtendo autossuficiência hídrica, qualidade térrea para cultivo agrário e zona rica em jazidas petrolíferas. Essa caracterização territorial justifica parcialmente as razões do norte iraquiano ter sido palco de tantas disputas.

A particularidade da força curda, também advém da sua qualificação militar. Os militares curdos, ou *peshmerga*– traduzido como "aqueles que enfrentam a morte" – foram oficialmente organizados por Mustafa Barzani, em 1943. Antes dessa data, os combatentes curdos haviam participado de muitos levantes regionais contra os governos do Iraque, Irã e Turquia. Muitas dessas rebeliões eram tribais ou religiosamente organizadas e pouco tinham a ver com a criação de um Estado curdo autônomo ou independente (LORTZ, 2005). Depois da década de 1940, o desenvolvimento burocrático-institucional de organização(ões) política(s) curda(s) se deve muito pela sua capacidade militar, e as *peshmergas* representam tal força.

Ainda das origens dos curdos, cabe ressaltar que o desenvolvimento de organizações políticas curdas anti-*status quo* no Iraque deve ser vista levando em consideração o ator político regional mais importante na história contemporânea dos iraquianos: o Irã. Os curdos são tradicionalmente considerados de origem iraniana (HENNERBICHLER, 2012) – como

---

[134] Cabe referenciar que o Curdistão não é uma organização política autônoma e está dividida em diversos aspectos. Eles estão divididos entre vários partidos políticos e instituições em vários países diferentes, particularmente na Turquia, Iraque, Irã e Síria (HEVIAN, 2013).

persas, Lurs, Baluch e Bakhtiari, – habitam a área predominantemente montanhosa para onde convergem as fronteiras da Turquia, Irã, Iraque e Síria. Após a Primeira Guerra Mundial e a dissolução do Império Otomano, os curdos receberam a promessa de seu próprio país sob os termos do Tratado de Sèvres, de 1920, mas a oferta foi rescindida pelo Tratado de Lausanne, de 1923 (O'LEARY, 2002). A partir desta data o Sheikh Ahmad, e seu irmão mais novo, Mullah Mustafa, da tribo Barzan iniciaram sua longa campanha pela autonomia curda. Foi na década de 1940 que o processo de organização institucional de grupos políticos curdos se consolidou em Mahabad, no Irã. Primeiro, em 1942, na figura do *Komala*, o primeiro partido político nacionalista curdo. E, posteriormente, em 1945, é fundado o Partido Democrático Curdo do Irã (KDPI)[135], incorporando todos os movimentos nacionalistas curdos (incluindo *Komala*) sob seu guarda-chuva. (ENTESSAR, 1984, p.915).

Após o colapso da República de Mahabad e a execução de seu presidente e fundador do KDP, Qazi Muhammad, o partido passou à clandestinidade e se deslocou para a esquerda, tornando-se aliado estreito do Partido (comunista) Tudeh. Não muito depois disso, os curdos iraquianos, por instigação da liderança de Barzani estabeleceram um KDP iraquiano em agosto de 1946 (VAN BRUINESSEN, 1986). Nesse sentido, pode-se afirmar que origens políticas de um projeto de poder por um Curdistão autônomo têm base no noroeste iraniano. Sua criação foi em resposta ao desejo de Barzani de se tornar financeira e politicamente independente do KDPI, separação feita sem confronto. O KDP tornou-se o braço iraquiano do Partido Democrático do Curdistão do Irã. Barzani foi eleito presidente em exílio já que era um grupo político não reconhecido pelos *Hachemitas*. Desde então, o partido trabalhou pelos direitos dos curdos. (HEVIAN, 2013, p.97).

Quando o novo regime republicano foi estabelecido no Iraque, em 1958, prometia-se uma transformação drástica na condição dos curdos. Na constituição provisória estabelecida reconhecia-se os curdos como um grupo étnico legítimo com direitos nacionais. Nos primeiros anos do regime de Qassim, desenvolveu-se uma relação simbiótica entre o governo e os curdos. Enquanto permitia que as atividades políticas e culturais curdas florescessem, Qassim usou os curdos para manter seus inimigos (os monarquistas, os baathistas e outros nacionalistas árabes) sob controle. Mas, anos depois, Barzani pediu que os curdos recebessem autonomia virtual foi considerado inaceitável por Qassim. Como resultado, eclodiram

---

135O KDPI foi estabelecido, inicialmente como um partido pan-curdo (membros do Iraque e do Irã). Com sede em Mahabad, se tornou, durante o ano de 1946, a capital de uma república curda independente *defacto*.

combates com as forças iraquianas e as forças paramilitares *peshmergas,* no outono de 1961. Era a primeira revolta curda no contexto republicano (ENTESSAR, 1984, p.917).

Na instauração do novo regime republicano sob a liderança de Aref, a reação inicial de Barzani foi oferecer uma trégua, que interrompeu a luta entre os dois lados. No entanto, a Constituição iraquiana de 1964 minou a trégua instável, pois não reconheceu especificamente a igualdade entre curdos e árabes em seus esforços de parceria para construir um novo Iraque. Foi aí que movimentos internos ao KDP começaram a expressar insatisfação a liderança de Barzani. Jovens lideranças, particularmente, Jalal Talabani e Ibrahim Ahmad, desafiaram a forma como Barzani lidou com as negociações de cessar-fogo com o governo. No ínterim até a criação de um partido derivado do KDP. (ENTESSAR, 1984, p.918).

Em 1968, a queda de Aref nas mãos dos baathistas significou mais uma vez uma oportunidade de apaziguamento entre curdos e governo oficial iraquiano. Ela foi tentada por meio do Manifesto de Março de 1970[136], documento que retomava as tratativas para autonomia curda. No entanto, novamente não se transformou em prática. A disputa sobre o Manifesto de Março girava em torno do território de Kirkuk. Barzani foi inflexível em sua exigência de que Kirkuk e outras áreas produtoras de petróleo fizessem parte da área autônoma curda. O governo baathista, por outro lado, insistiu em que apenas em áreas com uma comprovada maioria curda deveriam ser aplicadas as disposições do autogoverno. Então os *peshmergas* engajaram uma guerra de guerrilha[137] contra as tropas iraquianas (ENTESSAR, 1984, p. 919).

Percebemos aqui que a posição dos curdos nos três regimes republicanos – de Qassim, dos irmãos Aref e dos baathistas – é bastante semelhante. Refere-se a busca incessante por autonomia política no norte do Iraque, seja pela diplomacia, seja pela guerra. Os eventos subsequentes ao malsucedido Manifesto de Março, como a Lei de autonomia de 1974 e o Acordo de Argel, provaram a persistência das resoluções sobre a questão da autonomia curda no Iraque. O primeiro significou uma tentativa do governo Baath de conduzir leis que

---

136 O acordo de março foi definido a partir de uma viagem que Saddam Hussein fez ao norte iraquiano, região curda, onde concluiu um acordo com Barzani. No acordo, o regime concordou em reconhecer o caráter binacional do Iraque; reafirmar os direitos linguísticos e culturais curdos; fornecer reabilitação econômica e desenvolvimento das regiões devastadas do Curdistão; e, o mais importante, permitir o estabelecimento de uma região autônoma do Curdistão (GIBSON, 2015, p.123-124).

137 Também na década de 1970, houve uma interação fundamental em prol das ambições autônomas curdas. Os EUA decidiram ajudar financeiramente os curdos contra o regime baathista até 1975, o que conflagrava a primeira movimentação dos EUA em oposição aos nacionalistas árabes iraquianos do Partido Baath. Esse tema será mais bem discutido no tópico seguinte sobre a atuação política norte-americana no Iraque baathista.

consagrassem a autonomia curda dentro dos termos do governo executivo baathista, rejeitado pelos curdos. O segundo, resultado dos acordos para restabelecer a pacificidade entre Irã e Iraque, após uma reunião da OPEP, obrigou o Irã a retirar seu apoio aos curdos em troca do abandono do Iraque de sua reivindicação de soberania absoluta sobre todo o rio Shatt-al Arab, e alguns ajustes sobre as fronteiras terrestres entre os Estados (ENTESSAR, 1984, p. 920).

No entanto, para os curdos iraquianos não provocou uma cessação permanente das hostilidades curdo-iraquianas, mas um rompimento. De um lado, os *peshmergas* curdos se reagruparam sob a bandeira da liderança provisória do KDP. Esse grupo, sob a liderança dos filhos de Mullah Mustafa Barzani, Massoud e Idris, continuou a lutar contra o governo iraquiano com pouco sucesso. Por outro lado, outros aliados e associados ao Mullah Mustafa Barzani aceitaram a autonomia limitada do regime iraquiano. Eles, sob a liderança de Hashim Hassan Aqrawi, criaram uma subsidiária do KDP, apoiaram o governo Baathista, mas esse grupo pouco vingou, foram vistos como traidores pela maioria dos curdos. Ainda outra divisão nas fileiras dos curdos iraquianos ocorreu em novembro de 1975, quando alguns membros expulsos do KDP acusaram Barzani de trair a causa curda e o responsabilizaram pela derrota da resistência curda. Esses dissidentes, liderados por Jalal Talabani, formaram o grupo União Patriótica do Curdistão (PUK) (ENTESSAR, 1984, p. 921).

A PUK foi estabelecida em 1975, por Jalal Talabani, membro da linhagem Talabani que produziu muitas figuras sociais importantes, incluindo o poeta Riza Talabani, seu avô, Abd al-Karim Qassim, primeiro-ministro (1958–1963), e o ex-membro do KDP Hasan Talabani e Mukarram Talabani, um membro proeminente do ICP (VAN BRUINESSEN, 2000). Evidentemente, todas as congregações políticas mencionadas acima representaram, em algum momento, oposição ao baathismo no Iraque. Junto com seus amigos próximos Nashirwan Mustafa Amin do *Komala*uma organização marxista e Ali Askari do Movimento Socialista do Curdistão, Talabani anunciou o estabelecimento da PUK, em 1 de junho de 1975, em Damasco, Síria, após o colapso da rebelião curda naquele mesmo ano. (GUNTER, 2009). Desde então, a PUK e o KDP tornaram-se os dois maiores partidos rivais da região, cada um com um círculo de poder quase igual (HEVIAN, 2013, p.98).

Embora a PUK adotasse o mesmo slogan do antigo KDP, a saber, “autonomia para o Curdistão, democracia para o Iraque”, ele defendia os princípios marxistas e denunciava os Barzani como “reacionários”. Em 1977, a PUK mudou sua sede de Damasco para a região de Sulaymaniyya. A partir de então, até meados dos anos 1980, os conflitos curdos iraquianos

estouraram para resolver quem seria o legítimo representante da causa autônoma curda, do que propriamente um enfrentamento ao regime antisaddamista (GUNTER, 1996, p.230)

Apenas em 1987, uma aliança entre PUK e KDP foi firmada, tornando-se a Frente do Curdistão Iraquiano (IKF)[138]. Após sua criação, a IKF declarou que seus principais objetivos eram derrubar o regime baathista de Saddam Hussein, estabelecer um governo genuinamente democrático no Iraque e desenvolver um *status* federal para os curdos. Jalal Talabani e Masud Barzani tornaram-se seus dois copresidentes (GUNTER, 1996, p.231). Esse movimento unitário representa a primeira coligação política de grande escala – diante da boa representatividade tanto do KDP quanto da PUK – antisaddamista. Esse modelo seria mais bem aprimorado na década de 1990, na formação de uma oposição iraquiana unida.[139]

5.2.1.2 Uma oposição islâmica no Iraque: O Partido Dawa e o SCIRI:

Embora, geralmente, a resistência curda se sobressaia no Iraque do regime baathista como a mais evidente, a questão xiita tornou-se um grande problema para o Baath no Iraque. Tanto os xiitas quanto os curdos estiveram à margem do poder político. Ainda que de maneiras distintas, a agitação em ambas as comunidades colocou em risco a estabilidade do país e foi um desafio para a autoridade do Baath.

O Partido Dawa (a "Chamada") e o SCIRI são há muito tempo o núcleo da aliança xiita predominante no Iraque (KATZMAN, 2009; YAMAO, 2012). Representam o resultado mais bem sucedido dos movimentos islâmicos que começam a ganhar notoriedade a partir da Revolução de 1958. Contudo, vale mencionar que os diferentes movimentos islâmicos iraquianos não compuseram uma frente unida de poder, entre 1960 e 1990. Pelo contrário, suas diferenças os fizeram distante, tornando a oposição política islâmica difusa.

Ao analisar fontes primárias sobre segmentos do Partido Dawa e do SCIRI, Dai Yamao (2012) afirma que os dois partidos islâmicos passaram a ter ideologias e políticas diferentes como resultado das influências do país anfitrião e da política internacional. O SCIRI manteve boas relações com o país anfitrião, Irã, e tinha sua ideologia islâmica original, enquanto o Partido Dawa, não sendo capaz de manter relações de cooperação com o país

---

138 O Movimento Islâmico do Curdistão (IMK), liderado por Shaykh Uthman Abd al-Aziz, e vários outros grupos islâmicos, no entanto, permaneceram indiferentes.

139 Das lideranças até os tempos hodiernos, vale mencionar que Mustafa Barzani serviu como líder do KDP desde o início até sua morte, em 1979. Após sua morte, seu filho, Idris Barzani, o substituiu. Em 1987, seu filho mais novo, Masoud Barzani, tornou-se o novo líder do partido (HEVIAN, 2013, p.97). Do lado da PUK, Jalal Talabani foi a principal representação de liderança até sua morte, em 2017.

anfitrião, consequentemente mudou sua ideologia islâmica para uma ideologia mais nacionalista. Na era pós-guerra de 2003, o SCIRI tentou construir um governo regional no sul com base em uma ideologia islâmica transnacional, enquanto o Partido Dawa tentava um governo centralizado baseado em um nacionalismo fortalecer a unidade nacional.

Os movimentos políticos islâmicos iraquianos são predominantemente xiitas e têm sua origem no pensamento do clérigo iraquiano, Sayyid Muhammad Baqir al-Sadr, um escritor prolífico e liderança religiosa respeitada em todo país[140]·. No caso do Iraque, a maioria dos exames do desenvolvimento político da comunidade xiita se concentrou no papel de liderança desempenhado por líderes religiosos (*ulama*), como o aiatolá Ali al-Sistani, Abd al-Aziz al-Hakim (após o assassinato de seu irmão, Muhammad Baqir) e Muqtada al-Sadr. Esses *ulama* são instrumentais na representação de elementos da comunidade xiita e destacam o poder político desse grupo (SHANAHAN, 2004b, p.16).

Dentre os partidos islâmicos iraquianos, o Dawa tem a mais longa e consistente história de atividade política comunitária organizada. Foi fundado no contexto da revolução antimonárquica de 1958, por Baqir Al-Sadr.A primeira reunião aconteceu em Najaf – a 160 km ao sul de Bagdá –, em 1957, com objetivo de defender o Islã e suas instituições diante do contexto evidentemente instável às vésperas da revolução contra os monarcas *hachemitas*. Na época, os tradicionalistas na liderança clerical ficaram amedrontados com a revolução. Tal amedrontamento revela a posição privilegiada que a elite clerical xiita tinha na sociedade iraquiana monárquica. Assim, a fundação de um partido corresponde à tentativa de sustentar um possível pilar de poder em um ambiente político de incerteza. (COCKBURN, 2008).

Então seu surgimento foi parte do desejo dos muçulmanos xiitas por um governo político de acordo com os princípios do Islã, impulsionados pelos *ulama*. Em um contexto regional, o surgimento do partido foi uma resposta inicial de selecionados xiitas iraquianos ao que eles viram como a crescente ameaça representada pelas forças seculares do nacionalismo árabe e da ideologia política de esquerda (SHANAHAN, 2004a).

Pode ser interpretado como um movimento contrahegemônico no cenário revolucionário de 1958. Por meio de seus livros, Baqir Al-Sadr procurou lançar a base ideológica para um contra-ataque islâmico ao capitalismo ocidental e ao comunismo. Suas

---

140 Nasceu em Najaf, em 1930, em uma família árabe famosa por seu aprendizado em todo o mundo xiita, é mais conhecido por seus livros *Falsafatund* (Nossa Filosofia, 1959) e *Iqtisddund* (Nossa Economia, 1960), que revelam sua visão sobre a política islâmica e suas diretrizes para uma economia muçulmana (BATATU, 1981)

primeiras ideias sobre como salvar a *umma* (comunidade) islâmica, apareceram em um periódico que ele ajudou a criar o*Adhwa* (Chamado) (COCKBURN, 2008).

Ao contrário dos curdos, movimentos políticos declaradamente xiitas não produziram, no curso da história moderna do Iraque, uma forte liderança política própria; tampouco têm tradição de luta militar organizada ou movimento político com objetivos bem definidos e coerentes.[141] (BENGIO, 1985).

As contribuições de Baqir quase imediatamente lhe causaram problemas. Em 1960, ele foi forçado a parar de escrever para a revista e cortar sua conexão aberta com o partido Dawa. Pelos próximos vinte anos de sua vida, até sua execução, seu ativismo político teve que ser mascarado ou, pelo menos, diluído em público, embora em tempos de crise a máscara escorregasse. A ascensão ao poder dos baathistas, sob Ahmad Hassan al-Bakr, em 1968, assinalou o início da segunda fase do desenvolvimento de Dawa. Os baathistas iniciaram uma repressão ao ativismo político xiita, impulsionados pela natureza secular de sua ideologia e pela visão de que ele era ameaça à estabilidade do regime. (COCKBURN, 2008). Percebeu-se uma ameaça dos xiitas aos baathistas referente ao desafio religioso não bem definido quanto à ideologia secular e modernista do Baath; e outra, uma ameaça mais tangível – uma rebelião planejada pelo clérigo xiita e inspirada na revolta iraniana em 1980 (BENGIO, 1985, p1).

As origens dos movimentos políticos islâmicos também devem ser vistas em perspectiva regional. Baqir Al-Sadr era bastante próximo do aiatolá iraniano, Ruhollah Musavi Khomeini, que esteve exilado no sul do Iraque entre 1964 e 1978(SHANAHAM, 2004b). Mas foi com a revolução iraniana que a preocupação baathista do impacto iraniano nos partidos islâmicos aumentou. A República Islâmica do Irã serviu tanto como fonte de inspiração quanto como centro organizacional para o Dawa. Ao dizer isso, não se pretende lançar dúvidas sobre a autenticidade do partido ou as causas internas iraquianas que o motivaram. Embora se acredite que os membros sejam xiitas, o próprio grupo nunca se autodenominou xiita. Sua mensagem era universal para todos os muçulmanos: seu objetivo central era a derrubada do Baath e o estabelecimento de uma República Islâmica (BENGIO, 1985, p.6).

O maior desafio para o Baath veio de surpresa e veio de baixo. Aconteceu espontaneamente em 1977, durante a peregrinação de Arba'in, um ano antes do início da revolução no Irã, indicando que muitos xiitas iraquianos estavam em um humor militante

---

141 Se recuperarmos fatos como as rebeliões tribais xiitas entre1935 e 1937, nota-se que foram muito mais resultado da manipulação de políticos de Bagdá, do que uma expressão de uma vontade xiita independente

antes mesmo do surgimento do aiatolá Khomeini. Mohammed Baqir al-Hakim alertou os manifestantes a não gritarem palavras de ordem contra o presidente, Ahmad Hassan al-Bakr, e Saddam Hussein. Os peregrinos ignoraram o conselho e perpetraram manifestações civis intensas. O resultado de tal desafio era inevitável. Helicópteros de ataque e unidades blindadasforam levados às pressas para o local e abriram fogo.Cerca de dezesseis manifestantes foram mortos e dois mil presos. (COCKBURN, 2008).

Nessa fase, o confronto entre o regime baathista e Dawa tornou-se mais pronunciado. No final de 1979, Dawa formou uma ala militar (mais tarde chamada de *Shahid al-Sadr*) e, em 30 de março de 1980, o regime fez do Dawa uma organização proscrita, cuja adesão resultaria em pena de morte. Em resposta, o Dawa imediatamente lançou uma tentativa malsucedida de assassinato contra Tariq Aziz, assessor de Saddam Hussein. Como consequência, o regime baathistaprendeu e posteriormente executou Baqir al-Sadr em 9 de abril. A execução de al-Sadr e a subsequente proscrição do partido, em 1980, marcam o início da terceira fase da história de Dawa. Muitos membros do partido fugiram parao Irã. Os que permaneceram no Iraque formaram uma organização clandestina baseada em uma estrutura celular para garantir sua sobrevivência. Eles mantiveram sua militância contra o regime baathista, sob o controle de Saddam Hussein[142] (SHANAHAM, 2004b).

Por outro lado, o resultado negativo das revoltas antibaathistas lideradas pelo Dawa levaram a uma parcela de seus partidários islâmicos a construir novos caminhos políticos. Foi nesse contexto que surgiu o SCIRI, uma organização política islâmica, formada sob a tutela iraniana em Teerã, em 1982. O grupo adotou o modelo político-religioso instituído pelo líder da Revolução Islâmica do Irã de 1979, o aiatolá Khomeini. Esse modelo de *vilayati faqih* (tutela dos juristas islâmicos) clamava pelo governo clerical islâmico por juristas xiitas sob os auspícios de um "Líder Supremo" (ISAKHAN; MULHERIN, 2018).

Esse líder era Muhammad Baqir al-Hakim. Como muitos jovens clérigos de sua época, juntou-se ao grupo Dawa após seu estabelecimento, no final dos anos 1950. Embora ele tenha se desassociado oficialmente do partido em 1960, permaneceu parte da corrente mais ampla de ativismo político islâmico que inspirou. Al-Hakim foi forçado a fugir do Iraque em 1980 e acabou se estabelecendo no Irã, onde ajudou a organizar ex-integrantes de Dawa e outros ativistas islâmicos que mais tarde se metamorfosearam no SCIRI, em novembro de 1982

142 Grandes tentativas de assassinato foram perpetradas por Dawa contra o próprio Saddam Hussein, entre 1982 e 1987, e alega-se que a tentativa de assassinato de 1996 contra o filho de Saddam, Uday, também foi perpetrada por Dawa (SHANAHAM, 2004b).

(ABEDIN, 2003b). Em 1983, alarmado com a formação do SCIRI, Saddam realizou prisões em massa de membros da família al-Hakim que ainda estavam no Iraque, no intuito de coagir a ação do novo grupo de oposição (COCKBURN, 2008).

Ali os papéis se inverteram e o SCIRI passou a ser a organização islâmica de oposição política mais relevante. O SCIRI partiu para uma organização guarda-chuva composta por vários grupos, incluindo o Partido Dawa. No entanto, as relações entre o núcleo do SCIRI e Dawa tornaram-se tensas, em grande parte porque este qualificou seu apoio à revolução iraniana e viu o rígido Estado teocrático que surgiu dela como inadequado para o Iraque. Em meados da década de 1980, o SCIRI estava centrado em torno de Hakim e outros seminaristas Najaf (e suas proteções leigas) que abraçaram a República Islâmica do Irã e seu conceito do islamismo político fundador. Particularmente, o SCIRI aprimorou sua capacidade política e militar, à frente do modelo dawista anterior. Institucionalmente o SCIRI era mais coeso, era composta por uma Assembleia Geral de 70 a 100 personalidades importantes, incluindo clérigos pertencentes ao círculo interno de Hakim, comandantes militares da Brigada Badr e representantes de grupos xiitas iraquianos menores; e um Comitê Central de liderança com 12 membros. O partido não foi um sucesso político durante o reinado de Saddam Hussein, devido a eficácia do aparato de segurança do regime baathista na contenção de sua influência no país (ABEDIN, 2003b). Militarmente, a ala armada de SCIRI, a Organização (Brigada) Badr, desenhou os recrutas de militantes islâmicos, prisioneiros iraquianos de guerra e um milhão de refugiados iraquianos no Irã liderados pelo exército iraniano (COCKBURN, 2008). Não se tratava mais apenas de uma conjunção civil parcialmente difusa, que se manifestava ferozmente contra o regime Baath, senão um corpo paramilitar organizado e treinado pelos iranianos, em um contexto de conflito estatal direto entre as partes.

No entanto, de maneira pragmática, o SCIRI e suas alas políticas islâmicas nunca foram uma séria ameaça ao antigo regime iraquiano. O problema era que, ainda que fosse uma organização militar convencional, equipada com armamento pesado, não atingia de maneira ampla a sociedade iraquiana. Inclusive, a campanha de Saddam Hussein na época ecoava e persuadia os iraquianos ao afirmar que essas entidades islâmicas eram traidoras por estarem associadas e serem desenvolvidas pelo inimigo iraniano (ABEDIN, 2003).

Sendo assim, no que se refere às lideranças políticas islâmicas ao Partido Baath, podemos dizer que predominantemente até 1980, Muhammad Baqir al-Sadr tinha preenchido esse papel, pelo menos ideologicamente. Após o assassinato de Baqir Al-Sadr, o aiatolá Muhammad Baqir al-Hakim tornou-se principal referência tentando fechar as fileiras xiitas

sob uma organização guarda-chuva, com as bênçãos do Irã[143] (BATATU, 1985, p.593). Ao longo das décadas do regime Baath, muitos dos membros fundadores seriam executados, assassinados ou torturados até a morte.

Finalmente, consideramos que a ascensão de grupos políticos xiitas de oposição ao regime Baath deve ser interpretada por via das razões políticas e sociológicas que justificam a sua sede por representatividade. Não se trata, portanto, de justificar a escalada desse grupo como uma oposição religiosa entre sunitas *versus* xiitas, conforme aparece em parte da literatura sobre as confrontações políticas no Oriente Médio. O componente "religião" aparece à medida que o projeto de poder baathista era secular, desconsiderando os princípios islâmicos como normatividade jurídica do Estado. Ou seja, esse confronto político se refere pouco ao tema "como se interpreta o islã", conforme, usualmente, se considera na literatura sobre as distinções entre o sunismo e o xiismo (quanto à ortodoxia, o tradicionalismo, as renovadas ou antigas interpretações do livro islâmico, o Corão). Além disso, levar em conta a emergência do Dawa e o SCIRI compõe o objetivo específico desta tese de identificar as origens e as condições sociais que fizeram os EUA selecionarem-nos como parte integrante da oposição que ganhou suporte nos anos 1990 para o projeto progressivamente construído de derrubada do regime Baath[144].

5.2.1.3 O passado de Ahmad Chalabi antes do INC.

Dentre os indivíduos da oposição iraquiana mais notórios, está Ahmad Chalabi, um banqueiro iraquiano que fugiu do Iraque após o golpe de 1958. Na época, Chalabi tinha apenas 13 anos, portanto, toda sua formação pessoal, educacional e profissional, dali em diante foi obtida no exterior.

Primeiramente, Chalabi deve ser visto como figura que expressava a vontade por uma frente unificada de orientação secular entre os grupos políticos de oposição exilados. Ele via a inclusão dos EUA e de outras potências ocidentais como uma oportunidade para derrubar o

---

143 Al-Hakim foi preso e torturado como líder da oposição pelo regime do Partido Baath e foi para o exílio no Irã, onde viveu por 23 anos (GHAREEB, DOUGHERTY, 2004, p.160).

144 Uma das preocupações no apoio norte-americano à rede de grupos políticos da oposição em 1990 concernia justamente à aproximação entre os grupos islâmicos xiitas antisaddamistas e o governo iraniano, composto pelos revolucionários islâmicos de 1979 (PHILLIPS, 2005). No entanto, o pesquisador especialista em Irã do *Congressional Research Services*, Kenneth Katzman (2009), afirma que os objetivos do Irã não se opunham ao objetivo dos EUA de tentar estabelecer uma democracia representativa no Iraque. Segundo ele, o Irã ajudou a montar um bloco islâmico xiita, englobando o SCIRI, que reconhece o aiatolá Baqir al-Hakim, o Partido Dawa,do aiatolá Al-Khoei e, após sua morte, o aiatolá Ali Al-Sistani e a facção do clérigo Moqtada Al-Sadr[144] (herdeiro de Baqir Al-Sadr). Todas coligações políticas antisaddamistas. Em 1990, o objetivo maior era tirar Saddam, portanto a penetração iraniana naquele momento era um problema menor.

regime de Saddam (AHRAM, 2005, p.75). Não à toa, Chalabi foi visto no início dos anos 1990 como principal liderança antisaddamista e foi subsidiado pelo governo dos EUA para organizar a oposição iraquiana em direção à retirada de Saddam Hussein via INC - instituição criada em 1992 para congregar a heterogênea oposição iraquiana ao regime Baath que recebeu mais de US$ 39 milhões para enfraquecer e retirar de Saddam do poder (MAYER, 2004).

No entanto, Chalabi não fora escolhido aleatoriamente. Desde suas origens, sua família era considerada parte da elite econômica iraquiana durante o período monárquico *hachemita*; formada por mercadores prósperos, confortavelmente instalados na classe dominante do Iraque pré-revolucionário (ROSTON, 2009, p.X). Por isso, sabiam que seriam alvos da revolução de 1958, razão pela qual optaram por deixar o Iraque e se mudar para o Líbano, onde a família Chalabi continuou a prosperar financeiramente associando-se a famílias xiitas libanesas notórias (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.50). Quando já adulto, Ahmad Chalabi passou vários anos nos EUA, onde fez sua graduação e mestrado em matemática pela MIT, e doutorado em matemática, pela Universidade de Chicago (MAYER, 2004). Durante o golpe de 1968 que instaurou o regime baathista, Chalabi estava nos EUA, e acreditava que a CIA estava por detrás do novo golpe, tal qual 1963. Na realidade, no caso de 1968, a agência não planejou o golpe, mas o apoiou (ROSTON, 2009, p.20).

Em seguida, voltou ao Oriente Médio, ao Líbano, onde desenvolveu uma breve carreira como acadêmico na Universidade Americana de Beirute, entre 1971e 1977. Em seguida, migrou para a Jordânia, com o estouro e adensamento da guerra civil libanesa, onde sua família começara novos negócios financeiros. Os Chalabi abriram um banco em 1977, chamado *Petra Bank* que foi presidido por Ahmad Chalabi. A ideia de criar um banco na Jordânia, não veio ao acaso. O rei *hachemita* jordaniano era da mesma linhagem do antigo regime pré-1958 do Iraque, época em que os Chalabis eram conhecidos como monarquistas ferrenhos.(ROSTON, 2009, p.30). As posições privilegiadas dos Chalabi, suas conexões com as elites *hachemitas* no Iraque e jordanianas facilitaram o desenvolvimento de uma linha financeira particular, em paralelo ao banco nacional jordaninano, o *Jordanian Central Bank*. Além disso, os Chalabi já circulavam nas altas rodas do capitalismo financeiro internacional, tendo companhias em Washington, Londres, Genebra, Khartoum, além do Líbano e Jordânia.

O banco expandiu rapidamente no país, que não tinha grandes tradições no capitalismo financeiro, nos anos 1980; era considerado um dos três maiores do país[145]. Como banqueiro do *Petra Bank*, Chalabi se tornou uma figura pública, conhecido não mais apenas nas elites

[145] O banco expandiu deU$ 40 milhões em ativos em 1978 e U$ 400 milhões em 1982 (ROSTON,2009, p.32).

*hachemitas*, mas também nas elites econômicas: investidores e homens de negócio internacionais. Dentre seus clientes, estavam as notórias famílias das elites árabes, como os Allawis, os Bassams e os Al-Hussein, representados por Sharif Ali bin al-Hussein, a figura mais próxima que restou da realeza iraquiana hachemita (ROSTON, 2009, p.48-49). Nesse momento, expandiu sua rede de contatos abruptamente com suas conexões de negócios, pode acessar figuras políticas, jornalistas internacionais e diplomatas relevantes.[146]

Até a quebra do *Petra Bank* (em 1989), Ahmad Chalabi esteve distante das questões políticas iraquianas, exceto pelo apoio que oferecia a familiares de alguns presos políticos xiitas no regime Baath [147] (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.51). No entanto, no *backstage* parecia que Chalabi não estava tão distante assim dos assuntos políticos internacionais do Iraque baathista da década de 1970. Aran Roston (2009, p.26) relatou que um amigo próximo da Chalabi (não identificado) afirmara que, na época, ele estava envolvido em *covert actions* no contrabando de armas para a resistência curda no norte iraquiano. Na mesma época, o KDP estava recebendo armamentos dos iranianos, através da operação secreta do SAVAK (serviço secreto iraniano durante a dinastia Pahlavi), e os EUA e Israel também estavam fortalecendo os curdos financeiramente e fornecendo armas. Ainda que com propósitos e estratégias particulares, todos esses atores (EUA, Irã, Israel e até mesmo Chalabi) tinham visões temerárias sobre o regime em ascensão de Saddam Hussein. E os curdos pareciam ser o caminho mais fácil para o enfraquecimento dessa força nacionalista árabe dos baathistas.

Particularmente, não existem de fato documentos que levem a evidências sobre o real apoio de Chalabi no contrabando de armas para os curdos, mas dois fatos levam a inferências sobre essa possibilidade. Primeiramente, o relato do jornalista canadense/norte-americano, Peter Jennings que garantiu que Chalabi foi o intermediário que conseguiu arranjar uma entrevista com Barzani no auge do conflito dos curdos contra Saddam Hussein. Tal fato indica que, Chalabi tinha articulações sociais que o permitiam acessar Barzani, naquela época,

---

[146] Por meio do contato que tinha com o *thinktank*neoconservador norte-americano,*American Enterprise Institute,*conheceu Peter Galbraith, conselheiro do *Senate Foreign Relations Committee*, que participou da investigação de uso de armas químicas do regime Baath contra curdos iraquianos nos anos 1980e em 2003, atuou como conselheiro informal do KRG, ajudando a influenciar na elaboração da Constituição iraquiana, em 2005. Chalabi também se aproximou de jornalistas notórios, como John Kifner (*New York Times*), Christopher Isham (*ABC News)*, David Hirst (*The Guardian)* e Jim Hoagland (*Washington Post)* (ROSTON, 2009).

[147] No Líbano, os Chalabis solidificaram seus laços com os xiitas por meio de uma série de casamentos. Um dos irmãos Chalabi casou-se com um membro da rica família de banqueiros Beydoun; Ahmad se casou com a filha de Adil Osseiran, um forte chefe xiita, herói da independência libanesa que um dia fora preso pelos colonialistas franceses.A cerimônia de casamento de Chalabi, foi presididapelo líder político xiita, Iman Musa Sadr, que na época pressionava por interlocuções xiitas internacionalmente.(ROSTON, 2009, p.25).

mesmo não tendo nenhum vínculo de negócios com o líder curdo. Em um segundo fato, em 1975, Chalabi concedeu uma entrevista à David Hirst (*The Guardian)*, argumentando que se os curdos do norte e os xiitas do sul se unissem, eles poderiam derrubar Saddam Hussein (ROSTON, 2009, p.26). Esse segundo fato, revela a posição política de Chalabi.

Em 1980, quando Saddam Hussein ordenou a invasão ao recém-revolucionário regime islâmico do Irã, Ahmad Chalabi torcia declaradamente por uma vitória iraniana, pois desejava a derrubada de Saddam. Ainda que não houvesse vínculos explícitos de apoio dos Chalabi aos iranianos, eles se aproximaram também de importantes figuras políticas islâmicas xiitas no Oriente Médio. Três episódios revelam isso: 1) Durante a Revolução de 1958 no Iraque, seu pai estava no Irã e foi abrigado lá nos primeiros meses de seu exílio; 2) Em 1980, à medida que o ativismo xiita fervia, Ahmad Chalabi, na Jordânia, torcia pelo Irã durante a guerra, sua família no Líbano apoiaram o crescente partido político xiita em Beirute – a milícia Amal; 3) Em junho de 1987, o cunhado de Ahmad Chalabi, Ali Osseiran, foi sequestrado pelo Hezbollah. Chalabi imediatamente viajou para Beirute e negociou com o sheik Fadlallah sua liberação. Apesar da sua conhecida sagacidade retórica, seu impacto como negociador não foi tão importante quanto às movimentações e pressões executadas pelo ministério da defesa e da justiça libanesapela libertação de Osseiran (ROSTON, 2009, p.36-40). Esses casos demonstram como os Chalabi participavam dos assuntos políticos mais relevantes no Líbano, na Jordânia, no Irã e no Iraque.

Com o fim da guerra Irã-Iraque, Chalabi começava a rever suas posições e possibilidades de negócios no Iraque. Apesar de seus sentimentos anti-Saddam, como empresário na Jordânia, Chalabi enfrentou algumas escolhas difíceis e complexas: o Iraque era, afinal, o maior parceiro comercial da Jordânia. Evidentemente, dentre seus clientes e envolvimentos do *Petra Bank,* ele concedeu empréstimos a empresários que faziam negócios no Iraque e eram pró-baathistas. Mas ele aparentemente estava procurando expandir suas operações no Iraque. Em 1988, enviou um funcionário americano do *Petra* para o Iraque no intuito de prospectar possibilidades de expansão. Em poucos meses, estabeleceu uma linha de negócio que conectaria o *Eximbank,* dos EUA, ao governo iraquiano, por meio de uma linha de crédito de financiamento ilimitado com esse banco para estabelecer exportações para o Iraque (ROSTON, 2009, p.41-42) Todo estes programa malograria nos anos seguintes, à medida que o *Petra Bank* faliria na Jordânia e que os caminhos políticos iraquianos mudariam drasticamente após a invasão do Kuwait, em 1990. Porém, esse fato revela que, no final dos

anos 1980, o espírito capitalista de Chalabi falaria mais alto que sua antipatia à Saddam Hussein e o regime Baath.

O sucesso financeiro de Chalabi em Amã duraria apenas até 1989, quando o governador do Banco Central da Jordânia assumiu o controle do *Petra Bank* sob suspeita de movimentações financeiras internacionais ilícitas[148]. Mudou-se para Damasco, na Síria logo que alegações de fraude bancária e desvio ilícito de dinheiro começaram a aparecer[149] (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.50). Essa cena alterou toda dinâmica de sua atividade. Daquele momento em diante, ele precisava de um novo plano, uma nova estratégia para reerguer seu império empresarial. A guerra do Golfo, de 1991, parecia ser a oportunidade para um novo empreendimento dos negócios de Chalabi, dessa vez no seu país de origem. Derrubar Saddam Hussein parecia ser um caminho possível, portanto, passou a investir todos seus esforços em promover a ideia e tentar adquirir suporte para tal empreendimento.

Várias razões fizeram de Ahmad Chalabi o "preferido" para encabeçar um grupo de opositores aos olhos norte-americanos, como o fizeram em 1992, na liderança do INC. Em primeiro lugar, uma característica pessoal e profissional importante, Chalabi tinha habilidades organizacionais fora da média, visto sua formação acadêmica e sua carreira como banqueiro. Em segundo lugar, ideologicamente, Chalabi tinha um ponto de vista nacionalista, mas não islâmica como boa parte de seus correligionários xiitas, sobretudo os do SCIRI. Em terceiro lugar, não era um político, mas um homem de negócios, o que viria a calhar muito bem para o projeto de um Iraque liberal economicamente. Em quarto lugar, Chalabi não era um homem "forte" politicamente. Ao contrário de Talabani, Barzani, Al Khoei, figuras amplamente populares no Iraque, Chalabi era relativamente desconhecido, por essa mesma razão, não carregava grandes inimigos dentro da oposição iraquiana. Por fim, deve-se considerar que Chalabi já era um homem muito rico, portanto não levantaria suspeitas sobre o dinheiro que receberia em sigilo dos norte-americanos para implementar medidas antisaddamistas no Iraque (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.51-52).

#### 5.2.1.4 Ex-baathistas iraquianos no estrangeiro: Ayad Allawi e seus seguidores antes do INA.

---

148 Para mais detalhes sobre o processo de suspeita e falência do *Petra Bank* recomendamos ler "A queda do Império Chalabi, 1989–1990" e "A queda de Ahmad Chalabi, 1989", em Aran Roston (2009).

149 Em poucos meses, Ahmad seria condenado pela corte jordaniana por desviar ilicitamente mais de US$ 60 milhões, mas nunca chegou a cumprir pena alguma por nunca retornar ao país; tais acusações foram defendidas por Chalabi e seus advogados como motivadas politicamente pelo governo jordaniano.

Largamente conhecido pela liderança na criação do partido político iraquiano, *Al-wifaq,* também conhecido por *Iraqi National Accord* (INA), Ayad Allawi foi uma das pessoas mais importantes na articulação para derrubada de Saddam Hussein em 2003. Nascido em Bagdá em 1945, Allawi cresceu como membro do partido baathista antes de tornar-se um inimigo do regime, em meados dos anos de 1970.

Segundo Ali Allawi[150] (2007, p.52), Ayad Allawi era a antítese de Ahmad Chalabi. Em geral, compara-se muito os dois enquanto semelhantes, pois ambos são indivíduos que vieram de notórias famílias xiitas iraquianas desde os tempos da monarquia *Hachemita*. Allawi era, na verdade, um parente de Chalabi por meio de sua esposa; e até frequentaram a mesma escola quando criança (ROSTON, 2009, p. 161). Nos anos 1990, ambos avaliaram o papel vital que os EUA poderiam desempenhar para minar o regime e, a partir de suas diferentes posições, procuraram liderar a oposição. No entanto, várias diferenças ressaltam quando se trata desses dois membros da elite iraquiana.

Em primeiro lugar, logo após a Revolução de 1958, os Chalabis deixaram o Iraque, enquanto os Allawis permaneceram. Esse fato conflagrou trajetórias muito distintas entre eles até se reencontrarem na oposição iraquiana da década de 1990. Com apenas 13 anos, Ayad ingressou no Partido Baath, anos depois tornando-se comandante de unidade na Guarda Nacional. Foi então, altamente ativo nos assuntos do Partido Baath, durante a década de 1960. Segundo o jornalista Jon Lee Anderson (*The New York Times*), em entrevistas que preferiram anonimato, muitos próximos de Allawi na época afirmavam que ele esteve envolvido no processo de investigação e interrogação desses presos políticos após o golpe de 1963. No entanto, quando foi questionado sobre isso, afirmou que nunca esteve próximo disso, era contra qualquer procedimento que envolvia assassinato ou tortura de inimigos. Ele afirmara que era muito jovem e não participava dessas missões. Disse que se juntou à oposição dentro do Partido Baath justamente por ser contra tais medidas violentas (ANDERSON, 2005).

Quando Abdel Aref assumiu o poder, ao final de 1963, empurrando os baathistas para fora do governo, Ayad Allawi se aproximou de outro importante jovem partidário do Baath

---

150 Para vias de esclarecimento, Ali Allawi não é Ayad Allawi, são pessoas distintas. Ali Allawi era primo de Ayad Allawi. Por inserção do primo, foi Ministro do Comércio e posteriormente Ministro da Defesa selecionado pelo CGI; Membro da Assembleia Nacional de Transição; e Ministro das Finanças do Governo Nacional de Transição do GII. Ali Allawi escreveu uma das obras mais notórias do período de ocupação da CAP liderada pelos EUA no Iraque, a partir de uma perspectiva de quem esteve dentro do processo de reconstrução do país, o livro *The Occupation of Iraq: winning the war, losing the peace* (ALLAWI, 2007), que, segundo o *bookreview,* do *The New York Times,* era o relato histórico mais abrangente do processo de reconstrução e das "desastrosas consequências da invasão americana" (WONG, 2007, tradução nossa).

iraquiano: Saddam Hussein. Os dois conspiraram contra o governo, foram presos juntos. A família de Allawi pagou a fiança de ambos em 1966, e então eles imediatamente retomaram sua trama. Durante o golpe de 1968, que derrubou Aref, Allawi desempenhou um papel importante: seguindo as ordens de seu partido, ajudou a apreender a principal estação de rádio de Bagdá (ANDERSON, 2005). Justamente após o golpe de 1968 e a construção de um governo Baath, o partido estava disposto a fazer o que fosse preciso para perpetuar seu poder e evitar o que aconteceu em 1963, o que o fizera mudar de lado:

> "Eu rejeitei todas as ofertas que me foram feitas para ser membro do governo. Isso durou de 1969 até eu deixar o Iraque. Recebi a oferta de um posto de embaixador enquanto ainda era estudante de medicina (...) Recebi a oferta de cargos ministeriais. Rejeitei tudo isso, porque àquela altura estava muito claro em minha mente que não poderia estar realmente trabalhando dentro do Partido Baath, devido à crescente influência do eixo de Saddam." (ALLAWI *apud* ANDERSON, 2005)

Então, em 1971, Allawi trocou o Iraque por Londres supostamente para fazer estudos de pós-graduação em medicina– onde se tornou mestre e doutor em Medicina pela Universidade de Londres –, mas o fator que provavelmente o levou a migrar para Europa foi porque havia rompido com a liderança do regime e especialmente com sua estrela em ascensão, Saddam Hussein. Embora ainda mantivesse uma função no partido como supervisor das legiões de estudantes iraquianos na Europa, sua antipatia por Saddam continuou sem cessar (ALLAWI, 2007, p.52). Nos primeiros anos em Londres, Allawi ficou encarregado dos negócios do partido Baath como chefe de uma rede de vigilância, que monitorava o considerável emigrado iraquiano e as comunidades estudantis na Europa. Executava o serviço secreto, parte da *Mukhabarat* (serviço secreto iraquiano baathista) na Europa, para certificar que os intercambistas iraquianos estavam ainda leais ao partido. No entanto, fazia questão de afirmar que nunca trabalhou para o serviço secreto iraquiano com o argumento técnico de que este fora criado apenas em 1973. Tal argumento é suspeito, tendo em vista que ações secretas por parte do Partido Baath foram executadas no interior e no exterior do Iraque, desde o primeiro dia de governo após o golpe de 1968 (ANDERSON, 2005).

Ayad Allawi decidiu renunciar ao Partido Baath iraquiano, em 1971. Na época, afirmava que permanecia ideologicamente ativo no movimento Baath internacional, mas opunha-se ao braço regional iraquiano do partido que representava seu país. Anos depois, em 1975, decidiu abandonar de vez qualquer vínculo com o movimento Baath, à medida que diversos de seus conhecidos foram assassinados por assassinos de aluguel presumidamente despachados por Saddam. Ayad e outros desertores baathistas eram importantes para a estratégia de animar uma insurgência iraquiana para derrubar Saddam Hussein, exatamente

por representar uma alternativa para aqueles que não concordavam com o regime baathista, mas estavam inseridos nele, como o caso do ex-general de alto escalão, Adnan Nuri, desertor do corpo militar oficial iraquiano (WURMSER, 1999, p.23).

Em 1978, um assassino empunhando um machado o atacou violentamente em sua casa, no subúrbio de Londres. Na época, Ayad Allawi tinha convicção de que ele foi enviado pelo regime para liquidar os membros problemáticos do Partido Baath. Naquele momento, Allawi entendia que se tornava um inimigo absoluto do regime (ALLAWI, 2007, p.52). Após esse episódio, adotou uma postura discreta. Passou a trabalhar como consultor no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que conduzia programas de treinamento médico em países em desenvolvimento (ANDERSON, 2005).

Mas em pouco tempo Ayad Allawi se tornaria a primeira notória figura de oposição ao regime baathista de Saddam Hussein, vindo de dentro do próprio regime. Um ex-baathista, contra o Partido Baath (AL-BAYATI, 2014). Ele começou a estabelecer uma rede com outros baathistas e nacionalistas de pensamento semelhante que questionaram o poder cada vez mais violento e ditatorial de Saddam sobre o Partido Baath e o país.Durante a década de 1980, Ayad Allawi manteve uma distância estudada de outros líderes de oposição baathista- evitou a participação em várias conferências de inspiração islâmica ou iraniana, portanto longe do Dawa e do SCIRI. Allawi levou uma vida comercial ativa durante esse período e sempre teve o cuidado de manter suas credenciais como nacionalista árabe e baathista reformado, o que o ajudou a construir suas conexões nos países do Golfo e na Jordânia. Foi provavelmente durante esse período que formou seus vínculos com agências de inteligência ocidentais, particularmente o MI6 (serviço de inteligência britânico) (ALLAWI, 2007, p.52).

Segundo Jon Lee Anderson (2005), Allawi o disse que se envolveu com “negócios” (com imprecisão intencional) no Iêmen e na região do Golfo Pérsico, em 1982. No entanto, para os baathistas iraquianos, tinha-se a convicção de que Ayad Allawi estava trabalhando em estreita colaboração com o MI6. Um membro da política iraquiana (anônimo) que conhecia Allawi disse: “Os britânicos armaram para ele negócios com petróleo no Iêmen para permitir que ele ganhasse dinheiro” (*apud* ANDERSON, 2005). O ex-oficial da CIA, Warren Marik, contato da CIA com grupos de exilados iraquianos, disse que Allawi atuava com o MI6 por onde foi apresentado à inteligência dos EUA no início dos anos 1990 (ANDERSON, 2005).

À medida que a guerra do Golfo se aproximava, Ayad formou o INA, em dezembro de 1990, um grupo formado por militares e agentes de segurança ex-baathistas, apoiado pelas agências de inteligência ocidentais e suas contrapartes no Golfo, com a materialidade de

opositores baathistas que conheciam o partido de dentro e poderiam ajudar no enfraquecimento do governo. (ALLAWI, 2007, p.52). Ayad foi escolhido como seu líder, mas ao seu lado outros importantes ex-militares sustentavam a força do grupo, como o General Adnan Nuri, o General Muhammad Abdallah Shahwani, o General Bara Najeeb al-Rubayee, o Coronel Muhammad Ali Ghani, e Salah Omar Ali al-Takriti (WURMSER, 1999, p.23).

O objetivo do INA era derrubar Saddam, fomentando um golpe liderado por oficiais militares e baathistas desertores. O grupo foi fundado com o apoio da Arábia Saudita e depois estabeleceu sua base em Amman, na Jordânia. Sua importância se dava por estabelecer conexões secretas com funcionários públicos baathistas descontentes que ainda serviam ao partido (KATZMAN, 2003, p.5). O grupo logo se tornou o primeiro na escala de importância dos EUA, em 1995 e 1996, na tentativa de articulação de um golpe militar malsucedido.

Vários aspectos fizeram de Ayad Allawi uma figura especial para liderar o primeiro governo interino após a queda de Saddam Hussein, entre junho de 2004 e maio 2005. Ele era um poderoso dissidente iraquiano cujo conhecimento e contatos ofereciam um meio potencial de influência futura, tanto por conhecer o partido por dentro - sabendo das suas fraquezas poderia pensar estratégias efetivas para derrubá-lo -, quanto por servir de inspiração a outros baathistas para uma possível deserção – possibilitando quebrar o partido por dentro.

Pessoalmente era uma figura bastante aprazível, segundo declarações dos norte-americanos que trabalharam com ele nos anos 1990. Robert Baer, ex-oficial da CIA no Oriente Médio, sugeria na época que muito do apelo de Allawi aos americanos se resume a uma questão de personalidade: “Não conheço ninguém que não goste de Allawi. Ele é complacente, um pragmático. Ele é alguém que desafia os americanos sobre seus próprios termos, mas não abrasivamente.” (*apud* ANDERSON, 2005). Além disso, Allawi era um secularista e liberal, algo positivo, pois desconsiderava qualquer alternativa política exclusivamente islâmica para suceder o poder baathista. Sua trajetória pessoal pós-Baath como membro do PNUD e “consultor informal” do MI6 revelava que era alguém consciente do que precisava ser feito para acabar com o poder dos Baath no Iraque. E, mais que isso, alguém disposto a mudar suas crenças políticas pessoais por um “novo Iraque” pós-Baathista.

Conforme veremos no capítulo seguinte, tais características fizeram de Allawi um dos preferidos dos norte-americanos para conduzir o processo de transformação política iraquiana pós-baathista.

5.2.1.5 Os hachemitas: mais simbolismo do que influência política no Iraque pós-1958

A consolidação do golpe de Estado contra a monarquia *Hachemita*, em 1958, foi um desastre para a família real. Nessa data, o então líder da revolução, Coronel Abd al-Karim Qassim, demandou a urgente retirada dos *hachemitas* do palácio real em Bagdá. No palácio estavam o rei Fayṣal II, o príncipe herdeiro, Abd al-Ilah, a princesa Hiyam,a mãe da princesa, Nafissa Abdul Ilah; a princesa Abdiya, tia materna do rei e vários servos.Quando todos eles chegaram ao pátio, foram orientados a se virar em direção à parede do palácio, e todos foram fuzilados pelo Capitão Abdus Sattar As-Sab (TRIPP, 2007, p.142). Os demais membros da família real, de segundo grau, se exilaram do país com medo do mesmo fim (BATATU, 895). Desses, Sharif Ali Bin Al-Hussein, primo materno do rei Fayṣal II, era a mais notória figura *hachemita*, interpretado pelos monarcas como possível herdeiro do trono, no caso de um retorno ao sistema político monárquico.

Então, Ali bin al-Hussein e sua família (sua mãe, esposa e seus três filhos) passaram um mês na embaixada da Arábia Saudita, em Bagdá. Os líderes do golpe insistiram que eles deixassem o Iraque e viajassem para o Egito com passaportes comuns. Eles moraram por um tempo no Líbano, onde Al-Hussein obteve seu diploma do ensino médio na *Brummana High School*, e finalmente se mudaram para Londres, onde obteve sua formação superior de Bacharel em Economia, pela University of Nottingham, e mestrado em Economia, pela University of Essex (ICM, 2003). Ali Bin Al-Hussein atuou como investidor financeiro durante boa parte de sua vida tendo conexões com uma parteda elite econômica iraquiana antisaddamista, como o banqueiro Ahmad Chalabi. Inclusive, Sharif Hussein era investidor na Socofi, uma *holding company* da família Chalabi, com sede na Suíça (ROSTON, 2009, p.48).

Durante o auge do Partido Baath no poder, não há evidências de uma real oposição monárquica por parte da elite *hachemita* baseada em Londres. Ainda sim, Sharif Ali bin al-Hussein também era conhecido por ser um opositor do governo baathista de Saddam. No entanto, manteve-se longe dos assuntos políticos iraquianos e nunca organizou nenhum movimento revolucionário de fato. Apenas em 1991, Sharif Ali Bin Al-Hussein decidiu deixar de lado sua carreira de investidor em Londres. No mesmo ano, se tornou um dos membros do INC que pretendia desencadear a derrubada de Saddam Hussein do trono de chefe de Estado.Nessa época, advogava em nome de um movimento monárquico constitucional iraquiano, ainda informal. Ele acreditava que o modelo adequado para o Iraque pós-Saddam deveria ser monárquico constitucional centralizado baseada no reino *Hachemita* (ICM, 2003).

Durante os anos anteriores à invasão de 2003, Sharif Al-Hussein trabalhou com os opositores para promover a derrubada de Saddam. Ele participou de reuniões com Madeleine

K. Albright, Colin L. Powell e Al Gore, em seu escritório em Bagdá quando retornou ao Iraque semanas após a derrubada de Saddam Hussein (ICM, 2003). Ao retornar ao Iraque, tranformou o movimento monárquico (MMC) informal em um partido político, o ICM, que disputaria dentro do novo quadro democrático iraquiano uma representatividade política para implementar, se possível, o modelo constitucional monárquico. No entanto, a representatividade prática do ICM era relativamente baixa se comparado aos grupos políticos iraquianos pós-Saddam predominantes como o KDP, PUK, Dawa e o SCIRI.

Por isso, cabe destacar que, dentre os grupos políticos da oposição baathista mencionados anteriormente, o ICM deve ser considerado pequeno, tendo pouca contribuição efetiva para o movimento antissadamista (KATZMAN, 2003, p.6), mas relevante mediante o simbolismo representativo da elite *hachemita* na história iraquiana. Al-Bayati (2002), na época representante do SCIRI em Londres, afirmava que quem "bancava" os *hachemitas* como parte da elite da oposição era o próprio Ahmed Chalabi: "Senti que Chalabi havia convencido os americanos a convidar Sharif Ali [para o grupo de oposição ao Baath] (...) Sharif Ali fazia parte da INC e aliado de Chalabi." (AL-BAYATI, 2014, p.146, tradução nossa). No entanto, a representatividade de um grupo político que perdurou por mais de 40 anos no poder do Iraque tinha um peso simbólico. Além disso, a liderança de Sharif Al-Hussein, como Ahmad Chalabi e Ayad Allawi, representa figuras da elite iraquiana bem-sucedida financeiramente no exterior que tratou de advogar por um novo Iraque moderno e liberal – e, no caso particular do ICM de Sharif Al-Hussein, por um modelo monárquico:

> O problema com as repúblicas no Oriente Médio, particularmente no Iraque, é que qualquer partido político que assuma o governo usa os recursos do governo para manter seu próprio poder. Uma monarquia quebraria esse ciclo. Não seria dependente ou tendencioso de interesses especiais, mas teria a confiança e o respeito de todas as partes e etnias. O papel da monarquia seria o de fiador da constituição e de garantir a independência das instituições nacionais, incluindo o exército (AL-HUSSEIN *apud* GARDELS, 2003, p.47, tradução nossa).

Mas isso nunca realmente foi conquistado, tampouco teve apoio público para ganhar qualquer possibilidade de implementação. De tal maneira que o ICM é um partido secundário ou terciário na ordem de relevância representativa política no Iraque pós-Saddam.

### 5.2.2 Um balanço da elite iraquiana não-governante nos anos 1960 a 1990

Diversas trajetórias, dimensões e motivações consolidaram diferentes grupos/figuras de oposição ao Partido Baath, no Iraque. Evidentemente, apesar da ascensão política dos Baath iraquianos, seria impreciso dizer que o Iraque baathista era estável e a sustentação

política do partido foi segura durante seus anos de auge nas décadas de 1970 e 1980. Suas estratégias de punho firme contra seus opositores internos – muitos deles tendo que exilar-se do país para sustentar sua oposição – revelam como os baathistas estabeleceram uma linha dura contra seus oponentes políticos.

Diante dessa breve explanação que considera os principais grupos e figuras de oposição ao Partido Baath no Iraque, entendemos que uma análise final seja importante. O Dawa, o SCIRI, o KDP, a PUK, as figuras individuais de Ahmad Chalabi e Ayad Allawi, bem como os herdeiros *hachemitas* instalados em Londres representam figuras contrahegemônicas com mais ou menos intensidade de oposição aos baathistas durante a segunda metade do século XX. Majoritariamente cada um agindo de maneira relativamente isolada entre si, contando com apoios parciais de aliados estratégicos regionais e internacionais. Dentre eles o Irã, a Jordânia, a Síria, os EUA e a Grã-Bretanha, em distintos momentos nas referidas décadas. Cabe mencionar que a alteração nas táticas de política externa desses Estados mencionados gerou nuances importantes na potencialização, ou não, das agendas transformativas, ou até revolucionárias desses grupos/figuras de oposição.

Evidentemente a oposição islâmica representada pelo Partido Dawa, e posteriormente também o SCIRI, e a oposição curda iraquiana representam os dois maiores conjuntos sociais que fizeram esforços contra-hegemônicos durante a era Baath. Eles representam forças sociais de alto impacto na sociedade iraquiana. Suas lideranças com alto alcance popular compuseram a base social mais solida de apoio à remoção de Saddam Hussein, em 2003.

Notadamente, em um contexto de ações contrainsurgente ativas do Partido Baath para perpetuação do seu poder no Iraque, apenas era possível a ascensão de grupos opositores fortes do lado externo às fronteiras iraquianas. Tanto os partidos políticos islâmicos quanto os curdos têm suas origens associadas ao apoio iraniano. Particularmente, o Dawa e o KDP foram constituídos em solo iraniano, enquanto o SCIRI, desde o início de sua existência, associava seu projeto de poder à mímese da revolução islâmica iraniana, de 1979.

Síria e Jordânia que compõem o entorno regional oeste da fronteira iraquiana também foram espaços importantes para consolidação de grupos políticos da oposição, como foi o caso da PUK, inaugurada em Damasco, na Síria, em 1975, e do INA de Ayad Allawi, criado em 1991, operava as ações do grupo desde a Jordânia. Ainda sim, outros membros importantes o INA operavam de outras localidades, como era o caso do general Adnan Nuri que operava de Londres. A capital britânica, inclusive, é espaço crucial para a interlocução entre essa elite da oposição, ainda que timidamente antes dos anos 1990. O INC, liderado por

Ahmad Chalabi, foi expulso do Iraque em 1996 e ficou baseado em Londres até que sua liderança retornasse a Bagdá. De Londres também se pode identificar a morada da família herdeira da dinastia *hachemita* iraquiana, representada por Sharif Ali Bin Al-Hussein. A partir de 1992, também contou com uma base fixa do SCIRI, liderado por Hamid Al Bayati.

Cabe destacar que a notoriedade de liderança de Ahmad Chalabi e Ayad Allawi também consistiram em uma base individual de força antibaathistas. De origens semelhantes, ambos os herdeiros de famílias da elite iraquiana durante os anos da monarquia Hachemita, mas de trajetórias bastante distintas. Ahmad Chalabi construiu sua carreira majoritariamente no entorno capitalista financeiro à frente do *Petra Bank*, onde pode estender sua gama de parceiros no exterior, desde empresários, políticos internacionais, funcionários públicos importantes até mesmo notórios jornalistas; e desse envolvimento se tornou uma figura importante de articulação antibaathista, sob a liderança do INC, nos anos 1990. Já Ayad Allawi construiu sua carreira como um ex-baathista desertor, um dos grandes pioneiros, membro do partido que se voltou contra a elite governante baathista iraquiana, o que o fez peça importante na articulação antibaathista na década de 1990, com a liderança do INA.

**Tabela 3. Grupos de oposição baathista e suas principais lideranças**[151]

| Nome | Fundação | Origens e resistência ao regime Baathista |
|---|---|---|
| Partido Democrático Curdo (KDP) | 1946 | Foi criado em Bagdá em agosto de 1946. Sua criação foi em resposta ao desejo de Mustafa Barzani de se tornar financeiramente e politicamente independente de Qazi Muhammad e da República Mahabad do Curdistão, localizada no Irã. O KDP tornou-se o braço iraquiano do KDPI. Trabalhou pela busca de autonomia política do Curdistão Iraquiano. Enfrentou os regimes políticos republicanos (Qassim, os irmãos Aref, e os baathistas) até finalmente conseguir o estabelecimento de uma região autônoma do curdistão iraquiano em 1991 (HEVIAN, 2013). |
| Partido Dawa | 1958 | Dentre os partidos islâmicos iraquianos, o Dawa tem a mais longa história de atividade política comunitária organizada. Foi fundado no contexto da Revolução de 1958, por um clérigo xiita iraquiano, o aiatolá Mohammad Baqr Al Sadr, um associado do aiatolá iraniano Khomeini. Al-Sadr foi enforcado pelo regime iraquiano, em 1980,pela alegada responsabilidade do Dawa em fomentar a agitação anti-regime xiita após a revolução islâmica no Irã, de 1979. Sofreu diversas readaptações na partir dos anos 1989, à medida que outros grupos políticos islâmicos se desmembraram do Dawa (SHANAHAM, 2004b). |

151 Não seria absurdo algum leitor considerar também o ICP ator de oposição ativa ao regime Baath iraquiano. É verdade que o ICP será oposição aos baathistas desde o momento que derrubam o governo dos Oficiais Livres, em 1968. Robert Rabin (2002) dá especial destaque aos comunistas iraquianos nesse sentido. No entanto, aqui damos destaques àqueles grupos/figuras que tiveram uma interlocução intensa com os EUA na oposição ao regime Baath. Os comunistas eram atores os quais osEUA consideravam perigosos no contexto da Guerra Fria, portanto, os seus cálculos estratégicos de política externa para o Iraque levaram em conta justamente a tentativa de apagamento dos comunistas iraquianos do quadro político no país.

| | | |
|---|---|---|
| União Patriótica do Curdistão (PUK) | 1975 | Foi criada em 1 junho de 1975, no Iraque, por Jalal Talabani, que permaneceu àfrente do partido até sua morte em 2017. Foi fundada após a derrota da rebelião curda liderada por Mustafa Barzani. Junto com seus amigos próximos, Nashirwan Mustafa Amin e Ali Askari, Talabani anunciou o estabelecimento da PUK em Damasco, Síria. Desde então, PUK e KDP tornaram-se os dois maiores partidos rivais da região (rivalidade equilibrada), que foi superada por intermediação norte-americana, desde 1998(HEVIAN, 2013; GUNTER, 2009). |
| Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque (SCIRI) | 1982 | Foi estabelecido por membros do Partido Dawa exilados no Irã diante das perseguições do regime Baath, em 1982, sob a liderança de Muhammad Baqir al-Hakim. Al-Hakim era um defensor da visão de Khomeini de *wilayat al-faqih*[152] e, em seguida, estabeleceu relações extremamente estreitas com o governo iraniano. Enquanto muitos membros do Dawa seguiram o exemplo de al-Hakim, outros se recusaram a reconhecer o aiatolá Khomeini como seu *marja* [153] e buscaram manter sua independência do controle político e ideológico iraniano.Desde o seu início, o SCIRI foi um instrumento iraniano que buscava exportar a Revolução Islâmica derrubando o regime Baath, seguido pela instalação de um Estado xiita sob governo clerical direto(SHANAHAN, 2004a; ISAKHAN; MULHERIN, 2018) Nos anos 1990, compôs o grupo de oposição antisaddamista mais próximo dos EUA e da Grã Bretanha, tendo representação política em Londres. |
| Al-Wifak (INA) | 1991 | Composto principalmente de ex-militares e funcionários de segurança retirados do Partido Baath de Saddam Hussein, o grupo tinha base fixa em Amã, na Jordânia, comligações com a CIA e era liderado por Ayad Allawi. Antes de sua formação oficial, já havia especulações sobre o contato não-oficial destes com o serviço de inteligência britânico o MI6. |
| Congresso Nacional Iraquiano (INC) | 1992 | O INC serviu como o veículo para o apoio dos EUA, foi formado quando as duas principais milícias curdas – o KDP, liderado por Masud Barzani, e a PUK, liderada por Jalal Talabani – participaram de uma reunião, em junho de 1992, em Viena, com dezenas de grupos de oposição. Em outubro de 1992, os principais grupos xiitas entraram na coalizão quando oINC se reuniu no norte do Iraque controlado pelos curdos. Selecionado para presidir o Comitê Executivo do INC foi Ahmad Chalabi. Posteriormente, o INC deixaria de ser uma coalizão partidária e passou a ser considerad um partido político secular autônomo no Iraque. |
| Movimento da monarquia Constitucional (ICM) | 2003 | Liderado por Sharif Ali bin al-Hussein, herideiro dos monarcas *hachemitas* que governaram o Iraque desde 1921 até 1958. Após o golpe de 1958, a elite *hachemita* que sobreviveu migrou para Londres e esteve distante das questões políticas iraquianas, sem apresentar grandes ameaças para os baathistas enquanto estiveram no poder. Em 2003, se associaram à nova elite do poder iraquiana como um grupo que, dentro da proposta republicana democrática, tentaria iniciar um movimento monárquico que recuperasse as origens do poder monárquico. Ainda hoje o ICM continua a realizar movimentos para ser capaz de restaurar o sistema monárquico no Iraque (ICM, 2020). |

Fonte: próprio autor desta tese.

152Significa algo como a "Autoridade e Qualificações do Chefe de um Governo Islâmico", mais informações: <https://www.al-islam.org/pt/al-tawhid/vol-3-n-1/wilayat-al-faqih-its-meaning-and-scope-ali-akbar-fayd-mishkini/introduction> acesso em 13/10/2021.

153 Significa algo como "fonte a imitar / seguir" ou "referência religiosa". Mais informações acessar:<https://www.al-islam.org/ask/topics/4369/questions-about-Marja%27> acesso em 13/10/2021

Consideramos que a oposição iraquiana não é produto nem da primeira (1980-1988) nem da segunda (1990-91) Guerras do Golfo. Ao longo de sua história moderna, o Iraque teve uma oposição ativa durante o governo do Partido Baath,desde 1968, e particularmente depois que Saddam Hussein se tornou presidente, em 1979. Seus empreendimentos transformativos não foram bem-sucedidos mediante à supressão ativa do governo Baath. As forças da oposição foram atormentadas pela fragmentação e desordem, em parte devido à repressão implacável do regime e sua capacidade de explorar as rivalidades internas (RABIL, 2002).

Dessas peças políticas de oposição ao regime baathista, temos que o elemento comum que acaba por uni-los são os EUA, particularmente a partir dos anos 1990. Mas antes de analisar o processo de trabalho conjunto entre essas elites iraquianas não governantes e essa nação, consideremos como se deu a política internacional dos EUA no Iraque no período precedente, nos anos da Guerra Fria.

## 5.3 Relações Internacionais do Governo dos EUA com os Iraquianos durante a Guerra Fria

Segundo Willian Quandt (2012), a presença ativa dos EUA no Oriente Médio é tema de prioridade em termos de política externa desde a segunda Guerra Mundial. Na verdade, o envolvimento dos EUA naquela regiãoantecede essa data, começando com a administração do presidente Thomas Jefferson, que tentou parar a pirataria do Império Otomano nas províncias do Norte da África (ou Barbária), no início do século XIX. Era uma guerra para garantir a liberdade de navegação em alto mar, essencial para o comércio dos EUA.

Nesse tempo, a interação e o interesse dos EUA pelo Oriente Médio se limitaram às atividades privadas de missionários e mercadores. No século XX, porém, a Primeira Guerra Mundial impulsionou os EUA para o cenário mundial – e para a política europeia – em um papel que nunca visto antes. À medida que a guerra terminava, os EUAvoltaram-se para participar das negociações sobre o que seria feito com as províncias do derrotado Império Otomano. Ainda sim, não existia uma estratégia sistemática de política externa para a região até o início da Guerra Fria. Os EUA acreditavam que uma política externa ativa no Oriente Medio poderia impedir Moscou de estender sua influência na região após o enfraquecimento das posições imperiais britânicas e francesas(LESCH, HAAS, 2012, p.15-16).

Os EUA intervieram militarmente no Líbano, em 1958 e 1982, e no Kuwait, em 1990, fizeram ações militares pontuais no Sinai e na Cisjordânia, bem como executaram diversas intrusões indiretas via ações secretas, desde 1940.Seu crescente *status* no Oriente Médio, fez

dos EUA um ator acionado por diversas vezes, seja como possível aliado nas lutas políticas de determinados grupos da região, seja como exemplo de dominação e exploração, de tal maneira visto como "inimigo" (HALLIDAY, 2005, p.139). No Iraque, o caso não é diferente.

Pode-se dizer que a década de 1950 marca as primeiras movimentações de política externa norte-americana para o Iraque[154]. Em uma observação perspicaz feita durante uma reunião do Conselho de Segurança Nacional dos EUA (CSN) em janeiro de 1959, o Secretário de Estado, John Foster Dulles, observou que o país "não era suficientemente sofisticado" (*apud* GIBSON, 2015, p.XIII) para se intrometer na complexa mistura de política interna iraquiana. Como o núcleo duro da política externa americana se concentrou na URSS por quase 50 anos, os países periféricos – como Coreia, Vietnã, Cuba, Afeganistão, Iraque, etc – foram importantes campos de batalha da Guerra Fria. Portanto, dentro dos paradigmas da Guerra Fria, buscava no Iraque um aliado árabe para consolidação de sua agenda política internacional liberal, principalmente pautada na contenção anticomunista e o acesso ao mercado mais promissor da região: o petróleo. Com o enfraquecimento soviético e sua posterior desintegração nos anos 1990, essa agenda passou a incluir como premissa a promoção de democracia e livre-mercado na região em contrapartida aos "párias" da região. A narrativa de Estados-pária dos anos 1990 renova a estratégia dos EUA no Oriente Médio, particularmente, alterando a postura do país perante o Iraque.

Sob os aspectos iniciais da estratégia norte-americana pós-Segunda Guerra Mundial para o Oriente Médio, o Iraque se enquadrava dentre aqueles que não geravam grandes preocupações. O país sob a monarquia *Hachemita* representava a sustentação de uma sólida base aliada entre uma parcela da elite árabe e o mundo ocidental. Segundo o pesquisador Alber Hourani (1953), em sua famosa análise sobre o declínio do Ocidente no Oriente Médio escrita no início dos anos 1950, os russos eram relativamente ausentes e desconhecidos para as elites políticas do Oriente Médio. Isso significa que nesta época não havia conexões políticas tão latentes dos soviéticos na região. Sobre o aspecto econômico, dos acessos aos recursos energéticos, o petróleo, em especial, não adquiriu uma dimensão de segurança estratégica dos EUA até a Segunda Guerra Mundial. Assim como os britânicos no início do século XX, os EUA também viram o valor estratégico do petróleo do Oriente Médio, traduzido nos acordos concessionários estabelecidos em paralelo com o desenvolvimento dos

[154] No entanto, não se deve ignorar a presença do capital norte-americano no Iraque desde as primeiras disputas pelas concessões petrolíferas no Iraque no contexto pós-Primeira Guerra Mundial. As *Standard Oil's* norte-americanas tinham fatias importantes dos acessos petrolíferos iraquianos. Os britânicos concederam espaço aos EUA na TPC, e em 1923 foi acordada acomodação de um quarto do capital social da empresa.

Estados pós-otomanos da região. E essa estrutura de acesso ao petróleo do Oriente Médio por via das concessões se manteve relativamente tranquila até 1945 – havia movimentações de revoltas, mas que não significaram grandes alterações nas estruturas legais do sistema de concessão nos principais Estados petrolíferos (HUDSON, 1996, p.332).

No entanto, os acontecimentos durante os anos 1950 e 1960 revelaram a extensão do problema: golpes ou levantes nacionalistas ocorreram no Egito, no Irã, no Iraque, na Jordânia, no Líbano, na Líbia, no Iêmen do Norte e do Sul, no Sudão e na Síria geraram instabilidade. Somam-se a isso, as erupções em curso (1956, 1967, 1969-70) no conflito árabe-israelense. Se a resposta dos EUA a tudo isso foi muitas vezes improvisada e contraditória, os resultados não foram totalmente negativos (HUDSON, 1996, p.331). Especialmente no Iraque, a Revolução iraquiana de 1958 obrigou os norte-americanos a redesenharem seus planos para o país. Seu envolvimento por meio de *covert actions* no golpe de 1963 alterou os rumos políticos do Iraque auxiliando para a ascensão de grupos políticos da sociedade iraquiana, sem vínculos com a elite tradicional – a monarquia *hachemita* e aqueles que o cercavam – nem com a elite militar – os Oficiais Livres dissidentes do exército.

A decisão política de Qassim em retirar o Iraque do pacto antissoviético de Bagdá e nacionalizar parcialmente a *IPC*, desprivatizando o consórcio de petróleo internacional no país, eram motivos suficientes para instigar o movimento intrusivo dos EUA no Iraque (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.74). Os norte-americanos tiveram participação intensiva no processo que culminou na Revolução de 1963[155]. Desde então, uma articulação com a nova elite do poder no Iraque procedeu como consequência.

Do ponto de vista norte-americano dois temas foram cruciais, nessa fase pós-Segunda Guerra Mundial no que se referia ao Oriente Médio. Primeiramente, manter seus privilégios no alcance do petróleo da região, buscando, de preferência, manter as bases legais estabelecidas no início do século XX. Em seguida, ao perceber a relevância da região para seus cálculos estratégicos da Guerra Fria, devia construir sólidos aliados e impedir a aproximação dos países do Oriente Médio à URSS (WALKER, 2003). Sem compreender as dinâmicas regionais do Oriente Médio e internacionaisna década de 1960, não é possível compreender a prática política dos EUA para o Iraque, em direção à Revolução de 1963. A política secreta de apoio à revolução no Iraque se enquadra dentro de uma estratégia de

155 Conforme apontam Copeland (1969),Wolfe-Hunnicutt (2014), Aburish (2001), Walker (2003), Cockburn e Cockburn (1999), Al-Bayati (2014) e Gibson (2015).

resposta ao nacionalismo econômico em países da periferia do sistema mundial, o que revela muito sobre a natureza do poder americano (WOLFE-HUNNICUTT,2014, p.100).

### 5.3.1 Relações preliminares entre EUA e Baathistas (1958-1963)

Antes mesmo do golpe de 1958, a administração dos EUA estruturou sua estratégia no Oriente Médio em termos da "Doutrina Eisenhower" – uma iniciativa de 1957, que prometia proteção militar e US$ 200 milhões em ajuda anual aos Estados árabes que resistissem à agressão armada aberta de qualquer nação controlada pelo "comunismo internacional"[156]. Os legisladores americanos estavam profundamente divididos entre uma fração intervencionista de linha dura e uma fração anti-intervencionista mais complacente. Os "linha-dura", com raízes principalmente na *Central Intelligence Agency* (CIA), no *Joint Chiefs of Staff* (JCS) e no *National Security Council* (CSN), consideraram a derrubada dos *hachemitas* um ato de insubordinação que ameaçava a ordem geopolítica da região e seus fundamentos econômicos. Estes "linha-dura" favoreceram a intervenção secreta com o objetivo de restaurar um regime cliente confiável no Iraque. Em contraste, a fração "acomodacionista", abrigada no DoE de Assuntos do Oriente Médio, considerava a ordem política conservadora do regime *Hachemita* inerentemente instável e via a reforma social e o desenvolvimento econômico como a chave para a preservação dos "interesses ocidentais" na região (WOLFE-HUNNICUTT, 2014).

Após a revolução do Iraque de 1958, a política do governo Eisenhower preocupava-se dos rumos políticos do Iraque visto o flerte do novo regime com o ICP e seu suposto patrono soviético (GIBSON, 2015, p.1). Inicialmente os norte-americanos apoiaram o novo governo iraquiano dentro da prerrogativa de que o país permaneceria dentro da agenda anticomunista (do Pacto de Bagdá, de 1955) inclusive se colocando à disposição para reforçar o sistema aéreo do Iraque (USA, 1958). Na verdade, a posição norte-americana ao Iraque durante quase toda a década de 1950 era relativamente menos relevante que outros vizinhos árabes e persas no Oriente Médio. No primeiro mandato presidencial de Eisenhower, os "problemas" para os

---

156 Uma das primeiras e mais celebradas ações secretas dos EUA naquela década ocorreu no Irã em 1953, quando agentes da CIA planejaram e executaram um golpe militar que derrubou o primeiro-ministro, Mohammed Mossadegh, nacionalista iraniano que tinha como intenção promover políticas antiocidentais no Irã. Na Síria, em um contexto pós-independência instável, os EUA procuraram estabelecer indiretamente influência para a consolidação de um governo pró-ocidente (como na Turquia e no próprio Irã). No entanto, o cenário foi mais complexo para os EUA, por consequência da ascensão de movimentos nacionalistas árabes, devido ao "espírito" de Suez, em referência à nacionalização do Canal por parte do governo de Gamal Nasser. O Egito, que era um parceiro norte-americano até 1956, tornou-se um problema não apenas ao nacionalizar o canal, mas ao estabelecer relações bilaterais mais fortes com o regime soviético da URSS e ao elaborar um plano de um novo Estado árabe amplo no Oriente Médio materializado com a RAU, em 1958. (LITTLE, 2004)

EUA vinham do Irã e do Egito/Síria que formariam em 1958 a RAU.Assim, foi empreendido um esforço para conter a influência do pan-arabismo nasserista após Guerra de Suez, de 1956.

Já no seu primeiro ano no poder, Qasim anunciou a saída do paísdo Pacto de Bagdá, desencadeada por objeções à intervenção dos EUA na crise de 1958 no Líbano[157]; a decisão afetou amargamente nas relações EUA-Iraque. O cenário piorou quando Qasim, embora não fosse comunista, contou com o apoio do ICP para suprimir conspirações nacionalistas dentro do Exército e mobilizar multidões anti-sindicais em protestos de rua no Iraque. Em agosto de 1958, Qasim formou a Força Revolucionária Popular, uma milícia liderada pelos comunistas para enfrentar os adversários nacionalistas. Os fatos demonstravam a extensão da dependência de Qasim do apoio comunista, que recompensava os líderes do ICP com cargos de alto escalão dentro de seu governo. O ápice da vontade intervencionista e golpista norte-americana veio quando Qasim interferiu nas estruturas econômicas do petróleo no país conforme iniciara o processo de nacionalização da IPC (WOLFE-HUNNICUTT, 2014).

Naquele momento, Abdul Qassim declarava que pretendia uma posição não alinhada ao contexto da Guerra Fria. Em 3 de dezembro de 1958, um oficial iraquiano não identificado[158] abordou secretamente a embaixada dos EUA em busca de fundos para um golpe anti-Qassim(LITTLE, 2011, p.694). Conforme o telegrama 1777, de 5 de dezembro, do DoE dos EUA para sua embaixada em Bagdá, assumia-se que indiretamente os EUA estavam trabalhando contra o governo do Iraque. De acordo com o telegrama 1781 de mesma origem, um oficial da embaixada se reuniu com um líder iraquiano não identificado e apresentou esses pontos de necessidade de derrubar o governo dos Oficiais Livres Iraquianos. Em seguida, esse iraquiano respondeu que o golpe dependia de assistência financeira dos EUA(USA, 1958b).

Naquele momento, a política externa dos EUAera sua própria natureza, reativa, respondendo às ameaças – tanto reais quanto imaginárias –conformeapareciam (GIBSON, 2015, p.xiii). A luta pelo poder, que surgiu no outono de 1958, e colocou Qassim e seus aliados comunistas contra nacionalistas árabes inspirados por Nasser, representados no Iraque pelos baathistas, levantou preocupações entre as autoridades americanas de que os soviéticos poderiam usar a crise para pular o escudo de contenção norte-americano e estabelecer uma presença nas regiões-chave do Levante, Golfo e Oceano Índico (GIBSON, 2015, p.29).

---

[157] Não podemos ignorar o fato de que essa ação militar dos EUA e da Grã-Bretanha, em que enviaram fuzileiros navais e para-quedistas para apoiar os regimes conservadores no Líbano e na Jordânia, veio em resposta ao golpe no Iraque, temendo que a revolução no Iraque se espalhasse. Americanos e britânicos se reuniram para discutir planos de contingência para intervenção militar conjunta para defender os campos de petróleo do Kuwait e da Arábia Saudita.

[158] Em todos os documentos desclassificados FRUS, os nomes dos oficiais iraquianos foram omitidos.

A característica secular, modernizadora e jovem do partido Baath agradava, aos olhos norte-americanos, vendo nele uma possibilidade evidente de contar com aliados anticomunistas no país (MATTHEWS, 2011). Em abril de 1959, o CSN estabeleceu um Comitê Especial sobre o Iraque (SCI) para reexaminar a situação e propor várias contingências para evitar uma tomada comunista do país.

As relações do Iraque com o resto do mundo, em 1959 e 1960, refletiram e influenciaram o que estava acontecendo internamente no país. Houve uma estranha convergência entre a política britânica e a da URSS em relação ao país. Como argumenta Nigel Ashton (1993), ao contrário da literatura que aponta uma ampla cooperação contínua entre britânicos e norte-americanos durante a Guerra Fria[159], as percepções de ambos em relação ao Iraque não eram tão alinhadas. Os britânicos apoiaram Qassim, porque pensaram que os nacionalistas árabes, incluindo os baathistas, que clamavam pela unidade com Nasser, eram o perigo real para os interesses britânicos e ocidentais, e não para os comunistas. Por outro lado, os EUA viam o comunismo como o maior perigo. Naquele momento,ocorreu uma divisão entre a Grã-Bretanha e os EUA e uma aliança implícita EUA-Nasser com o objetivo de impedir os comunistas de assumir o controle do Iraque. Naturalmente, os baathistas seguiram Nasser (ABURISH, 2001, p.51).

Ao longo da primavera de 1959, o SCI e o CSN se reuniram regularmente para discutir a crise contínua do Iraque. Durante esse tempo, divisões claras sobre como responder ao Iraque foram evidentes. Por um lado, o DoE continuou a pedir uma "política de não-intervenção", afirmando que o resultado de uma intervenção poderia ser pior do que não agir. Afinal, poderiam emergir inimigos piores que os Oficiais Livres. Por outro lado, a CIA e o DoD achavam que não intervir era um erro, já que a crise havia chegado aum ponto decisivo e exigia uma ação imediata, ou ao menos um planejamento de contingência caso os comunistas realmente tomassem o poder. O secretário de Estado adjunto, William Rountree, concordou e ordenou que a CIA e a Defesa preparassem planos de contingência (GIBSON, 2015, p.20).

Ao longo de 1961, uma série de crises no Iraque testou severamente o compromisso do governo Kennedy com o país. O primeiro quando a Grã-Bretanha concedeu independência formal ao Kuwait, em junho. Em resposta ao Acordo Anglo-Kuwaitiano, Qasim reviveu uma

---

[159] Essa relação de cooperação ficou largamente conhecida na literatura como *Special Relations*, entre EUA e Grã-Bretanha, sobretudo na voz de John Dumbrell, em *A Special Relationship: Anglo American Relations in the Cold War and After* (London: Palgrave Macmillan, 2006). O termo "Relações Especiais" foi usado pela primeira vez publicamente em referência à aliança entre o Reino Unido e os EUA por ninguém menos que Winston Churchill, expulso de *Downing Street* e ao realizaruma turnê de palestras pelos EUA, em 5 de março de 1946. Harry S. Truman estava na Casa Branca e acompanhou Churchill nessa ocasião fatídica.

antiga reivindicação iraquiana de soberania sobre o Kuwait. Como resultado, o então primeiro-ministro Abd al-Karim Qasim ficou isolado, sem apoio dos estados vizinhos (KINNINMONT; STANSFIELD; SIRRI, 2013, p.5). O enorme custo da campanha militar do governo (estimado em US $ 60 milhões) e seu fracasso em alcançar a vitória estavam entre os fatores que contribuíram para a derrubada de Qasim (CLEVELAND, BUNTON, 2009, p.330).A segunda crise se deu quando os líderes curdos buscaram apoio dos EUA para uma revolta separatista em setembro, mas foram sumariamente rejeitados. Os norte-americanos consideravam delicado mover peças em uma região que poderia ser facilmente incorporada ao império soviético. A terceira crise, e a mais grave, tomou forma em dezembro de 1961, quando Qasim confrontou a IPC. Qasim emitiu a Lei Pública 80, decreto histórico que transferia unilateralmente o controle de todas as áreas não produtoras para monopólio nacional (WOLFE-HUNNICUTT, 2014). Foi a gota d'água para os norte americanos.

Quando a revolução ocorreu, em 1963, logo se suspeitava do envolvimento norte-americano no processo, ainda que não se assumisse formalmente. Os documentos dos EUA (FRUS) mostram uma confusão significativa sobre qual dos muitos grupos que conspiraram contra o regime realmente atacou primeiro; e só mais tarde surgiu que uma coalizão do Partido Baath e militares foi responsável. (GIBSON, 2011, p. 57).

Anos depois o chefe da CIA de Assuntos para o Oriente Médio da época, James Critchfield[160], afirmou em entrevista para os jornalistas Cockburn, em 1991, que "nós realmente 'cruzamos os *t*'s'[161] sobre o que estava acontecendo (...) nós consideramos isso como uma grande vitória" (CRITCHFIELD *apud* COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.74, tradução nossa). O secretário geral do Partido Baath, Ali Saleh Saadi, também confirmou: "nós chegamos ao poder na esteira da CIA" (SAADI *apud* COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.74, tradução nossa). A assistência da CIA incluiu a coordenação do golpe da estação da agência na embaixada dos EUA em Bagdá, bem como estações de rádio clandestinas no Kuwait, e a solicitação de conselhos de todo o Oriente Médio sobre quem deveria ser eliminado assim que o golpe fosse bem-sucedido (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.74).

---

160 "Em 1961 e 1962, aumentamos nosso interesse no Baath - não para apoiá-lo ativamente - mas política e intelectualmente, achamos o Baath interessante. (...) Nossa análise do Baath foi que ele era comparativamente moderado na época e que os EUA poderiam facilmente se ajustar e apoiar suas políticas. Portanto, observamos a longa e lenta preparação do Baath para assumir o controle. Eles planejaram fazer isso várias vezes e adiaram. Estávamos mais bem informados sobre o golpe de 1963 em Bagdá do que sobre qualquer outra mudança de governo ocorrido naqueles anos" (CRITCHFIELD *apud* WOLFE-HUNNICUTT, 2014, p.117, tradução nossa)

161 Expressão que significa: certificar-se de que todos os detalhes de algo estão corretos, bem acertados.

Em uma entrevista de 2004, James Akins, o Segundo Secretário da Embaixada dos EUA no Iraque, entre 1961 e 1965, confirmou a participação[162].

Será que o processo de apoiar os baathistas em 1963 a derrubar o governo de Qassim pode ser interpretado através do conceito auxiliar da Revolução passiva, o *trasformismo*? Se, por um lado, o processo de 1963 é lido pela historiografia como um processo revolucionário (revolução Ramadã), responderíamos, então, que não. Dentro desse argumento, ainda que os EUA tenham apoiado via *covert actions*, não se tratou de um processo de "importação", ou imposição de aspectos de uma nova ordem criada no exterior, senão de transformações estruturais que partiram da própria sociedade iraquiana. Por outro lado, se lermos esse processo pela perspectiva das ambições de poder dos EUA no Oriente Médio, entendemos que o apoio indireto foi crucial para o processo de transformação do Iraque, consistindo em cooptar líderes potenciais de grupos sociais subalternos, no caso os baathistas, como parte de uma estratégia de assimilar e domesticar ideias potencialmente perigosas ao *status quo*, ajustando-as às políticas da coalizão dominante e, assim, obstruir a formação de oposição organizada de classe ao poder social e político estabelecido. O objetivo do governo norte-americano no início dos anos 1960 era utilizar os baathistas como seus sequazes, portanto, sob a tentativa de enquadrá-los no "guarda-chuva" norte-americano. Os baathistas seriam os responsáveis por assegurar um Iraque anticomunista e moderno. Esperava-se, assim, que eles reproduzissem a visão de mundo, alicerçada em condições sociopolíticas e em relações de produção históricadaquele cenário de Guerra Fria a partir da agenda liberal norte-americana.

Olhemos então por essa segunda perspectiva. Conforme afirma Matthews (2011, p.636), a administração Kennedy considerava,em 1963,a ascensão do Baath ao poder como favorável aos interesses estratégicos americanos e ao desenvolvimento do Iraque. Aqueles partiam de um paradigma de desenvolvimento, postulando que os países recentemente descolonizados poderiam eventualmente alcançar economias de alto consumo com governos democráticos. Os legisladores americanos consideraram esse caminho de desenvolvimento a ser ameaçado mais imediatamente pelos movimentos comunistas endógenos e pela desordem política que eles poderiam explorar. Compreendendo essas ameaças como "problemas de desenvolvimento", o governo Kennedy refinou uma resposta política chamada "contra-insurgência". Portanto, o Partido Baath iraquiano, em 1963, seria o agente de contra-

162 "A Revolução [baathista de 1963] foi, naturalmente, apoiada pelos EUA em dinheiro e equipamento também. Não acho que o equipamento fosse extremamente importante, mas o dinheiro era para os líderes do Partido Baath que assumiram a revolução. Não foi falado abertamente – que estávamos por trás disso – mas muitas pessoas sabiam"(ATKINS *apud* WOLFE-HUNNICUTT, 2014, p.117, tradução nossa).

insurgência dirigido contra os comunistas iraquianos e cultivaram relações de apoio com oficiais Baath, comandantes da polícia e membros da milícia do Partido Baath. Os EUA, tomando conhecimento de que o regime, em seu esforço para esmagar o ICP, forte aliado dos Oficiais Livres, deteve milhares de iraquianos sem julgamento e sumariamente executou alguns deles. As autoridades norte-americanas também tinham boas razões para acreditar que os baathistas torturavam presos regularmente. Na aplicação da política de contra-insurgência, os americanos não se interessaram por relatos de violações dos DH do regime.

No entanto, como vimos, o primeiro governo Baath foi breve, durou apenas alguns meses, entre fevereiro e novembro de 1963. O objetivo geral da política do governo Kennedy em relação ao Iraque era alcançar a estabilidade interna e evitar que a URSS recuperasse sua influência. A intervenção de Moscou em apoio aos curdos e a determinação do regime de esmagá-los militarmente minou esses objetivos. Durante a primavera de 1963, o governo Kennedy pressionou o Partido Baath a fazer concessões razoáveis aos curdos, sem muito sucesso. Ao mesmo tempo, o Iraque pediuarmas, concedidas pela Casa Branca no valor de US $ 55 milhões. O auge da intriga da Guerra Fria ocorreu no início de julho, quando um golpe apoiado pelos soviéticos não conseguiu derrubar o Partido Baath. O fornecimento de mais armas pelo governo Kennedy e sua iniciativa de estabelecer um cessar-fogo demonstraram a importância que os EUA atribuíam à sobrevivência do regime e à sua importância na Guerra Fria. Mas eles foram novamente pegos de surpresa quando o regime baathista implodiu em novembro de 1963 (GIBSON, 2015, p.80).

O DoE norte-americano temia os rumos instáveis do Iraque naquele momento. O faccionalismo dentro do Partido Baath do Iraque tomou o poder, baseado em diferenças sobre a velocidade de implementação da socialização plena e a quantidade de poder a ser compartilhada com grupos não-Baathistas. Em novembro de 1963, a previsão da embaixada norte-americana em Bagdá era que existiam duas possibilidades: oestabelecimento de um regime militar, com ou sem a participação do Baath, ou de um regime dominado pelo partido (USA, 1963). Durante os cinco anos posteriores a primeira previsão prevaleceu, e, a partir de 1968, a segunda tornou-se permanente até 2003.

De maneira síncrona, a morte do presidente Kennedy, em novembro de 1963, coincidiu com a queda do breve momento do primeiro governo Baath. Quando Lyndon Johnson assumiu a presidência dos EUA, é bem verdade que o país tinha preocupações internacionais muito mais graves do que a situação iraquiana. Evidentemente, conflagrou-se um esvaziamento da diligência dos EUA com o Iraque.

Durante os quatro dias restantes na vida e na administração de Kennedy, depois que o exército iraquiano encerrou o regime baathista, não há indícios de que os principais *policymakers* americanos estivessem preocupados com os eventos em Bagdá. Em vez disso, estavam preocupados com o golpe do exército sul-vietnamita em Saigon[163]. Essa crise sucedeu-se ao presidente Johnson, e o Iraque também foi um problema menor para seu novo governo. Na época, não havia desafio no Iraque da magnitude que os EUA haviam enfrentado recentemente em Berlim, Cuba ou Laos. Na verdade, as coisas correram bem para os EUA no Iraque baathista: as relações deste com a URSS não foram rompidas, mas foram tensas quando os baathistas prenderam, espalharam e mataram membros do ICP; o Iraque não se tornou um Estado cliente americano, mas a política externa dos baathistas parecia mais autenticamente não alinhada do que a de Qassim(MATTHEWS, 2011, p.648).

Ao observar as relações EUA-Iraque entre 1958 – marco da queda da monarquia *hachemita* – e 1979[164] –, quando finalmente os baathistas integram um poder centralizado, se livrando dos principais opositores e ameaças internas na burocracia do Estado iraquiano, ficará claro que a força motriz por trás da política dos EUA ao Iraque foi a aplicação dos princípios mais amplos da estratégia da Guerra Fria no desenvolvimento político local. Em termos práticos, isso significava garantir o fluxo de petróleo da região, ao mesmo tempo em que minava a influência soviética por meio de esbanjar assistência militar, econômica e de desenvolvimento aos aliados regionais (GIBSON, 2015, p. xvi). No entanto alguns "pedregulhos" estiveram à frente dos planos norte-americanos nesse percurso.

### 5.3.2 O Comportamento oscilante dos EUA mediante a dinâmica da Guerra Fria no Oriente Médio e a tentativa de preservar o acesso ao Petróleo iraquiano na ascensão baathista.

---

163 Golpe que derrubou o presidente do Vietnã do Sul, Ngo Dinh Diem, e precipitado o rápido colapso do projeto de contra-insurgência e construção do Estado dos EUA, no Vietnã do Sul

164 O estudo de Bryan Gibson (2015) trabalha, em especial, com documentos primários desclassificados. Todos eles estão disponíveis na Administração de Arquivos e Registros Nacionais (*National Archives and Record Administration* - NARA), nas Bibliotecas Presidenciais dos EUA, disponíveis no DoE dos EUA, sob codinome *Foreign Relations of the US* (*FRUS*)<http://history.state.gov> e nos Arquivos Nacionais Britânicos (*British National Archives*BNA). Conforme informamos na introdução desta tese, aqui particularmente tivemos acesso aos documentos do DoE dos EUA – *FRUS* – do governo Eisenhower <history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v12/comp2> governo J. Kennedy <history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v18>, governo Lyndon Johnson <history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/ch4>, governo Richard Nixon <history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27>, governo Gerald Ford <history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/ch5> e governo Jimmy Carter <history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v18/ch3>. No momento em que fazíamos esta tese os documentos FRUS desclassificados dos governos Ronald Reagan, George W. Bush e Bill Clinton estavam sendo preparados para publicação conforme consta no próprio site oficial do *Office of the Historian,* do DoE dos EUA.

Em meados da década de 1960 e 1970, a hegemonia dos EUA no Oriente Médio incluía os serviços de cinco países “fortes” na região: Irã, Turquia, Egito, Israel e Arábia Saudita. Os EUA dependiam do Irã para realizar tarefas hegemônicas na frente oriental e da Turquia para administrar seus interesses ao longo da camada norte. Mas, por causa da extrema importância do flanco árabe ocidental da região, os EUA passaram a confiar em uma aliança desconfortável do Egito, Arábia Saudita e Israel para conduzir os negócios do capitalismo global. Todos os cinco países eram hegemonias semiperiféricas (países médios) que mediavam os interesses de um capitalismo centrado nos EUA, mas, pelo menos no oeste, havia uma instabilidade regional: Israel coagiu a região com intimidação militar, o Egito guardou os assuntos políticos no mundo árabe, e a Arábia Saudita e seus petrodólares compraram a cooperação regional. Apenas o Irã e a Turquia gozavam da plena confiança dos EUA para que pudessem individualmente executar todas as três funções que no mundo árabe eram desempenhadas separadamente (TOTH, 1995, p.5).

No que se refere às relações com o Iraque, sob a presidência de Lyndon Johnson, o vínculo entre EUA-Iraque melhorou gradualmente durante as presidências nacionalistas árabes de Abd al-Salim Aref (até sua morte prematura, em abril de 1966) e de seu irmão Abd ar-Rahman Aref (que foi derrubado pelo Partido Baath, em julho de 1968), ambos membros ativos do Movimento dos Oficiais Livres na derrubada da monarquia, em 1958, mas também circulavam bem entre os baathistas. O governo dos irmãos Aref foi marcado pela tendência neutralista diante do bipolarismo da Guerra Fria, levando a relações amigáveis com os blocos oriental e ocidental na Guerra Fria. (GIBSON, 2015, p.84).

O governo Johnson adotou uma política de amizade imparcial, enquanto aguardava oportunidades de melhorar as relações EUA-Iraque. Essa abordagem resultou no fornecimento de ajuda externa, consulta política e outras formas normais de atividade diplomática ao Iraque pelo governo Johnson. Inicialmente, o contragolpe dos irmãos Aref aos Baathistas significou um compromisso dos novos Oficiais Livres no poder de retomar a situação normal e positiva com os “aliados” norte-americanos (HAHN, 2011).O embaixador iraquiano Dr. Al-Hani na época, em mensagem ao DoE dos EUA, afirmava que o Iraque dos Aref entrava em uma era de “moderação”. Disse ainda que o governo anterior (dominado pelo Partido Baath) era quase tão extremo quanto os comunistas (referindo-se possivelmente à influência comunista de mão pesada no períodoQassim) (USA, 1964a).

Segundo o secretário de Estado, Dean Rusk, “os EUA mantêm grande interesse na estabilidade e no progresso do Iraque e em sua existência tranquila em uma área de

paz."(*apud* USA, 1964b).No entanto, à medida que o regime dos Aref se consolidava, três elementos-chave testaram as relações EUA-Iraque: a questão curda e os desafios postos de se apoiar ou não a causa curda encabeçada pelo KDP no Iraque; o rompimento das relações diplomáticas durante a Guerra Árabe-Israelense (dos Seis Dias) de junho de 1967; e o segundo golpe Baathista, em julho de 1968.

Comecemos a análise desses três elementos-chave pela questão regional mais latente da década de 1960, no Oriente Médio. A guerra árabe-israelense, de junho de 1967 foi um divisor de águas na história recente da região. E afetou diretamente a relação que os EUA vinham construindo com os países árabes da região. Em particular, o confronto transformou radicalmente a natureza da política regional e a relação entre os Estados locais e as superpotências. A disputa árabe-israelense se tornou a questão de política externa individual mais dominante nas relações externas dos Estados árabes. O foco principal da instabilidade regional mudou da política entre esses países para as interações árabe-israelenses (GERGES, 2018, p.139).No caso iraquiano, levou àdecisão do governo Aref em cortar relações diplomáticas com os EUA, sob a suspeita de ajuda americana aos israelenses prejudicava os interesses dos países árabes. Foi uma brusca reviravolta na relação formal entre EUA-Iraque.

Exatamente dois meses antes do episódio, as relações formais entre os Estados eram positivas; Dean Rusk, informava a embaixada em Bagdá que as relações entre os países estavam rumando à melhora diante da implementação de novos acordos petrolíferos que envolveria a participação da multinacional petrolífera Mobil, e sobre uma agenda positiva com os iranianos, na época aliados dos EUA (USA, 1967a).Em reunião com o embaixador norte-americano em Bagdá, Robert Strong, Aref agradecia os esforços da administração Johnson em direção ao bom relacionamento e prometia continuar as conversas rumoà cooperação contínua entre as partes. (USA, 1967b).

No entanto, a crise que se desenhara no mês seguinte entre árabes e israelenses alterou bruscamente os rumos dessa relação. No dia 31 de maio de 1967, às vésperas da guerra, o conselheiro do CSN de Johnson, Walt Rostow, recomendou ao presidente norte-americano se encontrar com lideranças árabes, particularmente Adnan Pachachi[165], na época ministro do

---

165 Adnan Pachachi, mais tarde seria mencionado por muitos norte-americanos como um dos preferidos para assumir o cargo provisório de presidente do governo interino do Iraque, antes da realização de eleições democráticas, em 2005.Quase um mês após o rompimento das relações diplomáticas EUA-Iraque, o ex-embaixador, Strong, relatou: "Encontrei Pachachi (...) contando-lhe sobre minha partida de Nova York amanhã, agradecendo-lhe por sua cooperação e assistência durante minha viagem a Bagdá, expressando profundo pesar por nossas diferenças oficiais e duvidando de que o veria novamente. Pachachi lamentou que nossos esforços mútuos em Bagdá parecessem estar em vias de ser obliterados."(STRONG *apud* USA, 1967d).

Minstério das Relações Exteriores (MRE) do Iraque. “Eu acredito que você [Johnson] deveria considerar seriamente vê-lo [Adnan Pachachi]. Aos olhos dos árabes, estamos totalmente comprometidos com Israel. Seria saudável, se quisermos salvar algum dos nossos interesses árabes desta crise”(ROSTOW *apud*USA, 1967c, tradução nossa). O encontro, então, ocorreu dia 2 de junho e revelavam a gravidade da situação sobre a iminência da guerra.

Com o estouro da Guerra dos Seis Dias, no entanto, os iraquianos – em pacto de apoio militar mútuo com os egípcios–responderam aos ataques israelenses em apoio aos seus aliados árabes. Os iraquianos acabaram por se posicionar ao lado dos árabes na iminência da guerra, entendendo, conforme a narrativa egípcia, que os EUA provavelmente estavam apoiando os interesses israelenses naquele episódio. O Iraque então, rompeu relações diplomáticas com os EUA, em 7 de junho de 1967, algo que só seria retornado à normalidade com Reagan em 1984. Contudo, os países não ficaram sem interações nesse ínterim.

Durante grande parte do período 1958-75, uma questão dominante persistente afetou as relações EUA-Iraque:a guerra civil entre a população curda do Iraque e o governo central em Bagdá, que estourou em 1961 (GIBSON, 2015, p.xvii). Naquele contexto, a postura norte-americana formal sobre a questão curda revelava apostura dos EUA sobre esse assunto, como uma questão doméstica iraquiana que não deveria contar com a intrusão norte-americana: “Os EUA consideram o problema curdo no Iraque um assunto interno que deve ser resolvido internamente. Nosso governo não apóia as atividades curdas contra o governo do Iraque de forma alguma e espera que uma solução pacífica seja possível” (USA, 1962, tradução nossa).

Apesar de ser uma controvérsia acadêmica[166] se houve ou não envolvimento indireto norte-americano na insurgência curda nos anos 1960, Gibson (2015) afirma que não existem evidências suficientes que atestem qualquer envolvimento dos EUA em suporte aos curdos iraquianos até 1972. Ainda sim, foi uma questão que “atrapalhou” os planos norte-americanos de estabelecer uma aproximação pacífica e direta com o governo do Iraque em uma fase tensa da Guerra Fria e da disputa árabe-israelense. Em setembro de 1967, no auge do afastamento entre norte-americanos e iraquianos, ainda sob o regime Aref, a inteligência dos EUA afirmava o temor como uma nova ascensão curda no Oriente Médio aparecia: “As atividades

166 Alguns acadêmicos afirmam que os EUA provavelmente apoiaram os curdos nos anos 1960, como Douglas Little (2010), que afirma que, durante a administração Kennedy,os EUA desempenharam um papel no incentivo à eclosão da guerra curda iniciada em 1961, e Edmund Ghareeb (1980), que afirmou que a administração Nixon estabeleceu uma relação secreta com os curdos em agosto de 1969. No entanto, Gibson (2015) apresenta que outros analistas como Roham Alvandi, Vladislav Zubok, Galia Golan argumentaram que tal afirmação é precipitada e não há evidências nos documentos desclassificados que sustentem qualquer apoio dos EUA nos anos 1960.

de guerrilha curda contra o governo iraquiano ocorrem periodicamente há muito tempo. Agora, no entanto, novos combates na área curda podem ser um fator ainda mais perturbador em uma situação já frágil". (USA, 1967e, tradução nossa).

Peter L. Hahn (2011) sugere que os EUA lamentaram o corte das relações com o Iraque e foram forçados a monitorar eventos à distância – como o golpe baathista, em 1968 –, usando informações fornecidas pela Bélgica, que concordou em administrar uma seção de interesses dos EUA. Apesar da ajuda evidente da CIA, em 1963, o caso não foi o mesmo durante a nova revolução em 1968, na segunda tomada de poder Baaathista liderada por Ahmed Hassan al-Bakr e planejado por seu sobrinho, Saddam Hussein. Mesmo assim, ao contrário da primeira tomada de poder pelos baathistas,em 1963, esse último golpe surpreendeu e preocupou altos funcionários dos EUA. Na concepção da inteligência norte-americana eles viam que Saddam Hussein provavelmente abraçaria políticas pró-soviéticas no exterior enquanto construiria um Estado forte em casa (LITTLE, 2004, p.697).

No dia seguinte ao golpe de 1968, John W. Foster do CSN dos EUA reportou suas preocupações ao presidente sobre o episódio: "A leitura inicial da comunidade de inteligência é que o novo grupo – aparentemente baathistas – será mais difícil do que seus antecessores" (*apud* USA, 1968a, tradução nossa). A incerteza reinava. Por um lado, para os norte-americanos era positiva uma mudança no Iraque, no entanto,seu rumo preocupava.Dias depois do golpe, John W. Foster mudou para um tom mais moderado sua percepção sobre o novo governo baathista (USA, 1968b, tradução nossa). O que realmente preocupava era a ascensão de um poder forte com alto apoio popular que faria do Iraque potência regional no Oriente Médio na década de 1970.

Qualquer progresso que a administração Johnson tenha alcançado com o Iraque antes da eclosão da Guerra dos Seis Dias foi destruído quando o regime de Aref rompeu relações diplomáticas com os EUA. Isso teve um impacto tremendo na capacidade dos EUA de monitorar os eventos que aconteciam dentro do Iraque e complicou sua resposta à retirada planejada da Grã-Bretanha da região até o final de 1971[167]. Os EUA monitoraram o Iraque à distância, entre 1968 e 1975, com o objetivo de negar qualquer incursão do comunismo apoiado pelos soviéticos e prevenir qualquer surto de violência entre o país e seus vizinhos (HAHN, 2011). No entanto, ainda que o monitoramento norte-americano era distante, as

167 Os britânicos anunciaram que retirariam suas tropas do Canal de Suez em 1968 e o fizeram até 1971, deixando um vácuo de poder que seria disputado pelas forças políticas da região, bem como as superpotências no contexto da Guerra Fria.

ações secretas no país continuaram constantemente. Na verdade, receberam reorientação renovada durante a administração Nixon.O novo desenho de sua política externa, no seu primeiro mandato (1969-1972), para o Iraque pautava-se nas interações de dois importantes aliados regionais dos EUA: Israel e Irã (GIBSON, 2015, p.119-124).

Os israelenses alertaram os EUa sobre possíveis violações contra iraquianos judeus no Iraque em 1969[168]. Se a relação Israel-Iraque era temerária, o que dirá da relação Irã-Iraque. Os primeiros anos da administração Nixon presenciaram a preparação de uma das crises mais graves envolvendo diretamente o Iraque: A guerra Irã-Iraque (1980-88). Ao longo de 1969, o Xá iraniano procurou capitalizar sobre as fraquezas internas e externas do Iraque para forçá-lo a fazer concessões territoriais ao longo da via navegável de Shatt al-Arab, rio que compõe a confluência entre Tigres e Eufrates, fundamental para o fluxo logístico comercial no golfo pérsico. A ação iraniana na época consistiu em fomentar a crise curda no norte iraquiano por meio do apoio direto ao KDP de Barzani, enquanto fabricava uma crise ao longo do Shatt al-Arab no sul[169] (GIBSON, 2015, p.120-124). Naquele momento, as forças iraquianas, apesar de mais numerosas que as iranianas, estavam divididas: no norte, em guerra com os curdos, na Jordânia, em atividade militar após a Guerra dos Seis Dias e deslocaram ao sul na região de Shatt Al-Arab na iminência da crise. Esse episódio foi importante, pois o Xá usou a crise para tentar convencer o governo Nixon de sua importância em termos de sua estratégia regional.

As ações do Irã durante 1969 e 1970 também convenceram o regime baathista a resolver seu problema curdo e levaram ao Acordo de Março de 1970. Mais uma vez, as opiniões dos EUA sobre o Iraque frequentemente diferiam de seus aliados regionais, Irã e Israel (GIBSON, 2015, p. 120). Na verdade, os norte-americanos procuravam maneiras autônomas de conciliar sua relação com os iraquianos, sem intermediação iraniana nem israelense. Recorreram inclusive a contatos diretos com alternativas políticas iraquianas antibaathistas, em 1969. Em uma demonstração nessa perspectiva, uma reunião com o notório

---

168Durante janeiro e fevereiro de 1969, diversos telegramas vindos da embaixada norte-americana em Tel Aviv, Israel, tentavam advertir os EUA de violações empreendidas pelo Estado iraquiano a judeus iraquianos, requerendo sua assistência para exigir dos baathistas o exílio seguro dos mais de 2500 judeus iraquianos para Israel (USA, 1969a). Os representantes diplomáticos dos EUA, sem acesso direto ao Iraque desde 1967, informavam que pouco podiam participar de qualquer medida para apaziguar as relações Iraque-Israel. Nenhuma atividade efetiva dos EUA diante da crise Israel-Iraque foi de fato registrada.

169 A crise se deu no início de março, o Iraque emitiu uma exigência para que todos os navios iranianos que entrassem na hidrovia ostentassem a bandeira iraquiana, já que a hidrovia era seu território soberano. Quando o Iraque ameaçou usar a força para garantir sua soberania sobre a hidrovia, o Xá agravou ainda mais as tensões ao revogar o tratado de fronteira de 1937 unilateralmente e colocar seus militares em alerta vermelho (GIBSON, 2015, p. 120).

empresário iraquiano,Saad Saleh Jaber[170] – fundador do *Free Iraqi Council* em 1991 e parte da elite da oposição baathista – e membros do Escritório de Assuntos do Oriente Médio e do Sul da Ásia (NEA) e o DoE dos EUA, foi cogitada a possibilidade de financiamento comercial para um novo governo. Foi observado que vários bancos dos EUA tinham um interesse muito real em fazer negócios no Iraque e no passado estiveram ansiosos emconceder empréstimos (USA, 1969b). Em outra oportunidade, o NEA ouviu Loutfi Obeidi, empresário iraquiano também no exterior. De acordo com Obeidi, uma coalizão de exilados iraquianos, curdos e iranianos estava conspirando para derrubar o regime. Ele informou que pelo menos cinco diferentes grupos de emigrados iraquianos [não identificados] estavam tramando juntos e que cada grupo afirmava ter contatos bem colocados no Iraque. Quando Obeidi perguntou se os EUA estavam dispostos a apoiar o complô, Talcott W. Seelye, diteror do NEA respondeu negativamente de maneira enfática (USA 1969c). Saad Saleh Jaber seria o principal informante norte-americano sobre o passo a passo do processo até o malsucedido golpe de janeiro de 1970.

Durante o período entre o Acordo de Março e a retirada britânica em dezembro de 1971, Irã e Israel tentaram convencer os EUA de que o Acordo de Março era uma conspiração soviética destinada a ganhar influência sobre o Iraque, mas o governo Nixon considerou esses avisos manipulativos e pontuais; eram a evidência de um frio profundo nas relações soviético-iraquianas.Em um telegrama que reportava sobre a visita de membros do governo iraquiano a URSS, o Secretário de Estado, William P. Rodgers duvidava que os soviéticos teriam muita sorte com iraquianos (USA, 1970a). E estava certo. Em agosto de 1970, a CIA reportava poucos avanços entre soviéticos e iraquianos, informando que os soviéticos ficaram decepcionados com o desenrolar das negociações com o governo iraquiano (USA, 1970b).

A situação começava a se alterar em 1971, durante a chamada com o Secretário Assistente, Joseph Sisco, em 19 de abril, Van de Kerchove, Embaixador Belga no Iraque, caracterizou a situação interna no Iraque como de relativa estabilidade. Segundo William Rodgers, a influência soviética estaria aumentando, principalmente na área comercial, mas não era sólida. No momento, as relações entre o Iraque e a URSS estavam tensas, decorrentes da insatisfação soviética com a contínua perseguição iraquiana aos comunistas (USA, 1971).

---

170 Integrante da elite da oposição ao regime Baath, Saad Saleh Jaber lançou o primeiro jornal da oposição iraquiana, *Al Tayar*, de seu exílio em Londres, em 1984 até a invasão em 2003. Participou da conferência da oposição iraquiana em Londres em 1991.

O maior ponto de inflexão foi a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação Soviético-Iraquiano, em abril de 1972, que alinhou o Iraque com a URSS na Guerra Fria e forneceu aos soviéticos uma base naval no Golfo. O Secretário Executivo do DoE, Theodore Eliot, comparou o novo tratado soviético-iraquiano com o que Moscou havia assinado anteriormente com o Egito, em 1971, atentando para a gravidade da situação e apontando a perda de espaços importantes no Oriente Médio para o maior inimigo dos EUA (USA, 1972).

A decisão de Richard Nixon em apoiar os revolucionários curdos no Iraque veio em seguida, baseada em quatro fatores: (1) preocupações com a rápida melhora nas relações soviético-iraquianas (2) um desejo de construir o Xá do Irã como uma potência regional após a retirada da Grã-Bretanha da região, no final de 1971, para evitar a invasão soviética na região; (3) as preocupações dos EUA sobre a nacionalização completa do IPC pelo Iraque; e (4) o reconhecimento de que os curdos poderiam ser uma ferramenta coercitiva útil para minar o regime pró-soviético baathista. (GIBSON, 2015, p.165). O governo Nixon autorizou a CIA a financiar e a equipar os guerrilheiros curdos que já estavam travando uma campanha de ataque e fuga no norte do Iraque contra o regime baathista,com a ajuda do SAVAK do Irã. A guerra secreta da CIA no Curdistão iraquiano seria supervisionada pelo Comitê 40, criado pelo presidente Nixon, em fevereiro de 1970 (LITTLE, 2004, p.697).

A primeira metade dos anos 1970 contou com uma aproximação evidente dos curdos iraquianos e dos EUA. Particularmente, Mustafa Barzani manteve um canal direto com os o governo norte-americano, sobretudo na administração Nixon, no intuito de articular o movimento autônomo curdo no país (KISSINGER, 2000).

No início, a CIA forneceu US$ 1 milhão em armas e munições soviéticas capturadas. Posteriormente, a ajuda foi elevada para US$ 5 milhões e, finalmente, para US$ 16 milhões(PRADOS, 1986). Nesse contexto, Henry Kissinger[171] forneceu um relato detalhado da decisão de Nixon de ajudar os curdos dos interesses dos EUA na operação em 1972, seus esforços para evitar uma ofensiva curda contra o Iraque durante a guerra árabe-israelense, de 1973, e detalhes sobre uma operação EUA-Israel para transferir armas soviéticas capturadas para os curdos, durante 1974 e 1975: “Os curdos, que tínhamos apoiado secretamente, foram atacados pelo exército iraquiano, recentemente reequipado pelos soviéticos. (...) Os EUA ajudavam os curdos desde 1972” (KISSINGER, 2000, p.581, tradução nossa).

---

171 Kissinger começou a desafiar a historiografia existente e a explicar suas razões para apoiar a intervenção curda. Antes dessa publicação, nenhum desses detalhes estava disponível ao público. Kissinger explicadetalhadamente a política dos EUA em relação ao Irã e ao Iraque, entre 1969 e 1976. (GIBSON, 2015, p.xx)

Entre a aprovação do presidente Nixon da intervenção curda, em agosto de 1972, e a guerra árabe-israelense, de outubro de 1973, a política dos EUA em relação ao Iraque avançou em dois caminhos distintos e conflitantes. Por um lado, a aprovação do auxílio aos curdos significava que a CIA estava ocupada canalizando recursos para os curdos, enquanto o DoE enviava diplomatas americanos a Bagdá encarregados de criar uma seção de interesses e buscar melhorar as relações com os governantes do Partido Baath (GIBSON, 2015, p.143).

Nesse contexto, um fator potencializou uma posição norte-americana explicitamente em oposição ao governo baathista naquela oportunidade: o petróleo. Isso porque, em junho de 1972, a questão da nacionalização do petróleo iraquiano novamente aparecia explícita na agenda desse país. O relatório da CIA avaliou as implicações dessa nacionalização do petróleo, estimando que causariam uma queda nas receitas do petróleo iraquiano (USA, 1972b). Evidentemente, movimentações demandando uma ação norte-americana se sucederam. O DoE informou aos postos que a política dos EUA em relação à nacionalização do Iraque era isolá-lo do Oriente Médio e da política da OPEP (USA, 1972c). Enquanto Julius L. Katz recomendou que os EUA se preparassem para apoiar medidas de boicote para evitar que a nacionalização do IPC pelo Iraque prejudicasse as negociações da OPEP sobre a participação internacional (USA, 1972d), em outra manifestação, Talcott W. Seelye (*US Country Director for Lebanon, Jordan, The Syrian Arab Republic and Iraq*) argumentou que, embora os efeitos imediatos da nacionalização do IPC pelo Iraque tenham sido insignificantes, as consequências de longo prazo foram substanciais (USA, 1972e). Quando a embaixada soviética informou que o tratado soviético-iraquiano foi ratificado e que Moscou expressou forte apoio à nacionalização do IPC, a adminsitração Nixon se movimentou mais ativamente em direção ao Iraque.

Por outro lado, é observável uma tentativa de consolidar uma aproximação com os baathistas, simultaneamente. Em julho de 1972, pouco antes de Nixon aprovar a intervenção curda, o DoE anunciou que estava enviando Arthur Lowrie a Bagdá para administrar a seção de interesses dos EUA (USINT). Nos meses seguintes, Lowrie consultou todas as principais partes interessadas no Iraque, incluindo companhias petrolíferas americanas, bancos e associações, e consultou diplomatas em Londres, Bruxelas, Paris e Beirute para obter uma perspectiva mais aprofundada. O trabalho de Lowrie era simples: observar e relatar os eventos no Iraque, oferecer conselhos sobre como melhor promover os interesses dos EUA na região e procurar cultivar relações amigáveis com o regime (GIBSON, 2015, p.144). A avaliação da

CIA à época era de desconfiança, argumentando que o governo baathista suspeitava dos governos ocidentais e tinham relações de maior confiança com os soviéticos. (USA, 1972f).

Por outro lado, Arthur Lowrie era apaziguador e chamava a atenção para o espírito nacionalista do partido Baath, bem como para evidentes mudanças nas dinâmicas de poder na região, enfatizando o "perigo em Teerã" ainda sobre a disputa de Shatt Al-Arab e a contínua atitude anticomunista domesticamente (USA, 1973). Desde o final de 1972, o envio de diplomatas americanos a Bagdá estava começando a dar frutos. Graças às observações de Lowrie, os EUA estavam claramente desenvolvendo uma compreensão mais sofisticada das forças em jogo dentro do Iraque (GIBSON, 2015, p.146).

Sobre a questão petrolífera, em março de 1973, um acordo[172] estabelecido entre o governo iraquiano e a IPC estabeleceu termos para tentar equilibrar o litígio sobre a nacionalização que se iniciou no início dos anos 1960. Ainda naquele ano, ficava evidente a necessidade de estabelecer boas pontes com o governo baathista. Em comunicado, referindo-se a diálogos entre o presidente Nixon e o presidente iraquiano Al-Bakr, o Subsecretário de Estado Willian H. Donaldson afirmava que "Compartilhamos a opinião de nossa seção de interesses em Bagdá de que devemos manter o diálogo sobre questões de energia aberto com o Governo do Iraque" (USA, 1974).

O tom da Secretaria de Estados dos EUA na época era de tentar se adaptar à nova realidade da economia petrolífera do Iraque: "A conclusão desse acordo removerá um grande distúrbio para as relações do Iraque com o Ocidente, e pode abrir a porta para o aumento da atividade comercial ocidental" (USA, 1973b, tradução nossa). A recomendação da USINT naquele momento era de tentar responder positivamente à necessidade iraquiana, inclusive fornecendo a empresas americanas sugestões para fazer mais negócios no Iraque, em uma perspectiva positiva para com o governo baathista. Na avaliação de Arthur Lowrie, em março de 1973 "a eficácia organizacional do Baath deu ao Iraque maior estabilidade política do que em qualquer momento desde a era pré-1958"(*apud* USA, 1973c). Meses depois, em setembro de 1973, sugeria também a revogação do apoio da CIA aos curdos: "Fechar a opção curda hoje não é um ato irrevogável." Tal postura benevolente e elogios por parte do USINT e do DoE tornava contraditória a atuação da CIA, visto que a atividade secreta em apoio à causa

---

172Se referia aopagamento pelos iraquianos da indenização tanto pelo campo petrolífero nacionalizado de Kirkuk, quanto pelas áreas de concessão nacionalizadas em 1961. No acordo ficou estabelecido que seriam pagas em petróleo um valor de US$ 300 milhões, os membros do IPC teriam de saldar impostos atrasados de mais de US$ 360 milhões que deviam aos iraquianos. O IPC também receberia aproximadamente US$ 70 milhões como reembolso de empréstimos anteriormente feitos ao governo do Iraque.

curda[173] ainda existia, ainda que em diminuto de 1973 em diante. Tratava-se de uma política externa de dupla frente, mas cuja frente secreta de apoio aos curdos perdia forças.

A guerra no Curdistão terminou mais uma vez em 1975, quando Barzani foi traído por praticamente todas as potências envolvidas. O Xá do Irã abandonou seu apoio à rebelião de Barzani assim que Saddam chegou a um acordo sobre sua pequena disputa de fronteira. Os israelenses e americanos rapidamente seguiram o exemplo. Na época, Kissinger declarou em tom pragmático que "Ação secreta não é trabalho missionário" (*apud* PRADOS, 1986, p.315, tradução nossa). Dias depois os curdos seriam rapidamente derrotados pelas forças oficiais do Iraque (ROSTON, 2009, p.27). O apoio dos EUA aos curdos na guerra civil em 1974 e 1975 foi um produto da Guerra Fria: os EUA estavam armando e apoiando os curdos, enquanto a URSS estava fazendo o mesmo com os iraquianos. De maneira metafórica, o ex-Conselheiro De Segurança Nacional dos EUA durante a administração Ford, Brent Scowcroft,afirmava que "os curdos são peões na política de grande poder (...) como têm sido por muito tempo", e, como todos os peões, eles eram dispensáveis (SCOWCROFT *apud* GIBSON, p.198). Então, no dia 4 de junho de 1975, o Diretor da CIA, Willian Colby, declarou o encerramento do apoio dos EUA aos curdos, na época jogando a razão para tal encerramento nas mãos dos iranianos, culpando-es pelas iniciativas de apoio dos EUA aos curdos (USA, 1975a).

Enquanto isso, a relação entre EUA e Partido Baath caminhava para um relativo degelo, o que acabaria por ajudar a equilibrar a dependência do Iraque dos soviéticos para armas, uma tendência que continuaria bem na década de 1980. Portanto, um padrão pode ser estabelecido na postura dos EUA para com o Iraque, entre 1958 e 1975: se um regime em Bagdá parecesse exibir um comportamento pró-comunista, os EUA interviriam a fim de conter essa ameaça, muitas vezes contando com ações secretas. Da mesma forma, se o regime iraquiano era visto como potencialmente anticomunista, os EUA adotaram uma política de engajamento, cultivaram relações amigáveis e procuraram impedir que forças comunistas ou pró-soviéticas ganhassem influência. Em cada caso, a principal motivação para as intervenções dos EUA no Iraque foi sua posição percebida na geopolítica da Guerra Fria (GIBSON, 2015, p.199). Tão relevante quanto o aspecto deste conflito também foram as mudanças na estrutura econômica do petróleo no Iraque; conforme o país foi intensificando uma postura mais autônoma no SI, mais evidente ficaram as medidas de nacionalização do petróleo, sobretudo a partirda reavaliação da estrutura concessionária da IPC, com o intuito de torná-la uma empresa de monopólio estatal. Tal dinâmica não foi bem-vista pelos EUA, e foi

---

173 A CIA forneceu mais de 1.000 toneladas de armas, medicamentos e cobertores (USA, 1973b).

fator motivador para uma mudança de postura, apoiando a guerra civil curda iraquiana, no início dos anos 1970, ainda que um período de breve suspiro anti-baathista. A revolução iraniana e as redefinições estratégicas da Guerra Fria fizeram com que a parte final da respectiva década e os anos 1980 contassem mais uma vez com uma aproximação evidente do governo norte-americano com os baathistas, que seria brutalmente corrompida com o estouro da guerra do Golfo de 1990.

### 5.3.3 A evolução da relação dos EUA e o Iraque baathista até o advento da Revolução Islâmica Iraniana: nova orientação de política externa?

Dois desenvolvimentos particularmente significativos caracterizam os anos entre o Acordo de Argel e a eventual emergência de Saddam Hussein como presidente, em julho de 1979. O regime iraquiano gradualmente afrouxou seus laços com os países socialistas, passando para a órbita geral do Ocidente em um nível global e em direção ao moderado Estado árabe a nível regional. A outra principal característica geral da política iraquiana durante este período foi a crescente – e aparentemente irreversível concentração e acúmulo de poder nas mãos de Saddam Hussein e de alguns subordinados particularmente confiáveis (FAROUK-SLUGLETT, SLUGLETT, 2001, p.179). Com o fim do apoio indireto aos curdos, em 1975, ficava claro que as ambições norte-americanas eram de uma aproximação estratégica com os baathistas. Em declaração para o DoE, Arthur Lowrie revelou como o Iraque baathista estava em uma perspectiva positiva e aparentemente liberal apesar de uma retórica ainda conservadora que servia para agradar determinados grupos políticos no país. Benevolente inclusive, quanto aos principais Estados ocidentais[174]. (USA, 1975b).

Essa tentativa de aproximação dos EUA ao Baath não era à toa. Conforme vimos no início deste capítulo, em meados da década de 1970, o Partido Baath havia se tornado um aparato poderoso e eficientemente organizado, penetrando cada vez mais em todas as esferas sociais possíveis[175]. E a personalidade forte de Saddam Hussein parecia ganhar cada vez mais notoriedade no país (FAROUK-SLUGLETT, SLUGLETT, 2001, p.184).

A partir de 1975, então, a percepção repassada pelo USINT era de que o Iraque se tornava um ator relevante na região e, por isso, uma postura estratégica dos EUA para o país

---

174 A retomada das relações com o Irã, Alemanha ocidental e Reino Unido; amplos negócios econômicos com os EUA, europeus ocidentais e Japão; e, mais recentemente, a recepção de David Rockefeller, o contrato para dois hotéis Sheraton e a compra de mais oito Boeings. (USA, 1975b)

175 Segundo Hanna Batatu (1978), o Baath afirmou ter 10.000 “ativistas”e meio milhão de “simpatizantes”, em 1976; no início da década de 1980, esses números subiu para 25.000 e 1,5 milhões, respectivamente.

era necessária. Arthur Lowrie afirmava que na primeira reunião do executivo do Partido Baath, seu ministro das relações exteriores, Ibrahim Al-Wali[176], e seus embaixadores, após a estabilização da situação com os curdos e com o Irã, definia as diretrizes do país dali em diante. A ideia geral era de se tornar um país participativo do SI com uma postura realista e pragmática. Apesar dos EUA serem o único país que não tinha relações diplomáticas diretas com o Iraque, isso pouco interferia na relação comercial contínua entre os Estados.

Os americanos sabiam também que os iraquianos baathistas eram ressabiados com os EUA devido ao histórico de atividades secretas que eles já haviam executado em favor ao partido Baath iraquianoe contra ele. Arthur Lowrie (*apud* USA, 1975d) afirmava que os iraquianos tinham o serviço de inteligência mais refinado dentre os árabes e fazia sentido uma postura cautelosa com os americanos visto as atividades recentes dos EUA com os curdos.

A partir daí, a USINT na voz de Patrick Killough, preparou um material enviado via telegrama ao DoE dos EUA, estabelecendo os assuntos-chave do Iraque referindo-se à tentativa de melhoria da relação entre as partes. O plano era estabelecer uma linha direta de contato com os iraquianos após a AGONU daquele ano. Definiu então cinco assuntos-chave: 1) a questão da Palestina; 2) questão da compra de armas; 3) petróleo; 4) a questão do Sinai; 5) um possível retrocesso na relação bilateral, caso o plano de negociação falhasse(USA, 1975e). Obviamente, por ter sido uma *covert action,* o apoio dos EUA aos curdos iraquianos anos antes não seria um assunto que eles tocariam naquele momento.

Da questão palestina afirmava que era talvez a divergência geopolítica mais sensível entre os Estados. Os baathistas interpretavam que os EUA eram fomentadores do Estado ilegal de Israel. Então a USINT recomendava uma abordagem tática sobre esse assunto, definindo que o melhor era apresentar uma visão moralmente aceitável sobre o assunto. Não que os EUA estivessem dispostos a reduzir seu apoio a Israel, mas "parecerem" dispostos a compreender a delicada situação entre as partes era fundamental. Uma maneira de contornar

---

176Al-Wali disse que os principais objetivos do Iraque são acabar com seu isolamento e ter paz e estabilidade regionais para alcançar seu próprio desenvolvimento. (...) Na esfera árabe, o Iraque também segue uma política baseada no realismo e no pragmatismo. Ele reconhece que há grandes diferenças entre os estados árabes, desde monarquias até regimes militares, mas o Iraque não considera a natureza dos regimes seu negócio. Cada Estado é livre para escolher seu próprio regime. As relações estão se desenvolvendo muito bem com a Arábia Saudita, Jordânia, Tunísia e outros. O objetivo final do Iraque é a unidade árabe, pois na unidade há força e estabilidade, mas isso não é para amanhã. (...) O único país ocidental com o qual o Iraque não mantém relações normais são os EUA. Isso não interfere na relação econômica que se desenvolve em nosso interesse mútuo. (...) Outro círculo em que o Iraque opera e espera desempenhar um papel proeminente, disse al-Wali, é o mundo não-alinhado. O Iraque acredita que os países em desenvolvimento têm muito em comum e devem ajudar uns aos outros. O Iraque está fornecendo assistência substancial em empréstimos e doações a esses países (LOWRIE *apud* USA, 1975c).

essa desavença da questão palestina poderia ser através de diálogos comerciais sobre a aquisição de armas. Killough (*apud* USA, 1975e, tradução nossa) afirmava que "uma oferta de acesso pelo menos parcial à tecnologia de armas dos EUA, juntamente com uma apresentação simpática sobre a principal questão divisora – a Palestina – deve ser suficiente para tirar as relações políticas EUA-Iraque de seu impasse estéril atual". Os baathistas não apresentavam incomodo em negociar a compra de armas tanto do guarda-chuva soviético, quanto do ocidental, haja vista que as questões sobre o uso dessas armas seriam fundamentais, mas eram estritamente regionais – preocupados com o Irã, ou Israel – ou locais – sobre os grupos de oposição que ascendiam, como os curdos iraquianos. Portanto, criar novas vias comerciais para tecnologias militares e armas norte-americanas seria a "isca" perfeita para atrair os iraquianos para perto dos EUA.

Outro tema geopolítico posto em pauta era a questão do Sinai. Era preciso "vender" a ideia do papel dos EUA como principal promotor do processo de paz israelense-egípcio sobre a disputa pela península do Sinai. Killough afirmava então que, se a presença física de técnicos dos EUA era impopular com alguns outros Estados árabes, uma atitude intermediadora *de facto*quebraria essa expectativa de suspeição. O padrão de envolvimento americano desde 1975-76 teve um aspecto duplo: o pessoal americano foi permanentemente estacionado no Sinai, e garantias dos EUA foram estendidas às partes como incentivos para a aceitação de concessões que afetaram mais os planos de Israel (POMERANCE, 1985).

Depois das questões geopolíticas (Palestina e Sinai) e das armas, o petróleo ocupa o terceiro lugar entre as principais questões entre os EUA e o Iraque. E naquele momento era mais tratável e menos inflamatório do que as outras duas. Isso, pois, a intenção iraquiana era expandir sua exportação de petróleo, e cabia exclusivamente aos EUA responder positivamente ao interesse iraquiano. Obviamente, por se tratar, de um lado, de uma superpotência e, de outro, de uma potência regional em ascensão, os EUA tinham excedentes comerciais para contribuir às ambições econômicas do Iraque.

Por fim, um plano de emergência era preciso caso o contato proposto não produzisse avanços nas quatro questões tratadas nos assuntos: Palestina, armas, petróleo e o Sinai. O resultado seria um retrocesso ao *status quo* com a possibilidade de deterioração limitada ou melhoria limitada das relações bilaterais atualmente restritas. O prazo de manutenção da USINT em Badgá venceria em 1976, portanto, era preciso ter em conta que um novo plano deveria ser traçado caso essa conversa não gerasse bons frutos. Killough disse então que "O fracasso em avançar na AGNU nos deixará com um status quo viável com muitapouca

probabilidade de melhoria qualitativa acentuada." (*apud* USA, 1975e, tradução nossa). Para saber se isso seria necessário, só depois do fatídico encontro que ocorreu em Paris, na França, em 17 de dezembro de 1975, entre Henry Kissinger e o Ministro das Relações Exteriores do Iraque, membro de alto escalão do Partido Baath, Sadun Hammadi.

O encontro propunha-se um divisor de águas. Tratava-se da tentativa de superar os velhos problemas encontrados entre EUA e Iraque sobre a questão curda, sobre o apoio incondicional dos EUA a Israel e sobre a relação Irã-Iraque (em transição positiva, naquele momento). E valorizar o que era positivo entre as partes: a ascensão comercial e as iniciativas de mercado que eram bem-vistas pelos baathistas em 1975. Evidentemente que em uma conversa as relações não retornariam ao normal, mas serviu para abrir as portas do diálogo entre as partes. Anos de antiamericanismo e deretórica antiimperialista tiveram um impacto inevitável nas atitudes do povo iraquiano, particularmente na geração mais jovem. A conversa foi cheia de assertivas de ambos os lados, as posturas tanto de Kissinger quanto de Hammadi eram previsíveis, até este tocar no assunto curdo (USA, 1975f).

Quando Hammadi apontou para as notícias americanas, sugerindo que os EUA haviam secretamente ajudado os curdos durante sua guerra contra o Iraque, Kissinger explicou que aprovou a intervenção curda porque pensava que o Iraque eraum satélite soviético. Ele continuou, dizendo que o Acordo de Argel[177] aliviou qualquer preocupação sobre a relação do Iraque com os soviéticos e garantiu-lhe que os EUA não apoiariam mais os curdos (GIBSON, 2015, p. 197). De qualquer forma se abria ali caminho para outros diálogos. Em 13 de janeiro de 1976, outra conversa foi arranjada entre Marshall Wiley (chefe da USINT) e o Subsecretário de Relações Exteriores do Iraque, Mohammad Sabri al-Hadithi, também com o intuito de melhorar as relações EUA-Iraque (USA, 1976a). Em novembro de 1976, a CIA preparou um material especial para o governo dos EUA, um *report* de um pouco mais de cinquenta páginas analisando o papel internacional do Iraque e o desenvolvimento sólido do governo baathista (USA, 1976b). Era o primeiro grande material preparado pela agência de inteligência sobre o Iraque, o que revelava a relevância do país nos planos norte-americanos naquele momento em que a Guerra Fria já se encaminhava para sua reta final, mas cujas dinâmicas regionais do Oriente Médio estavam efervescendo. Também se considerava que para os baathistas uma aproximação com os EUA seria importante, caso, de fato, o projeto do RCC fosse transformar o Iraque na grande potência do "mundo árabe".

---

177 Soou parcialmente surpreendente Hammadi tocar no tema do apoio aos curdos, por outro lado, confirmava a alta capacidade do serviço de inteligência iraquiano, que provavelmente sabia da ação secreta norte-americana.

Dali em diante, ajustes e acertos foram tentados por ambas as partes. Os EUA estavam dispostos a se aproximar do Partido Baath, sem qualquer evidência de intrusão, ou políticas de mão-dupla[178] até os anos 1980. Com exceção dos contatos pontuais estabelecidos com Mustafa Barzani, que tentou dialogar com os americanos recorrentemente, mas cujo estado de saúde prejudicado manteve diálogos estritamente relacionados à sua condição de saúde[179]. O relato da USINT em 1976 era de que o governo iraquiano baathista estava abrindo o Iraque aos interesses comerciais ocidentais e empreendeu esforços sustentáveis para melhorar as relações com os vizinhos por meio de intercâmbios de embaixadores, numerosas visitas de alto nível e uma variedade de outros intercâmbios (USA, 1976c). De fato, em números absolutos o comercio exterior entre EUA-Iraque duplicou entre 1977 e 1979[180] (FAROUK-SLUGLETT, SLUGLETT, 2001, p. 253-254).

Sob a administração de Jimmy Carter o tom se mantinha. No início de 1977, o secretário de Estado, Cyrus Vence, enviou uma carta para o presidente, elencando Estados-chave para os EUA intensificarem sua relação. Dentre eles, o Iraque se destacava:"O Iraque tem procurado reorientar sua economia para longe da URSS e em direção ao Ocidente (...) certas autoridades iraquianas (...) indicaram a cidadãos americanos interesse em melhorar a relação EUA / Iraque" (VENCE *apud* USA, 1977, tradução nossa).

Posteriormente, em 1978, a CIA confirmava que o Iraque estava cada vez mais sob o poder decisório de duas figuras do Partido Baath: Ahmed Hassan al-Bakr e Saddam Hussein, confirmando que a oposição política no país– comunista, curda, rival baathista ou militar – estava em desordem, apagada e era incapaz de lançar um desafio efetivo a Saddam ou de alterar a atual estrutura governamental ou política (USA, 1978). Com a "passagem da tocha" de liderança do Iraque de Al-Bakr para Saddam Hussein, o centralismo político com poder decisório no Iraque, se tornava ainda mais agudo. Em telegrama em nome da USINT para o DoE, Edward Peck informava sobre as características de Saddam e como os EUA teriam que lidar com alguém de personalidade ainda mais forte que Al-Bakr, "que buscava ser um Nasser

---

178 Prática política de formalizar um tipo de prática de política externa, ao passo que também pratica outra forma de ação, normalmente, controversa. Geralmente comum, quando existem *covert actions*.

179 Os documentos FRUS revelam que após o corte de financiamento indireto dos EUA aos curdos em 1975, todos os diálogos de Mustafa Barzani comDoD eram pedidos para poder tratar da saúde nos EUA. Osiraquianos pouco se importavam com isso, visto que a liderança de Barzani não era mais evidente. Inclusive, o desenvolvimento daPUK revela essa quebra dentro dos curdos iraquianos.

180 A distribuição Iraquiana de Importações para os EUA em 1977–1979 foi de US$ 218 Milhões para US$ 486 Milhões, enquanto distribuição iraquiana de Exportações para os EUA no mesmo período foi de US$ 382 milhões para US$ 610 Milhões. No entanto, cabe mencionar que em termos globais os EUA comercializavam com o Iraque menos que Japão, Grã-Bretanha e França, isso apenas mencionando os Estados do eixo ocidental.

[Egito] ou um Castro [Cuba], amado pelas massas" (USA, 1980a). Parecia ser alguém capaz de enfrentar o revés importante sofrido pelos EUA no Oriente Médio, a revolução islâmica iraniana que quebrou a tradicional relação que os EUA construíram desde a década de 1950.

A visão da CIA revelava a potencialidade iraquiana em um período de mudanças no Oriente Médio. Isso não vinha à toa, uma vez que o Acordo de Camp David se consolidou em 1978 e egípcios e israelenses pareciam acertar suas contas quanto aos territórios ocupados pelos israelenses e chegavam a um *status* de paz. Parecia que o Iraque seria o maior representante de uma ideologia nacionalista árabe autônoma: "O presidente Saddam Husayn agiu agressivamente para explorar essa abertura. Seus objetivos são organizar o Golfo Pérsico sob a liderança do Iraque, estabelecer Bagdá como o novo pólo da política árabe e criar uma imagem não alinhada" (USA, 1980b, tradução nossa).

O ano de 1979, representou um ponto de virada importante para as ambições norte-americanas no Oriente Médio. Marcou a consolidação da figura forte de liderança de Saddam Hussein e a Revolução islâmica no Irã conduziu os EUA para mais próximo do governo iraquiano. Durante os anos 1980, o governo do Partido Baath, agora sob administração de Saddam Hussein, era pragmático e consciente da "ajuda" que recebia dos EUA. Sabia que era uma peça do quebra-cabeça político que o país montava e desmontava na região. Saddam saudou a ajuda americana que o Iraque recebeu durante os primeiros meses de sua guerra com o Irã do aiatolá Khomeini, mas não ficou surpreso ao saber os EUA apoiavam concomitantemente seus inimigos. (LITTLE, 2004, p. 698). O Iraque pretendia se autopromover o próximo *hegemon* regional do Oriente Médio (TOTH, 1995, p.6).

### 5.3.4 A Guerra Irã-Iraque: e o duplo envolvimento dos EUA[181]

Por vários aspectos a Guerra Irã-Iraque redefiniu a ordem regional do Golfo Pérsico. E não por menos, foi a mais longa guerra convencional (entre dois Estados soberanos) do século XX, durou de setembro de 1980 a agosto de 1988. Foi uma manifestação violenta da disputa entre o nacionalismo árabe secular do Iraque e a ideologia religiosa universalista do regime islâmico revolucionário do Irã. Com mais de um milhão de baixas, também foiuma das mais sangrentas. O custo de conduzi-la e os danos diretos e indiretos causados por ela são

---

181 Conforme informado no início deste tópico sobre as relações dos EUA com o Iraque pós-monarquico, os documentos referentes ao período da década de 1980 em diante ainda não foram liberados e estão em processo de organização pelo *Office of the Historian,*no DoE dos EUA. Assim, o recurso utilizado para desenvolvimento deste item provém de pesquisa bibliográfica acerca do tema envolvimento dos EUA na Guerra Irã-Iraque. Boa parte dessa literatura conta com entrevistas, ou inferências não documentadas, sobre tal participação dos EUA.

estimados em uma cifra astronômica de U$ 1,19 bilhões (HIRO, 1991). O resultado das disputas de poder regionais e a tentativa de cooptação por parte das superpotências também devem ser levados em conta, particularmente, o duplo envolvimento dos EUA no conflito.

Quando o Partido Baath decidiu empreender uma guerra contra o Irã recém-revolucionário, os baathistas sabiam que o Iraque não conseguiu igualar a grande reserva de mão de obra do Irã, nem sua profundidade estratégica, ou sua força econômica. O Iraque gozava de superioridade apenas no poder aéreo. Portanto, estabeleceu os seguintes propósitos estratégicos: enfraquecer a economia do Irã reduzindo sua capacidade de exportação de petróleo; internacionalizar a guerra; e, em um grau muito menor, reduzir a pressão sobre suas forças terrestres (EL-SHAZLY, 1998, p.1). A deterioração da relação Irã-EUA[182], em especial, era um fator que motivava os baathistas a realizar a guerra. Isso, porque o Xá do Irã e liderança revolucionária islâmica, aiatolá Khomeini era enfático sobre sua oposição ao "grande satã" americano, se referindo aos EUA. Para Saddam, o comportamento aparentemente irracional do aiatolá significava o enfraquecimento do poder iraniano. "Era, portanto, o momento ideal para acerto de contas (...) Se eles queriam matar a serpente iraniana, eles deveriam agir sem demora." (PELLETIERE, 1992, p.18, tradução nossa).

É sob esse aspecto de internacionalização do conflito que o Iraque e os EUA tiveram uma relação particularmente complexa durante os oito anos de conflito, que vai desde a retomada das relações diplomáticas, em 1984, até 1989, quando Saddam Hussein decidiu romper de vez as relações formais com os EUA. Em uma reunião com líderes árabes, em fevereiro de 1989, alertou para o poder minguante da URSS, ao passo que os EUA se faziam cada vez mais presentes no Oriente Médio: "Se a população do Golfo – e todo mundo árabe – não ficar vigilante, essa área será dominada pelos EUA" (HUSSEIN *apud* COCKBURN; COCKBURN, 1999, p.83, tradução nossa). Mas antes disso, o envolvimento dos EUA no conflito foi aparentemente controverso; se partirmos da premissa de que se espera um vencedor na guerra, esta pode ser falsa. Isso porque, evidentemente o objetivo dos EUA nos oito anos de guerra não era propriamente encontrar um vitorioso soberbo no Golfo Pérsico, senão Estados que não sobressaíssem aos limites de possibilidade de ascensão tremenda. Ou

182 Cabe mencionar a crise de reféns norte-americanos entre 1979 e 1980, em que iranianos prenderam 66 cidadãos americanos na embaixada dos EUA em Teerã, mantendo 52 deles como reféns por mais de um ano.

seja, os EUA não queriam a consolidação de um *hegemon* regional. Os EUA não declararam guerra ou apoio total a ninguém, contribuíram nela conforme suas necessidades[183].

Cabe afirmar, portanto, que o comportamento dos EUA para o Iraque nos anos 1980 foi balizado sob uma única perspectiva, a guerra entre iraquianos e iranianos. Os cálculos estratégicos basearam-se não em alianças precisas, mas em mudanças que balançavam conforme os rumos da própria guerra.

A forma como os baathistas receberam essa postura difusa dos EUA não foi surpreendente, tampouco expressou qualquer confusão a Saddam Hussein sobre os assuntos da guerra, nem mesmo alimentou quaisquer ilusões sobre a verdadeira atitude americana em relação ao seu regime. Saddam era pragmático. Saudou as supracitadas quantias modestas da ajuda americana que o Iraque recebeu durante os primeiros meses da guerra, mas não ficou surpreso ao saber que os pilotos israelenses que bombardearam o reator Osirak fora de Bagdá em junho de 1981 foram guiados para seu alvo por meio de imagens de satélite fornecidas pela inteligência dos EUA. Nem poderia Saddam ter ficado surpreso com a revelação de que, ao mesmo tempo em que o Departamento de Agricultura dos EUA estava vendendo os grãos excedentes ao Iraque, a CIA estava entregando mísseis T.O.W. aos iranianos para uso contra seus tanques (LITTLE, 2004, pp.697-699). Esses exemplos revelam a política de mão-dupla dos EUA para o Iraque, o que é um dos sinais mais evidentes da postura norte-americana nos anos de conflito. Olhemos então o passo a passo da participação norte-americana no conflito.

O primeiro sinal evidente de mudança nas relações iraquiano-americanas veio quando Saddam Hussein publicou o texto de suas conversas com o congressista estadunidense, Stephen Solarz, durante visita a Bagdá em 1982. Nele, o líder baathista declarava que o Iraque nunca havia feito parte da estratégia soviética na região e que era do interesse de Washington estar presente na região. Representava uma reversão da política iraquiana anterior de manter as duas superpotências fora do Golfo. Em resposta, osecretário de Estado dos EUA do governo Reagan, George Shultz, encontrou-se com o vice de Saddam, Tariq Aziz em Paris, em outubro de 1982, e novamente, em maio de 1983. O governo Reagan autorizou, por consequência, a venda de 60 helicópteros ao Iraque para “uso agrícola”; forneceu crédito de US $ 460 milhões pela venda de 147.000 toneladas de arroz americano a Bagdá (HIRO, 1991, p.119). Paralelamente, os britânicos e australianos, na onda dos EUA também eram fiéis

183 Ainda que não hajam documentos desclassificados e disponíveis para uma análise mais acurada do processo decisório dos EUA durante a Guerra Irã-Iraque, contribuições valiosa de especialistas acadêmicos e ex-agentes da CIA como Stephen C. Pelletieri e Malcom Byrne nos ajudam a construir tal argumentação.

credores iraquianos, assim como dois importantes vizinhos, Arábia Saudita e Kuwait, também lhe ofereceram ajuda, respectivamente US$ 25,7 e US$ 10 bilhões nos primeiros dois anos de conflito (COCKBURN, COCKBURN, p.81).

Na primeira fase da guerra, os norte-americanos estiveram pró-Iraque. Os laços comerciais entre o Iraque e os EUA já eram tão estreitos que a relação comercial Bagdá-Washington entre 1983 e 1984 (giravaem torndo de U$ 1 bilhão) era três vezes maior que o comércio Bagdá-Moscou. Em maio de 1984, Saddam Hussein confirmou publicamente que o Iraque vinha recebendo inteligência dos aviões de vigilância AWACS, tripulados pelos EUA e despachados para a Arábia Saudita, em outubro de 1980. Também em 1984, os EUA adicionaram o Irã à lista das nações que apóiam o terrorismo internacional, sujeitando-o, assim, a rígidos controles de exportação (HIRO, 1991). Em seguida, a situação positiva entre EUA-Iraque permitiu a reabertura da embaixada norte-americana em Bagdá e, em dezembro de 1984, a re-inaugurada Embaixada dos EUA em Bagdá começou a fornecer ao Iraque a inteligência militar necessária (KARSH, 2002, p.44). Era um passo importante nas relações EUA-Iraque que retomavam dezessete anos de relações diplomáticas rompidas.

A continuidade do apoio dos EUA era fundamental para o Iraque diante de um ponto de virada na Guerra. Depois que o Iraque e o Irã chegaram a um acordo mediado pela ONU, em 18 de fevereiro de 1984, para não atacar centros populacionais, Bagdá concentrou suas aeronaves de combate nas instalações portuárias e navios iranianos no Golfo. Mudava-se ali a natureza tática do conflito à medida que os líderes iraquianos colocavam seu poder aéreo superior ao máximo, dando origem primeiro à Guerra dos *Tankers*[184] e depois à Guerra das Cidades (HIRO, 1991, p.129). Durante a Guerra dos *Tankers*, as aeronaves iraquianas atacaram alvos estratégicos, como petroleiros transportando petróleo iraniano, refinarias de petróleo e terminais de exportação de petróleo (EL-SHAZLY, 1998, p.1). Essa tática de guerra se arrastou até 1988. Já a Guerra das Cidades iniciou-se paralelamente, em 5 de março de 1985, quando o Iraque bombardeou uma fábrica de aço em Ahvaz e uma usina nuclear inacabada em Bushahr. Ao fazer isso, Bagdá violava o acordo de 1984 e inaugurava uma nova frente de combate urbano por parte dos dois Estados, que também se arrastou até 1988 (HIRO, 1991, p. 135).

Os EUA continuaram sua política de oferecer créditos ao Iraque para a compra de grãos alimentícios americanos, a soma em 1985 era de US $ 675 milhões. (HIRO, 1991, p.161). O cenário positivo entre EUA e Iraque no contexto da guerra mudaria no ano seguinte.

---

184 Referia-se aos navios-petroleiros e suas bases (refinarias, terminais de exportação, portos).

Em 1986, os iraquianos decidiram mudar de estratégia e buscar o fim unilateral do conflito, por alguns fatores: as derrotas militares recorrentes e o vazamento do escândalo conhecido como *Irangate* ou caso Irã-Contras. Com isso os objetivos do Iraque mudaram e ele não tinha mais incentivos para cooperar com as superpotências (PELLETIERE[185], 1992).

Em 25 de novembro de 1986, o maior escândalo político e constitucional desde *Watergate*[186] explodiu em Washington, quando o presidente Ronald Reagan disse em uma coletiva de imprensa na Casa Branca que fundos derivados de acordos secretos de armas com a República Islâmica do Irã – que estava sujeito a um embargo de armas – foram desviados para financiar os Contras na Nicarágua. O fato abriu uma "caixa preta" das *covert actions* dos EUA em favorecimento ao Irã no ápice do conflito com os iraquianos. E mais, revela a profundidade da estratégia de poder norte-americano na década final da Guerra Fria em direção à derrocada soviética e seus aliados. Não à toa, o que começou como um escândalo tremendo, terminou um tom de apaziguamento a partir dos perdões públicos dados pelo presidente George H. W. Bush (1991) aos envolvidos no caso Irã-Contras (BYRNE[187], 2014).

Uma das razões para a retomada dos vínculos diplomáticos de Bagdá com Washington foi pressionar os EUA a instar seus aliados a proibir a venda de armas a Teerã. No entanto, enquanto o DoE dos EUA realizava a *Operation Staunch*, designada exclusivamente para romper o fornecimento de armas aos iranianos desde 1983, a CIA, o CSN e a Casa Branca estavam engajados em uma revisão secreta da política do país em relação ao Irã e ao fornecimento de armas e sobressalentes. Dois elementos estavam envolvidos nesse processo: 1) ciente da importância geoestratégica do Irã, Washington queria acabar com a extrema hostilidade que Teerã demonstrava desde a revolução; 2) sua intenção era garantir a libertação dos reféns americanos feitos por grupos pró-Teerã no Líbano. O propósito dos norte-americanos com os iranianos era tão intenso que, em 15 de maio de 1986, o presidente Reagan autorizou uma visita secreta de funcionários americanos ao Irã e aprovou um documento a ser entregue aos seus homólogos iranianos, baseado no memorando do Tenente-Coronel Oliver North ao Vice-almirante John Poindexter que dizia: "Não temos interesse na

185 O oficial da CIA, Stephen C. Pelletiere, foi o analista político sênior da agência no Iraque durante a guerra Irã-Iraque. Como professor do Army War College, de 1988 a 2000, ele diz que estava a par de grande parte do material classificado que fluía por Washington relacionado com o Golfo Pérsico.

186 O escândalo de Watergate ficou conhecido como maior escândalo de corrupção política dos EUA envolvendo a administração Nixon e resultou na posterior renúncia do próprio presidente.

187 Malcom Byrne foi um oficial da CIA que serviu no Oriente Médio na década de 1980.

vitória do Iraque sobre o Irã. Estamos buscando um fim para este conflito e queremos usar um relacionamento melhorado com o Irã para promover esse fim"(*apud* HIRO, 1991, p.216).

Com essa dupla postura na frente internacional a posição dos EUA no Oriente Médio sofreu impactos. O DoE foi forçado a enviar equipes de diplomatas para tentar consertar os laços com os Estados do Golfo Pérsico cujos líderes (*eg:* Arábia Saudita e Kuwait) apoiaram o Iraque em sua guerra com o Irã,insinuando a falta de confiabilidade de Washington como aliado. O embaixador dos EUA em Bagdá, David Newton, lembrou que os iraquianos acreditavam que as vendas de armas ao Irã "negaram suas duas vantagens mais críticas, que é sua superioridade avassaladora em blindagem por meio dos mísseis TOW e sua superioridade avassaladora no ar por meio dos mísseis HAWK" (*apud* BYRNE, 2014, p.434-435).

Diante da péssima imagem internacional, Reagan montou uma estratégia de controle de danos[188]. Os EUA ofereceram um recorde de US$ 961 milhões ao Iraque em créditos de *commodities* agrícolas para o *FY* de 1987. Os grãos de alimentos, vendidos a preços de pechincha e comprados por Bagdá com empréstimos americanos, foram um suporte vital para a economia dilacerada pela guerra do Iraque, especialmente na primavera de 1986, quando uma queda acentuada no preço do petróleo criou uma crise econômica. Então Bagdá respondeu com agradecimento. Mais tarde, em abril de 1988, este ato reuniu Bagdá e Washington para coordenar suas operações militares contra Teerã (HIRO, 1991, p. 239).

Além disso, observamos ainda a relação dúbia e até mesmo confusa dos representantes governamentais dos EUA com relação aos curdos iraquianos, que evidencia a tentativa de reatar com os baathistas. Em 1988, ambos os governos da Turquia e do Iraque reclamaram formalmente com a Casa Branca quando um oficial de nível médio do DoE recebeu uma liderança curda iraquiana para uma reclamação sobre o uso de gás químico por parte do governo Baath na região norte do Iraque. Dali em diante, George Schutz (DoE) proibiu qualquer tipo de interação de funcionários do governo dos EUA com membros da oposição iraquiana. Essa regra de "não contato" com a oposição iraquiana ficou vigente até a Guerra do Golfo (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p. 36).

Em abril de 1988, o início de uma campanha que os iraquianos apelidaram de *Tawakalna ala Allah* (em Deus nós confiamos) marcou o fim da guerra[189]. Os EUA, nessa conjuntura, estavam fortemente engajados contra os Guardas Revolucionários no Golfo, mas

---

188Numa transmissão pela televisão,em13 de novembro de 1986, justificou a sua ação para atingir os objetivos de pôr fim à Guerra do Golfo e conseguir a libertação dos reféns americanos. Inclusive, tentou reatar com os baathistas iraquianos.

189Consistiu em cinco grandes batalhas mais combates menores na extensão de 71km milda fronteira Iraque-Irã.

não em congruência com os iranianos, atuando mais isoladamente. *Al Faw* (primeira das cinco grandes batalhas finais entre Irã-Iraque) começou enquanto os americanos destruíam uma plataforma de petróleo iraniana (em resposta a um ataque da Guarda Revolucionária a um navio dos EUA). E a última batalha do *Tawakalna ala Allah* coincidiu com o abate que fizeram de um Airbus iraniano pela Marinha dos EUA (PELLETIERE, p.147). O papel paralelo dos EUA de combate direto contra os iranianos foi crucial para o término do conflito.

Desde o final da década de 1980, mas, secretamente desde muito antes, o Iraque desfrutou de relações muito estreitas com os EUA e outros países ocidentais, em parte, por causa de seu valor como mercado de armamentos e de bens de consumo convencionais. Em parte, porque a posição do Baath primeiro contra o comunismo e depois contra o Irã combinava com os objetivos hegemônicos norte-americanos. Os EUA supriram uma proporção considerável das necessidades agrícolas do Iraque; além disso, houve aumentos espetaculares nas exportações de petróleo do Iraque para os EUA, na década de 1980. Em 1984, 1,2% do petróleo do Iraque – 10,1 milhões de barris – iam para os EUA; só nos primeiros sete meses de 1990 (antes da invasão do Kuwait) a proporção subiu para 32,2 %, ou 514,5 milhões de barris (FAROUK-SLUGLETT, SLUGLETT, 2001, p.285). No entanto, as *covert actions*de apoio aos iranianos, que rapidamente se tornaram públicas, romperam novamente a confiança entre baathistas iraquianos e norte-americanos.

A "vitória" iraquiana - interpretação fotográfica daquele momento em 20 de agosto de 1988 -, dava fôlego moral a Saddam Hussein, que acelerou suas ambições hegemônicas regionais no Oriente Médio, mesmo diante da evidente crise econômica consequente dos custos materiais e humanos da guerra contra o Irã. Ficava evidente no final da guerra que a posição norte-americana não preservava qualquer compromisso *de facto* com os iraquianos baathistas. Suas práticas intrusivas revelam a tentativa de preservar um equilíbrio no Oriente Médio que inibisse a ascensão do regime do islã político iraniano, e de não garantir grandes avanços geopolíticos por parte dos iraquianos.

Pouco depois, Saddam Hussein enviou abertamente seu exército ao Kuwait, em agosto de 1990. Intimamente familiarizado com trinta anos de intromissão clandestina dos EUA no Iraque, ele pode muito bem ter acreditado que os compromissos de Washington com o Kuwait não eram mais profundos do que aqueles com os curdos (LITTLE, 2004, pp.697-699).

## 5.4 O Início do Fim: Conclusões parciais sobre o Período Baath, a emergência de uma Oposição Iraquiana e a Mudança de *status* Entre EUA-Iraque.

No final dos anos 1980 o Iraque ascendia ao posto de potência em desenvolvimento com*status* de força regional no Oriente Medio. Naquele momento, o baathismo iraquiano era prevalecente, quase inimaginável considerar que uma força interna opositora fosse capaz de fazer frente à elite governante baathista. No entanto, o processo de sua consolidação foi árduo. Os baathistas se envolveram no golpe de 1958, promoveram o golpe de 1963, quando ficaram meses como governantes do Iraque, logo em seguida perderam esse posto, apenas recuperado em 1968. De 1968 em diante, a estratégia baathista era tirar do caminho qualquer inimigo interno que pudesse fazer frente ao regime nacionalista árabe conduzido por eles. O método era particularmente notável: concentrar a estrutura governamental iraquiana na mão do partido, de modo a se consagrar um governo centralizador nos aspectos de processo decisório das políticas do Estado. Sua ideologia era baseada em princípios externos ao Estado iraquiano, mas endógenos quanto ao que podemos definir como pensamento nacionalista árabe. Não é nossa intenção discutir, em particular, os paradigmas ideológicos que compõem essa corrente. Porém, cabe mencionar que há inspirações estrangeiras, mas que se adaptamàs necessidades e ambições nacionais iraquianas. O governo baathista tinha como principal atributo em termos de política internacional uma característica evidentemente autonomista e pragmática. Relacionou-se, ao longo dos seus quarenta anos de governo com soviéticos e norte-americanos, com os países da periferia do sistema e com os desenvolvidos, trabalhando a partir do paradigma autonomista e de superação da condição de subdesenvolvimento. Não governo enfrentou alguns obstáculos, os opositores foram constantes em sua história, desde atores políticos internacionais do mais alto escalão – como os EUA, em determinados momentos -, até regionais – como o Irã e Israel –, além de grupos políticos emergentes, que buscavam a transformação (reformista ou radical) das estruturas de poder do Iraque.

À medida que uma proposta de governo iraquiano legitimamente nacional sem interferências estrangeiras –superando as velhas estruturas *hachemitas* – aparecia, emergiram grupos políticos que divergiram sobre sob qual estrutura esse Iraque se solidificaria. Se, por um lado, consagrou-se um regime dos Oficiais Livres,num primeiro momento, e um regime nacionalista árabe (baathista) a partir de 1968, por outro lado, outros grupos da sociedade iraquiana buscavam seu espaço de poder dentro do Iraque recorrendo ao auxílio internacional, por vezes, para a implementação de seu projeto de poder. Portanto, a emergência de grupos oposicionistas ao *status quo* iraquiano, em especial ao regime Baath, são sempre presentes na história política iraquiana. Os curdos iraquianos e islamitas políticos, principalmente de grupos xiitas, sobressaíram como principal conjunto social amplo de oposição aos baathistas.

Também figuras notórias da elite iraquiana podem ser destacadas nesse período, como é o caso dos supracitados Ahmad Chalabi, Ayad Allawi e Sharif Ali bin al-Hussein. Cada um com seu grau de relevância e capacidade de mobilização, mas todos com alguma representatividade ainda baixa e cuja importância no cenário de transformação do Iraque foi potencializada na década de 1990.

Cabe ainda retomar que a conformação dessa oposição, já nos anos 1950 em diante se dá particularmente no exterior. Boa parte do apoio ao KDP e ao Dawa vieram de fontes iranianas, que constantemente atuam como peça pendular de oposição ao regime baathista quase que constantemente desde 1958, com raros momentos excepcionais. Da Síria, veio um espaço seguro para o desenvolvimento do desmembramento curdo iraquiano consistido pela PUK. Da Jordânia, o INA de Ayad Allawi, operava as ações do grupo e de lá obteve possibilidade de constituição de uma oposição ao regime de Saddam Hussein. A capital britânica também foi espaço importante de fluxo e interlocução dessa elite da oposição: na década de 1960 em diante, se tornou um espaço comum para as altas rodas da elite anti-baathista iraquiana, desde aqueles que fugiram do Iraque após a queda da monarquia, até aqueles que se formaram em universidades britânicas, ou faziam negócios internacionais para fora do Oriente Médio tendo em Londres matriz de interlocução com o capital internacional.E claro, os EUA, que apoiaram os curdos do KDP, no início dos anos 1970. Mas as ações políticas norte-americanas para o Iraque foram mais complexas que isso, como veremos ainda nesta conclusão.

Majoritariamente cada partido agindo de maneira relativamente isolada entre si, contando com apoios parciais de aliados estratégicos regionais e internacionais. Dentre eles o Irã, a Jordânia, a Síria, os EUA e a Grã-Bretanha, em distintos momentos nas referidas décadas. Cabe mencionar que a alteração nas táticas de política externa desses Estados mencionados gerou nuances importantes na potencialização, ou não, das agendas transformativas, ou até revolucionárias destes grupos/figuras de oposição.

Evidenciamos neste capítulo que o Iraque pós-monárquico foi assunto da política doméstica e internacionaldos norte-americanos; mas nunca se tratou de uma política de alianças fixas. Os EUA alteravam suas intrusões no Iraque conforme as necessidades contextuais, ou decisões táticas se alteravam. Três fatores foram fundamentais nas mudanças e continuidades das práticas norte-americanas perante o Iraque: a URSS; as transformações regionais no Oriente Médio; e condicionantes econômicas, particularmente a questão do

petróleo, mas também políticas de incentivo para inserção do capital privado norte-americano no país.

Quanto aos elementos geopolíticos mais evidentes, sobre a Guerra Fria, ressaltamos – assim como Fred Halliday (2010) – que a estratégia geral dos EUA estava em estabelecer no Oriente Médio uma zona confortável e antissoviética. Nesse sentido, a vontade das superpotências alterou a ordem regional, na mesma medida que também foram afetadas pelas transformações de poder que ocorreram naquela região durante as décadas de 1950 até 1990. Particularmente o desenvolvimento de políticas internacionais autônomas, a ascensão do nacionalismo árabe, o pan-arabismo, a consolidação israelense e o desenvolvimento do islã político foram alguns desses fatores que afetaram diretamente a postura das superpotências na região em geral, e no Iraque em específico. O petróleo também era uma constante nas decisões políticas dos EUA, em especial no Golfo Pérsico; conforme os países exportadores de petróleo se desenvolviam, práticas direcionadas à sua nacionalização se consolidavam. Evidentemente, o Iraque foi peça chave nesse cenário.

Nesse sentido, sem levar em consideração esses aspectos, não é possível racionalizar a ação norte-americana no Iraque nesse respectivo período. Enumeremos alguns desses principais momentos:

- Apoio ao regime revolucionário em 1958, em seu início. E mudança de postura à medida que o Iraque de Qassim implementava medidas políticas que dava bastante espaço ao ICP;
- Política intervencionista (via *covert actions*) em apoio à Revolução Ramadã, em fevereiro 1963, contra Qassim, como medida de intrusão intensa para transformação das estruturas de poder iraquianas. Os EUA apostavam nos baathista como capazes de implementar um Iraque moderno e antssoviético, mas os baathistas não conseguiram se manter por muito tempo;
- Conveniência em ficar ao lado dos Oficiais Livres, mesmo após o afastamento dos baathistas iraquianos, em novembro de 1963. O objetivo geral da política do governo Kennedy em relação ao Iraque era alcançar a estabilidade interna e evitar que a URSS recuperasse sua influência. E os anos que seguiriam esse evento obrigariam os EUA a se voltarem a questões internacionais mais relevantes, como a Crise dos Mísseis e o envolvimento no Vietnã;
- Consolidação do regime dos Aref, que testouas relações EUA-Iraque a partir de três elementos-chave: a questão curda e os desafios postos de apoiar ou não a causa curda, encabeçada pelo KDP no Iraque; o rompimento das relações diplomáticas durante a Guerra Árabe-Israelense de junho de 1967; e o segundo golpe baathista em julho de 1968;

- Golpe de 1968, quando os EUA adotaram políticas difusas para o Iraque. Tendo as relações diplomáticas rompidas, tentaram reaproximar suas legações em um movimento malsucedido. Vê-se pouca vontade política dos EUA emdireção ao Iraque. Durante o período entre a posse de Nixon, em janeiro de 1969, e a aprovação de uma operação para armar a minoria curda do Iraque, em agosto de 1972, a política dos EUA revela muito sobre como sua Casa Branca abordou a Guerra Fria no Oriente Médio, na região do Golfo e, por conseqüência, "com quem estavam os iraquianos baathistas";
- Entre 1972 e 1975, vê-se o apoio norte-americano àrebelião curda por meio de *covert actions* contra o regime baathista, bancado pelo então Secretário de Estado, Richard Nixon, ao passo que a USINT tentava convencer o governo Nixon de investir em uma política positiva em direção ao Baath. Portanto, uma política de mão-dupla;
- A partir de 1975, a desistência do apoio aos curdos e a tentativa de recuperar uma aproximação com os baathistas. Prevalece aí a opinião dos especialistas e diplomatas da USINT. Para o *staff* político dos EUA, o Iraque baathista era um fato consolidado, imutável naquele momento, portanto, uma aproximação seria fundamentalmente a melhor estratégia diante de cenários de mudança no Oriente Médio, particularmente o adensamento da crise palestina, o enfraquecimento político egípcio e a revolução islâmica iraniana, de 1979[190].
- nos anos 1980 a política norte-americana para o Iraque esteve estritamente marcada pelo cenário de guerra com o Irã. Nota-se uma política de mão dupla em apoio formal ao Iraque baahtista contra os iranianos revolucionários islâmicos, e apoio indireto aos iranianos. O objetivo dos EUA nos oito anos de guerra não era encontrar um vitorioso no Golfo Pérsico, senão Estados que não sobressaíssem aos limites de possibilidade de ascensão tremenda. Isso significa dizer que os EUA não queriam a consolidação de um *hegemon* regional.

Cada um desses momentos, analisados com minúcia neste capítulo demonstram de forma geral a tentativa dos EUA em ter o Iraque dentro do seu guarda-chuva político no Oriente Médio durante a Guerra Fria, ou ao menos sob controle. Fato nunca plenamente consolidado. Divergências de opiniões e soluções estratégicas sobre como os EUA deveriam lidar com o Iraque baathista, ou sua oposição, foram constantes. Diplomatas, agentes de serviço secreto, políticos, técnicos-especialistas, expuseram suas interpretações sobre o Iraque

---

190 Lembremos que até o momento que escrevemos a tese, pudemos construir a historiografia da ação política dos EUA para o Iraque a partir de documentos secretos desclassificados (FRUS) de diálogos entre DoE, embaixada norte-americana no Iraque, ou USINT de 1972-1984, CIA, representantes políticos iraquianos baathistas e de oposição. Isso significa dizer que os mesmos documentos a partir do governo Reagan ainda estão sendo preparados para divulgação organizada no *Office of the Historian* do DoE dos EUA.

e qual deveria ser o comportamento dos EUA para tê-lo próximo, senão "sob seu domínio". As discordâncias se referiam aos atores da sociedade iraquiana. A pergunta que rondou os corredores burocráticos e da elite política dos EUA era: quem, dos atores da sociedade iraquiana, eram os mais confiáveis? Os Oficiais Livres, os baathistas, os curdos iraquianos? Não existiu até os anos 1990 uma política externa homogênea e consolidada dos EUA para o Iraque, justamente porque as dinâmicas regionais, da Guerra Fria e de transformações domésticas iraquianas frequentemente indicavam a necessidade de reorientação das práticas políticas para o país.

Sendo assim, entre 1958 e 1990, os EUA desenvolveram políticas em prol da transformação ou da sustentação política do *status quo* de poder iraquiano a partir das percepções e dos contextos que se alteravam junto com as dinâmicas internacionais, da Guerra Fria, regionais, das transformações geopolíticas no Oriente Médio, e locais iraquianas, das disputas internas e da percepção dos interesses e capacidades dos diferentes grupos de poder da sociedade iraquiana. Também que neste capítulo ficou perceptível o avanço da capacidade compreensiva dos EUA sobre o Iraque. Na primeira metade do século XX, os EUA pouco ou nada conheciam sobre o Iraque a não ser sobre as correlações comerciais fruto do sistema de concessões petrolíferas, ou sobre o que vinha de informações por meio do seu aliado preferencial mais relevante, a Inglaterra. Já dos anos 1950 em diante, houve um claro investimento dos EUA em "estar presente" no Iraque, promovendo uma concepção de mundo antissoviética e moderna aos moldes liberais internacionais, bem como uma tentativa de preservação dos acessos preferenciais ao petróleo iraquiano, ainda que malfadada, ou no mínimo sem plenitude. O cálculo estratégico em direção ao Iraque foi orientado nesse sentido. E, ao longo das décadas, aprofundava-se o conhecimento e as conexões dos atores políticos norte-americanos sobre o Iraque e sua sociedade. Afinal, como afirma Hourani (1953), os EUA substituíram os britânicos como potência mais importante no Oriente Médio após a Segunda Guerra Mundial.

Perceberemos que o que se altera nos anos 1990 é que ascende um consenso sobre o regime baathista enquanto um inimigo. A partir de então, as divergências passam a ser de ordem processual. O debate nos EUA é constituído da seguinte pergunta: como e o que devemos fazer para enfraquecer (ou remover) o Partido Baath e Saddam Hussein no Iraque?

A emergência da guerra do Golfo de 1990 transformou décadas de relacionamento de não-embate explícito entre norte-americanos e iraquianos, em direção à inimizade explicita e formal. Foi nesse contexto que a tática de se aliar com os grupos de oposição, ou, como

preferimos chamar, de elite não-governante e antibaathista foi ganhando destaque. Mas isso não se deu isoladamente, veremos que a característica principal dos EUA para o Iraque nos anos 1990 se concentra em múltiplas práticas políticas no intuito de enfraquecer o regime Baath, selecionado nos anos 1990 grande inimigo no Oriente Médio, por meio de *covert actions* em direção a fortalecer a oposição antibaathista, ações militares contra o exercito de Saddam Hussein e práticas de boicote e sanção econômica.

# 6. CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO ANTISADDAMISTA E A TRAJETÓRIA DE ARTICULAÇÃO TRANSNACIONAL ENTRE AS ELITES: A GOVERNANTE DOS EUA E A ELITE DA OPOSIÇÃO IRAQUIANA NOS ANOS 1990.

A Guerra do Golfo (1990) foi evento fundamental para consolidação de um propósito intrusivo intenso dos EUA ao Iraque. Vimos que, nos anos 1980, o padrão da administração Reagan propõe a preservação da capacidade política dos baathistas no Iraque. Esse padrão de engajamento continuou durante os primeiros anos da G.H.W. Bush, que buscava manter o Iraque como contrapeso ao Irã, o que era identificado como uma "aliança por necessidade". Mas a natureza da relação EUA-Iraque mudou irrevogavelmente após a invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990 (MARKAKIS, 2016, p.104).

Dali em diante, os EUA enfraqueceriam o Iraque Baathista por via de sanções econômicas e ações militares pontuais, além de estabeleceremsuas primeiras conexões com a elite não-governante (antibaathista) do país. Uma longa literatura inglesa e norte-americana (KLARE, 1995; CORDESMAN, HASHIM, 1997; LITWAK, 2000, YOO, 2003, e outros) atentoupara o Iraque de Saddam como uma ameaça àordem internacional pós-Guerra Fria. E isso é incorporado no discurso dos órgãos responsáveis pela política externa dos EUA[191]. É sob esse argumento que mora a justificativa de necessidade de uma política externa norte-americana intrusiva no Iraque, cujo cume é a invasão de 2003, mas suas bases estão nas invasões dos anos 1990. Nessa época, identificaremos os primeiros passos de cooptação da elite anti-saddamista para a remoção de Saddam Hussein e do Partido Baath do poder.

Particularmente o conceito gramsciano de *trasformismo* contribui para compreender o que se passa no Iraque, com a reconstrução completa do Estado, a partir de 2003. A consolidação da invasão nesse ano é consequência de um processo de criação de um ambiente propício no Iraque para transformação das suas estruturas de poder e lideranças. Esse processo não é, no entanto, estritamente endógeno, nem estritamente exógeno. Trata-se de um processo que implicou numa relação complexa entre as elites de oposição internas e difusas e o governo dos EUA. Obviamente, há uma correlação mútua de interesses, mas sobressaem osdomais poderoso, no caso os EUA.Os EUA tiveram de substituir a velha elite governante por uma que era muito menos autônoma econômica e politicamente. A criação dessa ordem

191 Segundo a pesquisa quantitativa de K. P. O'Reilly (2007), o Iraque tem lugar de destaque nos documentos de política externa dos EUA, entre 1993 e 2004. Aparece como país mais mencionado dentre aqueles qualificados como "Estados Pária" (discutiremos essa linguagem: *rogue states,* no tópico 6.2).

política radicalmente nova significaria, em última instância, a construção de um governo iraquiano que concordasse com os objetivos da política externa dos EUA (DODGE, 2009).

No entanto, é notável que o processo de planejamento para a remoção de Saddam Hussein até a execução da invasão, em 20 de março de 2003, não é exatamente linear. Propostas diversas se confrontam e se complementam dentro dos debates estratégicos das agências administrativas dos EUA, principalmente CIA, DoD e DoE. Todas elas concordavam com o objetivo, a remoção de Saddam Hussein. Contudo, o "como fazer" e "o que fazer" têm nuances importantes. Dentre elas destacamos não apenas os projetos pensados pelos EUA, mas também os fatores domésticos - as disputas de poder internas no Iraque -, e fatores regionais, variável que afetou as considerações do processo decisório dos EUA e da maneira pela qual as elites políticas antisaddamistas se movimentaram no país até a invasão. De toda forma, a interlocução com as elites políticas iraquianas aparece como fator fundamental, seja para um propósito de substituição executiva, reforma pontual, ou transformação das estruturas de poder. Este último aspecto foi o consolidado.

Como é evidente no relatório (*policy paper*) de Kenneth Katzman (2003) para o Congresso dos EUA, a literatura tradicional acerca da presença norte-americana no Iraque enfatiza de maneira latente dois momentos da década de 1990 como cruciais: A guerra do Golfo em 1991 e a ratificação do *Ato de Libetação do Iraque,* em 1998. O primeiro revela um momento explícito de intervenção militar, mas cujo limite da ação norte-americana foi limitado pelo objetivo militar de meramente recuperar a soberania do Kuwait, invadido pelos iraquianos de Saddam Hussein. O segundo revela o momento de formalização da vontade norte-americana de derrubar o regime baathista em meio a uma crise com o Iraque devido às inspeções de ADM da ONU. Por consequência, a administração Clinton declarou que os EUA buscariam ir além da contenção para promover uma mudança de regime. Contudo, para além dos aspectos formais, os EUA trabalharam nos bastidores para acertar uma política explicitamente antibaathista. Isso por meio de *covertactions* em apoio aos grupos políticos da oposição, discutindo formas de encaminhar suas ações intrusivas contra Saddam Hussein.

Foi apenas com o governo G. W. Bush e suas práticas intervencionistas pós-2001 apoiado no imaginário de "Guerra ao terror" que a narrativa de promoção democrática predominou sobre as razões invadir e reconstruir o Iraque. Os EUA buscaram introduzir uma democracia baseada nas elites não-governantes, buscando um modelo transformativopara o Oriente Médio e sua consolidação hegemônica (MARKAKIS, 2016, p.104).

Neste capítulo veremos o processo até a invasão de 2003 em quatropassos. Primeiramente, a abertura explícita da inimizade entre EUA e Iraque no contexto da Guerra do Golfo, em que uma intervenção militar agressiva pauta a presença dos EUA na região. Em segundo lugar, o início de um sistema de sanções e embargos econômicos para o Iraque promovido pelos EUA em escala global. Também, em paralelo, o processo de ações secretas para fortalecer a elite não-governante (da oposição) no intuito de encontrar aliados iraquianos para enfraquecer o regime Baath. Enfim, uma virada de projeção agressiva em direção ao Iraque com a consolidação do *Ato de Libetação do Iraque*. Neste último momento, os EUA assumiam perante o mundo sua disposição para pôr em prática um projeto de remoção do Partido Baath e a transformação do Iraque. Esse ato consolidou o financiamento de grupos de oposição, identificando os "iraquianos democráticos", aqueles que substituiriam Saddam e poriam uma nova estrutura política no país. O ato também autorizava medidas militares, implementadas em dezembro de 1998 sob o codinome *Operation Desert Fox*. Até a invasão de 2003, o fortalecimento de uma agenda intervencionista para o Iraque ganhou fôlego nos EUA. Os ataques de 11 de setembro marcaram um ponto nevrálgico para sua implementação. E mais, não bastaria derrubar Saddam apenas. Reconstruir as bases do Estado iraquiano seria fundamental para evitar a emergência de um novo regime tão nocivo quanto o anterior.

Nesse sentido, categorizaremos nosso raciocínio histórico das incursões norte-americanas em direção ao Iraquea partir de explicações sobre suas intrusões mais explícitas – a Guerra do Golfo (intervenção militar) (6.1) e o sistema de sanções e boicote (interferência econômica) (6.2) – , e as menos explícitas – as *covert actions* (6.4) e a posterior consolidação de um sistema de aliança formal com a elite antissadamista em 1998 (6.5) –, destacaremos também um tópico demonstrando como esta elite da oposição já estava se mobilizando para uma frente coletiva antisaddamista no início dos anos 1990 (6.3). Isso indica como e porque razão a articulação entre governo norte-americano e essa elite da oposição se mostrou viável.

Finalmente, utilizaremos aqui também os dados compilados no Apêndice A: Quadro de análise de rede das elites de oposição iraquiana a partir de 1990 e Apêndice B: Oposição iraquiana que discordou da participação norte-americana no processo para remover o Partido Baath do poder e transformar o Estado Iraquiano. O conteúdo organizado de forma qualitativa por nós reuniu uma análise de mais de 400 iraquianos envolvidos nos diferentes momentos desde a composição de uma elite de oposição coletiva em 1992 até o estabelecimento da constituição iraquiana de 2005, já no "novo" Iraque.Portanto, reuniu os indivíduos da elite da

oposição iraquiana que contribuíram para remoção de Saddam e a reconstrução do Iraque em 2003, e aqueles da oposição que se contrapuseram à "presença" americana nesse processo.

## 6.1 A Guerra do Golfo e o Rompimento dos EUA com o Regime Baath.

No capítulo anterior vimo que a política externa norte-americana para o Iraque entre 1950 e 1990 foi pautada pelos princípios de preservar sua posição relativamente privilegiada de acesso ao mercado de petróleo ede responder às dinâmicas da Guerra Fria tanto no que se refere à presença soviética no Oriente Médio, quanto às transformações de poder regional, particularmente no Golfo pérsico. Vimos que a postura norte-americana foi agressivamente anti-*status quo* em três momentos: em 1963, ao apoiarem via *covert actions* o golpe que removeu Qassim; entre 1972 e 1975,em favor da oposição curda ao regime Baath; e em 1986 (parcialmente) com o descobrimento que os EUA financiavam indiretamente os iranianos durante a guerra Irã-Iraque – ainda que apoiassem majoritaria e formalmente os baathistas iraquianos –o que estremeceu em partesas relações entre baathistas iraquianos e norte-americanos. Com exceção desses três momentos, a política externa dos EUA para o Iraque durante a Guerra Fria preocupava-se em mantê-lo como um Estado próximo. No entanto, a Guerra do Golfo de 1990 significou um rompimento brusco. Foi uma mudança de paradigma para a maneira como os EUA agiam perante o regime baathista.

Aqui não faremos uma análise sobre a Guerra do Golfo, para isso recomendamos tantos outros historiadores e analistas da guerra que fizeram longas contribuições acerca do evento (KHADDURI, GHAREEB, 1997; ATIKINSON, 1993; FRIEDMAN, 1991; HALLIDAY, 1994[192]; FINLAN, 2003). O que faremos é explicar como e porque a Guerra do Golfo significou um momento de ruptura da entre EUA e Iraque. Ou seja, de uma postura pró-baathista relativa, ou parcial, para uma clara postura de inimizade.

Quando Saddam declarou que invadiria o Kuwait em 1990, é bem verdade que as relações entre EUA-Iraque já estavam se deteriorando. Em 1989, imediatamente após a guerra contra o Irã, John Kelly (assistente do secretário de Estado) visitou Bagdá e afirmou a Saddam que o Iraque era uma força de moderação para o Golfo e que os EUA pretendiam manter boas relações com os iraquianos (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p. 83).

---

[192] Fred Halliday (1994) recomenda outras leituras críticas da história da Guerra do Golfo, se referindo às obras: Michah L. Sifry e Christopher Cerf, *The Gulf War Reader:History, Documents, Opinions* (New York, 1991); John Gittings, *Beyond the Gulf War, The Middle East and the New World Order* (London, 1991); Victoria Brittain, *The Gulf Between Us: Gulf War and Beyond* (London, 1991); Haim Bresheeth e Nira Yuval-Davis, *The Gulf War and the New World Order* (London, 1991).

No entanto, o cenário era mais complexo que isso. Evidentemente, o projeto regional iraquiano de Saddam Hussein pretendia potencializar seu poder. Nos meses seguintes, Saddam tomava atitudes de demonstração de força. Em uma reunião com as lideranças árabes na Jordânia, em fevereiro de 1989, Saddam recomendava vigilância, pois o Oriente Médio poderia ser dominado pelos EUA. Em outra demonstração, prendeu o notório jornalista iraniano, Farzad Barzoft, em setembro de 1989, executando-o em março de 1990 sob a acusação de espionagem. Em 2 abril de 1990, afirmou em uma rádio iraquiana que, se Israel atacasse o Iraque (no contexto subsequente àPrimeira Intifada palestina),destruiria Israel. Não eramsó demonstrações discursivas. Naquele tempo, Saddam conseguia reunir as vinte e uma lideranças árabes.Como no caso do encontro da Cúpula Árabe em Bagdá, em 28 de abril de 1990, onde Saddam fez acusações ao Kuwait de estar engajando uma guerra econômica contra o Iraque e ocupar ilegalmente as ilhas de Bubiyan e Warbah, que bloqueavam parte do acesso iraquiano ao Golfo Pérsico (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.83-85).

O objetivo hegemônico regional iraquiano confrontava as pretensões norte-americanas para construção de uma ordem liberal internacional pós-soviética. Portanto, se, de um lado, Saddam tentava mobilizar as lideranças árabes no Oriente Médio, do outro, os EUA tentavam implementar a ideia de que com a desintegração da URSS, a comunidade internacional assistiria à“vitória” do modelo liberal capitalista como estrutura global prevalecente. Obviamente, trata-se de fenômenos de níveis distintos. A força iraquiana era regional, a norte-americana, global. A disparidade das capacidades políticas e militares deles ficaria evidente na Guerra do Golfo, em que os EUA mobilizaram forças do mundo todo, inclusive árabes (Síria, Arábia Saudita e Egito) em combate ao expansionismo de Saddam Hussein.

O Iraque de 1989, apesar da sua pretensão hegemônica, estava fragilizado economicamente após a guerra contra os iranianos. Sua economia era significativamente diferente da década anterior. Enfrentava destruição maciça de infraestrutura, endividamento de US$ 42 bilhões com países árabes e estrangeiros, moeda fraca e preços do petróleo em deterioração (US$32 por barril para US$12 na década de 1980). Simultaneamente, o regime investia pesadona plena militarização e reconstrução pós-guerra (SASSOON, 2012, p.241).Portanto, na concepção de Saddam e das lideranças baathistas, invadir o Kuwait significaria uma solução ao cenário econômico negativo, ao passo que expressaria a força militar iraquiana na região. Porém, a abrupta reação internacional de repulsão ao movimento intervencionista no Kuwait não estava nos cálculos estratégicos da elite política iraquiana.

Inicialmente, não estava nos planos dos EUA se intrometer no conflito. Um ano antes da invasão, April Glaspie (embaixador dos EUA em Bagdá), afirmava que não tinham opiniões formadas sobre as disputas de fronteira entre Iraque-Kuwait. John Kelly afirmou ao comitê sobre Oriente Médio da Camara de Representantes que não pretendia utilizarforça militar em um caso de invasão (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.84). Porém, pouco após a invasão, a guerra que tinha uma pretensão local por parte dos iraquianos, se tornou global.

A crise do Golfo de 1990 a 1991 foi uma das crises internacionais mais significativas da época pós-1945. Considerada uma das últimas grandes guerras interestatais da contemporaneidade, envolveu a mobilização de cerca de um milhão de militares e consistiu no envolvimento diplomático de grande parte da comunidade internacional. A guerra foi no sentido oposto à "nova ordem mundial", termo cunhado no início do governo George H. W. Bush designando uma ordem internacional de prevenção a agressões entre os Estados, às violações dentro dos Estados e à promoção da democracia (HALLIDAY, 1994, p.109-110). Similar ao contexto pós-Segunda Guerra Mundial, o pós-Guerra Fria seria um cenário de renovação dos valores liberais internacionalistas anível global.

No entanto, um olhar em perspectiva histórica revela que a intervenção internacional liderada pelos EUA no conflito iniciado pelos iraquianos, em agosto de 1990, significa mais continuidade do que ruptura (HALLIDAY, 1994). Isso, pois, conforme visto no capítulo 4 desta tese, as intervenções são parte da história dos EUA e elemento crucial para consolidação da sua posição de poder global. Se olharmos apenas para as razões imediatas do conflito no Golfo em 1990 e o cenário de reconfiguração da ordem internacional, sobressai a aparência de um fenômeno isolado e de uma invasão "necessária" para manutenção da ordem internacional. Contudo, impedir o avanço geopolítico iraquiano naquele momento significava impor um limite para as pretensões hegemônicas de Saddam.

Até 1990 o Iraque foi uma peça importante para os cálculos de poder dos EUA na contensão, ou contraposição soviética no Oriente Médio. Àmedida que o cenário global se alterou, e os objetivos internacionais dos baathistas iraquianos se tornavam mais ambiciosos, os EUA revisaram sua posição perante o *status quo* no Iraque. Porém, isso não foi automático.

Quando iniciou o governo, George H. W. Bush expressava a intenção de manter as práticas de política externa a favor da cooperação com o Iraque –na esperança de que seu governo se tornasse uma força de moderação e paz no Oriente Médio –, sobretudo por parte dos agentes diplomáticos e do DoE, mashavia fortes elementos no DoD, CIA e grupos no Congresso e mídia dos EUA que se opuseram aisso (KHADDURI, GHAREEB, 1997, p.97).

Logo após a invasão iraquiana no Kuwait, em 2 de agosto de 1990, os EUA responderam de maneira militar, com a operação *Desert Shield*. Ela consistia na chegada de tropas à Arábia Saudita, primeiropara bloquear e impor força ao exército iraquiano no Kwuait. A operação preparou a formação deforças multinacionais da coalizão militar contra o Iraque.Ao vencer o prazo imposto pela Resolução 678 da ONU exigindo a retirada das tropas iraquianas do Kuwait em janeiro de 1991, atacou diretamente asbases militares do país via campanhas aéreas e, em fevereiro de 1991, iniciou uma campanha terrestre que poria fim a intervenção iraquiana no Kuwait (FINLAN, 2003).

Geralmente apontadas como tema central, essas operações militares lideradas pelos EUA trataram de intervenções diretas; uma das faces mais importantes, porém, não única da presença dos EUA no Iraque nos anos 1990.Em paralelo à largamente midiatizada Guerra do Golfo, outras medidas intrusivas dos EUA se fazem presentes, como a implementação de sanções econômicas ao Iraque e o apoio às elites políticas da oposição iraquiana, conforme explorados nos tópicos subsequentes.

A pluralidade das frentes de ação internacional dos EUA no Iraque no início dos anos 1990 indicava a falta de um objetivo claro sobre o que a elite política norte-americana pretendia ali. Dois episódios revelam esta falta de clarezado que os norte-americanos entendiam, ou esperavam sobre o futuro do Iraque. Primeiro, um episódio envolvendo o líder curdo da PUK, Jalal Talabani e o DoE (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p. 36-37). Em 28 de fevereiro de 1991, Talabani entrou em contato com o DoE para alertar sobre uma revolta em iminência no norte do Iraque. Os registros oficiais da época apontam que Richard Haas, então Diretor de Assuntos sobre Oriente Médio do CSN, telefonou para reclamar da atitude de Peter Galbraith, que erabenevolente com os curdos iraquianos, e afirmou: “Você não está entendendo nossa política é para remover Saddam Hussein e não o seu regime” (USA, 1991).

Outro caso revela como não havia propriamente uma ambição transformativa dos EUA no Iraque em 1990. Em um episódio envolvendo o engenheiro civil iraquiano, Laith Kubba [193] – persistente opositor iraquiano do governo Baath promovendo nos EUA e Inglaterra a necessidade de derrubar esseregime no final dos anos 1980 – relatou que, ao conversar com um funcionário (anônimo) de escalão médio do DoE no inicio da Guerra do

---

193 Dentre as figuras notórias de oposição, Laith Kubba era um importante defensor da ideia de um islã democrático e liberal. Além de articulador político nos anos 1990 e notório anti-saddam, ele é visto como um intelectual liberal iraquiano, tendo ligações com *think tanks* norte-americanos e com o Brookings Institute. Escreveu textos no *Journal of Democracy,* desde os anos 1990, tentando promover a ideia de democracia islâmica como*: Islam and liberal democracy: Recognizing pluralismo,* de 1996, *What is Liberal Islam? Faith and Modernity*, de 2003, e *Islamist Parties and Democracy: Institutions Make the Difference*, de 2008.

Golfo, comentousobre a sugestão de promover democracia no Iraque. O funcionário então respondeu: “Quem disse que queremos promover uma democracia no Iraque? Isso poderia irritar nossos amigos sauditas.” (*apud* COCKBURN, COCKBURN, 1999, p. 36-37). Alguns meses depois, a atmosfera do governo norte-americano estava mudando de ares. E ainda em 1991, os EUA começariam a sua aproximação política com os iraquianos da oposição.

Para os EUA, uma questão que assombrou o governo G. H. W. Bush até o seu final foi porque a força multinacional liderada pelos EUA não avançouaté Bagdá para remover Saddam de uma vez por todas? Uma fotografia do momento é fundamental para compreender as condições de possibilidade para tal ação. Primeiramente, a razão explicita: Bush afirmava que não poderia avançar no território iraquiano, pois haveria o limite imposto pelas resoluções da ONU[194], sob as quais a guerra do Golfo deveria cumprir o objetivo restrito de libertação do Kuwait e não poderia ir além. Em segundo lugar, caso a coalizão internacional avançasse até Bagdá, sabia-se que seria necessário ocupar o Iraque por meses no intuito de criar condições para elaboração de eleições para um novo governo, entre outras coisas (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p. 32). Naquele momento, não havia apoio suficiente dentro do governo norte-americano e não haviam atores políticos de confiança dentro do Iraque articulados com os norte-americanospara um projeto dessa natureza. O estabelecimento dessa rede de confiança seria iniciado justamente após a guerra do Golfo, conforme os tópicos seguintes.

Ainda sim, nota-se que a Guerra do Golfo foi fator crucial para alteração da agenda política internacional dos EUA no Iraque. Se, pelas décadas anteriores, os EUA viam em Saddam Hussein um aliado, ou no mínimo, um ator político de possível diálogo no Oriente Médio, os anos 1990 provam que essa agenda se alterou drasticamente. O estabelecimento de um sistema de sanções e boicote internacional ao Iraque, liderado pelos EUA e respaldado via CSONU é talvez a prova mais latente disso.Não foi até que o aumento das forças ocidentais para libertar o Kuwait estivesse quase completo, em novembro de 1990, que os EUA e a Grã-Bretanha começaram a procurar grupos de oposição iraquiana para ajudar na guerra e no planejamento do pós-guerra (ALLAWI, 2007, p.43). A Guerra do Golfo foi um desastre para a solidez do poder baathista de Saddam Hussein no Iraque.

## 6.2 Sanções e Embargo ao Iraque: Tática de enfraquecimento econômico

194 As Nações Unidas estabeleceram um conjunto de Resoluções preocupadas com a invasão do Iraque ao Kuwait, desde agosto de 1990 aabril de 1991. Tais Resoluções vislumbravam estabelecer a ilegalidade da ação iraquiana no Kuwait e como a “comunidade internacional” deveria responder a tal ilegalidade. São elas as Resoluções: 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 669, 670, 674, 677, 678, 686, 687.

Para uma interpretação completa da conformação do projeto de política externa norte-americana para remoção de Saddam Hussein, não é possível deixar de fora uma análise sobre a função das sanções econômicas e as inspeções da ONU que acabaram por enfraquecer ainda mais o regime de Saddam. E, particularmente, a influência norte-americana nesse processo.

Não consideramos o papel das sanções fator único do enfraquecimento do regime Baath, mas inegavelmente o sistema de sanções e embargo econômico contra o Iraque deve ser considerado como uma variável no cálculo que leva àderrocada de Saddam Hussein, em 2003, e a emergência de uma nova elite do poder no Iraque. Evidentemente, essa variável não apenas enfraquecia o regime, mas estipulava os limites e as bases "corretas" econômicas esperadas pelas potências internacionais ao Iraque. Isso significa que as sanções estabeleciam o que o Iraque não deveria fazer e o que se esperava de um Estado na nova ordem internacional pós-Guerra Fria. Isso era fator crucial no estabelecimento de quem poderia dar seguimento a um projeto político-econômico dentro desses limites: aqueles dispostos a conduzir o Iraque dentro das regras do jogo internacional estabelecido pelas potências.

No âmbito narrativo, as sanções exigiam o desarmamento total das ADM iraquianas e a permissão de prestação de contas feitas pelos inspetores de armas da ONU. No entanto, no âmbito estrutural, significava se submeter à estrutura liberal internacional que estava se consolidando (ou pretendia se consolidar) nos anos 1990. Assim, qualquer Estado que não se submetesse ao regime de inspeções seria considerado um pária, como foi no caso iraquiano.

Entre 1991 e 2003, os iraquianos foram isolados pelo regime de sanções da ONU aplicado pelos EUA, Grã-Bretanha e França (HALLIDAY, 2005, p.137). Tal regime deve ser observado ao menos por duas perspectivas combinadas. De um lado a transformação na grande estratégia de política externa dos EUA na virada dos anos 1990, de outro lado as dinâmicas regionais do Oriente Médio por consequência das ambições de poder do regime baathista iraquiano. Sobre esta segunda, o tópico anterior descreve o cenário que impulsionou o intervencionismo militar liderado pelos EUA contra as forças iraquianas no Kuwait.

Sobre a primeira perspectiva, da grande estratégia de política externa dos EUA, com a desintegração da URSS entre 1989 e 1991, o Pentágono conduziu uma ampla revisão das ameaças que a segurança americana enfrentava. Na chamada Nova Estratégia ou Estratégia de Defesa Regional, da primavera de 1990, os oficiais postularam que as potências regionais emergentes – apelidadas de "Estados Párias" (desonestos, rebeldes, ou fora da lei – *rogue states*, ou *outlaw states*) – representariam ameaças aos interesses de segurança dos EUA após

o fim do poder soviético[195]. Os Estados Párias foram identificados pelo *status* regional dominante, (possível) posse de grandes forças armadas e armas de destruição em massa e objetivos expansionistas. Sob a *Rogue Doctrine*, o Pentágono afirmou que deveria manter a capacidade militar de lutar contra quaisquer desses Estados simultaneamente. A criação de problemas de Saddam Hussein no início de 1990 confirmou nas mentes dos EUA tanto a validade da dessa doutrina quanto a necessidade de confrontar o Iraque (HAHN, 2005, p.107).

Em perspectiva histórica, essa "nova" grande estratégia de política externa reflete a mesma lógica que investigamos no capítulo quarto desta tese, sobre as práticas intrusivas norte-americanas como mecanismo hegemônico. Vale retomar o discurso de John Quincy Adams, em 1821, segundo o qual os EUA buscam "monstros para caçar". A partir da década de 1990; esses "monstros" não eram mais os soviéticos, senão os Estados Párias da periferia do SI. É então que se sucede um aprimoramento de qualificação sobre quem são os "párias"[196], identificando Irã, Iraque, Síria e Coreia do Norte como principais exemplos.

Na prática, a estratégia norte-americana para enfraquecer Saddam Hussein, no imediato pós-guerra do Golfo, consistia em uma ação intrusiva de duplo direcionamento. Se, de um lado, iniciava sua interlocução positiva aos grupos de oposição política via *covert actions*, ao mesmo tempo, aplicava um rígido sistema de sanções econômicas que vislumbrava debilitar a economia iraquiana.(COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.164).

A partir da invasão do Kuwait pelo Iraque, em 2 de agosto de 1990, os EUA impuseram sanções abrangentes, incluindo um embargo comercial contra o Iraque e um congelamento dos ativos do então governo iraquiano. Ao longo dos anos, uma série de ordens executivas ajustou as sanções em resposta aos eventos no Iraque. (USA, 2010). Em grande medida, a decisão posterior no âmbito do CSONU seguiu a "solução" norte-americana para conter as práticas expansionistas iraquianas[197].

---

195 Os tomadores de decisão da política externa dos EUA ao longo de 1993 a 2004 manifestam o estereótipo de "Estado Pária", conforme exibido por declarações sobre as políticas e comportamentos associados ao Iraque, Irã, Coreia do Norte, Líbia, Síria, China, Cuba, Paquistão, Zimbábue e Birmânia (O'REILLY, 2007, p.305).

196 O termo "pária" na verdade entra no léxico oficial da doutrina de segurança internacional dos EUA no governo Bill Clinton, em 1994. Porém desde o final dos anos 1980, especialistas e pesquisadores norte-americanos já traziam o termo como um conceito fundamental para compreender as "novas ameaças" do SI. Para um entendimento aprofundado sobre o desenvolvimento da narrativa de Estados Pária e a necessidade de contê-los, ou combatê-los, recomendamos a leitura de K. P. O'Reilly (2007) e Michael Klare (1998).

197 "A invasão e ocupação iraquiana do Kuwaiti foi o primeiro caso, desde a fundação da ONU, que um membro tentou dominar e anexar por completo outro membro (...) Por meio do uso de sanções e outras medidas, através de esforços para instituir assistência humanitária, e com programas em áreas como demarcação de fronteiras, compensações por prejuízos causados pela invasão e promoção e proteção de DH, a ONU atingiu um novo patamar como *peacemaker*, *peacekeeper* e *peacebuilder* (ONU, 1996, p.3, tradução nossa).

As autoridades do CSONU implementaram um sistema de sanções que inicialmente serviu, primeiro, para tentar obrigar o Iraque a deixar o Kuwait e, em um segundo momento, para obrigar o Iraque a prestar contas(*jus post bellum*) sobre os prejuízos causados ao Kuwait durante a ocupação. Apenas depois uma nova razão levaria àimplementação de novas sanções, relacionadas ao problema da suposta produção de ADM e àproibição da entrada de inspetores da ONU para investigar isso no Iraque.

Horas depois que o Iraque invadiu o Kuwait, o CSONU condenou a invasão. O Iraque se recusou a se retirar, então o CSONU adotou a Resolução 661, que impôs sanções abrangentes proibindo a importação ou exportação de mercadorias do Iraque (exportação dealimentos e medicamentos) ou investimento no país. Depois de concordar o cessar-fogo, em março de 1991, o Iraque foisubmetido a novas sanções que, de acordo com a Resolução 687, obrigou-o a respeitar a inviolabilidade das fronteiras do Kuwait e forneceu a base para o pagamento de compensação por danos de guerra e para as inspeções internacionais para localizar e eliminar os programas de ADM do Iraque (RUBIN, 2001, p.103-104). A partir dessa Resolução, criou-se a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM), um regime de inspeção criado pela ONU para garantir o cumprimento das políticas relativas à produção e uso de armas de destruição em massa após a Guerra do Golfo por parte do Iraque.

Naquele cenário, os objetivos da comunidade internacional, influenciada pelos norte-americanos, vislumbravam o seguimento das sanções ao Iraque, pois ele ainda era um pária. Ao rejeitar deliberadamente o cumprimento de seus compromissos de eliminar as ADM, o Iraque, aos olhos internacionais, respaldava com suas ações a manutenção do sistema de sanções. Em discurso àimprensa norte-americana, logo após as revoltas de março de 1991 e a intensificação de refugiados curdos iraquianos, G. H. W. Bush deixava clarassuas intenções: “Os [nossos] objetivos nunca incluíram ir a Bagdá, nunca incluíram a morte e a destruição de Saddam pessoalmente. Tive muitas pessoas, que me disseram desde o início deixe as sanções funcionarem (...) Não faça nada sobre a agressão”. (BUSH, 1991, tradução noss).

Pode-se dizer que as sanções deram continuidade às práticas intrusivas internacionais no Iraque. O papel de liderança dos EUA nesse processo foi evidente, as decisões do governo Bush e posteriormente Clinton refletiam-se nas decisões do CSONU.

As consequências de um sistema de sanções são imediatamente eficazes no aspecto econômico e geram fissuras estruturais de médio alongo prazo. De maneira simplificada,

Alnasrawi (1994, p.152) aponta que, em 1994 a situação econômica do Iraque, apontava para um apagamento de 30 anos de crescimento ininterrupto[198].

Essa queda é resultado dos altos custos para manter um Estado em guerra com o Irã e depoismanter sua ocupação do Kwuait, mas também resultado do impedimento de manter uma economia em pleno funcionamento por consequência do sistema de sanções. Segundo dados levantados por Amatzia Baram (2000, p.204) e Michael Rubin (2001, p.101), a UNICEF estimou que mais de 1,2 milhão de iraquianos morreram em decorrênciadas sanções, enquanto a Coalizão de Ação Internacional, sediada nos EUA, afirmou que, em 1997, o embargo econômico ao Iraque havia matado 1,4 milhão de pessoas. Por essas razões, eram muitos aqueles[199] que criticavam ferozmente a manutenção do sistema de sanções ao Iraque.

Outras reformas ainda foram implementadas. A mais notória delas, o Programa *oil-for-food*, basicamente propôs fornecer ajuda humanitária, alimento e medicamentos em troca dos insumos de petróleo iraquianos. Oferecido em primeira mão em 1991, foi recusada pelo Iraque, visto como insulto àsoberania do país. O programa foi aprovado em 14 de abril de 1995 pelo CSONU por meio da Resolução 986. Declarando a necessidade de "distribuição equitativa de ajuda humanitária a todos os segmentos da população iraquiana", a Resolução criou uma conta de custódia para os rendimentos do petróleo iraquiano. A ONU, por sua vez, poderia usar esses recursos para comprar suprimentos e monitorar sua distribuição. O governo iraquiano, depois de recusá-lo, aceitou-o finalmente em maio de 1996 por estar afogado economicamente (RUBIN, 2001, p.105; COCKBURN, COCKBURNO, 1999, p, 134-135).

Ainda sim, o programa esteve longe de resolver os problemas econômicos iraquianos. Dennis Halliday, coordenador de assuntos humanitários da ONU para o Iraque, afirmava que o país estava quebrando, sua infraestrutura e o sistema de saúde colapsando e demoraria ao menos duas décadas para restaurá-los (*apud* COCKBURN, COCKBURNO, 1999, p.135).

Se observarmos o sistema de sanções, boicote e ajuda humanitária dos anos 1990 exclusivamente por aquilo que se intencionava nos documentos das ONU (ONU, 1999) ou norte-americanos (EUA, 2010), provavelmente concluiremos que esse sistema fracassou nos seus objetivos de conter as intenções expansionistas do regime baathista ao passo que subsidiou sua população para um não-colapso total da sua base econômica e de saúde pública.

---

198 A partir de 1960 o país navegou os melhores anos de crescimento do PIB e de desenvolvimento econômico. Seu produto interno bruto do Iraque era de cerca de US$ 8,7 bilhões. Ele aumentou continuamente nas duas décadas seguintes, até atingir o pico de US$ 54 bilhões, em 1979. A partir de 1980, o PIB do Iraque inverteu sua tendência histórica e caiu para US$ 10 bilhões, em 1993.(ALNASRAWI, 1994, p.152)

199 Críticos como Noam Chomsky, Edward Said, Dennis Halliday e o congressista democrata Jim McDermott.

Porém, se observarmos em uma perspectiva mais ampla, que trate das interlocuções paralelas que os EUA já estavam estabelecendo desde 1992 com a elite da oposição iraquiana, pode-se afirmar que o objetivo era enfraquecer o regime no país foi alcançado plenamente.

Em 1996, Madeleine Albright, representante dos EUA na ONU disse que as sanções valeram a pena, pois levaram Saddam Hussein a reconhecer a independência do Kuwait e que a resposta reativa dele ao regime de inspeções "revelava" que provavelmente o Iraque ainda desenvolvia ADM. Isso, apesar de a entrevistadora da *CBS News* afirmar que quase meio milhão de crianças morreram por consequência devastadora do sistema de sanções. Albright foi contundente: "valeu a pena." (*apud* COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.138). Evidentemente, do ponto de vista humanitário, foi um desastre. Agora, do ponto de vista geopolítico das intenções de poder dos EUA para o Iraque, parecia ser positiva.

As sanções não foram o único artifício intrusivo acionado pelos norte-americanos para o enfraquecimento do regime Baath. Já vimos aintervenção militar direta durante a Guerra do Golfo (1990-91). Agora, olhemos então para esta outra variável:a composição de uma elite da oposição conjunta contra Saddam Hussein e o Partido Baath (6.3) e o papel norte-americano em articulação com essa elite primeiramente por via de *covert actions* (6.4) e em seguida formalmente (6.5).

## 6.3 Redes de Conexão entre Membros da Eliteda Oposição Iraquiana[200] nos anos 1990.

Desde a emergência e ampliação do governo baathista no Iraque nos anos 1970, outros grupos políticos se apresentavam como opositores do regime de Saddam Hussein, alguns deles representaram movimentos contra-hegemônicos intensos, como no caso dos curdos iraquianos no norte do país. No entanto, tratava-se de grupos difusos como vimos no capítulo anterior. Iniciemos então com a explicação sobre as origens das conexões entre os diferentes grupos de oposição baathista, cujas articulações mais evidentes datam dos anos 1990.

Falaremos aqui sobre grupos de poder da oposição e suas lideranças[201], e a conformação de um conjunto heterogêneo desses grupos com o mesmo objetivo: a remoção de Saddam e do Partido Baath do governo iraquiano, desde o estabelecimento do Comitê de Ação Conjunta (CAC), as revoltas de 1991, e as Conferências de Beirute, Viena e Salahuddin.

---

200 Definimos "elite da oposição iraquiana" da mesma forma que Al-Shamrani (1999, p. 15, tradução nossa); "o termo 'oposição' se refere a qualquer grupo ou coleção de grupos políicos que discordem das políticas do regime de Saddam Hussein, se oponham à sua liderança ou ao controle do poder do Partido Bath".

201Os nomes destas lideranças que estão identificadas no Apêndice A são escritas a partir da sua fonética, são nomes árabes, portanto sua tradução para nosso alfabeto não é precisa. Por isso, em alguns momentos estes nomes podem estar escritos distintamente. Suas variações estão contidas no Apêndice A.

Portanto, sobre as conexões formais e informais entre entres grupos e lideranças. Esse tópico intermediário é fundamental à medida que revela que o cenário "interno"[202] no Iraque, de consolidação, ou tentativa de consolidação, de uma frente de oposição única ao regime Baath foi ponto importante para o estabelecimento de uma agenda intrusiva secreta dos EUA para tais elites da oposição no início dos anos 1990.

As condições sociais de possibilidade para transformação da estrutura de poder no Iraque somente seriam viáveis caso houvesse forças sociais suficientemente fortes para confrontar o sólido poder do Partido Baath no país. O histórico político iraquiano apresentado anteriormente demonstra tal solidez.Os bons frutos econômicos dos anos 1970 e a força moral obtida no conflito contra o Irã nos anos 1980, e a força policial e de inteligência que "apagava" a oposição interna, colocavam o Iraque como uma potência regional em ascensão.

Não havia grupos políticos da elite não governante que sozinhos apresentassem qualquer força de oposição política robusta.Evidentemente, os grupos de oposição ao governo Baath no Iraque eram diversos, tinham seus próprios interesses, estratégias e objetivos para a transformação do país. Mas a partir de 1990 uma iniciativa de trabalho em conjunto da oposição baathista no Iraque ganhou forma com o estabelecimento de uma rede de conexão entre esses diferentes grupos: o Comitê de Ação Conjunta (CAC).

Para além do estabelecimento de uma "frente única" contra o Baath iraquiano, a oposição política no início dos anos 1990 era amparada por três novas considerações importantes. Primeiro, pela hostilidade aberta dos EUA ao regime de Bagdá mediante àinvasão ao Kuwait e ao cenário liberal do pós-Guerra Fria. Em segundo lugar, pelo estabelecimento de uma área principalmente segura do Curdistão iraquiano sob o controle de partidos curdos que o apoiavam e que deu à oposição uma possível base de operações contra o regime. Terceiro, pelo isolamento político do regime Baath internacionalmente e pelas sanções impostas a ele pela ONU sob proposta norte-americana (ALLAWI, 2007, p.50). Portanto, é evidente que a invasão do Kuwait foi o começo do fim para Saddam e um grande impulso para a oposição iraquiana (AL-BAYATI, 2014, p.23).

---

[202]O uso do termo "interno" (entre aspas) tem função gramatical de revelar uma ênfase. Quando dizemos cenário interno nos referimos aos atores da sociedade iraquiana. Particularmente, a elite política da oposição, cuja identidade nacional é iraquiana. No entanto, o destaque das aspas vem da necessidade de informar que tais grupos não são isolados dos fenômenos políticos internacionais. O item 5.2 do capítulo 5 desta tese demonstrou historiograficamente como esta elite (PUK, KDP, Dawa, SCIRI, Movimento monárquico, INA, INC) são resultados (ao menos influenciados), de apoio internacional. Iraniano, inglês, jordaniano, sírio, e por aí vai. Nesse sentido, são atores iraquianos, mas cuja consolidação ou sustentação se deu no estrangeiro.

### 6.3.1. O estabelecimento do Comitê de Ação Conjunta (CAC)

O estabelecimento de uma organização ampla que combinasse os diferentes grupos políticos de oposição ao Partido Baath no Iraque se iniciou em setembro de 1990, com a criação do Comitê de Ação Conjunta (CAC – *Joint action Committee*). Ele foi um movimento pioneiro, parte das iniciativas individualistas de grupos de oposição e figuras notórias iraquianas no exterior, na tentativa de promover incentivos para derrubada do regime Baath desde os primeiros anos em que o partido assumiu poder pleno em 1968. O CAC era uma coalizão heterogênea de partidos e agrupamentos de oposição com o objetivo geral de derrubar o regime Baath no Iraque e estabelecer um Estado democrático e secular (HIRO, 1997, p.36). Esses grupos foram vagamente organizados na Síria durante a Guerra Irã-Iraque, com apoio governamental, como Frente Democrática Nacional, uma entidade que se mostrou ineficaz. O governo sírio, portanto, foi anfitrião de vários grupos políticos de oposição iraquiana (ALLAWI, 2007, p.43). Vale ressaltar também que muitos oficiais iraquianos que também comuseram o CAC, tornaram-se oposicionistas de Saddam Hussein durante a Guerra do Golfo, e cruzaram as fronteiras com o Irã e a Arábia Saudita para se juntar a facções da oposição iraquiana antes mesmo da libertação do Kuwait (AL-BAYATI, 2014, p.23).

Portanto, sob apoio sírio e iraniano as diferenças entre grupos rivais foram temporariamente corrigidas após muita deliberação durante o segundo semestre de 1990 entre os principais grupos de oposição. As reuniões resultaram na publicação de um comunicado conjunto, que foi assinado por representantes dos principais grupos islâmicos, nacionalistas árabes, curdos e de oposição democrática. O comunicado, que anunciava o nascimento de uma nova organização guarda-chuva, foi anunciado em 27 de dezembro de 1990, quando parecia que os dias de Saddam Hussein estavam contados. Nesse sentido, chegou-se ali adois principais objetivos comuns: 1) Derrubar o regime Baath e revogar todas suas legislações impostas aos iraquianos; 2) Formar um governo de coalizão composto por todos os grupos políticos que se opõem ao regime de Saddam Hussein (AL-SHAMRANI, 2001, p.193).

O CAC originalmente era composto por uma liderança coletiva de cinco grupos, cada um dos quais com poder de veto. Dois assentos foram dados aos partidos islâmicos (SCIRI e Dawa), enquanto os dois partidos curdos (PUK e KDP) dividiram um assento, o *Qawmiyun* (árabes nacionalistas independentes) e a ala do Partido Baath iraquiano pró-sírio[203] dividiram

---

203 São os dissidentes do Partido Baath iraquiano que se identificavam com o respectivo partido sírio e perderam força política no Iraque àmedida que a vertente liderada por Saddam Hussein prevaleceu a partir de 1979.

o quarto assento, e o ICP e os socialistas tiveram o quinto. Os grupos políticos se multiplicaram posteriormente crescendo de 17 para mais de 60 grupos até o fim da década de 1990[204], a maioria dos quais representavam pan-árabes, islâmicos ou curdos. No entanto, a eficácia das ações do CAC era pequena (ALLAWI, 2007, p.43; EL-SHAZLY, 1998, p.64-65). O CAC buscou ampliar as vozes da oposição no país com a Rádio Iraque e a Voz do Curdistão Livre, tentando competir com a máquina de propaganda de Saddam (ABURISH, 2001, p.311).

Em dezembro de 1990, o CAC, em uma reunião realizada em Damasco, concordou com a elaboraação de um comitê diretor e secretariado. Dentro de algumas semanas, o comitê expandiu para incluir pessoas e grupos apoiados pela Arábia Saudita, incluindo o INA, de Ayad Allawi e Salah Omar al-Ali, ex-ministro baathista que rompera com Saddam; e o *Free Iraq Council*, com sede em Londres, liderado por Saad Salih Jabr (ALLAWI, 2007, p. 41).

A repressão política forçou os oponentes do governo a buscar asilo no exterior. Ao contarem com poderes regionais e externos para obter apoio financeiro, político e diplomático, eram vistos como simpatizantes dos interesses estrangeiros que os patrocinavam, o que colocava em risco sua credibilidade. Saddam Hussein usou isso contra eles e os rotulou como antipatrióticos durante o levante de 1991 (EL-SHAZLY, 1998, p.64-65). O CAC se consolidou como primeira expressão coletiva anti-saddamista, unindo de maneira pioneira elites políticas iraquianas diversas paralelamente à Guerra do Golfo.

Nosso mapeamento no Apêndice A das figuras notórias iraquianas que participaram do CAC, de todo processo de remoção de Saddam Hussein e do processo de reconstrução, ou ao menos eram parte de partidos que eram parte do CAC, revela 79 indivíduos iraquianos das

---

[204] Também faziam parte do CAC os seguintes grupos: 1. *Al-Majlis AI A'la Lil-Thawra AI Islamiya* (O Conselho Supremo da Revolução Islâmica - SCIRI) (Muhammed Baqir Al-Hakim); 2. *Hizb AI-Da'wah* (Partido Dawa - Chamada Islâmica) (Al-Asifi); 3. *Munadhamat AI Amal Al-Islami* (Organização de Ação Islâmica) (Al-Muddaris); 4. *Hizb Al-Bath* (Renaissance Party) (Mahdi Alaiwi Al-Obeidi); 5. *Al-Tajamu'Al-Iraqi Al-Dimocrati* (Congresso dos Democratas Iraquianos) (Salih Duggleh); 6. *Al Kutla Al-Islamiya* (Bloco Islâmico) (Muhammad Al-Al-Alousi); 7. *Harakat Al-Mujahideen Al-Iraqiyeen* (Movimento dos Mujahideen Iraquianos) (Bayan Jabur); 8.*Jama'at Al-Ulama 'Al Mujahideen RI-Iraq* (Coalizão de Clérigos *Mujahideen* no Iraque) (Hasan Al-Nouri); 9. *Al-Hizb Al-Dimocrati Al Kurdistan* (Partido Democrático Curdo) (Masoud Al-Barzani); 10. *Al-Ittihad Al-Walani Al Kurdistan* (União Patriótica do Curdistão) (Jalal Al-Talbani); 11. *Hizb AI-Sha'b Al Dimocrati* (Partido Democrático Popular) (Sami Abdul-Rahman); 12. *Hizb Kadihi Kurdistan* (Partido do Proletariado Curdo) (Abdul-Khaliq Zanganah) 13. *Al-Hizb Al-Ishtiraki Al-Kurdi* (Partido Socialista Curdo) (Rasoul Mamend) 14. *Al-Hizb Al-Shiyou'i Li Iqlim Kurdistan* (O Partido Comunista da Região Curda) 15. *Al-Haraka Al-Dimoqratiya Al Athouriya* (Movimento Democrático Assírio) 16. Al-Hizb Al-Shiyou'I Al-Iraqi (Partido Comunista Iraquiano) (Kerim Ahmad) 17. *Al-Hay Al-Arabiya Al-Mustaqillah* (Grupo Árabe Independente) composto pelo General Hasan Al-Naqib (independente); Mubdir Al-Wayyis do *Al-Hizb Al-Ishtirakiy Fil Iraq* (Partido Socialista do Iraque) e Abdul-Ilah Al-Nasrawi do *AI Haraka Al-Ishtirakkiya Al-Arabiya* (Movimento Socialista Árabe). (AL-SHAMRANI, 2001).

elites não-governantes[205]. Cabe ressaltar que não encontramos qualquer lista oficial dos membros do CAC (seja em documentos oficiais, seja na literatura especializada sobre o tema), somente seus partidos e algumas menções às principais figuras que elaboraram o Comitê. Por isso, afirmamos que esse número final, possivelmente pode ser acrescido deoutros indivíduos que também compuseram o CAC e os processos posteriores descritos aqui nesta tese. Desses 79 indivíduos, ao menos 43 fizeram parte (ou seus partidos) das conferências da oposição em 1991 e em 1992, tendo relativa proximidade com os norte-americanos ao longo dos anos 1990; e atuaram em cargos importante durante a ocupação entre 2003 e 2004 [206].

Ainda que diversos outros notórios indivíduos iraquianos apareçam no nosso mapeamento, esses 43 são aqueles que acompanham – alguns incisivamente, outro de maneira mais distante – todo processo até a reconstrução do Iraque. Portanto, não revelamos aqui intensidade, senão presença[207]. O CAC foi constituído como uma organização autônoma iraquiana;os subsídios externos para a oposição iraquiana só aparecerão de fato a partir dos meses após a Guerra do Golfo, quando o CAC se esvaziou enquanto instituição e outras aparecem em seu lugar. Particularmente a criação do INC alterou a lógica de funcionamento da oposição ao regime Baath a partir da crescente influência dos EUA nela.

---

[205] Vale mencionar que essa contabilização não é total. Não encontramos documentos que listem todos os membros e partidos incluídos no CAC. Chegamos a este número através da análise da literatura acerca dotema. Damos especial destaque para a tese de doutorado de Ali Al-Shamrani (2001), que estabelece algumas das listas que utilizamos para categorizar os indivíduos entre: Membro do CAC; Membro de organização que compôs o CAC; não (para aqueles que podemos afirmar que de fato não eram membros do CAC); e "?" (para aqueles que não encontramos informações que indiquem sua participação).

[206] São eles: Ayad Allawi (INA), Massoud Barzani (KDP), Abdul Aziz al-Hakim (SCIRI), Jalal Talabani (PUK),Ibrahim Jaafari (Dawa), Fallah Hassan Al-Naquib (INM), Tawfiq al-Yasseri (INF), Yonadam Yousif Kanna (MDA),Baqir Jabr al-Zubeidi (ou Bayan Jabr Solagh) (SCIRI), Mohammed Abdullah al-Shahwani (INA), Hameed (Hamid) Al-Bayati (SCIRI), Adel Abdel Mahdi (SCIRI), Ezzedine Salim (ou Abd al-Zahra Uthman Muhammad) (Dawa), Akram Al-Hakim (SCIRI), Fouad Maasoum (PUK), Sami Abdul-Rahman (Partido Democrata Popular / KDP / INC), Mowafak Al-Roubaei (Dawa/INC), Hoshiar Zibari (KDP),Haider al-Abadi (Dawa),Nuri Badran (INA), Subhi Mansour Al-Jumaili (ICP), Khodayyir Abbas (Dawa), Mohammad Tofiq Rahim (PUK), Mohammad Jassem Khodayyir (SCIRI), Rowsch Shaways (KDP), Barham Salih (PUK), Mufid Mohammad Jawad al-Jazairi (ICP), Leyla Abdul Laif (INA), Latif Rashid (PUK/INC), Ali Faif al-Ghabban (SCIRI), Wael Abdul Latif (INA), Narim Othman (PUK),Kassim Daoud (Qassim Dawoud) (INA), Mamu Farham Othman Pirali (Partido Socialista Curdo) Sarbast Omar Hassan Bamarni (PUK), Labid Abawi (ICP),Hamid Majid Mousa (ICP), Abdel Hadi Al-Hakim (SCIRI), Nouri (Jawad) Al-Maliki (Dawa), Ali al-Adeeb (Dawa), Hamam Hamoudi (SCIRI, INC),Jalal Al-Deen Al-Sagheer (SCIRI), Sami Al-Askeri (Dawa). Destes indivíduos, todos receberam algum subsídio dos EUA nos anos 1990 para um projeto de remoção de Saddam Hussein, e/ou foram incluídos no processo decisório de reconstrução do Iraque a partir de 2003.

[207] Por exemplo, evidentemente que Ayad Allawi (INA) teve um papel mais ativo em interlocução com os EUA nesse período, do que Karim Ahmad (ICP). Isso, porque o INA tinha acessos secretos dentro do Partido Baath, podendo passar informações que corroborariam o plano de enfraquecimento dos baathistas no Iraque. Por outro lado, desde a Guerra Fria,o ICPera tratado com certo distanciamento pelos atores de política externa dos EUA. E isso parece ser uma constante também nos anos 1990 e 2000, à medida que não lemos nada sobre a inclusão oficial do ICPnos planos dos EUA para reconstrução do Iraque pós-Saddam.

Por fim, cabe mencionar que uma parcela dos iraquianos da oposição era veementemente contra a incursão estrangeira em favorà derrubada de Saddam. Conforme pode ser visto no Apêndice B, existe uma parcela da oposição iraquiana que discordou da participação norte-americana no processo para remover o Partido Baath do poder e transformar o estado Iraquiano. Figuras como Salah (Salih) Omar Al-Ali (INA); Ahmad al-Habbub (Haboubi) (Movimento Democrátivo Nacionalista / Partido Nacional Sindicalista/INC); Mubdir al-Wis (Mubdir Al-Wayyis) (Partido Socialista Iraquiano); Abd-al-llah al-Nasrawi (Movimento Socialista Árabe); Hani al-Fekaiki (Fkaiki) (ex-baathista); Muhammad Muhammad Ali (ex-SCIRI)[208].

Antes disso, olhemos para os dois principais eventos que levaram àreconstituição da elite da oposição iraquiana: as revoltas de Março de 1991 e as Conferências de Beirute (1991), Vienna e Salahudin (1992).

### 6.3.2 As revoltas de março de 1991

A partir da derrota do exército iraquiano pelas potências da coalizão, em fevereiro de 1991, e da destruição massiva de áreas militares e civis na Guerra do Golfo, incendiavam-se os sentimentos anti-regime reprimidos entre os grupos de oposição dentro e fora do país. Nesse processo revigoravam os oponentes ao regime entre os xiitas no sul do Iraque e os curdos nas áreas do norte, que há muito aguardavam oportunidades para levantes contra o governo central. Os levantes xiitas e curdos eclodiram espontaneamente quando o cessar-fogo pôs fim às operações militares da coalizão (KHADDURI, GHAREEB, 1997, p.189).

Por cerca de duas semanas, em março de 1991, todas as grandes cidades do norte e do sul do país, exceto Mosul, caíram nas mãos dos rebeldes e seus simpatizantes. O levante se inicioupredominantemente em cidades ao sul (Basra, Amara, Nasíria, Najaf e Karbala) espontaneamente, mas foi parcialmente associada às organizações políticas como o Dawa e o SCIRI. Bakir Al-Hakim (SCIRI) enviou algumas centenas de “soldados” da brigada Badr em direção às cidades rebeldes. Rapidamente desertores do exército regular iraquiano também se uniram àcausa. No entanto, não houve propriamente uma liderança que assumisse a responsabilidade desses levantes. Mesmo o líder religioso xiita aiatoláAl-Kohei timidamente expressava apoio aos revoltantes, em um primeiro momento. Não se tratou de um movimento nacional, foi localizado em algumas cidades urbanas no sul. Organizações políticas dos

[208]No tópico 6.5.5 analisaremos as razões para isso.

distritos rurais do sul preferiram não se envolver, aguardando qual seria o resultado do conflito civil; outras lideranças tribais, inclusive, ajudaram as forças regulares a reafirmar o controle dias depois (TRIPP, 2007, p.246).

Paralelamente, os curdos empreenderam um movimento mais consistente de rebelião. De novo, foi inicialmente levantada de maneira espontânea e rapidamente foi cooptada pelas duas principais representações de poder curdo iraquianas: o KDP e a PUK. O auge do movimento de rebelião se deu em 19 de março, quando os curdos iraquianos conseguiram tomar Kirkuk, quebrevemente foi retomada pelas forças regulares do Iraque, à medida que as rebeliões no sul foram interrompidas (TRIPP, 2007, p.248). A sobrevivência do regime ficou em dúvida por duas semanas, até que as tropas regulares lideradas pela Guarda Republicana começaram finalmente a extinguir a insurreição cidade por cidade[209] (GOLDSTEIN, 1992).

As revoltas de março de 1991 revelaram que o regime Baath estava enfraquecido, mas não morto. A falta de qualquer apoio regional ou internacional pode ser citada como razão para o colapso do levante. A atitude dos países vizinhos foi ditada por seus interesses e estratégias nacionais. Exceto pela Jordânia, a maioria dos países vizinhos enfatizaram que, enquanto Saddam Hussein permanecesse no poder, a estabilidade e a paz no Oriente Médio sempre estariam sob ameaça. Ao mesmo tempo, os EUA, que anteshaviam convocado os iraquianos para derrubar Saddam Hussein, praticamente nada fizeram para ajudar os rebeldes. Em uma entrevista, o general Colin Powell presidente do JCS, disse: “melhor o Saddam Hussein que conhecemos do que uma coalizão desconhecida e fraca, ou um novo homem forte que é uma quantidade desconhecida” (*apud* AL-SHAMRANI, 2001, p.191). Naquele momento, tal qualdurante a intervenção na Guerra do Golfo, remover Saddam Hussein não era o objetivo político dos norte-americanos. Removê-lo poderia ser mais perigoso do que tolerá-lo. Sendo assim, enfraquecê-lo parecia ser a melhor estratégia.

Por isso, interpretando que o Partido Baath estava violando contra os direitos de seus cidadãos opositores ao regime, os membros do eixo ocidental do CSONU – EUA, Grã-Bretanha e França – adequaram a Resolução 688 para servir às suas próprias políticas. Em 16 de abril de 1991, eles argumentaram que teriam o direito de enviar tropas ao norte do Iraque e estabelecer acampamentos seguros para fornecer suprimentos aos refugiados curdos. O Iraque denunciou isso como interferência em seus assuntos internos. Após um cessar-fogo não

---

209 No relatório: *Iraqi Deaths from the Gulf War as of April 1992*, a*Greenpeace* estima que 30.000 civis iraquianos e 5.000 soldados iraquianos morreram durante os levantes. Segundo o historiador Charles Tripp (2007, p.247), as revoltas de 1991 geraram a migração forçada de mais de 50 mil iraquianos do sul do Iraque para Arábia Saudita e Irã e mais de 100 mil curdos iraquianos para Turquia e Irã.

declarado entre os insurgentes curdos e o exército iraquiano em 17 de abril, conversações entre o governo central e os delegados da Frente do Curdistão Iraquiano (IKF), liderada pelo KDP e PUK, começou em Bagdá. Os líderes curdos viram a atual fraqueza de Saddam como um momento oportuno para chegar a um acordo. Uma semana depois, ambos os lados anunciaram um acordo provisório que considerou a autonomia curda e deu aos curdos o direito adicional de retornar aos 3.800 vilarejos e cidades arrasadas nos últimos dezessete anos (HIRO, 2003, p.45). Para os curdos iraquianos, a revolta de 1991 gerou frutos transformativos importantes. Era alcançadafinalmente a autonomia lutada por décadas: eles tiveram a chance de experimentar a autogestão, e a região autônoma foi estabelecida *de facto.*

Enfim, as rebeliões de março de 1991 são produto do enfraquecimento do regime Baath mediante àderrota na Guerra do Golfo e àinterlocução inicial das elites da oposição no país. Não existem evidências que conectem diretamente os movimentos rebeldes no norte e no sul, porém, é possível inferir que existe uma inspiração coletiva de um sentimento anti-*status quo* em parte relevante da sociedade iraquiana e que fora cooptado parcialmente pelo SCIRI no sul e pelo KDP e pela PUK, no norte. Ainda não se tratava de uma forte ação homogênea, mas o desenho de uma composição antisaddamista comum estava sendo traçado e inspirou os passos seguintes para tanto.

### 6.3.3 As Conferências da oposição ao regime Baath: Beirute (1991), Viena e Salahuddin (1992)

Duas semanas após o fim das hostilidades da Guerra do Golfo, centenas de iraquianos convergiram à capital libanesa para se reunir por dois dias, em março de 1991, a fim de "conceber formas de salvar os iraquianos da ditadura e salvaguardar a integridade territorial da nação". Uma série de figuras independentes, líderes religiosos e representantes sindicais também compareceram. Além dos exilados iraquianos, representantes dos governos do Líbano, da Síria, do Irã, do Kuwait, bem como enviados de vários movimentos de libertação árabes e islâmicos, meios de comunicação de massa e organizações de DH também estiveram presentes na Conferência de Beirute (ao menos 450 indivíduos). Contudo, os desdobramentos dentro do Iraque após as revoltas de março e a súbita reviravolta nos acontecimentos em favor do regime de Saddam Hussein pegaram o otimista CAC de surpresa, em certa medida abafaram o movimento coletivo de oposição (AL-SHAMRANI, 2001, p.201).

Em junho e outubro de 1992, duas reuniões que congregaram dezenas de lideranças da oposição ao regime Baath no Iraque, consolidaram uma alternativa ao tradicional

nacionalismo baathista iraquiano liderado por Saddam Hussein no país. As conferências em Viena (junho) e em Salahudin (outubro) tornavam públicauma composição inesperada entre os diferentes grupos (geográfica, ideológica e religiosamente) de oposição a ele e foram largamente divulgadas nas mídias tradicionais ocidentais[210].

No entanto, a consolidação dessa "unidade" não era simples.Primeiramente, de 16 a 19 de junho de 1992, foramreunidos em Viena cerca de 200 delegados representando mais de 40 grupos de oposição diferentes. A reunião foi realizada sob a organização de Ahmad Chalabi,do KDP de Masud Barzani e da PUK de Jalal Talabani, tendo como principal objetivo formar uma organização de grupos iraquianos antisaddamistas (AMARAL, 2017).

Grupos importantes como o SCIRI e o Partido Dawa, no entanto, não participaram dessa conferência, por duas razões iniciais. De um lado, a questão da autonomia política curda era controversa. Enquanto os curdos exigiam que a conferência reconhecesse seu direito à autodeterminação, muitos dos grupos se incomodavam com tal exigência. Jawad al-Maliki, presidente da primeira conferência da oposição em Beirute e membro da liderança do Partido Dawa, não presente na conferência, rejeitou essa exigência curda, afirmando que ela representava um passo em direção à secessão. Algo inadmissível (GUNTER, 1993, p.302).

Por outro lado, as origens internacionais do "chamamento" dessa conferência também foi alvo de críticas de parte da oposição. Chalabi e as lideranças curdas conseguiram convencer alguns grupos de oposição iraquiana a participar da conferência, incluindo os dois partidos curdos e alguns iraquianos não filiados e não alinhados, como Sayyid Mohammed Bahr al-Ulum, um religioso que havia trabalhado com Sayyid Mahdi al-Hakim em Londres, e o Dr. Laith Kubba. Mas a desconfiança da participação de Chalabi e a suspeita sobre os interesses das potências ocidentais eram vistas com desconfiança por parte dessa oposição. Sendo assim, das cinco principais correntes políticas, quatro boicotaram a conferência de Viena: a corrente islâmica (incluindo o SCIRI e o Partido Dawa), o contingente nacionalista (incluindo a ala síria do Baath), a ala esquerda (incluindo o ICP) e a corrente liberal. Apenas os partidos curdos da IKF participaram em massa da conferência (AL-BAYATI, 2011, p.38).

A narrativa de Al-Bayati (2011, p.38), como parte dessa elite política pós-Saddam, afirmava que "apostar" naquele conjunto de oposição que estava se formando era a melhor alternativa caso a comunidade internacional quisesse investir em um substituto ao regime Baath saddamista. Para ele, a oposição iraquiana era a única alternativa democrática. Naquela

---

210O *The New York Times* (1992a; 1992b) disseminava títulos como *Facções de oposição no Iraque se reúnem para formar a Frente Unida,* ou *Inimigos de Hussein criam frente conjunta por um Iraque federal.*

altura,era evidente que existia um olhar internacional contundente para o Iraque. Desde o estabelecimento do sistema de sanções, existia uma vontade exercer o direito internacional e cumprir as Resoluções do CSONU, incluindo a Resolução 668, que exigia que o regime de Saddam deixasse de oprimir o povo iraquiano e pusesse fim às violações dos DH.

Ainda que não concordemos com essa concepção liberal da vontade internacional de fazer cumprir as resoluções do CSONU e do direito internacional apontada por Al-Bayati (2011), é bem verdade que os olhos internacionais estavam cada vez mais no Iraque. Esse seria um fator importante para o estabelecimento de uma força opositora viável. Sem o apoio internacional, muito provavelmente o destino das pretensões políticas dessas elites da oposição seria o mesmo que nas décadas anteriores: o fracasso.

Os grupos também decidiram convocar outro congresso no Iraque, que se reuniu em setembro de 1992. Nesse congresso, as forças de oposição elaboraram e chegaram a um acordo sobre um plano de unidade. Os grupos reunidos em Salahuddin, próximo a Erbil, na região autônoma do Curdistão iraquiano, incluindo SCIRI, o Dawa e outros membros do CAC concordaram em convocar uma Assembleia Geral ampliada e também concordaram com os princípios de que um futuro Iraque permaneceria unido geograficamente, liderado por um governo parlamentar, democrático e constitucional.

A Assembleia Geral reunida em Salahuddin, em 27 outubro de 1992, ratificou as decisões tomadas em Viena e Salahuddin (setembro), sob os auspícios de um governo legitimamente curdo desde maio daquele ano. Foi a primeira reunião que juntou a oposição ao regime Baath dentro do próprio território iraquiano, unindo 234 delegados que representavam as elites não-governantes iraquianas. Nessa conferência, o INC conseguiu incluir a maioria das organizações e correntes estabelecidas dentro da oposição iraquiana. Enquanto alguns nacionalistas boicotaram a Assembleia porque rejeitaram a ideia de que a futura forma de governo iraquiano seria baseada em uma estrutura federalista, uma decisão discutida e aceita na Assembleia, o Partido Dawa expressou suas reservas sobre esta decisão (RABIL, 2002).

A representação do que seus participantes começaram a chamar de Congresso Nacional Iraquiano Unificado foi mais ampla do que na conferência de oposição de Viena, em junho anterior, já que dessa vez a maioria dos líderes proeminentes do movimento islâmico compareceu. Dois itens principais estavam na agenda da conferência: coordenação e cooperação entre várias facções da oposição e a situação extremamente crítica em várias partes do Iraque. Por fim, porém, ficou claro que a real intenção era estabelecer um governo alternativo para substituir Saddam. A questão do federalismo, declarada unilateralmente pelos

curdos iraquianos no início daquele mês, foi um dos principais pontos de discussão. Os seguintes nomes foram eleitos para o comitê administrativo da conferência: Jalal Talabani (PUK), Muhammad Bahr al-Ulum (o líder do Partido Islâmico Independente Xiita) e Hasan al-Naqib (um dissidente, ex-general baathista e líder sunita). Vários outros comitês também foram aprovados: político, constitucional, DH, cooperação e ajuda humanitária, informação, econômico, apoio ao levante e militar. A conferência resultou na decisão de tornar o Iraque um estado democrático e federal assim que Saddam fosse derrubado (GUNTER, 1993, p.310).

É verdade que essas conferências representaram um marco na política da oposição. Elaborou-se uma estrutura de liderança e responsabilidades que persistiu ao longo da década seguinte. O INC, entidade política coletiva que emergiu dessas conferências, desenvolveu a seguinte fórmula burocrática: assentos nos vários órgãos executivos iraquianos seriam alocados de acordo com afinidades sectárias, étnicas e ideológicas. No entanto, essa fórmula provou ser controversa, pois parecia consagrar as divisões da sociedade de acordo com considerações comunitárias e étnicas (ALLAWI, 2007, p.53).

As duas conferências foram realizadas a partir de um cenário de desânimo generalizados mediante um cenário que começava a ficar crítico no Iraque. Ainda que esta oposição tivesse um grande número de seguidores no Iraque, a possibilidade de derrubar ou mesmo abalar o regime de Saddam Hussein, ainda era pequena. A oposição não fez nada que ameaçasse a autoridade do governo central. Esse fracasso privou-os da oportunidade de demonstrarsua credibilidade perante o povo iraquiano (AL-SHAMRANI, 2001, p.273).

Em suma, consolidava-se ali uma oposição, diversa, mas que conversava e buscava soluções alternativas ao regime Baath. Os primeiros anos a Guerra do Golfo indicaram uma oportunidade de as elites iraquianas não-governantes enfrentarem o regime Baath. Porém, sua capacidade de enfrentamento ainda era evidentemente limitada; as revoltas de 1991 demonstram seulimite material. Contudo, conforme o apoio indireto norte-americano começava a aparecer, parecia que elas começavam a ganhar um pouco mais de capacidade.

No mapeamento feito no Apêndice A, elencamos 101 figuras notórias iraquianas que acompanharam o processo de remoção de Saddam e reconstrução do Iraque, ou ao menos que eram membro de partidos que estiveram representados nas Conferências de Beirute (1991), Viena e/ou Salahudin (1992). A consolidação do INC em Salahudin firmava uma nova institucionalidade à oposição iraquiana. Compunha-se ali um corpo um pouco mais homogêneo, com um projeto mais acertado sobre o que se planejava para o Iraque pós-Saddam. Naquele tempo, remover Saddam Hussein ainda era um objetivo longínquo, no

entanto, acertar as arestas de divergências entre grupos ideologicamente muito distintos foio primeiro passo para caminhar em direção a um “novo Iraque”.

### 6.3.4 As articulações de oposição se dão no estrangeiro e evidenciam falta de liderança.

Notadamente, as articulações entre as diferentes elites de oposição ao regime baathista se consolidam no exterior do Iraque. Vão desde a criação de grupos estabelecidos no entorno regional e nas capitais dos EUA e Grã-Bretanha, até o estabelecimento de gruposPreexistentes no Iraque, mas cujas lideranças se exilaram por medo de perseguição política.

No entanto, uma vez no exílio, aqueles que buscavam destituir o Partido Baath rapidamente se tornaram sujeitos àa forças geopolíticas, além de seu controle. A história pós-1992 da oposição iraquiana é a de um movimento preso entre o patrocínio dos EUA, suas divisões internas e as rivalidades regionais dos vizinhos do Iraque (DODGE, 2009, p.90).

Al-Shamrani (2001, p.272) aponta que, ao contrário da experiência iraniana revolucionária de 1979, que gerouuma liderança unificada da oposição, personificada em Khomeini, quem coordenou os esforços da oposição doméstica; a experiência da oposição iraquiana não teve um comando unificado ou um indivíduo com popularidade e carisma suficientes para liderar a oposição para abalaro regime e derrubar Saddam Hussein.

A experiência dos dois anos após a Guerra do Golfo mostrou que a oposição buscava reconhecimento regional ou internacional na forma de apoio político e material. As duas conferências buscaram obter reconhecimento internacional para o movimento de oposição e afastá-lo dos interesses conflitantes das potências regionais: Síria, Turquia, Irã e Arábia Saudita, ou de potências ocidentais especialmente dos EUA. O desejo de projetar uma imagem de independência refletiu-se na escolha de Viena e Salahudin como sedes para as duas conferências. Viena era a terceira sede da ONU, criada em 1980, e representava a localidade mais neutra se comparadacom Nova York e Genebra. Já a província de Salahudin se encontra geograficamente ao centro-norte do Iraque, bem no intermédio entre Bagdá e a Região do Curdistão iraquiano, localização que refletia relativa neutralidade mediante aos diversos interesses na mesa da oposição iraquiana na época. Os organizadores dos dois encontros esperavam que a neutralidade geográfica da conferência refletisse o livre arbítrio e a independência política da oposição (AL-SHAMRANI, 2001, p.273).

Ao longo dos anos 1990, essa oposição iria se reorganizar recorrentemente, à medida que a presença norte-americana em apoio a ela aumentava. Evidentemente que a incursão progressiva dos EUA significaria uma recomposição desse grupo de oposição heterogêneo.

As escolhas sobre quem apoiar partia claramente da ideia sobre quem seriam aqueles dispostos a pôr em prática um projeto democrático, que representasse uma concepção de mundo que reproduzisseo modelo liberal internacional norte-americano. Isso significou a exclusão de alguns dos componentes dessa elite não-governante iraquiana no caminho.

## 6.4 A Articulação entre o governo norte-americano e a elite da oposição iraquiana: das *Covert Actions* ao *Iraq Liberations Act*.

Uma vitória sem triunfo. Foi assim que George H. W. Bush designou os resultados da guerra do Golfo no Kuwait: "Para ser bastante honesto com vocês, eu ainda não sinto este sentimento eufórico que muito do povo americano sente (...) eu acho que é que eu quero ver um fim. E, por enquanto, ainda temos o Saddam por aqui" (BUSH *apud* COCKBURN, COCKBURN,1999, p.32). Não à toa, meses depois do fim da Guerra do Golfo, a administração Bush começou um processo de promoção de *covert actions* para possibilitar condições para remoção de Saddam Hussein, enquanto diligenciava o desenvolvimento de um sistema de sanções que enfraquecia o governo Baath.

O objetivo deste subtópico é, pois, explicar como a relação entre instituições governamentais norte-americanas orientadas pelo governo Bush (pai) e posteriormente Clinton aprofundaram a relação transnacional com as elites iraquianas não-governantes anti-baathistas ao longo da década de 1990. O processo decorre desde a informalidade em que documentos desclassificados mostram que a CIA financiava grupos da oposição para fazer propaganda contra o governo de Saddam Hussein no contexto da guerra do Golfo, evoluindo até a formalidade a partir do *ILA*, assinado por Bill Clinton em 1998, em que os EUA reconhecem a necessidade de retirar Saddam do poder e destina subsídio para grupos políticos da oposição no Iraque – muitos já recebiam subsídio informal anteriormente.

Embora pelo menos setenta grupos de oposição iraquiana tenham emergido do exílio, foi entendido por muitos países, incluindo os EUA e a Grã-Bretanha, que apenas alguns grupos tinham líderes políticos conhecidos mundialmente e uma estrutura organizacional com poder real dentro do Iraque e suas forças militares (AL-BAYATI, 2014, p.24). Estes incluíam KDP, PUK, INA, Dawa, SCIRI e o MMC. Embora o INC seja visto por parte da literatura também como um partido político, é importante ressaltar que era, inicialmente, um grupo "guarda-chuva" que servia de espaço institucional para o recebimento do auxílio indireto dos EUA. São esses que receberam auxílio dos EUA para oporem-se ao governo Baath.

### 6.4.1 As articulações dos EUA com a elite da oposição iraquiana via *Covert actions:* o começo.

Em maio de 1991, pouco depois do fim da Guerra do Golfo e das revoltas anti-saddamistas de março, G. H. W. Bush encaminhou uma informação da Casa Branca sobre o Iraque ao diretor da CIA, William Webster, autorizando uma *covert action* "para criar as condições para a remoção de Saddam Hussein do poder" (*apud* MAYER, 2004, tradução nossa). Naquele momento, Frank Anderson da CIA,destacou as dificuldades para se atingir este objetivo, "não tínhamos quaisquer mecanismos com os quais pudéssemos criar um plano para remover Saddam" (*apud* COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.31). Essa seria a terceira vez que os EUA, por meio de seu serviço secreto, influenciava de maneira encoberta a estrutura de poder iraquiana. A primeira, em 1963, culminou na derrubada de Qassim; a segunda, em 1972, apoiou as revoltas curdas, eculminou na desistência de apoiotrês anos depois e na retomada (parcial) da normalização da relação com os baathistas; e a terceira, iniciada em 1991, culminaria na intervenção de 2003 que removeria os baathistas do poder.

Mas porque naquele momento, e não durante a Guerra do Golfo? Segundo Robert Baer (ex-CIA), quando os curdos iraquianos e a oposição islâmica de maioria xiita se levantaram contra Saddam nas revoltas de março de 1991, os curdos solicitaram a ajuda norte-americana[211]. Em 28 de fevereiro de 1991, Jalal Talabani (PUK) enviou um ofício ao DoD solicitando auxílio (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.37). Os EUA mandavam aos poucos oficiais ao norte iraquiano para discutir as questões da revolta e um possível assassinato de Saddam. No entanto, nenhuma ação foi tomada, enquanto os baathistas paulatinamente retomavam o controle do país[212]. Foi só quando refugiados curdos começaram a inundar a Turquia e o Irã que o presidente Bush impôs uma regra de exclusão aérea que lhes permitiu "reconquistar" o Curdistão e demandar autonomia quase um ano depois: "A ideia operacional parecia ser que a CIA cuidasse de 'nossa guerra inacabada': limpar tudo, encontrar uma maneira de se livrar de Saddam, e impedir que os sempre rebeldes curdos se matem." (BAER, 2003, p.196-197). Começava ali, em meados de abril de 1991, um esforço dentro do serviço secreto norte-americano para pensar alternativas ao regime Baath no Iraque.

---

211 Ainda não existem documentos desclassificados que apontem esse fato, no entanto, o relato de Robert Baer, e outros ex-agentes de serviço secreto ou do DoD dos EUA atestam o mesmo.

212 Segundo Baer (2003, p.199), o governo dos EUA sabia que a probabilidade de as revoltas de março de 1991 acarretarem em um golpe de estado no Iraque era muito baixa.

Segundo o relato de Whitley Bruner da CIA, que então tratava dos assuntos do exílio iraquiano, foi ele mesmo que ficou encarregado de contatar uma liderança iraquiana capaz de trabalhar como gerenciador que conectasse os grupos de oposição iraquiana. Em maio de 1991, ele se encontrou com Ahmad Chalabi no intuito de estabelecer tal conexão: "Ele lidaria com a administração, a organização, as porcas e parafusos da defesa anti-Saddam e as estratégias de bastidores." (*apud* ROSTON, 2009, p.75). É bem verdade que outras figuras políticas da oposição iraquiana eram muito "maiores" que Chalabi. Na época o grupo de especialistas da CIA afirmava que o plano era escolher entre Muhammad Bahr al-Ulum, um clérigo xiita independente, Hassan Naqib, um sunita ex-general baathista que morava na Síria, e Masoud Barzani, o líder curdo. No entanto, Chalabi parecia ser uma figura mais "neutra" do que os anteriores, facilmente identificados pelas identidades políticas, religiosas e étnicas.

Paralelamente, um grupo intitulado Comitê Internacional para um Iraque Livre (*International Committee for a Free Iraq - ICFI*), coordenado por Ahmad Chalabi estabelecia as primeiras conexões transnacionais entre opositores iraquianos ao regime Baath e a "comunidade internacional". Entre os patrocinadores estavam o senador democrata Claiborne Pell, chefe do Comitê de Relações Exteriores dos EUA, e o senador John McCain. Ann Clwyd, uma parlamentar inglesa de esquerda que formaria um vínculo estreito com Chalabi, também estava a bordo. O mesmo aconteceu com Bernard Lewis, professor de Princeton cujas críticas devastadoras àcultura islâmica se tornaram importantes para influentes pensadores americanos. Albert Wohlstetter estava na lista, assim como o estrategista militar da era Reagan, Richard Perle. O objetivo do ICFI era garantir que, uma vez que os EUA expulsassem as tropas de Saddam do Kuwait, como certamente fariam, as forças militares americanas continuariam a perseguir Saddam e "libertar" o Iraque (ROSTON, 2009, p. 71). Isso significa que, ao mesmo tempo em que o governo federal dos EUA começava a produzir mecanismos dentro do seu serviço secreto para conectar-se com a elite da oposição no Iraque, o ICFI prova que existiam outros esforços paralelos de notórios políticos norte-americanos e britânicos para fazer o mesmo.

Foi em outubro de 1991, o presidente Bush informou ao Congresso dos EUA que estava escalando as operações secretas contra Saddam por meio de seu vice-conselheiro de Segurança Nacional, Robert Gates, e queria que arrecadassem fundos de US$ 38 milhões (ROSTON, 2009, p.73). Até o estabelecimento do Grupo de Operações do Iraque (*Iraq Operations Group* - IOG), organização da CIA com base no Iraque para lidar com os assuntos intervencionistas dos EUA no Iraque no início dos anos 1990, um grande debate processou-se

dentro dos órgãos burocráticos dos EUA. Segundo Robert Baer (2003, p.200) responsável pelo IOG na época: até o estabelecimento de uma base clandestina da CIA no norte do Iraque, em outubro de 1991, muita discussão foi levada pelos diferentes órgãos públicos dos EUA. Particularmente, a posição do DoE do governo Bush era veementemente contra qualquer operação que interferisse diretamente nos assuntos políticos iraquianos, e entendia que as sanções que se iniciavam contra o Iraque eram suficientes para o enfraquecimento de Saddam Hussein. No entanto, prevaleceu a vontade do CSN e da CIA para a criação de uma instituição que cuidaria dos assuntos com as elites da oposiçãopara pressionar o líder iraquiano.

Naquele momento, uma possível derrubada de Saddam ainda não era cogitada, fosse por golpe, revolução ou assassinato. Todas as comunicações do IOG para o DoD informavam que, se os planos em algum momento incluíssem a remoção de Saddam Hussein, o governo dos EUA teria que fornecer apoio militar, não apenas ações secretas (ROSTON, 2009, p.79).

A partir de então o IOG serviu de principal interlocutor do governo norte-americano com a elite política da oposição no Iraque. Inicialmente, ele limitou suas atividades a esforços simples de propaganda (como o financiamento de transmissões de rádio anti-Saddam) (RITTER, 2005, p.128). Também atuava para assegurar uma trajetória segura de refugiados curdos para além das fronteiras iraquianas (WURMSER, 1999, p. 13). Enquanto os EUA estabeleceram um canal direto com a oposição iraquiana, esta buscava se fortalecer e construir uma unidade comum, conforme vimos nos tópicos anteriores. Foi, então, em 1992 que essa oposição e os representantes norte-americanos no Iraque começaram um diálogo mais consistente para um projeto de poder alternativo para o país. O estabelecimento de uma estrutura institucional iraquiana de oposição que congregasse os distintos grupos era um passo importante nesse sentido. O INC é fruto deste cenário.

### 6.4.2 O *Iraq National Congress (INC)* e a aproximação do serviço de inteligência dos EUA com a oposição iraquiana.

O INC foi o principal órgão de oposição iraquiana que colocou esforço para derrubar o regime de Saddam Hussein,no período após a Conferência Salahudin, de outubro de 1992 a agosto de 1996, quando suas tropas invadiram a capital regional do Curdistão, Erbil. O INC significava a cristalização institucional de uma série de objetivos comuns compartilhados por todos os participantes da oposição iraquiana do CAC. Esses objetivos comuns podem ser delineados da seguinte forma: 1) A derrubada de Saddam Hussein e do grupo que o cercava como uma pré-condição para a mudança; 2) Endosso da integridade territorial do Iraque; 3) Aceitação dos princípios de eleição democrática e governo constitucional; 4) Aceitação da

necessidade de um *status* especial para os curdos iraquianos com base em um grau de autogoverno (AL-SHAMRANI, 2001, p.218), todos princípios agradáveis aos ouvidos norte-americanos, em um cenário de busca por alternativas de poder no Iraque.

O CAC realizou reunião no início de fevereiro de 1992 e decidiu intensificar os esforços para a realização de uma conferência numa capital europeia, basicamente com o intuito de aproximar a comunidade internacional dos objetivos das elites da oposição. Viena foi escolhida como o local mais apropriado devido à sua neutralidade e por considerações de custo. Também foi acordado que o encontro planejado seria denominado INC, que inspirou o nome do novo grupo de oposição composto por lideranças anti-saddamistas diversas e apoiadas não apenas por Estados do entorno regional iraquiano, mas pelo "ocidente".

Logo após a conferência em Viena, James Baker secretário do DoE, se reuniu com uma delegação chefiada por Masoud Barzani (KDP), Ahmed Chalabi e Muhammad Bahr Al-Uloum (clérigo islâmico xiita independente). O gesto significava um reconhecimento da oposição iraquiana e uma indicação de aprovação e apoio (AL-SHAMRANI, 2001, p.271).

A principal figura articuladora desse plano foi Ahmad Chalabi, que era pouco conhecido nos círculos de oposição iraquiana. Os relatos da literatura, membros da elite da oposição e ex-agentes da CIA envolvidos na época revelam que Chalabi entusiasmava-se com a garantia dos EUA de que ele receberia apoio total se conseguisse reunir os grupos de oposição que concordassem em realmente promover a deposição de Saddam. Ele supostamente havia recebido essas garantias quando contatou funcionários dos EUA em Washington em busca de apoio para seu projeto. Seguindo a promessa de apoio dos EUA, Chalabi apressou-se em convencer a oposição iraquiana do papel vital da comunidade internacional, especialmente dos EUA, em efetuar mudanças políticas no Iraque. Eleteria se gabado de garantir o apoio americano à oposição. Suas afirmações receberam alguma atenção, especialmente porque a maioria, senão todos os que expressaram entusiasmo pela conferência, esperavam, na verdade, resistir às tentativas das potências regionais, particularmente da Síria e do Irã, de influenciarem o curso e o resultado do trabalho da oposição iraquiana. E, curiosamente, muitos nacionalistas e pan-arabistas preferiram realizar a conferência em uma capital europeia, longe de qualquer um dos Estados árabes (AL-SHAMRANI, 2001, p.220).

A partir de Viena, foi possível falar da INC como uma grande organização guarda-chuva de oposição ao regime de Saddam Hussein. Para isso, logo estabeleceu escritórios em Londres, Salahudin e Washington conectados. A liderança da oposição passou a ser recebida cordialmente nas capitais internacionais (ALLAWI, 2007, p.53).

Naquele momento, havia uma grande suspeita de que a fonte do dinheiro para consolidação dessa nova institucionalidade da oposição vinha dos EUA. Formalmente, Chalabi era o interlocutor da rede financeira que vinha de lá. No entanto, ainda que uma parte relevante dos grupos de oposição se incomodavacom o subsídio vindo dos EUA, dois fatores levaram a grande maioria desses opositores a aceitarem esse novo formato com o INC. Primeiramente, a experiência fracassada do CAC em que os diferentes grupos buscavam um lugar de preferência nas demandas – generalizando, os curdos pela independência do "Curdistão iraquiano", os democratas por uma reforma total das estruturas do Estado em direção a um modelo liberal eos islâmicos advogando por um regime político similar ao iraniano – gerava um impasse e a inação da oposição. Em segundo lugar, pela própria questão financeira. Alguém teria que pagar os custos de estabelecer uma organização coesa e de ampla dimensão para realmente fazer frente ao regime Baath. Sem dinheiro, isso seria inviável. Portanto, seria quase que inevitável contar com a ajuda (ainda que indesejada, por alguns) das potências internacionais por um projeto alternativo ao baathismo.

O INC tinha um conselho de liderança, composto por um xiita, um curdo e um sunita, respectivamente: Muhammad Bahr Al-Uloum (do *Iraqi Islamic Grouping*), Ahmad Chalabi (curdo independente) e o ex-general baathista Hasan Naqib (sunita independente). O conselho executivo (de liderança – CEINC) também foi dividido proporcionalmente, de acordo com as composições sectárias e étnicas (ALLAWI, 2007, p.53). O grupo era composto por 26 membros Ahmad Chalabi como presidente; do INA, Ayad Allawi; os ex-baathistas (agora independentes) Abdul Saftar Al-Duri, Taub Shibib, Hani Al-Fikaiki; o democrata independente Aziz Alyan; curdos do KDP Hishiar Zibari, Muhsin Dazaee, Sami Abdul Rahman; curdos da PUK Kemal Fuad, Latif Rashid; do Partido Dawa, Sami Al-Askari, Jassim Hussein e Muhammad Abdul Jabbar; Do Partido Nacional turcomano, Mudhaffar Arsalan; do SCIRI Bayan Jabr e Humam Hammoudi; Do Movimento Reformador Sarni Azara; do Partido Democrático Assírio, Albert Yelda, do IMK Ali Abdul Aziz; Movimento dos Soldados dos Imann, Izzat Shabander; do Partido Islâmico do Iraque (IIP) Falih Al-Samarrai; do partido comunista iraquianoAbdul Razzaq Al-Safi; da Organização de Ação Islâmica Nizar Haidar; o islamita independente Muhammad Muhammad Ali; e o independente Abdul Hussein Shaban [213] . Nossa investigação sobre a presença dessas lideranças no processo até o estabelecimento de uma nova constituição pós-baathista, infere

213 Detalhes sobre o papel dessas figuras na sequência do processo até a deposição de Saddam, durante a reconstrução do Iraque e após o estabelecimento da nova constituição iraquiana, pode ser visto no Apêndice A.

que, dessas figuras notórias de oposição, algumas seguiram ao lado dos norte-americanos no processo de remoção de Saddam e de reconstrução do Iraque, enquanto outros não.

Ao menos sete dosmembros do CEINC se tornariam ferrenhos opositores à presença/interferência norte-americana no processo em direção a um "novo Iraque" pós-baathista:Ahmad al-Habbubi, Mubdir al-Wayyis, Abd-al-llah al-Nasrawi, Hani al-Fekaiki, Muhammad Muhammad Ali, Abd al-Husayn Shaban e Abdul Sattar Al-Duri[214]. Todos os demais dezenove membros do CEINC, bem como outros membros de outras categorias (secretários, conselheiros de comitês específicos) compuseram algum cargo durante a reconstrução do Iraque pela CAP e/ou algum cargo executivo importante no Iraque[215].

Então é em 1992 que o INC começa a receber apoio financeiro direto do IOG da CIA. No ano anterior, a CIA ofereceu US$ 50 mil para Chalabi como um teste para que ele mostrasse o que poderia fazer no Iraque e iniciar suas articulações por uma oposição mais consistente (ROSTON, 2009, p.77). Provavelmente o estabelecimento do INC na conferência de Salahudin foi a prova de que Chalabi conseguiarealmente mobilizar parte da oposição. Em 1993, abriu escritórios dentro de cidades curdas no norte do Iraque sob a proteção do poder aéreo americano e britânico (RITTER, 2005, p.128). Já no primeiro ano de atividade, a CIA investiu cerca de US$ 23 milhões em campanhas de propaganda anti-Saddam para encorajar novos opositores e instigar a deserção daqueles que trabalhavam para o governo Baath. Também servia para desviar a atenção da comunidade internacional sobre os estragos socioeconômicos fruto do sistema de sanções que se iniciara após a guerra do Golfo. Por parte dos EUA havia um espírito de confiança sobre a capacidade democrática de mobilização do INC em seus primeiros anos(COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 165).

No ano seguinte, em outubro de 1994, o IOG Iraque estabeleceu uma estação de operações clandestinas em tempo integral em Salahuddin, uma cidade controlada pelo INC no norte do Iraque. O objetivo do IOG era fortalecer gradualmente as capacidades militares do INC e seus aliados curdos no norte do Iraque (RITTER, 2005, p.128).Entre 1993 e 1994, o INC organizou quatro conferências[216] que serviram para tentar adequar o funcionamento pragmático da instituição em oposição ao regime Baath. Podemos enquadrar três movimentos relevantes do INC enquanto o ator de oposição mais relevante no início dos anos 1990: suas ações de mídia; sua tentativa de estabelecer um braço militar; e suas viagens "diplomáticas".

---

214 Isso será aprofundado no item 5.4.3.

215 Conforme será analisado com maior profundidade no capítulo seguinte que analisa a incorporação desta elite política da oposição no processo decisório da reconstrução do Iraque pós-Saddam.

216 Em fevereiro e agosto de 1993, e fevereiro e junho de 1994 (AL-SHAMRANI, 2001).

As atividades de mídia do INC ficaram encarregadas a *Broadcasting Corporation* (*Hafy'at Al-Irsal*). OINC recorreu à mídia como um meio de mobilizar a opinião iraquiana e internacional contra o regime de Saddam Hussein. Além da *Broadcasting Corporation*, Ahmad Chalabi e Salah AL-Sheikhli fundaram o *Al Mu'tamar* (O Congresso), que era o órgão oficial doINC. Esse jornal de língua árabe foi editado e distribuído inicialmente em Londres e depois disseminado globalmente. Em paralelo, o INC tentou desenvolver uma ala (para)militar. Consistiu na tentativa de efetuar mudanças políticas no Iraque por meio de ação militar, organizado pelo ex- baathista general Wafiq Al-Samarrai. No entanto, oINC não tinha nenhum plano específico ou mesmo uma ideia clara de como derrubar o regime de Saddam Hussein. Dentro do INC, as opiniões sobre o que fazer militarmente variaram muito. Houve quem pedisse a derrubada do regime de Saddam por meio de um golpe. Enquanto alguns preferiram um levante popular no estilo iraniano, outros pregaram uma guerra de guerrilha no estilo afegão. Mas nesse aspecto o governo norte-americano não estava motivado a fomentar a viabilidade desse projeto militar (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 214).

O general Wafiq Al-Samarrai, que o comandaria contra Saddam Hussein uma tentativa de golpe em março de 1995, sublinha que o corpo paraamilitar era composto cerca de 500 homens (grupo bastante pequeno), a maioria desertores do exército oficial iraquiano. Então, foi um projeto fracassado. O general Samarrai e o curdo Talbani, ignoraram a atitude dos EUA e seguiram em frente com seu plano. Em 4 de março de 1995, foi lançado um ataque contra a infantaria do Iraque. Os recrutas iraquianos foram chamados a desertar para o lado da oposição. Essas chamadas apelaram ao seu senso de lealdade para com a pátria e seu desejo de viver em um Iraque livre, longe da ditadura. No entanto, “o tiro saira pela culatra”. (AL-SHAMRANI, 2001, p.327). Os baathistas afirmavam que essas movimentações insurgentes não eram legitimamente iraquianas e defendiam o interesse de agentes externos ocidentais.

Por fim, o INC mobilizou diversas viagens ao exterior com o intuito de gerar uma boa expectativa de o grupo ser uma alternativa ao baathismo. O INC enviou representantes para várias partes do mundo, incluindo os EUA, Europa e países árabes. Também enviou delegações às sessões da ONU para fazer *lobby* em pontos específicos. Nesse aspecto das conexões internacionais, pode-se dizer que o INC foi bastante articulado em estabelecer pontes, visto que a maioria de seu pessoal eram indivíduos e famílias da elite não-governante que se exilaram durante o próprio regime baathista (AL-SHAMRANI, 2001, p.275-301).

Porém, o INC não foi capaz de representar uma ameaça ao regime de Saddam Hussein (RITTER, 2005, p.128). Boicotes e discordâncias no grupo levaram ao seu esvaziamento.

Aemergência do conflitoentre os maiores grupos políticos do Curdistão Iraquiano: o KDP e a PUK em 1994, foi o ponto mais evidente da sua ineficiência (GUNTER, 1996).

Além disso, em 12 de abril de 1995 uma matéria publicada no *The New York Times*[217] vazou a informação de que a CIA esteve envolvida em atividades secretas destinadas a derrubar o regime de Saddam Hussein desde 1991 e que, entre outras coisas, o governo Clinton reduziu sua contribuição de US$ 40 milhões em 1992 para menos de US$ 20 milhões, porque nenhum resultado tangível foi alcançado pelo INC(AL-SHAMRANI, 2001, p.295). Isso começava a causar certos ruídos e prejuízos na manutenção das *covert actions* que pareciam não atingir de fato o regime Baath.

Apesar da clara fonte dos EUA para o financiamento do INC, a relação exata entre este e a administração daquele permaneceu vaga. Os EUA pareciam considerar o INC como apenas um dos muitos aliados da oposição e buscou uma linha independente com outros grupos de oposição, especialmente o INA e os curdos. As alegações doINC de ser o único coordenador da oposição iraquiana frequentemente soavam vazias. A luta intra-curda[218] e o fracasso de um plano para desestabilizar as forças iraquianas na linha curda gerou insatisfação generalizada sobre o INC. A organização sempre foi atormentada por disputas, ciúmes e divisões, mas isso nunca ameaçou sua sobrevivência. Mesmo assim, o Partido Dawa e outros grupos nacionalistas e socialistas rapidamente se retiraram, em 1995 (ALLAWI, 2007, p.53).

A coesão da oposição desafiada pela eclosão de uma guerra intracurda em 1996, que acabou resultando na apreensão da sede do INC. Várias centenas de combatentes e funcionários da organização foram mortos depois que Erbil foi retomada pelas forças do governo iraquiano. Os EUA, então, evacuaram outros que haviam sido transportados de avião do norte do Iraque para Guam. Como resultado, o Curdistão iraquiano foi dividido em duas regiões: 1) em Erbil, controlada pelo KDP; 2) em Suleimaniya, controlada pelaPUK. Mas a presença do INC no norte do Iraque havia terminado (ALLAWI, 2007, p.53). Naquele momento, os EUA removeram quase cinco mil pessoas, entre agentes e membros da oposição iraquiana (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p173).

---

217 E. Sciolino, "CIA Asks Congress for $ 19 Million to Undermine Iraq's Rulers and Rein In Iran", New York Times, 12 de abril de 1995.

218 Para um estudo mais profundo sobre o conflito intra-curdo a partir de 1994 recomendamos ler e Michael Gunter, "*The KDP-PUK Conflict in Northern Iraq*" (1996), Andrew Cockburn e Patrick Cockburn capítulo "*Intrigue in the Mountains*" em "*Out of the Ashes"* (1999, p.164-190) e Ali Al-Shamrani "*The Impact of the Kurdish-Kurdish Conflict on the INC*" em "*The Iraqi Opposition Movement*" (2001, 319-324).

Por parte dos EUA, evidenciava-se a necessidade de variar a estratégia das ações indiretas. Investir totalmente e apenas no INC parecia ser um projeto malfadado. Não que o INC deixoude existir após 1996; o grupo continuou como grande instituição “guarda-chuva” da oposição. No entanto, as movimentações, fluxos de dinheiro e conexões pessoais dos EUA com a oposição iraquiana não mais seriam intermediadas pelo INC e suas lideranças.

### 6.4.3 Mudança de estratégia: apoio ao *Iraq National Accord* e tentativa de golpe de 1996.

Por quase todo tempo em que o INC encabeçou de fato a liderança da oposição iraquiana entre 1992 e 1996 houve muitas críticas na imprensa de língua árabe sobre várias personalidades que o compunham. Membros da oposição estavam todos inclinados a criticar e contradizer uns aos outros com declarações nas principais imprensas árabes e, também, nas imprensas com sede em Londres. Isso, e os fatores vistos no tópico anterior, acarretou em uma onda de demissões e retiradas do INC, tais como: em 1993, o *Al-Kutla AI-Islamiya* (o Bloco Islâmico), o conselheiro executivo do INC Abdul Sattar Al-Duri, o Secretário-geral do CEINC Abdul Hussein Shaban e o Partido Dawa; em 1994, o Partido Comunista, a União dos Democratas Iraquianos, o membro do CEINC Talib Shabib, o vice-presidente Hani AI-Fikaiki; em 1995, o membro da Assembleia Geral Muhammad Hamawand, o membro do Conselho Presidencial Muhammad Bahr Al-Uloum, o líder do Movimento Nacional de Reforma Sami Azara Al-Majoun, o IMK, o Movimento Nacional Democrático Turcomano, oINA; e finalmente, em 1996, o Partido Democrático Iraquiano. A maioria deles acusaramo INC de ser uma ferramenta dos EUA, um grupo ineficiente, falsa com seus membros, alguns deles acusando-a de funcionar como uma ditadura tal qual o próprio regime de Baath,sem dar voz aos seus membros (AL-SHAMRANI, 2001, p.302-319).

Foi então que os EUA decidiram não por cessar o financiamento secreto do INC, mas diversificá-lo. Outros grupos também eram considerados dentro do orçamento encoberto organizado pela CIA. O INC era considerado importante, tal qual esses outros grupos. Alguns deles são dissidentes, outros autônomos desde o início.

Em meio a esse clima de denúncias e contra-denúncias, nasceu um novo movimento: o MMC, que foi autônomo desde o princípio, não parte do INC. Este movimento foi fundado em Londres, em 20 de junho de 1993, por Sharif Ali Bin Hussein, primo do último monarca do Iraque, o falecido Rei do Iraque Fayṣal III. Sharif Hussein procurou responder ao que considerava um vácuo político que só poderia ser preenchido por seu projeto monarquista. Defendia que qualquer um que tomasse o poder no Iraque republicano tenderia ao

autoritarismo, ou a uma total dependência do “estrangeiro”, como o Afeganistão, o Líbano, ou a Iugoslávia. Ele embarcou em uma política, cujo principal objetivo era estabelecer boas relações com todos os espectros políticos da oposição iraquiana. Em 1995, o MMC o abriu um escritório na cidade curda de Arbil, onde iniciou uma estação de rádio para promover sua perspectiva monárquica. A estação, como a do INC, foi arrasada pelas tropas de Saddam, quando tomaram a cidade de Erbil (AL-SHAMRANI, 2001, p.329). A partir de 1998, o MMC seria incorporado como um dos principais gruposque receberia apoio formal dos EUA.

No entanto, a partir de 1995, outro grupo passou a receber especial atenção dos norte-americanos: o INA. Sob a liderança de um ex-baathista e composto por outros dissidentes do regime, ele passou a ser visto como o grupo que mais poderia atingir o regime visto sua capacidade de extrair informações privilegiadas dos baathistas por meio de infiltrados.

Quase todos os principais grupos de oposição estabeleceram escritórios no norte do Iraque, operando separadamente do INC, ao qual haviam sido nominalmente inclusos como seu grupo guarda-chuva escolhido. O SCIRI, por exemplo, já havia sido estabelecido no Curdistão iraquiano, com um escritório de campo paralelo ao INC dirigido por Adel Abd el-Mahdi, um confidente de seu presidente, o aiatolá Baqir al-Hakim. Enquanto isso, o INA cultivava discretamente seus vínculos com as agências de inteligência dos EUA e do Reino Unido, e havia estabelecido seus escritórios de campo no norte do Iraque, bem como um importante escritório de ligação e controle em Amã, Jordânia. Enquanto o INA era veementemente contra a ação orquestrada pelo INC, em março de 1995, a teoria da mudança de regime do INA coincidiu com – ou refletiu – os preceitos da própria CIA para o trabalho clandestino com as elites de poder existentes no Iraque de Saddam. Foi baseado no controle do processo por meioda cooptação de potenciais dissidentes dentro das estruturas de poder do regime, apoiados por elementos tribais e do Partido Baath, e trabalhando por meio de militares e oficiais de inteligência que haviam sido transformados (ALLAWI, 2007, p.62-63).

As perspectivas do INA pareceram melhorar em agosto de 1995, quando o genro de Saddam Hussein Kamil al-Majid – arquiteto dos programas de armas de destruição em massa do Iraque – desertou para a Jordânia, sugerindo que o controle de Saddam sobre os serviços militares e de segurança estava enfraquecendo (KATZMAN, 2003, p.5). Outros notórios desertores foram o general Adnan Nuri em Londres e Ayad Allawi na Jordânia.

Ao longo da primavera e início do verão de 1996, um fluxo constante de desertores baathistasfluiu do Iraque para a Jordânia (WURMSER, 1999, p.23). Dentre eles Mohammed al-Shahwani que se tornaria diretor do serviço de Inteligência Iraquiana após a derrubada do

regime baathista. Al-Shahwani foi o principal articulador da tentativa mais sofisticada de derrubar Saddam em 1996, dessa vez supostamente com apoio da CIA (OTTERMAN, 2005).

O grupo anunciou a criação oficial em um escritório de Amã, em fevereiro de 1996, de onde operaria suas ações. Essa base tornou-se o ponto focal para um golpe planejado secretamente. A Jordânia cedeu à pressão americana, parte dela supostamente do próprio presidente Clinton, e se permitiu tornar o centro regional dos esforços da CIA para derrubar Saddam. O rei Hussein permitiu que o INA conduzisse os negócios, mas se recusou a endossá-lo publicamente. Um novo time de agentes da CIA foi despachado para a Jordânia, onde operaria com o INA (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.219-224). Portanto, no início de 1996, Washington voltou sua atenção exclusiva para esses desertores baathistas, ajudando o INA a tramar um plano para um golpe militar em Bagdá. Em janeiro de 1996, o presidente Clinton autorizou US$ 6 milhões em ajuda secreta para apoiar o INA (WURMSER, 1999, p.23). Naquele momento, os EUA entendiam que, diante de uma vantagem tática de obter infiltrados no regime Baath, uma ação golpista seria mais viável. Assim, o momento para uma intrusão de alto nível fomentando um golpe – tal qual em 1963 – parecia estar próximo.

O plano deveria ter entrado em vigor em junho de 1996, mas foi penetrado pelos agentes de Saddam, que descobriu os conspiradores do golpe, mas mantive a vantagem sem revelar que sabia (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p. 226-227). Os membros infiltrados foram presos e 120 executados, incluindo três filhos de Shahwani, que foi levado a Washington, onde continuou a trabalhar para a CIA e só voltou a Bagdá após a queda do Baath. As capacidades operacionais do INA dentro do Iraque foram severamente esgotadas, mesmo assim foi capaz de manter escritórios na zona curda, mantendo sua dependência do apoio material e organizacional da CIA e MI6 (ALLAWI, 2007, p.63).Os EUA ficaram sem golpe nem insurgência (WURMSER, 1999, p.23-25). Em 26 de junho, a CIA recebeu do serviço secreto iraquiano a mensagem: “nós prendemos todo o seu pessoal. Vocês já podem fazer suas malas e voltar para casa”(COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.229, tradução nossa). Marcava-se ali um dos grandes fracassos operacionais secretos da CIA no Iraque.

Provavelmente, outro golpe malsucedido por parte da oposição iraquiana levou o governo norte-americano a alterar sua estratégia para o Iraque mais uma vez. A experiência das articulações do IOG, da CIA e da oposição iraquiana via *covert actions,* desde o apoio difuso entre 1991 e 1992, depois institucionalmente delimitado ao INC, entre 1992 e 1996, e enfim um apoio localizado para além do INC entre 1996 e 1997, em que se destaca o apoio ao

INA de Ayad Allawi, demonstra que as *covert actions* não foram capazes de produzir mudanças no Iraque de Saddam. Era necessário ir além.

Pode-se dizer que os EUA "assumem" para sua população e a comunidade internacional suas intenções transformativas para o Iraque em 1998, com a aprovação do *Ato de Libetação do Iraque*. Dali em diante, o governo norte-americano investiria formalmente esforços para remover Saddam Hussein.

## 6.5 A Preparação para Invasão 1998-2003: Do *ILA* e do *The Future of Iraq Project (FOIP)* até a invasão de Março de 2003.

Os cinco anos que precederam a invasão do Iraque devem ser observados com minúcia, pois neles estabelece-se a maturação da ação intervencionista que removeu Saddam Hussein. Neste tópico informaremos as consequências do *Ato de Libetação do Iraque* e a preparação dos planos militares, evidente no projeto elaborado pelo DoE dos EUA, intitulado *FOIP*. Destacaremos as distintas posições dos *decisionmakers* norte-americanos nesse processo.

Não era um consenso dentro da comunidade política norte-americana qualquer aventura intervencionista no Iraque. Durante campanha eleitoral, a chapa de George W. Bush, denunciava negativamente as ações intervencionistas do governo Clinton de *nation-building* em Kosovo e na Bósnia (DRAPER, 2020). Tal concepção residia no argumento do assessor de política de defesa da campanha de Bush, John Hillen (1997), que afirmava que os EUA deveriam ser ativos no mundo, mas não de maneira que o esforço desperdicasse recursos e energias em intervenções que renderiam poucoretorno e minariam a preparação militar.

Três estratégias para o Iraque sobressaiam naquele momento: 1) Contenção; 2) Seguir o plano militar do INC; 3) Estratégia "Bala de Prata". A primeira, era perspectiva predominante no DoD, via que a política dos EUA deveria se concentrar em conter o Iraque e continuar o conflito de baixo nível que estava degradando a sua capacidade de ameaçar seus vizinhos e construir ADMs. Nesse sentido, o general Anthony Zinni, do Comando Central dos EUA, afirmava: "Não acho sensato neste momento falar em fornecer armas e acampamentos para grupos que não são viáveis. A história ensina que você pode mudar um regime, mas se tornam como o do Irã ou no Afeganistão e na Somália." (*apud* MEIB, 1999, tradução nossa).

Sobre a segunda perspectiva, apresentada pelo INC e defendida por muitos membros republicanos do Congresso, eram envolvidas três etapas. Primeiro, criar zonas seguras para a oposição a partir do estabelecimento de áreas do Iraque como zonas aéreas proibidas,protegendo os grupos de resistência antisaddamistas de ataques das forças do

governo iraquiano. Depois, armar o INC: Os EUA ajudariam a construir uma força de ataque do INC de 10.000 combatentes. E, por fim, tomar Bagdá: A força de ataque do INC lançaria uma série de ataques nos territórios controlados pelo governo com apoio aéreo fornecido pela força aérea dos EUA, culminando na captura de Bagdá (MEIB, 1999).

A terceira estratégia seria o que ficou conhecido como estratégia "Bala de Prata" (*Silver Bullet Strategy*), baseada na suposição de que a oposição iraquiana provavelmente não seria capaz de derrotar militarmente as forças de Saddam. Assim, visava provocar um golpe dentro de seu círculo íntimo. Se a vida dos que estavam ao redor dele pudesse se tornar o mais miserável possível, segundo o raciocínio, aquelesse voltariam contra Saddam. Os defensores desse plano defendiam uma extensa campanha de ataques aéreos contra as unidades da guarda republicana destinadas a pressioná-los a confrontar o líder iraquiano. (MEIB, 1999).

Anos depois, quando Bush subiu à presidência e, sobretudo, a partir do evento do 11 de setembro de 2001, o cenário e a prevalência de uma perspectiva não-intervencionista, no seu sentido clássico, se esvaiu.

O gabinete político de Bush era composto majoritariamente por indivíduos identificados pela literatura de política externa dos EUA como neoconservadores (TEIXEIRA 2010, p.12). O significado dessa breve história neoconservadora é que ela desempenhou um grande papel em influenciar a criação de um *thinktank* chamado *Project For New American Century* (PNAC), estabelecido em 1997. Sete dos principais tomadores de decisão de elite de Bush no Iraque faziam parte do PNAC, sendo cincosignatários: o vice-presidente Dick Cheney, Zalmay Khalilzad (representante dos EUA na ONU), Lewis "Scooter" Libby (chefe de gabinete da Vice-Presidência), o secretário de Defesa Donald Rumsfeld e seu vice Paul Wolfowitz, e um deles sendo um co-fundador, que era filho de Irving Kristol; William Kristol. O próprio PNAC tem um histórico de polêmica desde o início, por meio de uma série de documentos vazados, nos quais seu conteúdo se tornou um tema dominante no governo Bush. Portanto, a história do PNAC tem grande importância quando se busca entender a elite Bush, quem ela foi e onde se originaramsuas ideias (NOURI, 2018, p.131).

Richard N. Haas (*apud* NOURI, 2021, p.65) afirmou que "a função primária dos *think tanks* nos EUA era gerar novos pensamentos que afetam a maneira como os tomadores de decisão dos EUA percebem e respondem ao mundo", ao mesmo tempo em que participam diretamente em cargos públicos de nível executivo. Isso basicamente significa que aqueles que compunham as redes de elite dos *think tanks* não eramapenas planejadores de políticas e decisões, mas recorrentemente eles se tornaram tomadores de decisão e políticos. A pesquisa

de Bamo Nouri (2018; 2021) demonstra que pelo menos 37 indivíduos notórios norte-americanos tiveram um cargo oficial de autoridade no governo dos EUA ou um cargo de influência nas decisões do presidente G. W. Bush e tiveram um papel influente na tomada de decisões na Guerra do Iraque e na ocupação não apenas em 2003, mas também nos anos 1990.

Segundo Richard Perle, presidente do Comitê Consultivo do Conselho de Políticas de Defesa do governo G. W. Bush (*apud* WURMSER, p.XI), em 1997, o *American Enterprise Institute* (AEI)[219]*, think tank* do qual fazia parte, convocou um grupo de estudo que resolveu em sua primeira reunião instar o governo Clinton a buscar uma estratégia aberta de insurgência contra Saddam. Junto com diversos outros intelectuais e políticos como Rumsfeld, Wolfowitz e Libby, o *think tank* elaborou uma carta intitulada "Remova Saddam do Poder" (HALPER; CLARK, p.205) entregue pessoalmente por Perle e Stephen Solarz With ao conselheiro do CSONU Nacional, Sandy Berger, no final de janeiro de 1998, com dezenas de signatários proeminentes tanto republicanos como democratas. Poucas semanas depois, o ILAera proposto para votação em congresso.

### 6.5.1 Estabelecimento do *Ato de Libetação do Iraque (ILA) (1998)*: formalização da interlocução entre governo dos EUA e oposição iraquiana.

A experiência norte-americana relativamente fracassada das *covertactions* entre 1991 e 1998 demonstravam a necessidade de uma estratégia mais robusta e objetiva sobre como deveriam tratar a questão do regime Baath. Por um lado, a aposta no fortalecimento da oposição iraquiana era tida como alternativa endogenamente capaz de resolvê-la: depor, assassinar Saddam, movimentar uma revolução; contudo, todas pareciam malfadadas. Por outro lado, as sanções enfraqueceram bastante a capacidade do Estado à medida que cresciam os problemas econômicos do Iraque. Isso era bom para os EUA, pois gerava rachaduras na capacidade de manutenção da ordem do Estado por parte dos baathistas. É nesse espírito que ganha força o argumento sobre a necessidade de um projeto explicitamente anti-baathista; para a "libertação do Iraque". A materialização deste projeto se deu em 1998 e mesclava as ideias e estratégias pensadas para o Iraque.

Depois de muito debate prevaleceu a ideia de que Saddam Hussein precisava ser derrubado e uma reforma total do Estado iraquiano precisava ser iniciada imediatamente após

[219] Também eram membros do AEI figuras importantes da política externa do governo G. W. Bush, como vice-presidente Dick Cheney e seu Conselheiro para Assuntos de Oriente Médio, David Wurmser.

tal ação: “Deverá ser a política dos EUA apoiar esforços para remover o regime liderado por Saddam Hussein do poder no Iraque e promover a emergência de um governo democrático para substituir este regime” (USA, 1998, tradução nossa).

Portanto, esses projetos e essas reuniões informais em prol de um “novo Iraque” ganham substância em 1998, com o ILA, em que o governo dos EUA explicitamente declarava que subsidiaria grupos da oposição iraquiana ao regime Baath. Em 1º de maio de 1998, o presidente Clinton assinou a Lei Pública nº 105-174, que disponibilizou imediatamente US$ 5 milhões para a oposição iraquiana[220]. Além disso, disponibilizouUS$ 2 milhões para conceder assistência para transmissão de rádio e televisão à oposição iraquiana. E até US$ 97 milhões para assistência militar consistindo nos preparatórios do DoD, gastos de serviços do DoD e treinamento e educação militar para aquela oposição (USA, 1998).

A seção 5 do Ato designava a organização de uma oposição iraquiana democrática, que na verdade correspondia a esses membros da oposição iraquiana que já dialogavam com as potências internacionais sobre a derrubada do regime Baath. O objetivo dessa seção era determinar grupos do Iraque que correspondessem aos seguintes critérios: 1) incluíssem um amplo espectro de indivíduos, grupos iraquianos contrários ao regime de Saddam Hussein; e 2) se comprometessem com os valores democráticos, com o respeito aos DH, às relações pacíficas com os vizinhos do Iraque, à manutenção da integridade territorial do Iraque e à cooperação entre os opositores democráticos ao regime de Saddam Hussein (USA, 1998). Na prática, isso significava o reconhecimento explícito da parcela das elites iraquianas que já eram favorecidas com subsídios desde 1991 de maneira encoberta pelo IOG da CIA. Em alguma medida, o ILA era a formalização disso.

A partir desse Ato, ficou definido que em até 90 dias os EUA estabeleceriam quais grupos seriam considerados a “oposição democrática”. Ainda que no documento não constasse apontamentos sobre quem era essa oposição, estavam implícitos os grupos aos quais os EUA forneceriam subsídio. Foi apenas em 4 de fevereiro de 1999 que Clinton designousete grupos de oposição iraquianos como elegíveis para financiamento dos EUA (USA, 2001). Eram eles: O INC, considerado grupo guarda-chuva de oposição mais relevante até 1996, foi incluído como apenas mais um partido; o INA, formado principalmente por ex-baathistas iraquianos; o partido islâmico SCIRI, os curdos KDP e PUK, e o MMC liderado pelos

220Paraatividades como organização, treinamento, comunicação e disseminação de informações, desenvolvimento e implementação de acordos entre grupos de oposição, compilação de informações para apoiar a acusação de funcionários iraquianos por crimes de guerra e para fins relacionados (USA, 1998).

herdeiros *hachemitas*. Além desses seis, outros ainda receberiam apoio norte-americano como o IMK (ALLAWI, 2007, p.67)[221]. Cabe mencionar que O IMK e o MMC, em particular, eram considerados pequenos movimentos se comparados com os demais (KATZMAN, 2003). Estabelecidos esses grupos aliados das potências para mudança de regime político no Iraque, iniciava-se então um projeto explícito para a derrubada de Saddam do poder.

O estabelecimento dessa elite da oposição formalizada em 1998está destacadona coluna "Fazem parte das Principais organizações políticas da elite da oposição apoiadas pelos EUA nos anos 1990", do Apêndice A, compondo a arquitetura do processo analisado nesta tese como apoio norte-americano a elite da oposição iraquiana. São contabilizados 79 indivíduos iraquianos relevantes nesse sentido. Destes, ao menos 49 [222] podem ser identificados como principais membros da elite da oposição por participarem das três fases fundamentais: 1) Antes da invasão de 2003 receberam (ou seu partido recebeu) apoio dos EUA (direto ou indireto); 2) Durante a ocupação da CAP (2003-2004) e no estabelecimento do GII (2004-2005) ocuporam algum cargo executivo, ou ministerial, ou de conselho; 3) a partir das eleições como República Federativa Parlamentarista, tiveram cargo público relevante.

Segundo Ali Allawi (2007, p.67), o Ato de 1998 abria um novo capítulo para a oposição iraquiana. Inicialmente, o DoE se opôs ligeiramente ao Ato, pois o via como uma interferência injustificada pelo eixo legislativo da elaboração da política externa. O DoE apenas concedeu o Ato, pois diversas cláusulas e emendas sugeridas por ele reformaram o Ato antes de sua publicação. Por exemplo, foi cuidadosamente excluído o termo "treinamento letal" e "equipar militarmente" a oposição.

O Ato pediu a nomeação de um "Coordenador Especial para a Transição no Iraque", cuja função seria reunir os vários elementos dentro da ILA e restabelecer a eficácia da oposição iraquiana como um parceiro responsável e viável na o processo de mudança no

---

221 Deve-se notar que outros grupos e personalidades de oposição surgiram no cenário internacional enquanto os EUA buscam um amplo círculo de oposição para derrubar Saddam. Eles incluem os Oficiais Livres Iraquianos, liderados pelo General Najib Salhi, que reivindica influência dentro do Exército Iraquiano; o Movimento Nacional Iraquiano (MNI) liderado pelo general Hassan Naqib, ex-vice-chefe do Estado-Maior do Exército iraquiano (o MNIé uma recente fusão do Movimento dos Liberais Nacionais do Iraque e do Movimento de Oficiais Iraquianos, liderado pelo general Fawzi Shamari); e o general Nizar Khazraji, ex-chefe de Estado-Maior, e Wafiq al-Samara'i, ex-chefe de inteligência, ambos reivindicam influência dentro do exército iraquiano (RABIL, 2002, p.11).

222 Conforme será analisado na conclusão desta tese mediante a Figura 3.

Iraque. Frank Ricciardone, um diplomata de carreira sênior[223], foi nomeado como o primeiro coordenador especial, conhecido como o "embaixador da oposição iraquiana"(ALLAWI, 2007, p.67-68). Portanto, a partir do Ato, iniciativas intensivas dos EUA para o Iraque começaram a prevalecer. Dentre elas, a operação *Desert Fox* pode ser considerada aquela com maior grau de intervencionismo militar direto desde a Guerra do Golfo de 1990.

### 6.5.2 Operação *Desert Fox*: bombardeios aéreos no Iraque.

Quase um semestre após o estabelecimento do ILA, os EUA decidiram empreender uma atividade militar aérea intensa ali. Em dezembro de 1998, ao longo de uma campanha de quatro dias, atacaram quase 100 alvos com 415 mísseis de cruzeiro e centenas de bombas. As avaliações iniciais de danos do Pentágono indicam que as forças norte-americanas e britânicas atingiram 85% de seus alvos, 74% deles com sucesso[224].

A campanha militar foi resultado de pelo menos três fatores. Primeiramente, é resultado prático do ILA que, a partir daquele ano, inspirava movimentações intrusivas dos EUA. Em segundo lugar, era uma medida agressiva em confrontação a Saddam Hussein, tendo em vista as sucessivas medidas antibaathistas ao longo dos anos 1990 que pareciam não afetar intensamente o governo iraquiano. E, por fim, foi resultado direto (ao menos no âmbito narrativo oficial) da postura negativa de Saddam à UNSCOM, já que, entre 1997 e 1998,elebloqueou as inspeções daquela em várias ocasiões, levando os EUA a emitir ameaças coercitivas em vários casos. Segundo o Secretário de Defesa, William S. Cohen,os objetivos dos ataques eram"degradar a capacidade de Saddam Husayn de fabricar e usar armas de destruição em massa (...) diminuir sua capacidade de fazer guerra contra seus vizinhos. E (...) demonstrar as consequências de desrespeitar as obrigações internacionais." (*apud* BYMAN, WAXMAN, 2000, p.64, tradução nossa).

Este último fator foi recebido pelo público norte-americano como razão suficiente para de fato atacar o Iraque. Cerca de 3/4 da população norte-americana apoiava os ataques aéreos e ataques de mísseis de cruzeiro contra aquele país em dezembro de 1998 (CONNELLY, 1998). Tal dado revela um apoio relevante da população dos EUA em direção a um projeto

---

223 Na década de1980, contexto da Guerra Irã-Iraque, curiosamente Ricciardone desempenhou um papel importante na atualização e normalização das relações EUA-Iraque em 1984.

224 Para informações técnicas militares sobre esses ataques, recomendamos acessar matéria do *Washington Post* de 1999, disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/longterm/iraq/mmedia/statements.htm> acesso em 19/01/2022.

intervencionista ao Iraque. Ao contrário, por exemplo, da intervenção na Bósnia (1997), em que 55% da população eram contra (BYMAN, WAXMAN, 2000, p.2).

Meses antes do ataque, os EUA estavam em diálogo com lideranças da oposição que sabiam que os norte-americanos empreenderiam a ação militar. Segundo Cockburn e Cockburn (1999, p. 280), as lideranças curdas Jalal Talabani e Masoud Barzani foram a Washington, em setembro de 1998, para discutir medidas antibaathistas e a proteção das zonas territorias, onde as oposições baseavam-se, especialmente a região do Curdistão Iraquiano. Também reemergia a figura do INC e de Ahmad Chalabi. Segundo Scott Ritter (2005), ex-inspetor de armas da ONU no Iraque de 1991 a 1998[225], a UNSCOM contatou Chalabi[226], que nessa época mantinha residência dupla no próspero distrito de Mayfair, em Londres, e na igualmente rica Georgetown, em Washington.

Scott Ritter (2005) também revelou o peso da influência dos decisores políticos norte-americanos e britânicos interferindo nos assuntos da UNSCOM durante 1991 e 1998. Seu principal argumento é que os EUA e a Grã-Bretanha pesavam a mão na sua influência sobre os procedecimentos de inspeção. Segundo ele, havia uma "guerra secreta" de inteligência que ocorreu dentro do Iraque e em todo o mundo, colocando os inspetores contra iraquianos e inspetores contra a CIA. Basicamente, a UNSCOM se tornava um instrumento político das potências. Não à toa, Ritter pediu demissão de seu alto cargo de inspetor.

Com relação à postura da comunidade internacional mediante os ataques, o apoio aliado mais forte veio da Grã-Bretanha, que participou da campanha aérea. Vários aliados dos EUA na Europa e na Ásia manifestaram apoio, mas não participaram da operação. Rússia e China protestaram veementemente, assim como como Egito e França. As reações dos aliados do Golfo foram cautelosas e vários aliados, incluindo a Arábia Saudita, limitaram os ataques dos EUA a partir de seu território. No entanto, o apoio dos Estados do Golfo aos ataques cresceu, pelo menos tacitamente, após as reações de Saddam à Operação *Desert Fox*. O líder

---

[225] Scott Ritter pediu demissão do cargo argumentando que suas funções estavam sendo atrapalhadas e interferidas por oficiais de alto nível dos EUA e da Grã-Bretanha. (COCKBURN, COCKBURN, 1999, p.282) Ele escreveu a obra "Iraq Confidential" revelando fatos do dia a dia de trabalho e do processo decisório da UNSCOM, entre 1991e 1998. A fonte primária de documentos é derivada de seus arquivos pessoais acumulados em anos de trabalho com a UNSCOM. O livro descreve diversas inspeções – a UNSCOM realizou cerca de 300 missões de inspeção discretas e milhares de inspeções de monitoramento. Segundo Seymor Hersh "Este livro mostra como os burocratas mesquinhos e míopes podem ser quando questões vitais de guerra e paz estão em jogo. É um livro sobre a relutância da CIA e do CSONU Nacional do presidente em permitir que um braço das Nações Unidas, liderado por um major da Marinha americana, conduza investigações bem-sucedidas sobre a capacidade de armas de Saddam Hussein." (*apud* RITTER, 2005).

[226] Ritter (2005, p.267) relatou que boa parte do conteúdo de informação fornecido sobre as localizações de bases de produção de armas no Iraque não eram reais. A impressão era que Chalabi falava mesmo sem ter tanta certeza de tais localizações: "Chalabi estava claramente tentando me impressionar com sua boa fé".

iraquiano atacou Estados que abrigavam as forças dos EUA, reduzindo qualquer inclinação deos respectivos líderes ficarem em cima do muro. A imprensa árabe, como resultado, tornou-se mais anti-Saddam do que nopassado (BYMAN, WAXMAN, 2000, p.70).

Imediatamente, as consequências da Operação *Desert Fox* foram: 1) parte da infraestrutura militar iraquiana foi destruída; 2) o Iraque impediu o retorno de inspetores de armas da UNSCOM; e 3)intensificação da relação de hostilidade entre EUA/Grã-Bretanha e Iraque; em resposta aos ataques aéreos esterespondeu às agressões atingindo aviões britânicos e americanos nas zonas de exclusão aérea iraquianas.Como resultado, a Operação *Desert Fox* não levou o Iraque a cumprir a UNSCOM, ou mesmo a evitar novas provocações. Mas algo mais positivo pode ser medido quanto às ambições antibaathistas dos EUA. Cada vez mais, a imagem de Estado Pária parecia prevalecer. Isso reforçava a lógica oposicionista ao regime de Saddam Hussein. A Operação intensificava o abalo da ordem baathista no Iraque. Posteriormente, o contínuo apoio à oposição iraquiana e em seguida um planejamento transformista ao Iraque começaria a ser desenhado.

### 6.5.3 O contínuo apoio a "oposição iraquiana" e a Assembleia Nacional Iraquiana em Nova York, 1999.

Mesmo com o estabelecimento do ILA e o explícito ataque às bases militares e supostas bases de desenvolvimento de ADM em 1998, nem os EUA, nem a oposição iraquiana tinha clareza sobre como se desenvolveriam as políticas antibaathistas por parte dessa aliança (BYMAN, 1999). Mas era fato que o regime baathista estava enfraquecendo. Foi então que, em abril de 1999, o INC propôs uma reunião geral para oposição iraquiana.

Ainda que parte dos países árabes tenha sido favorável aos ataques da Operação *Desert Fox*, por atingir diretamente o regime Baath, a grande maioria era contra dois aspectos das atitudes intrusivas ao Iraque. Primeiramente, o apoio à elite da oposição; vista com maus olhos por parte dos países árabes, principalmente devido à suspeição de que tinham o INC como liderança. Segundo, pois entendiam que as políticas de sanções prejudicavam mais a população iraquiana do que propriamente o regime Baath. Por essa razão, nenhum país árabe se predispôs a receber a Conferência da Oposição iraquiana naquela altura. Era inevitável que o destino da conferência seria uma das capitais ocidentais: Nova York, ou Londres.

É importante observar que, à medida que a presença norte-americana intensificava aoposição iraquiana, os tradicionais países do Oriente Médio, que apoiaram e, até mesmo,

contribuíram para fundação desses grupos – como Irã, Síria, Jordânia, Líbano – , foramgradativamente se afastando.

A Conferência, então, ocorreu em Nova York, em outubro de 1999, o INC batizou o encontro de “Assembleia Nacional Iraquiana”. Vários grupos políticos que não estavam representados, ou que não existiam quando o INC se reuniu sete anos antes, estavam envolvidos nos preparativos e deliberações da assembleia ampliada. Um grupo de senadores e congressistas que liderou a luta pelo ILA havia enviado uma carta fortemente crítica a Clinton, acusando o governo de não dar os devidos subsídios à oposição iraquiana. Eles exigiram que a administração implementasse, a partir das disposições do ILA, maior assistência militar ao INC e a outros partidos da oposição. Como resultado, o DoE organizou a conferência, para a qual foram convidados cerca de 350 delegados. Enviou Thomas Pickering (subsecretário de Estado) e Ricciardone para o evento(ALLAWI, 2007, p.69).

Também em 1999, estabeleceu a Fundação de Apoio ao Congresso Nacional Iraquiano (INCSF) para fornecer uma estrutura organizacional para financiamento do DoE segundo os dados oficiais da GAO (2004b). O INCSF foi estabelecido como uma fundação para fornecer suporte administrativo, financeiro e outros auxílios ao INC e foi incorporadacomo uma organização sem fins lucrativos sob a Seção 501(c)(3), em agosto de 1999, no estado de Delaware (USA, 2001). De março de 2000 a setembro de 2003, o DoE financiou vários programas do INCSF, incluindo transmissões de mídias de comunicação, num valor superior a US $33 milhões (GAO, 2004b). Os documentos oficiais dizem, portanto, que a subsidiária foi criada a pedido do DoE dos EUA para servir como um veículo para o departamento canalizar assistência ao INC. No entanto, segundo Aran Roston (2009), a entidade foi constituída para repassar dinheiro a entidades não incorporadas explicitamente. Um resultado da incorporação foi que não apenas os amigos de Chalabi, mas também seus rivais na oposição iraquiana foram instalados no conselho da fundação por insistência do DoE. Incluía Ayad Allawi do INA, o monarquista Sharif Ali bin al-Hussein, que alegou ser o herdeiro do trono, e os curdos: Latif Rashid (PUK) e Hoshyar Zibari (KDP) (ROSTON, 2009, p.166).

A funcionalidade do fornecimento de subsídio ao INCSF também foi alvo de críticas. Frequentemente os EUA não cumpriam com o planejamento de financiar o INCSF, fazendo com que as atividades o fossem  retroativamente. A abordagem de financiamento do Estado

afetou a capacidade do INCSF de realizar suas operações[227]. Segundo a prestação de contas da GAO (2004b), as tentativas de reiniciar a emissora falharam devido a uma combinação de fatores, incluindo desacordos contínuos entre o INCSF e os EUA sobre os requisitos de financiamento para as transmissões, as condições em rápida mudança associadas à guerra no Iraque e a realocação das operações do INCSF para o Iraque em maio de 2003.

No total, entre 1998 e 2003, os EUA utilizaram US$ 78 milhões para cumprir com os objetivos estabelecidos no ILA. O investimento consistiu em gastos para fortalecer a oposição iraquiana, para investigar e combater crimes de guerra, transmissões (rádio e televisão) antibaathistas e outras atividades não especificadas para a oposição, conforme tabela 4. Segundo Keneth Katzman (2003), esses valores não incluem artigos de defesa e serviços fornecidos pelo ILA. Os números fornecidos também não incluem qualquer *covert action* fornecida, cujos montantes não são conhecidos em fontes oficiais.

**Tabela 4. Assistência dos EUA à Oposição Iraquiana: Fundos de Apoio Econômico Apropriados à Oposição (Valores em milhões de dólares).**

| Ano Fiscal (FY) | Congresso Nacional Iraquiano (INC) | Crimes de guerra | Transmissões (propaganda) | Atividades não especificadas da oposição | total |
|---|---|---|---|---|---|
| FY 1998 (P.L. 105-174) | 0 | 2 | 5 | 3 | 10 |
| FY 1999 (P.L. 105-277) | 3 | 3 | 0 | 2 | 8 |
| FY 2000 (P.L. 103-113) | 0 | 2 | 0 | 8 | 10 |
| FY 2001 (P.L. 106-429) | 12 | 2 | 6 | 5 | 25 |
| FY 2002 (P.L 107-115) | 0 | 0 | 0 | 25 | 25 |
| Total | 15 | 9 | 11 | 43 | 78 |

Fonte: Keneth Katzman, 2003, tradução nossa.

Outro movimento referenteà possibilidade de produção de ADM pelo Iraque ocorria em paralelo. Em dezembro de 1999, o CSONU autorizou a criação da Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UNMOVIC) para monitorar os programas de armas do Iraque e identificar quaisquer tarefas de desarmamento restantes. Hans Blix, ex-diretor geral da Agência Internacional de Energia Atômica, foi encarregado da UNMOVIC. Como resultado da falta de provas concretas sobre as armas de destruição em

227Foi o caso do programa de televisão e propaganda antibaathista, por exemplo. A *LibertyTV,* emissora criada, transmitiu, de agosto de 2001 a maio de 2002, quando a escassez de financiamento causada por disputas entre o Estado e o INCSF resultou no encerramento da transmissão.

massa emergentes do Iraque, cuja veracidade poderia ser testada por meioda égide do UNSCOM, o mundo teve que confiar em evidências indiretas, a maioria das quais mais tarde se mostrariam imprecisas, falsas ou exageradas. Richard Butler e Rolf Ekeus, seu antecessor como chefe do UNSCOM, alertaram que o Iraque poderia ter reconstituído seu programa de armas nucleares na ausência de inspetores da ONU, mas Blix havia descartado a possibilidade de o Iraque relançar seu programa em um período tão curto de tempo (ALLAWI, 2007, p.). Os EUA, por outro lado esforçavam-se para enfatizar possível perigo de ADM's iraquianas.

Nesse sentido, a especulação sobre a periculosidade do regime Baath, enquanto uma ameaça à segurança internacional, ganhava fôlego. Por isso, o caminho para a intensificação de uma política intrusiva agressiva contra Saddam progressivamente ganhava força. E um evento de dimensão global mudaria a estratégia norte-americana para o Iraque.

### 6.5.4 O 11 de setembro e o*Future of Iraq Project (FOIP).*

Os ataques ao *World Trade Center* de Nova York e ao Pentágono em Washington[228], símbolos do poder econômico e militar norte-americano afetaram a política externa de segurança dos EUA de maneira total. Se até essa data a expectativa do governo Bush era a manutenção das práticas de política internacional que fomentavam os grupos de oposição ao regime Baath como estratégia para enfraquecimento do poder de Saddam Hussein, depois dela, o planejamento norte-americano se alterou para uma agenda intrusiva intensa. É bem verdade que o Iraque de Saddam Hussein não tinha nenhuma ligação direta com os ataques perpetrados assumidamente pela *Al Qaeda* de Osama Bin Laden. Porém, a nova estratégia preemptória de segurança internacional dos EUA consistia em promover globalmente uma agenda contraterrorista. Isso implicava combater diretamente grupos "terroristas" e Estados que possivelmente estivesse apoiando-os. Segundo Bush significava: "perseguir nações que fornecem ajuda ou refúgio seguro ao terrorismo. Cada nação (...) Ou você está conosco, ou você está com os terroristas. (...) qualquer nação que continue a abrigar ou apoiar o terrorismo será considerada pelos EUA como um regime hostil." (BUSH, 2001, tradução nossa).

Na concepção da administração Bush, o Iraque era um desses Estados que servia de *safehaven* para a existência territorial de tais grupos. E, ao lado de outras nações como Irã e Coreia do Norte, compunham um "eixo do mal" que ameaçava a ordem internacional. Seria papel dos EUA: "evitar que regimes que patrocinam o terror ameacem a América ou nossos

---

228 Os relatos apontam que haveria outro avião sequestrado em direção àCasa Branca, mas que não conseguiu atingir seu propósito caindo em um campo perto de Shanksville, na Pensilvânia.

amigos e aliados com ADMs" (BUSH, 2002a, tradução nossa, grifo nosso). Tais afirmações vinham sem qualquer evidência material de que esses Estados financiavam grupos denominados "terroristas" pelos EUA, tampouco que de fato desenvolviam ADM. Era uma narrativa que propositalmente estabelecia um sentido de "eles" (eixo do mal) contra "nós" (Estados de acordo com a ordem internacional liberal). Para antecipar quaisquer problemas que esses Estados pudessem oferecer aos EUA, Bush defendia uma agenda internacional preventiva. A doutrina Bush implicava que os EUA deveriam antecipar as ameaças para evitar um novo 11 de setembro: "devemos impedir que os terroristas e regimes que buscam armas químicas, biológicas ou nucleares ameacem os EUA e o mundo." (BUSH, 2002a, tradução nossa). "Todos os americanos devem estar voltados para o futuro e resolutos, estar prontos para ações preventivas quando necessário para defender nossa liberdade e defender nossas vidas." (BUSH 2002b tradução nossa). Particularmente sobre o Iraque, Bush afirmava que:

> O Iraque continua a ostentar sua hostilidade em relação aos EUA e a apoiar o terror. (...) Este é um regime que já usou gás venenoso para assassinar milhares de seus próprios cidadãos – deixando os corpos de mães amontoados sobre seus filhos mortos. Este é um regime que concordou com inspeções internacionais – depois expulsou os inspetores. Este é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado. Estados como esses, e seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, armando-se para ameaçar a paz do mundo. Ao buscar armas de destruição em massa, esses regimes representam um perigo grave e crescente. Eles poderiam fornecer essas armas aos terroristas, dando-lhes os meios para igualar seu ódio. Eles podem atacar nossos aliados ou tentar chantagear os EUA. Em qualquer um desses casos, o preço da indiferença seria catastrófico (BUSH, 2002a, tradução nossa).

Em nome da possível (mas não evidente) ameaça que o Iraque representava para os EUA, estava sendo implementado um projeto intervencionista transformativo para o país. Quando Bush explicitou esse sentimento de revolta contra o regime Baath em 2002, o seu *staff* já estava desenvolvendo planejamentos para o que fazer com o Iraque após a remoção de Saddam Hussein. E isso não era uma novidade na agenda de política externa dos EUA.Desde a gestão de seu pai, trabalhava próximo às elites da oposição no país por um novo Iraque pós-Saddam. Por isso, o 11 de setembro e a consequente "guerra ao terror" não devem ser vistos como principal razão para a intervenção de 2003, senão o gatilho que impulsionou a agenda intervencionista anti-baathista que já vinha sendo construída desde 1990.

Menos de um mês após os ataques terroristas, o DoE dos EUA iniciou um Projeto intitulado *Future of Iraq (FOIP)* que planejou a transição pós-Saddam. Sob a direção do ex-oficial de Estado Thomas S. Warrick, o DoE organizou mais de 200 engenheiros, advogados, empresários, médicos e outros especialistas iraquianos em 17 grupos de trabalho para traçar estratégias em tópicos, incluindo os seguintes: saúde pública e necessidades humanitárias,

transparência e prevenção corrupção, petróleo e energia, políticas e instituições de defesa, justiça transacional, princípios e procedimentos democráticos, governo local, capacitação da sociedade civil, educação, mídia gratuita, água, agricultura e meio ambiente e economia e infraestrutura. Trinta e três reuniões no total foram realizadas de julho de 2002 até o início de abril de 2003 (THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2006).

As vésperas da invasão, o *FOIP* evidenciou o aprimoramento do projeto de remoção de Saddam Hussein e somaram aos grupos descritos no ILA mais grupos anti-saddamistas (HASSEN, 2006). Fizeram isso por meio do estabelecimento de grupos de trabalho (GT's) temáticos compostos por centenas de iraquianos dos mais diversos grupos políticos pré-selecionados (FOIP, 2002a) [229] . Os 88 porta-vozes mencionados pelo *FOIP* foram cuidadosamente analisados e incluídos no Apêndice A como parte da elite da oposição iraquiana que se articulou com os EUA antes da intervenção militar de 2003. Dentre eles, destacamos Albert Yelda (Movimento Democrático Assírio - MDA), Aiham Al-Samarrae (Assembleia dos Democratas Independentes), Laith Kubba (independente), Hatem Mukhilis (Movimento Nacional Iraquiano – MNI), Salah Al-Shaikhli (INA), Emad Dhia (independente), Abdul Majid Al-Khoei (Khoei Foundation), Mohammed Abdul Jabbar (ex-Dawa, liderança islâmica democrática) e Farouk Ridha (União dos Democratas Iraquianos); todos lideranças iraquianas com cargos decisórios importantes durante a ocupação, geralmente no CGI, o IRDC, ou alguma liderança ministerial durante a ocupação da CAP.

Chama atenção também o item *The Iraqi Component* do projeto que revela pessoas preferenciais[230] para liderar um possível Conselho Soberano iraquiano, que seria um órgão que supervisionaria a transição para a democracia, trabalharia com a autoridade internacional de transição democrática no Iraque (FOI, 2002b). Isso demonstra que para os EUA derrubarem Saddam Hussein e o Partido Baath era necessário ter um substituto político que pudesse pôr em prática as ambições norte-americanas para um novo Iraque.

Neste contexto do início da administração Bush, os EUA ampliaram o reconhecimento de outros grupos da oposição ao Partido Baath iraquiano. Desses grupos e indivíduos, incluem

---

[229]O que permanece indisponível são os registros de todos os nomes e origens dos mais de 200 participantes, junto com os critérios do Estado para selecionar esses iraquianos. Na maioria dos documentos, os nomes são tampados alegando privacidade pessoal. Uma exceção é o documento "Porta-vozes do Iraque" (*Iraqi Spokespersons)*, que menciona 88 porta-vozes de 12 dos grupos de trabalho. O material é suficiente para indicar a articulação norte-americana com essas figuras iraquianas anti-saadamistas às vésperas da ação militar que removeu Saddam Hussein do poder.

[230] São eles: Adnan Pachachi, Sayed Abdul Majid Khoe'i, Sayed Ibrahim Bahr Uloom, e, também, algum nome que agradece as lideranças curdas iraquianas Massoud Barzani e Jalal Talabani. Porém, não há consenso, tanto que esses nomes foram removidos do documento apresentado na resolução final do FOIP, apesar de constarem nos documentos desclassificados em 2006. Ver anexo C.

os seguintes: O MNI, grupo formado em 2001 como um desdobramento do INC e cujos líderes incluem o ex-oficial militar Hassan al-Naqib (que fazia parte do corpo de liderança inicial do INC); Hatim Mukhlis, que afirma apoiar alguns membros do clã Tikriti de Saddam; e o ex-oficial militar Khalid al-Ubaydi; aFrente Nacional Iraquiana, outro agrupamento de ex-oficiais militares, fundado em março de 2000 por Tawfiq al-Yasseri, um ex-oficial militar muçulmano xiita, chefiou a academia militar do Iraque e participou e foi ferido nos levantes anti-Saddam imediatamente após a guerra do Golfo de 1991; o Movimento de Oficiais Livres e Civis Iraquianos, estabelecido em 1996 pelo ex-oficial militar Najib al-Salhi, grupo que trabalha em estreita colaboração com o INC – Salhi desertou em 1995, depois de servir como comandante de várias unidades de tanques da Guarda Republicana e militares regulares; o Conselho Superior de Salvação Nacional, com sede na Dinamarca, formalmente estabelecido em 1º de agosto de 2002, chefiado por Wafiq alSamarra'i, um ex-chefe da inteligência militar iraquiana; a Frente Turcomana do Iraque, um pequeno grupo turcomano iraquiano, considerado alinhado com a política turca para o Iraque, que representa cerca de 350.000 pessoas que vivem principalmente no norte do Iraque; o Acordo Islâmico do Iraque, com sede em Damasco, outro partido islâmico xiita, considerado substancialmente menos pró-iraniano do que o SCIRI ou o Partido Dawa, outros partidos islâmicos xiitas com os quais o governo teve contato, liderado por Jamil Wakil; e o Movimento Democrático Assírio, um movimento de base étnica liderado pelo Secretário-Geral Yonadam Yousif Kanna. A comunidade assíria do Iraque está baseada principalmente no norte do Iraque (KATZMAN, 2003, p.11-12).

Entre os conteúdos do *FOIP*, consta uma carta endereçada a um "Grupo de Oposição Iraquiana" (Não identificado), enviada por Ryan C. Crocker, o ex-secretário adjunto de Estado para Assuntos do Oriente Próximo. Nele, Crocker escreve: "O governo dos EUA busca seu conselho sobre os nomes de especialistas iraquianos e internacionais que podem participar de uma série de grupos de trabalho que se concentrarão no planejamento agora de um futuro melhor e mais democrático para o povo iraquiano" (CROCKER, 2002). O texto desclassificado, apesar de não revelar nominalmente a quem era endereçada a carta, revela como o DoE procurava conhecimento interno no esforço de reconstrução.

Portanto, tais planos foram acompanhados pela elite da oposição iraquiana, que paralelamente organizava seu papel no processo de transformação do Iraque pós-Saddam. Isso é perceptível nos encontros realizados entre os membros da oposição ao Partido Baath, em

especial a reunião em dezembro de 2002, em Londres[231], onde mais de 300 ativistas anti-Saddam aprovaram um apelo por um governo democrático, federal e parlamentar;muitos se tornariam membros do CGI (TALMON, 2013, docs. 576-577).

É importante apontar que o processo até a invasão de 2003 não é estritamente linear. Os planos sobre como executar a invasão (aspecto militar), como conduzir o processo de reconstrução do Estado iraquiano, como envolver a elite política iraquiana nesse processo foramamplamente debatidos nos diferentes níveis institucionais políticos norte-americanos.

A título de exemplo, poucos meses antes da invasão, o FOIP ainda não tinha claro quem conduziria a transformação política no Iraque pós-Saddam, sugeriam três possibilidades: 1) Autoridade Civil de Transição administrada pela ONU; ou 2) Autoridade Civil de Transição autorizada pela resolução do CSNU, mas financiada, provida de pessoal e iniciada por uma coalizão de voluntários liderada pelos EUA; ou 3) governo militar liderado pelos EUA ou pela Coalizão. Sabe-se que o decorrer da história demonstra que a segunda sugestão foi aocorrida. Mas, independentemente disso, é importante notar que, quanto ao processo decisório e a forma como foi conduzida a invasão e reconstrução do Iraque. é resultado das condições de possibilidade, ou seja, em que medida o contexto permite a condução dos processos das formas planejadas e quais são os riscos dessas decisões; também das disputas de narrativas, das diferentes formas de pensar e de como executar o projeto de transformação do Iraque compõem parte do processo decisório até a execução de fato.

No que se refere à elite iraquiana, no *FOIP* fica evidente que havia uma questão de disputa em como a elite iraquiana anti-Saddam entraria na reconstrução. Alguns consideravam que desde o princípio já deveria haver determinação sobre quem seriam os líderes do governo executivo iraquiano pós-Saddam, no documento referido como Conselho da soberania (*sovereignty council*). Recomendava-se figuras como Adnan Pachachi, ex-ministro das Relações Exteriores, ou Sayed Abdul Majid Khoei, ou Ibrahim Mohammad Bahr al-Ulloum, acadêmico iraquiano, doutor em Engenharia do Petróleo nos EUA, ou alguém que fosse consensual para os líderes curdos Massoud Barzani (KDP) e Jalal Talabani (PUK)[232].

Adnan Pachachi era um político veterano. Ex-ministro das Relações Exteriores do Iraque de 1965 a 1967 sob o governo Aref, serviu como embaixador do Iraque naONU na

---

[231] Ver imagem 2.

[232] Ver Anexo C,que contémo documento *FOIP* – The Iraqi Component, contido em *National Security Archive* da George Washington University, disponível em <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB198/index.htm#:~:text="The%20Future%20of%20Iraq%20Project"%20was%20one%20of,ashes%20of%20combat%20and%20establishing%20a%20functioning%20democracy.> acesso em 14/10/2021.

década de 1960. Pachachi pertence a uma proeminente família sunita cujos membros desempenham papéis importantes na política do Iraque pós-Saddam. Ele trabalhou no Golfo Pérsico como consultor do governo dos Emirados Árabes Unidos e foi líder do Grupo Independente de Democratas Iraquianos. Um estadista experiente, era apoiado e respeitado por alguns dos estados do Golfo Árabe. Pachachi formou o Movimento Democrático Independente com a esperança de criar um governo não religioso e democrático. Ele esteve no exílio por 32 anos até voltar ao Iraque após a derrubada de Saddam (GHAREEB, DOUGHERTY, 2004).[233] Era visto como uma boa alternativa, provavelmente pela sua experiência política internacional e por representar uma liderança iraquiana democrática.

O perfil de Ibrahim Mohammad Bahr al-Ulloum era distinto. Foi uma liderança importante do grupo da oposição no início dos anos 1990 como membro do CEINC. Portanto, esteve dentro das primeiras iniciativas das elites não-governantes iraquianas antibaathistas. Embora fosse um clérigo xiita, ele não era conhecido como defensor do estabelecimento de uma "República Islâmica Iraquiana". Foi membro de uma proeminente família de Najaf e era visto como um clérigo liberal. Era justamente essa combinação que agradava os EUA; um representante religioso islâmico e liberal poderia combinar uma nova fórmula política para o país. Ele fugiu do Iraque em 1991, depois que vários membros de sua família foram mortos pelo regime de Saddam. Gozou de algum apoio entre os xiitas seculares e moderados, mas não o quis por a maioria dos iraquianos que viam com suspeição sua postura liberal. Al-Ullom serviu como assessor do falecido xiita *marja* Muhsin al-Hakim, pai de Muhammad Baqir al-Hakim, que era o chefe do SCIRI. Durante a ocupação, Al-Ullom foi eleito um dos 25 conselheiros iraquianos para a CAP (GHAREEB, DOUGHERTY, 2004).

Em uma linha semelhante o líder xiita islâmico Sayed Abdul Majid Khoei era visto como uma possibilidade de liderança pelos norte-americanos, também por sua interlocução islâmica, liberal (em alguma medida) e moderado.Al-Khoei nasceu em Najaf e lá viveu com seu pai – o aiatolá Abu al-Qassim al-Khoei – até 1991. Durante a revolta de 1991, participou ativamente da luta contra o Partido Baath, mas também atuou como uma força de moderação tentando minimizar os assassinatos por vingança. Seu grupo era desassociado da "oposição iraquiana", conformada como INC em 1992. Quando a revolta foi esmagada, foi forçado a

[233] Após a invasão e ocupação do Iraque pelos EUA, Pachachi aproximou-se da agenda política transformativa do país. Membro do Conselho de Governo (CGI) e eleito para o parlamento de quatro anos pelo Movimento Nacional Iraquiano (*Iraqi National Movment)*, mais conhecido por *Iraqiyya list* de Ayad Allawi. Foiuma coalizão política iraquiana formada para contestar as eleições parlamentares de 2010 pela Lista de Renovação (*Renewal List,* ou *Tajdeed*) do vice-presidente Tariq al-Hashimi, o INA,de AIyad Allawi, e a Frente de Diálogo Nacional Iraquiana (*Hiwar*) liderada por Saleh al-Mutlaq.

deixar o Iraque. Seu pai morreu um ano depois, em 1992, aos 93 anos, enquanto ainda estava em prisão domiciliar no Iraque. Quando os EUA cogitaram Al-Khoei como liderança, ele era o líder da Fundação Al-Khoei com sede em Londres, fundada por seu pai em 1989. A Fundação [234] internacional tinha a preocupação de continuar as funções caritativas e educacionais historicamente associadas ao escritório do *marj'aiyya* [235] , a instituição deliderança xiita de mais alto escalão. Em 1997, a Fundação tornou-se a quarta organização muçulmana – e a única organização muçulmana xiita – a ter *status* Consultivo Geral na ONU, onde promoveu trabalhos em DH e direitos de minorias (GHAREEB, DOUGHERTY, 2004).

Podemos interpretar que Khoei era uma figura possível na visão dos EUA por unir dois aspectos fundamentais, a compreensão e possível benevolência com os princípios liberais de poder e a estrutura do SI vigente, e por ser uma figura religiosa islâmica forte.

Muitos estrategistas dos EUA pensavam que era cedo demais para tomar essas decisões e nomear figuras políticas. No fim, tanto Pachachi, quanto Al-Ulloum se tornaram figuras secundárias no processo de ocupação e reconstrução do Iraque, ainda que participativos. Já o destino de Al-Khoei foi trágico.Foi assassinado por uma multidão, próximo ao santuário do Imam Ali em Najaf, em 10 de abril de 2003[236].

De fato, os planos sobre como seria conduzida a reconstrução do Iraque seriam tema de ampla discussão dentro dos aparatos institucionais internos dos EUA. Entre outubro de 2002 e novembro de 2003, estrategistas norte-americanos elaboraram sete cartas organizacionais sobre como seria executado o plano de reconstrução e administração do Iraque pela coalizão internacional liderada pelos EUA (AMARAL, 2017, p.85-90)[237]. Todas elas incluíam a participação da elite da oposição como parte estruturante do projeto transformativo para o Iraque. Mas nem todos aqueles que construíram a oposição iraquiana nos anos 1990 erama favor de um projeto transformativo que envolvesse uma potência estrangeira. Diversos notórios iraquianos opositores ao regime Baath, também eram ferrenhos opositores à participação dos EUA na elaboração de condições para um Iraque pós-Saddam.

---

234 Atualmente a Fundação, com sede em Londres, tem mais de 15 filiais em algumas das cidades mais importantes do mundo, incluindo Nova York; cresceu e se tornou a maior organização muçulmana xiita internacional. Recomendamos acessar o site oficial da Fundação para mais informações, disponível em: <https://www.al-khoei.org> acesso em 22/01/2022.

235Posição social e religiosa mais importante na comunidade xiita. *Marja'* é um *mujtahid* (jurista) que é seguido por vários xiitas, isto é, alguns xiitas praticam seus atos religiosos de acordo com suas visões jurisprudenciais.

236 Para mais informações acessar <https://www.economist.com/obituary/2003/04/17/abdul-majid-al-khoei> acesso em 22/01/2022.

237 Recomendamos ver as cartas organizacionais para ocupação e reconstrução do Iraque no Anexo B – Organogramas e os planos de ação da Coalizão internacional no Iraque, em AMARAL, 2017, p.206-212.

### 6.5.5 Uma parcela "não apoiada" pelos EUA da elite não-governante anti-baathista no Iraque.

Dentre o grupo que compunha a oposição Iraquiana ao regime Baath, é possível inferir que existia uma parcela que os EUA evidentemente apoiavam e desejavam que fossem os condutores da transformação política no Iraque. Nos referimos particularmente aos grupos: INC, SCIRI, PUK, KDP, INA e MNI. Tal grupo ainda seria ampliado, incluindo outra porção de partidos opositores.De igual modo, podemos perceber que uma parcela dessa oposição iraquiana, tão diversa, vai sendo "apagada", desaparecendo do processo de articulação internacional rumo à remoção de Saddam Hussein.

Se observarmos as listas dos partidos/membros da oposição iraquiana entre 1990 e 1992, desde o CAC às conferencias da oposição (Beirute em 1991, Viena e Salahudin em 1992), perceberemos que muitos daqueles que começaram a construir uma oposição iraquiana conjunta, distanciam-se do processo à medida que os EUA passam a ser um ator relevante de apoio a essa mesma oposição; seja por decisão própria de afastamento (por discordância pessoal), como no caso de lideranças políticas que deixam seus partidos, seja por possível exclusão do processo, como no caso dos partidos que eram expressamente anti-EUA. Sobre esse segundo caso, exclusão do processo, não existe evidências documentais que afirmem que os EUA de fato decidiram por excluir determinados grupos da oposição, no entanto, faremos aqui algumas inferências levantando hipóteses que justifiquem essa possibilidade.

A partir do nosso levantamento disponível no Apêndice B, identificamos 11 indivíduos iraquianos que correspondem ao critério de ser lideranças políticas antibaathistas, mas que também se opunham à participação ocidental (particularmente, norte-americana) no processo de luta contra o regime Baath. A seleção desses onze foi feita mediante sua plena participação na mobilização popular antibaathista. A grande maioria foi membro do CEINC, criado em 1992. Isso significa que eram reconhecidos como lideranças dentro do grande conglomerado que chamamos de "oposição iraquiana".

Primeiramente, destacamos a oposição iraquiana antibaathista e antiamericana representada pela Organização da Ação Islâmica (OAI), ou *Munadhammat Al- `Amal Al-Islami*. A formação da OAI, em meados da década de 1970, constituiu a segunda resposta islâmica xiita ao Baath, a primeira foi o Dawa (que depois comporia uma ramificação o SCIRI). Foi uma organização político-comunal desde o seu início. Surgiu para defender a identidade xiita da constante invasão do regime secular do Baath nas estruturas de poder autônomo da classe clerical e seus aliados (JABAR, 2003, p. 216). A liderança do grupo era

representada pelo Sheik Muhammad Taqi Al-Muddarissi, Muhsin Al-Husaini, Kamal Al-Haidari e outros expatriados iraquianos, quemajoritariamente viviam no Kuwait. Sua sede mudou imediatamente para o Irã, quando o regime de Khomeini tomou o poder. Ao contrário do Partido Dawa, cuja estratégia para atingir seu objetivo de tomar o poder no Iraque era moderada, aOAIbuscava alcançar o mesmo objetivo por meio da luta armada, que acreditava ser a única etapa para livrar o Iraque dos baathistas (SHAMRANI, 1999, p.159).

As lideranças da OAI estiveram ativas na criação do CAC, em 1990, e do INC, em 1992, mas à medida que a participação internacional ocidental sobressaia, seus representantes começaram a "pular fora" de qualquer conexão com estes. Destacamos particularmente três figuras no Apêndice B: seus líderes políticos e religiosos Muhammad Taqi Al-Muddarissi (Al-Muddaris) e Muhsin Al-Husaini (Husayni), lideranças formativas do CAC em 1990, e Nizar Haidar que foi designado membro do CEINC, em 1992, na conferência de Sallahudin.

A OAI tinha uma postura crítica à coalizão liderada pelos EUA e não apoiou a ideia de um sistema federal no Iraque, não articulou com os norte-americanos. Em junho de 2004, a organização saudou a formação do governo interino a partir da Resolução 1546, do CSONU, mas com ressalvas já que alguns parágrafos da Resolução minavam o exercício da soberania nacional do Iraque. A OAI criticou a composição do governo por não incluir representantes suficientes da tendência islâmica e, quando incluía, centrava-se no Partido Dawa e SCIRI.

Em segundo lugar, destacaremos algumas lideranças do INC que paulatinamente foram abandonando o grupo político, alegando excessiva subserviência aos EUA, ou simplesmente discordando da forma como o INC de Ahmad Chalabi foi desenvolvido. Nessa categoria, elencamos sete indivíduos advindos de partidos políticos distintos. O primeiro lêses, o prório Nizar Haidar, da OAI. Temos ainda os ex-baathistas,Abdul-Sattar Al-Duri e Hani al-Fekaiki, Abdul al-Husayn Shaban, ex-comunista que entrou no espectro liberal-democrata nos anos 1990, Abd-al-llah al-Nasrawi, do Movimento Socialista Árabe (MSA), Mubdir Al-Wayyis, do Partido Socialista Iraquiano (PSI), e Ahmad al-Habbubi, do Agrupamento Democrático Nacionalista.

Abdul-Sattar Al-Duri, ocupou importantes cargos políticos e diplomáticos no Iraque foi um dos primeiros políticos a anunciar a retirada do CEINC. Elefoi o primeiro a expressar insatisfação com os resultados da conferência de Salahudin, discordava particularmente da falta de mecanismos democráticos para estabelecer as lideranças do grupo. Ele publicou o texto de sua carta de renúncia, em 7 de fevereiro de 1993 (SHAMRANI, 1999, p.304). Em 10 de dezembro de 1994, outro ex-baathista, Hani Al-Fikaiki, informou ao presidente do INC

que não desejava mais fazer parte do CEINC. A ineficiência e a discordância sobre as formas de conduta do grupo eram as principais razões da sua renúncia. Al-Fikaiki foi persuadido a continuar sua participação, permanecendo no CEINC até 4 de janeiro de 1996, quando novamente apresentou sua renúncia e saiu (SHAMRANI, 1999, p.312).

Outra liderança da oposição que abandonou o CEINC foi o Secretário Geral Abdul-Hussein Shaban,em 16 de julho de 1993. Shaban atacou fortemente a ênfase da INC nos exercícios de relações públicas e sua total confiança no fator internacional para suplantar o regime de Saddam Hussein. Além disso, era contra "os métodos temperamentais e autocráticos de Ahmad Chalabi" (SHABAN *apud* SHAMRANI, 1999, p.305).

Já o processo de saída de Abd-al-llah al-Nasrawi, líder do MSA,Mubdir Al-Wayyis, líder do PSI, e Ahmad al-Habbubi, líder do ADN, podem ser analisados a partir de uma mesma razão que pode ser associada ao espectro político-ideológico de seus partidos: nacionalistas árabes (pan-arabistas). O PSI era um partido nasserista visto nos anos 1960 como núcleo para todos os movimentos nacionalistas socialistas árabes que lutavam pelo estabelecimento do socialismo. O MAS, baseado no Líbano, tinha como principal premissa a implementação do socialismo árabe, também glorificando o modelo nasserismo. O grupo manteve boas relações com lideranças árabes e curdas nos anos 1990. O ADN era outra entidade nasserita. Estabelecida no Cairo durante os anos 1980, era nos anos 1990associadaprincipalmente a Al-Haboubi, um nacionalista árabe xiita que ocupou um cargo de gabinete duas vezes durante o regime dos Irmãos Aref (SHAMRANI, 1999, p.163-164).

O que essas três lideranças têm em comum? Todos foram excluídos do processo de reconstrução do Iraque. A CAP não os incluiu como parte dos cargos decisórios que compuseram o CGI e o GII. Não existe na literatura alguém que analise profundamente as razões disso. Mas podemos aqui inferir que a concepção de mundo pan-arabista era particularmente repudiada pelos norte-americanos que não viam nela uma boa alternativa ao baathismo. Poderiam ser vistos como a reprodução de uma renovada lógica antiliberal, como os baathistas já no poder. Não existem documentos, nem declarações que levem a tal apontamento. No entanto, é um padrão observável, já que as demais lideranças políticas da oposição iraquiana do INC foram incluídas no planejamento do Iraque pós-Saddam.

De maneira semelhante, podemos observar o caso de Salih Omar Al-Ali, ex-baathista do INA, que criou seu próprio partido político a Assembleia do Acordo Democrático (AAD) de maneira dissidente. No entanto, Salih Omar Al-Ali não era do CEINC. Antes mesmo da criação do INC, em 13 de maio de 1992, Al-Ali declarou o estabelecimento de um novo grupo

a ser denominado *Tajamu 'Al-Wfaq AI-Watani Al-Dimocrati AI-Iraqi* (Assembleia do Acordo Democrático), desde então, se tornou oposição àforma como aquela oposição estava se constituindo tendo como base o apoio estrangeiro, particularmente dos EUA. O grupo também pode ser identificado dentro do espectro nacionalista árabe.

De maneira geral, todas as lideranças políticas de partidos nacionalista árabes (pan-arabista) foram excluídas do processo de reconstrução do Iraque conduzido pelos EUA – como foi o caso dos membros do INC: Abd-al-llah al-Nasrawi (MSA), Mubdir Al-Wayyis (PSI) e Ahmad al-Habbubi (AND) –, ou abandonaram as articulações com os EUA antes da invasão de 2003 – como foi o caso de Abdul-Sattar Al-Duri e Hani al-Fekaiki (ex-bathistas e INC), Abdul-Hussein Shaban (INC), Salih Al-Ali (AAD). A exceção, cujo contato com os EUA foi constante, foi o INA. Mas há uma justificativa possível para os EUA se interessarem em fornecer-lhe auxílio naquela época. Isso, pois, o partido liderado por Ayad Allawi era o único que tinha "acessos" internos ao Partido Baath. Segundo El-Shazly (1997, p.68), que considerava o INA um partido pan-arabista, eles mantiveram contatos com oficiais baathistas dentro do Iraque, e esperavam desalojar Saddam Hussein de dentro. Para os EUA, contar com essas conexões era fundamental para enfraquecer e derrubar Saddam. Pan-Arabista ou não, o INA foi realmente peça fundamental para os EUA na tentativa mal-sucedida de derrubar Saddam por dentro do partido entre 1995-1996 (HOAGLAND, 1997p). Dentre os pan-arabistas iraquianos podemos enquadrar também o grupo dos Independentes Nacionalistas, que eram liderados por Hassan al-Naqib. No entanto, ele logo deixou o grupo para constituir o Movimento de Reconciliação Iraquiano, aliado dos Oficiais Livres que incluia Tawfiq al-Yasseri, Ahmad al-Samarra'i, Aziz al-Yasseri todos aliados norte-americanos durante os anos 1990 e não apresenta nenhum processo de reconstrução do país a partir de 2003.

Por fim, destacamos o Movimento Sadrista no Iraque como representação política de oposição "isolada". Utilizamos o termo "isolado", pois o Movimento Sadr é o único partido de oposição constante ao regime baath que nunca se articulou conjuntamente à oposição composta no CAC, e depois no INC. Sob a liderança do aiatolá Mohammed Sadeq al-Sadr, o movimento ganhou destaque na década de 1990 como movimento que era ao mesmo tempo populista, nacionalista e religioso. À medida que a influência de al-Sadr crescia, ele adotava um tom mais agressivo em relação ao regime e outras questões políticas. No entanto, suas críticas ao regime Baath eram tão, ou mais, agressivas quanto sua oposição a qualquer presença estrangeira ocidental no país. Al-Sadr era uma das vozes mais fortes contra o regime de sanções aplicadas sob a liderança dos EUA. Assim, sua voz agradava aos ouvidos daqueles

que eram contra o governo de Saddam e contra a intervenção estrangeira no Iraque. Em resposta, homens armados afiliados ao regime assassinaram Sadeq al-Sadr e dois de seus filhos em 1999. Após o assassinato, muitos membros do Movimento Sadrista fugiram ou passaram à clandestinidade. Muqtada al-Sadr, o outro filho de Sadeq, foi colocado em prisão domiciliar.Após a invasão de 2003, o Movimento Sadrista ressurgiu com o apoio do clérigo iraquiano, aiatolá Kazem al-Haeri, baseado no Irã. Haeri nomeou Muqtada al-Sadr como seu representante no Iraque (COCKBURN, 2008; COCHRANE, 2009).

Na esteira da invasão de 2003 os sadristas reabriram rapidamente as mesquitas, criaram uma milícia (Exército Mahdi), assumiram o controle das instituições políticas locais e forneceram serviços sociais para suas comunidades. Inclusive, dominaram não oficialmente a cidade de Al-Thawra (ou Saddam City) renomeando-a como Sadr City em homenagem ao falecido Sadeq al-Sadr. O movimento procurou capitalizar a raiva e o ressentimento da população sobretudo no sul do país, opondo-se à coalizão ecomandando ataques contra suas forças multinacionais(COCKBURN, 2008; COCHRANE, 2009).

É evidente que, para além de uma oposição iraquiana financiada pelos EUA, foi possível identificar uma parcela das elites da oposição que não se alinharam com os norte-americanos. Sendo assim, este tópico é um importante indicador de que dentro da oposição iraquiana, havia lideranças notórias que discordavam da inclusão dos EUA no processo para remoção de Saddam Hussein. Em geral, viam na participação norte-americana uma ameaça a autodeterminação iraquiana no processo de transformação da sua estrutura de poder.

6.5.5.1. O Partido Dawa e EUA: articulações e empecilhos

Ao observar a maioria dos partidos de oposição ao regime Baath, pode-se identificar aqueles que são contra a presença norte-americana no apoio antisaddamista, ou a favor dela. O mesmo não se pode dizer do Partido Dawa. Sua situação durante os anos 1990 foi particularmente complexa. O Dawa foi durante muito tempo principal e a primeira organização islâmica iraquiana de oposição ao Partido Baath. Foi dele que se derivou o SCIRI maior organização islâmica iraquiana que recebia investimento dos EUA para fortalecer a agenda antibaathista no país. Parte da literatura considera o Dawa imediatamente como parte do grande grupo da oposição, ou simplesmente ignora, levando em conta somente os grupos mencionados imediatamente após o estabelecimento do ILA. Em ambos há um equívoco histórico explicativo. Afinal, muitos membros do Dawa tiveram participação importante no

processo de reconstrução do país e se tornariam principais representantes do executivo no Governo Interino do Iraque (GII) e nas eleições a partir de 2005.

O Partido Dawa teve uma relação bastante conturbada com os EUA até 2002. Oficialmente, o Partido Dawa era membro de uma aliança antiguerra, incluindo grupos políticos esquerdistas e nacionalistas, como os mencionados anteriormente (OIA, PSI, PNU, MSA etc.). Os contatos entre EUA e Dawa foram iniciados apenas em 14 de outubro de 2002, em Londres. Três reuniões sucessivas entre representantes do Dawa liderados por Abu Ahmad al-Jaafari – um dos principais porta-vozes do partido, uma das lideranças no processo decisório da transição do Iraque pós-Saddam no CGI e no GII- e funcionários do DoE dos EUA ocorreram em Londres. O Partido Dawa formamente boicotou o congresso de Londres de 2002 - algumas figuras notórias do partido furaram o boicote, como Sami Al-Askari. Porém, o boicote não se relacionava com a liderança tomada pelos EUA e Grã-Bretanha no trabalho para remover Saddam Hussein. O Dawa dirigiu fortes críticas a suposição de que o SCIRI seria o único representante dos islâmicos xiitas (JABAR, 2003, p. 19).

No momento do Congresso de Londres em 2002, o SCIRI tentou ampliar sua representação política enquanto principal grupo islâmico xiitia. E isso era relevante, à medida que o Congresso estava repleto de uma representação esmagadoramente xiita; todos os islâmicos foram convidados, endossados ou pelo menos não rejeitados pelo SCIRI, que tinha poder de veto. Aproximadamente 56% dos 300 delegados eram xiitas. No entanto, os delegados xiitas não figuravam um bloco imbuído de unidade de ideologia ou perspectivas sociais ou políticas. Pelo contrário, fora o objetivo comum de remover o regime totalitário Baath, tinham muitas divergências. Eles subscrevem várias tendências ideológicas: islamismo fundamentalista militante, islamismo liberal moderado, liberalismo ocidental, arabismo moderado, nacionalismo curdo e marxismo. Os liberais xiitas do INC, por exemplo, defendiam a total liberalização da política e da economia, incluindo conceitos inovadores relativos à privatização do setor petrolífero. No Congresso de Londres, o estudioso iraquiano Kanan Makkiya pediu a separação entre Estado e religião. Mas nem o liberalismo nem o secularismo são bem-vindos às outras organizações lideradas por xiitas. (JABAR, 2003, p.19).

O Partido Dawa teve o cuidado de se retratar como um movimento nacionalista iraquiano independente, mas moderado. Por exemplo, ao contrário do Movimento Sadrista, o Dawa buscou se desassociar dos iranianos. Essa independência também se refletiu na atitude do partido em relação à intervenção dos EUA no Iraque. Embora o partido tenha se reunido com Zalmay Khalilzad, o enviado especial dos EUA para o Iraque, recusou-se a se juntar a

qualquer grupo de oposição patrocinado pelos EUA. Porém, não recusou o convite de compor o CGI, composto por membros das elites da oposição. Embora reconhecesse as realidades óbvias da ocupação dos EUA (e participasse do CGI), Dawa também insistia na transferência de autoridade política o mais rápido possível para os iraquianos (SHANAHAN 2004b, p.22).

Por fim, depois de muito relutar, o Dawa entrou nas elites de oposição iraquiana "às vésperas" da invasão norte-americana. A decisão de uma agenda participativa no CGI e demais estruturas institucionais durante a reconstrução era vista como melhor estratégia para clamar por algo na estrutura política iraquiana pós-Saddam. As conferências de dezembro de 2002 alinharam os últimos passos antes da derrubada de Saddam Hussein.

### 6.5.6 As conferências da oposição iraquiana em Dezembro de 2002 e a preparação para a intervenção militar

Entre o pós 11 de setembro e março de 2003, os EUA elaboraram planejamentos vislumbrando uma intervenção contra Saddam Hussein. Em 2002, quando as rodas da guerra começaram a girar, os EUA e o Reino Unido fizeram uma tentativa de reunir vários partidos iraquianos para negociar uma visão comum para o futuro de seu país dentro do escopo do *FOIP*. Dentre os já mencionados GT's do *FOIP*[238], destacamos o "Grupo de Trabalho de Princípios Democráticos" que considerou como o Iraque deveria fazer a transição para a democracia, direitos, o Estado de direito, a sociedade civil e a democratização, e o uso de princípios federais como base para uma nova política iraquiana (AL-ALI, 2014, p.49). Portanto, nesses GT's técnicos e autoridades norte-americanas pensavam os possíveis encaminhamentos para reconstrução do Iraque pós-Saddam.

No início de agosto de 2002, o DoE e o DoD convidaram em conjunto seis grandes grupos de oposição – o INC, o INA, o KDP, a PUK, o SCIRI e o MMC – a Washington para reuniões com altos funcionários, incluindo um *link* de vídeo-chamada para o vice-presidente Dick Cheney. As reuniões foram realizadas para mostrar a unidade dentro da oposição e entre diferentes agências do governo dos EUA, que tendiam a favorecer diferentes grupos de oposição. (KATZMAN, 2003, p.12). O último semestre de 2002 preparava o terreno para a intervenção militar de março de 2003, conjugando as bases para a reconsrução pós-guerra.

Em 9 de dezembro de 2002, Bush emitiu uma determinação para depositar US$ 92 milhões para artigos e serviços de defesa autorizados pelo ILA para o INA, o INC, o KDP, a

---

238 Nesses GT's foram incluídos diversos iraquianos que pudessem pensar planos para áreas como: planejamento urbano, assistência humanitária, reforma do setor de segurança etc., em reuniões realizadas em Washington.

PUK, o SCIRI e o MMC "e para tais outros grupos de oposição iraquianos designados por mim" (BUSH *apud* KATZMAN, 2003, p.12, tradução nossa).

Dias depois, ocorriam as últimas reuniões que congregaram a maioria dos grupos e figuras proeminentes da oposição iraquianana grande conferência realizada em Londres, de 14 a 16 de dezembro de 2002. A definição das lideranças dessa Oposição Iraquiana ficou conhecida como o "Comitê de Coordenação e Acompanhamento da Oposição Iraquiana"(*Coordination and Follow-up Committee of the Iraqi Opposition*). 65 iraquianos foram selecionados em Londres como os representantes da Oposição Iraquiana[239] nesse evento. Ao menos 51 destes iraquianos notórios atenderam ou eram membros de partidos membros do CAC em 1990, e/ou membros do INC, em 1992. Boa parte dessas figuras notórias também foram atores ativos durante o processo de reconstrução. Contabilizamos pelo menos 26 iraquianos do Comitê que tiveram cargos consultivos ou ministeriais de grande relevância durante o período de atuação da CAP, majoritariamente como membros do CGI, ou do Conselho de Reconstrução e Desenvolvimento do Iraque (IRDC), ou tinham cargos ministeriais provisórios entre 2003 e 2004, conforme discriminado no Apêndice A.

O lema do encontro era: "Pelo bem da libertação do Iraque e pela conquista da democracia". A oposição iraquiana reafirmava os princípios e critérios das conferências anteriores da oposição iraquiana, especialmente a conferência de Salahudin, em 1992, e o discurso político da delegação da oposição em Washington, em agosto de 2002.

> Os membros da conferência veem o papel da oposição nacional, com todos os seus diversos grupos e organizações apoiadas pelas massas do nosso povo, como um papel principal e essencial no processo de mudança. (...) O Iraque será um Estado democrático parlamentar, pluralista, federal e, portanto, decretará um conceito humano e civilizado de cidadania baseado na igualdade e eliminação da discriminação contra todos os povos (...). (IRAQI OPPOSITION *apud* TALMON, 2013, doc. 576, tradução nossa).

---

239 A composição do Comitê é a seguinte: Ibrahim Hamoudi, Dr Ahmad Chalabi, Ahmed Ali Muhsin, Akram Al-Hakim, Albert Yelda, Ayad Al-Samaraei, Ayad Allawi, Ayham Al-Samurai, Mrs Bayan Al-Aaraji, Bayan Jabr, Tawfiq Al-Yasiri, Jalal Al-Talabani, Jned Manko, Jawad Al-Attar, Jawhar Namiq, Hatem Mukhlis, Hatem Shaalan Abu Al-Joun, Hajim Al-Hasani, Hameed Al-Bayati, Hussein Al-Juburi, Hussein Al -Shaalan, Hussein Al-Shami, Rida Jawad Taqi, Sra Souad Al-Krimawi, Saad Al Bazzaz, Dr Saad Jawad, Saad Salih Jabir, Saadun Al-Dilaimi, Sinan Al-Shibibi, Sadiq Al-Musawi, Sra Safia Al-Sihail , Salah El Den Bahaa El-Den, Salah Al-Shackly, Safan Ahmed Agha, Tariq Al-Adhami, Adel Abdel Mahdi, Abas Al-Bayati, Abdel AzizAl-Hakim, Abdul Sattar Al-Jumaily, Abdul Majed Al-Khuoei, Izz El Den Salim, Al-Sharif Ali Bin Al-Hussein, Ghassan Al-Atia, Farouk Ridaa, Fouad Maasoum, Qadir Aziz, Karim Ahmed, Kanaan Makia, Kosret Rasoul Ali, Dr. Al-Mawla, Mohammed Al-Haidari, Mohammed Abdel-Jabbar, Mohammed Al Haj Mahmod, Masoud Al-Barazani, Mishaan Al-Jubouri, Mudhar Shawkat, Dr Mowafak Al-Roubaei, Naji Hilmi, Dr Najim Al-Deen Karim, Hoshiar Zibari , Wafiq Al-Samurai, Walid Mohammed Salih, Younadim Yousif Kanna.

Era um discurso coletivo que assumia a vontade de tornar o Iraque um Estado dentro das expectativas liberais e democráticas norte-americanas. As elites da oposição não governante se tornariam elites governantes. Seriam as responsáveis por atestar e conduzir ao lado dos norte-americanos o processo de reconstrução do Estado iraquiano. Isso, pois a Oposição Iraquiana reconhecia que, antes do estabelecimento deste governo legitimamente iraquiano e diversificado, seria necessário um período de transição. O documento *Transition Period Project,* elaborado pela própria oposição na Conferência de Londres, reconhecia que seria necessário um período intermediário entre a derrubada do regime Baath e a realização de eleições para fundar o estabelecimento de um estado democrático. Esse "Período de Transição" seria conduzido por uma autoridade de coalizão (internacional), mas endossada pelo "povo" iraquiano (representado por essas elites). E não poderia ultrapassar dois anos de vigência (TALMON, 2013, doc. 577, tradução nossa). Realmente, observando *a posteriori,* a ocupação durou menos que isso. A passagem de poder dessa Coalizão internacional (CAP) foi feita a um Governo Interino Iraquiano, vigente entre 2004 e 2005 até o estabelecimento da nova constituição iraquiana de 2005, a qual convocou as eleições democráticas.

A oposição iraquiana definia também a expectativa institucional do período de transição, que consistiria em uma Assembleia Nacional de transição composta por representantes dos componentes religiosos, políticos, sociais e geográficos nacionais do povo iraquiano,empessoas experientes e qualificadas para desempenhar funções legislativas durante o período de transição e para monitorar o trabalho da autoridade executiva, em um Conselho Soberano dividido em três líderes que assumiria as funções do chefe de Estado durante o período de transição, em um Governo de Transição composto por uma coalizão civil de transição que refletisse a diversidade da sociedade iraquiana e seus espectros políticos-ideológicos, em uma Constituição do Período de Transição e, posteriormene, em um Projeto de Constituição Permanente que seria redigido por um comitê de especialistas definidos pela Assembleia Nacional de transição (TALMON, 2013, doc. 577). Essa projeção da Oposição Iraquiana foi correspondida parcialmente. Conforme o capítulo seguinte, foi formado um grupo institucional composto por iraquianos da oposição, mas a capacidade decisória era limitada, já que a autoridade superior era da coalizão internacional liderada pelos EUA.

Em grande medida, pode-se afirmar que a Conferência de Londres concretizou dois elementos fundamentais: 1) o planejamento de uma ação intervencionista militar estrangeira como alternativa para remover Saddam Hussein; 2) a necessidade de auxílio internacional para reconstrução do Estado. As elites da oposição que tentavam se articular pragmaticamente

com o propósito de transformar o Iraque, finalmente concordavam que a maneira mais efetiva seria via intrusão agressivo que derrubaria militarmente o exército iraquiano sob comando dos baathistas iraquianos e conduziriam a reconstrução provisoriamente. O reconhecimento de uma oposição interna que apoiava o projeto intervencionista seria material de argumento para os EUA tentarem obter o aval internacional para invadir o Iraque e derrubar o governo. No entanto, a forma como funcionariam os mecanismos decisórios dessa força ocupante internacional não estava plenamente clara para a administração Bush.

Em 7 janeiro de 2003, o Subsecretário de Defesa para Política, Douglas J. Feith, emitiu ao Secretário de Defesa, Rumsfeld, um esboço da Diretiva Presidencial de Segurança Nacional (NSPD) sobre como funcionaria o Escritório de Planejamento do Pós-guerra (ORHA), indicando que "se as forças armadas dos EUA ocuparem o Iraque, seremos responsáveis, imediatamente após a ocupação, pela governança do país e pelo bem-estar de sua população"(FEITH *apud* TALMON, 2013, doc. 159). Por isso, indicava que o funcionamento desse escritório deveria ser multilateral, criando vínculos com a oposição do "Iraque Livre", as agências especializadas da ONU e organizações não-governamentais que poderiam desempenhar um papel no atendimento às necessidades do povo iraquiano e com escritórios de planejamento de contrapartida nos governos dos países da coalizão. Esse era o desenho prévio para o Iraque semanas antes da invasão. A Diretiva foi assinada pelo presidente Bush no dia 20 de janeiro. A estrutura definida no NSPD que apontava para a necessidade do funcionamento de uma administração provisória que contasse com a participação ativa de membros da elite da oposição iraquiana no processo de reconstrução do país. Diferentemente da forma como a Oposição Iraquiana esperava ser constituída a estrutura de reconstrução do Estado (conforme o *Transitional Period Project*), a NSPD deixava claro que o papel dessa elite seria secundário; funcionaria como um artifício de certificação interna das transformações conduzidas pela ORHA (e posteriormente a CAP).

## 6.6 Análise Final sobre a Presença norte-americana no Iraque e as Articulações com as elites não governantes nos anos 1990.

Este capítulo realizou uma análise da transformação da política externa norte-americana para o Iraque com o fim da Guerra Fria. Regionalmente, as atitudes incisivas de poder do Iraque baathista levaram a uma prática intrusiva de transformação cada vez mais agressiva por parte dos EUA. As ações militares lideradas pelos EUA contra a invasão iraquiana ao Kuwait e o sistema de sanções econômicas, são uma das faces intrusivas dos

EUA, em 1990. Tão importante quanto essas medidas, foram as articulações transnacionais estabelecidas com as elites da oposição iraquiana. Dessa forma, analisamos também as trajetórias das lideranças políticas da oposição em direção a projetos comuns para remover Saddam Hussein. Nesse sentido, preparamos o Apêndice Aapresent quem são essas lideranças de oposição, seus partidos e como se envolveram no processo até a reconstrução do Iraque. Fizemos um levantamento de 177 indivíduos que compunham a elite da oposição de mais de 400 estudados. Categorizamo-os a partir do estabelecimento de quatro critérios básicos[240] dos quais esses indivíduos correspondem a pelo menos dois.

Neste capítulo em particular observamos o Apêndice A destacando as principais figuras das elites da oposição iraquiana que estiveram presentes em todo processo de construção de um projeto para remoção de Saddam, até sua consolidação. A seleção desses indivíduos se deu à medida que eles apareciam como protagonistas nos principais momentos de desenvolvimento do projeto para remoção de Saddam Hussein do poder no Iraque a partir da explicita participação dos EUA. Esses momentos são: o estabelecimento do ILA em 1998, em que se identifica os destinatários do subsídio público dos EUA de incentivo para remoção de Saddam Hussein; a adição de novas Organizações políticas da elite da oposição apoiadas pelos EUA, conforme o *FOIP* (2001), como parte do esforço pré-invasão para remoção de Saddam e do Partido Baath; a Conferência de Oposição Iraquiana em Londres (2002), em que os oponentes do presidente iraquiano se reuniram para traçar estratégias para o país.

No capítulo seguinte analisaremos a participação dessa elite durante a ocupação da CAP liderada pelos EUA, como parte do processo decisório para a reconstrução do Iraque. Identificamosa incorporação da elite da oposição nos seguintes aparatos institucionais: o estabelecimento do CLI; depois, do CGI (2003-2004), com 25 membros e seus respectivos presidentes, cargos rotativos mensais; o estabelecimento dos membros do GII e seus cargos (junho de 2004 à janeiro de 2005); e do GTI (Janeiro de 2005 à maio de 2006), governo do Iraque de transição para o sistema parlamentarista.Ainda, ressaltamos algumas das ocupações profissionais relevantes desses indivíduos após a consolidação do sistema político em 2005.

---

[240]Critério 1: Membro do CAC, ou parte de uma organização que fez parte do CAC (1990); ou participou ou era membro de grupo que participou de alguma das conferências da oposição entre 1991 e 1992.
Critério 2: recebeu apoio, ou a organização da qual faz parte recebeu apoio dos EUA seja via covert actions (1991-1998) ou via formal a partir do ILA (1998), ou qualquer outro mecanismo de subsídio legal dos EUA entre 1998 e 2003.
Critério 3: Durante a ocupação da CAP (2003-2004) e no estabelecimento do GII (2004-2005) ocupou algum cargo executivo, ou ministerial, ou de conselho.
Critério 4: A partir das eleições Iraque como República Federativa Parlamentarista, teve cargo público relevante.

A partir do corolário acima podemos concluir que o estabelecimento e amadurecimento de uma elite da oposição iraquiana congruente, ainda que diversa, foi um processo notadamente internacional. Movimentações interelites iraquianas não-governantes são observadas majoritariamente no entorno regional iraquiano, sobretudo Síria, Jordânia, Líbano, Irã e Arábia Saudita, bem como nas capitais dos EUA e Grã-Bretanha, durante os anos 1990. O que observamos ao longo dos anos 1990 é a transformação dessas elites não-governantes em elites governantes, utilizando aqui as categorias de Vilfredo Pareto (1981). Esse processo não foi estritamente autônomo e contou com a participação norte-americana.

Neste período, observamos que as ações intrusivas norte-americanas no Iraque foram das mais diversas. Conforme a tabela 5, variaram entre o estabelecimento de um sistema de sanções econômicas, intervenções militares, *covert actions* em apoio a membros das elites da oposição e, em seguida, a institucionalização do aparato de apoio financeiro às mesmas elites:

**Tabela 5. Ações intrusivas dos EUA no Iraque até a invasão de 2003.**

| **Tipo de ação intrusiva** | **Categoria** | **Nível de intrusão** | **Descrição** | **Data** |
|---|---|---|---|---|
| Interferência | *Covert Action*/ Golpe | Alto | Fornecimento subsídio para derrubada do governo Qassim durante a Revolução Ramadã (1963). | 1959-1963 |
| Interferência | *Covert Action*/ apoio a ação paramilitar | Médio | Apoio a insurgência curda liderada pelo KDP no norte do Iraque. | 1972 -1975 |
| Interferência | *Covert Action* | Alto | Interferência no desenrolar da Guerra Irã-Iraque. | Entre 1980 e 1988 |
| Intervenção | Intervenção Militar | Baixo | Operação Earnest Will. EUA aumentaram as operações das forças militares conjuntas dos EUA no Golfo Pérsico e adotaram uma política de reflagelamento e escolta dos petroleiros do Kuwait através do Golfo Pérsico para protegê-los de ataques iraquianos e iranianos. | 1987–1988 |
| Intervenção | Intervenção Militar | Alto | Guerra contra as forças oficiais iraquianas ocupantes no Kuwait. | Agosto de 1990 à Fevereiro de 1991 |
| Interferência | Intervenção militar | Baixo | Operação Fornecer Conforto, entrega de ajuda humanitária e proteção militar para curdos que fugiam de suas casas no norte do Iraque durante a revolta de 1991, por uma pequena força terrestre aliada baseada na Turquia, que começou em abril de 1991. | Entre 1991 e 1996 |
| Interferência | Interferência militar | Alto | Estabelecimento de zonas de exclusão aérea no Iraque, por parte dos EUA, Reino Unido e seus aliados da Guerra do Golfo. Proibindo vôos iraquianos em zonas no sul do Iraque e no norte Iraque, realizando reconhecimento aéreo e | 1992-2003 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | vários ataques específicos aos sistemas de defesa aérea iraquianos como parte do mandato da ONU. | |
| Interferência | Sanções Econômicas | Alto | Em resposta à invasão do Kuwait pelo Iraque em 2 de agosto de 1990, os EUA impuseram sanções abrangentes, incluindo um embargo comercial contra o Iraque e o congelamento dos ativos do então governo iraquiano. Ao longo dos anos, uma série de ordens executivas ajustou as sanções em resposta aos eventos no Iraque. | Entre agosto de 1990 e maio de 2003[241] |
| Interferência | *Covert action*/ Golpe | Alto | A CIA apoiou o Acordo Nacional do Iraque; sua tentativa fracassada de golpe de 1996 foi supostamente financiada pela agência. | 1996 |
| Intervenção | Intervenção militar | Alto | Bombardeamentos aéreos no Iraque (codinome Operação *Desert Fox*) em campanha de quatro dias contra alvos iraquianos, pelos EUA e Reino Unido. | De 16 a 19 de dezembro de 1998 |
| Interferência | Financiamento de grupos da oposição | Alto | Financiamento explícito de grupos da oposição iraquiana ao Saddam Hussein a partir do corolário do Ato de Libetação do Iraque (1998). | A partir de 22 de setembro de 1998 |
| Interferência | Financiamento de grupo da oposição | Baixo | Estabelecimento da INCSF para fornecer uma estrutura organizacional para financiamento do DoE. | 1999 |
| Interferência | Planejamento conjunto com a oposição iraquiana da reconstrução do Iraque pós-Saddam | Alto | Realização de reuniões com membros das elites da oposição iraquiana para pensar projetos conjuntos para um Iraque democrático a partir de Grupos de Trabalho organizado pelo *FOIP*. | 2002 |

**Fonte**: elaborado pelo próprio autor

Tendo claros esses múltiplos níveis de intrusão, se percebe como as ações de política internacional norte-americanas nos anos 1990 no Iraque são diversas. Boa parte da literatura sobre intervenção dos EUA no Iraque ressalta de maneira isolada esses fenômenos, geralmente deixando de enfatizar todos esses processos. Uma parte dessa literatura enfatiza os aspectos geopolíticos das intervenções tendo um recorte que engloba ações militares dos EUA na Guerra do Golfo e os aspectos regionais imediatos do conflito(GOLDSTEIN, 1992; ATINKSON, 1993; FINLAN, 2003; KHADDURI, GHAREEB, 1997; FRIEDMAN, 1991;

241 Ao longo dos anos, uma série de ordens executivas ajustou as sanções em resposta aos eventos no Iraque. As Sanções Relacionadas ao Iraque representam a implementação de várias autoridades legais. Algumas dessas autoridades estão na forma de ordens executivas emitidas pelo presidente. Outras autoridades são leis públicas (estatutos) aprovados pelo Congresso. Essas autoridades são posteriormente codificadas pelo Depto. de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) do Departamento do Tesouro em seus regulamentos, que são publicados no Código de Regulamentos Federais. As modificações a esses regulamentos são publicadas no Federal Register. OOFAC também pode implementar Resoluções do CSONU das Nações Unidas com relação às Sanções Relacionadas ao Iraque. Disponível em <https://home.treasury.gov/policy-issues/financial-sanctions/sanctions-programs-and-country-information/iraq-related-sanctions> acesso em 14/10/2021.

HALLIDAY, 1994; e outros). Outra parte dessa literatura enfatiza os aspectos econômicos do sistema de sanções estabelecidos como mecanismo coercitivo e punitivo, para transformação do comportamento do governo baathista sob o regime de não-proliferação (CORDESMAN, HASHIM, 1997; BARAM, 2000; ALNASRAWI, 2001; BLIX, 2004).

Uma terceira literatura, que dialoga mais com o propósito desta tese (NOURI 2018; NOURI, 2021; BAPIR, 2016; AL-ALI, 2014; HEBERT, 2018), destaca o papel da articulação dos EUA com a elite da oposição iraquiana (anti-saddamista) como mecanismo para viabilização da transformação do Iraque pós-Saddam. Porém, ela enfatiza exclusivamente os mecanismos formais da interação da oposição iraquiana e o governo dos EUA. Parte, portanto do marco do ILA (1998), como momento inicial dessa interação. Assim, consideramos que essa literatura peca por não incluir os mecanismos de *covert action* que compuseram parte desse processo entre 1990 e 1998; mesmo antes disso, se considerarmos o apoio secreto dos EUA na revolução Ramadã de 1963 e o apoio secreto aos curdos em 1972.

Finalmente, a literatura que trabalha com as intrusões por *covert actions*, geralmente definida como: jornalismo investigativo (COCKBURN, 2016; COCKBURN, COCKBURN, 2000; RAI, 2003; ABURISH, 2001; HIRO, 1997, CHANDRASEKARAN, 2006), ou de caráter biográfico (ROSTON, 2008; KARSH, HAUTSI, 1991; COCKBURN, 2008), ou produções originais de atores que trabalharam no processo de enfraquecimento do regime de Saddam Hussein (grande parte composto por ex-militares ou ex-membos da CIA) (SMITH; OTTAWAY, 1996; HOAGLAND, 1997; RUSSELL, 2002; KATZMAN, 2003, RITTER, 2005; RISEN, 2006; ALLAWI, 2007). As três apresentam uma lacuna no aspecto analítico-teórico das RI que esta tese pretende preencher com nossa abordagem heterodoxa que interpreta os fatos a partir dos conceitos neogramiscianos de hegemonia por via de uma interpretação ontológica que entende as elites enquanto agentes fundamentais.

Da interação entre entidades governamentais e não-governamentais norte-americanas, temos aqui selecionados documentos que revelam oficialmente essa interação. Partimos de dois principais: ILA (1998); e o *FOIP* (2001-2002). Para além destes, recorreremos a uma vasta gama de literatura que discorre sobre a interação de agências norte-americanas (CIA, Secretaria de Estado, DoD) e essa elite da oposição nos anos 1990 e se utilizam de entrevistas e relatos de ex-funcionários públicos norte-americanos para embasar seus argumentos (SMITH; OTTAWAY, 1996; HOAGLAND, 1997; RUSSELL, 2002; KATZMAN, 2003, RITTER, 2005; RISEN, 2006; ALLAWI, 2007).

Inicialmente, pode parecer contraditório que enquanto os EUA aplicavam uma política de sanções, uma política de intervenções militares e de *covert actions* financiando parte da elite da oposição iraquiana nos anos 1990. Mas, como lembra Mark Rupert (1993, p.78), "assim como Marx, Gramsci enfatiza a relação contraditória entre a realidade histórica e as possibilidades latentes que, juntas, constituem o nexo em que a práxis política pode ocorrer". Tal "contradição", na verdade faz parte do processo que se consolida na adequação tática da estratégia para remoção de Saddam Hussein. Não bastava remover Saddam, era necessário "preparar" o paíspara uma nova estrutura de Estado. Para tanto, a participação de iraquianos (sequazes) dispostos a conduzir a transformação desejada era fundamental. Nesse sentido, ainda que sejam processos paralelos (sanções, intervenções militares, *covert actions*), damos destaque quelas que importam no sentido de dar continuidade a transformação iraquiana.

Particularmente, sobre os mecanismos de articulação do governo norte-americano e a elite da oposição nos anos 1990, consideramos dois momentos. Um primeiro cuja interação entre EUA e elite da oposição se dá indiretamente, sobretudo via CIA, mas também contendo com o envolvimento de outros agentes públicos dos EUA, sobretudo do DoE. Nomeamos esse tipo de interação como *covert actions*. Nelas, os norte-americanos financiaram, patrocinaram e estabeleceram estratégias políticas a grupos políticos da oposição. E mais, em alguns casos, ajudaram a organizá-los, como no caso do INC. Particularmente, dos anos 1990 até 1998, esse era o mecanismo de interação prevalecente entre norte-americanos e a elite da oposição.

A partir do ILA (1998) do governo Clinton, os mecanismos de interação entre norte-americanos e iraquianos da oposição transformam-se em um aparato institucionalizado, com financiamentos públicos declarados nos documentos do *GAO,* dos EUA. A partir de então, a pretensão pela derrubada de Saddam e a utilização de políticos iraquianos para viabilização desse processo ficou explícita. Isso não significa que os mecanismos indiretos tenham sido apagados. No entanto, declarava-se formalmente quem eram os "iraquianos democratas" que estariam ao lado dos EUA no processo de reconstrução do Estado iraquiano pós-Saddam.

A partir do capítulo seguinte veremos alguns dos mecanismos políticos, jurídicos e econômicos que constituíram o "novo" Iraque sob a liderança dessa nova elite governante. Implica, portanto, em observarmos o papel desta, até então de oposição, que, a partir de 2003, entra em um processo transitório para se tornar elite governante. Observaremos também os artifícios legais que transformaram a estrutura governativa e econômica do Iraque pós-Saddam, exatamente em direção ao modelo liberal norte-americano.

# 7. A PRESENÇA DOS EUA NO IRAQUE PÓS-SADDAM E A BUSCA POR UMA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA LIBERAL PARA O ORIENTE MÉDIO: DA OCUPAÇÃO AO ESTABELECIMENTO DE UM GOVERNO LEGITIMAMENTE IRAQUIANO.

Diante de um cenário de construção narrativa de necessidade da remoção de Saddam Hussein, a partir do ILA (1998) e, depois, mediante à argumentação de insegurança internacional decorrente dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os EUA executaram uma intervenção militar em março de 2003 que acarretou na derrubada do regime baathista. No entanto, apenas remover o antigo regime não era suficiente. A racionalidade liberal internacionalista que prevalece no cenário contemporâneo norte-americano preserva uma concepção básica da ordem internacional compreendendo dois princípios normativos básicos: democracia e livre-mercado. O Iraque baathista de Saddam não tinha nenhum deles. Por isso, construir tais bases era necessário, como segunda fase do processo intervencionista.

A primeira fase seria a remoção do regime Baath. Vimos no capítulo sexto que alguns mecanismos de intrusão foram acionados ao longo dos anos 1990 para tal, que partiu da insipiência de um intervencionismo militar fruto do cenário da guerra do Golfo de 1990-1990, passando pela adoção de medidas de interferência econômica por meio do sistema de sanções e boicote contra o Iraque e o apoio primeiramente indireto (*covert actions*) e depois direto (ILA -1998) para as elites da oposição iraquiana dispostas a conduzir um sistema de poder alternativo para o país. Porém, esses processos foi suficiente para atingir o propósito de derrubar Saddam. Apenas quando os EUA ativaram o mecanismo de intervenção militar por meio de uma guerra contra as forças regulares iraquianas que finalmente a remoção do regime baathista se consolidou. Vinte dias foram suficientes para a *Operation Iraqi Freedom* tomar Bagdá, até George W. Bush declarar, em primeiro de maio de 2003, vitória na guerra contra Saddam Hussein. Cabia agora iniciar o processo de reconstrução do Iraque.

Vale mencionar que a ação militar contra Saddam ocorreu sem qualquer respaldo de consenso da comunidade internacional. Os EUA invadiram e derrubaram o regime Baath sem aprovação do CSONU. No entanto, o processo que se sucedeu contou com o apoio da ONU. A partir da Resolução 1483, o CSONU reconhecia que os EUA e a Grã-Bretanhateriam a responsabilidade de reconstruir o Iraque e restabelecer a ordem local. Aqueles países seriam,então, “Potências Ocupantes” e liderariam a CAP, instituição responsável por gerir a situação política pós-guerra no Iraque, agindo ali como autoridade soberana de maneira

provisória. A premissa era, portanto, que a ação da CAP teria vigência até que o Estado fosse de fato reconstruído e a ordem restabelecida (ONU, 2003a)[242].

Em 2003, no início das operações de reconstrução do Iraque ocupado, o *GAO* afirmou que a ação era uma prioridade de segurança nacional. Como parte desse esforço, o Congresso destinou US$ 79 bilhões em fundos suplementares de emergência para o FY[243] de 2003 para as operações militares e de reconstrução do Iraque, incluindo a ajuda humanitária, manutenção da paz e reforma econômica e política (USA, 2003).

Dentro do plano geral para o Iraque, alguns tópicos sobressaíam como objetivos fundamentais da ação da CAP: prover ajuda alimentar e humanitária, o que implicaria a aplicação do Programa Mundial de Alimento, que previa um plano emergencial para satisfazer as necessidades alimentares; realizar operação de paz, estabelecendo condições para uma transição democrática; estabelecer a reconstrução ereforma econômica, que implicava a reconstrução física da infraestrutura do país (rodovias, escolas, usinas de energia, entre outras necessidades básicas), além da revisão da dívida externa do Iraque frente às instituições internacionais; governança e construção democrática do país, estabelecendo projetos de reforço da democracia e também nos esforços para elaborar uma nova constituição, reformar código penal e civil existente e desenvolver uma força policial neutra e competente, além do empenho para combater a corrupção local; por fim, destruir as supostas ADMs iraquianas, prevendo ações para localizar e destruir a produção dessas armas (USA, 2003).

Portanto, esse era o projeto norte-americano declarado para a ocupação imediatamente após a derrubada do governo Baath, publicado no dia 15 de maio de 2003. No dia 22 de maio de 2003, o plano foi reconhecido pelo CSONU, a partir da Resolução 1483, como um projeto legítimo para reconstrução e reestabilização do Iraque, permitindo, então, aos EUA e à Grã-Bretanha o título de Autoridade Provisória do país.

O projeto para a ocupação do Iraque tinha duas áreas de atuação, uma voltada para a reconstrução das estruturas política, jurídica, econômica, de serviços públicos e estrutura física, e outra direcionada exclusivamente para a restauração da ordem civil iraquiana, um projeto de segurança que é independente da área anterior justamente por ser embasado por diretrizes militares[244]. Em geral, ao reportar suas atividades, a CAP não divide as ações dessa

---

242 Para saber sobre o processo de ocupação e reconstrução do Iraque durante os quase 14 meses de autoridade da CAP, recomendamos ler a dissertação de mestrado (AMARAL, 2017) do autor desta tese de doutorado.

243 Importante deixar evidente que nos EUA o FY tem início em 1º de outubro do ano anterior e termina em 30 de setembro do ano referido.

244 Para compreender as especificidades de cada área específica, recomenda-se ler Amaral, 2017, capítulo 4.

maneira. Na realidade, considera quatro setores de ação no Iraque: Segurança, Serviços Essenciais, Economia e Governança (USA, 2004b). A maioria dessas reformas afere principalmente mudanças na estrutura doméstica do Estado iraquiano, no entanto, prevê também mudanças sobre o comportamento do Iraque regional e internacionalmente.

É nesse processo de ocupação e reconstrução do Iraque pós-guerra que encontramos a segunda fase do exercício de transformação do país. Nesta, não encontraremos registros de *covert actions*, na verdade, todas as ações norte-americanas a partir da invasão se dão firmemente explícitas sob a forma de força ocupante. O papel dos EUAa partir de maio de 2003, é semelhante àquele da Grã-Bretanha vitoriosa na Primeira Guerra Mundial, que sob o sistema de mandatos da Liga das Nações, criou o Iraque moderno. Os EUA transformaram o país mediante aos princípios normativos do que era esperado de um Estado do século XXI. A concepção de mundo liberal internacionalista aperfeiçoada a partir do exercício de poder dos EUA no SI no século XX, tentou ser colocada no Iraque. Tratou-se da tentativa de construir um novo consenso que levaria adiante os axiomas democracia e livre-mercado. O objetivo era não somente reconstruir o Estado iraquiano (*state-building*), mas construir um novo consenso nacional, com novos valores, adaptados à realidade social do país (*nation-building*). Ali, o papel das elites iraquianas anti-saddamistas foi fundamental. É nelas que os EUA depositaram a confiança de pôr em prática o projeto de um "novo Iraque".

Neste capítulo final, olharemos para a reconstrução do Iraque, observando o papel das elites iraquianas anti-saddamistas incorporadas como agentes internos. Elas foram os sequazes norte-americanos que garantiriam que o processo seguiria a cartilha liberal esperada, mesmo após o fim da CAP. Portanto, a reconstrução não tratou apenas de retornar a um Estado de ordem estável, conforme observado pelo conjunto moral do *jus post bellum*, senão, construir um "novo Iraque", que superasse a ordem baathista anterior. Ou seja, seria o apagamento do baathismo iraquiano, ao mesmo tempo que se constituísse valores e regulamentos que compusessem a sociedade iraquiana pós-Baath, pretendendo assim, um novo bloco histórico.

Retomemos o que vimos no capítulo 3. Bloco histórico é um conceito estrutural que abrange aspectos políticos, culturais e econômicos da formação social particular, unindo-os de maneiras historicamente específicas para formar um conjunto de relações sociais complexo, politicamente contestável e dinâmico. Um bloco histórico articula uma visão de mundo, alicerçada em condições sociopolíticas e em relações de produção historicamente específicas que conferem substância e coerência ideológica ao seu poder social. Portanto, ela é complexa e pressupõe consenso.

Aqui entendemos que não existe tal coisa como a imputação de consenso na sociedade. Não se obriga uma sociedade a crer, pensar, agir de determinada maneira. Porém, pode-se tentar construir condições para que o consenso seja possível. No caso iraquiano, tais condições foram tentadas via mecanismos legais como: estabelecimento do processo de debaathificação (proibição e punição aos antigos membros do Partido Baath que estiveram à frente dos cargos públicos executivos durante a era Baath); reforma do sistema econômico que consistia na liberalização da economia iraquiana e criação de leis que incentivassem o investimento estrangeiro e a privatização;construção de uma nova constituição que preservasse um modelo político democrático. Esses artifícios transformativos que caracterizaram o "novo Iraque" deveriam também ser postos por iraquianos, para se evitar uma percepção de ordem de uma autoridade superior estrangeira. Para tanto, as elites da oposição que foram se constituindo ao longo dos anos 1990 foram os principais agentes da transformação. Primeiramente, como CLI e como CGI durante a ocupação e a autoridade da CAP. Em um segundo momento, como autoridades de transição no GII, de 2004 a2005. E, finalmente, como atores políticos legítimos, eleitas democraticamente a partir de 2005. Esse processo conflagra a transformação das elites da oposição iraquiana em elitesgovernantes. São elas que de alguma maneira preservaram uma nova postura internacional iraquiana, agradável às ambições de poder norte-americano no Oriente Médio.

Por isso, este capítulo está estruturado da seguinte forma: inicialmente analisaremos a participação da elite da oposição no processo da reconstrução iraquiana em três fases respectivas: quando CLI (até julho de 2003), quando CGI e composições ministeriais e de gabinete provisório (entre julho de 2003 e julho de 2004), e por fim quando GII (julho de 2004 à 2005) e GTI (2005 e 2006). De maneira transversal, veremos também manifestações de insatisfação na sociedade iraquiana que remodelaram alguns caminhos da reconstrução iraquiana, dando destaque para a figura do aiatolá Ali Al-Sistani.Posteriormente, analisaremos os mecanismos normativos que estabeleceram as bases estruturantes governamentais que permitiram a consolidação dessa elite a partir de dois marcos: o processo de debaathificação do Iraque e o estabelecimento de uma nova Constituição. No tópico seguinte analisaremos como essa elite se perpetuou no poder a partir do estabelecimento do país como uma república democrática federativa parlamentar. Observaremos os principais cargos executivos do país para estabelecer esse nexo, identificando indivíduos que fizeram parte do processo de derrubada de Saddam Hussein e da reconstrução do Iraque.

Por fim, o tópico que encerra este capítulo, e consequentemente esta tese, servirá para observarmos como os EUA consolidam a estruturação de um novo Iraque, tendo nessa nova elite política governante base pessoal para a manutenção dos princípios fundamentais que constituíram esse novo Estado. Daremos ênfase aos elementos que atestam atransformação do Iraque, olhando particularmente para a reforma do Ministério de Relações Exteriores para conceber sua nova postura de política externa como um Estado dentro das "regras do jogo" liberais internacionais. Também observaremosa manutenção das bases liberais econômicas que estabelecem a nova estrutura de livre mercado, a promoção de condições para ter investimento estrangeiro direto e perpetuação dos processos de privatização no país. Consideraremos também os atores domésticos e regionais contra hegemônicos que confrontam veementemente essa nova estrutura de poder no Iraque, levando em conta o papel norte-americano na contenção dessas forças contra hegemônicas. Enfim, analisaremos se é possível considerar uma "permanência" norte-americana levando em consideração seu propósito hegemônico, o que significaria a consolidação da agenda intervencionista no país.

## 7.1 Da Elite Não-Governante para a elite Governante: A Transformação do Papel da Elite política anti-baahtista.

Às vésperas da invasão militar, em janeiro de 2003, o governo Bush criou uma instituiçãodentro do DoD – o Escritório de Reconstrução e Assistência Humanitária (ORHA)[245]– para desenvolver planos para o desenvolvimento da governança democrática e para a reconstrução do Iraque prevendo a participação iraquiana[246] (AMARAL, 2017, p.83).

---

245 A ORHA era uma unidade de várias agências com pessoas dos EUA dos Departamentos de Defesa, Estado, Tesouro, Justiça, Agricultura, Comércio, Energia, Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional e Conselho Internacional de Emissoras. O suporte internacional do Reino Unido e da Austrália estava incorporado no Escritório. Ele era liderado por Jay Garner, que esteve anteriormente envolvido em atividades de ajuda humanitária no norte do Iraque. E contava com três deputados: Ron Adams, na área de operações encarregado das atividades de socorro e reconstrução no Iraque; Tim Cross diretor adjunto de apoio internacional; e Ryan Henry, responsável pelas questões para a política local. Jerry Bates foi o Chefe de Gabinete da ORHA (TALMON, 2013, doc. 165).

246 Para uma apreciação aprofundada do funcionamento da ORHA recomendadmos acessar os seguintes documentos: *Draft NSPD on Post-war Planning Office (7 de janeiro 2003); Organizational Chart, US Department of Defense, Office of Reconstruction and Humanitarian Assistance (fevereiro de 2003); Background Briefing on Reconstruction and Humanitarian Assistance in Post-War Iraq (11 de março de 2003); Organizational Diagram, US Department of Defense, Office of Reconstruction and Humanitarian Assistance (11 de março de 2003); Civilian Administration Team Ministry Guidance for CFLCC (25 de março de 2003); Coalition Forces Leaflet: The Citizens of Iraq (April 2003); Outline Brief for Potential International Partners (abril de 2003); Support for the Office of Reconstruction and Humanitarian Assistance (2 de abril de 2003); A Unified Mission Plan for Post-Hostilities Iraq (Draft – Version 3) (16 de abril de 2003)*. Todos compilados e organizados por Stefan Talmon (2013, doc. 159-167).

O então encarregado por liderar a ORHA, o Tenente-General aposentado do Exército dos EUA, Jay Garner[247],acreditava que um governo seria e deveria ser liderado por seis ex-exilados que ele acreditava representarem a diversidade do Iraque; Ahmed Chalabi (INC) e Ayad Allawi (INA), Ibrahim al-Jafari (Dawa), Abdul Aziz al-Hakim (SCIRI) e os líderes curdos Jalal Talabani (PUK) e Masoud Barzani (KDP).O ex-tenente general traduzia nada menos que o planejamento desenhado por Douglas Feith e o DoD dos EUA, bem como o *FOIP* desenhado dentro do DoE. Jay Garner acreditava que eles eram as pessoas que assumiriam a autoridade, uma vez que os EUA já haviam trabalhado com eles, e existia um entendimento comum. No entanto, surgiram questões, pois Garner alegou que nunca soube quais eram os planos exatos, uma vez que não lhe foram apresentados, novamente sugerindo uma falta de planejamento, e que as decisões eram tomadas quando as situações surgiam em uma base *ad-hoc* (NOURI, 2018, p.167).

De fato, não se sabia precisamente como seria o novo aparato institucional burocrático iraquiano, tampouco quem estaria à frente dessas novas instituições, ainda que se soubesse que seria alguma liderança de um daqueles seis principais grupos políticos da oposição INA, INC, SCIRI, Dawa, PUK, KDP. A principal mudança sobre principais grupos políticos desde antes da invasão do Iraque foi aexclusão do MMC e a incorporação do Dawa como um dos principais grupos articuladores da reconstrução do Iraque conduzida pelos EUA.

Evidentemente, como visto também no capítulo anterior, havia prediletos entre as figuras de liderança para os EUA. Por exemplo, as lideranças islâmicas do Dawa e do SCIRI não eram os preferidos dentre governantes e burocratas norte-americanos ainda que estivessem no círculo privilegiado da oposição apoiada pelos EUA. São partidos que tiveram uma relação fundacional com as lideranças islâmicas iranianas, mas os temores de que esse relacionamento acabe por colocar o SCIRI em rota de colisão com os EUA eram vistoscomo exagerados. Apesar do apelo à "Revolução Islâmica" estampado em seu nome, as lideranças do SCIRI estavam comprometendo-se com a democracia e o pluralismo no Iraque no intuito de ganhar a confiança dos EUA (ABEDIN, 2003b). Nesse sentido, Al Bayati do SCIRI em Londres, afirmava: "Você não pode ter um governo baseado em um princípio religioso xiita quando você tem outros grupos étnicos e religiosos" (AL-BAYATI *apud* ABEDIN, 2003a).

---

247 Sua experiência no Iraque havia se limitado à Operação *ProvideComfort* ao longo da fronteira turco-iraquiana em 1991, para apoiar os curdos que fugiram do Iraque para as fronteiras iraniana e turca em uma onda de massa após o colapso da revolta de 1991 (ALLAWI, 2007, p.98).

Então, os EUA convidaram vários líderes da oposição para discussões em Washington, no início de janeiro de 2003. O governo redobrou seus esforços para incluir o Partido Dawa em seu planejamento de guerra, esperando pelo menos ter uma resposta positiva do partido em relação a qualquer ação militar americana. O "Comitê de Coordenação e Acompanhamento da Oposição Iraquiana" estava programado para se reunir em Salahuddin, no Curdistão iraquiano, em 22 de janeiro de 2003. Os grupos curdos exigiram que os EUA fornecessem segurança adequada para a reunião, mas o governo Bush inicialmente hesitou em estender seus compromissos de segurança além dos voos que patrulhavam a zona de exclusão aérea. Além disso, mediante ao não reconhecimento internacional de suas ações intervencionistas até aquele momento, os EUA ainda não reconheciam publicamente as deliberações de um comitê de oposição que se via como núcleo de um novo governo de transição. A reunião de Salahuddin ocorreu em 25 de fevereiro de 2003. Eventualmente, o comitê de acompanhamento decidiu pela formação de um conselho de liderança de seis homens, composto por Jalal Talabani, Massoud Barzani, Ahmad Chalabi, Abd el-Aziz al-Hakim, Ayad Allawi e Adnan Pachachi (ALLAWI, 2007, p.88).

### 7.1.1 O Conselho da Liderança Iraquiana: primeiro órgão iraquiano pós-Saddam.

Justamente sob os auspícios de democracia e pluralismo a partir da invasão iniciada em 19 de março, o primeiro aparato institucional formal iraquiano criado foi o CLI (26 de março 2003) (TALMON, 2013, doc.579). Enquanto as forças militares anglo-americanas ainda derrubavam as tropas oficiais do Iraque sob Saddam Hussein em março de 2003, o CLI emitiu declaração oficial para todo país, clamando para aqueles que ainda estavam com Saddam, abandonar seus postos militares: "O CLI da oposição iraquiana apela às forças armadas iraquianas para não cumprirem as ordens do tirano Saddam e evitarem se tornarem combustível para sua guerra destrutiva perdida e exorta-as a purificar suas fileiras dos traidores, juntar-se à oposição" (*apud* TALMON, 2013, doc.579, tradução nossa).O CLI era composto pelosrepresentantes iraquianos no processo de remoção de Saddam Hussein. Servia para garantir que, durante o processo de conflito militar, houvesse iraquianos "do lado" dos norte-americanos, e para afirmar ao povo iraquiano que estava em progresso ali uma verdadeira "libertação" do país de poderes "tiranos":

> Comece a organizar suas fileiras e mobilizar suas forças. (...) Chegou o momento da jihad para a libertação do regime criminoso *Ba'thist Aflaqi*. (...) Que esta guerra seja uma guerra de libertação e democracia de nosso povo, uma guerra de desenraizamento da ditadura (*apud* TALMON, 2013, doc.579, tradução nossa)

A emissão da referida declaração acima foi feita no sexto dia de combate das forças internacionais lideradas pelos EUA contra o exército de Saddam Hussein. Naquele momento, já se sabia que não havia a possibilidade de os militares iraquianos resistirem àforça internacional desproporcionalmente maior. Assim, era uma declaração que visava conquistar os corações e mentes da população iraquiana, em uma promessa de um "novo Iraque" que seria conduzido não por forças internacionais, mas por iraquianos, esses da CLI. Pode-se dizer que o CLI era a primeira expressão formal de poder da antiga elite da oposição ao regime baathista. Mas a clareza sobre sua função real no Iraque pós-Saddam ainda era incerta.

Várias ideias e planos se uniram sob a rubrica da Administração Interina Iraquiana (IIA), uma abreviação para as estruturas indistintas de tomada de decisão que os EUA queriam introduzir no Iraque do pós-guerra. Ainda não estava claro, no entanto, se a administração interina seria o novo governo iraquiano, supervisionado por "conselheiros" selecionados, ou se a administração interina atuaria como um órgão consultivo para uma administração iraquiana administrada pela Coalizão. Mas os sinais já eram aparentes de que os EUA planejavam um extenso período interino, com duração de mais de dois anos, antes que o poder fosse transferido para um governo liderado pelo Iraque(ALLAWI, 2007, p.99).

Nesse sentido, dentre os esforços sobre como poderiam obter uma participação iraquiana no processo de reconstrução, o da ORHA foi reforçado por vários iraquianos-americanos e exilados iraquianos, que se encontravam ligados à equipe Garner no Kuwait. Alguns estiveram envolvidos no projeto "Futuro do Iraque", ou foram associados ao INC, enquanto outros foram recrutados por um grupo chamado Conselho de Reconstrução e Desenvolvimento do Iraque (IRDC), liderado por Emad Dhia, um iraquiano-americano. No entanto, o papel decisório do IRDC na reconstrução do Iraque pode ser visto como secundário se comparado com o CLI (e posteriormente o Conselho Governamental do Iraque – CGI). Os planos para sua implantação como força de formulação de políticas fracassaram diante da enormidade dos problemas de governar o Iraque. Eventualmente, o IRDC se estabeleceu como um serviço de apoio aos novos ministros do Iraque, perdendo assim seu propósito original de formar um núcleo para reformar a administração do país (ALLAWI, 2007, p.100).

Jay Garner começou o que esperava ser um processo para a transferência de poder aos iraquianos, a partir de duas reuniões, uma em Ur, perto de Nassíria, em 15 de março de 2003, e uma segunda em Bagdá, em 28 de abril. Apesar de a reunião de Ur ter sido o encontro que marcou a primeira aparição pública de Garner e as lideranças da oposição iraquiana, ela ficou mais conhecida pela grande demonstração de iraquianos locais contra a reunião. A

Conferência de Nassíriaobteve muito pouco progresso prático para a formação de uma IIA. Isso destacou o pequeno número de delegados (80) e a escassez de suas reivindicações de serem representativos de ninguém além de si mesmos. Embora a multidão de trezentos que compareceram a Bagdá fosse maior, não atingiu os dois a três mil previstos. Segundo Toby Dodge (2009, p.93-94), até mesmo os organizadores americanos tiveram que admitir que a reunião "não foi suficientemente representativa para estabelecer uma autoridade provisória". O desejo de colocar uma face iraquiana na ocupação foi atormentado pelo fato de muitos iraquianos evitaram se envolver inicialmente nas instituições decisórias da reconstrução, cientes da impopularidade da presença dos EUA em seu país e acreditando que seria temporária. Isso deixou os exilados impopulares, agindo como vitrines da mudança de regime. Como já vimos, uma parte da elite anti-saddamista era contra a participação norte-americana para remoção de Saddam Hussein, e foram mais enfáticos contra a ocupação; é o caso do Movimento *Sadrista,*e de partidos pan-arabistas e islâmicos que eram contra o modelo liberal de Estado para o Iraque[248].

Em 15 de abril de 2003 – dias antes da famosa declaração de vitória contra Saddam feita por G. W. Bush – um documento intitulado *13 Pontos Concordados para o Futuro do Iraque* marcou os objetivos cardeais para o Iraque pós-Saddam, segundo esta elite da oposição, agora encarregada de preparar-se para ser liderança no Iraque. A reunião de iraquianos e exilados iraquianos, que preparou o documento, foi presidida pelo tenente-general Jay Garner na cidade de Nassíria, sul do país. A declaração foi distribuída pelas Forças da Coalizão acompanhadas por outro folheto intitulado *Visões para a Liberdade do Iraque*, que dizia: "Em 15 de abril perto de Nassíria, por volta de cem iraquianos representando todas as partes do país se reuniram para discutir as visões para seu próprio futuro e a melhor forma de traçar um curso para um governo representativo democrático." (*apud,* TALMON, 2013, doc. 550, tradução nossa).

O primeiro marco do "Futuro do Iraque" estabelecia que o país deveria ser um Estado democrático. Os pontos seguintes derivaram deste, como: a organização de um sistema federal democrático; o Estado de Direito como primordial; e um diálogo aberto com todos os grupos políticos nacionais para trazê-los para o processo. Esses marcos traduzem a principal ambição política norte-americana para o país, torná-lo um sistema político que se espelha no modelo ocidental. Também cabe mencionar que o documento enfatizava a necessidade de participação de iraquianos para enfrentar as questões imediatas de restaurar a segurança e os

248 Ver Apêndice B.

serviços básicos. E enfatizava que os iraquianos deveriam ser aqueles que selecionariam seus líderes. No entanto, não seria uma seleção livre, uma vez que todos aqueles envolvidos no regime baathista seriam excluídos do processo político do país naquilo que ficou conhecido como debaathificação, conforme veremos àfrente (TALMON, 2013, doc. 580).

Paralelamente ainda se travavade uma batalha burocrática interna pelo controle da política do Iraque dentro da administração Bush[249]. Como vimos no capítulo passado, prevaleceu o projeto intervencionista encabeçado por Douglas Feith, no DoD. No entanto, aproximadamente um mês depois do início da ocupação do Iraque, o próprio ORHA do DoD substituído pela CAP, em maio de 2003 (THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2006). Se a função da ORHA era de cunho reparativo (supervisionar reparos na infraestrutura iraquiana danificada pela guerra, como campos de petróleo, hospitais, estradas e redes de telecomunicações, e evitar um desastre humanitário), a CAP teria uma responsabilidade administrativa, portanto, servir de "governo" provisório no Iraque[250] (DOBBINS *et all*, 2009).

Das razões para a substituição da ORHA pela CAP, pode-se compreender primeiramente suas funcionalidades, como vimos acima. A ORHA serviria para reparar o Iraque, enquanto a CAP para administrar provisoriamente e conduzir a reconstrução completa do Estado iraquiano (DOBBINS *et all*, 2009). Outros interpretarão que o mandato da ORHA era confuso, por isso não durou. O mandato ambíguo da ORHA não deixou claro se era um órgão de ajuda e reconstrução, uma autoridade governamental interina ou o adjunto civil de um governo militar. Além disso, Garner e a ORHA foram culpados por não restringirem os saques selvagens; por sua incapacidade de fornecer serviços públicos adequados; por não conter a ilegalidade; e por tolerar a presença de baathistas sêniores em posições de poder (ALLAWI, 2007, p.101). A percepção era de uma organização que não conseguia manter a ordem interna iraquiana mínima imediatamente após a derrubada de Saddam Hussein. Em comunicação com Tony Blair, primeiro-ministro britânico, seu enviado especial no Iraque, John Sawers, descreveu a ORHA como "sem liderança, sem estratégia, sem coordenação, sem estrutura e inacessível aos iraquianos comuns" (*apud* ALLAWI, 2007, p.104).

---

249 Para acompanhar as referidas discussões, recomendamos a leitura do documento *FOIP* –Hearing Before the Committee on Foreign Relations US Senate – 180th congress – First Session – February 11, 2003.Disponível em <www.dougfeith.com/docs/2003_02_11_Future_of_Iraq_SFRC.pdf> acesso em 07/02/2022.

250 Nessa substituição relativamente abrupta da ORHA para a CAP, Dobbins *et all* (2009) relatam o desconforto imediato deste processo "Na primeira noite de Garner em Bagdá, Rumsfeld ligou para informá-lo de que o presidente indicaria L. Paul Bremer para formar e assumir a CAP. Garner sabia que seria substituído por uma figura mais importante, mas ficou surpreso por ter chegado tão rapidamente. Rumsfeld encorajou Garner a permanecer sob o comando de Bremer, mas Garner recusou, afirmando que voltaria para casa assim que Bremer chegasse." (DOBBINS, 2009, p.8-9 tradução nossa).

Em segundo lugar, cabe destacar o papel da ONU nesse processo. A Resolução 1483 do CSONU respondia positivamente àcarta enviada em 8 de maio de 2003 pelos Representantes Permanentes dos EUA e Grã-Bretanha ao Presidente do CSONU solicitando autorização para reconstruir o Iraque. O CSONU respondeu "reconhecendo as autoridades, responsabilidades e obrigações específicas sob o direito internacional aplicável desses Estados [EUA e Grã-Bretanha] como poderes ocupantes sob comando unificado (a "Autoridade")" (ONU, 2003a, tradução nossa). Esse reconhecimento superava a situação de inconsistência da comunidade internacional perante a invasão meses antes, já qu não houve autorização da ONU paraderrubar Saddam. Porém, conseguia-se ali autorização para ocupar provisoriamente e reconstruir o Iraque.O poder da CAP era agora reconhecido no direito internacional.

Uma das condições mais prementes da Resolução 1483 era a necessidade de contar com o suporte interno e a participação de iraquianos nesse processo. E não quaisquer iraquianos. A Resolução ressalta especificamente a reunião de Nassíria de 15 de abril que foi organizada pelo CLI. Portanto, a articulação com iraquianos estaria em congruência com os EUA, já que trabalhavam com a "oposição iraquiana" desde os anos 1990. Por isso, a inclusão das elites anti-saddamistas no processo de reconstrução foi quase imediata.

A CAP foi estabelecida como organização administrativa multilateral oficial para a reconstrução do Iraque. Se a CAP era uma agência federal dos EUA ou se era uma entidade responsável perante o CSONU nunca foi definitivamente determinado. Na prática, a CAP sempre foi tratada como parte do governo federal dos EUA. Suanatureza ambígua no direito internacional provou ser útil para a Coalizão desviar críticas (e ações judiciais), mantendo o controle americano direto sobre suas alavancas executivas. A CAP era a autoridade ocupante, deixando a questão de uma administração interina para ser resolvida sob sua própria orientação. Notadamente, o envolvimento explícito da ONU na formação de um futuro governo iraquiano foi pequeno, prevaleceu aquilo que já sugeriam norte-americanos e britânicos, sobretudo no que se refere à questão sobre quem são os iraquianos que acompanharão o processo de reconstrução do Iraque (ALLAWI, 2007, p.105-106).

O primeiro encontro do líder da CAP, Lewis Paul Bremer III[251],com o CLI foi em 16 de maio de 2003. O CLI estava ligeiramente ampliado, incluindo além de Talabani, Barzani,

---

251 É comum encontrar o termo *Viceroy* para qualificar a posição de poder de Paul Bremer no Iraque durante a ocupação. Esse termo é significativo, pois quer dizer: um governante que exerce autoridade em uma colônia em nome de um soberano. É um termo colonialista, mediante às leis internacionais de ocupação, os EUA foram potência ocupante do Iraque, ainda que de maneira designadamente multilateral.

Chalabi, Ayad Allawi e Abd el-Aziz al-Haki[252], também participaram da reunião Fouad Massum e Nawshirwan Mustafa daPUK; Hoshyar Zebari e Rosh Nouri Shawees do KDP; Adel Abdul Mahdi e Hamid Al-Bayati, do SCIRI; Dr. Ibrahim al-Jaafari do Partido Dawa; Nabil Musawi e Mudhar Shawkat do INC; Nuri al-Badran e Imad Shibib do INA; e Nasir al-Chadirchi, Hdaib al-Haj Hmud (irmão de Mohammed) e Hashim al-Shibli do Movimento Nacional Iraquiano (AL-BAYATI, 2011, p. 197).Nesse encontro, Bremer deixou claro quem estava no comando. Afirmou que suas ordens tinham força de lei sob os poderes que os EUA e a ONU lhe deram, e seria a CAP quem definiria a política geral e assumiria a responsabilidade pela gestão dos assuntos do país (ALLAWI, 2007, p. 107). Em um segundo encontro, em 1 de junho de 2003, Paul Bremer se reuniu com o CLI para discutir o estabelecimento de uma instituição substantiva que incluísse essas elites no processo de reconstrução[253]. Dias depois, Bremer enviou uma carta para o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, relatando os resultados dessa reunião que incluiria o estabelecimento de um "Conselho Político" iraquiano de 25 a 30 membros que seria a face pública da administração interina e o interlocutor do Iraque com a coalizão e a comunidade internacional. Esse "Conselho" teria como função de retomar o trabalho dos ministérios iraquianos, nomeando para a CAP um candidato para ser um Conselheiro-Chefe de cada ministério. O Conselho Político também seria responsável por abordar questões de longo prazo que determinariam a forma da sociedade iraquiana em tópicos como educação, economia, debaathificação e leis eleitorais. Além disso, na carta a Rumsfeld, Bremer incluiu outro assunto nevrálgico: a elaboração de uma convenção constitucional. Era essencial construir uma nova constituição antes de uma eleição nacional, e seria estabelecido um comitê iraquiano para o desenho dessa constituição, mas sob os auspícios da CAP (TALMON, 2013, doc. 191).

Por não ser um órgão institucionalizado durante os primeiros meses da ocupação, pode-se dizer que o CLI era um grupo relativamente difuso composto por partidários dos partidos principais (INC, INA, SCIRI, Dawa, KDP e PUK). Segundo Hamid Al-Bayati (2011, p.206-246), outros membros do CLI desses partidos eram: Nouri Al-Maliki (Dawa), Abdul Qader al-Brifkani (KDP), Entifadh Qanbar (INC), Goran Talabani (INC), Ridha Jawad Taqi

252 Particularmente nesta reunião Adel Abd el-Mahdi representou o SCIRI na ausência de Abd el-Aziz al-Hakim.

253Nesta segunda reunião, Bremer incluiu outros iraquianos para ampliar o grupo de decisores políticos locais, dentre eles: Aqila al-Hashemi, diplomata respeitada da equipe de embaixadores do Ministério das Relações Exteriores; Thamer Ghadhban, um diretor-geral sênior do Ministério do Petróleo; e Sayyid Farqat al-Qazwini, um clérigo imponente do distrito de Hilla, supostamente próximo à CIA (ALLAWI, 2007, p.110).

(SCIRI) e Abu Hisham (SCIRI)[254]. Paul Bremer também havia se encontrado com o MDA, o MSA, o ICP e o IIP; todos queriam participar do Conselho de Liderança, mas não foram imediatamente associados ao grupo.

Então, o CLI convocou reunião em Salahudin, no Curdistão iraquiano, em 7 de julho de 2003, endossando o projeto de criação de um conselho de governo de transição e considerou-o um passo na direção certa para a criação de um governo de transição, que refletisse a realidade iraquiana, composto por figuras políticas competentes, que teriam autoridade e capacidade para elaborar políticas e implementá-las em vários domínios, incluindo a nomeação de ministros e o acompanhamento dos trabalhos do conselho de ministros (TALMON, 2013, doc. 581). Essa instituição ficaria conhecida como CGI .

O processo decisório das forças ocupantes que rondavam exclusivamente os iraquianos do CLI para estabelecer o CGI foi alvo de críticas intensas da sociedade iraquiana. Talvez a expressão mais intensa dessa insatisfação saiu da voz da liderança religiosa iraquiana (e iraniana) mais proeminente, o aiatolá Ali Al-Sistani. Após a queda do regime Baath, Al-Sistani emitiu diversas*fatwas* (pronunciamento oficial islâmico) que tratavam de questões subsidiárias. Às vésperas do estabelecimento do CGI, Al-Sistani emitiu a seguinte*fatwa*:

> "Essas forças [CAP e o CLI] não têm jurisdição alguma para nomear membros da assembleia de preparação da Constituição. Também não há garantia de que essa assembleia prepare uma constituição que atenda aos melhores interesses do povo iraquiano ou expresse sua identidade nacional cuja espinha dorsal seja a sã religião islâmica e nobres valores sociais. O referido plano é inaceitável desde o início."(AL-SISTANI *apud* TALMON, 2013, doc.582, tradução nossa).

Essa e outras expressões de resistência interna àforma como estava sendo conduzida a reconstrução do Iraque seriam comuns dali em diante. A voz do aiatolá Al-Sistani ecoava publicamente como coerente e democrática. Seu apelo por um método democrátivo de escolha de lideranças iraquianas, pleiteava por eleições, exigindo que fosse a população iraquiana aquela responsável por selecionar seus representantes, não o CLI, tampouco a CAP.

### 7.1.2 O Conselho Governamental Iraquiano: fortalecimento institucional da participação das elites antisaddamistas no processo decisório da reconstrução.

Como uma evolução do CLI, o CGI significava o fortalecimento institucional da participação das elites anti-saddamistas no processo decisório da reconstrução. A decisão de

---

254 Não existe qualquer registro exato daqueles que participaram de todas as reuniões do CLI. Os nomes aqui pontuados advêm dos relatos feitos em textos de participantes das elites anti-baathistas como Ali Allawi (2007) e Hamid Al-Bayati (2011).

expandir o CLI para incluir um grupo mais "representativo" de iraquianos no conselho de liderança havia sido antecipada. O argumento foi interminavelmente feito de que o CLI não era representativo, autonomeado e dominado por exilados (ALLAWI, 2007, p.164).Em julho de 2003, a CAP estabeleceu um Conselho Governamental Iraquiano (Ou Conselho de Governo do Iraque – CGI) composto por 25 conselheiros[255], todos com algum papel ativo na Oposição Iraquiana durante os anos 1990, conforme dados do Apêndice A.

De 13 de julho de 2003 a 1 de junho de 2004, o CGI funcionou sob autoridade do CAP, auxiliando-o na administração do Iraque ocupado.Adotou 235 resoluções que tratavam de diversos assuntos, desde a debaathificação da sociedade iraquiana e a criação de tribunais criminais especiais até a privatização de empresas estatais iraquianas (TALMON, 2013, p.vii). Duas funções cruciais do CGI foram atuar profundamente no processo de exclusão e investigação de membros do regime baathista e estabeleceras bases para uma nova constituição iraquiana[256]. Isso tendo a CAP como órgão o qual o CGI prestava contas sobre suas atividades (BAPIR, 2016).

O CGI negociou uma série de poderes para si. Dentre as funções do CGI, destaca-se aquela de indicar de cargos ministeriais e de gabinete no intuito de reestruturar a base política técnica no país, e supervisionar seu trabalho[257]. Mas em questões-chave, como controle sobre

---

[255] São eles: Mulçumano Xiitas: Iyad Allawi, Ahmed al-Barak (Ahmad Shya'a al- Barak), Ahmed Chalabi (Ahmad Chalabi), Abdel-Aziz al-Hakim (Abd al-Aziz al-Hakim), Aqila al-Hashimi (Aqilah al-Hashimi) (assassinado, substituído por Salamah al-Khafaji), Ibrahim Jaafari (Ibrahim al-Ja'fari ou Ebrahim Jafari Al Eshaiker), Raja Habib al-Khuzaai (Raja Habib al-Khaza'I), Wael Abdul Latif (Wa'il Abd al- Latif), Abdel-Karim Mahoud al-Mohammedawi (Abd-al Karim al-Mahmadawi), Hamid Majid Mousa [Hamid Majid Musa], Mouwafak al-Rabii (Muwaffaq al-Rubay'I), Ezzedine Salim (Izz al-Din Salim aka Abd al-Zahra Uthman Muhammad), Mohammed Bahr al-Ulloum (Muhammad Bahr al-Ulum); Mulçumanos Sunitas: Naseer al-Chaderchi (Nasir Kamil Chadirchi), Mohsen Abdel Hamid (Muhsin Abd al-Hamid), Samir Shakir Mahmoud (Samir Shakir Mahmud), Adnan Pachachi, Ghazi Mashal Ajil al-Yawer (Ghazi Ajil al-Yawir); Curdos iraquianos: Massoud Barzani (Mas'ud Barzani), Salaheddine Bahaaeddin (Salah al-Din Muhammad Baha al-Din), Dara Noor Alzin (Dara Nur al-Din), Mahmoud Othman (Mahmud Uthman), Jalal Talabani; Cristão: Younadem Kana (Yonadam Yousif Kanna); Turcomano: Sondul Chapouk (Sungul Chabuk) (TALMON, 2013, p.19). Todos eles constam no Apêndice A como parte da elite da oposição anti-saddamista.

[256] Analisaremos estes dois processos no tópico 7.2.

[257]Em 31 de agosto de 2003, o CGI decidiu apontar os seguintes cargos: 1. Ministro das Comunicações – Dr. Haydar Jawad al-Abadi; 2. Ministra das Obras Públicas – Sra. Nisrin Mustafa Siddiq Barwari; 3. Ministro da Construção e Habitação – Sr. Bayan Baqir Sulagh; 4. Ministro do Meio Ambiente – Engenheiro Abd-al-Rahman Siddiq Karim; 5. Ministro do Comércio – Dr. Ali Abd-al-Amir Allawi; 6. Ministro do Planejamento – Dr. Mahdi al-Hafiz; 7. Ministro da Educação – Dr. Ala-al-Din Abd-al-Sahib al-Alwan; 8. Ministro do Ensino Superior – Dr. Ziyad Abd-al-Razzaq Muhammad Aswad; 9. Ministro da Cultura – Sr. Mufid Muhammad Jawad al-Jaza'iri; 10. Ministro dos DH – Dr. Abd-al-Basit Turki;11. Ministro dos Negócios Estrangeiros – Sr. Hoshyar Mahmud Muhammad Zebari; 12. Ministro do Interior – Sr. Nuri al-Badran; 13. Ministro da Agricultura – Dr. Abd-al-Amir Ruhaymah al-Abbud; 14. Ministro da Juventude e Desportos – Ali Fa'iq al-Ghadban; 15. Ministro da Saúde – Dr. Khudayir Abbas; 16. Ministro da Indústria e Minerais – Engenheiro Muhammad Tawfiq Rahim; 17. Ministro da Justiça – Sr. Hashim Abd-al-Rahman al-Shibli; 18. Ministro da Ciência e Tecnologia – Sr. Rashad Mandan Umar; 19. Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais – Sr. Sami Azara al-Ma'jun; 20. Ministro da Eletricidade – Dr. Ayham al-Samarra'I; 21. Ministro das Finanças – Sr. Kamil

recursos financeiros e questões de segurança e militares, seus poderes eram limitados. Bremer não renunciou os principais direitos e prerrogativas da CAP como autoridade de ocupação sancionada pela ONU. A tensão entre as demandas do CGI para atuar como um órgão plenamente capacitado e a CAP como autoridade ocupante tornou-se uma característica recorrente das interrelações entre as duas entidades(ALLAWI, 2007, p.166).

Para além das conexões preestabelecidas na década anterior com os EUA, o corpo pessoal do CGI foi formado com oapoio de Sergio Viera de Mello, o primeiro enviado do secretário-geral da ONU no pós-guerra (DODGE, 2009).Essa pressão e o apoio da ONU ficaram expressos na Resolução 1511, que afirmava que o estabelecimento do CGI como órgão amplamente representativo seria um passo importante para um governo representativo e reconhecido internacionalmente (ONU, 2003b).Na concepção da ONU, o CGI seria a certificação de participação iraquiana no processo de reconstrução, e tinha por objetivo consciente dos ocupantes o equilíbrio étnico e sectário dessa participação. A CAP justificava que dar aos grupos étnicos e sectários do país representação no governo aproximadamente proporcional à sua porcentagem da população foi um dos principais critérios para a nomeação, focalizando conscientemente o processo político nas diversas identidades comunitárias iraquianas pela primeira vez (MARR, 2006, p.6). Esse era o princípio básico do consociativismo[258]: uma forma de governo que garante representação aos diversos grupos que compõem um país profundamente dividido ou diverso.

Segundo Marr (2006, p.12), a representação política partidária no CGI, seus ministros e cargos de gabinete era ampla. Por volta de 2/3 de seus líderes pertenciam a partidos de oposição consolidados, o outro terço era representado por lideranças independentes ou não-identificadas.Dentre esses partidos consolidados pode-se dividi-los em três espectros políticos: um grupo de orientação ocidentalizada e secular que representa 30% desses cargos, incluindo o Partido Democrático Nacional (PDN), de Nasir al Chadirchi, o INC, de Ahmad Chalabi, o INA, de Ayad Allawi, a Assembleia dos Democratas Independentes, de Adnan Pachachi, e até mesmo o Partido Comunista de Hamid Musa; outro grupo de orientação político-religiosa, majoritariamente islâmica e xiita, que compunha 20% desses cargos, consistindo sobremaneira dos partidos SICRI e Dawa, mas também incluíam o PII, sunita; o terceiro bloco seria de partidos curdos, majoritariamente dominados pelo KDP, de Barzani, e

---

Mibdir al-Jilani; 22. Ministro dos Deslocados e Expatriados – Sr. Muhammad Jasim Khudayir; 23. Ministro dos Recursos Hídricos – Dr. Abd-al-Latif Jamal Rashid; 24. Ministro do Petróleo – Dr. Ibrahim Muhammad Bahr-al-Ulum; 25. Ministro dos Transportes – Sr. Bahnam Zayya Bulus.

258A forma como isso se desenrolou, veremos no tópico 7.2.2

a PUK, de Talabani, que são secularistas, mas que privilegiam uma agenda curda iraquiana em detrimento de uma nacional iraquiana; estes correspondem a 14% (os demais 32% são políticos de agenda independente ou não identificada).Assim, o primeiro governo da CGI teve uma representação ampla e inclusiva dos partidos políticos do Iraque (e de seus grupos étnicos e sectários), mas em que os secularistas (incluindo os partidos curdos) predominaram; os partidos seculares, que eram moderados, até mesmo liberais, e tinham uma identidade nacional iraquiana mais forte, eram o maior grupo individual. Em suma, o gabinete foi estabelecido a favor de um "centro" moderado e secularista com uma identidade orientada para o Iraque (MARR, 2006, p.6).

No entanto, há controvérsias sobre essa percepção. O falso caráter representativo do CGI advinha do método exclusivista de sua formação –de negociações entre Paul Bremer, Sérgio Vieira de Mello e um pequeno número de políticos recém-retornados do CLI. A solução por um suposto "equilíbrio" étnico e religioso de seus membros ainda era frágil. Os políticos escolhidos foram considerados representativos da natureza dividida do Iraque: treze xiitas, cinco sunitas, cinco curdos, um turcomano e um cristão (DODGE, 2009). Uma seleção não democrática advinha de cima (dos EUA), por exemplo, Jalal Talabani liderança curda queria chamar uma conferência nacional pública para escolher o novo governo. No entanto, Bremer pensou que isso poderia ir contra a unidade nacional que o CAP estava tentando alcançar. Ele foi contra a formação de um governo iraquiano pelo ILC, afirmando que não havia consenso nacional sobre como selecionar, muito menos como eleger. Era preciso desconstruir as bases do Iraque baathista, estabelecer novas regras sociais e critérios eleitorais, antes de empreender eleições nacionais. O conselho poderia nomear diplomatas e ministros temporários, modificar orçamentos e apresentar propostas. Contudo, a CAP poderia vetar qualquer e todas as suas decisões (NOURI, 2021, p. 116-118).

A CAP combinou os elementos de um "governo indireto" imperial, cedendo oficialmente algum poder ao CGI, mas garantiu que ele fosse privado de recursos e autoridade legal, tornando-o dependente da autoridade da CAP (ALLAWI, 2007, p.190). Novamente, em novembro de 2003, o aiatolá Al-Sistani se manifestou sobre os mecanismos para elaboração de um governo transitório iraquiano e para o estabelecimento de comissões para discutir a constituição provisória.

Em primeiro lugar, baseia-se na elaboração da lei do Estado iraquiano, para o período de transição, por meio do CGI em conjunto com a potência ocupante - não lhe dando legitimidade. Para que isso (legitimidade) seja alcançado, deve ser apresentado aos

representantes do povo iraquiano para aprovação. Em segundo lugar, o mecanismo em vigor para escolher os membros da Assembleia Legislativa de Transição [259] não garante o estabelecimento de uma assembleia que represente verdadeiramente o povo iraquiano (AL-SISTANI *apud* TALMON, 2013, doc.583, tradução nossa).

Por essa razão, ainda que houvessediversas contribuições diretas do CGI para o desenvolvimento da reconstrução iraquiana, houve diversas expressões de desacordos, discussões e acusações bruscas sobre quais seriam as intenções reais das autoridades de ocupação estrangeira; um largo problema durante a ocupação do Iraque. Isso sem considerar as insurgências antiocupação que explodiram por todo país quando a CAP foi estabelecida.

O povo do Iraque protestou contra a seleção, cantando "não, não, seleção, sim, sim, eleição", com 100.000 manifestantes em Bagdá e mais de 30.000 manifestantes em Basra (NOURI, 2021, p. 119). Acusações sobre a indevida e não democrática seleção de representações iraquianas na reconstrução foi intensa durante toda a ocupação[260]. Mas alguns líderes pareciam ser mais populares, e foram amplamente usados para tentar acalmar os ânimos dos iraquianos. O aiatolá Al-Sistani desempenhou esse papel no Iraque ocupado. Ele funcionou como a consciência democrática (ou pelo menos a majoritária) da ocupação, lembrando à CAP que ela havia declarado sua intenção de promover a democracia, a qual inevitavelmente deve incluir eleições em algum ponto e que, nas eleições, a maioria deve prevalecer. No outro extremo do *continuum*, estão os cidadãos do país ocupado que exercem o poder formalmente delegado a eles pelo governo de ocupação. Os ministros de transição preenchem essa conta. Seu trabalho não se bastava nas funções tecnocráticas, mas garantir que o ocupante fosse chamado a prestar contas internamente, caso parecessemenosprezaros interesses das pessoas ocupadas em favor dos seus (FELDMAN, 2004).

Em suas *fatwas*, o aiatolá Al-Sistani teve o cuidado de limitar o alcance da autoridade do *faqih* [261] sobre questões sociais; mas, na verdade, sua definição de social abrangia efetivamente todas as facetas da sociedade islâmica, incluindo sua política. Al-Sistani diferia da liderança religiosa iraniana o aiatolá Khomeini em sua disposição de aceitar o envolvimento de clérigos na gestão dos assuntos políticos; ele não concordava com a insistência de Khomeini de que as habilidades políticas do *faqih* deveriam ser adicionadas à sua autoridade religiosa para completar os requisitos do cargo (ALLAWI, 2007, p.210). Al-

---

259 Refere-se ao que chamamos de Governo Interino do Iraque (GII).

260 Veremos isso com mais detalhes no subtópico 7.3.3

261 Autoridades de conselho islâmico, como interventores políticos islâmicos.

Sistani interpretava que um governo democrático no Iraque era mais adequado do que o formato islâmico político pleno como no Irã, o que agradava os norte-americanos, que perceberam que poderiam contar com o aiatolá como uma figura de apaziguamento, desde que levassem em consideração suas posições políticas sobre o Iraque. Por essa razão, Paul Bremer enviou Emad Dhia, do IRDC, a uma reunião com Al-Sistani[262] para considerar suas preocupações coma reconstrução do país. Em dezembro de 2003, emitiu uma carta para o líder religioso agradecendo o encontro e confirmando que suas palavras eram importantes para o desenvolvimento de um Iraque democrático(TALMON, 2013, doc.237).

A CAP queria controlar e compora estrutura do Estado de acordo com os preceitos constitucionais ocidentais. A *fatwa* de Al-Sistani, ao insistir em eleições diretas para uma assembleia constituinte, colocou aCAP em um dilema. Ou aceitava um corpo eleito que talvez não se mostrasse receptivo às suas pressões, ou tinha que enfrentar a possibilidade de rejeição da constituição se fosse produzida por um grupo nomeado, por mais "representativo" que parecesse ser. A CAP ainda não abandonaria seu esquema. Ao incumbir o CGI, alguns de seus membros próximos do aiatolá, da tarefa de formar um comitê preparatório para explorar as possibilidades de uma convenção constitucional nomeada de cima para baixo, a CAP pensou que o neutralizaria, mas o CGI não desafiaria Al-Sistani, nem a lógica legal e democrática da *fatwa* (ALLAWI, 2013, p.211).

Por isso, na prática, o estabelecimento da CGI tinha outro propósitomais pragmático, diluir a capacidade decisória e representativa do grupo dos sete líderes notórios: Ayad Allawi, Ahmad Chalabi, Adnan Pachachi, Jalal Talabani, Massoud Barzani, Abdel Aziz Al-Hakim e Ibrahim Al-Jaafari. Nesse sentido, Paul Bremer decidiu atenuar a capacidade dessas lideranças expandindo esse grupo para um "Conselho de Governo", com 25 membros. No entanto, o real poder decisório desse grupo seleto era questionado. Metaforicamente, Aran Roston (2009, p. 274) afirmava que oCGI era um governo no mesmo sentido que um conselho estudantil de uma escola secundária: tinha uma estrutura sem autoridade, ou melhor evidentemente com uma autoridade submissa; que ele identificava como um"papel de humilhante irrelevância". Isso nos faz retornar às nossas próprias hipóteses deste trabalho. Seria essa elite parte constitutiva do processo de reconstrução do Iraque, ou um instrumento para implementação de poder norte-americano? Ambas não são hipóteses excludentes. Podemos afirmar que as

262 Cabe mencionar que Al-Sistani se recusava reunir com qualquer representante estrangeiro da CAP em manifestação contra a condução internacional da reconstrução do Iraque. Por isso, Emad Dhia enquanto representante local era concebível dentro desse critério.

elites da oposição ao baathismo no Iraque aproveitaram a capacidade e o interesse dos EUA para transformar o Iraque em um Estado que superasse as velhas estruturas baathistas de poder. No entanto, é claro que a agenda liberal norte-americana sobressaiu na estruturação desse "novo Iraque", ainda que nem todos os membros dessa diversa oposição concordavam.

Derrubar Saddam Hussein e estar à frente do poder do Iraque tinha um preço para as elites. O preço era que ele fosse um Estado seguro para o projeto liberal internacional para o Oriente Médio e quem estabeleceu esse preço foram os EUA.

Daqueles 25 conselheiros, entendemos que alguns tiveram um papel de constante notoriedade durante o processo que vai de 1990 ao estabelecimento das eleições de 2005. Contamos 14 indivíduos: Iyad Allawi, Ahmed Chalabi (Ahmad Chalabi), Abdel-Aziz al-Hakim, Ibrahim Jaafari, Wael Abdul Latif, Hamid Majid Mousa, Mouwafak al-Rabii, Ezzedine Salim, Mohammed Bahr al-Ulloum, Adnan Pachachi, Ghazi Mashal Ajil al-Yawer, Massoud Barzani, Jalal Talabani; Younadem Kana. Todos são indivíduos querecebeeram(ou seu partido recebeu) apoio dos EUA (direto, ou indireto) antes da invasão, compuseram o CGI durante a ocupação e, a partir das eleições de 2005 –o Iraque como República Federativa Parlamentarista –, tiveram cargos públicos relevantes.

A dissolução do CGI veio à medida que o estabelecimento de um governo interino legitimamente iraquiano se consolidava. Findado o período de administração da CAP, ficava determinado que a autoridade suprema do Iraque até o estabelecimento de eleições democráticas seria um Governo interino composto exclusivamente por iraquianos. Tal processo foi marcado a partir da Regulação 9 da CAP: "A CAP reconhece as ações tomadas pelo CGI para se dissolver em 1º de junho de 2004 como parte da evolução contínua nas estruturas da administração interina do Iraque, conforme contemplado pelas Resoluções 1483 e 1511" (TALMON, 2013, doc.11, tradução nossa).

### 7.1.3 O Governo Interino do Iraque (2004-2005): a transição para um pleno governo iraquiano

A transferência de poder para o GII foi um processo que transcendeu todo o período de atividade da CGI. A expectativa era chegar a um governo interino com a substituição de poder administrativo da CAP para um organismo político iraquiano. Em grande medida, sob a perspectiva das elites iraquianas antibaathistas, aqueles que estavam no CGI tinham como principal objetivo político estar no GII, portanto, acompanhar de perto e preparar a transição era parte fundamental dentre os auspícios do órgão iraquiano da reconstrução. E mais, para os

EUA garantir que essa elite comandasse o GII era fundamental, já que o objetivo de poder era transformar o Iraque permanentemente emum Estado que reproduzisse a lógica liberal internacional no Oriente Médio.

O caminho para um governo interino foi constantemente explícito. Em 15 de novembro de 2003, o CGI e a CAP se reuniram para estabelecerem um cronograma de restauração da plena soberania iraquiana, decriação de uma constituição permanente e derealização de eleições nacionais livres. E, nesse sentido, "passar o bastão" administrativo para uma autoridade iraquiana interina (TALMON, 2013, doc. 233).Dentro desse cronograma, março de 2004 foi o período de solidificação doprocesso. Primeiramente com o estabelecimento da *Transitional Administrative Law* (TAL), que funcionaria como uma "constituição provisória" definindo as estruturas de um governo de transição e os procedimentos para eleger delegados para uma convenção constitucional permanente, garantindo certos direitos básicos para todos os iraquianos durante essa etapa (TALMON, 2013, doc. 249). Posteriormente, em 29 de março de 2004, o CGI formou um "Comitê[263] para Preparar a Transferência de Autoridade para o Governo Provisório Iraquiano[264]". A tarefa era tomar as providências necessárias de transferência de autoridade para o governo provisório iraquiano, que exerceria plena autoridade a partir de 30 de junho de 2004(TALMON, 2013, doc. 451). Em 6 de abril de 2004, a CAP emitiu a Ordem nº 71, reconhecendo que:

> o CGI como o principal órgão da administração interina iraquiana, enquanto se aguarda o estabelecimento de um governo representativo e reconhecido internacionalmente pelo povo do Iraque, consistente com as Resoluções 1483 e 1511, e que o CGI (...) nomeou ministros interinos para exercer a responsabilidade pela administração diária dos ministérios iraquianos. Recordando a adoção da TAL em 8 de março de 2004 para governar os assuntos do Iraque durante o período de transição de 30 de junho de 2004 até que um governo devidamente eleito, operando sob uma constituição permanente e legítima, alcance a democracia plena (TALMON, 2013, doc. 95, tradução nossa).

Nesse documento, ficava explícito que era tarefa do CGI selecionar aqueles que comporiam o GII. Em seguida, a ONU, por meio da Resolução 1546, reconhecia esse passo

---

263 Composto por: 1. Sr. Massoud Barzani. 2. Sr. Abdel-Aziz al-Hakim. 3. Dr. Mohammed Bahr al-Ulloum. 4. Jalal al-Talabani. 5. Dr. Adnan al-Pachachi. 6. Dr. Ahmed al-Chalabi. 7. Dr. Raja al-Khuzaai. 8. Sr. Hamid Majid Mousa. 9. Sr. Younadem Kana. 10. Sr. Salaheddine Mohammed Bahaaeddin. 11. Juiz Wael Abdul Latif. 12. Juiz Dara Noorddin. 13. Dr. Iyad al-Allawi. 14. Dr. Mouwafak al-Rabii. 15. Sr. Samir al-Sumaydah(TALMON, 2013, doc. 451).

264 Também conhecido como Governo Interino do Iraque, conforme nos referimos aqui.

rumo ao GII como fundamental. Uma vitória para o propósito democrático da ocupação[265]. Concretizava-se o objetivo de transição para um governo legitimamente iraquiano.Então, em 9 de junho de 2004, foram designados36 indivíduos para os cargos de presidente e vice-presidentes, Primeiro-Ministro e Vice-Primeiro-Ministro, e um conselho de Ministros[266] (CAP, 2004b). Segundo a CAP:

> O GII foi formado por meio de um processo de ampla consulta com os iraquianos, incluindo líderes políticos, líderes religiosos e tribais e associações cívicas. O processo foi facilitado pelo Sr. Lakhdar Brahimi, Assessor Especial para o Iraque do Secretário Geral da ONU, trabalhando em consulta com o CAP e o IIG. A sua principal responsabilidade será administrar os assuntos do Iraque, garantindo o bem-estar e a segurança do povo iraquiano, promovendo o desenvolvimento econômico e preparando o Iraque para as eleições nacionais a serem realizadas o mais tardar em 31 de janeiro de 2005. (CAP, 2004b, tradução nossa).

Com o desenvolvimento do GII, cumpria-se a promessa de transferência paulatina de poder para os iraquianos. Evidentemente, os documentos da CAP ressaltam como elemento mais relevante que o Iraque estava sob administração de seus representantes locais. No entanto, mais importante que isso era que esses representantes correspondiam às expectativas sobre que tipo de Estado se esperava desse "novo" Iraque. Justamente por serem majoritariamente lideranças que acompanharam a remoção de Saddam Hussein e a

---

265 No início do documento, afirma-se que a ONU, "congratulando-se com o início de uma nova fase na transição do Iraque para um governo democraticamente eleito e aguardando o fim da ocupação e a assunção de plena responsabilidade e autoridade por um governo provisório totalmente soberano e independente do Iraque até 30 de junho de 2004" (ONU, 2004, tradução nossa).

266 São eles: Presidente Shaykh Ghazi M. Ajil al-Yawar; Vice-Presidente Dr. Ebrahim al-Jafari; o vice-presidente Dr. Rowsch Shaways; Primeiro Ministro Dr. Ayad Allawi; Vice-PM, Assuntos de Segurança Nacional Dr. Barham Salih; Ministério da Agricultura Dr. Sawsan Ali Magid al-Sharifi; Ministério das Comunicações Dr. Mohamed Ali Alhakim; Ministério da Construção e Habitação Dr. Omar al-Farouq Salim al-Damluji; Ministério da Cultura Sr. Mufid Muhammad Jawad al-Jaza'iri; Ministro da Defesa Sr. Hazim al-Sha'lan; Sra. Pascale Sorya Isho do Ministério de Deslocamento e Migração; Dr. Sami al-Mudhaffar do Ministério da Educação; Ministério da Eletricidade Dr. Aiham Alsammarae; Mishkat Moumin do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Adil Abdul Mahdi do Ministério das Finanças; Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Hishiyar Mahmud Muhammad al-Zibari; Ministério da Saúde Dr. Ala'din Adbul Sahid Alwan; Ministério do Ensino Superior Dr. Taher Khalaf Jabur al-Bakaa; Ministério dos DH Dr. Bakhtiar Amin; Ministério da Indústria e Minerais Dr. Hajim M. Al-Hasani; Ministro do Interior Sr. Falah H. Al-Nakib; Ministério da Justiça Dr. Malik Dohan al-Hassan; Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais Sra. Leyla Abdul Laif; Ministério dos Municípios e Obras Públicas Sra. Nesreen M. Siddeek Berware; Ministério do Petróleo Sr. Thamir Abbas Ghadban; Ministério do Planejamento Dr. Medhu Hafedh; Ministério da Ciência e Tecnologia Dr. Rashad M. Omar; Ministro do Comércio, Sr. Mohammed al-Jibouri; Ministério dos Transportes Sr. Louay Hatem Sultan al-Erris; Ministério de Recursos Hídricos Dr. Latif Rashid; Ministério da Juventude e Esportes Sr. Ali Fa'if al-Ghabban; Ministro de Estado, Juiz de Assuntos Provinciais Wael Abdulatif; Ministra de Estado, Assuntos da Mulher, Sra. Narim Othman; Ministro de Estado Dr. Kassim Daoud; Ministro de Estado Dr. Mamu Farham Othman Pirali; Ministro de Estado Sr. Adnan al-Janabi (TALMON, 2013, doc. 11).

reconstrução (via CGI) liderada pelos EUA, esses indivíduos eram confiáveis aos olhos norte-americanos para continuar o processo de reconstrução do Iraque à mimese do modelo liberal, com adaptações a partir da sua realidade social e cultural.

Ao olharmos exclusivamente para os documentos da ocupação, a passagem da CAP para o GII parece algo automático e planejado. De fato, havia uma expectativa breve de que um governo interino composto por iraquianos fosse formado. Mas o processo histórico pelo qual isso ocorreu não foi tão simples.

Pode-se dizer que ativar um governo interino no Iraque foi uma necessidade para as forças ocupantes. Em março de 2004, o Iraque era um Estado em crise civil generalizada. Parecia que estava testemunhando uma insurreição nacional contra a ocupação. Uma parte da crise estava ligada àrepresentatividade opositora de Moqtada Sadr e outra, à insurgência em evolução que se tornava cada vez mais mortal e mais abrangente, levando a mais um confronto na cidade de Fallujah[267]. Pela primeira vez, iraquianos das comunidades xiitas e sunitas insurgiram violentamente em dois locais amplamente separados. Isso obrigou as forças ocupantes a acelerarem o processo de transição de poder. Nos bastidores, o enviado especial da ONU, Lakhdar Brahimi, trabalhando em colaboração com Robert Blackwill, homem de ponta do NSC no Iraque, dava os toques finais no que se tornaria o GII. Era esse governo para o qual a soberania deveria ser transferida. Esses desenvolvimentos seriam reunidos em abril de 2004, nas últimas semanas de vida da CAP (ALLAWI, 2007, p.266).

Também entendemos que,afirmar, como um todo, que os indivíduos que estiveram à frente do CGI se tornaram automaticamente políticos do GII é incorreto. Nota-se que, durante a ocupação da CAP, membros notórios dessas elites anti-saddamistas ganharam mais relevância e outros perderam sua proeminência. Um quadro integral dos indivíduos que compunham a nova elite governante do Iraque revela mudanças importantes: no Apêndice A, identificamos 46 indivíduos iraquianos que tiveram cargos executivos, ministeriais ou algum outro cargo político de relevância no GII que fizeram parte do processo anterior para a remoção de Saddam Hussein. Observando exclusivamente os cargos executivos mais importantes (primeiro-ministro, presidência e seus vices), encontramos o presidente Shaykh Ghazi M. Ajil al-Yawar (independente), vice-presidente Dr. Ebrahim al-Jafari (Dawa), vice-presidente Dr. Rowsch Shaways (KDP), primeiro-ministro Dr. Ayad Allawi (INA) e vice-primeiro-ministro e ministro de Assuntos de Segurança Nacional Dr. Barham Salih (PUK). Todos, participantes ou membros de partidos participantes da oposição iraquiana anti-

267 Conforme veremos no tópico 7.3.2.

saddamista desde o CAC em 1990. São partidos e indivíduos que receberam suporte financeiro e militar dos EUA desde 1992 indiretamente e, diretamente, a partir de 1998. Havia confiança suficiente para crer que eles seguiriam o processo desenhado pelos EUA e concordado – ainda que alguns não tivessem tanta convicção – com o modelo político e econômico que estava sendo construído no país.

Em maio de 2004, ao final do período de administração da CAP, o CGI enfrentava seu inevitável fim, e os membros começaram a disputar cargos no governo interino. Os membros do CGI e vários oficiais do gabinete esperavam estar na tela do radar dos principais organizadores estrangeiros, Robert Blackwill e Lakhdar Brahimi, como possíveis candidatos a primeiro-ministro. Os curdos, aparentemente, ficaram sabendo da forte predileção por parte dos EUA e do Reino Unido em nomear um árabe sunita como presidente, em um gesto conciliatório ao mundo árabe e como um sinal de acomodação aos insurgentes. Sentiu-se que um árabe sunita como chefe de Estado enviaria uma mensagem tranquilizadora à população do Iraque de que a ocupação não foi projetada para mudar seu caráter essencial, por isso, Ghazi Al-Yawer foi selecionado para o cargo. Tanto Jalal Talabani quanto Massoud Barzani se excluíram de qualquer papel central do governo e designaram seus deputados para os cargos mais altos reservados aos curdos. Ambos viam a TAL como a âncora de suas aspirações, jáque o principal objetivo era fornecer à região curda iraquiana maior autonomia e liberdade perante o governo central iraquiano. Barzani queria ficar no Curdistão como chefe do governo regional, enquanto Talabani buscava a presidência do Iraque. Foi nessa atmosfera de antecipação, intrigas e pressentimentos que o novo governo interino estava sendo elaborado (ALLAWI, 2007, p.280).

As etapas finais da seleção do governo interino iraquiano envolveram a escolha dos ministros. Era preferível a composição de um "governo de tecnocratas" pelos ocupantes estrangeiros. Segundo Ali Allawi, que inclusive esteve dentro do CGI, houve diferenças importantes quanto às personalidades selecionadas para as nomeações ministeriais. Em primeiro lugar, a proporção de islamistas foi reduzida do CGI para o GII, em uma tentativa deliberada de limitar sua influência. Em segundo lugar, as agências de inteligência selecionaram diretamente vários ministros que estavam ligados a elas direta ou indiretamente. Ali Allawi afirma que Ayad Allawi (INA), velho conhecido das agências de inteligência dos EUA no final dos anos 1990, foi selecionado para ser primeiro-ministro:

> "Ele recebeu uma lista de duas ou três opções de ministros para cada ministério, e foi autorizado a vetar apenas aqueles que ele achava que não poderia aceitar. Ele não

> tinha permissão para propor candidatos. Dado que tinha apenas um conhecimento limitado da maioria dos nomes que estavam sendo propostos, ele só intervia em poucos casos que considerava um candidato censurável." (ALLAWI, 2007, p. 286).

O único perdedor nessa fase foi Ahmad Chalabi, que ficou marginalizado no processo de transição de poder para o GII. Quando a era da CAP chegou ao fim, Chalabi se viu cada vez mais alienado dos centros de poder em Washington. Ele passou de suposto favorito do Pentágono para uma figura isolada (ALLAWI, 2007, p.281). Isso se deveu a uma combinação de alguns movimentos de sua parte, juntamente com uma situação de segurança deteriorada que foi parcialmente atribuída aos excessos da debaathificação. A credibilidade dos proponentes anteriores da guerra entre a cabala neoconservadora em Washington estava diminuindo rapidamente à medida que a insurgência aumentava. A emaranhada política do Iraque pós-Saddam e a persistente violência e instabilidade deram um novo impulso ao papel do DoE e dos serviços de inteligência na formulação da política para o Iraque. E, particularmente, o olhar de desinteresse pessoal que Paul Bremer tinha com Chalabi. Isso minou sua credibilidade em Washington e Bagdá (ROSTON, 2009, p. 273-275).

A seleção dos membros do GII sob a influência norte-americana, consistindo na manutenção de velhos nomes que enfrentaram Saddam Hussein nos anos 1990 com apoio dos EUA, é evidência suficiente de que a sessão de autonomia para iraquianos após a saída da CAP era na verdade a colocação de sequazes norte-americanos. A nova elite do poder no Iraque era justamente aquela na qual os EUA poderiam confiar a permanência do processo de transformação ainda em andamento naquele momento.

Por fim, outro elemento de análise relevante sobre a transição de poder para o GII se refere àpermanência militar das forças ocupantes. Se, por um lado a CAP, como agente internacional provisório, administrou a reconstrução até junho de 2004, por outro, a renovação dos auspícios para manutenção das forças militares multinacionais, lideradas pelos EUA, revela que a intervenção militar no Iraque não cessava ali. Na verdade, duraria até 2011. Durante a ocupação, o organismo encarregado de cuidar dos assuntos de defesa de maneira provisória foi o *Combined Joint Task Force 7* (CJTF-7), entre 2003 e 2004, e foi substituído pela *Multi-National Force – Iraq (MNF–I)* à medida que se passava a autoridade da CAP para o GII. A *MNF-I* era liderada pelos EUA, Reino Unido, Austrália, Espanha e Polônia, responsáveis pela condução das operações militares sobremaneira direcionadas para ações de contrainsurgência, formação e treinamento do exército iraquiano. Colin Powell, enquanto Secretário de Estado, emitiu pessoalmente uma carta ao CSON deixando explícita a

necessidade da *MNF-I*. A persistência dessas forças de defesa internacional era a evidência de que o Iraque não obtinha plenas condições de sustentar seu novo regime em construção. Era também indicador de que a nova elite governante não tinha plenos controles interno. Porém, lá ela estava: a frente do Iraque, agora como autoridade soberana e que posteriormente seria eleita dentro dos paradigmas eleitorais desenhados durante a reconstrução.

Ressaltaremos então dois dos principais aspectos que consolidaram o desenho que permitiu a permanência dessas elites da oposição no poder, bem como a base da estrutura de Estado construída pela CAP em dois atos. Primeiro a debaathificação e, em seguida, o estabelecimento da constituição iraquiana. Ambos foram concebidos durante a ocupação da CAP (tendo o CLI e depois o CGI como órgãos iraquianos sob sua responsabilidade) e, depois, com o estabelecimento do GII.

## 7.2 O Estabelecimento de uma Nova e permanente elite política governante no Iraque

A passagem de bastão de poder da CAP para o GII no Iraque significou uma conquista para as lideranças das elites anti-saddamistas no Iraque. Significava a concretização imediata do desejo de comandarem os principais cargos executivos no país. Como vimos, as circunstâncias pelas quais Ayad Allawi, Jalal Talabani, Masoud Barzani e outros se tornaram as cabeças do novo corpo político do Iraque pós-Saddam não eram exatamente confortáveis. Pelo contrário, evidentemente essa elite estava à frente do poder no Iraque, mas sob a égide norte-americana em pelo menos dois aspectos. Um mais explícito era da permanência militar internacional como mecanismo necessário para assegurar a existência do GII e os passos posteriores rumo a um governo iraquiano decidido legitimamente nas urnas em 2005. Mediante aos crescentes movimentos de insurgência no Iraque, eram os norte-americanos quem lideravam a *MNF-I,* órgão que cuidava dos assuntos militares, de defesa e de contrainsurgência no país. E outro, menos explícito, mas estrutural, no que se refere à sustentação de que as transformações que estavam sendo imputadas durante a ocupação da CAP se tornassem permanentes. Referimo-nos ao processo de estabelecimento de um sistema político democrático parlamentarista, de um novo quadro jurídico no país, de um sistema econômico liberal que buscasse a atração de investimento estrangeiro e de privatização da economia pública iraquiana. Sendo assim, essa elite da oposição se tornou elite governante por causa do suporte e das condições fornecidas pelo seu correspondente norte-americano.

Ainda assim, cabe mencionar que até o estabelecimento de um governo eleito democraticamente, mais de um ano se passou. Se o GII assumiu poder em 28 de junho de 2004, foi apenas em maio de 2006 que um governo permanente e democraticamente eleito no Iraque se tornaria autoridade no país. O uso desses líderes partidários da antiga oposição e o adiamento indefinido das eleições nacionais indicava que os EUA estavam tentando reforçar sua posição de líderes – fraca entre a maioria dos iraquianos – como parte de um processo mais amplo de transformação do país (HERRING, RANGWALA, 2006, p13).

Neste tópico analisaremos as condições sociais, jurídicas e políticas que permitiram que tal elite se perpetuasse após a saída formal da administração da CAP, em junho de 2004. Observaremos dois processos: o de debaathiticação do Iraque, como critério básico para excluir todo e qualquer político do antigo regime baathista iraquiano, e o de estabelecimento de uma nova constituição que estabelecesse os princípios legais para o novo regime iraquiano – com base nos princípios normativos de democracia e livre-mercado, promovido pelos EUA – e os critérios para a consolidação partidária e representativa no país. Por fim, nos certificaremos de maneira qualitativa que a elite que trabalhou com os EUA para remover Saddam Hussein era a mesma que se perpetuou no poder nos anos seguintes à ocupação.

### 7.2.1 Assegurando uma nova elite do poder no Iraque: Debaathficação

A debaathificação era um princípio fundamental para o estabelecimento dessa nova elite do poder no Iraque. Isso, pois, se a ideia era um Iraque democrático, a premissa é que haveria eleições livres e populares. Portanto, estabelecer que todos os políticos que fizeram parte do regime Baath eram cúmplices de um regime "criminoso" seria era elemento suficiente para excluí-los do cenário político do "novo Iraque". Esse princípio era consenso entre todas as lideranças oposicionistas ao Partido Baath. Por isso, a institucionalização da debaathificação foi uma base importante para o estabelecimento da elite da oposição como elite governante iraquiana. Como foi dito no ILA de 1998 (USA, 1998), era necessário remover o partido político Baath do poder e erradicar sua existência. Após a derrocada de Saddam, as estruturas políticas (setor público e Estado) da sociedade civil iraquiana foram definidas pelas Ordens 1, 4 e 5, Memorandos 1 e 7, como as Resoluções 21, 52, 54, 58, 94, do IGC, todas relativas a 2003, e 37, relativa a 2004 (TALMON, 2013).

Em 15 de abril de 2003 o CLI afirmou, dentre os pontos cardeais de mudança para o Iraque, que "o Partido Baath deve ser dissolvido e seus efeitos sobre a sociedade devem ser eliminados." (*apud* TALMON, 2013, doc. 580). E esse foi um objetivo perseguido plenamente

durante a reconstrução. Não à toa, a primeira Ordem Regulamentar da CAP, em 16 de Maio de 2003, foi justamente sobre a "Debaathificação da Sociedade Iraquiana"[268].

A administração Bush estava comprometida com a debaathificação desde o início, com o assessor sênior do CSN, Frank Miller, explicando que o Partido Baath tinha cerca de 1,5 milhão de membros associados, e pelo menos 25.000 estavam ativos politicamente e precisavam ser barrados do novo governo (NOURI, 2021, p. 150). A partir dessa ordem, começava o processo em direção àeliminação das estruturas do partido e à remoção de sua liderança de posições de autoridade e responsabilidade na sociedade iraquiana. Pretendia ser um sistema de plena vigilância e criminalização total de ex-membros do governo Baath em todos os âmbitos de cargos públicos no Iraque, estabelecendo recompensas para iraquianos que oferecessem informações sobre possíveis filiados baathistas (CAP *apud* TALMON, 2013, doc 14). Além disso, seria institucionalizado um Conselho de Debaathificação composto estritamente por iraquianos que comandaria a debaathificação.

Dias depois, em 23 de maio de 2003, Bremer continuou o esforço de debaathificação com a Ordem nº 2: "Dissolução de Entidades", que ordenou a demissão de milhares de iraquianos de empregos remunerados e a dissolução de várias instituições baathistas importantes (ISAKHAN, 2015, p.21). A CAP também estabeleceu um Guia para implementação da política de debaathificação (TALMON, 2013, doc.186). Dentre tais políticas, cabe destacar aquela que atingiu o eixo nevrálgico econômico baathista: o confisco de bens e propriedades do Partido Baath iraquiano, constituindo-os dali em diante como bens do Estado (TALMON, 2013, doc. 18). O discurso e a prática da CAP contra qualquer evidência baathista era agressiva: "Extirpar e destruir os últimos vestígios do Partido Baath continua a ser uma prioridade fundamental da CAP" (TALMON, 2013, doc. 18).

Em 25 de maio,a CAP emitiu a Ordem nº 5: "Estabelecimento do Conselho de Debaathificação do Iraque", que criaria uma entidade oficialmente responsável por supervisionar a debaathificação (ISAKHAN, 2015, p.22). Essa entidade foi concretizada em agosto de 2003, quando se formou uma Comissão Nacional de Debaathificação. Os responsáveis do CGI por estabelecer essa comissão foram: Younadem Kana, Sondul Chapouk, Mouwafak al-Rabi, Sheikh Abdel-Karim Mahoud al-Mohammedawi, Abdel-Aziz al-Hakim, Salah al-Din Muhammad, Ahmed Chalabi, Raja Habib al-Khuzaai, Jalal Talabani

---

268"Reconhecendo que o povo iraquiano sofreu abusos e privações de DH em larga escala ao longo de muitos anos nas mãos do Partido Baath; Observando a grave preocupação da sociedade iraquiana em relação à ameaça representada pela continuação das redes e pessoal do Partido Baath na administração do Iraque, e a intimidação do povo do Iraque por funcionários do Partido Baath" (CAP *apud* TALMON, 2013, doc 14, tradução nossa).

(representado por Nushirwan Mustafa), Ibrahim al-Jaafari (representado por. Hassan Shabr) e Sr. Massoud Barzani (representado por Dr. Ruz Nuri Shawis) (TALMON, 2013, doc.284).

Em setembro foram estabelecidos os comitês ministeriais centrais de debaathificação (TALMON, 2013, doc. 315). Também em setembro, o Comitê Nacional Superior de Debaathificação (CNSDB) manifestou dois decretos que estabeleciamprimeiramente que qualquer funcionário público que ocupasse o posto de membro da divisão ou um posto superior no Partido Baath estaria demitido imediatamente de cargos públicos de todos os graus. Posteriormente, quais as condições e termos para essa demissão (TALMON, 2013, doc. 498; 499). A partir de novembro de 2003, aumentou o investimento público para o processo de debaathificação com a inclusão de recursos dos fundos de serviço de inteligência no Iraque. Até então o CNSDB respondia diretamente à CAP; apenas a partir de dezembro de 2003, a CAP estabeleceu um memorando que enfatizava que o processo de debaathificação era um processo interno e legitimamente iraquiano. Em anexo ao Memorando nº 7, a CAP delegou autoridade ao CGI para implementar a política de debaathificação, sendo dali em diante um processo exclusivamente iraquiano. Civis da CAP e militares da coalizão deixavam de ser responsáveis pela debaatificação (TALMON, 2013, doc. 239).

Em janeiro de 2004, o CSNDB estabeleceu procedimentos para debaathificação do Setor Público e do Estado. Com isso, firmava-se termos referentes à validade legal desse procedimento aos indivíduos aque a debaathificação se aplica, particularmente aos membros sêniores do Partido Baath em cargos públicos, à suaidentificação a partir da análise de documentos e contratos públicos referentes a cargos executivos e ministeriais, cargos em empresas públicas e instituições técnicas públicas. E, também, estabelecia os procedimentos especiais para os prisioneiros de guerra, portanto, aos cargos militares ativos até 2003 (TALMON, 2013, doc. 507). Em março de 2004, dois juízes foram atribuídos à Comissão Nacional Superior de Debaathificação [269] com o objetivo de julgar criminalmente e responsabilizar por possíveis atrocidades durante o regime Baath (TALMON, 2013, doc.440).

No entanto, mais uma vez, olhar a elaboração legal da debaathificação sem considerar seus efeitos práticos é equivocado. Evidentemente, existia um suporte majoritário do CGI quanto ao processo de exclusão e punição de baathistas no Iraque, pois isso significava o apagamento de qualquer possibilidade de competição política por parte deles na estrutura de poder iraquiana pós-2003. Mas não era consenso. O INA, sob a liderança de Ayad Allawi, via que a forma como a debaathificação estava sendo conduzida era equivocada. A maior voz em

269 1. Juiz Izzat Tawfik Jaafar Muhammad; 2. Juiz Rahim Hassan Jeryo al-'Akili.

favor da debaathificação no CGI era Ahmad Chalabi, do INC. Como já vimos, ambos enfatizavam suas diferenças, quase que como alternativas secularistas dentro da oposição iraquiana que discordavam em alguns aspectos pontuais na reconstrução do Iraque.Atuando como um braço autônomo sob a guia principal de membros do INC, a Comissão de Debaathificação entrou em conflito com alguns ramos governamentais iraquianos (HERRING, RANGWALA, 2006, p.132-135). Essas razões levaram ao afastamento de Chalabi, que tinha uma visão mais incisiva quanto à debaathificação dos cargos políticos executivos no GII em 2004, enquanto Ayad Allawi seria selecionado com primeiro-ministro.

De fato, a debaathificação gerou incômodos na população. Por volta de 30 mil funcionários públicos iraquianos foram demitidos como consequênciadessa política. Paralelamente, a dissolução de diversos órgãos públicos sucedeu-se a partir da desintegração do exército iraquiano, dos ministérios, dos serviços de inteligência. Isso somado à política de debaathificação gerou, em poucas semanas, um patamar de desemprego extremamente elevado, algo em torno de 400 mil desempregados. A população iraquiana reagiu com uma imediata insatisfação; já via com suspeição a presença estrangeira no país. O número de novos empregos criados a partir da reconstrução – algo em torno de 77 mil, em março de 2004 – não supria a crise. E mais, eram empregos que não condiziam com a realidade técnica e profissional daqueles desempregados. Isso fomentava argumentos das lideranças insurgentes contra a reconstrução conduzida pelos EUA (HERRING, RANGWALA, 2006, p.73-74).

Outro aspecto se referia àqueles que tinham postos de poder nas cidades e províncias iraquianas. Muitos não eram baathistas, mas estiveram vinculados ao regime Baath por décadas. Com a debaathificação, muitos foram removidos de seus cargos e substituídos por figuras simpáticas ao modelo de reconstrução que estava sendo conduzido. Isso gerava movimentações de insatisfação por todo país (HERRING, RANGWALA, 2006, p.106).

A debaathificação trazia contrapartidas graves que prejudicaram a estabilização do Estado iraquiano em reconstrução. Porém, tais contrapartidas eram relevadas por parte da nova elite política que se beneficiava com essa movimentação como processo jurídico e institucionalmente determinado.

É importante notar que o projeto de desbaathificação foi concebido por Bremer ao consultar alguns líderes neoconservadores que estavam determinados a derrubar o Estado baathista e demonstrar não apenas seu poderio militar, mas também que seu modelo da democracia de livre mercado era a forma final de governança humana (PFIFFNER, 2010). Dentro das suas devidas proporções, tal qual o processo de desnazificação da Alemanha pós-

1945, os neoconservadores norte-americanos tinham a convicção de que a debaathificação era o caminho necessário para o novo Iraque. Os EUA não apenas prescreveram um aparato legal formal para expulsar o Baath (como acima), mas também garantiram que a justiça fosse feita a alguns dos membros mais importantes do antigo regime por meio de tribunais públicos de crimes de guerra – mais espetacularmente o julgamento televisionado de Saddam Hussein, ao longo de 2006 (ISAKHAN, 2015, p.22).

A estrutura legal consolidada da debaathificação do Iraque se deu com o estabelecimento da Constituição de 2005. O documento consagrou os princípios da debaathificação com referência a posições políticas-chave, com o Artigo 7º banindo o partido em todas as suas manifestações. Surpreendentemente, dado o seu contexto e momento, ele mostrou-se mais brando do que se poderia esperar; deixa claro que a mera filiação ao Baath não constitui crime (ISAKHAN, 2015, p.24). No entanto, exigia que os membros do parlamento iraquiano tenham "abandonado o partido extinto dez anos antes de sua queda, caso [ele] fosse membro do partido Baath dissolvido" e que "O Alto Comissariado para a Debaatificação continuariaseu funcionamento como uma comissão independente, em coordenação com a autoridade judiciária e as instituições executivas no âmbito das leis que regulam as suas funções" (IRAQUE, 2005, artigos7 e 135).

Por fim, cabe ressaltar, que a debaathificação era artifício fundamental para o estabelecimento proposital de um sistema democrático que excluísse e punisse qualquer participante do antigo governo iraquiano baathista. As disputas eleitorais que viriam em sequênciatrataram da competição dentre aqueles que compuseram o plural grupo que chamamos de elite antibaathista, composta por partidos secularistas, liberais, islâmicos, curdos, dentre outros. Como já vimos, alguns dos partidos antibaathistas eram também vigorosamente antiamericanistas, contra o processo de ocupação estrangeira no Iraque. Particularmente aí que se conflagrou uma evidente preocupação aos norte-americanos; quanto ao asseguramento ou não da manutenção da reconstrução do Estado iraquianonos moldes do que foiestabelecido durante o período da CAP. Veremos que, nas duas primeiras décadas após a derrubada de Saddam Hussein, prevaleceram no poder executivo do Iraque membros das elites anti-saddamistas aliadas aos EUA.

### 7.2.2. Elaboração da constituição de 2005, a tentativa de Consociativismo no Iraque e as primeiras eleições.

O segundo passo para a perpetuação da nova elite do poder no Iraque, talvez mais importante que a própria debaathificação, se deu com o estabelecimento daquela nova constituição. Ela deveria construir as bases do novo regime político iraquiano, levando em consideração os princípios normativos trazidos pelos EUA de democracia e livre-mercado. No entanto, se entendemos que a história da democracia nos EUA é controversa, como diria Alexander Keyssar (2014), o que dizer da história daqueles que os EUA prometem "levar" democracia, como o Iraque. O processo de elaboração constitucional e de um sistema eleitoral democrático iraquiano correspondeu à expectativa cronológica e planejada durante a administração da CAP. Porém, se essa democracia representativa reflete efeitos de estabilidade política, evidentemente isso é passível de questionamento.

Antes de analisar esse processo, relatemos a linha do tempo até o estabelecimento de um governo e uma constituição permanente. Até o momento, chegamos cronologicamente ao estabelecimento de um governo interino pós-ocupação, o GII, que atuou como entidade administrativa do Iraque até as eleições de janeiro de 2005, que elegeu um governo de transição, o GTI. Este seria o governo que prepararia finalmente a constituição permanente iraquiana para que no ano seguinte se estabelecesse um regime político permanente, conforme foi instaurado a partir de maio de 2006. Essa consideração é importante já que relata o decurso paulatino para um desenho final da reconstrução política iraquiana.

Para muitos especialistas norte-americanos [270] a forma pela qual a democracia iraquiana poderia ser bem-sucedida, deveria passar pelo princípio do consociativismo[271]: uma forma de governo que garante representação aos diversos grupos que compõem um país profundamente dividido ou diverso. John McGarry e Brendan O'Leary anunciaram a Constituição iraquiana de 2005 –em cuja redação O'Leary esteve envolvido, inclusive– como um exemplo chave de consocialismo liberal (MCGARRY; O'LEARY, 2007). A alegação de o

---

270 Recomendamos ver Dogde (2020) para informações precisas sobre estes especialistas.

271 Segundo a concepção liberal intervencionista, a construção de democracias tem duas opções básicas para administrar a diversidade étnica, nacional e religiosa em contextos de conflito, ou disputa. Eles podem procurar construir uma identidade pública única e abrangente por meio da "integração" ou tentar acomodar identidades públicas duplas ou múltiplas por meio da "consociação" (MCGARRY; O'LEARY, 2007). Uma das maiores referências teóricas sobre Consociativismo, Arend Lijphart (1969), compreende que casos desviantes de democracias fragmentadas, mas estáveis, serão chamados de "democracias consociacionais". Ele explica que isso é evidente na constituição de democracias na Europa. Em geral, uma explicação para a estabilidade das democracias consociacionais considera três variáveis: cultura política, estrutura social e o comportamento das elites políticas. Na leitura liberal, Lijphart (1969) entende que os líderes das "subculturas rivais" podem se envolver em comportamento competitivo e, assim, agravar ainda mais as tensões mútuas e a instabilidade política, mas também podem fazer esforços deliberados para neutralizar os efeitos imobilizadores e desestabilizadores da fragmentação cultural. Alcançar um grau de estabilidade política em uma estrutura social e cultural bastante desproporcional à sua homogeneidade social é o desafio do consociativismo democrático.

modelo iraquiano ser consociacional se baseia principalmente no sistema político trazido à vida por duas eleições nacionais, a redação de uma nova constituição e sua ratificação por referendo nacional, tudo em 2005 (DODGE, 2020, p.145-146). A consociação acomoda grupos (a) envolvendo todas as comunidades de tamanho considerável em instituições executivas, desde que desejem participar; (b) promovendo a proporcionalidade em todo o setor público, não apenas no executivo e legislativo, mas também na burocracia, incluindo o exército e a polícia; (c) por autonomia de variedade territorial ou não territorial; e (d) por meio de vetos minoritários, pelo menos nos domínios que as comunidades minoritárias consideram importantes (MCGARRY; O'LEARY, 2007).

Por exemplo, o estabelecimento do CGI tentou preservar uma proporcionalidade étnico-representativa em sua formação. Da mesma maneira, a TAL, que funcionou como uma constituição provisória em 2005, tinha extensos regulamentos relativos à promulgação da Constituição final, mas com uma estrutura consociacional de aprovação muito peculiar que permitia a maioria (xiita) ou uma das duas minorias com alta representatividade social no Iraque – os curdos e os sunitas – vetar decisões finais (ARATO, 2009, p.86).

No entanto, um dos perigos de ver o Iraque através de um prisma tri-étnico (xiita, sunita e curdo) estava na suposição de que os xiitas do Iraque formavam um grupo étnico, uma classificação que levava observadores de fora a temer que eles seguiriam automaticamente a liderança de seus irmãos "étnicos" em todo o país, já que na fronteira, no Irã, estava um governo islâmico xiita. No entanto, após a guerra de 2003, um clérigo religioso xiita de origem iraniana, o aiatolá Ali Sistani, garantiu que o processo político do Iraque não imitasse o da República Islâmica do Irã. A CAP defendeu que o primeiro referendo do Iraque implementasse um sistema em queos membros das bancadas, escolhidos a dedo pelos americanos, seriam responsáveis pelas eleições e pela redaçãoda constituição subsequente. Como vimos, Sistani emitiu um decreto reativo em 30 de junho de 2003, estipulando que as eleições democráticas seriambaseadas no sistema "uma pessoa, um voto", e que os iraquianos eleitos deveriam redigir a Constituição do Iraque. Temendo incomodar o clérigo que dominava segmentos da população xiita majoritária do país, a CAP cedeu à sua exigência de eleições diretas, resultando no referendo de janeiro de 2005(AL-MARASHI, 2005, p.142).

Olhemos, então, para primeira base constitucional provisória do Iraque pós-Saddam: a *Transitional Administrative Law* (TAL). O plano original era ter uma constituição provisória redigida até março de 2004, seguida de eleições para a Assembleia Nacional de Transição (TNA) até julho daquele ano e um governo iraquiano selecionado por esta, com aCAP

assistindo ao longo de todo o processo (NOURI, 2021, p.123). Em 15 de novembro de 2003,oprojeto dentro daquelecronograma foi lançado pela CAP, com anuência do CGI: “Até 28 de fevereiro de 2004, o CGI aprovará uma Lei Administrativa de Transição (TAL) que define as estruturas de um governo de transição e os procedimentos para a eleição de delegados para uma convenção constitucional” (TALMON, 2013, doc. 233, tradução nossa).

Com atraso a TAL se tornou a lei suprema do país em 8 de março de 2004. A partir de então, estabelecia-se que o GII operaria sob o Estado de direito de acordo com a TAL, que fornecia uma declaração histórica de direitos para o povo iraquiano e um roteiro para uma constituição permanente em 2005 (CAP, 2004b). O termo “período de transição” referia-se ao período que começouem 30 de junho de 2004 e durouaté a formação de um governo iraquiano eleito de acordo com uma constituição permanente, conforme estabelecido na lei, o mais tardar até 31 de dezembro de 2005 (IRAQUE, 2004).

A TAL foi uma etapa crucial eabriu um precedente, que seria uma das principais fontes da estagnação do Iraque nas próximas duas décadas. Não há dúvida de que os processos seguidos por ela foram métodos controversos e questionáveis, que alimentaram a divisão entre as elites iraquianas, que não conseguiram estabelecer uma unidade. Um ponto a considerar é que os EUA inicialmente preferiram que a lideranças do CGI redigissem a Constituição do Iraque. Segundo Bamo Nouri (2021, p.128), se o aiatolá Ali Al-Sistani não interviesse, uma constituição completamente elitista e não representativa do Iraque poderia ter sido produzida por elites iraquianas apoiadas pelos EUA. Na redação da TAL foram incorporados os aconselhamentos de Al-Sistani[272].

Com a assinatura da lei, em 8 de março de 2004, a CAP parecia ter resolvido uma questão particularmente difícil. Em público, a CAP sustentou que teriram sido ofuscados por Sistani, mas a realidade era muito diferente. A CAP conseguiu que seus interlocutores iraquianos, o CGI, colocassem seus nomes em um documento que continha salvaguardas contra a possibilidade de uma constituição permanente muito diferente em conteúdo da TAL (ALLAWI, 2007, p.224). Por essa razão, esta foi tratada com desconfiança pelos críticos iraquianos da ordem do pós-guerra. Primeiro, pois foi redigida a portas fechadas pelo CGI, órgão cujos membros eram vistos como tendenciosos,em favor de exilados xiitas e partidos curdos. Em segundo lugar, os artigos do documento foram excessivamente influenciados pelas autoridades americanas no Iraque (AL-MARASHI, 2005, p.142). Tanto que as ordens

272 Paul Bremer, em março de 2004, enviou carta ao aiatolá Al-Sistani agradecendo por seus aconselhamentos na elaboração da TAL (TALMON, 2013, doc.247).

institucionais imputadas pela CAP, que tinham força e efeito de lei durante a ocupação, foram reconhecidas pela TAL de maneira contínua a partir de sua vigência (TALMON, 2013, doc. 250). Isso significa a manutenção dos princípios normativos e legais da ocupação para o Iraque pós-ocupado, o que era sobremaneira pretendido pelos EUA.

A TAL preparava as condições para um governo que seria eleito nas urnas, porém ainda com limitações. A redação de uma constituição permanente por uma assembleia eleita foi a principal razão para a criação de um período de transição no processo político iraquiano. A concepção era de que se precisava de uma constituição permanente antes de se estabelecer um governo permanente. Por isso, criou-se as condições para o GTI, que teria competência exclusiva nas seguintes matérias: (A) Formular a política externa e a representação diplomática; (B) Formular e executar a política de segurança nacional; (C) Formular a política fiscal, emitir moeda, regular as alfândegas, regular a política comercial por meiodas fronteiras regionais e governamentais no Iraque, elaborar o orçamento nacional do Estado, formular a política monetária e estabelecer e administrar um banco central; (D) Regulamentar pesos e medidas e formular uma política geral de salários; (E) Gerir os recursos naturais do Iraque; (F) Regulamentar a cidadania, imigração e asilo iraquianos; e (G) Regulamentar a política de telecomunicações (IRAQUE, 2005, art.25). As eleições reais ocorreram com sucesso, apesar do boicote quase universal nas áreas de maioria sunita e dos incidentes terroristas em algumas localidades de eleição. Cerca de 8,5 milhões de iraquianos votaram; quase 60% dos eleitores aptos. Os iraquianos no exterior, quase 1,2 milhões eram elegíveis para votar, porém, não participaram com tanto afinco. Destes, cerca de 250 mil votaram. Em geral, as acusações de fraude eleitoral foram poucas, dada a importância das eleições (ALLAWI, 2007, p.391).

Coma eleição de janeiro de 2005, o governo de Transição do Iraque iniciou sua vigência em maio de 2005, após a nomeação de seus representantes, atuando por um ano como autoridade central iraquiana. Cabe mencionar que o mecanismo de seleção dos representantes executivos e ministeriais no GTI é o mesmo do atual Iraque. São os parlamentares iraquianos que selecionam seus representantes. Então os 275 parlamentares da TNA[273] selecionaram os membros do GTI, o qual, de acordo com o Artigo 24 da TAL, seria composto por: TNA, Conselho da Presidência, Conselho de Ministros, incluindo o Primeiro-Ministro,e a autoridade judiciária (TALMON, 2013, doc.511). Portanto, de acordo com a

273 Seria o equivalente ao Conselho de Representantes do Iraque, atualmente. O Conselho de Representantes, geralmente referido simplesmente como o Parlamento é a legislatura unicameral da República do Iraque. Ele aprova leis federais, supervisiona o executivo, ratifica tratados e aprova nomeações de funcionários. Elege o presidente da república, que escolhe um primeiro-ministro da coalizão majoritária no Conselho.

TAL, a TNA do Iraque foi eleita em janeiro de 2005 e então selecionou o governo executivo e ministros iraquianos que iniciaram seus trabalhos a partir de maio.

O grande vencedor dessas eleições foi o bloco *United Iraqi Alliance* (UIA), que reuniu o SCIRI, Dawa e várias facções menores sob uma bandeira associada ao próprio grande aiatolá Al-Sistani. A UIA recebeu 48% dos votos, ganhando ampla maioria na TNA, com 140 assentos, e era lideradapor Abdul Aziz al- Hakim (SICRI) e Ibrahim al-Jaffari (Dawa). Por causa dos dois terços necessários para eleger um Conselho da Presidência, eles não podiam governar sozinhos, mas agora eram claramente a maior força política no Iraque, pelo menos do ponto de vista eleitoral. E, no momento, a *Kurdistan Coalition List* (KLC)[274], liderada por Jala Talabani (PUK) e Masoud Barzani (KDP), com 25% dos votos e 75 assentos, era de longe a segunda força mais forte do país[275]. Só eles estavam em condições de bloquear emendas à TAL, mesmo antes da eleição de um membro curdo do Conselho da Presidência (ARATO, 2009, p.208)[276]. Isso significava que a maioria dos políticos do GTI seguia as lideranças partidárias da elite anti-saddamista que trabalhou com os EUA nos anos 1990 e durante a ocupação da CAP.

Essa "vitória" deve ser compreendida também mediante ao expressivo boicote de partidos sunitas na eleição. A regra eleitoral e a exclusão de figuras que estiveram presentes no governo Baath repercutiram uma sub-representação sunita. Os partidos e as associações sunitas tinham apenas a opção de serem sub-representados ou não serem representados. Havia, portanto, também dois tipos de razões fundamentalmente diferentes para o boicote: a expressiva dos agentes mais incisivos sobre a ilegalidade desse processo, que desejavam denunciar o processo político a qualquer custo; e as instrumentais das forças mais moderadas, que esperavam assim alcançar maior representatividade. Isso, conectado a uma situação fundamental que não iria mudar tão cedo – a saber, a ocupação militar americana –e a eventos como o segundo e devastador conjunto de ataques a Faluja, o boicote aparentemente não poderia ser associado a nenhum outro conjunto de objetivos políticos além de reunir os fiéis. A consequência disso foi aascensão de protestos e movimentos insurgentes já em voga naquele momento. No final, apenas dezessete árabes sunitas foram eleitos para a Assembleia Nacional, e, com a saída do IIP, nenhuma delas representava organizações políticas viáveis fora do parlamento. Estratos sociais ainda importantes da população iraquiana, com mais peso

274 Também conhecida como Democratic Patiotic Alliance of Kurdistan.

275 Seguido por *Iraqi List* (ou *IraqiyyaList*), 13.82%, liderado por Iyad Allawi, com 40 assentos, e *The Iraqis,* 1.78%, liderados por Ghazi al-Yawer, com 5 assentos.

276 Para uma análise detalhada sobre as eleições de 2005, ver Arato (2009, p.206).

social, cultural e profissional do que os 20% geralmente mencionados neste contexto (ARATO, 2009, p. 210-212). O consociativismo parecia ter ficado apenas no papel.

Do executivo foram selecionados de forma distributiva: Jalal Talabani (PUK) na Presidência, Adil Abdul Mahdi (SCIRI) e Ghazi al-Yawer (*Iraqi List*) como vice-presidentes, Ibrahim al Jaafari (Dawa) como primeiro-ministro, Ahmed Chalabi (INC), Ruz Nuri Shawis (KDP)e Abid Mutlak al-Jubouri (Partido da Pátria Iraquiana)como vice primeiros-ministros, sem presença sunita[277]. Todos fizeram parte da elite antibaathista, e particularmente das lideranças de partidos-chave desde os anos 1990. Quanto aos ministros[278] do GTI selecionados pela TNA, dos 32 selecionados, ao menos 12[279] tiveram envolvimento direto na administração do Iraque nos períodos imediatos à reconstrução do país sob administração da CAP. Desses 12 entendemos que alguns são ministérios que lidam com assuntos-chave para o desenvolvimento iraquiano, tais quais: Ministério do Interior, MRE, Ministério do Planejamento e Cooperação para o Desenvolvimento e Ministério do Petróleo.

Evidentemente, o GTI correspondia à expectativa norte-americana democrática e particularmente sobre quem eram os representantes iraquianos que estavam àfrente no executivo. Havia ainda uma tarefa necessária para consolidar a transformação do Iraque como

---

277 Na concepção ocidental, Yawer era visto como sunita. No entanto, estava longe de corresponder à expectativa dessa parcela que correspondia a 20% dos iraquianos. Ele não era uma figura forte sunita.

278 Foram eles: o Ministro doInterior,Bayan Baqir Solagh; o Ministro das Relações Exteriores, Hoshyar Zebari; Ministro da Defesa, Saadoun al-Dulaimi; Ministro do Petróleo, Ibrahim Bahr al-Uloum; o Ministro da Eetricidade, Mohsen Shlash; Ministro do Planeamento e Cooperação para o Desenvolvimento, Barham Salih; Ministro do Ensino Superior, Sami al-Mudhaffar; Ministro dos Municípios e Obras Públicas Nisrin Barwari; o Ministro das Telecomunicações, Juwan Fouad Masum; Ministro das Finanças, Ali Abdul-Amir Allawi; Ministro dos Recursos Hídricos Abdul-Latif Rashid; Ministro do Meio Ambiente, Narmin Othman; o Ministro do Comércio, Abdel-Karim Mahoud al-Mohammedawi; Ministro dos Transportes, Salam al-Maliki; Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais, Idris Hadi; Ministro dos DH Narmin Othman (em exercício), Hashim al-Shible, rejeitou o cargo depois de ter sido aprovado pelo parlamento; o Ministro da Saúde, Abdel Muttalib Mohammed Ali; Ministro da Construção e Habitação Jasim Mohammed Jaafar; Ministro da Educação Abdel Falah Hassan; Ministro da Agricultura, Ali al-Bahadili; Ministro da Justiça, Abdel Hussein Shandal; Ministro da Cultura, Nuri Farhan al-Rawi; Ministro da Ciência e Tecnologia, Basimah Yusuf Butrus; Ministro de Deslocamento e Migração Suhaylah Abd-Jaafar; Ministro da Juventude e Esportes Talib Aziz Zayni; Ministro da Indústria, Usama al-Najafi; o Ministro de Estado para Assuntos de Segurança Nacional, Abdul Karim al-Anizi; Ministro de Estado para Assuntos Governamentais, Saad Nayif Mujhim, al-Hardan; Ministro de Estado para Assuntos da Sociedade Civil, Ala Habib Kazim; Ministro de Estado para Assuntos da Mulher, Azhar Abdel Karim al-Shaikhli; Ministro de Estado do Turismo e Antiguidades, Hashim al-Hashim; Ministro de Estado dos Assuntos da Assembleia Nacional Safa al-Din Mohammed al-Safi.,

279 São eles: o Ministro do Interior Bayan Baqir Solagh; o Ministro das Relações Exteriores Hoshyar Zebari; Saadoun al-Dulaimi; o Ministro do Petróleo Ibrahim Bahr al-Uloum; Ministro do Planeamento e Cooperação para o Desenvolvimento Barham Salih; Ministro do Ensino Superior Sami al-Mudhaffar; Ministro dos Municípios e Obras Públicas Nisrin Barwari; Ministro das Finanças Ali Abdul-Amir Allawi; Ministro dos Recursos Hídricos Abdul-Latif Rashid; Ministro do Meio Ambiente e Ministro dos DH (atuante) Narmin Othman; Ministro do Comércio Abdel-Karim Mahoud al-Mohammedawi;

algo permanente. E isso só seria possível caso as transformações imputadas pelas ordens, regulamentos e memorandos da CAP fossem incorporadas na Constituição permanente do Iraque. Era tarefa do GTI garantir esse fechamento de ciclo. A TNA, então, nomeou um comitê constitucional (CRC) que redigiria a constituição até 15 de agosto de 2005. O GTI, liderado por Ibrahim al-Jaafari, projetou e ratificou a constituição em outubro de 2005. Os atrasos se deveram às discordâncias dentre os membros do CRC (NOURI, 2021, p.129).

Os membros do CRC foram nomeados em 12 de maio de 2005 para redigir uma nova constituição para o Iraque. Originalmente foram nomeados 55 membros, em 10 de maio de 2005. Composto por legisladores xiitas, sunitas e curdos da TNA iraquiana, o comitê consistia em 46 homens e 9 mulheres, predominado pelos blocos da UIA (majoritariamente xiita) fornecendo 28 redatores, enquanto o KCL (KDP e PUK unidos) com 15 membros. Esta composição original foi alvo de críticas devido à falta de representatividade de árabes sunitas no comitê;ia no sentido oposto ao do princípio de consociativismo.No final de maio de 2005, cerca de 1.000 árabes sunitas – clérigos, líderes políticos e tribais, até ex-oficiais militares – liderados por Adnan Dulaimi, do IIP, reuniram-se em Bagdá e exigiram que fossem incluídos na redação da nova constituição (ALLAWI, 2007, p.399). Então, sob pressão, 17 membros dessa comunidade tiveram a oportunidade de participar do órgão em decreto estabelecido em 16 de junho daquele ano, totalizando 71[280] membros deste comitê (AL-MARASHI, 2005, p.144-145; MORROW, 2005). Esperava-se que a nomeação desses sunitas apaziguasse os movimentos insurgentes no Iraque, mas não foi o caso.

No Apêndice A, elencamos os membros selecionados para ocomitê dando destaque para os que estiveram presentes em outros momentos relevantes durante o processo que vai do estabelecimento do CAC em 1990 até a consolidação desse comitê, em 2005. Destes, contamos 22 membros[281]com participação no processo anterior, durante os anos 1990, para a

---

280 Os nomes daqueles membros que não tiveram alguma participação relevante para além deste Comitê foram incluídos no Apêndice A. Cabe mencionar que não encontramos qualquer lista que trouxesse integralmente quem foram os 17 sunitas incluídos posteriormente, no entanto, alguns foram identificados a partir da pesquisa bibliográfica sobre oComitê.

Por fim, cabe mencionar que Mijbil Issa, Dhamin Hussein e Aziz Ibrahim foram mortos em um ataque perpetrado em julho de 2005. Todos representaram o grupo sunita no comitê de 71 membros que redigia a constituição. Issa e Hussein eram membros plenos do comitê, enquanto Ibrahim atuou como consultor. Informação disponível em *Voice of America,* 19 de julho de 2005. Disponível em <https://www.globalsecurity.org/military/library/news/2005/07/mil-050719-35bd0ee8.htm> acesso16/02/2022.

281 São eles: Abdel Hadi Al-Hakim; Dr. Ali Al-Dabagh; Nouri Al Maliki; Ali al-Adeeb; Beha Al-Areji; Sami Azaze Al-Majoun; Dr. Hamam Hamoudi; Akram Al-Hakim; Jalal Al-Deen Al-Sagheer; Sami Al-Askeri; Abass Al-Bayati; Dr. Fouad Masoum; Dr. Mundher Al-Fadhl; Dara Nour Al-Deen; Hamid Majid Mousa; Yonadam Kanna; Qasem Daud; Wael Abd Al-Latif; Adnan Al-Janabi; Thamer Al-Khadhban; Taher Al Baka;

remoção de Saddam Hussein e/ou durante a reconstrução na administração estrangeira no Iraque. Também contamos no comitê ao menos quatro[282] tiveram repercussão em posições de importância na sociedade iraquiana, como em *Think Tanks*, Universidades, etc.

Apesar de o CRC ter sido constituído inteiramente por iraquianos, o processo de elaboração da Constituição esteve longe de ser estritamente endógeno. Assessores dos EUA, principalmente Noah Feldman, desempenharam um papel importante na elaboração da TAL, em 2004. Ele e Peter Galbraith atuaram como "conselheiros" na redação da Constituição em 2005. A principal justificativa para tal intrusão se referia àfalta de especialistas em direito constitucional ou representantes de organizações da sociedade civil (especialmente grupos de mulheres) no CRC. Além disso, as discussões deste eram realizadas em segredo e com pouca transparência, ignorando assim a opinião pública. Para rebater as críticas à falta de conhecimento jurídico, o Comitê nomeou um conselho de consultores jurídicos, composto principalmente por estrangeiros[283](JAWAD, 2013, p.10-11). Além disso, a pressão dos EUA para a finalização da Constituição dentro do prazo era grande. Rumsfeld voou para Bagdá em 27 de julho de 2005, pedindo aos iraquianos que se apressassem. O prazo estabelecido pelo Artigo 61 da TAL era 15 de agosto de2005. Bremer deixara claro que qualquer prorrogação causaria descontentamento aos EUA, impondo um ambiente que impedia um debate significativo sobre assuntos que ditariam o futuro do Estado iraquiano (NOURI, 2021, p.130).

As discussões em torno da elaboração da constituição permanente foram intensas. Por exemplo: xiitas seculares e árabes sunitas criticaram a redação do projeto sobre o federalismo e o papel da lei islâmica (OTTERMAN, BEEHNER, 2005). Ficou claro pelas discussões dentro do comitê que cada grupo estava se concentrando em seus próprios objetivos limitados, e o esquema geral elaborado na TAL não foi discutido. Os membros religiosos xiitas estavam principalmente preocupados em estabelecer o Islã como religião do Estado e garantir o direito de realizar suas cerimônias. Eles consideravam a inserção dessas questões como um reconhecimento oficial de sua existência e de sua maioria. Os membros curdos tinham ideias

---

Ayad Al-Samaraei (Iyad Samarrei). Recomendamos ler no Apêndice A sobre suas respectivas posições de poder no Iraque após a consagração da Constituição em 2005.

282 São eles:Mundher Al-Fadhl, Conselheiro sênior do Ministério da Justiça do Iraque, Professor da Universidade de Amman e Bagdá e Diretor do programa de pesquisa jurídica do *Iraqi Future Affairs Institute* (*Thinktank*), Membro do *International Institute for Middle-East and Balkan Studies* (*IFIMES*). Dr. Muhsen Al-Qazwini, a partir do apoio do Ministério da Educação Superior, liderou o desenvolvimento da Universidade Ahl al-Bayt; Dr Hussein Balissani, reitor da faculdade de Direito da *TishkInternationalUniversity*; Dr. Nadim al-Jabiri, Professor da Universidade de Bagdá e Secretário-Geral do partido Virtude Islâmica do Iraque que, nas eleições de 2005,levou15 assentos e nas de 2010 levou 6 assentos no Parlamento.

283 Seus nomes ainda não foram divulgados.

mais claras sobre o que queriam e contavam com uma equipe de especialistas americanos e europeus que os apoiavam. Conseguiram manter o sentido amplo do federalismo, seus direitos de controlar sua entidade federal curda, de reivindicar Kirkuk em sua região federal e de confirmar sua participação na riqueza do Estado. Por outro lado, os membros sunitas estavam preocupados com a identidade árabe de um Estado unido(JAWAD, 2013, p.11).Os sunitas rejeitaram o controle regional de recursos como o petróleo e optaram por mais identidade árabe no Iraque, opondo-se às disposições que condenavam o baathismo. Houve outras objeções: Ayad Allawi se opôs ao federalismo regional, enquanto os influentes clérigos xiitas Moqtada al-Sadr e o aiatolá Mohammed al-Yaqoubi pensaram que o projeto poderia gerar hostilidade em relação aos laços iranianos do SCIRI. Outros grupos (minorias) se opuseram ao projeto porque não projetava seus direitos e interesses (NOURI, 2021, p.130).

Diante das objeções e discussões, o prazo de apresentação do rascunho da Constituição expirou. Segundo a TAL, uma possível extensão de seis meses poderia ser concedida se os procedimentos corretos de solicitação fossem seguidos, o que envolvia uma solicitação do presidente da TNA.Em agosto de 2005,aredação da Constituição foi finalizada e dividida em seis capítulos, com 139 artigos ao todo. Os artigos controversos tratavam de seis questões: federalismo, as receitas do petróleo, o papel do Islã, direitos das mulheres, debaathificação e identidade do Iraque (AL-MARASHI, 2005, p.150). Após a ratificação pela TNA, a Constituição deveria ser aprovada por um referendo nacional, 15 de outubro de 2005.

Das questões polêmicas resolvidas na Constituição podemos elencar: o federalismo para o Sul do Iraque, a cidade de Kirkuk, o lugar do Islã como fonte de legislação e a identidade do Estado iraquiano.

Em 11 de agosto, quatro dias antes do prazo para apresentar o projeto de Constituição à Assembleia Nacional, Sayyid Abd el-Aziz al-Hakim, líder do SCIRI e chefe da UIA, afirmou, diante de uma grande multidão em Najaf, que era necessário que os xiitas do Iraque tivessem uma região própria com poderes e status proporcionais como o Curdistão – exigência ainda nunca feita por nenhuma figura política de alto escalão. Os comentários de Hakim foram contra a corrente predominante nos círculos islâmicos que enfatizavam o governo central. Suas demandas por uma região xiita não afetaram materialmente a conclusão da Constituição, pois ocorreu bem depois que os esboços estavam em sua versão final. Portanto, não teve nenhum efeito transformativo comparado ao que já havia se estabelecido na Constituição (ALLAWI, 2007, p.410)

Quanto à província de Kirkuk, rica em petróleo, considerada pelos partidos curdos como parte da região curda, queriam que fosse incluída na entidade federal curda; descreveram-na como a capital do Curdistão iraquiano. Os árabes sunitas e xiitas se recusaram a admitir esse ponto, pois consideravam Kirkuk uma província mista, e caberia àpopulação da província definir seu destino em um referendo. No fim, Kirkuk ficou fora da zona curda, como parte da federação iraquiana (JAWAD, 2013, p.12)

Outra questão tardiamente colocada foi o lugar do Islã no novo Estado. A TAL havia endossado o Islã como uma das fontes de legislação no Iraque, mas dessa vez insistiu-se em uma redação mais forte. Na realidade, nem mesmo os curdos supostamente seculares queriam descartar o papel do Islã da fornecer uma estrutura moral para a legislação, e incluíram-no nos capítulos relevantes da Constituição. Suas vidas diárias e costumes eram baseados nos preceitos daquela fé. Apesar de sua liderança política secular, a atração do Islã sobre a massa do povo foi muito potente. Torná-lo uma base moral para a legislação era uma posição popular a ser adotada. Para a maioria dos iraquianos, uma declaração generalizada que dava ao Islã um *status* privilegiado era bem-vinda, e inúmeras pesquisas de opinião mostraram amplas maiorias a favor de tal posição. A redação do projeto de Constituição nessa matéria refletiu a necessidade de encontrar um equilíbrio entre o Islã e a democracia, sem alienar os poderes que pressionavam por uma constituição secularizada, nomeadamente os EUA e a Grã-Bretanha. A Constituição afirmava-o como a religião do Estado e estipulava que nenhuma lei poderia ser aprovada que violasse seus preceitos comumente acordados, uma formulação que obrigava as duas seitas do Islã a concordarem com uma definição de quais eram esses princípios comuns(ALLAWI, 2007, p.412).

Por fim, a questão da identidade iraquiana. Os membros árabes sunitas da comissão constitucional insistiram em que a Constituição mencionasse que o Iraque é um Estado árabe e parte da nação árabe (75% - 80% dos iraquianos são árabes). Isso foi inflexivelmente recusado pelos membros curdos. Em última análise, o Artigo 3 declarou: “O Iraque é um país de múltiplas nacionalidades, religiões e seitas. É um membro fundador e ativo da Liga Árabe e está comprometido com sua carta, e faz parte do mundo islâmico” (IRAQUE, 2005), enfatizando novamente a natureza islâmica e sectária do Estado (JAWAD, 2013, p.17).

A Constituição iraquiana de 2005 não era o pacto nacional que muitos julgavam necessário e desejável, mas um documento resultante de uma série de acordos políticos. Era visto como um passo necessário no processo político e não tinha o *status* “quase sagrado” que tais documentos tinham em outros países (ALLAWI, 2007, p.412). A “conquista” em

estabelecer uma constituição permanente aos olhos norte-americanos estava na manutenção da estrutura normativa liberal que fez do Iraque um novo ator internacional relevante para as pretensões políticas e econômicas para o Oriente Médio.

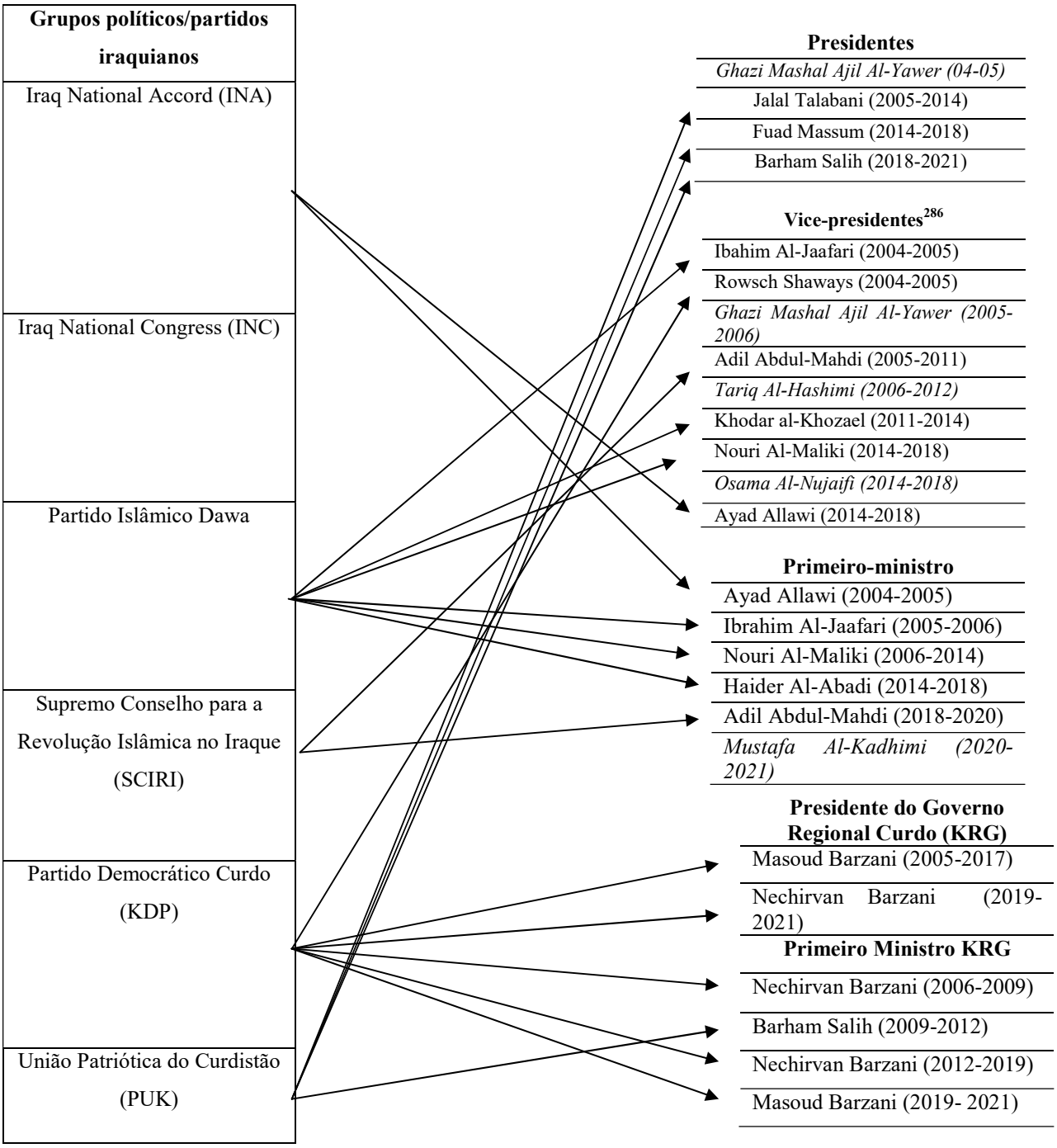
A reforma do sistema eleitoral é uma característica consistente no Iraque desde 2003. Há uma falta de fé entre a população em geral no poder das eleições para trazer mudanças reais – frustrações muitas vezes surgiram por meio de protestos aos quais o governo respondeu com violência e gestos legislativos limitados. Vimos então que o processo de transição após a saída da CAP foi contínuo. O GII terminou após as eleições de janeiro de 2005 e continuou a atuar apenas como zelador enquanto o Governo Nacional de Transição estava a ser organizado. O GTI funcionou até 20 de maio de 2006, quando foi substituído pelo primeiro governo permanente. Nesse processo, tanto no âmbito executivo (cargos presidenciais e de PM), quanto técnico (Ministros e comissões especiais, tal qual o Comitê de Redação da Constituição), o corpo de especialistas e políticos iraquianos estava repleto de figuras que compuseram a elite iraquiana antibaathista dos anos 1990 e que tiveram plena participação durante os meses de ocupação estrangeira administrada pela CAP. Os anos pós-Saddam foram dominados por essas mesmas notórias lideranças antibaathistas.

### 7.2.3 Um retrato das lideranças políticas iraquianas pós-baathistas

Analisando a Figura 2 podemos identificar os indicadores que reforçam nossa premissa de que a elite da oposição ao governo do Partido Baath, se perpetuou no poder desde então. Em uma análise posicional dos cargos executivos, identificamos que a conexão entre a ascensão dessa nova elite política e o papel norte-americano enquanto promotor das condições para tal processo é evidente. Entre 2004 e 2021 houve seis eleições parlamentares[284] (consideramos também os cargos interinos provisórios de 2004-2005), que posteriormente decidiram os principais cargos executivos: presidente, vice-presidente, PM, presidente e PM do governo regional do Curdistão. Destes, 16 lideranças iraquianas assumiram esses cargos, às vezes repetidamente. Apenas quatro (em itálico na Figura 2) não faziam parte dos partidos diretamente envolvidos com o processo de planejamento e apoio direto à intervenção no Iraque, desde os anos 1990. E mesmo esses quatro indivíduos tiveram algum nível de envolvimento direto na reconstrução do Iraque, ou eram apoiadores indiretos, ou tiveram algum outro tipo de envolvimento como oposição ao regime Baath.

284 Enquanto escrevíamos esta tese ainda não havia sido formada a composição governamental a partir das eleições parlamentares de 2021. Portanto, não incluímos ela em nossa análise.

**Figura 2. Presença política das elites iraquianas com os quais os EUA trabalharam antes da Guerra e Ocupação de 2003 em principais cargos de autoridade no Iraque: a presidência, vice-presidência e papel de primeiro-ministro no Iraque e a presidência, papéis de primeiro-ministro e vice primeiro-ministro no governo regional curdo.[285]**




[285] Esta figura foi montada baseada na figura 6.1 da tese de Bamo Nouri (2018, p.283) e traduzida para o português; ela contém atualizações feita por esse autor.

[286] Cargo vago entre 2018-2021.

Phebe Marr (2006) realizou uma análise quantitativa e qualitativa fundamental das eleições de 2005, que coaduna com nosso argumento de manutenção das elites iraquianas que atuaram diretamente na remoção de Saddam Hussein e na reconstrução do Iraque. Do governo eleito do GTI em 2005, 40% dos líderes são transitados, ou seja, serviram pelo menos uma vez a um governo anterior.

O governo eleito em janeiro de 2005 fez apenas progressos modestos na integração de pessoas "de dentro", na liderança e na redução do número de pessoas de fora. No CGI, essencialmente formado pela CAP, 38% dos líderes eram iraquianos que viviam no exterior, cerca de 18% eram curdos da zona livre no norte do Iraque e apenas 28%, pouco mais de um quarto, eram de dentro. No governo eleito de janeiro de 2005, os exilados eram quase 37% – ainda o maior componente – e cerca de 29% eram curdos ou outros que viviam no norte. Os "de dentro" subiram para 31,6%, mas ainda eram menos de um terço. Os exilados que viviam principalmente no Ocidente diminuíram modestamente de 26% para 21% (MARR, 2006).

No entanto, no que se refere aos altos cargos, todo executivo do GII (2004-2005) e do GTI (2005-2006) era composto por líderes que apoiaram a ocupação estrangeira e participaram do processo decisório da reconstrução: Ghazi Mashal Ajil Al-Yawer (independente - presidente), Ayad Allawi (INA - PM), Ibahim Al-Jaafari (Dawa–vice-presidente),Rowsch Shaways (KDP - vice-presidente), do GII; e Jalal Talabani (PUK - presidente), Ghazi Mashal Ajil Al-Yawer (*The Iraqis* – vice-presidente), Adil Abdul-Mahdi (SCIRI – vice-presidente), Ibahim Al-Jaafari (Dawa- PM) e Masoud Barzani (KDP – presidente do KRG[287]), do GTI.

Desde maio de 2006, os governos iraquianos foram compostos tendo como base a Constituição oficial e permanente do país finalizada em 2005[288]. Após seis meses de negociações, o Conselho de Representantes do Iraque selecionou os representantes executivos por meiode acordo entre as principais coalizões eleitorais: a Aliança Nacional Iraquiana (UIA), do aiatolá Al-Sistani composta por partidos como o SCIRI, Dawa e o INC, que obteve

---

287 As três províncias de Dohuk, Erbil e Sulaymaniyah formam a região do Curdistão e são administradas pelo Governo Regional do Curdistão (KGR), que, sob a Constituição de 2005, tem poderes consideráveis de autonomia dentro de um Iraque federal. Antes, entre 1992 e 2005, cada parte do Curdistão iraquiano era administrado respectivamentepelo KDP ao norte, e pela PUK ao sul. Após a reconciliação entre KDP e PUK, a eleição parlamentar foi realizada em 30 de janeiro de 2005, e um acordo foi feito para permitir que um líder do KDP se tornasse primeiro-ministro no primeiro mandato e um primeiro-ministro daPUK se tornasse presidente no segundo mandato, e assim sucessivamente.

288 Importante ressaltar que a Constituição iraquiana passou por algumas propostas de emendas que foram eventualmente incluídas ou reprovadas. Não entraremos no mérito de analisá-las, pois ultrapassa o propósito analítico desta tese.

mais de 40% dos assentos no parlamento (novamente vitoriosa); aAliança Curda, composta porKDP e PUK, que obteve 21% dos assentos; a Frente do Acordo Iraquiano, liderada pelo IIP, com 15% dos assentos,e a Lista Nacional Iraquiana, liderada por Ayad Allawi, do INA (ARATO, 2009). Os representantes executivos iraquianos selecionados foram: Nori Al-Maliki (Dawa - PM), Jalal Talabani (PUK - presidente) Adil Abdul-Mahdi (SCIRI – vice-presidente), Tariq Al-Hashimi (IIP – vice-presidente), Masoud Barzani (KDP –presidente do KRG), Nershivan Barzani (KDP – PM do KRG). Imediatamente após as eleições, em 22 de dezembro, representantes políticos sunitas e alguns partidos políticos predominantemente xiitas reclamaram fraudes eleitorais, no entanto, a comunidade internacional representada pela ONU rejeitou prontamente essa acusação.

A trajetória política iraquiana até a eleição seguinte foi tensa e instável. As eleições parlamentares seguintes foram realizadas apenas em 2010 de maneira conturbada. Isso porque,às vésperas das eleições, 499 políticos tiveram suas candidaturas barradas sob alegação de vínculos com o Partido Baath, por consideração da comissão especial iraquiana para as eleições[289]. Como consequência disso, diversos partidos boicotaram as eleições como forma de protesto. No fim, elas beneficiaram novamente a nova elite política governante iraquiana. As coalizões Movimento Nacional Iraquiano[290] (*Iraqi National Movement* - INM), liderada por Ayad Allawi, e a Coalizão Estado de Direito (*State of Law Coalition*),sob liderança de Nouri Al-Maliki, do Partido Dawa, levaram a maioria dos assentos no parlamento iraquiano (ambos 24%), seguidos pela Aliança Nacional Iraquiana (*National Iraqi Alliance*)[291], sob liderança do SCIRI (18%), e a Aliança do Curdistão (*Kurdistan Alliance*), composta por KDP e PUK (8%). Esse resultado favoreceunovamente uma composição de governo confortável para os partidos tradicionalmente antibaathistas.O líder da PUK, Jalal Talabani, foi reeleito como presidente, Nouri al-Maliki[292] (Dawa) foi reeleito como primeiro-ministro e Ayad Allawi (INA) teria concordado em liderar um novo conselho de segurança. Nesse período foram vice-presidentes do Iraque Tariq Al-Hashimi (IIP) e Khodar al-Khozael

289 Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8461275.stm> acesso em 21/02/2022.

290 Dentre os partidos do INM, cabe mencionar: o INA de Ayad Allawi, a coalizão "Lista de Renovação" liderada pelo então vice-presidente Tariq al-Hashimi; a Assembleia dos Democratas Independentes liderada por Adnan Pachachi; e o partido *Iraqioun* liderados pelo ex-presidente Ghazi al-Yawer.

291Além do SCIRI, essa coalizão contava com grupos como o INC, de Ahmad Chalabi, e o MMC, liderado por Sharif Ali bin al-Hussein.

292 Nouri Al-Maliki ficou como PM do Iraque até 2014, quando por pressão dos EUA e da sociedade iraquiana pediu sua renúncia conforme o ISIS (ISIS) avançava sobre o território iraquiano. Em seu lugar, assumiu como PM o Heider Abadi, também do Dawa.

(Dawa). E foram PM e presidente do KRG, respectivamente Berham Salih (PUK), substituído por Nechirvan Barzani (KDP) em 2012, e Masoud Barzani (KDP)[293].

O clima das eleições de 2014 foi tão tenso quanto o das eleições de 2010. O fator extra e ainda mais grave era a ascensão do ISIS, organização política insurgente no Oriente Médio. que teve alta capacidade de ascensão territorial no Iraque e na Síria entre 2013 e 2017. Apesar de um resultado um pouco mais diluído, prevaleceu ainda uma composição favorável à nova elite política iraquiana antibaathista. Disparado em primeiro lugar, ficou a Coalizão Estado de Direito, liderada pelo Partido Dawa, com 24% dos votos; atrás dela, ao menos seis coalizões[294] dividiram votos (entre 7% e 5%). Estabeleceu-se então um governo composto por: Haider Abadi (Dawa) como PM após a polêmica renúncia de Nouri Al-Maliki; Fouad Massum (PUK) foi eleito presidente; Nouri Al-Maliki (Dawa), Osama Al-Nujaifi (*Muttahidoon*) e Ayad Allawi (INA) foram selecionados como vice-presidentes[295]. E Nechirvan Barzani e Masoud Barzani foram respectivamente PM e presidente do KRG[296].

Enfim, analisemos as eleições de 2018. Elas foram planejadas para setembro de 2017, mas foram postergadas até maio daquele ano, devido à instabilidade no país pelo alto número de refugiados e deslocados internos como consequência da guerra contra o ISIS, bem como o referendo público que ocorreu na região autônoma do Curdistão pleiteando por independência. A baixa participação eleitoral nas eleições federais iraquianas de 2018 (em 44,5%) refletiu um mal-estar geral da população e uma rejeição da classe política que governou o país. Os resultados dessas eleições foram ainda mais equilibrados que as anteriores, com algumas novidades. Pela primeira vez, uma coalizão liderada por um grupo oposicionista à ocupação de 2003 foi vitoriosa. A Aliança *Saairun* (Aliança pelas Reformas)[297], liderada por Moqtada Al-Sadr, obteve 14,3% dos votos, seguida pela coalizão

---

293 As informações sobre as eleições de 2014 podem ser acessadas em: <https://www.rferl.org/a/iraq_elections_BG/2009613.html> acesso em 22/02/2022.

294 São elas: *Al-Muwatin* (Aliança Cidadã) liderada pelo SICRI (7,5%); Bloco *Al-Ahrar* liderada por Muqtada Sadr (7%); KDP que concorreu sozinho (6,5%); PUK também concorreu sozinho (6%); *Al-Wataniya*liderado pelo INA de Ayad Allawi (5,2%); e *Muttahidoon* coalizão sunita liderada por Osama Al-Nujaifi (5,2%).

295 Cabe mencionar que o cargo de vice-presidente do Iraque chegou a ser anulado entre 2015 e 2016 por decisão do então PM Haider Abadi, e seria novamente abolido em 2 de outubro de 2018.

296 As informações sobre as eleições de 2014 podem ser acessadas em: <https://www.electionguide.org/elections/id/2425/#:~:text=A%20total%20of%2085%20coalitions%20participated%20in%20the,received%201%2C681%2C714%20votes%20%2814.59%25%29%20and%20won%2042%20seats.> acesso em 22/02/2022.

297 Os principais componentes são o Partido da Integridade Sadrista Islâmica Xiita (de Muqtada Al-Sadr), o Partido Comunista Iraquiano, o Partido do Movimento da Juventude para a Mudança, o Partido do Progresso e Reforma e o Grupo Republicano Iraquiano e o Partido do Estado de Justiça.

representada pelas *Popular Molilization Units*(PMU's), que era principalmente uma organização guarda-chuva patrocinada pelo Estado, composta por muçulmanos xiitas iraquianos que lutaram de 2014 a 2017 ao lado do Exército iraquiano para derrotar o ISIS, com 13% dos votos.Em seguida, vieram as coalizões compostas por partidos apoiados pelos EUA nos anos 1990:*Victory Alliance* liderada pelo ex-PM Haider Abadi (11%), o KDP (8%), a Coalizão Estado de Direito (7%), o *Al-Wataniya,*liderada pelo INA(6%) e aPUK (6%). Somadas, essas coalizões ainda eram "maioria". E, apesar de sua diversidade, conseguiram compor um governo executivo que representa uma continuidade das gestões anteriores, no que se refere aos partidos de oposição baathista tradicionais. Sendo assim, selecionou-se para os cargos executivos Adil Abdul Mahdi (SCIRI) como PM[298] e Berham Salih (PUK) como presidente[299]. Em 2019, Masoud Barzani e Nechirvan Barzani do KDP foram respectivamente PM e presidente do KRG[300].

Em todas as eleições iraquianas após a ocupação de 2003[301], prevaleceu uma composição governamental executiva composta quase que completamente por representantes políticos dos partidos próximos aos EUA a partir da década de 1990. Políticos do Dawa, INA, PUK, KDP e SCIRI (o INC comparativamente é subrepresentado) estiveram à frente do poder executivo iraquiano desde então. E, conforme veremos no tópico que encerra esta tese, conduziram um governo iraquiano, que, em grande medida, deu continuidade à agenda transformista e liberal começada pelas forças ocupantes em 2003.

Por fim, um aspecto ser mencionado é o consenso estabelecido na região do Curdistão iraquiano. Com o estabelecimento da Constituição de 2005, que determinava autonomia política constitucional e representativa à região, estabeleceu-se um consenso quase inquestionável sobre a hegemonia do KDP e daPUK como representantes executivos da região. Ainda que existam dissidentes, como é o caso da maior oposição curda organizada por Nawshirwan Mustafa (ex-PUK) com o *Gorran* (Movimento pela Mudança), os mesmos que estiveram ao lado dos norte-americanos durante todo processo desde os anos 1990 para

---

298 Adil Abdul Mahdi pediria demissão do cargo de PM em 2020 por pressão popular. Foisubstituído por Mustafa Al Khadimi conforme visto adiante.

299 O cargo de vice-presidência foi derrubado também nessas eleições.

300 As informações sobre as eleições de 2018 podem ser acessada em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/5/20/iraq-elections-final-results-sadrs-bloc-wins-parliamentary-poll> e <https://www.globalsecurity.org/military/world/iraq/election-2018.htm#:~:text=Iraq's%20electoral%20commission%20said%2019%20May%202018%20that,Reform%5D%20alliance%20with%20Iraq's%20communists%20won%2054%20seats. > acesso em 22/02/2022

301 Analisamos até 2021.

remoção de Saddam Hussein, bem como no período da reconstrução do Iraque a partir de 2003. O KRG é predominado pelo consenso entre os dois maiores partidos.

#### 7.2.3.1 As "exceções" (mas nem tanto): Lideranças iraquianas sem vínculo direito com os principais partidos de oposição à Saddam Hussein que recebeu apoio dos EUA.

Dos cargos executivos mais relevantes da República Parlamentar iraquiana desde a ocupação, primeiro-ministro, presidente e vice-presidente da República Federativa, e presidente e primeiro-ministro do Governo Regional do Curdistão Iraquiano, somaram-se 25 administrações. Destas, apenas por cinco vezes os encarregados políticos não foram membros dos partidos da oposição diretamente envolvidos no processo de reconstrução do Iraque pós-Saddam (INA, INC, Dawa, SCIRI, PUK e KDP). Mesmo aqueles que não estão diretamente vinculados a esses partidos políticos, suas interações com a elite da oposição e suas interações transnacionais com os EUA são notáveis.

Ghazi Mashal Ajil Al-Yawer, o primeiro presidente do Iraque pós-Saddam foi selecionado diretamente pelos EUA para ocupar tal cargo no GII.Ele fez parte do CGI durante a ocupação da CAP (2003-04), mas era talvez a figura mais distante dos interesses norte-americanos.Tanto que, na época que foi indicado presidente do GII em 2004, era preterido pelos EUA e pela ONU, que consideravam Adnan Pachachi, (independente) ex-ministro das relações exteriores,a figura política mais pertinente para assumir o cargo (FOIP, 2002,b). Al-Yawer, apesar de não ter vivido no Iraque desde 1990, quando sua família se exilou em Londres no contexto da Guerra do Golfo, era visto como uma figura conciliatória, que poderia dialogar com os mais diversos espectros políticos iraquianos; e a necessidade de conciliação política para ordem era considerada urgente. Na época em que assumiu o cargo, L. Paul Bremer, líder da CAP, indicou que o próprio George W. Bush pediu a nomeação de Al-Yawar ao conhecê-lo melhor, já que Bush "havia ficado favoravelmente impressionado com os agradecimentos abertos de Ghazi à Coalizão por derrubar Saddam e por sua determinação em continuar o processo para a soberania e eventual democracia" (BREMER, 2006). Para os iraquianos, Al-Yawar era visto como alguém que não cederia fácil às pretensões ocidentais no país, e isso o fizeram popular.

Na eleição iraquiana de janeiro de 2005 para a TNA, Al-Yawer era o líder dos "Iraquianos" – *The Iraqis* (*Iraqioun*) –, a maior lista secular de candidatos com um líder sunita formada para as eleições iraquianas. Eram amplamente os sunitas mais próximos dos EUA. Sua lista ganhou cerca de 150.000 votos, 2% dos votos nacionais. Al-Yawar, um dos

poucos líderes sunitas que não boicotaram as eleições e a única figura sunita de posição nacional que parecia ter garantido um lugar na assembleia, ocupou cinco cadeiras no Parlamento (ARATO, 2009, p.208). Ainda, nas eleições para Assembleia Nacional para o primeiro governo permanente do Iraque, Al-Yawer foi eleito parlamentar no cargo até 2010.

O segundo destaque não parte dos partidos antibaathistas mais fortes. Tariq Al-Hashimi é membro ativo do IIP, ex-militar, abandonou sua filiação ao Partido Baath ainda nos anos 1970 e foi membro do CGI durante a ocupação. Ainda que não haja registros de uma ligação direta entre EUA e o IIP ao longo dos anos 1990, seus membros eram notórios opositores ao Partido Baath e, por extensão,eram apoiadores do projeto de remoção de Saddam do poder em 2003. Naquela primeira eleição permanente,ficaramdeterminados dois vice-presidentes, inicialmente Al-Yawer (*The Iraqis*) um sunita islâmico, dividiu cargo com um xiita islâmico Adil Abdul Mahdi (SCIRI). Menos de um ano após essa composição de cargos, o sunita Al-Hashimi (IIP) assumiu a vice-presidência do Iraque no lugar de Ghazi Al-Yawer[302], atuando como vice-presidente do Iraque de 2006 a 2012. Cabe mencionar que a relação entre o IIP e os ocupantes foi conturbada. Era o maior partido islâmico sunita do Iraque, foram uma voz ativa e presente nos movimentos contra a presença estrangeira no paísapós a derrubada de Saddam Hussein. Al-Hashimi atuou como secretário-geral do IIP até maio de 2009, sendo considerado uma dessas figuras que lutou pela inclusão representativa dos sunitas no sistema político iraquiano.

O terceiro destaque cronologicamente é Osama Al-Nujaifi, herdeiro de uma família de empresários iraquianos do ramo agropecuário. Apesar de não ter grandes conexões ideológicas com os principais partidos anti-saddamistas, Al-Nujaifi foi um político de importância durante os anos de estabelecimento do Iraque pós-Saddam. Ele foi ministro da indústria do GTI, sendo responsável pelo processo de privatização da maioria das empresas estatais, que incluíam empresas que trabalhavam em setores de petroquímica e cimento a açúcar, seda e indústria pesada, de acordo com as premissas liberais das reformas econômicas imputadas a partir da administração da CAP[303]. Por representar essa agenda privatizante, foi alvo de tentativa de assassinato em janeiro e setembro de 2006. Nas eleições de dezembro de 2005, Al-Nujaifi foi eleito para o parlamento iraquiano como membro da coalizão *Iraqi*

---

302 Informações biográficas de Tariq Al-Hashimi podem ser lidas no dicionário biográfico *Pantheon*, disponível em <https://pantheon.world/profile/person/Tariq_al-Hashimi/> acesso em 10/02/2022.

303 Informações biográficas de Tariq Al-Hashimi podem ser lidas no artigo de Hamza Mustafa (6 de outubro de 2013). "Osama Al-Nujaifi: Iraq's Future President?". Para o jornal *Asharq Al-Awsat*.

*National List,* composta por diversos partidos de orientação secular, sob liderança de Ayad Allawi.

Essa coalizão ficou entre as quatro mais votadas, eera composta por diversos políticos e partidos que tiveram cargos decisórios e de conselho durante a ocupação, como Ayad Allawi e Wael Abdul Latif (INA), Ghazi Al-Yawer (*The Iraqis*), Mufid Muhammad Jawad al-Jazairi e Hamid Majid Mousa (ICP) e Aiham Al-Samarae (ADI). Isso significa que a *Iriaqi National List* era composta por vários dos políticos seculares que concordavam com os princípios de desenvolvimento trazidos pelas forças ocupantes estrangeira. Al-Nujaifi ainda foi presidente do Conselho de Representantes iraquiano de 2010 a 2014, quando foi eleito parlamentar pela coalizão sunita moderada *Muttahidoon*.

O destaque mais recente seria Mustafa Al Khadimi, que, apesar de não estar diretamente ligado aos partidos e grupos políticos iraquianos que apoiaram a remoção de Saddam Hussein, também era um grande opositor do Partido Baath. A trajetória de Al-Khadimi é bastante particular e está mais conectada a organizações não governamentais. Após a invasão do Iraque de 2003, al-Kadhimi voltou ao país e fundou a *Iraqi Media Network,*funcionando em paralelo ao seu trabalho como diretor executivo da *Iraq Memory Foundation,* em Londres, entre 2003 e 2010, uma organização que foi criada para documentar os crimes do regime de Saddam Hussein. Também foi diretor do braço iraquiano do grupo jornalístico *Al Monitor* (AL JAZEERA, 2020)[304]. A partir de 2016, Al-Khadimi foi nomeado diretor do Serviço de Inteligência Nacional Iraquiano (INIS)[305]. Ficou no cargo até ser nomeado primeiro-ministro,em 2020. Ele foi responsável por reformar o INIS para ser mais eficaz e atender aos padrões internacionais. Por essas questões, Al-Khadimi era uma figura notoriamente benquista pela comunidade internacional.

Al-Khadimi, portanto, era uma figura secular e liberal que tinha conexões profissionais mais distantes da política iraquiana até ser selecionado como primeiro-ministro após a crise política que resultou na resignação de Adel Abdul Mahdi. Após meses de protestos que eclodiram no Iraque em outubro de 2019 e a renúncia do primeiro-ministro Adel Abdul Mahdi e seu gabinete, Mustafa Al Kadhimi se tornou um dos principais candidatos ao cargo. Em 9 de abril de 2020, foi nomeado pelo presidente Barham Salih como primeiro-

304Informações biográficas de Mustafa al-Khadimi podem ser lidas no dicionário biográfico *Pantheon*, disponível em <https://pantheon.world/profile/person/Mustafa_Al-Kadhimi/> acesso em 10/02/2022.

305 Agência de inteligência do governo iraquiano que foi criada em abril de 2004 sob a autoridade de transição da CAP, após a invasão do Iraque pela coalizão liderada pelos EUA um ano antes.

ministro designado. Após quase seis meses de negociações políticas, o parlamento do Iraque confirmou AlKadhimi como primeiro-ministro do Iraque, em 6 de maio de 2020.

Analisando os casos dessas quatro "exceções" dos cargos executivos no Iraque desde a ocupação, percebemos que aqueles, mesmo que não tivessemvínculos diretos com os principais partidos que receberam, desde os anos 1990, subsídio financeiro para derrubar Saddam Hussein, eram figuras representativas que refletiam positivamente os princípios transformativos trazidos pelos ocupantes. Ghazi Al-Yawer, Osama Al-Nujaifi e Mustafa Al Khadimi, são indivíduos que trabalharam (e trabalham) por um Iraque democrático e liberal, tal qual pensado pelos princípios de *nation-building* norte-americanos. Identificamos que a única figura que tem uma posição política e ideológica mais afastada desses princípios era Tariq Al-Hashimi. Mesmo assim, seu cargo de vice-presidente, entre 2006 e 2012, tinha menos representatividade se comparado aos cargos de primeiro-ministro ou presidente, sendo uma figura de contraposição política ao *status quo* de poder iraquiano enquanto esteve em cargo. Seu partido foi oposição aos ocupantes e à reconstrução das bases políticas e constitucionais iraquianas.

Por isso, podemos afirmar que das 25 administrações iraquianas, desde a ocupação em 2004 – analisando os cargos executivos de primeiro-ministro, presidente e vice presidente da República Federativa, e presidente e primeiro-ministro do governo regional do Curdistão iraquiano –, apenas um deles não era um político em congruência plena com a estrutura transformativa trazida pelos ocupantes. Ainda que existam algumas das representações executivas do Iraque que não estavam plenamente de acordo com a estrutura política final do Iraque – por questões ideológicas –, são figuras que receberam apoio dos EUA em algum momento para remover o Partido Baath e transformar o Estado. Esse seria o caso dos políticos que eram membros do Partido Dawa, como Ibahim Al-Jaafari, Khodar al-Khozael, Nouri Al-Maliki e Haider Abadi, por exemplo. Portanto, apesar dos particularismos ideológicos, fizeram parte da reconstrução do país e se beneficiaram da ocupação estrangeira e da derrubada do Partido Baath.

Analisar o componente político executivo do Iraque desde o estabelecimento do GII nos ajuda a evidenciar a permanência daqueles que estiveram ao lado dos norte-americanos nos anos 1990 e início dos 2000. A elite política da oposição ao regime Baath se perpetuou e isso reflete numa agenda política parcialmente positiva para as pretensões norte-americanas para o Iraque.

## 7.3 Após a Ocupação: A República Federativa do Iraque e a Permanência dos EUA[306]

Retomando o conceito de ação hegemônica, cujo objetivo é estabelecer a supremacia de uma nova concepção de mundo e cujo método mais comum é apoderar-se do aparelho do Estado para, a partir dele, estabelecer novas condições legais de definição de *status*, na esperança de que a imposição legal se transforme em social, podemos levantar o seguinte questionamento: a imposição legal (alterações na estrutura do Estado e no sistema econômico iraquiano) se transformou em imposição social? Ou melhor, foi incorporada socialmente como comum aos iraquianos?

Transformar o Iraque não implicaria apenas alterar suas estruturas políticas internas, democratizá-lo etc. Era fundamental garantir que essa transformação fosse completa e permanente. Ou seja, o Iraque deveria se tornar um país em concordância com a estrutura liberal internacional que os EUA buscavam promover globalmente, conforme as premissas wilsonianas, que de maior, ou menor intensidade, estiveram presentes nas suas ações de política internacional durante todo século XX. Em novembro de 2003, G. W. Bush afirmou: "A democracia iraquiana terá sucesso – e esse sucesso enviará notícias, de Damasco a Teerã – de que a liberdade pode ser o futuro de todas as nações. O estabelecimento de um Iraque livre no coração do Oriente Médio será um divisor de águas na revolução democrática global"[307].

Portanto, um dos aspectos fundamentais para um total processo de *nation-building* seria garantir que a política externa iraquiana estivesse de acordo com a agenda internacional liberal norte-americana. Para verificar como os EUA influenciaram esse processo, faremos aqui uma exposição de como a CAP alterou as premissas de política externa iraquiana por meiode ordenamentos e regulamentos durante o período de ocupação e que foram posteriormente absorvidos pela Constituição de 2005.

A partir das premissas já postas até aqui, esse processo não seria viável sem a anuência e participação assídua da elite iraquiana posta no poder a partir da invasão. Amaral (2017) e Nouri (2018, 2021) demonstram,com uma análise de fontes primárias da CAP,

---

[306] Este tópico foi originalmente desenvolvido como um artigo e apresentado no congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), em Monterrey no México, em 2019. Aqui o texto foi alterado para se adequar aos propósitos desta tese. O terceiro item é inspirado parcialmente no que foi desenvolvido no artigo deste mesmo autor: AMARAL, R. A. D. *The United States influence in Iraq's post-Saddam reconfiguration of power: The maintenance of instability besides structural changes*. Carta Internacional. v. 14 n. 2. (2019).

[307] Comentários feitos pelo presidente G. W. Bush sobre o 20º aniversário do *The National Endowment For Democracy,*transcrito pelo *The New York Times*. Tradução nossa. Disponível em:< https://www.nytimes.com/2003/11/06/politics/in-bushs-words-iraqi-democracy-will-succeed.html> acesso 23/01/2021.

elementos legais que constituem a entrada da elite anti-saddamista no governo iraquiano a partir da ocupação. No entanto, isso não é suficiente para demonstrar como as dinâmicas de poder norte-americanas no Iraque se perpetuaram depois do mandato da CAP. Um dos aspectos que tangencia esse tema em ambos (Amaral e Nouri) é o processo de liberalização da economia iraquiana e a entrada de corporações multinacionais no país desde 2003 (AMARAL, 2017, p.130-178; NOURI, 2018, p. 203-249). Os autores deduziram que o processo de liberalização e consequente promoção da abertura para investimento estrangeiro direto no Iraque seria um processo benéfico para os propósitos dos EUA para o país. Mas, além disso, a ambição norte-americana para o Iraque ultrapassa suas fronteiras nacionais. Para os EUA, o Iraque seria um passo para o objetivo regional, de prevalência dos EUA no Oriente Médio, por meio de uma retórica de promoção da democracia e do livre mercado. Para tal propósito, sugerimos observar os aspectos legais que condicionam uma nova política externa iraquiana.

Para tanto, é preciso notar a alteração do paradigma autonomista da política externa iraquiana– de afastamento da disputa na ordem internacional bipolar da Guerra Fria e de uma postura regional de disputa geopolítica agressiva durante o governo Baath–, para um paradigma de aproximação com os EUA e de promoção dos valores liberais internacionais no Iraque pós-Baath.

Por quarenta anos o Iraque esteve sob administração do Partido Baath, majoritariamente comandado por Saddam Hussein – entre 1979 e 2003. Durante esse período, o paíscaracterizava-se pela retórica nacionalista e anti-imperialista. Entretanto, desde a ocupação pela CAP, em 2003, adotou-se uma postura de afastamento dapolítica internacional antecedente. Desde então, nota-se que o Iraque se esforça emexpandir sua atuação internacional sustentando uma retórica liberal de cooperação e preservação dos princípios democráticos. Contudo, quais foram os impactos dessas mudanças para o Iraque? Pretende-se aqui identificar e enquadrar a participação do Iraque no SI a partir de um balanço das quase duas décadas pós-Saddam e o papel norte-americano nesse processo. Identificaremos que, após 2003, o padrão de comportamento internacional norte-americano privilegia sustentar boas condições para permanência da elite política iraquiana pós-Saddam.

Sendo assim, três eixos orientam este tópico que encerra esta tese. Primeiramente, analisa a nova política externa iraquiana sobre as reformas no ministério das relações exteriores, sobre qual seria o papel regional do Iraque e sobre a renovada postura internacional iraquiana, superando o velho paradigma autonomista internacional construído

pelo governo Baath. Em segundo lugar, analisaremos a reforma econômica iraquiana em que prevaleceu um contínuo processo de liberalização, privatização e abertura dos mercados iraquianos para a inserção comercial estrangeira. E, por fim, analisaremos o eixo combativo durante e após a ocupação internacional. Referimo-nos aos movimentos insurgentes e como os EUA permanecerammilitarmente no Iraque justamente para conter o avanço desses movimentos e tentar mínima estabilidade para a manutenção da nova elite do poder iraquiana.

### 7.3.1 A nova política externa iraquiana

Durante o período de ocupação direta, a CAP e Washington determinaram a política externa do Iraque em todos os assuntos de importância. Documentos de viagem de oficiais iraquianos estavam claramente carimbados com suainsígnia e, em missões oficiais, era ela ou o representante de Washington que recebia o *status* de verdadeiros tomadores de decisão (ALLAWI, 2007, p.295).Dentro do processo de reconstrução, a CAP apontava especificamente paraa urgência de uma reforma ministerial de política externa que foi implementada pelo CGI, sob a liderança ministerial do curdo Hoshyar Zibari (KDP).

> Por mais de três décadas, a posição do Iraque na comunidade internacional tem sido corroída pela desastrosa política externa do antigo regime. A tirania de Saddam infringida ao povo iraquiano estendeu-se às relações internacionais do Iraque por meio de guerras catastróficas, um flagrante desrespeito pela lei internacional, apoio ao terrorismo internacional e à proliferação de armas de destruição em massa. No Oriente Médio, Saddam Hussein agitou a violência, intimidou os vizinhos do Iraque, fomentou a instabilidade regional e continuou a representar uma ameaça perigosa para o resto do mundo (CAP, 2004, p. 46, tradução nossa).

A visão geral apresentada pela CAP no seu documento oficial de balanço das realizações da Coalizão nos 14 meses de ocupação no Iraque atestava a necessidade de um MRE com “novas responsabilidades e desafios para superar esse legado de desconfiança e hostilidade” (CAP, 2004, p. 46, tradução nossa). O objetivo principal declarado seria reverter o antigo isolamento do país por meio de novas metas de política externa: 1) Proteger a segurança do Iraque, estabilizando o país e preservando sua integridade territorial; 2) Restaurar as relações bilaterais diplomáticas internacionais e envolver a comunidade internacional na reconstrução e desenvolvimento do país; 3) Reconstruir a economia e infraestrutura para elevar o padrão de vida do povo raquiano; 4) Reativar as missões diplomáticas do Iraque e promover os interesses iraquianos internacionalmente; 5) Reingressar e participar de todos os corpos multilaterais; 6) Reformar o MRE e suas atividades com base em novos valores e princípios; 7) Perseguir o caminho de democratização (CAP, 2004, p. 46). Tais metas revelam muito dos objetivos liberais esperados para o “novo”

Iraque. A reforma do MRE significava a reforma da face internacional da sua reconstrução. Rumava-se na direção oposta ao modelo baathista, particularmente nacionalista, em direção a um Estado aberto para oportunidades econômicas de outros Estados e corporações, e participativo no SI tanto em instituições regionais como globais.

Segundo a CAP, a primeira prioridade internacional declarada era estabilizar o Iraque e proteger suas fronteiras à medida que enfrentaria o terrorismo internacional que desestabilizava o processo democrático (CAP, 2004, p. 46). Sua visão em termos de segurança internacional procurava envolver os vizinhos na contenção da onda de terrorismo por meio de uma estreita cooperação, trabalhando em conjunto com os parceiros de coligação para proteger as nossas fronteiras externas e manter a estabilidade dentro do país. No fim da vigência da CAP, interpretava-se que estavam progredindo na construção de capacidades militares, policiais e de segurança, com a assistência, sobretudo, norte-americana, fornecendo programas de treinamento, para capacitação de segurança e defesa. Esse sistema de "ajuda militar" internacional permaneceu em atividade até 2011.

O ministro Zibari foi elogiado por Colin Powell em junho de 2004 por seus serviços prestados, estabelecendo relações pacíficas do Iraque com "nações amigas", em vigor imediatamente após a assunção de autoridade soberana pelo GII (TALMON, 2013, doc. 560). O termo "nações amigas" se referia precisamente aos EUA e aos demais países envolvidos no processo de reconstrução. Era a retomada formal das relações pacíficas e normais dos EUA com o Iraque, algo que não ocorria desde os anos 1980. Nesse mesmo contexto, concordava-se com a abertura da Embaixada dos EUA em Bagdá, escritórios em Basra, Kirkuk, Hilla e Mosul e com a nomeação de John Negroponte como embaixador no Iraque.

Sobre a participação iraquiana nos principais organismos internacionais, o país imediatamente aumentou sua representação internacional restabelecendo sua sede nos organismos multilaterais: Liga Árabe; AGONU; Organização da Conferência Islâmica; G77; Fundo Monetário Internacional; Movimento não alinhado; OPEP; Conferência Regional dos Países Vizinhos do Iraque; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*UNESCO*); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*UNCTAD*); Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

Especificamente na Liga Árabe, o Iraque foi membro-fundador do órgão, mas em 1980 se distanciou mediante o cenário de guerra com o Irã. Em setembro de 2003, uma delegação do MRE, liderada pelo ministro Zibari, recuperou a cadeira do Iraque na 120ª Sessão da Liga Árabe, no Cairo. Em março de 2004, Zibari também participou da reunião

preparatória do MRE da Liga, no Cairo, para a Cúpula Árabe de maio de 2004. Em março de 2004, o MRE pagou US $ 3,5 milhões em filiação à organização (CAP, 2004, p.47). A CAP afirmava que o Iraque estaria comprometido a defender a Carta da Liga Árabe e desempenhar papel vital em suas agências, enfatizando o fortalecimento das relações multilaterais amistosas e pacíficas nos domínios árabe e islâmico.

Ampliando a participação em organismos internacionais, a CAP ressaltava o papel vital da ONU no Iraque, que, supostamente, sempre foi bem recebida pelo povo iraquiano, em particular como compromisso com programas humanitários que forneceram uma salvação a milhões de iraquianos durante a prolongada crise do Iraque sob o antigo regime. Desde maio de 2003, três Resoluções do CSONU sobre o futuro do país (1483, 1500 e 1511), que fornecem um amplo mandato para o envolvimento da ONU nos campos político, econômico e administrativo, podem ser destacadas. A ONU teve um papel efetivo a desempenhar no Iraque em assuntos humanitários, capacitação e reforma democrática entre outras áreas, em parceria com a CAP, auxiliando nos processos políticos e eleitorais do país. Cabe mencionar que a Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (UNAMI) é a entidade representativa de ajuda humanitária da ONU no Iraque com atividades contínuas no país.

Em dezembro de 2003, o MRE iraquiano apresentou à AGONU o cronograma para a restauração da soberania do país, em conformidade com o Acordo sobre Processo Político, de 15 de novembro, assinado entre o CGI e a CAP em Bagdá. Em janeiro de 2004, o Iraque participou de reuniões tripartites na ONU entre o CGI, a CAP e a Secretaria da ONU para discutir o caminho do papel da ONU nos campos político, eleitoral e constitucional no território iraquiano. Em fevereiro de 2004, o Assessor Especial da ONU para o Iraque, Lakhdar Brahimi, e uma equipe eleitoral da ONU conduziram uma missão de investigação sobre a viabilidade de eleições no Iraque antes de 30 de junho de 2004. Em março de 2004 e em resposta a um pedido do CGI, uma equipe da ONU de especialistas eleitorais, chegou ao Iraque para a preparação de eleições diretas até o final de janeiro de 2005. O Secretário Geral da ONU também enviou uma equipe de funcionários, liderada por Lakhdar Brahimi, para ajudar na transferência de soberania em 30 de junho de 2004 (CAP, 2004, p.48).

Sobre as missões diplomáticas pós-Saddam, houve um esforço para restaurar as missões do Iraque no exterior desde que a proibição de abril de 2003 foi suspensa em todas as atividades diplomáticas e consulares. O Iraque desenvolveu representações diplomáticas em 35 países em todo o mundo, incluindo três missões permanentes junto àONU em Nova York, a Comissão das Nações Unidas sobre DH, em Genebra, e a Liga Árabe, no Cairo. A estratégia

para melhorar a representação diplomática no exterior foi uma das principais prioridades do MRE, a partir de: 1) nomeação de embaixadores, altos funcionários e diplomatas para missões no exterior; 2) retomada de operações abrangentes em missões internacionais para fornecer às comunidades locais iraquianas os serviços consulares necessários, incluindo serviços técnicos [308]; 3) provisão eficiente de informação e o estabelecimento de intercâmbios internacionais para promover os interesses iraquianos; 4) aumento das atividades diplomáticas do Iraque para contribuir para a reabilitação econômica internacional, promovendo o comércio e o investimento por meio de intercâmbio bilateral e cooperação por meio de organizações multilaterais (CAP, 2004, p.49).

Quanto às reformas no MRE, a CAP declarava que, sob o regime anterior, a reputação do ministério dos negócios estrangeiros foi degradada aos olhos dos iraquianos e da comunidade internacional. A instituição, suas missões e suas atividades foram abusadas para espionar e intimidar em violação deliberada da prática diplomática aceita internacionalmente, baseada em uma cultura de trabalho opressora e corrupta. Por outro lado, o pessoal do MRE estaria realizando treinamento diplomático no exterior por meio de programas de desenvolvimento profissional fornecidos pelos países anfitriões. Esses programas incluíam habilidades em idiomas e tecnologia da informação, treinamento diplomático em todos os campos e exposição a práticas diplomáticas internacionalmente aceitas. Durante o período de ocupação, 251 membros do ministério foram selecionados para ir a vinte países receber treinamento diplomático[309].

A transformação do Iraque afetaram as estruturas geopolíticas do Oriente Médio. Por um lado, passou a ser visto positivamente por uma parte da comunidade de Estados vizinhos, normalizando suas relações bilaterais. Por outro lado, gerou um clima de tensão e dúvidas sobre o futuro do equilíbrio de poder na região.

Na realidade, segundo Ali Allawi (2007, p. 296), os árabes se dividiram em três campos ao lidar com as opções pós-invasão no Iraque. No primeiro campo estava a Síria, impulsionada por temores sobre as intenções dos EUA, após o fim de um regime semelhante, embora rival, em Bagdá. O segundo campo incluiu os principais parceiros de "segurança" dos

---

308 Certificação, extensão de passaporte e fornecimento de documentos de viagem provisórios, emissão de visto e serviços de ligação locais.

309 Os países são: Paquistão, Polônia, República Tcheca, Índia, Jordânia, Coréia do Sul, Reino Unido, EUA, França, Alemanha, Romênia, Turquia, China, Espanha, Holanda, Egito, Malásia, Sudão, Áustria e Áustria. Suíça. Cerca de 60 funcionários já iniciaram seu treinamento no Paquistão, Polônia, República Tcheca, Índia, Jordânia, Coréia e Reino Unido, enquanto outros 35 funcionários retornaram do Paquistão, República Tcheca, Jordânia e Índia (CAP, 2004, p.49).

EUA na área: Egito, Jordânia, Emirados Árabes Unidos e Catar, países que investiram muito para consolidar uma relação privilegiada com os EUA e desenvolveram laços estreitos com a superpotência no âmbito militar. Por um lado, a dependência em graus variados do guarda-chuva de segurança dos EUA os obrigou a atenuar quaisquer dúvidas públicas que pudessem ter sobre a invasão. Por outro, eles tinham ansiedades reais sobre a direção da abordagem política pós-11 de setembro dos EUA no Oriente Médio. A retórica da promoção da democracia, que os EUA usavam cada vez mais no Oriente Médio, poderia abalar suas estruturas de poder a depender de como afetaria seus sistemas políticos. Em geral, a ocupação do Iraque foi impopular em todo o Oriente Médio. As sociedades locais simpatizavam com a "resistência", o epíteto universalmente aplicado pela mídia árabe à insurgência.

O terceiro campo foi a Arábia Saudita, Estado que se sentiu profundamente ameaçado pela invasão do Iraque, mas por razões diferentes da Síria. Os neoconservadores em Washington, que desempenharam um papel proeminente em fornecer a base ideológica para a invasão do Iraque, eram geralmente hostis à Arábia Saudita e à sua versão do Islã patrocinado pelo Estado. Os sauditas temiam a mudança no equilíbrio de poder no Iraque em favor dos xiitas islâmicos (maioria demográfica)e seus efeitos tanto no equilíbrio de poder regional quanto na própria minoria xiita da Arábia Saudita. Sobrepondo todos esses medos, os árabes, além da Síria, compartilhavam uma profunda preocupação de que a ascensão dos xiitas islâmicos (Dawa, SCIRI, Movimento Sadr) dentro do Iraque, supostamente aliados naturais, e para alguns vistos como fantoches do Irã, levaria à dominação iraniana. Evidentemente, a invasão e transformação do Iraque abalaram as estruturas de poder na região.

Na eminência da retirada da CAP, o novo MRE estaria em processo de reforma e modernização da sua organização, pessoal e atividades [310] .Dentre todos estes aspectos, nenhum era tão delicado quanto à recuperação econômica iraquiana, a qual, conforme a CAP, deveria estar de acordo com o processo de liberalização dos mercados iraquianos. Sendo assim, a reabilitação econômica implicava para CAP: "enfrentar o desafio de reconstruir uma economia que foi sistematicamente destruída por décadas de má administração, guerra e sanções internacionais sob o antigo regime" (CAP, 2004, p.50, tradução nossa).

---

[310] Destacamos aqui os princípios mais relevantes: 1) O desenvolvimento de processos de seleção e recrutamento transparentes de acordo com o programa de debaathificação; 2) Novos procedimentos padrão de recrutamento baseados no mérito, igualdade de oportunidades e critérios justos que ofereciam oportunidades a todos os setores da sociedade iraquiana, em particular às mulheres; 3) Avaliação de funcionários, avaliações de treinamento e avaliação de pessoal realizadas por meio de procedimentos abertos e padronizados; 4) Reaberturae reforma do Instituto de Serviços Estrangeiros, a fim de retomar a atividade normal de treinamento diplomático;, 5) Todo o pessoal do MRE deve possuir uma compreensão das questões de DH, princípios democráticos e o pré-requisito da imparcialidade política na função pública.

Para as potências internacionais, o Iraque é rico em recursos naturais, mas décadas de governo autoritário criaram uma população altamente dependente e uma infraestrutura dilapidada. Agora, e no futuro, o Iraque será uma das maiores oficinas do mundo e tem um enorme potencial como mercado regional. Porisso, alertavam para a necessidade de investimento da comunidade internacional para reconstruir a infraestrutura e desenvolver habilidades e tecnologia, de maneira que, seus vizinhos teriam um papel importante a desempenhar na promoção de nossa recuperação econômica, bem como as potências internacionais estariam incentivando ativamente o investimento estrangeiro e promovendo a cooperação comercial regional (CAP, 2004, p.50).

As sanções econômicas, que estavam em vigor há 12 anos sob o regime de Saddam Hussein, foram suspensas em novembro de 2003 e os recursos remanescentes do Programa Petróleo por Alimentos foram repassados para administração iraquiana através do Fundo de Desenvolvimento para o Iraque. A combinação desses fundos comcontribuições de doadores internacionais e recursos próprios do Iraque compunham a fórmula substancial para desenvolvimento sustentável, e o MRE estaria empenhado em incentivar a participação internacional por meio de organizações bilaterais de intercâmbio e multilaterais. Em novembro de 2003, o MRE participou da Conferência dos Doadores de Madri, na qual 73 países prometeram US $ 33 bilhões e consolidaram o apoio político internacional para a reconstrução do Iraque. O passo seguinte seria engajar um diálogo internacional para negociar soluções para a dívida do país e para tratar de pedidos de indenização (CAP, 2004, p.50).

Diante de tanto otimismo, a pergunta que se sucede é: será que os impactos materiais dessas mudanças estruturais estão de acordo com a visão declarada no documento oficial de balanço de atuação da CAP no Iraque? Separar essas informações declaradas pela CAP em 2004 dos eventos ocorridos no país nos últimos (quase) 20 anos seria ignorar os principais processos que qualificam-no como um país fragmentado, cujo processo de reconstrução até então não atingiu muitos dos principais propósitos declarados. Mesmo assim, vê-se os EUA presente e atuante no Iraque permanentemente. As tropas da força multinacional CJTF cumpriram sua saída do Iraque em 2011, porém a agenda norte-americana permaneceu. Os resultados positivos da transformação democrática e da liberalização econômica iraquiana não floresceram. No entanto, para o governo norte-americano existia um papel fundamental para o Iraque desempenhar no Oriente Médio, e esse papel não era propriamente servir de exemplo democrático de prosperidade, mas sim, conter a crescente influência iraniana na região, servir de espaço para o exercício contínuo da agenda de segurança internacional antiterrorista e

servir de espaço para a entrada crescente de capital e investimento estrangeiro. Esses propósitos não aparecem nos documentos da CAP, mas vão aparecendo paulatinamente nas agendas de política externa dos EUA para o Iraque nos anos que sucederam a ocupação.

### 7.3.2 A reforma econômica e as políticas de liberalização comercial[311]

O Artigo 25 da Constituição iraquiana de 2005 consolida a base liberal da estrutura econômica iraquiana pós-Saddam: "O Estado garantirá a reforma da economia iraquiana de acordo com os princípios econômicos modernos, a fim de assegurar o pleno investimento de seus recursos, a diversificação de suas fontes e o incentivo e desenvolvimento do setor privado." (IRAQUE, 2005, tradução nossa, grifo nosso). Isso firma um dos pilares mais fundamentais da reconstrução conduzida pelos EUA: o estabelecimento de uma estrutura econômica liberal que se afastasse de modelos econômicos nacionalistas e de rígido domínio estatal. É importante informar que, apesar de ignorado por parte da literatura, alguma liberalização econômica já ocorria sob a administração de Saddam Hussein. Ainda assim, antes da guerra o Estado iraquiano era o maior produtor de serviços e de bens, incluindo a indústria nacionalizada de petróleo (a base de todos os subsídios)[312] (ARATO, 2009, p.51).

A promoção de um modelo econômico liberal intenso [313] foi cuidadosamente arquitetada a partir de medidas regulamentares provisórias durante os meses de atuação da CAP, com o objetivo de incorporação permanente. Assegurar essa reforma econômica contínua em direção à liberalização era uma preocupação norte-americana. Não à toa, um dos primeiros discursos públicos de Paul Bremer, em 26 de maio de 2003, declarava que o "Iraque estava aberto para negócios" (*apud* PARKER, MOORE, 2007). Desde o início das operações da CAP, a incorporação da elite iraquiana era fundamental para implementar a reforma econômica: "enquanto a recuperação econômica completa levará anos, o programa de reforma econômica oferece uma esperança para um futuro de liberdade e prosperidade que trabalharemos diligentemente com o CGI." (BREMER *apud* TAMON, 2013, doc. 201,

---

[311] Este tópico foi construído parcialmente tendo como base a pesquisa desenvolvida no capítulo 5 da dissertação de mestrado do autor desta tese. Ver: AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Ocupação e Reconstrução do Iraque: a atuação da Coalizão de Autoridade Provisória (2003-2004). (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), 2017.

[312] Uma análise acurada nesse sentido pode ser lida em Marr, *The Modern History of Iraq*, 2012, pp.162–168; Chandrasekaran, *Imperial Life in the Emerald City*, 2010, pp.110–111.

[313] Alguns utilizarão o termo "Terapia de Choque" para qualificar a transformação econômica imputada ao Iraque a partir de 2003, como é o caso da jornalista Naomi Klein (2008).

tradução nossa). A condução de iniciativas liberais econômicas estava evidente no estabelecimento das funções e autoridades do CGI (TAMON, 2013, doc. 204).

Na verdade, o argumento da implementação de um Estado neoliberal no Iraque é comum entre os analistas da reconstrução do país em 2003 (HARVEY, 2005; DORAN, 2012; HERRING 2008, HERRING, RANGWALA, 2006; PARKER, MOORE, 2007; KLEIN, 2008; HALPERIN, 2011, MUTTIT, 2012, NEOCLEUS 2014, entre outros). Mediante isso, o principal argumento que desenvolvemos em 2017 é que possivelmente os EUA e seus atores corporativos da sociedade civil obtiveram benefícios econômicos imediatos a partir da ocupação do Iraque em 2003 (AMARAL, 2017).

Nesse sentido, identificamos duas fontes econômicas diretas para o setor privado dos EUA. Uma, advinda dos contratos estabelecidos para a reconstrução do Iraque, em que a CAP contratava empresas para execução de serviços como segurança privada, construção civil, logística, consultorias, entre outros. Muitos desses contratos foram posteriormente continuados após a ocupação. Esse fenômeno constata que a reconstrução é um mercado lucrativo para as corporações que prestam serviços a partir de contratos do Estado. E outra, advinda das reformas que seguiram um caminho de liberalização econômica do Iraque, com isso,houve a inserção de empresas privadas internacionais em diversos setores da economia iraquiana, dando particular destaque ao setor do petróleo e agrícola. Essa segunda é consequência direta da constitucionalização que visa o investimento direto estrangeiro e a privatização de empresas públicas.Previa se tornar uma base da nova economia iraquiana. Além disso, identificamos fontes indiretas que podem ser observadas pela lógica liberal concernentes ao "mercado da ajuda humanitária"[314](AMARAL, 2017, p.130-172).

Esse processo seguiu adiante a partir de transformações legais que incorporavam os princípios econômicos liberais. Portanto,apontaremos algumas das regulamentações e ordens implementadas pela CAPe quedepois foram absorvidas parcialmente na Constituição de 2005.

---

314 Das fontes econômicas positivas mencionadas, o conceito de "mercado de ajuda humanitária" exige uma explicação. "Lida com as dimensões econômicas e de economia política das crises e respostas humanitárias. Centra-se na (re)distribuição de poder, riqueza, renda e miséria em cenários específicos de crise histórica e institucional. A economia humanitária está, portanto, preocupada com a economia e a dinâmica da economia política das crises humanitárias decorrentes da guerra e dos riscos naturais. Partindo de trabalhos anteriores em que desastre, guerra e ajuda externa tendem a permanecer campos de estudo separados, considero a resposta humanitária não como uma reação exógena a choques adversos, mas como parte integrante das crises humanitárias, profundamente enraizadas nas economias de desastres e guerra de hoje." (CARBONNIER, 2015, p.4) Para um aprofundamento deste conceito recomendamos a leitura de Gilles Carbonnier, Humanitarian Economics: War, Disaster and the Global Aid Market, Oxford: Oxford University Press. 2015

A primeira manifestação legal de regulamentação liberalizante da economia iraquiana foi em 7 de junho de 2003. A CAP, em nota pública sobre a Política de Liberalização Comercial do Iraque (Ordem n°12), informava a suspensão das tarifas e outras restrições no Iraque até o fim daquele ano. Dessa forma, definia-se que a CAP não coletaria os impostos e as taxas para mercadorias que entram por portas iraquianas e saem delas até dezembro de 2003[315] (TALMON, 2013, doc. 28). Significava que mais produtos inundariam o país em um momento em que os iraquianos estavam em incerteza financeira. Este é um ponto importante, considerando as Ordens destinadas a privatizar empresas públicas (NOURI, 2021, p.152).

Posteriormente, a Ordem n° 17 sobre o *status* do estatuto da CAP, Missões de Ligação Estrangeira, seus funcionários e empreiteiros (TALMON, 2013, doc. 37) deu impunidade para empreiteiros privados e tornou impossível para qualquer tribunal iraquiano responsabilizá-los por atos realizados sob instruções do seu contrato ou subcontratos (NOURI, 2021, p.155). Era uma medida que respaldava qualquer tipo de ação por parte dos contratantes para trabalhar na reconstrução. Essa Ordem afetava especialmente o setor de trabalho das empresas militares privadas de segurança (EMPS),o qual vivia um limbo jurídico no período da ocupação.

Em 19 de setembro de 2003, seis Ordens foram assinadas por Paul Bremer, dentre as quais quatro se destacam pelo caráter neoliberal de suas agendas: Ordem nº 37, sobre a estratégia de impostos de 2003; Ordem nº 38, sobre o reajuste dasordens da CAP que suspendiam impostose taxasem direção a uma taxa geral conhecida como Taxa de Reconstrução, ou *Reconstruction Levy*; Ordem nº 39, sobre as regulações para o investimento estrangeiro no Iraque,e 40, sobre a lei bancária que entraria em vigência. Essas Ordens incluíam a privatização das empresas públicas, o pleno direito de propriedade de empresas estrangeiras de negócios iraquianos, o repatriamento completo dos lucros estrangeiros, o *Flat Tax*[316], a abertura dos bancos do Iraque ao controle estrangeiro, "tratamento nacional" às empresas estrangeiras e a eliminação de barreiras comerciais (AMARAL, 2017, p.133).

Particularmente a Ordem nº 39, sobre o investimento estrangeiro, abria as portas da economia iraquiana para as corporações internacionais. Já em dezembro de 2003, uma nova regulamentação, a Ordem nº 42, instruía ao ministério do comércio a emitir regulamentos em

---

[315] Exceto com relação às mercadorias enumeradas na Ordem e Ato Implementar número 12, seção 2, alguns bens manufaturados (veículos, ferro, cobre etc.), alguns alimentos (açúcar, chá, arroz etc.), alguns animais (cabras, vacas, ovelhas etc.), entre outros produtos.

[316] É um sistema tributário com uma taxa marginal constante, geralmente aplicada ao rendimento individual ou empresarial, porém no Iraque ocupado isso seria aplicado a todos os seus insumos (AMARAL, 2017, p.133).

consulta direta com a CAP para implementar a Ordem nº 39 de maneira permanente, isso em coordenação com o Ministério das finanças e do planejamento (NOURI, 2021, p.153).

Dando continuidade às facilidades de entrada de corporações estrangeiras, a Ordem nº 49, que entrou em vigor em fevereiro de 2004, se referia ao plano estratégico dos impostos iraquianos para o comércio; era uma renovação da Ordem nº 37. Portanto, revisava as alíquotas e as isenções fiscais da Lei de Imposto de Renda nº 113, de 1982, e a Lei do Imposto de Renda de Imóveis, nº 162, de 1959, para prover isenções adicionais de tributos, promulgando o aumento de subsídios e reduzindo as taxas de impostos às empresas, sem discriminar empresas estrangeiras das nacionais. Ainda estabelecia isenções fiscais para quaisquer funcionários ou contratados estrangeiros pela CAP (AMARAL, 2017, p.133).

No que se refere aos contratos concedidos a empresas estrangeiras, durante a ocupação, o orçamento para a reconstrução do Iraque veio de três alocações separadas: US$ 38 bilhões do Congresso dos EUA, US$ 15 bilhões de outros paísese US$ 23 bilhões do Fundo de Desenvolvimento para o Iraque (FDI)[317] administrado pela ONU, que foi financiado pelas receitas do petróleo do país. A reconstrução era uma oportunidade para as empresas que podiam prestar serviços e lucrar com os recursos providos. O primeiro grande contrato foi para a empresa da qual o vice-presidente dos EUA, Dick Cheney, foi ex-CEO, a Halliburton (setor de energia), e cujas subsidiárias, Kellogg Brown e Root, Boots and Coots International Well Control Inc. e Wild Well Inc., receberam US$ 489,3 milhões pela CAP em 2003 (AMARAL, 2017, p.143; NOURI, 2021, p.164). A Bechtel (setor de construção civil), cujos membros do conselho tinham laços estreitos com o governo Bush, recebeu US$ 2,3 bilhões em fundos de reconstrução iraquianos e dinheiro dos contribuintes dos EUA, a segunda maior quantia destinada a corporações americanas atrás da Halliburton (NOURI, 2021, p.165). Até mesmo a reforma no sistema educacional do Iraque foi aproveitada. Para o processo de criação da educação iraquianado zero, a *Creative Associates*, com sede em Washington, recebeu um contrato de dois anos em 2003, no valor de mais de US$ 100 milhões. No total, 60 EMSP atuaram no Iraque envolvendo mais de 20 mil funcionários ativos no país. Ela

317 O FDI foi criado imediatamente à ocupação para executar o plano de reconstrução do Iraque que, conforme a Regulação Número 2 da CAP, deveria ser utilizado para "satisfazer as necessidades humanitárias do povo iraquiano, para a reconstrução econômica e reparação das infraestruturas do Iraque, para o desarmamento continuado do Iraque e para os custos da administração civil iraquiana e para outros fins que beneficiem as populações do Iraque. Portanto, utilizaria esse fundo para bancar a reconstrução do país, e monitoraria o uso do recurso por meio da *International Advisory and Monitoring Board* (IAMB)" (AMARAL, 2017, p.55).

contratou diretamente apenas oito[318] totalizando cerca de US$ 147 milhões: US$ 81,3 milhões em subsídio e US$ 65,5 milhões em recursos do FDI. Esses são apenas alguns exemplos de como os contratos para prestação de serviços em direção à reconstrução do Estado foram benéficos para as corporações internacionais.

Os contratos para reconstrução continuaram a ser estabelecidos mesmo após o término da administração da CAP. Aqui nesta tese, entendemos que há um esforço positivo por parte da nova elite do poder iraquiana a fim de manter a liberalização econômica do país.

A maior restrição (e parcial) da elite antisaddamista era quanto ao processo de privatização completa. O discurso do CGI era de cautela, pedindo a suspensão dos planos ou atividades de privatização de empresas e instituições estatais (TALMON, 2013, doc.352). No setor petrolífero, por exemplo, a privatização foi inviável. Era uma questão sensível para a economia iraquiana dependente do setor para a composição da sua balança comercial positiva. Por isso, o processo se deu por meio da participação secundária de corporações internacionais e mercados estrangeiros, somada aos contratos firmados com corporações para reestruturar as bases de extração e refinamento. Portanto, como um mecanismo de terceirização de determinados serviços dentro do setor petrolífero, se viabilizou o acesso às fontes de petróleo no país (AMARAL, 2017, p.148). Por outro lado, a indústria aérea seria uma das primeiras instituições públicas a ser privatizada por completo (NOURI, 2021, p.159).

Outro setor impactado com a privatização foi a indústria agrícola. A Ordem nº 81 (TALMON, 2013, doc.105), que abrange as patentes, incluindo "variedades de plantas protegidas" exige uma "transição de uma economia planificada sem transparência para uma economia de mercado livre", expressa esse impulso (COOK, 2005). O plano agrícola para o Iraque incluiu a privatização de empresas estatais de alimentos, a eliminação progressiva dos subsídios agrícolas, a elevação dos preços dos alimentos e a introdução de sementes geneticamente alteradas, patenteadas e não reutilizáveis – todos em congruência com a estratégia neoliberal para abrir e desregulamentar o Iraque (COOK, 2005; AMARAL, 2017, p. 152). No total, Bamo Nouri (2021, p.154) contou a privatização de ao menos 200 empresas estatais. Ainda que houvesse alguma reticência sobre a privatização, ela fica explicita na não privatização completa do setor petrolífero; ela foi parcialmente bem encaminhada após 2003.

Agora, sobre à abertura da economia iraquiana, receber investimento estrangeiro direto, incentivar o empreendedorismo, ou seja, políticas liberais de economia, a nova elite iraquiana

---

318 Dentre elas, a *DynCorp*, a *VinnelCorp*, a *Global Risk SecurityCo*., a *BlackwaterSecurityConsultingLLC*, entre outras. Para um detalhamento, ver Amaral, 2017 p.134-140.

era majoritariamente favorável. Tanto que a incorporação desses princípios não foi tema de grandes embates no estabelecimento ou manutenção de boa parte das "regras econômicas" construídas pela CAP. Conforme apontamos, o Artigo 25 da Constituição de 2005 garantia a continuidade da reforma econômica liberal assegurando o pleno investimento de seus recursos, a diversificação de suas fontes e o incentivo e desenvolvimento do setor privado. Isso evidencia a permanência do paradigma econômico liberal como base edificante da reforma econômica, objetivo evidente da reconstrução conduzida pelos EUA[319].

### 7.3.3 Insurgências e as reações sociais iraquianas ao "novo Iraque": perspectivas contra-hegemônicas e o estabelecimento de bases militares norte-americanas permanentes.

Neste tópico final analisaremos um aspecto constante no Iraque desde a derrubada do regime Baath: a eclosão de movimentos contrários ao processo de reconstrução do país,à maneira como estava sendo conduzida. Esses movimentos não foram homogêneos, tinham características e formas de organização diferentes. Mas eles revelam dois elementos fundamentais dentro da lógica da nossa tese: 1) Enquanto há a consolidação de uma nova forma de poder, com novos atores governantes, há movimentações contra-hegemônicas. No caso iraquiano, algumas das movimentações adquiriram o caráter de insurgência armada; 2) Exatamente a existência de movimentos insurgentes fez com que a ocupação militar norte-americana se prolongasse, garantindo uma permanência física (exércitos e bases militares) dos EUA no Iraque, mesmo após a saída formal da CAP, em julho de 2004.Ambos os aspectos nos permitem compreender, de um lado, a reação da sociedade iraquiana mediante às imputações transformativas vindas dos EUA e confirmadas pela nova elite governante. Por outro lado, nos auxilia responder como os EUA permaneceram no Iraque após o período de ocupação da CAP, particularmente observada com a presença militar.

Um olhar exclusivamente pelos critérios técnicos e legais da ocupação indicaria uma passagem limpa da CAP para o GII e, em seguida, para o governo permanente a partir da Constituição de 2005; dentro do quadro institucional pensado desde o estabelecimento da ocupação. No entanto, se considerarmos os aspectos sociais do Iraque pós-2003, percebe-se que a sociedade iraquiana não estava satisfeita com a forma como a transição de poder estava se conflagrando com a constituição do GII. Na verdade, todo processo desde a derrubada do exército de Saddam Hussein foi violento. Se no âmbito político-legal o desenho do "novo

---

319 Essa permanência não significa sucesso. Não é nosso propósito fazer uma avaliação da qualidade dessa reforma econômica, masindicar que ela foi apoiada e encaminhada pela nova elite do poder no Iraque.

Iraque" caminhava conforme o plano liberal, a realidade nas ruas iraquianas era bem diferente. As soluções emergenciais e humanitárias das forças ocupantes não eram suficientes para suprir as necessidades básicas dos quase 25 milhões de iraquianos.

Em um cenário de crise social generalizada, emergiu no Iraque fortes movimentos insurgentes que reagiram ao menos a um desses fenômenos: 1) derrubada indevida do regime Baath, portanto, insurgentes que identificavam que o governo legítimo iraquiano era aquele conduzido por Saddam Hussein; 2) a ocupação estrangeira e a reconstrução da forma como estava sendo conduzida, sem qualquer participação popular das massas iraquianas; 3) a crise social consequente da derrubada do regime Baath; este último fator conectado à falta de condições sociais mínimas para uma vida estável. Os fatores não são complementares, mas levaram à mobilização violenta de parte a sociedade contra essa nova estrutura de Estado.

Após o colapso da resistência militar regular em Bagdá e a queda do regime de Saddam em abrilde 2003, graves distúrbios se iniciaram em várias áreas do Iraque. Isso incluiu saques em palácios, ministérios e instituições públicas em Bagdá e no resto do Iraque; pilhagem de instituições e estabelecimentos culturais e educacionais, como universidades e museus em todo o Iraque; pilhagem de estabelecimentos médicos, como hospitais, que levaram ao colapso da infraestrutura de saúde do país; Caos e revolta em Najaf, que resultou no assassinato de Al Sayyid Abdul Majid al-Khoei e ameaças contra outras autoridades religiosas; uma situação caótica em Kirkuk, como resultado da chegada dos curdos peshmerga, que despertou a sensibilidade dos árabes e turcomenos econfrontos armados entre iraquianos em várias regiões do Iraque, incluindo incidentes em que cidadãos defendiam seus bens de gangues de ladrões. Esse caos violento em todas as partes do Iraque resultou na destruição em larga escala de propriedades públicas, palácios presidenciais, ministérios e outros prédios e estabelecimentos públicos; perda maciça de documentos e provas oficiais sobre os crimes do regime que estavam guardados em escritórios de segurança e inteligência militare perda considerável de tesouros históricos de museus e de bens valiosos de palácios (ALBAYATI, 2011, p.189). Isso significa que concomitante à guerra iniciada pelos EUA contra o regime Baath, iniciaram-se movimentações civis violentas.

A insurgência começou em abril de 2003 com a eclosão da violência da população árabe sunita, conhecida como o "Triângulo Sunita", uma área delimitada pelas cidades de Bagdá, Ramadi e Fallujah, no coração do Iraque (HASHIM, 2007, p.148). A expectativa norte-americana é que, provavelmente, tratava-se de indivíduos que se opuseram imediatamente à derrubada do Partido Baath e à dominação estrangeira.Podemos enquadrá-los

como leais ao regime político baathista. No entanto, dentro de um curto espaço de tempo, Moqtada al-Sadr e seu movimento se tornaram o rosto do inimigo, bem antes de a CAP identificar a existência de uma insurgência liderada por árabes sunitas que tinha pouca conexão com os sadristas (ALLAWI, 2007, p.167). O exército Mahdi, milícia armada do movimento, liderado por Al-Sadr, conduziu inúmeras operações insurgentes em Najaf, Kufah e Sadr City. Não se tratava apenas de fiéis do baathismo reagindo à ocupação estrangeira, mas de um movimento mais largo que transcendia as fronteiras étnicas entre árabes sunitas e xiitas. Os grupos insurgentes no Iraque eram diversos e representavam distintos interesses. Duas constelações principais de grupos insurgentes eram monitoradas pela CIA, em 2003 e 2004. A primeira,agrupada em torno das operações da afiliada da Al-Qaeda no Iraque[320], e a segunda, mais diversificada e predominantemente iraquiana [321](ALLAWI, 2007, p.179).

Percebe-se um esforço por parte da CIA em dar destaque para as conexões com a Al-Qaeda, pois foi sob o argumento de existência de núcleos desse grupo no Iraque que se justificou a intervenção de início para a comunidade internacional. Na prática, o segundo conglomerado elencado era mais robusto e mais representativo, conectado ao caráter de proteção do Iraque, do direito à autodeterminação e da acusação de presença estrangeira ilegal. Portanto, a ação insurgente destes diferentes corpos políticos é distinta, mas representa um sentimento em comum, de oposição à ocupação. Segundo o *Iraqi Body Count*, entre abril de 2003 e junho de 2004, período de vigência da CAP no Iraque, calcula-se a morte de pelo menos 17.297 civis iraquianos em conflitos contra a ocupação[322].

No entanto os movimentos insurgentes não cessaram quando a CAP passou “o bastão” de poder para o GII. Isso, porque as discussões ideológicas entre partidos de oposição se engajaram antes de 2003, ocorreram necessariamente sem a participação da grande maioria da população iraquiana, que nem sabia do que estava sendo discutido (AL-ALI, 2014, p.50).Aquela nova elite governante, composta principalmente pelas lideranças KDP, PUK, SCIRI, Dawa, INA e INC, eram entendidas pela sociedade iraquiana como autoridades não-legítimas no país. A evidência disso foram os inúmeros casos de protestos, ações insurgentes, levantes e outras movimentações contra-hegemônicas, presentes no Iraque desde então.

---

320 Compreendendo a Al-Qaeda e grupos com nomes como *Jaysh Ahl-ul-Sunna* (O Exército do Povo da Sunna) e *Jaysh al-Taifa al-Mansoura* (O Exército do Partido Vitorioso). Mais tarde, eles seriam formalmente organizados sob a rubrica de *Majlis Shoura al-Mujahideen* (Conselho Consultivo dos Mujahideen).

321 Incluiu mais de dez grupos operando em várias partes do centro e norte do Iraque. Os mais proeminentes foram o *Jaysh al-Islami al-Iraqi* (O Exército Islâmico do Iraque), *Jaysh 'Umar* (O Exército de Omar), *Jaysh Muhammad* (O Exército de Muhammad) e *Kataib Thawrat al-'Ishrin* (Os Batalhões do Revolta de 1920).

322 Dado disponível em: <https://www.iraqbodycount.org/database/> acesso em 02/03/2022.

Quando Ayad Allawi assumiu o cargo de PM do GII, teve que criar estratégias para lidar com as contínuas insurgências.Então declarou publicamente a intenção do governo provisório de conceder anistia aos insurgentes, incluindo Moqtada al-Sadr. Os grupos aparentemente incluíam oficiais superiores da Guarda Republicana Especial baathista, partidários convictos de Saddam Hussein e islâmicos radicais. A expectativa era que essas reuniões tivessem um efeito benéfico na medida em que separaram os insurgentes "nacionalistas" dos terroristas estrangeiros, como os afiliados da Al-Qaeda no Iraque. Essas reuniões foram realizadas com o pleno conhecimento das agências de inteligência ocidentais no Iraque, enquanto exploravam formas de reduzir a virulência e a disseminação da insurgência (ALLAWI, 2007, p.290). Porém, a crescente insurgência era incessante.

Os dados das autoridades dos EUA afirmavam que as forças insurgentes totais no Iraque estimavam em 5 milno período da CAP no Iraque. Em outubro de 2004, já com o GII, eles aumentaram suas estimativas para uma faixa de 12 a 16 mil, mas um número preciso daqueles engajados plenamente na luta, ou apenas simpatizantes, era incerto (CORDESMAN, 2006, p.4). Duas observações devem ser feitas acerca desse número estimado. Primeiramente, ele é incompatível com o número de mortes civis calculado nesse período em contextos de embate civil com as autoridades oficiais. Ainda que haja mortes civis por efeito colateral da guerra, os números são bastante descompassados. Em segundo lugar, independentemente da exatidão do número de insurgentes, sabia-se que as reações contra a reconstrução do Iraque da maneira como estava sendo realizada, estava crescendo. Tanto que há um salto no número de civis mortos do período da CAP para o período de governabilidade do GII e do GTI. Ali, calcula-se a morte de ao menos 30.972 civis iraquianos em confronto com as autoridades governativas interinas e de transição[323]. Mesmo com o estabelecimento da nova Constituição em 2005 e a realização de eleições, a insurgência no Iraque permaneceu crescente.

O caráter insurgente no Iraque piorou à medida que um novo elemento ganhou forma: embates entre grupos insurgentes rivais. As várias milícias dentro do Iraque recusaram-se a dissolver-se, mesmo com as iniciativas inclusivas dos governos provisórios. Seus respectivos apoiadores citam a falta de segurança no país e argumentam que as milícias podem contribuir para a instauração da lei e da ordem. Os vários partidos mantiveram suas milícias em reserva para o caso de ocorrer um conflito civil sério. As milícias ampliam as brechas políticas entre as comunidades, promoveram confrontos e aceleraram o deslizamento para a guerra civil. Em 2004 houve poucos confrontos entre milícias comunais rivais, mas aumentaram em número e

323 Idem.

intensidade em 2005 e em 2006 (HASHIM, 2007, p.159). No auge da dos movimentos insurgentes, entre 2006 e 2007, calcula-se que morreram cerca de 55.638 civis[324]. Não é nosso objetivo aqui alongar a discussão sobre os movimentos contra-hegemônicos no Iraque, mas apontar que este foi um fator agressivo que demonstrou ao mesmo tempo a insatisfação com o "novo Iraque" e a crescente instabilidade no país.

Não à toa, enquanto os movimentos contra-hegemônicos ascendiam violentamente por via de ações insurgentes, as organizações multinacionais de defesa, lideradas pelos EUA, elaboravam centenas de operações militares de contrainsurgência executadas em todo território iraquiano. Inicialmente pela CJTF-7e posteriormente pela MNF-I que operou no país até 2011, demarcando uma presença internacional militar contínua.

Algumas expressões da presença militar podem ser observadas se analisada a quantidade de bases militares com operações norte-americanas no Iraque desde 2004. No auge da presença militar norte-americana, por volta de 2007, os EUA tiveram mais de 500 bases militares em atividade. A maioria delas operavam sob o designo de base operacional avançada (FOB)[325]servindo de bases militares temporárias no Iraque[326]. O encerramento oficial das atividades militares dos EUA no país foi marcado em 2011. Porém, outras atividades militares foram ativadas nos anos posteriores sob a égide das atividades contraterroristas e contrainsurgentes no Iraque. Talvez a mais notória delas, a de combate ao ISIS, sob solicitação do governo iraquiano em 2015.

Nesse sentido, observamos a influência na construção e manutenção de novos princípios de política externa, a transformação liberalizante da estrutura econômica e a presença militar constante. Esses legados imediatos revelam que os EUA permaneceram em múltiplos níveis no Iraque pós-Saddam. Obviamente, essa permanência não significa estabilidade; os fenômenos do Iraque contemporâneo ainda revelam-no um Estado em crise e fragmentado socialmente.

## 7.4 Conclusões Parciais: Consolidação da "permanência" dos EUA no Iraque?

---

324 Idem

325 Uma das mais conhecidas era a de Abu Ghraib, uma das primeiras FOB dos EUA no Iraque que foi espaço de investigação internacional sobre a perpetração de crimes contra humanidade com a prática de tortura de civis iraquianos acusados indevidamente de terrorismo.

326 Dados disponíveis em: <https://www.aljazeera.com/economy/2011/12/22/infographic-us-ends-iraq-war-chapter> acesso em 02/03/2022.

Estes três aspectos finais: a reforma das práticas de política externa do Iraque no SI, particularmente no seu entorno regional mediante aos valores liberais internacionais; a reconstrução da estrutura econômica do país em direção aos princípios de mercado aberto; e o estabelecimento militar permanente de forças norte-americanas no Iraque, evidenciam a validade do nosso argumento sobre a "permanência" dos EUA após a ocupação formal.

Caso entendamos o conceito de hegemonia como uma equação cujas variáveis somatórias sejam "força" e "consenso", podemos afirmar que, no primeiro aspecto, o projeto hegemônico norte-americano no Iraque contou com um eficiente corpo prático de dominação coercitiva. Com uma rápida vitória militar e uma estrutura de administração política, reconhecida internacionalmente como adequadas e legítimas para dirigir e controlar as conduções políticas da reconstrução do Estado iraquiano, os EUA conduziram transformações intensas no território e conseguiram no âmbito legal transformar não apenas a elite dirigente no Iraque, como também alteraram as bases do regime político. Isso conflagra uma conquista sob o aspecto de controle do aparelho de Estado, fundamento básico para ação hegemônica.

No entanto, no que se refere ao o "consenso", nossa conclusão é mais complexa. Podemos dividi-la em dois níveis de análise: o primeiro, do planejamento pré-invasão e durante a reconstrução, e o outro, do estado das coisas na sociedade iraquiana, as massas, o *grande número* iraquiano, que não participa diretamente no processo político, mas cujo reconhecimento se faz fundamental para o sucesso hegemônico. No âmbito do planejamento, o uso da tática de incorporação parcial das elites locais como mecanismo de intervenção funcionou como um excelente procedimento para a conquista da legitimidade da ação transformativa da CAP no Iraque. Realmente, desde o início da constatação de "vontade e necessidade" de transformação do Iraque de Saddam Hussein nos anos 1990, os EUA reconhecem um corpo político no país benevolente às ambições democráticas e de remoção de Saddam Hussein. Na ocupação, a partir de 2003, tanto o CGI, quando as demais adequações institucionais que incluíam esses iraquianos privilegiados no processo decisório, buscava-se "incluí-los" em toda e qualquer mudança estrutural posta no país. No entanto, ao elevarmos a análise para o âmbito civil iraquiano a consequência foi diferente. Revoltas, insurgências e protestos civis acompanharam todo o processo de ocupação e reconstrução do Iraque desde o seu princípio. Portanto, esse aspecto "consensual" fundamental para a consolidação hegemônica pode ser compreendida como incompleta, visto que a nova concepção de mundo promovida pelos norte-americanos foi confrontada por uma parcela da sociedade iraquiana.

Ainda assim, vale considerar que, no âmbito das estruturas formais de poder, há uma vitória parcial dos norte-americanos no Iraque. A assinatura do *Strategic Framework Agreement (SFA)* e o *Security Agreement* (SA) na passagem do bastão presidencial de George W. Bush a Barack Obama tem um significado importante. Demonstra que, no que se referem às lideranças políticas Iraquianas, os EUA conseguiram transformar o Iraque em um aliado internacional. O SFA cobre o relacionamento geral político, econômico e de segurança entre os países, enquanto o SA – ou Acordo de Status das Forças (SOFA) – implementa o relacionamento de segurança. Nas palavras dos próprios norte-americanos "Ambos os acordos protegem o interesse dos EUA no Iraque" (USA, 2008).

Cabem aqui duas perguntas finais: a que custo? E por quanto tempo?Sobre a primeira pergunta, sabemos hoje, no início da terceira década do século XXI que os investimentos norte-americanos para manter o Iraque na sua esfera de influência não são pequenos. Já vimos que se calculam quase US$ 3 trilhões em investimentos públicos para garantir a estrutura do paísda forma como está em atividades militares e de ajuda internacional norte-americana. Que é um alto investimento, é inegável, mas esse custo compensa? Não faremos aqui uma avaliação sobre isso, afinal não é nosso objetivo qualificar os alcances e resultados políticos dos EUA no Iraque. Cabe indicar apenas que é uma discussão política árdua e polêmica nas altas rodas políticas norte-americanas, que envolvem interesses públicos (gastos, capital humano etc.) e privados (corporações e investidores que se inseriram no país apartir da liberalização econômica e ONGs envolvidas diretamente com a promoção de boas práticas de governança no país desde 2003).

Sobre a segunda pergunta, também não é o propósito desta pesquisa fazer qualquer projeção de cenário político internacional; o que podemos afirmar é que todo e qualquer processo hegemônico é sujeito da história. Não há qualquer império, Estado, ou organização social política que não estevefadada àsuperação hegemônica em algum momento. No caso dos EUA no Iraque, é possível interpretar que nunca houve consenso sobre o modelo político trazido pelas forças de ocupação ao Iraque pós-baathista, justamente, pois uma boa parte da sociedade iraquiana não entende que a concepção de mundo dos EUA seja adequada. E mais que isso, outros atores já superaram os EUA no que se refere aos princípios ideológicos e morais mais adequados no país. Não é possível ignorar o papel histórico do Irã, grande vizinho iraquiano, cuja influência afeta uma parte relevante da sociedade iraquiana, sobretudo aquela que acredita que o modelo de sociedade refletida por uma ordem governativa de islã político seja mais adequado.

Para além desta breve reflexão, neste capítulo trouxemos luz e materialidade empírica ao processo legal que colocou de fato a elite iraquiana anti-baathista no poder. Aqui o Iraque de Saddam Hussein já não existe mais, o país passa pelas transições postas pela CAP e reconhecidas pela nova elite política iraquiana. No entanto, essa elite não entra de imediato no poder. Durante os 14 meses de ocupação, ela desempenha um papel de conselho, o qual acompanha e aprova as diretrizes postas pelas lideranças da CAP. Nesse sentido, recuperamos os documentos da CAP, do CGI e da comissão de elaboração da Constituição de 2005 (TALMON, 2013) para compreender os meandros legais por detrás da nova estrutura política iraquiana; como ela excluiu todo e qualquer resquício pessoal de partidários baathistas e empurrou novos políticos no poder. A partir de então, notamos que muitos dos principais políticos de cargos executivos eram parte dos grupos anti-saddamistas apoiados pelos EUA nos anos 1990. Será com o (GII) (2004) e posteriormente com a aprovação da Constituição de 2005 que essas figuras finalmente ascendem ao poder de forma estável e constitucional.

Analisando os mecanismos de intrusão dos EUA (mediante os critérios do capítulo 4) no Iraque a partir da invasão elaboramos a Tabela 6:

**Tabela 6. Ações intrusivas dos EUA no Iraque a partir de 2003.**

| Tipo de ação intrusiva | Categoria | Nível de intrusão | Descrição | Data |
|---|---|---|---|---|
| Intervenção | Intervenção militar/ derrubada de governo (Operação *Iraq Freedom)* | Alto | Invasão militar lideradapelos EUA no Iraque para derrubar o governo baathista de Saddam Hussein. | 2003 |
| Intervenção | Ocupação | Alto | Reconstrução do Iraque pela CAP sob a liderança dos EUA. | Maio de 2003 ajunho de 2004 |
| Intervenção | Operações militares contrainsurgência | Alto | Centenas de operações militares de contrainsurgências foram executadas em todo território iraquiano pela *Combined Joint Task Force 7* (2003-2004), foi substituída pela *Multi-National Force – Iraq (MNF–I)* que operou até 2011. Tais organizações militares foram lideradas pelos militares norte-americanos. | 2003-2011 |
| Intervenção | Operações militares contraterroristas | Alto | Operações militares e fornecimento de suprimentos para combater ao ISIS com consentimento do governo iraquiano. | 2014-atualmente |

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

As práticas intrusivas norte-americanas permaneceram mesmo após o fim do período administrativo da CAP. Olhando pelo aspecto militar, diversas operações marcam a presença norte-americana no Iraque até hoje, a qual se estabelece em especial sob os auspícios do *Strategic Agreement*. Para além das operações militares que se caracterizam como

intervenções, não se pode deixar de lado os mecanismos intrusivos mais brando quantoà larga penetração comercial das corporações internacionais, e principalmente norte-americanas, à medida que a economia iraquiana foi liberalizada. As ações intrusivas mencionadas acima qualificam apenas aquelas conduzidas pelo Estado. Se considerarmos os atores da sociedade norte-americana – sobretudo corporações privadas, mas também ONGs–, vemos que existe grande investimento para sua inserção internacional no Iraque.

Nesta tese, também apresentamos que a manutenção de uma agenda de proximidade do Iraque para os EUA é consequência imediata da nova elite do poder que ascende ao novo Iraque. Analisamos como as principais lideranças dos partidos de oposição ao Partido Baath no Iraque financiados pelos EUA desde 1992 (INC, INA, SCIRI, Dawa, PUK e KDP), se perpetuaram no poder. Por isso, entendemos que uma contribuição final seja importante para ilustrar exatamente o processo de desenvolvimento da presença dessa elite no alto escalão decisório político no Iraque. A investigação começou com a análise do CAC, em 1990, como entidade autônoma e coletiva antibaathista até o seu estabelecimento nos cargos executivos oficiais da República do Iraque, após a ocupação da CAP. Assim preparamos a tabela 7:

**Tabela 7. Linha do tempo da presença institucional e capacidade governativa da oposição iraquiana e seu *status* de poder.**

| **Nome** | **Presença institucional e Capacidade governativa** | **Descrição** | **Data** |
|---|---|---|---|
| CAC | Oposição Informal não reconhecida pelo governo Baath. Sem capacidade governativa. | Primeira organização coletiva das Elites não-governantes antibaathistas para debater formas de estabelecer um novo Iraque | 1990-1992 |
| INC[327] | Oposição Informal não reconhecida pelo governo Baath. Sem capacidade governativa. | Estabelecimento de uma organização institucionalmente mais forte das elites não-governantes antibaathistas que passa a receber suporte norte-americano via *covert actions*. | 1992-1996 |
| "Oposição democrática iraquiana" | Oposição Informal não reconhecida pelo governo Baath. Sem capacidade governativa. | Determinados partidos são selecionados pelos EUA dentro do *ILA* como alternativa democrática. Passam a receber suporte norte-americano formalmente. | 1998-2003 |
| CLI | Composição informal de aconselhamento nos primeiros meses da ocupação. Conselho para o órgão representativo provisório (CAP) | Grupo de lideranças antibaathistas selecionados pelos EUA. Primeira expressão formal de (algum nível de) poder da antiga elite da oposição ao regime baathista. Mas a clareza sobre sua função real no Iraque pós-Saddam ainda era incerta. | Durante os primeiros meses da ocupação em 2003 |
| CGI | Órgão institucionalmente incorporado a ocupação conduzida pela CAP. | Organização iraquiana composta por membros das elites antibaathistas, submissa a CAP. Atuava como agente interno iraquiano | Julho de 2003 ajunho |

327 Referindo-se aqui ao INC quando era considerado o grupo guarda-chuva que agregava diversos partidos da oposição, entre 1992 e 1996. Desconsiderando quando se tornou apenas mais um partido da oposição ao lado dos demais a partir de 1996.

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Alguma capacidade decisória. | na reconstrução do país com responsabilidades decisórias e executivas durante a ocupação. | de 2004 |
| Governo Interino do Iraque (GII) | Órgão máximo provisório de poder no Iraque. Autoridade estatal provisória. | Após a administração da CAP era a primeira autoridade governativa iraquiana pós-baathistas. Composta majoritariamente pelos membros do CGI. | junho de 2004 até maio de 2005 |
| Governo de Transição Iraquiano (GTI) | Órgão máximo provisório de poder no Iraque. Autoridade Estatal transitória. | Primeiro governo eleito do Iraque. Operou sob a TAL e suas principaisfunções eram redigir uma Constituição permanente do Iraque e formar um governode transição. Os membrosdeste governo eram majoritariamente ex-membros do GII. | Maio de 2005 a maio de 2006 |
| Governos Permanentes | Órgão máximo permanente de poder no Iraque. Autoridade Estatal oficial permanente. | Sob poder da Constituiçãoiraquiana aprovada em 15 deOutubro 2005, o Iraqueestabelecia-se como umarepública democrática,federal, representativa eparlamentar. A constituiçãofoi estabelecida tendo comobase os princípios normativosda ocupação. Diversaslideranças antibaahtistas setornam políticos de altos cargosexecutivos a partir de então. | De maio de 2006 em diante |

Fonte: próprio autor

Este mapeamento cronológico revela a inserção das elites antibaathistas como elites governantes. Agora, tendo em conta o mapeamento feito no Apêndice A podemos identificar algumas figuras de especial destaque. Referimo-nos àqueles cuja participação no processo de construção de um projeto para um Iraque pós-Saddam permanece desde a criação da CAC (199) e do INC (1992) até a reconstrução liderada pela CAP e a consolidação de uma nova constituição (2005), que consolida legalmente alguns dos princípios normativos liberais mais relevantes, quando nos referimos a uma democracia liberal contemporânea, conforme desejado pelo governo norte-americano para o Iraque, especialmente a partir de 1998. De maneira explícita enumeramos de maneira inédita, 49 membros do CAC (1990) ou do CEINC (1992), que tiveram participação ativa no processo decisório da reconstrução a partir de 2003 e consolidaram-se com cargos políticos relevantes após a ratificação da Constituição, conforme Figura 3 adiante.

Por fim, conforme a reflexão de Bamo Nouri (2021, p.241), apesar da onipresença norte-americana global, pode-se dizer que o Oriente Médio ainda é um espaço cuja presença internacional estrangeira é vista como expressão imperialista. Sua penetração não é completa, apesar de sua evidente presença econômica e militar na região. As expressões de insurgências, guerras civis e instabilidade política particularmente no Iraque, revela que existe um descompasso evidente entre a bem-sucedida transformação das estruturas do Estado iraquiano e a imputação de uma nova elite política governante *versus* a inconformada população que reage à instabilidade e ao constante estado de crise no país desde 2003. A emergência do ISIS talvez seja a expressão mais latente desse cenário de crise contínua.

# 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A INTERVENÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO IRAQUE: UM PROJETO HEGEMÔNICO DOS EUA PARA O ORIENTE MÉDIO?

Esta tese partiu da hipótese de que a inserção política da eliteantibaathista nas estruturas de poder do Iraque pós-Saddam é o principal mecanismo para a permanência dos EUA no Iraque mesmo após a ocupação formal. Nesse sentido, acreditamos que os capítulos precedentes cumprem com o objetivo de demonstrar a constante presença norte-americana no Iraque mesmo após a ocupação (2003-2004) em múltiplos níveis.

De maneira geral, entendemos que esta tese tem ao menos duas contribuições originais acerca das dinâmicas de poder dos EUA no Iraque. A primeira se refere aos propósitos mais amplos de poder destinados pelos EUA no Oriente Médio, por meio dos diferentes níveis de intrusão no Iraque. Particularmente, identificamos quais tipos de intrusão qualificam a presença dos EUA no Iraque, desde a década de 1950, e por quais razões elas se sucederam (conforme tabela 5 e 6). A segunda contribuição se refere à identificação dos atores que qualificamos como elites antibaathistas. Nesse nível, cuidamos de estabelecer historicamente a construção dos grupos políticos iraquianos opositores ao regime Baath (conforme tabela 7) e então identificamos quem são os indivíduos mais relevantes que compõem tais grupos, por meio da análise das redes sociais da elite iraquiana entre os anos 1990 até os primeiros anos após o estabelecimento da Constituição de 2005 (conforme Apêndice A).

Sobre a primeira, a análise histórica que se sucedeu nos capítulos 5 e 6 revela os diferentes níveis de intrusão e as agendas de política externa para o Iraque desde a década de 1950, oscilando entre garantir a ordem política vigente – consistindo em apoiar a elite governante –, e buscar mecanismos para asua transformação – consistindo em apoiar a elite não-governante em direção a golpes, revoluções, entre outros movimentos. Quando utilizamos aqui a palavra "apoio", estamos reduzindo a longa discussão feita no capítulo 4 sobre os mecanismos de intrusão norte-americana, divididos gradativamente entre influência, interferência e intervenção, cabendo diferentes categorias de incursões: militares, econômicas, diplomáticas diretas, ou indiretas (*covert actions*).

Compreendemos que existem distintos níveis de intrusão internacional, gradualmente, da influência, para a interferência, até finalmente a intervenção (ver figura . Distingui-las é importante, uma vez que nem sempre a tradicional concepção de intervenção militar explica a presença dos Estados, em especial dos EUA, em outros espaços de poder. Ainda, afunilamos mais a concepção de intrusão internacional, concebendo uma modalidade que por vezes é

ignorada ou compreendida em conjunto com intervenções militares, sendo que devem ser também distinguidas. Referimo-nos às *covert actions* como ações clandestinas destinadas a influenciar eventos em países estrangeiros sem que o papel do ator perpetrador seja conhecido.Elas podem variar desde a colocação de propaganda, portanto de baixo nível de intrusão, até uma tentativa de derrubar um governo considerado hostil, ou assassinar uma liderança política, nesse caso, ações de alto nível de intrusão.

Assim, a discussão sobre os níveis de intrusão dos EUA no Iraque contribuiu para uma adequação categórica sobre as formas pelas quais eles continuaram presentes no Iraque pós-Saddam. A partir da categorização dos tipos de intrusão, pudemos analisar a historiografia dos EUA no Iraque de 1950 a 1990 afim de demonstrar as mudanças e permanências da política externa dos EUA, bem como as *covert actions* que recorrentemente marcam suas ações externas no Iraque. Nesse contexto, no capítulo 4, identificamosdois momentos de intrusão com intenções transformativas para o país que ganharam destaque: 1) apoio secreto à elite da oposição que removeu o presidente Qassim, em 1963 e 2) apoio secreto aos curdos nas revoltas de 1972-1975. O primeiro atingiu o objetivo de mudança do *status quo* político no Iraque, o segundo não. Com exceção desses dois momentos específicos e alguns outros poucos ruídos diplomáticos, todo o período que vai de 1950 a 1990 contou com uma postura norte-americana de preservação da relação positiva com a elite governante do Iraque. Isso significa dizer que, de maneira geral, o saldo da política externa dos EUA ao Iraque durante a Guerra Fria foi mais de manutenção do que transformação das estruturas de poder deste país.

Por fim, sistematizamos no capítulo 5 uma cronologia das incursões norte-americanas no Iraque e seus níveis de intrusão desde a década de 1960, identificando esses diferentes momentos, além dos mecanismos de intrusão e de motivações políticas e econômicas. A condução de uma política externa explicitamente inimiga à hegemonia baathista liderada por Saddam Hussein pode ser considerada apenas a partir dos anos 1990. Observamos que a diversidade de práticas intrusivas transformativas tomou forma de: ações militares (operações militares durante a Guerra do Golfo, em 1990 e 1991, e bombardeios aéreos, em 1998); interferências econômicas com a imposição de um sistema de sanções e embargo ao Iraque a partir de 1993; *covert actions* que vão desde 1991 até 1998 em apoio às elites da oposição iraquiana, praticamente conduzidas com exclusividade pelo IOG da CIA; e, por fim, um projeto explícito anti-saddamista materializado em 1998, com o ILA.

No capítulo 6, apresentamos ao leitor a materialização do principal objetivo construído ao longo da década de 1990 dos EUA para o Iraque que era derrubar o regime Baath. A

consolidação de um projeto de intervenção direta de alto nível surge com a reconstrução do Estado iraquiano a partir de 2003. Portanto, com a invasão, derrubada do regime Baath e ocupação da CAP liderada pelos EUA, conforme estabelecimento da Resolução 1483 da ONU.

Dessa forma, fornecemos ao leitor uma análise histórica detalhada da construção de uma agenda transformativa que começa a aparecer mais ao fim da década de 1990, tendo como propósito a reconstrução do Iraque a partir de princípios normativos liberais básicos e tradicionais da história contemporânea dos EUA: democracia e o livre-mercado.Assim, a forma pela qual a ocupação e a reconstrução do Iraque liderada pelos EUA se sucederam reflete essa agenda liberal. Nesse capítulo, primeiramente identificamos a formalização do papel político dessa elite antibaathista como nova elite governante no Iraque até o estabelecimento da Constituição de 2005. E, enfim, trouxemos ao leitor três aspectos que atestam a "permanência" dos EUA no Iraque: 1) a transformação das bases ideológicas que regem a diplomacia iraquiana e a participação iraquiana no SI: o Iraque se torna um ator positivo à ordem liberal internacional; 2) a consolidação dos princípios econômicos liberais de livre-mercado, a privatização e abertura econômica com bases da nova economia iraquiana pós-2003; 3) a permanência e ocupação militares que duram formalmente até 2011, mas que retornam em 2015, mediante à justificativa da necessidade de manter operações contrainsurgentes e contraterroristas em atividade no território iraquiano à medida que ascendem as movimentações em oposição ao novo Iraque.

Para concluir esse primeiro aspecto, esta tese traz ao seu leitor uma visão detalhada dos objetivos de poder dos EUA no Iraque através da lente analítico-teórica dos autores neogramscianos das RIs, largamente discutida no capítulo 3. Conceitos como hegemonia e conceitos auxiliares como bloco histórico e revolução passiva (particularmente o *trasformismo*) contribuem para uma concepção explicativa profunda da maneira pela qual um *hegemon* se comporta e quais seus mecanismos de ação hegemônica. Com essa abordagem neogramisciana, damos destaque especial ao papel da sociedade iraquiana – sobre como as mudanças nas dinâmicas de poder dos EUA para o Iraque foram afetadas pelas diligências desta sociedade –, bem como as transformações no cenário político regional (Oriente Médio) e global. Nesse sentido, destacamos o papel fundamental da interlocução com atores fortes da sociedade do Estado "desejado", como mecanismo de poder. A saber, a articulação transnacional do governo norte-americano com a elite política iraquiana não governante e antibaathista como forma de execução de uma agenda transformativa para o Iraque.

Conforme vimos nos primeiros capítulos desta tese, afirmar que o processo intrusivo norte-americano se deu exclusivamente via mecanismos de *nation-building*por meio de práticas de reconstrução predeterminadas pelos auspícios da Coalizão de Autoridade Provisória, em 2003, significa ignorar outros processos intrusivos que conectam EUA e Iraque nas décadas anteriores (e consagram os EUA como parceiros estratégicos iraquianos até hoje, 2022). A ocupação e reconstrução que durou por volta de 14 meses sãouma das faces da "presença" norte-americana no país. Articulações políticas (formais e informais) ligam o governo dos EUA adiferentes atores iraquianos desde a década de 1950. Até mesmo antes, se considerarmos as interlocuções da economia do petróleo nahistória iraquiana do início do século XX.

Os diferentes tipos de intrusão revelam a complexidade das ações hegemônicas dos EUA no século XX. De todo modo, em qualquer tipo de prática intrusiva, é possível encontrar na articulação com elites estrangeiras um padrão de comportamento internacional. Parafraseando Wright Mills, que afirma: "para cada época e cada estrutura social devemos procurar uma resposta à questão da elite do poder" (MILLS, 1968, p.34), podemos dizer que para toda ação intrusiva internacional norte-americana, para fazer prevalecer sua hegemonia global, devemos procurar uma resposta àquestão da elite do poder. Afinal, como afirmam Parmar (2018), Tardelli (2013), Nouri (2018; 2021) e outros, as articulações com elites estrangeiras se mostram como mecanismo fundamental para viabilização das vontades dos EUA no âmbito internacional.

É por essa razão que, também no capítulo 3, dedicamos um tópico para justificar a escolha de abordagem da sociologia das RIs por meio das elites como forma de responder sobre as formas pelas quais se materializam as ações hegemônicas dos EUA. Notadamente, no Iraque, em 2003, a fórmula norte-americana para transformações ousadas em Estados estrangeiros, cuja ordem de importância era elevada, a partir de intervenções foi repetida (ainda que com especificidades). Vimos que o uso ferramental das elites iraquianas foi um elemento chave para o *trasformismo*– ou melhor, tentativa de *trasformismo* – no Iraque pós-Saddam. Antes, é notório que avaliemos que a história iraquiana revela como as articulações com as elites do poder são parte intrínseca do desenvolvimento do Estado iraquiano moderno. Desde o contexto da Primeira Guerra Mundial, é possível identificar movimentações de potências afetando os rumos do Estado iraquiano, com particular destaque aos britânicos, até o fim da monarquia iraquiana na década de 1950, e dos norte-americanos, promovendo revoluções e interferindo no país nas décadas de 1950 e 1960, perdendo força com a

emergência do baathismo nacionalista personificado por Saddam Hussein a partir da década de 1970, mas retomando a presença no país nos anos 1990 até a fatídica intervenção de 2003 que altera as estruturas de poder do Iraque.

A partir desta reflexão conclusiva, chegamos à segunda contribuição original desta tese que é identificar quem são os sequazes dos EUA no Iraque a partir dos anos 1990 e como eles participam do processo de transformação do Iraque baathista em um Iraque engajado com as estruturas liberais de Estado.

Buscamos tornar gráficas as interações entre a heterogênea elite da oposição iraquiana durante a segunda metade do século XX, mas especialmente nos anos 1990, e as conexões entre membros dessa elite e os norte-americanos ao longo domesmo período. Evidentemente, observamos que são essas interações que constroem os caminhos até a derrubada do regime baathista,em 2003, e a consequente reconstrução do Estado iraquiano. Utilizamos o método de análise de rede social (*Social Network Analysis*) (ARS) como alternativa para encaminhar tal pesquisa. Afinal, repetimos Domhoff (2005, tradução nossa): "Uma análise de rede fornece um quadro empírico de (1) interconexões entre as principais organizações e pessoas na estrutura de poder e (2) operações dessa rede em questões de política". Significa dar materialidade empírica à afirmação de que existiam articulações dos EUA com a elite iraquiana antibaathista. Responder quem eram os indivíduos dessa elite foi o trabalho empírico alcançado neste trabalho.

Por isso, uma das principais contribuições empíricas desta tese se encontra sistematizada em seus apêndices A e B:

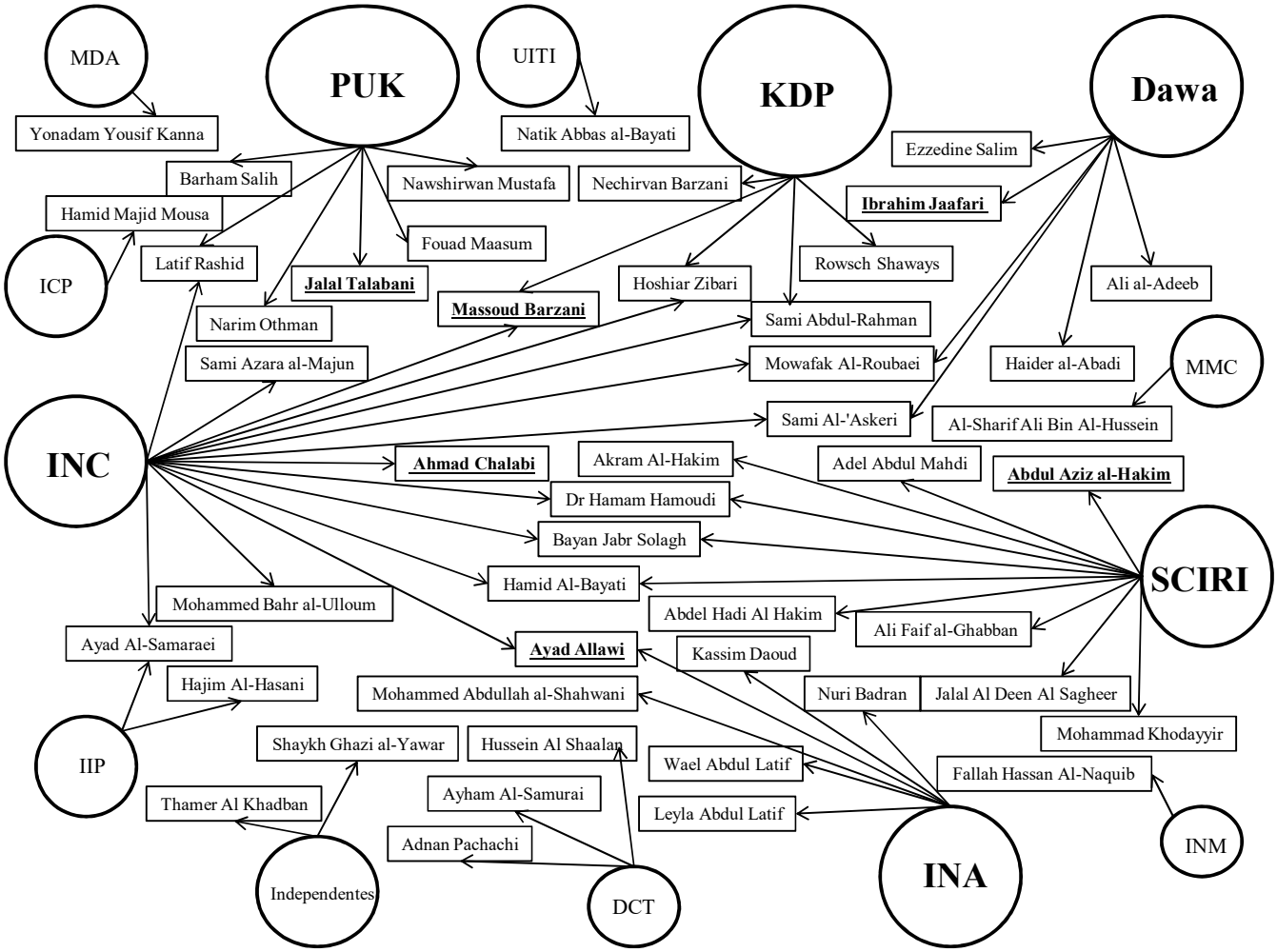
- No Apêndice A são destacadas, de maneira geral, 177 figuras notórias das elites iraquianas as quais identificamos importantes em um ou mais momentos-chave do estabelecimento da oposição iraquiana até a reconstrução do Iraque pós-2003. O parâmetro estabelecido para tal seleção consistiu em ele/ela corresponder a ao menos dois dos seguintes critérios: Critério 1: foi membro do CAC, ou parte de uma organização que fez parte do CAC (1990), ou participou ou era membro de grupo que participou de alguma das conferências da oposição entre 1991 e 1992; Critério 2: recebeu apoio, ou a organização da qual faz parte recebeu apoio dos EUA via *covertactions* (1991-1998) ou via formal a partir do ILA (1998), ou de qualquer outro mecanismo de subsídio legal dos EUA entre 1998 e 2003;Critério 3: durante a ocupação da CAP (2003-2004) e no estabelecimento do GII (2004-2005), ocupou algum cargo executivo, ou ministerial, ou de conselho; Critério 4: apartir das eleições, no Iraque como República Federativa Parlamentarista, teve cargo público relevante.

- No Apêndice B, são destacadas 11 figuras notórias das elites iraquianas que fizeram parte da emergente oposição ao Partido Baath, mas que se opuseram veementemente à presença norte-americana no estabelecimento de um projeto pós-baathista. Esses nomes foram selecionados a partir do destaque que a literatura dá a eles, particularmente na conformação do CAC e do INC, respectivamente em 1990 e 1992. Todos abandonaram a "oposição conjunta" quando perceberam o intervencionismo exacerbado norte-americano. Na concepção deles, era equivocado contar com o apoio estrangeiro dessa potência ocidental que nada de positivo tinha a acrescentar ao movimento anti-saddamista. A única exceção seria Muqtada Al-Sadr, regularmente uma figura notória antibaathista, mas que nunca compôs o coletivo da oposição iraquiana nos anos 1990.

Por fim, a partir do Apêndice A, identificamos 49 figuras notórias da elite iraquiana que corresponderam a três critérios para seu destaque: a) antes da invasão de 2003, recebeu (ou seu partido recebeu) apoio dos EUA (direto ou indireto), ou seja, em algum momento entre 1991 até 2002 tal indivíduo, ou a organização política da qual faz parte recebeu subsídio norte-americano no intuito de fortalecer um projeto antisaddamista no Iraque; b) durante a ocupação da CAP (2003-2004) e no estabelecimento do GII (2004-2005), ocupou algum cargo executivo, ou ministerial, ou de conselho, o que significa que fez parte do processo decisório da reconstrução imediata do Iraque pós-Saddam; e c) a partir das eleições, Iraque como República Federativa Parlamentarista, teve cargo público relevante, dando especial destaque aos cargos políticos executivos ou ministeriais.

De maneira total, esses apêndices informam ao leitor da tese quem compunha as elites da oposição no Iraque dando particular destaque à articulação com os EUA em um projeto para derrubar o regime Baath e reconstruir o Iraque. Em uma análise qualitativa posicional e decisional que contou com a categorização precisa de mais de 400 iraquianos envolvidos em diferentes momentos do processo até o estabelecimento do novo Iraque sob a Constituição de 2005, chegamos a esses 49 iraquianos. O resultado da análise que sistematiza estes 49 indivíduos das novas elites do poder no Iraque pode ser visto na figura 3 abaixo:

**Figura 3*:* Os 49 iraquianos - Membros das elites iraquianas e seus partidos que fizeram parte do processo de remoção do partido Baath nos anos 1990; contribuíram como tomadores de decisão e conselheiros durante a ocupação em 2004 e 2004; E mantiveram-se no poder após o estabelecimento da constituição de 2005.**




Fonte: Próprio autor.

Na figura identificamos os seis principais partidos envolvidos no processo de remoção e reconstrução do Iraque: INC, INA, KDP, PUK, SCIRI e Dawa, mas também lideranças de partidos tangenciais, como: ICP, IIP, DCT, INM, MMC/ICM, UITI, MDA e independentes. Assim, sistematizamos 49 iraquianos que participaram da emergência de um movimento coletivo antibaathista, receberam financiamento norte-americano para sua consolidação nos anos 1990, participaram da reconstrução como membros do CGI, ou com algum cargo de gabinete ou ministerial de maneira provisória, e por fim se tornaram membros da nova elite política governante do país a partir da Constituição de 2005; identificamo-los como atores políticos iraquianos notórios. Destes 49, destacarímos seis indivíduos. As "cabeças" durante todo esse processo seriam: Ahmad Chalabi (INC), Ayad Allawi (INA), Jalal Talabani (PUK), Masoud Barzani (KDP), Abd Aziz Al-Hakim (SCIRI) e Ibahim Jaafari (Dawa).

Por fim, concluímos esta tese indicando algumas possíveis agendas de pesquisas a partir deste trabalho e destas reflexões finais. Mesmo atingindo seus propósitos, esta tese tem seus limites. A partir dela outras agendas de pesquisa podem ser exploradas e aprofundadas.

Um primeiro aspecto que consideramos importante de examinar profundamentesão as dinâmicas do neoliberalismo no Iraque pós-Saddam. Identificamos aqui que um propósito evidente da agenda hegemônica norte-americana no Iraque consistiu na promoção de estruturas econômicas liberais. Isso significa criar mecanismos políticos que facilitem a inserção e livre transição de corporações multinacionais, bem como incentivar a privatização de empresas públicas. Entendemos ser fundamental uma análise empírica sobre como funciona a economia iraquiana trazendo, de um lado, as transformações, reformas e alterações na constituição iraquiana desde 2005 no sentido de aprimorar os mecanismos liberais no país.

Outra agenda de pesquisa sobressalente seria investigar sistematicamente o papel britânico durante esses anos de articulação, inclusive com o objetivo de encontrar seus propósitos de poder para a remoção de Saddam Hussein. A Grã-Bretanha, que historicamente fez parte da construção do Estado iraquiano moderno por meio de um sistema de tutela, esteve como "braço direito" dos EUA durante todo processo desde a invasão de 2003. A dúvida, porém, é se ela teria os mesmos propósitos dos EUA ou se o foco estaria exclusivamente na inserção de companhias e investidores britânicos no Iraque.

Ainda no âmbito dos Estados relevantes, entendemos que estudos mais acurados sobre o papel internacional dos atores regionais do Oriente Médio possam ser explorados a partir do estudo científico que desenvolvemos. Nesse sentido, observar de perto as mudanças e permanências nas atitudes dos Estados vizinhos, como Irã, Síria, Arábia Saudita, Jordânia e Kuwait,pode ser valioso para uma concepção mais ampla da postura destes Estados no processo transformista para o novo Iraque. Afinal, trata-se de Estados cujo regime político concentra-se nas mãos das elites governantes de forma robusta, portanto, cuja estabilidade das respectivas elites governantes é particularmente sólida[328]. Investigar as interlocuções das respectivas elites antibaathistas que se tornam governantes no Iraque e as elites governantes daqueles Estados renderia muitas pesquisas científicas. Fizemos isso ao observar suas origens internacionais (Dawa, SCIRI, INA, KDP, PUK, INC) e seus financiadores.

Por fim, entendemos que uma análise contemporânea das relações EUA-Iraque nas administrações de Barack Obama, Donald Trump e Joe Biden, possa ser útil no sentido de observar as mudanças e continuidades nas dinâmicas de poder dos EUA no Iraque hodierno. Nesse sentido, recomendamos realizar essa atividade de pesquisa utilizando as premissas epistemológicas dispostas nesta tese, levando em consideração as interações entre os Estados,

---

328 Talvez a exceçãoseja a Síria, mas cuja crise civil só alardearia na segunda década dos anos 2000. Durante operíodo estudado nesta tese, a Síria dos Assad tinha substancial controle da ordem pública.

não como uma totalidade nacional-territorial, mas como um quadro de instituições coercitivas e administrativas com dinâmicas e atores de interesses próprios que afetam os rumos de poder de forma transnacional e multicausal. Também, tendo em conta que, quando falamos que existe uma relação pacífica e de aliança entre EUA e Iraque, estamos falando de um nível de igualdade jurídica de dois atores soberanos, mas cuja realidade relacional revela uma disparidade de poder em que um é quem propõe as regras e o outro se adapta a ela.

Afinal, o Iraque foi um país transformado de fora para dentro. Isso na expressão evidente dos EUA como *hegemon* global, e na confirmação de que a nova elite do poder no Iraque se constituiu no exterior. Afirmamos que o papel de ingerência das elites antibaathistas foi mecanismo fundamental para tal processo. A transformação foi executada e conduzida a partir dos princípios normativos liberais internacionais promovidos pelos EUA e foram garantidos e continuados pela nova elite governante. Isso não significa dizer que tudo isso ocorreu sem resistência, tampouco que é permanente. Movimentos contra hegemônicos são consequência natural de transformações abruptas, que se dão sem a participação popular devida. Esse novo Iraque se distancia muito daquele de Saddam Hussein em termos estruturais, contudo, afirmar que existe uma penetração ideológica liberal é equivocado. A população resiste, reclama, reage. As elites antibaathistas tão heterogêneas, que se "uniram" no propósito de derrubar Saddam Hussein (único objetivo que as aproximavam), se enfrentam e propõem caminhos políticos distintos para o país dentro da nova estrutura política construída a partir de 2003. Paralelamente, a emergência de movimentos insurgentes demonstra a fragilidade da democracia iraquiana. De um lado, a contínua existência do ISIS demonstra a fraqueza da estrutura de defesa que apela para grupos paramilitares (*Peshmergas*, as Forças de Mobilização Popular – PMU's–, o *Kataib Hezbollah,* o Exército Badr, o exército Mahdi etc.) salvaguardarem a soberania no Iraque. Do outro lado, justamente a existência desses grupos paramilitares demonstra aquilo que Herring e Rangwala (2006) chamavam de fragmentação do Estado iraquiano: alguns deles se apoiam no vizinho iraniano para obter subsídio para uma possível ascensão política.

Não há dúvidas de que entre 1990 e 2005 o Iraque foi afetado pelas dinâmicas de poder dos EUA. O país foi reconstruído e transformado em todas as suas bases principais: políticas e econômicas. Não nos cabe avaliar a validade ou qualidade de tal processo, mas como análise última desta tese, cabe mencionar que a tal "democracia iraquiana" não serviu de inspiração para nenhuma nova ação internacional intervencionista norte-americana desta magnitude, desde então.

**REFERÊNCIAS:**

ABEDIN, Hamid. Interview: Dr. Hamid al-Bayati.**Middle East Intelligence Bulletin.**Vol. 5 No. 5, May 2003a.

_____. Dossier: Supreme Council for the Islamic Revolution in Iraq. **Middle East Intelligence Bulletin.**Vol. 5 No. 10, October 2003b

ABURISH, Said. **Saddam Hussein**: The Politics of Revenge. London: Bloomsbury Publishing Pic. 2001.

AHRAM, Ariel. Returning Exiles to Iraqi Politics. **Middle East Review of International Affairs**, Vol. 9, No. 1. 2005, pp.70-82.

AL-ALI, Zaid. **The Struggle for Iraq's Future**: How Corruption, incompetence and Sectarism have Undermined Democracy. London: Yale University Press.2014

AL-BASRI, K; AL-SEBAHI, M. The Political Economy of Iraq. **ISPI**. Analysis. 198, 2013.

AL-BAYATI, Hamid. **From Dictatorship to Democracy**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

AL JAZEERA, 2020. **Who is Mustafa al-Kadhimi, Iraq's new prime minister?** 6, May, 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/5/7/who-is-mustafa-al-kadhimi-iraqs-new-prime-minister> acesso em 05/02/2021.

AL-MARASHI, Ibrahim. Iraq's Constitutional Debate. **Middle East Review of International Affairs,** Vol. 9, No. 3. 2005, pp.139-175.

AL-NASRAWI, Abbas. **The economy of Iraq** : oil, wars, destruction of development and prospects, 1950-2010. Westport, Connecticut; London: Greenwood Press. 1994.

AL-NASRAWI, Abbas. Iraq: economic sanctions and consequences, 1990–2000, **Third World Quarterly**, 22:2, 2010, pp. 205-218.

AL-QAZZAZ, Ayad. Power Elite in Iraq – 1920-1958: A Study of the Iraq Cabinet. **The Muslim World.**Volume 61, Issue4 1971, pp. 267-283.

ALLAWI, Ali A. **The occupation of Iraq**: winning the war, losing the peace. New Haven; London.Yale University Press, 2007.

AL SHAMRANI, Ali. **The Iraqi opposition movement in the post Gulf War era 1990-1996**. (Tese de Doutorado) Londres: University of London. 2001.

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. **Ocupação e Reconstrução do Iraque**: a atuação da Coalizão de Autoridade Provisória (2003-2004). (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), 2017.

_____. Jus post bellum (justiça após a guerra) nas Relações Internacionais Contemporâneas: Entre a Teoria e a Narrativa. **NEIBA**. v. 5, n. 1. 2016, pp. 1-11.

ANDERSON, Perry. **The H-word**: The peripeteia of Hegemony. London: Verso. 2017.

ANDERSON, Perry. **A Política externa norte-americana e seus Teóricos**; tradução: George Kormikiaris. São Paulo: Boitempo. 2015.

ANDERSON, Jon Lee. A Man of the Shadows: Can Iyad Allawi hold Iraq together? **The New York Times**. January 17, 2005.

ARATO, Andrew. **Constitution Making under Occupation**: The Politics of Imposed Revolution in Iraq. New York: Columbia University Press. 2009.

ARON, Raymond. The Social Structure and the Rulling Class: Part 1. ***The British Journal of Sociology***. Vol. 1, No. 1 (Mar., 1950a), pp. 1-16.

_____. The Social Structure and the Ruling Class: Part 2.**The British Journal of Sociology**, v.1, n. 2, 1950b. pp.126-146.

_____. Classe social, classe politique, classe dirigeante. **Archives Européennesde Sociologie**, vo I, n. 2, 1960, pp. 260-281.

_____. **Paz e Guerra entre as Nações.** Tradução: BATH, Sérgio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

ASHLEY, Richard. The Poverty of Neorealism**. International Organization.** V.38, n.2, Spring 1984, pp.225-286.

ATIKINSON, Rick. **Crusade**: The Untold Story of the Persian Gulf War. Boston; New York: Houghton Mifflin Company. 1993.

AUGELLI, Enrico; MURPHY, Craig. Gramsci and International Relations: A General Perspective and Example from Recent US Policy Towards the Third World. *In*: GILL, Stephen (edt). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge. Cambridge University Press. 1993, pp.127-147.

BACEVICH, Andrew. **America's War for the Greater Middle East:** A military history. New York: Random House. 2016.

BAER, Robert. **See no evil**: The true story of a ground soldier in the CIA's war on terrorism. Portland: Broadway Books, 2002.

BAKER III, James. The Right Way to change a Regime, **The New York Times**. 25 august 2002. <https://www.nytimes.com/2002/08/25/opinion/the-right-way-to-change-a-regime.html> acesso em mar.2021.

BAPIR, Mohammed Ali**. How the Political Elite View Democracy in Deeply Divided Countries: The case of Iraq.** Tese (Doutorado em Política) - Department of Politics and International Studies, University of Warwick. Coventry, England. p.305. 2016.

BARAM, Amazai. The Ruling Political Elite in Bathi Iraq, 1968-1986: The Changing Features of a Collective. **International Journal of Middle East Studies**Vol. 21, No. 4, 1989, 447-493

_____. Qawmiyya and Wataniyya in Ba'thi Iraq: The Search for a New Balance. **Middle Eastern Studies**, Vol. 19, No. 2 (Apr., 1983), pp. 188-200.

_____. The Effect of Iraqi Sanctions: Statistical Pitfalls and Responsibility. **Middle East Journal**, Vol. 54, No. 2 (Spring, 2000), pp. 194-223.

BATATU, Hanna, **The Old Social Classes and the Revolutionary Movements ofIraq**: A Study of Iraq's Old Landed and Commercial Classes and of its Communists, Ba'thists, and Free Officers. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 1978.

_____. The Egyptian, Syrian, and Iraqi revolutions: Some observations on their underlying causes and social character. **Inaugural Lecture The Shaykh Sabah AI-Salem AI-Sabah Chair in Contemporary Arab Studies.** Center for Contemporary Arab, 1984.

_____. Iraq's Underground Shī'a Movements: Characteristics, Causes and Prospects. **Middle East Journal**, Vol. 35, No. 4 (Autumn, 1981), pp. 578-594.

BENGIO, Ofra. Shi'is and politics in Ba'thi Iraq, **Middle Eastern Studies**, 21:1, 1985, p.1-14.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffray. **Process Tracing:** From Metaphor to Analytic Tool. Cambridge: Cambridge University Press. 2015.

BEEHNER, Lionel. **IRAQ**: Cabinet Ministries. Council of Foreign Relations. 2005. Em <https://www.cfr.org/backgrounder/iraq-cabinet-ministers> Acesso 20/07/2017.

_____, U.S. **Intervention in Iraqi Politics.** Council of Foreign Relations. March 2006. Em <https://www.cfr.org/backgrounder/us-intervention-iraqi-politics> Acesso 22/07/2017.

BERKOWITZ, Bruce D.;GOODMAN, Allan E. The Logic of Covert Action. **The National Interest**, No.51, Spring, 1998, pp. 38-46.

BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. **Estudos Avançados.** São Paulo, vol. 9, n. 24, 1995

BLUTH, C. **The British Road to War:** Blair, Bush and the Decision to Invade Iraq, International Affairs, 80: 5, 2004, pp.871–92.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**, São Paulo: Editora Brasiliense. 2013.

BONFIN, M. A guerra do Iraque: história oficial e oficiosa. **Antíteses**. 7(14), 2014, pp.545-546

BOOT, Max. **Think Again**: Neocons. Council of Foreign Relations, 2003.

BORDIEU, Pierre. **O poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989.

BOTTOMORE, Tom B., **Elites and society**. New York: Basic Books. 1964.

BRANDS, H.. Making the Conspiracy Theorist a Prophet: Covert Action and the Contours of United States–Iraq Relations. **The International History Review**, 33(3), 2011, pp.381–408.

BREMER, L. Paul. **My Year in Iraq**: The Struggle to Build a Future of Hope. New York, USA: Threshold Editions, 2006.

BRITANNICA. The Editors of Encyclopaedia. Hashemite. ***Encyclopedia Britannica***, 10 Jan. 2020a, disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Hashimite>. Acesso em 09/02/2021.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Mamluk. **Encyclopedia Britannica**, 7 Apr. 2020b, disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Mamluk>. Acesso em 09/02/2021.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Jalīlī Family. **Encyclopedia Britannica**, 20 Jul. 1998, disponível em:<https://www.britannica.com/topic/Jalili-Family>. Acesso em 09/02/2021.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. William Knox D'Arcy. **Encyclopedia Britannica,** 7 Oct. 2020a, disponível em: <https://www.britannica.com/biography/William-Knox-DArcy>. Acesso em 09/02/2021.

Britannica, The Editors of Encyclopaedia. "New Deal". *Encyclopedia Britannica*, 28 Jul. 2021, disponível em: <https://www.britannica.com/event/New-Deal>. Acesso em 08/03/2021.

BROMLEY, S. Oil and the Middle East: The End of US Hegemony? **Middle East Report,** (208), 19. 1998.

BROMLEY, S. Reflections on Empire, Imperialism and United States Hegemony. ***Historical Materialism*** 11, 3. 2003, pp.17-68

BUSH, G. W. **Speech to the American Enterprise Institute.**27 February 2003. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2003/feb/27/usa.iraq2> Acesso em 29/08/2021.

_____. Remarks by President George W. Bush at the 20th Anniversary of the National Endowment for Democracy. **National Endowment for Democracy.**2003b. Disponível em: http://www.ned.org/remarks-by-president-george-w-bush-at-the-20th-anniversary/ Acesso em 29/08/2021.

_____. **Address to the Joint Session of the 107th Congress.** The United States Capitol, Washington. September 20, 2001.

_____. **State of the Union Address to the 107th Congress.** The United States Capitol, Washington. January 29, 2002a.

_____. **West Point Commencement.** United States Military Academy. West Point, New York. June 1, 2002b.

BUSH, G. H. W. **Remarks on Assistance for Iraqi Refugees and a News Conference.** Public Papers. George H. W. Bush Presidential Library& Museum. April 16, 1991. Disponível em: <https://bush41library.tamu.edu/archives/public-papers/2882> acesso em 27/12/2021.

BYMAN, Daniel; WAXMAN, Matthew C. **Confronting Iraq**: U.S. Policy and the Use of Force Since the Gulf War. Santa Monica: RAND Co. 2000.

BYMAN, Daniel. U.S. Support for the Iraqi Opposition. **The Washington Quarterly ,** 22:3, 1999. pp. 23-37.

BYRNE, Malcom. **Iran-Contra: Reagan's scandal and the unchecked abuse of presidential power**. Kansas: University Press of Kansas. 2014.

CARBONNIER, Gilles, **Humanitarian Economics**: War, Disaster and the Global Aid Market, Oxford: Oxford University Press. 2015

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise 1919-1939**: Uma introdução aos estudos das Relações Internacionais. São Paulo: Editora da UnB. 2001.

CHANDRASEKARAN, Rajiv. **Imperial life in the emerald city: Inside Iraq's green zone**. New York: Vintage, 2010.

CLARCK, Ian. Legitimacy in a global order. **Review of International Studies**, 29, 2003, pp 75-95

CLEVELAND, W.; BUNTON, M. **A History of the Modern Middle East**. Boulder, CO: Westview Press. 2009.

COALITION PROVISIONAL AUTHORITY (CAP). **Coalition Provisional Authority**: An Historic Review of CPA Accomplishments. Baghdad, 2004a.

_____. Iraq Interim Government: **Announcement Cerimony Press Packet**. Bahdad, 2004b.

COCHRANE, Marisa. **The Fragmentation of the Sadrist Movement**. Washington: Institute for the Study of War. 2009

COCKBURN, Patrick.. **Muqtada: Muqtada al-Sadr, the Shia revival, and the struggle for Iraq**. New York: Simon and Schuster, 2008.

_____.**Iraq**: The West Shakes Up the Middle East. Miami: Mango Media. 2016.

COCKBURN, Patrick; COCKBURN, Andrew. **Out of the Ashes:** The Resurrection of Saddam Hussein. New York: Harper Perennial. 2000.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Rodrigo M. Por um retorno à Sociologia das Elites. Dossiê "Elites Políticas". **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008, p. 7-15.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Rodrigo M. Marxismo e Elitismo: Dois modelos antagônicos de análise social? **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 24 no 71. 2009a, p.143-53.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Rodrigo M. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política.**Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009b, pp. 243-270.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Rodrigo M. **Marxismo como Ciência Social.**Curitiba. Editora UFPR. 2011.

CONNELY, Marjorie "Wide U.S. Support for Air Strikes. **New York Times**, December 18, 1998, p.A26.

CONSTITUTIONAL REVIEW COMMITTEE, Global Justice Project: **Iraq**. 2009. <http://gjpi.org/2009/02/27/constitutional-review-committee/>Acesso em 20/07/2017.

COOK, Christopher."Plowing for Profits" U.S. agribusiness eyes Iraq's fledgling markets, **These Times,** March 11, 2005. Disponível online <http://www.inthesetimes.com/site/main/article/2009/>Acesso em 20/01/2017

COPELAND, Miles, **The Game Player: Confessions of the CIA's Original Political Operative.** London: Aurum Press. 1989.

_____. **The Game of Nations**: the Amorality of Power Politics, London: Weidenfeld, Nicholson, 1969.

CORDESMAN, Anthony H. **The Developing Iraqi Insurgency: Status at End-2004**. Working Draft. Washington DC: Center for Strategic and International Studies, December 2004, pp. 1-21. <http://www.comw.org/warreport/fulltext/0412cordesman.pdf>acesso em08/03/2019.

_____. **The Iraqi Insurgency and the Risk of Civil War: Who Are the Players?.** Washington, DC: Center for Strategic and International Studies. 2006.

CORDESMAN, Anthony H.; HASHIM, Ahmed S. **Iraq: Sanctions and beyond**. London; New York: Routledge, 2018.

CORM, G. Avoiding the Obvious: Arab Perspectives on US Hegemony in the Middle East. **Middle East Report,** (208), 23. 1998.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium - Journal of International Studies.** Vol. 12, n.2, 1983, pp. 162-175.

COX, Robert. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory, **Millennium**, 10:2, 1981, pp. 126–155

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory', in: KEOHANE, R. O. (ed.), **NeoRealism and its Critics**. New York: Columbia University Press. 1986.

COX, Robert. **Production, Power and World Order**: Social Forces in the Making of History. New York: Columbia University Press. 1987.

COX, Robert. **Structural Issues of Global Governance: Implications for Europe.** *In***:** GILL, Stephen (edt). Gramsci, Historical Materialism and International Relations. Cambridge. Cambridge University Press. 1993, pp.258-289.

CRAWFORD, Neta. The Iraq War has cost the US nearly $2 trillion. **The Conversation**. February 4, 2020. Disponível em <https://theconversation.com/the-iraq-war-has-cost-the-us-nearly-2-trillion-129617> Acesso em 20/01/2021.

CROCKER, Ryan. Letter from Ryan Crocker to unknonw addressed as Iraq Opposition Group. **Unclassified document**. United States Department of State Review Authority: Sharon E. Ahmad 10 March 2006. 2002. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB198/20020000.pdf> acesso em 03/02/2021.

ÇETINSAYA, Gökhan. **Ottoman Administration of Iraq**, 1890–1908. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group. 2006.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony and International Relations : An Essay in Method. **Millennium - Journal of International Studies**, 12: 162. 1983.

DAALDER, Ivo; LINDSAY, James. **America Unbound:** The Bush Revolution in Foreign Policy. Brookings Institution. Washington, DC. 2003.

DAGGETT, Stephen. Costs of Major U.S. Wars. Congressional Research Service. **CRS Report for Congress** . June 19, 2010.

DAHL, Robert. A Critique of the Ruling Elite Model. **The American Political Science Review,** Vol. 52, No. 2 (Jun., 1958), pp. 463-469.

DAWISHA, Adeed. Democratic Attitudes and Practices in Iraq, 1921-1958. **Middle East Journal,** Vol. 59, No. 1 (Winter, 2005), pp. 11-30

DAWISHA, Adeed. **Iraq**: A political History from Independence to Occupation. Princeton: Princeton University Press, 2009.

DE GRAAFF, N.; van APELDOORN, B. Varieties of US Post-Cold War Imperialism: Anatomy of a Failed Hegemonic Project and the Future of US Geopolitics', **Critical Sociology,** 37(4), 2011. pp. 403–427.

DENOUX, G. Iraq. In: HAUSS, Charles. **Comparative Politics:** Domestic Responses to Global Challenges. Belmont: Cengage Learning, 2003. p. 388-425.

DEVLIN, John. The Baath Party: Rise and Metamorphosis. **The American Historical Review**, Vol. 96, No. 5 (Dec., 1991), pp. 1396-1407.

DIAMOND, Larry. Building Democracy After Conflict: Lessons learned from Iraq. **Journal of Democracy.** Volume 16, Number 1 January 2005.

DOBBINS, James; et all. **America's role in nation-building**: from Germany to Iraq. Santa Monica, CA: RAND. 2005.

DOBBINS, James; et all. **Occupying Iraq:**A History of The Coalition Provisional Authority. Santa Monica, CA: RAND Corporation. 2009

DOGDE, Toby. **Inventing Iraq**: The Failure of Nation Building and a History Denied. New York: Columbia University Press. 2003.

_____. **Iraq's Future**: The aftermath of regime change. New York: Routledge. 2005.

_____. Iraq's new ruling elite. **Soudings**. Number 41, March 2009, p.88-99.

_____. US foreign policy in the Middle East. In: COX, Michael; STOKES, D. **US Foreign Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp.197-218.

_____. Intervention and dreams of exogenous statebuilding: The application of Liberal Peacebuilding in Afghanistan and Iraq. **Review of International Studies***, 39*(5), 2013, pp. 1189-1212.

_____. Iraq's Informal Consociationalism and Its Problems**Studies in Ethnicity and Nationalism**: Vol. 20, No. 2, 2020, pp.145-152.

DOMHOFF, William. **Who Rules America?** The Triumph of the Corporate Rich. Seventh Edition. California: University of California. 2014.

_____. Power Structure Research and the Hope for Democracy. **Who Rules America?** [blog]. 2005. Disponível em:<http://whorulesamerica.net/methods/power_structure_research.html> Acesso em23/12/2020.

_____ (org.). **Studying the Power Elite**: Fifty Years of Who Rules America. New York: Routledge. 2018.

DORAN, Charles. OPEC Structure and Cohesion: Exploring the Determinants of Cartel Policy. **The Journal of Politics**, Vol. 42, No. 1 (Feb., 1980), pp. 82-101.

DRAPER, Robert. **To start a war: How the Bush administration took America into Iraq**. New York: Penguin Press, 2020.

DUMBRELL, John.**A Special Relationship:** Anglo-American Relations from the Cold War to Iraq. New York: PalgraveMacMillan, 2006.

EASTERDAY, Jennifer S.; IVERSON, Jens; STAHN. Exploring the Normative Foundations of Jus Post Bellum: An Introduction. In: STAHN, C.; EASTERDAY, J S.; IVERSON, J. **Jus Post Bellum: Mapping the Normative Foundations**. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp.1-11.

EBRAICO, Paula R. B. M**. As Opções de Geopolítica Americana: O Caso do Golfo Pérsico.** 2005 136 f. Mestrado em Relações Internacionais. PUC-RIO, Rio de Janeiro.

EGAN, Daniel. Rethinking War of Maneuver/War of Position: Gramsci and the Military Metaphor. **Critical Sociology.** Vol. 40(4) 2014, pp. 521–538.

. Globalization and the invasion of Iraq: State power and the enforcement of neoliberalism. **Sociological Focus**, v. 40, n. 1, p. 98-111, 2007.

EI-SHAZLY, Nadia EI-Sayed, **The Gulftanker war:** Iran and lraq's maritime swordplay. London: Palgrave Macmillan. 1998.

EKBLADH, David. From consensus to crisis: The postwar career of nation-building in US foreign relations. In: FUKUYAMA, Francis. **Nation-building: Beyond Afghanistan and Iraq.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 2006, p. p. 19-41.

ENTESSAR, Nader. The Kurds in post-revolutionary Iran and Iraq, **Third World Quarterly**, 6:4, 1984. pp.911-933.

EPPEL, M. The Elite, the Effendiyya, and the Growth of Nationalism and Pan-Arabism in Hashemite Iraq, 1921-1958. **International Journal Middle East Studies**, 30(2).1998,pp.227-250

ESTEBAN, Francisco Peñas; AIMÉ, Gonzalez Elsa. Sociologías Históricas: caminos separados y propuestas de reencuentro. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, núm. 5, marzo de 2007, pp.1-29.

FAROUK-SLUGLETT, Marion; SLUGLETT, Peter. **Iraq Since 1958**: From Revolution to Dictatorship. I.B. London: Tauris& Co Ltd. 2001.

_____. The Historiography of Modern Iraq. **The American Historical Review,** Vol. 96, No. 5 (Dec., 1991), pp. 1408-1421

FAVERO, Fabio Arroyo. **Um balanço entre o multilateralismo e o unilateralismo na política externa dos EUA no caso da guerra contra o Iraque em 2003.** 2014. 108 f. Mestrado em Relações Internacionais. PPGRI (UNESP - UNICAMP - PUC-SP)

FEARON, James D.; LAITIN, David D. Ethnicity, Insurgency, and Civil War. **The American Political Science Review**, 97, 1 (February): 75-90. 2003.

FELDMAN, Noah. **What We Owe Iraq**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2009.

FERREIRA, Oliveiros S. **Os 45 Cavaleiros Húngaros:** Uma Leitura dos *Cadernos* de Gramsci. Brasília: Editora UNB. 1986.

FERGUSON, Nial. **Colossus:** The Rise and Fall of the American Empire. [S.L] Penguin Books. 2005.

FINLAN, Alastair. **Essential Histories: The Gulf War 1991.** London; New York: Routledge. 2003.

FRIEDMAN, M. **Desert Victory: The War for Kuwait.** Annapolis, MD: Naval Institute Press. 1991.

FUKUYAMA, Francis. **Nation-building: Beyond Afghanistan and Iraq.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 2006.

FUTURE OF IRAQ PROJECT (FOIP). US State Department. **Future of Iraq:** Iraqi Spokespersons. 2002a. Disponível em: < https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB198/20020002.pdf > acesso em 26/01/2022.

_____. US State Department. **The Future of Iraq**: The Iraq Component. 2002b. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB198/20020005.pdf> acesso em 26/01/2022.

U.S. GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE (GAO)**.Rebuilding Iraq:** Resource, Security, Governance, Essential Services and Oversight Issues. US Government Accountability Office. 2004a.

_____. **Issues Affecting Funding of Iraqi National Congress Support Foundation.** US Government Accountability Office. 2004b.

_____. **Rebuilding Iraq**: Status of Funding and Reconstruction Efforts. GAO-05-876. 28 July 2005.

_____, **Rebuilding Iraq**: Status of Funding and Reconstruction Efforts. US Government Accountability Office. 2006.

GARDELS, Nathan. Iraqi Army won't fight for Saddam. **New Perspectives Quarterly**, v. 20, n. 1, 2003, pp. 45-47.

GARDNER, Lloyd. Damned High Wire: on the Special Relationship that Unites Bush and Blair in Iraq', **Journal of Transatlantic Studies**(Supplement), 3: 1, 2005, pp.43–62.

GAUSE, F. G. "Hegemony" Compared: Great Britain and the United States in the Middle East. **Security Studies**, 2019. pp.1–23.

GAVIN, Francis J. The Wilsonian legacy in the twentieth century, **Orbis**, Volume 41, Issue 4, 1997, pp. 628-641.

GERGES, Fawaz A. The 1967 Israeli-Arab War: US Actions and Arab Perceptions. LESCH, David W.; HAAS, Mark L. **The Middle East and the United States: History, Politics, and Ideologies**. New York; London: Routledge. 2012, pp. 139-157.

GHAREEB, Edmund A.; DOUGHERTY, Beth. **Historical dictionary of Iraq**. Lanham, Maryland, and Oxford: Scarecrow Press, 2004.

GHAREEB, Edmund A.**The Kurdish Question in Iraq.** Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1980.

GIBSON, Bryan R. **Sold Out?** US Foreign Policy, Iraq, the Kurds, and the Cold War. London: Palgrave Macmillan, 2015.

GIDDENS, Anthony. Preface. STANWORTH, Philip; GIDDENS, Anthony (edt.). **Elites and Power in British Society**. New York and London: Cambridge University Press, 1974.

GILL, Stephen (edt). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge. Cambridge University Press. 1993.

_____. Neo-liberalism and the shift towards a US-centred transnational hegemony. In: OVERBEEK, H.W. (Ed.). **Restructuring Hegemony in the Global Political Economy**: The Rise of Transnational Neo-Liberalism in the 1980s. London; New York: Routledge. 1993b.

GOLDSTEIN, Eric. **Endless torment**: The 1991 uprising in Iraq and its aftermath. : New York; Washington; Los Angeles; London: Human Rights Watch Report, 1992.

GOMES, Aureo T. **O Colapso e a Reconstrução: uma análise do Discurso sobre Estados Falidos e Reconstrução de Estados**. 2012. 249 f. Doutorado. CiênciaPolítica USP, SP**.**

GRAHAM-BROWN, Sarah. **Sanctioning Saddam**: The Politics of Intervention in Iraq. London : I.B. Tauris, 1999**.**

GREENWOOD, Christopher. **International Law and the preemptive use of force**. San Diego: Int'l L.J. 7. 2003

GUNTER, Michael M. **From A to Z of the Kurds** Lanham, MD; Toronto; Plymouth, UK: Scarecrow Press, Inc., 2009.

_____. The KDP-PUK Conflict in Northern Iraq. **Middle East Journal**, Vol. 50, No. 2 (Spring, 1996), pp. 224-241.

GUPTA,Sobhanlal Datta. Communism and the Crisis of the Colonial System. *in:* PONS, Silvio; SMITH, Stephen. **The Cambridge History of Communism:** Volume 1: World Revolution and Socialism in One Country 1917–1941. Cambridge: Cabridge University Press. 2017. pp.212-232.

HAHN, Peter L. **Missions Accomplished? The United States and Iraq since World War I.** New York; Oxford: Oxford University Press, 2011.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations**. MacMillan Press. London. 1994

_____. **Repensando as Relações Internacionais.** Tradução: Cristina Soreanu Pecequillo. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2007.

_____. **The Middle East in International Relations**: Power, Politics and Ideology. Cambridge: Cambridge University Press 2005

_____. The Gulf War 1990-1991 and the study of international relations. **Review of International Studies,** 20 (2). 1994. pp. 109-130.

HALPER, Stefan; CLARKE, Jonathan. **America alone: the neo-conservatives and the global order**. Cambridge : Cambridge University Press, 2004.

HARRIS, Grant. The Era of Multilateral Occupation.**Berkeley Journal of International Law.** Volume 24, Issue 1 2006, pp.1-78.

HASAN, Mohammad Salman. The Role of Foreign Trade in the Economic Development of Iraq 1864-1964: a Study in the Growth of a Dependent Economy. In: COOK, Michael A (org). **Studies in the Economic History of the Middle East.** London; New York: Routledge. 2014,p.346-373.

HASHIM, Ahmed S. **Insurgency and counter-insurgency in Iraq.** London: Cornell University Press, 2005.

_____. The Iraqi insurgency, 2003–2006. *In*: MAHNKEN, Thomas G.; KEANEY, Thomas. **War in Iraq: Planning and Execution.** London; New York: Routledge. 2007. Pp.147-162.

HASSEN, Farrah. **New State Department Releases on the "Future of Iraq" Project.** THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE**. September 1,** 2006. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB198/index.htm> acesso em 03/02/2021.

HEBERT, Shiên. Who are the elite groups in Iraq and how do they exercise power?**K4D Helpdesk Report**. Brighton, UK: Institute of Development Studies. (2018)

HERRING, Eric; RANGWALA, Glen. Iraq, Imperialism and Global Governance. **Third World Quarterly**, Vol. 26, No. 4–5, pp 667 – 683, 2005.

_____, **Iraq in Fragments**: The Occupation and it's Legacy. London: Cornell Univ. Press. 2006.

HENNERBICHLER, Ferdinand. The Origin of Kurds. **AdvancesinAnthropology**. Vol.2, No.2, 2012. pp.64-79

HEVIAN, Rodi. The Main Kurdish Political Parties in Iran, Iraq, Syria, and Turkey: A Research Guide. **MERIA Journal**, v. 17, n. 2, 2013, pp. 94-112.

HIGLEY, John; BURTON, Michael. **Elite Foundations of Liberal Democracy**. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Oxford: Rowman & Littelefield Publishers, Inc. 2006.

HILLEN, John. Superpowers don't do windows. **Orbis**, 41(2), 1997, p.241–258.

HIRO, Dilip. **Neighbors, not friends: Iraq and Iran after the Gulf Wars**. London; New York: Routledge, 2003.

_____. **The longest war: the Iran-Iraq military conflict**. New York: Routledge, 1991.

HOAGLAND, Jim. How Cia's Secret War on Saddam Collapsed. **The Washington Post.** June 26, 1997. Disponível em < https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1997/06/26/how-cias-secret-war-on-saddam-collapsed/b83592cb-0117-4c3c-a101-9550e29c94a3/> acesso em 10/02/2021.

HOBSON, John M. What's at stake in 'bringing historical sociology back into international relations'? Transcending 'chronofetishism' and 'tempo centrism' in international relations *in*: HODSEN, Stephen. HOBSON, John M.**Historical Sociology of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002, pp.3-41.

HOBSON, Christopher. Beyond the End of History: The Need for a `Radical Historicisation' of Democracy in International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, 37(3), 2009, pp.631–657.

HODSEN, Stephen. HOBSON, John M. **Historical Sociology of International Relations.** Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

HOFFMAN, Mark, Critical Theory and the Inter-Paradigm Debate. **Millenium: Journal of international Studies**. V. 16, n.2, 1987, pp.189-206.

HOGAN, Michael J. **The Marshall Plan: America, Britain and the Reconstruction of Western Europe, 1947-1952**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

HOURANI, A. The Decline of the West in the Middle East-I. **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs 1944), 29(1), 22. 1953a.

HOURANI, A. The Decline of the West in the Middle East-II **International Affairs**, (Royal Institute of International Affairs 1944) 29(2), 156–183. 1953b.

HUDSON, Micheal. To Play the Hegemon: Fifty Years of US Policy toward the Middle East. **Middle East Journal**, Vol. 50, No. 3 (Summer, 1996), pp. 329-343.

IKENBERRY, G. John; KUPCHAN, Charles. Socialization and hegemonic power. **International Organization***,* 44(3), 1990, pp.283-315.

IKENBERRY, G. J. Rethinking the Origins of American Hegemony. **Political Science Quarterly**, 104(3), 1989, pp.375-400.

_____. **Liberal leviathan**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2011.

IRAQ BODY COUNT. **Database**. <https://www.iraqbodycount.org/database/>. 13/02/2019.

IRAQUE, Transitional Administrative Law. 2004.

_____. **Iraqi Constitution**. 2005

IRAQ CONSTITUTIONAL MONARCHY (ICM), **Iraqi Constitutional Monarchy as a Political Party.** January, 2020. Disponível em <https://www.iraqcmm.org/perjalanan-iraqi-constitutional-monarchy-sebagai-partai-politik/> acesso em 19/10/2021.

ISAKHAN, Benjamin; MULHERIN, Peter E. Shi'i division over the Iraqi state: decentralization and the Islamic Supreme Council of Iraq. **British Journal of Middle Eastern Studies**, 2018, pp.1-20.

ISAKHAN, Benjamin. The De-Baathification of post-2003 Iraq: Purging the Past for Political Power. In Isakhan, B. (Ed.) **The Legacy of Iraq: From the 2003 War to the 'Islamic State'**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2015, pp. 21-35.

JABAR, Faleh A.. **The Shi'ite Movement In Iraq.** London: Saqi Books. 2003.

JONES, Lee. (2013). Sovereignty, intervention, and social order in revolutionary times. **Review of International Studies***,* 39(5), 2013, pp.1149-1167.

JONES, Seth G. et all. **Rolling Back the Islamic State**. Santa Monica, California: RAND Corporation. 2017.

KAMEL, Amir M. **The Political Economy of EU Ties with Iraq and Iran**: An Assessment of the Trade-Peace Relationship. New York. Palgrave MacMillan. 2015.

KAPLAN, Lawrence F.; KRISTOL,Willian. **The war over Iraq**: Saddam's tyranny and America's mission. San Francisco: Encounter Books, 2003.

KARSH, Efraim; RAUTSI, Inari. **Saddam Hussein: a political biography**. New York: Grove Press, 2002.

KARSH, Efraim. **The Iran-Iraq War 1980-1988.** Oxford: Osprey Publishing. 2002.

KATZMAN, Kenneth. Iraq: U.S. Regime Change Efforts and the Iraqi Opposition. Report for Congress. **Congrassional Research Service: The Library of Congress**. February 10, 2003.

KEENE, Edward. International hierarchy and the origins of the modern practice of intervention. **Review of International Studies**, 39(5), 2013, pp.1077-1090.

KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of Great Powers: Economic** Change and Military Conflict from 1500 to 2000. London: Unwin Hyman. 1988

KENT, Marian. **Oil and Empire**: **British Policy and Mesopotamian Oil 1900-1920**. London; Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1976.

KENT, Marian. **The Great Powers and the End of the Ottoman Empire**. London: Frank Cass & Co, 1996.

KEYSSAR, Alexander**. O direito de voto: A controversa história da democracia nos EUA**. Tradução: Marcia Epstein. São Paulo: Editora Unesp. 2014.

KHADDURI, Majid. **Socialist Iraq**: A Study in Iraqi Politics since 1968. Washington, D.C.: The Middle East Institute, 1978.

KHADDURI, Majid; GHAREEB, Edmund. **War in the gulf 1990-1991: The Iraq-Kuwait Conflict and its implications**. New York: Oxford University Press. 1997.

KIBBE, J. Covert Action. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. 2010.

KINNINMONT, Jane; STANSFIELD, Gareth; SIRRI, Omar**. Iraq on the International Stage Foreign Policy and National Identity in Transition.** London: The Royal Institute of International Affairs. 2013.

KISSINGER, Henry. **Years of Renewal.** New York: Simon and Schuster. 2000.

KLARE, M. T. **Rogue States and Nuclear Outlaws:** America's Search for a New Foreign Policy. New York, NY: Hill and Wang. 1995.

_____. The Rise and Fall of the "Rogue Doctrine", **Middle East Report,** 208 (0), 1998.

KLEIN, Naomi.**The Shock Doctrine:** The Rise of Disaster Capitalism.New York: Metropolitan Books. 2008.

KNAFO, S. Critical approaches and the legacy of the agent/structure debate in international relations. **Cambridge Review of International Affairs**, 23(3), 2010, pp. 493–516.

KOWALSKI, Mateus. **O Estado em reconstrução e a sua constituição**: A intervenção no Iraque. RelaçõesInternacionais. (26), 2010. p.5-23.

KUPCHAN, Charles. **How Enemies Become Friends**: The Sources of Stable Peace. Princeton; Oxford: Princeton University Press. 2010.

LACHMANN, Richard. Hegemons, empires, and their elites. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 75, p. 9-38, 2014.

LAWSON, George; TARDELLI, Luca. The past, present, and future of intervention. **Review of International Studies***, 39*(5), 2013, pp. 1233-1253.

LESCH, David W.; HAAS, Mark L. **The Middle East and the United States: History, Politics, and Ideologies**. New York; London: Routledge. 2012.

LIJPHART, Arend. Consociational Democracy. **World Politics** 21 (2), 1969, pp.207–225.

LINKLATER, Andrew. **Beyond Realism and Marxism**, London: Macmillan.1990.

LIPSITZ, G. The Struggle for Hegemony. **The Journal of American History**, 75(1), 1988, pp.146-150.

LITWAK, Richard. **Rogue States and U.S. Foreign Policy:** Containment after the Cold War. Washington, DC: The Woodrow Wilson Center Press. 2000.

LITTLE, Douglas. Mission Impossible: The CIA and the Cult of Covert Action in the Middle East. **Diplomatic History**, vol. 28, no. 5, 2004, pp. 663–701.

_____. A Puppet in Search of a Puppeteer? The United States, King Hussein, and Jordan, 1953–1970. **The International History Review**, 17(3), 1995. pp.512–544.

_____. The United States and the Kurds: A Cold War Story, **Journal of Cold War Studies,** 12/4 (2010), pp. 63–9.

LITTLE, Richard. Intervention and non-intervention in international society: Britain's responses to the American and Spanish Civil Wars. **Review of International Studies***, 39*(5), 2013, pp.1111-1129.

LONGRIGG, Stephen H. **Oil In the Middle East**: Its Discovery and Development. London; New York; Toronto: Oxford University Press. 1961.

LOONEY, Robert. The neoliberal model's planned role in Iraq's economic transition. **The Middle East Journal**, 568-586, 2003. pp. 568-586.

LÓPES, Matias. **Elite Theory.** Sociopedia.isa. ISA. 2013a.

_____. The state of poverty: Elite perceptions of the poor in Brazil and Uruguay. **International Sociology**28(3). 2013b, pp, 351-370.

LORTZ, Michael G. **Willing To Face Death: A History Of Kurdish Military Forces — The Peshmerga — From The Ottoman Empire To Present-Day Iraq.** A thesis submitted to the Department of International Affairs in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts at Florida State University. 2005

LYONS, Gene M.; MASTANDUNO, Michael. Introduction: International Intervention, State Sovereignty, and the Future of International Society. In: LYONS, Gene M.; MASTANDUNO, Michael (eds.), **Beyond Westphalia**: State Sovereignty and International Intervention. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press. 1995, p.1-18.

MACMILLAN, John. Intervention and the ordering of the modern world. **Review of International Studies***, 39*(5), 2013a, pp. 1039-1056.

_____. Historicising intervention: Strategy and synchronicity in British intervention 1815–50. **Review of International Studies***, 39*(5), 2013b, pp.1091-1110.

MAMEDOV, Ruslan.**Russia, Iraq face OPEC+ cuts, look to new deals**. Al Monitor. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2020/11/russia-iraq-opec-cuts-deals-energy-reliance-iran.html>. Acesso: 23/12/2020.

MAGALHÃES, David Almstadter. **Os ThinkTanks norte-americanos e a reconstrução do Iraque: divergências e convergências entre liberais e neoconservadores**. Dissertação de Mestrado. PPGRI "San Tiago Dantas" (UNESP-UNICAMP-PUCSP). SP. 2008.

MANELA, Erez. Wilson and Lenin. ***Diplomatic History***, Volume 42, Issue 4, September 2018, pp. 521–524.

MANELA, Erez. **The Wilsonian Moment:** self-determination and the international origins of anticolonial nationalism. Oxford: Oxford University Press, 2007

MANN, M. **The sources of social power**. A history of power from the beginning to A. D. 1760, Cambridge University Press, New York. 1986.

MARKAKIS, Dionysis. **US Democracy Promotion in the Middle East**: The Persuit of Hegemony. A Thesis Submitted to the Department of International Relations of The London School of Economics (LSE) for the degree of PHD, London, 2012.

MARKAKIS, Dionysis. **US Democracy Promotion in the Middle East**: The Persuit of Hegemony. London; New York: Routledge. 2016.

MARR, Phebe. Who are Iraq's new leaders? What do they want?.**United States Institute of Peace Special Report**, Washington DC, March 2006.

_____. Iraq. Its Revolutionary Experience under the Ba'th. In: CHELKOWSKI, Peter J.; PRANGER, Robert J. **Ideology and Power in the Middle East**. Duke University Press, 2013. p 185-209.

_____. **The Modern History of Iraq.** Boulder, CO: Westview Press. 2012.

MATIN, Kamran. Lineages of the Islamic State: An international historical sociology of State (de-)formation in Iraq. **Journal of Historical Sociology**. 31, 2018, pp. 6–24.

MATLARY, Janne Haaland. **Values and Weapons: From Humanitarian Intervention to Regime Change**.London: Palgrave McMillan. 2006.

MATTHEWS, Weldon C. Kennedy Administration, Counterinsurgency, and Iraq's First Baathist Regime.**Int. J. Middle East Stud.**43.2011, pp.635–653.

MAY, Larry, **After war ends**: a philosophical perspective. Cambridge; New York: Cambridge University Press. 2012.

MAYER, Jane. The Manipulator. **The New Yorker**, v. 7, 2004.

MCCORMICK , Thomas J. **America's Half-Century**: United States Foreign Policy in the Cold War and After. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995.

MCDERMOTT, Kevin, AGNEW, Jeremy. **The Commintern: History of International Communism from Lenin to Stalin**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan Press. 1996.

MCGARRY, John; O'LEARY, Brendan. Iraq's Constitution of 2005: Liberal Consociation as Political Prescription'. **InternationalJournal of Constitutional Law**, 5(4), 2007, pp. 670–698.

MCMAHON, Henry. **McMahon, UK High Commissioner in Egypt letter to Sherif Hussein of Mecca.**October 24, 1915. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-198759/> acesso em mar.2021.

MEARSHEIMER, John. **The tragedy of Great Power politics**. New York: W. W. Nanon & Company, 2001

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen M. Keeping Saddam Hussein in a Box. **The New York Times.** Feb. 2, 2003

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen M. An Unnecessary War. **Foreign Policy** (January-February 2003): 51-59.

MIDDLE EAST INTELLIGENCE BULLETIN (MEIB). Iraq: Special Report. **Middle East Intelligence Bulletin**. Vol. 1 n.3, March 1999.

MEJCHER, H. Oil and British policy towards Mesopotamia, 1914–1918. **Middle Eastern Studies.** London, v. 8, i. 3. 1972, pp.377-391.

MILLIBAND, Ralph. **The State in Capitalist Society.** New York; Basic Books.1969.

MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder.** Tradução: Waltensir Dutra. RJ: Zahar Editores. 1968.

_____.EUA: Estrutura Social e Política. *In:* FERNANDES, Heloisa. **Charles Wright Mills.** São Paulo: Ática. 1985, pp. 62-147.

MOADDEL, M.; TESSLER, M.; INGLEHART, R. Foreign Occupation and National Pride: The Case of Iraq. **Population Studies Center Research Report** 08-638. June 2008.

MOHAMEDI, F.; SADOWSKI, Y. The Decline (But Not Fall) of US Hegemony in the Middle East. **Middle East Report**, (220), 12, 2001.

MONTEL, Nathalie**, Le chantier du canal de Suez (1859-1869)**. Paris: Presses des Ponts, 2018.

MORGENTHAU, Hans. To Intervene or not to Intervene.**Foreign Affairs**, Vol. 45, No. 3, Apr. 1967, pp. 425-436.

_____. **A Política entre as Nações.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília. 2003.

MORROW, Jonathan. Iraq's Constitutional Process II: An Opportunity Lost. **United States Institute of Peace - USIP.** Special Report. 2005.

MOSCA, Gaetano. **The Rulling Class**. New York; London: McGraw-Hul Book Company, 1989.

MOTTA, Barbara. V.C. Securitização e Política de Exceção: o Excepcionalismo internacionalista norte-americano **na Segunda guerra do Iraque.** 2014. 125 f. Mestrado em Relações Internacionais. PPGRI San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP - PUC-SP).

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MUTTITT, Greg. **Fuel on the fire**: oil and politics in occupied Iraq. New York; London: The New Press, 2012.

NASSER, Reginaldo Mattar. **Os arquitetos da política externa norte-americana.** São Paulo: EDUC, 2010.

NASSER, Reginaldo Mattar; AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. The End of the Ottoman Empire and the creation of the Iraqi state beyond Sykes-Picot: Between Imperialism and Revolution. **Estudos Internacionais**, v. 8, n. 4, (dez. 2020), p. 35-58

NEVES, André L. V. **George W. Bush (2001-2004): Análise Geopolítica das guerras do Afeganistão e do Iraque.** 2010. 283 f. Doutorado em Ciência política: USP, SP.

NEWMAN, Edward; THAKUR, Ramesh; TIRMAN, John. **Multilateralism Under Challenge?** Power, international order, and structural change. Tokio; New York; Paris: United Nations University Press. 2006.

NEXON, Daniel. The Balance of Power in the Balance. **World Politics**, Vol. 61, No. 2 (Apr., 2009), pp. 330-359.

NINKOVICH, Frank. **The Wilsonian century: US foreign policy since 1900**. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

NOURI, Bamo. **Elite theory and the 2003 Iraq Occupation by the United States – genuine democracy promotion or self-serving elites?.** (Unpublished Doctoral thesis, City, University of London). 2018.

NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. Transnational Relations and World Politics. **International Organization**, Vol. 25, No. 3, (Summer, 1971), pp. 329-349.

NYE Jr, Joseph S Jr. **Bound to Lead**: the Changing Nature of American Power. New York: Basic Books, 1990.

_____. **Soft Power**: The Means of Success in World Politics, New York: PublicAffairs. 2004.

_____.**The Powers to Lead,** New York: Oxford University Press. 2008.

O'REILLY, K.P.Perceiving Rogue States: The Use of the ''Rogue State'' Concept by U.S. Foreign Policy Elites.**Foreign Policy Analysis**. 3, 2007,pp. 295–315.

OBAMA, Barack. **Sen. Barack Obama Speech Against The Iraq War**. NPR. Disponível em: <https://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=99591469> acesso em 15/02/2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Monitoring the Principles for Good International Engagement in Fragile States and Situations.**Fragile States Principles Monitoring Survey: Global Report**: OCDE. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **About**: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. 2018. < https://www.unocha.org/iraq/about-ocha-iraq> 01/05/2019.

_____. Department of Public Information. **The United Nations and the Iraq-Kuwait Conflict 1990-1996**. New York: ONU. 1996.

_____. Security Council. **Resolution 1483 (2003).** Adopted by the Security Council at its 4761st meeting, on 22 May 2003a.

_____. Security Council. **Resolution 1511 (2003).** Adopted by the Security Council at its 4844th meeting, on 16 October 2003b.

_____. Security Council. **Resolution 1546 (2004).** Adopted by the Security Council at its 4987th meeting, on 8 June 2004.

OTTAWAY, Marina. Nation-Building. **Foreign Policy.** No. 132 (2002), pp.16-24.

OTTERMAN, Sharon. IRAQ: Iraq Opposition Groups. **Council of Foreign Relations**. 2005a.

_____. IRAQ: The interim government leaders. **Council of Foreign Relations**. 2005b.

OTTERMAN, Sharon.; BEEHNER, Lionel. IRAQ: Drafting the Constitution. **Council of Foreign Relations** 2005.

O'LEARY, Carole A. The Kurds of Iraq: Recent History, Future Prospects. **Middle East Review of International Affairs**, Vol. 6, No. 4 (December 2002) pp.17-29.

O'REILLY, K. P. Perceiving Rogue States: The Use of the ''Rogue State'' Concept by U.S. Foreign Policy Elites. **Foreign Policy Analysis**. 3, 2007, pp. 295–315.

PANTALEÃO, Olga. A Presença Inglesa. *In*: HOLANDA, S. B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira** - Tomo II, vol. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986, pp. 75-115.

PARETO, Vilfredo**. Manuel d'Économie Politique**. Genebra, LibrairieDroz, 1981

PARIS, Roland. Saving Liberal Peacebuilding. **Review of International Studies**,v. 36, Issue 2, April 2010. p. 337-365.

PARIS, T. J. **Britain, the Hashemites and Arab Rule, 1920-1925**: The Sherifian Solution. Londres: Frank Cass Publishers, 2003.

PARKER, Christopher; MOORE, Pete. The war economy in Iraq. **MIDDLE EAST REPORT (MERIP)**, v. 37, n. 2, p. 6-15, 2007.

PARMAR, Inderjeet. The US-led liberal order: imperialism by another name? **InternationalAffairs**, 94(1), 2018, pp. 151-172.

PARMAR, Inderjeet. Foundation networks and American hegemony. **European journal of American studies**, v. 7, n. 2012, pp.7-1.

PARMAR, Inderjeet. Transnational Elite Knowledge Networks: Managing American Hegemony in Turbulent Times, **Security Studies**, 28:3, 2019, pp. 532-564.

PARMAR, Inderjeet; COX, Michael (Ed.). **Soft power and US foreign policy: theoretical, historical and contemporary perspectives**. London; New York: Routledge, 2010.

PEI, Minxin; AMIN, Samia; GARZ, Seth. Building nations: the American experience. In: FUKUYAMA, Francis. **Nation-building: Beyond Afghanistan and Iraq.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 2006, p. 64-85.

PELLETIERI, Stephen C. **The Iran-Iraq war: chaos in a vacuum**. New York: Praeger Publishers. 1992.

PENROSE, Edith; PENROSE, Ernest Francis**. Iraq: International Relations and National Development**. London: Ernest Benn, 1978.

PERETZ, Don**. The Middle East Today**. New York: Holt, Rinehart, and Witon, 1963.

PFIFFNER, James. US Blunders in Iraq: De-Baathification and Disbanding the Army. **Intelligence and National Security**. Vol. 25, No. 1, February2010, pp. 76–85.

PHILLIPS, D. **Losing Iraq**: Inside the post-war reconstruction fiasco. NY: Basic Books. 2005.

POMERANCE, M. The U.S. Involvement in Sinai: 1975 as a Legal-Political Turning Point. **Israel Law Review,** 20(2-3), 1985, 299-340.

POPE, Hugh. National Agenda : Exiled Opponents of Hussein Start to Harmonize Their Voices : Salahuddin conference is a watershed for the splintered forces opposed to the Iraqi dictator. **Los Angeles Times.** Nov. 3, 1992. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1992-11-03-wr-1337-story.html> acesso 10/02/2021.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** Tradução: Maria Leonor Loureiro. Revisão Técnica: Danilo Enrico Maturscelli. Campinas: Editora Unicamp. 2019.

PRADO JR., Caio. Era Do Liberalismo: 1808-1850. *In:* PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006. pp.88-113.

PRADOS, John. **Presidents' secret wars**: CIA and Pentagon Covert Operations Since World War II. New York: William Morrow and Company, Inc. 1986.

PRATT, Julius W. The Origin of "Manifest Destiny." **The American Historical Review**, 32(4), 1927, pp. 795-798.

QUADT, Willian B. Introduction: How American Middle East policy is Made *in:* LESCH, David W.; HAAS, Mark L. **The Middle East and the United States: History, Politics, and Ideologies**. New York; London: Routledge. 2012. pp. 1-14.

QUEIROZ, Thaís. **A exportação da democracia liberal pelo uso da força: uma análise comparada dos casos da Alemanha, Japão, Afeganistão e Iraque.**2012. 194 f. Mestrado em Relações Internacionais. UNB, Brasília.

RAAT, W. D. US Intelligence Operations and Covert Action in Mexico, 1900–47. **Journal of Contemporary History**, 22(4), 1987, pp.615–638.

RABIL, Robert. The Iraqi Opposition's Evolution: From Conflict to Unity?. **Middle East Review of International Affairs,** Vol. 6, No. 4. December 2002, pp. 1-17.

RAI, Milan. **Iraque: Plano de Guerra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003

RAPKIN, David P.; BRAATEN, Dan. Conceptualising Hegemonic Legitimacy. **Review of International Studies**, vol. 35, no. 1, 2009, pp. 113–149.

RATHMELL, Andrew. Planning post-conflict reconstruction in Iraq: what can we learn? **International Affairs.** v.81, n. 5, 2005. p. 1013-1038.

RISEN, James. **State of War**: The Secret History of the CIA and the Bush Administration. New York: Free Press. 2006.

RITTER, Scott. **Iraq Confidential**: The Untold Story of America's Intelligence Conspiracy. London: I. B.Tauris & Co Ltd, 2005.

RECORDS, Jeffrey The Bush doctrine and war with Iraq. **Parameters**; Carlisle Barracks Vol. 33, Iss. 1, Spring 2003. pp.4-21.

REUS-SMIT, C.. The concept of intervention. **Review of International Studies**, 39(5), 2013, pp.1057-1076.

RIBEIRO, Mikelly M. L. A. **Desafios ao processo de institucionalização das intervenções humanitárias no pós-guerra fria: As Consequências da Invasão dos EUA no Iraque (2003).**2013. 129 f. Mestrado em Relações Internacionais. UEPB.

ROBINSON, William I. Gramsci and Globalisation: From Nation-State to Transnational Hegemony, **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, 8:4, 2005, p.559-574.

ROSENAU, James. **Linkage Politics.**New York: Free Press, 1969

ROSTON, Alan (2008), **The Man Who Pushed America to War**: The Extraordinary Life, Adventures, and Obsessions of Ahmad Chalabi. New York: Nation Books. 2008.

RUBIN, Barry. "America and the Egyptian Revolution, 1950-1957." **Political Science Quarterly,** vol. 97, no. 1, 1982, pp. 73–90.

RUBIN, Michael. Sanctions on Iraq: A Valid Anti-American Grievance? **Middle East Review of International Affairs**, Vol. 5, No. 4. December 2001, pp. 100-115.

RUDGERS, David F. The Origins of Covert Action. **Journal of Contemporary History,** Vol 35, No 2. 2000, pp.249-262.

RUEHSEN ,Moyara de Moraes. Operation 'Ajax' Revisited: Iran, 1953. **Middle Eastern Studies**, vol. 29, no. 3, 1993, pp. 467–486.

RUPERT, Mark. **Producing Hegemony:**The Politics of Mass Production and American Global Power.Cambridge: Cambridge University Press. 1995.

_____.Alienation, capitalism and the inter-state system: toward a Marxian/Gramscian critique. *in*: GILL, Stephen (edt). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge. Cambridge University Press. 1993, pp.67-92.

RUSSELL, Richard L. CIA's Strategic Intelligence in Iraq. **Political Science Quarterly**, Vol. 117, No. 2 (Summer, 2002), pp. 191-207.

SAADOUN, Mustafa.**US grants Iraq reprieve to continue buying Iranian gas**. Iraq Pulse. Al Monitor. 27 may 2019 <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2019/05/iraq-iran-us-gas-electricity.html#ixzz5rtHb9fOL>. 25/06/2019.

SAES, Décio.Uma Contribuição Crítica à Teoria das Elites. **Revista de Sociologia e Política.** n°3. 1994, pp.7-19.

SALIH, Barham. During his the participation in the Sulaimani Forum, President Salih: Corruption is the Political Economy of Violence and there must be measeures to eliminate it. **Presidency Iraq**. 2019. <https://www.presidency.iq/EN/Details.aspx?id=1272> 25/06/2019.

SANFORD, Jonathan E. **Iraq's Economy**: Past, Present, Future. Congressional Research Service. Washington: The Library of Congress. 2003.

SANTOS, Maria H. C; Teixeira, Ulysses T. The essential role of democracy in the Bush Doctrine: the invasions of Iraq and Afghanistan. **RBPI**, 2013, Vol.56(2), p.131-156.

SASSOON, Joseph. **Saddam Hussein's Ba'th Party: Inside an authoritarian regime**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SCOWCROFT, Brent. Don’t Attack Saddam.**TheWall Street Journal.** 16 august 2002**.** Disponível em <https://www.wsj.com/articles/SB10293717732280691 95> Acesso em 05/03/2021.

SERAFINO, Nino; TARNOFF, Curt; NANTO, Dick K. U.S. Occupation Assistance: Iraq, Germany and Japan Compared. Congressional Research Service. **CRS Report for Congress**. 2006.

SERVICE, Robert. **Lenin: A political Life.** Volume 1: The Strengths of Contradiction. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: The Macmillan Press. 1985.

SHANAHAM, Rodger. Shia political development in Iraq: the case of the Islamic Dawa Party. **Third World Quarterly**, Vol. 25, No. 5, pp 943–954, 2004a, pp 943-954.

_____. The Islamic Da'wa Party: Past Development and Future Prospects. **Middle East Review of International Affairs**, Vol. 8, No. 2, June 2004b, pp.16-25.

SHANKER, Tom. White House Says the U.S. Is Not a Loner, Just Choosy. **The New York Times.** July 31, 2001. Disponível em: < https://www.nytimes.com/2001/07/31/world/white-house-says-the-us-is-not-a-loner-just-choosy.html > acesso em 11/02/2021.

SHARP, Jane. The US-UK "Special Relationship" after Iraq. In: CORNISH, Paul (ed.) **The Conflict in Iraq.** London: Palgrave Mcmillan. 2003. 2004.

SHAWCROSS, W. **Allies**: the United States, Britain, Europe and the War in Iraq. London: Atlantic Books. 2003.

SHILLIAM, Robbie. Intervention and colonial-modernity: Decolonising the Italy/Ethiopia conflict through Psalms 68:31. **Review of International Studies***, 39*(5), 2013 pp.1131-1147.

SILVERFARB, D. **Britain's Informal Empire in the Middle East**: A case Study of Iraq 1929- 1941. New York; Oxford: Oxford University Press, 1982.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. *In:* HOLANDA, S. B. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III**, vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp. 378 - 406.

SKLAIR, Leslie. **Sociology of the Global System**. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press. 1991.

SKOCPOL, Theda. **States and social revolutions**: a comparative analysis of France, Russia and China, Cambridge University Press, New York. 1979.

SLUGLETT, Peter. **Britain in Iraq**: Contriving King and Country. London: New York: I.B. Tauris, 2007.

SMITH, C. G. The Emergence of the Middle East. **Journal of Contemporary History**, Vol. 3, No. 3, The Middle East (Jul., 1968), pp. 3-17.

SMITH, R. Jeffrey; OTTAWAY, David B. Anti-Saddam Operation Cost CIA $100 million. **The Washington Post**. Sunday, September 15, 1996.

SMITH, Tony. **America's Mission**: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

SOTIRIS, Panagiotis. **Gramsci and the Challenge of the Left:** The Historical Bloc as a strategic concept. Science & Society, Vol. 82, No. 1, January 2018, 94–119.

SOUZA, André de M; MORAES, Rodrigo F.**Coalizões Globais Lideradas pelos EUA na Guerra ao Terror (2001-2011**).Contexto Internacional, 2015, 37(2), pp.763-790.

SOUZA, Queila R. & QUANDT, Carlos O. Metodologia de Análise de Redes Sociais. In: DUARTE, F; QUANDT C.; SOUZA Q.. (Org**.). O Tempo das Redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 31-63

SPRINGBORG, Robert. Infitah, Agrarian Transformation, and Elite Consolidation in Contemporary Iraq. **Middle East Journal**, Vol. 40, No. 1 (Winter, 1986), pp. 33-52

STANSFIELD, Gareth. **The reformation of Iraq's foreign relations: new elites and enduring legacies.** International Affairs, Volume 86(6), 2010, pp. 1395-1409.

SCHEFFER, David. The Security council and International Law on Military Occupations. In: LOWE, et all., **The United Nations and the Security Council**: The Evolution of Thought and Practice since 1945. Oxford; Oxford University Press. 2008, pp.580-607.

STEIN, Arthur. The hegemon's dilemma: Great Britain, the United States, and the international economic order. **International Organization***, 38*(2), 1984, pp. 355-386.

STEIN, Hebert. **Presidential economics: The making of economic policy from Roosevelt to Reagan and beyond**. Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research.1988.

SYDOR-ESTABLE, Nikola. Covert Action, Hidden Influence: American Hegemony and the Coup d'Etat, 1946-2002. **Affaires publiques et internationales - Mémoires // Public and International Affairs - Research Papers**. 2011.

TARDELLI, Luca. **When Elites Fight**: Elites and the Politics of U.S. Military Interventions in Internal Conflicts. A thesis submitted to the Department of International Relations of the London School of Economics for the degree of PHD, London, September 2013.

TALMON, S. **The Occupation of Iraq**. Volume II: The Official Documents of the Coalition Provisional Authority and the Iraqi Governing Council. Oxford: Hart Publishing, 2013.

THE NEW YORK TIMES. **Opposition Factions in Iraq Meet to Form United Front.**October 28, 1992a. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/10/28/world/opposition-factions-in-iraq-meet-to-form-united-front.html> acesso em 09/12/2021.

_____. **Hussein Foes Create Joint Front for a Federal Iraq.**November 2, 1992b. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/11/02/world/hussein-foes-create-joint-front-for-a-federal-iraq.html?msclkid=94d4129daf8611ec86d5f30e04cb1b07> acesso em 09/12/2021

TOTH, James. No One Likes a Vacuum: The U.S.-Iraq War and The Search for Middle East Regional Hegemony, 1948-1990. **Critical Sociology**, 21(1), 1995, pp. 3–32.

TRACHTEMBERG, Marc. The Iraq Crisis and the Future of the Western Alliance, in Andrews (ed.) **The Atlantic Alliance under Stress**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

_____. **The craft of international history**. A guide to method. New Jersey: Princeton University Press, 2006.

TREATY OF VERSAILLES. **Treatyand protocol signed at Versailles.**June 28, 1919. p.43-240. Disponível em: <https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000002-0043.pdf> Acesso 10/08/2021

TRIPP, Charles. **A History of Iraq**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____, **The Power and The People**. NY: Cambridge University Press, 2013.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 1483**. Adopted by the Security Council at its 4761st meeting. 22 May 2003. 2003a. Disponível em: <http://www.uniraq.com/index.php?option=com_k2&view=item&id=1408:resolution-1483&lang=en>. Acesso em 02/02/2021.

**_____. Resolutions 1500**. Adopted by the Security Council at its 4808th meeting, on 14 August 2003. 2003b. Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1500(2003)>Acesso em 02/02/2021.

**_____. Resolutions 1511**. Adopted by the Security Council at its 4844th meeting, on 16 October 2003.2003c. Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1511(2003)>Acesso em 02/02/2021.

UNITED STATES OF AMERICA (USA).**Civil war in Iraq**: a staff report to the Committee on Foreign Relations, United States Senate. Washington, U.S. G.P.O. 1991.

_____. 105th Congress. H.J. Resolution 465. **Iraq Liberation Act of 1998.** 31 October 1998. <https://www.congress.gov/bill/105th-congress/house-bill/4655> 08/03/2019.

**_____.** Congress. H.J. Res. 114**: Authorization for Use of Military Force Against Iraq Resolution of 2002. Oct. 10,** 2002. Disponível em <https://www.govtrack.us/congress/votes/107-2002/h455> Acesso em 05/03/2021.

_____, State Department. **Strategic Framework Agreement for a Relationship of Friendship and Cooperation between the United States of America and the Republic of Iraq**. 17 November 2008. <https://www.state.gov/documents/organization/122076.pdf> 08/03/2019.

_____, State Department. Bureau of Near Eastern Affairs. **Fact Sheet: USA**. Relations With Iraq. 31 July 2018. <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/6804.htm>acesso em08/03/2019.

_____, U.S. Embassy in Iraq. **The SFA and U.S.-Iraqi Bilateral Relations**, 2009

_____, State Department. **Fact Sheet:** U.S. Relations With Iraq. April 28, 2017.

_____, State Department. Office of the Historian, Foreign Service Institute. Milestones in the History of U.S. Foreign Relations. **The 1928 Red Line Agreement**. May 9, 2017.

_____. State Department, Office of the Historian. **Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976.** Washington: United States Government Printing Office. 2012.

_____. State Department, Central Files.Foreign Relations of the United States .1958–1960, Near East Region; Iraq; Iran; Arabian Peninsula, Volume XII **Telegram From the Department of State to the Embassy in Iraq.** Doc. 97. February 12, 1958 (1958a). Disponível em <history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v12/d97> acesso em 05/10/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States 1958–1960, Near East Region; Iraq; Iran; Arabian Peninsula, Volume XII. **Telegram From the Department of State to the Embassy in Iraq.**December 4, 1958 (1958b). Disponível em <history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v12/d145> acesso em 05/10/2021.

_____. State Department, Central Files.Foreign Relations of the United States .1961–1963, Volume XVIII, Near East, 1962–1963. **Telegram From the Embassy in Iraq to the Department of State**. Doc. 49. November 20, 1962. Disponível em: < https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v18/d49> Acesso em 28/10/2021.

_____. State Department, Central Files.Foreign Relations of the United States 1961–1963, Volume XVIII, Near East, 1962–1963. **Circular Telegram From the Department of State to Certain Posts.**Doc. 361.November 15, 1963. Disponível em: <history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v18/d361> Acesso em 07/10/2021

. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States 1964-1968, Vol XXI, Near East Region; Arabian Peninsula.**Memorandum of conversation** Doc. 163. 1964a. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/d163> Acesso em 28/10/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States 1964-1968, Vol XXI, Near East Region; Arabian Peninsula. **Letter From Secretary of State Rusk to Minister of Foreign Affairs al-Hamid.**Doc. 164. 1964b. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/d163> Acesso em 28/10/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States 1964-1968, Vol XXI, Near East Region; Arabian Peninsula.**Telegram From the Department of State to the Embassy in Iraq.** Doc. 190. 1967a. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/d190 > Acesso em 01/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States 1964-1968, Vol XXI, Near East Region; Arabian Peninsula. **Telegram From the Embassy in Iraq to the Department of State.**Doc. 191. 1967b. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/d190 > Acesso em 01/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States 1964-1968, Vol XXI, Near East Region; Arabian Peninsula. **Memorandum From the President's Special Assistant (Rostow) to President Johnson.**Doc. 192. 1967c. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/d192> Acesso em 01/11/2021.

. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States 1964-1968, Vol XXI, Near East Region; Arabian Peninsula. **Memorandum From the Ambassador to Iraq (Strong)**. Doc. 196. 1967d. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/d196> Acesso em 01/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States 1964-1968, Vol XXI, Near East Region; Arabian Peninsula. **Intelligence Note From the Director of the Bureau of Intelligence and Research (Hughes) to Secretary of State Rusk.** Doc. 196. 1967e. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/d197> Acesso em 01/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States 1964-1968, Vol XXI, Near East Region; Arabian Peninsula. **Memorandum From John W. Foster of the National Security Council Staff to the President's Special Assistant (Rostow).**Doc. 199. 1968a. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/d199> Acesso em 01/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States 1964-1968, Vol XXI, Near East Region; Arabian Peninsula. **Memorandum From John W. Foster of the National Security Council Staff to the President's Special Assistant (Rostow).** Doc. 200. 1968b. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21/d200> Acesso em 01/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–4, Documents on Iran and Iraq, 1969–1972.**Memorandum of Conversation.**Doc. 244-250. 1969a. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04/ch5> Acesso em 02/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–4, Documents on Iran and Iraq, 1969–1972.**Memorandum of Conversation.** Doc. 260. 1969b. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04/d260> Acesso em 02/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–4, Documents on Iran and Iraq, 1969–1972.**Memorandum of Conversation.** Doc. 262. 1969c. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04/d262> Acesso em 02/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–4, Documents on Iran and Iraq, 1969–1972. **Telegram 128256 From the Department of State to the Embassy in France**.Doc. 272. 1970. Disponível em <https:/history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04/d272> Acesso em 02/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–4, Documents on Iran and Iraq, 1969–1972. **Memorandum From the Executive Secretary of the Department of State (Eliot) to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger).**Doc. 305. 1972a. Disponível em <https:/history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04/d305> Acesso em 02/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–4, Documents on Iran and Iraq, 1969–1972. **Intelligence Memorandum ER IM 72–92 Prepared in the Central Intelligence Agency** Doc. 311. 1972b. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04/d311> Acesso em 02/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–4, Documents on Iran and Iraq, 1969–1972. **Telegram 103059 From the Department of State to the Embassies in the United Kingdom, France, and the Netherlands.**Doc. 314. 1972c. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04/d314> Acesso em 02/11/2021**.**

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–4, Documents on Iran and Iraq, 1969–1972. **Memorandum From the Deputy Assistant Secretary of State for International Resources Food Policy (Katz) to the Assistant Secretary of State for Economic and Business Affairs (Armstrong)** Doc. 312. 1972d. Disponível em <https:// history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04/d312> Acesso em 02/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–4, Documents on Iran and Iraq, 1969–1972. **Memorandum From the Country Director for Lebanon, Jordan, the Syrian Arab Republic, and Iraq (Seelye) to the Assistant Secretary of State for Near Eastern and South Asian Affairs (Sisco).**Doc. 316. 1972e. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04/d316> Acesso em 02/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–4, Documents on Iran and Iraq, 1969–1972**. National Intelligence Estimate 36.2–72.** Doc. 330. 1972f. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04/d330> Acesso em 06/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Letter From the Chief of the Interests Section in Baghdad (Lowrie) to the Director of the Office of Lebanon, Jordan, Syrian Arab Republic, and Iraq Affairs, Bureau of Near Eastern and South Asian Affairs (Korn).**Doc. 214. 1973a. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d214> Acesso em 08/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Memorandum From the Executive Secretary of the Department of State (Eliot) to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger).** Doc. 205. 1973b. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d205> Acesso em 09/11/2021**.**

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Telegram From the Interests Section in Baghdad to the Department of State.** Doc. 208. 1973c. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d208> Acesso em 09/11/2021**.**

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Memorandum From the Under Secretary of State for Security Assistance (Donaldson) to Secretary of State Kissinger.**Doc. 241. 1974. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d241> Acesso em 09/11/2021**.**

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger)** Doc. 289. 1975a. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d289> Acesso em 10/11/2021**.**

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Telegram From the Interests Section in Baghdad to the Department of State**. Doc. 271. 1975b. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d271> Acesso em 09/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Telegram From the Interests Section in Baghdad to the Department of State**. Doc. 285. 1975c. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d285> Acesso em 15/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Telegram From the Interests Section in Baghdad to the Department of State**. Doc. 287. 1975d. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d287> Acesso em 15/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Telegram From the Interests Section in Baghdad to the Department of State**. Doc. 294 até 298. 1975e. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d287> Acesso em 16/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Memorandum of conversation**. Doc.302. 1975f. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d302> Acesso em 16/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Telegram From the Interests Section in Baghdad to the Department of State**. Doc. 303. 1976a. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d303> Acesso em 16/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Reseaerch Study Prepared in the Central Intelligence Agency**. Doc. 317. 1976b. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d317> Acesso em 16/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXVII, Iran; Iraq, 1973–1976. **Telegram From the Interests Section in Baghdad to the Department of State**. Doc. 307. 1976c. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27/d307> Acesso em 16/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1977–1980, Volume XVIII, Middle East Region; Arabian Peninsula. **Memorandum From Secretary of State Vance to President Carter** Doc. 131. 1977. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v18/d131> Acesso em 16/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1977–1980, Volume XVIII, Middle East Region; Arabian Peninsula. **Intelligence Memorandum Prepared in the Central Intelligence Agency.** Doc. 134. 1978. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v18/d134> Acesso em 16/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1977–1980, Volume XVIII, Middle East Region; Arabian Peninsula. **Telegram From the United States Interests Section in Baghdad to the Department of State**. Doc. 139. 1980a. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v18/d139> Acesso em 16/11/2021.

_____. State Department, Central Files. Foreign Relations of the United States, 1977–1980b, Volume XVIII, Middle East Region; Arabian Peninsula. **Article in the National Intelligence Daily.** Doc. 141. 1978b. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v18/d141> Acesso em 16/11/2021.

_____. Department of State. Office of Inspector General. **Review of Awards to Iraqi National Congress Support Foundation.**Report Number 01-FMA-R-092, September 2001. Disponível em: <https://www.stateoig.gov/system/files/7508.pdf> Acesso 21/01/2022.

_____. Department of the Treasury. Office of Foreign Assets Control. **Iraq: An Overview of the Iraq Stabilization and Insurgency Sanctions Regulations.** 2010. Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/financial-sanctions/sanctions-programs-and-country-information/iraq-related-sanctions> Acesso 27/12/2021.

VAN BRUINESSEN, Martin. The Kurds between Iran and Iraq. **MERIP Middle East Report**, No. 141, Hidden Wars (Jul. - Aug., 1986), pp. 14-27.

_____.The Qâdiriyya and the lineages of Qâdirî shaykhs among the Kurds, in: Thierry Zarcone, Ekrem Işın, and Arthur Buehler (eds), *The Qadiriyya Order*, special issue of **Journal of the History of Sufism.**1, 2 (2000), pp. 131-149.

VAN DER PIJL, Kees. Soviet Socialism and Passive revolution. *IN*: GILL, Stephen (edt). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge. Cambridge University Press. 1993. Pp.237-258.

_____, Ruling Classes, Hegemony and the State System. **International Journal of Political Economy**, 19:3, 1989. Pp. 7-35,

_____, **The Making of an Atlantic Ruling Class.** London; New York: Verso. 1984.

VANDERBUSH, Walt. Exiles and the Marketing of U.S. Policy toward Cuba and Iraq. **Foreign Policy Analysis.** (5), 2009, pp.287–306.

VINOGRADOV, Amal. The 1920 Revoltin Iraq Reconsidered: The role of Tribes in National Politics. **Int. J. Middle East Stud.** 3 (1972), 123-139.

VIZENTINI, Paulo; WIESEBRON, Marianne. **Neohegemonia Americana ou Multipolaridade?** Pólos de Poder e Sistema Internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

VIOLA; Eduardo; LEIS, H. Unipolaridade, governabilidade global e intervenção unilateral anglo-americana no Iraque. **RBPI**, 01 December 2004, Vol.47(2), pp.29-58.

WALKER, Martin. The Making of Modern Iraq**, The Wilson Quarterly(1976-)**, Vol. 27, No. 2 (Spring, 2003), pp. 29-40.

WALTZ, K. **Men, the State and War:** a Theoretical Analysis. NY:Columbia Univ. Press 1954.

WALZER, Michael. **Guerras Justas e Injustas**: Uma Argumentação Moral com Exemplos Históricos. Tradução: Waldea Barcellos. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Trad. C. Sérgio Duarte (2a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002

WILLIAMS, David. Development, intervention, and international order. **Review of International Studies***, 39*(5), 2013, pp.1213-1231.

WILLIAMS, Andrew J. 'Reconstruction' before the Marshall Plan. **Review of International Studies** 31.3 2005, pp.541-558.

WILSON, Woodrow. Fourteen points. In: **Address to Congress**. 1918. p. 33-36.

WIRL, Franz. OPEC as a political and economical entity**. European Journal of Political Economy.** 25 (2009) 399–408.

WOLFE-HUNNICUTT, Brandon. Embracing Regime Change in Iraq: American Foreign Policy and the 1963 Coup d'état in Baghdad*, **Diplomatic History***, Volume 39, Issue 1, January 2015, Pages 98–125.

WONG, Edward. Review: The occupation of Iraq: Winning the war, losing the peace. **The New York Times**. May 30, 2007.

WURMSER, David. **Tyranny's ally: America's failure to defeat Saddam Hussein.** Washington D.C.: AEI Press. 1999.

YAMAO, Dai. Iraqi Islamist parties in international politics: The impact of historical and international politics on political conflict in post-war Iraq.**International Journal of Contemporary Iraqi Studies** Volume 6 Number 1.2012. pp. 27–52

YAPHE, S. J. Republic of Iraq. In D. Long, B. Reich & M. Gasiorowski. (eds.) **The Government and Politics of the Middle East and North Africa.** Boulder: Westview Press, 2007. p. 114-152.

YOO, John. International law and the war in Iraq.**American Journal of International Law,** 2003. pp. 563-576.

YOUSAF, Mohammad; ADKIN, Mark. **Afghanistan The Bear Trap**: The Defeat of a Superpower. Philadelphia: Casemate Pub & Book Dist Llc. 2001.

ZAHRAN, Geraldo; RAMOS, Leonardo. From hegemony to soft power: implications of a conceptual change. In:PARMAR, Inderjeet; COX, Michael (ed.) **Soft power and US foreign policy**. London; New York: Routledge, 2010. p. 12-32.

ZUNES, S; GERSHMAN, J. **The US role in iraq sectarian Violence**. Foreign Policy Focus, 2006.

**APÊNDICE A - QUADRO DE ANÁLISE DE REDE DAS ELITES DE OPOSIÇÃO IRAQUIANA A PARTIR DE 1990.**

| | | **Antes da invasão de 2003** | | | | | **Durante a ocupação da CAP (2003-2004) e no estabelecimento do GII (2004-2005)** | | | | **A partir das eleições, Iraque como República Federativa Parlamentarista** | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **Critério 1: foi membro do CAC, o parte de uma organização que fez parte do CAC (1990); ou participou ou era membro de grupo que participu de algma das conferências da oposição entre 1991 e 1992.** | | **Critério 2: recebeu apoio, ou a organização da qual faz parte recebeu apoio dos EUA seja via covert actions (1991-1998) ou via formal a partir do *Iraq Liberation Act* (1998), ou qualquer outro mecanismo de subsídio legal dos EUA entre 1998 e 2003** | | | **Critério 3: Durante a ocupação da CAP (2003-2004), no estabelecimento do GII (2004-2005) e no Governo Transisional (2005-2006) ocupou algum cargo executivo, ou ministerial, ou de conselho.** | | | | **Critério 4: A partir das eleições, Iraque como República Federativa Parlamentarista, teve cargo público relevante.** | |
| **Organizações políticas de oposição** | **Nomes** | **Membro do Comitê de Ação Conjunta (CAC), ou de organização que fez parte do CAC, 1990.** | **Membro das organizações que atenderam a Conferência de Beirute (1991), Viena e/ou Salahuddin (1992)** | **Fazem parte das Principais organizações políticas da elite da oposição apoiadas pelos EUA nos anos 1990** | **São dos grupos de oposição apoiados pelos EUA conforme a expansão do *FOIP*ou foi incluído Grupos de Trabalho em 2002** | **O Comitê de Coordenação e Acompanhamento de 65 membros eleito na Conferência de Oposição Iraquiana de Londres (2002)** | **Membro do Conselho de Liderança do Iraque (CLI) ou do Conselho Governamental do Iraque (CGI) ou seu Gabinete (2003-2004), ou do Conselho de Reconstrução e Desenvolvimento do Iraque (IRDC).** | **Presidentes do CGI (2003-2004). Cargo com rotatividade mensal.** | **Membros do Governo Interino iraquiano e seus cargos (junho de 2004 a janeiro de 2005)** | **Membros do Comitê de Redação da Constituição do Iraque 2005** | **Ocupações políticas/profissionais relevantes pós-eleições 2005** | **Definição profissional** |
| **INA / INC - CEINC/ Ex-Baath** | **Ayad Allawi** | Membro do CAC | presente | sim | já estava | Sim | sim, liderança do CLI e Conselheiro do CGI | sim (Outubro de 2003) | Primeiro Ministro | Não | Liderou a Lista Nacional Iraquiana (2005); Vice presidente (2014-2015; 2016-2018) | político |
| **INC [Presidente do Comitê Executivo]** | **Dr. Ahmad Chalabi** | não | organizador | sim | já estava | Sim | sim, liderança do CLI e Conselheiro do CGI | sim (setembro de 2003) | não | Não | Vice-Primeiro Ministro do Iraque (2005-2006); Ministro do Petróleo (2005-2006); líder da INC nas alterações parlamentares pós-2005, ativo politicamente até sua morte em 2015. | empresário/político |
| **KDP / INC** | **Masoud (Marsour) Barzani** | Membro do CAC | organizador | sim | já estava | Sim | sim, liderança do CLI e Conselheiro do CGI | sim (abril de 2004) | não | Não | Presidente da Região Autonôma do Curdistão (2005-2017) | político |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Supremo Conselho para a Revolução Islâmica no Iraque (SCIRI)** | **Abdul Aziz al-Hakim** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | sim | já estava | Sim | sim, liderança do CLI e Conselheiro do CGI | sim | não | Não | Liderança do partido SCIRI desde 2003, morreu em 2009 | político/liderança religiosa |
| **SCIRI** | **Mohamed Baqir al-Hakim** | Membro do CAC | presente | sim | já estava | Sim | morreu em agosto de 2003, antes do estabelecimento dessas organizações/cargos | | | | | político/liderança religiosa |
| **PUK** | **Jalal Talabani** | Membro do CAC | organizador | sim | já estava | Sim | sim, liderança do CLI e Conselheiro do CGI | sim (novembro de 2003) | não | Não | Presidente do Iraque 2005-2014 | político |
| **Partido Dawa** | **Ibrahim Jaafari (Abu Ahmad al-Ja'fari)** | Membro do CAC | presente | não | Sim | Não | sim, liderança do CLI e Conselheiro do CGI | sim (agosto de 2003) | Vice presidente (2004-2005) | Não | Primeiro Ministro do Iraque (2005-2006); Dirigente do Partido Dawa até 2007; Ministro do MRE 2014-2018 | politico |
| **MMC** | **Al-Sharif Ali Bin Al-Hussein** | não | presente | sim | já estava | Sim | sim, Conselheiro do CGI | não | não | Não | liderança do MMC desde 2003 | herdeiro monárquico hachemita |
| **Movimento Nacional Iraquiano (INM)** | **Fallah Hassan Al-Naqib (Nakib)** | Membro de organização que compôs o CAC[329] | presente | não | sim | Não | não | não | Ministro do Interior | Não | Governador da Provincia de Salahudin | político |
| **Frente Nacional Iraquiana (INF) / INA** | **Tawfiq al-Yasseri (Yasiri)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | Sim | Sim | Membro do IRDC | não | não | Não | Conselheiro do Ministério do Interior (2005); Formou a Coalizão Patriótica Democrática. Seu partido, porém, não conquistou nenhuma cadeira no parlamento iraquiano. Morrreu de COVID-19 em 2020. | militar/político |
| **Conselho Superior de Salvação Nacional / INC** | **Wafiq al-Samarrai** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim (INC) | sim | Sim | não | não | não | Não | Conselheiro de Segurança Nacional (2005-2008) | militar |
| **Frente Turcomana do Iraque** | **Sondul Chapouk (Sungul Chabuk).** | ? | presente | não | Sim | Não | sim, Conselheira do CGI | não | não | Não | Chefe da Organização das Mulheres do Iraque. | política/engenheira |

[329] Filho do General Hassan Al-Naqib, seu pai foi membro do CAC

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **MDA** | **Yonadam Yousif Kanna (Yacoub Yosep)** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | não | Sim | Sim | sim, Conselheira do CGI | não | não | Sim | Parlamentar da Assembleia Nacional do Iraque (2005; 2010; 2014). Vice-presidente do Comitê de Economia, Investimento e Reconstrução2006-2010. | político |
| **SCIRI** | **Ibrahim Hamoudi** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | Sim | não | não | não | Não | manteve-se como uma liderança política do SCIRI | Político |
| **Assembleia dos Democratas Independentes (2005) / Tendência Centrista Democrática (2000)** | **Ayham Al-Samurai (Aiham Alsamarae)** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | Sim[330] | Sim | sim, Gabinente do CGI (Ministro da Eletricidade) | não | Ministro da Eletricidade | Não | membro do ativo do *Iraq National List* coalizão política liderada por Iyad Allawi em 2005 | político/empresário |
| **Independente** | **Ahmed al-Barak [Ahmad Shya'a al-Barak]** | ? | não | não | já estava | Não | sim, Conselheiro do CGI | não | não | Não | advogado e coordenador da Ordem dos Advogados do Iraque, também traduzido como Sindicato dos Advogados no Iraque, a maior associação de advogados do país. | Advogado |
| **Agrupamento Islâmico Iraquiano / INC [presidente]** | **Mohammed Bahr al-Ulloum [Muhammad Bahr al-Ulum]** | ? | presente | sim | já estava | Sim | sim, Conselheiro do CGI e Gabinete do CGI (Ministro do Petróleo) | sim (Julho de 2003 e Março de 2004) | não | Não | manteve-se como uma liderança política e religiosa independente pós-2005 até falecer em 2015 | liderança religiosa e política |
| **Assembleia dos Democratas Independentes (2005) / Tendência Centrista Democrática (2000)** | **Adnan Pachachi** | ? | não | não | não | Não | sim, liderança do CLI e Conselheiro do CGI | sim (Janeiro de 2004) | não | Não | Líder da Assembleia dos Democratas Independentes (2005) eleito membro da Assembleia Nacional do Iraque. Eleito novamente em 2010. Morreu em 2019. | político |

330 GT de Procedimentos e Princípios Democráticos; Economia e Infraestrutura; e Finanças Públicas do *FOIP*

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SCIRI / INC [CEINC]** | **Baqir Jabr al-Zubeidi / Bayan Jabr Solagh** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | sim | já estava | Sim | sim, Gabinete do CGI (Ministro de Construção e Habitação) | não | Ministro de Construção e Habitação (setembro 2003 - junho 2004) | Não | Ministro do Interior (2005-06); Ministro das Finanças (2006-2010); Ministro do Transporte (2014-15) | político |
| **IIP / INC** | **Ayad Al-Samaraei (Iyad Samarrei)** | ? | presente | sim (INC) | já estava | Sim | não | não | não | Sim | Presidente do Parlamento iraquiano (2009 - 2010), secretário-Geral do Partido Islâmico do Iraque desde 2011 | político |
| **SCIRI** | **Jawad Al-Attar** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | Sim | não | não | não | Não | manteve-se como político do SCIRI | político |
| **KDP** | **Jawhar Namiq Salim** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | Sim | não | não | não | Não | Liderança crítica, clamava por reformas no KDP e na Região Autônoma do Curdistão iraquiano de 2003 até sua morte em 2011 | político |
| **INC / INM / Conselho das Tribos Iraquianas** | **Hatem (Hatim) Mukhlis** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim (INC) | sim (INM)[331] | Sim | não | não | não | Não | Em 2005 formou o Agrupamento *Wataniyun* (Patriotas). Lìder político sunita | político |
| **ex-Baathista / INA** | **Mohammed Abdullah al-Shahwani (Shawani)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | Não | não | não | Diretor do Serviço Nacional de Inteligência do Iraque | Não | Orquestrou o malsucedido golpe de 1996. Diretor do Serviço Nacional de Inteligência do Iraque (2004-2009) | militar |
| **ex-Baathista / INA** | **Adnan Nuri** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | Não | não | não | não | Não | Orquestrou o malsucedido golpe de 1996. Não encontramos quaisquer iniformações sobre este indivíduo na literatura especializada | militar |
| **INA** | **Tahseem Mu'allah (Tahsin** | membro do CAC | presente | sim | já estava | Não | não | não | não | Não | Orquestrou o malsucedido golpe de 1996. Manteve-se como | político |

[331]Grupo de Trabalho de Princípios e procedimentos Democráticos do *FOIP*

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Muallah)** | | | | | | | | | | liderança do INA | |
| **Confederações Tribais** | **Hatem Shaalan Abu Al-Joun** | ? | não | não | não | Sim | não | não | não | Não | liderança tribal independente | político / lídertribal |
| **IIP** | **Hajim Al-Hasani** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | não | Sim | não | não | Ministro da Indústria e Minerais | Não | Membro do parlamento (2005), como parte da coalizão Lista Nacional do Iraque. Renunciou em 2007 e passou a participar de eleições provinciais desde então | político |
| **SCIRI/INC** | **Hameed (Hamid) Al-Bayati** | Membro do CAC | presente | sim | já estava | Sim | Sim, do CLI[332] | não | não | Não | Representante Permanente do Iraque na ONU (2006-2015) | político |
| **Comício Nacional Iraquiano (INR)** | **Hussein (Husayn) Al-Juburi** | ? | presente | não | não | Sim | não | não | Prefeito de Tikrit (até fevereiro de 2004) | Não | manteve-se como político liderança do INR | militar/político |
| **Conselho das Tribos Iraquianas / ADI (2005) / TCD (2000)** | **Hussein Al - Shaalan (Al-Sha'lan)** | ? | presente | Sim, via INC | Já estava | Sim | não | não | não | Sim | Líder da tribo Khaza'il e do Conselho Nacional de Tribos do Iraque; Eleito para o Conselho de Representantes do Iraque (2005); Ministro de Estado (2010-). | político/ líder tribal |
| **Partido Dawa** | **Sayyid Hussain Baraka Al Shami,** | Membro de organização que compôs o CAC | Presente | sim | já estava | Sim | não | não | não | Não | Diretor da Fundação *Dar Al-Islam*, Cricklewood, Londres. Conselheiro para ex-primeiro ministro Nouri Al Maliki (2006-2014). | político |
| **SCIRI** | **Rida Jawad Taqi** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | Sim | Sim, do CLI | não | não | Não | membro do Conselho de Representantes do Iraque até 2010 pelo SCIRI | político |
| **SCIRI** | **Souad Al-Krimawi** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | Sim | não | não | não | Não | manteve-se como político do SCIRI | político |

[332] Foi apontado como subsecretário do Ministério de Relações Internacionais durante a ocupação.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Independente** | **Saad Al Bazzaz** | ? | ? | não | não | Sim | não | não | não | Não | Dirigiu o Centro Cultural do Iraque em Londres. Fundou a Azzaman Press & Publication Company na Grã-Bretanha | Jornalista |
| **Imann Soldiers / SCIRI** | **Saad Jawad** | Membro do CAC | presente | sim | não | Sim | não | não | não | Não | Membro do Parlamento Iraquiano pelo SCIRI (2005) | Político |
| **Free Iraq Council** | **Saad Salih Jabir (Saad Saleh Jabr)** | membro do CAC | Presente | não | não | Sim | não | não | não | Não | Saad Salih Jabr teria retornado ao Iraque no início de 2004. Não encontramos mais informações. | Político/ empresário |
| **Independente** | **Saadun Al-Dilaimi (Dulaimi)** | ? | ? | não | não | Sim | não | não | não | Não | Ministro da Defesa (2005-2006; e 2011-2014) e Ministro da Cultura (2010-2014) | professor/político |
| **Independente** | **Sinan Al-Shibibi (Shabibi)** | ? | ? | não | não | Sim | Membro do IRDC. | não | governador do Banco Central do Iraque | Não | Presidente do Banco Central do Iraque de setembro de 2003 a outubro de 2012 | Economista |
| **INA** | **Imad Shibib (Shabib)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | Não | Sim, do CLI | Não | não | Não | Membro do partido Acordo Nacional Iraquiano de Ayad Allawi | Político |
| **Movimento da Monarquia Constitucional** | **Sadiq Al-Musawi** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | Sim | não | não | não | Não | eleito para a Assembleia Nacional de transição do Iraque em janeiro de 2005 e para o Conselho de Representantes em dezembro de 2005, candidato da Aliança Unida do Iraque. | política |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **National Campaign to Free Iraq from Dictatorship (independente)** | **Sra. Safia al-Sihail** | ?[333] | ?[334] | não | não | Sim | não | não | Embaixadora do Iraque em Omã | Não | Membro do parlamento iraquiano (2005;2014); chefe do Departamento para a Europa no MRE do Iraque de 2014-2016 e o Embaixador da República do Iraque. Embaixador do Iraque na Itália desde 2020. | política |
| **União Islâmica do Curdistão** | **Salah El Den Muhammad Bahaa El-Den; Salaheddine Bahaaeddin** | ? | ? | não | não | Sim | sim, Conselheiro do CGI. | não | não | Não | Secretário-geral da União Islâmica do Curdistão desde 2016 | político |
| **INA** | **Salah Al-Shackly (Al-Shaikhli)** | membro do CAC | Presente | sim | Sim[335] | Sim | não | não | Embaixador do Iraque na Grã-Bretanha | Não | Chefe da organização estatística central, presidente do Banco Central do Iraque e do Fundo do Iraque para o Desenvolvimento Externo. Foi líder do INA, encarregado da mídia e de assuntos externos. | Economista/jornalista/ político |
| **Frente Turcomana do Iraque** | **Safan Ahmed Agha** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | Sim | Sim | não | não | não | Não | Representante político dos assentos reservados para minoria turcomena no Iraque. | político |
| **SCIRI** | **Adel Abdel Mahdi (Adil Abdul-Mahdi)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | Sim | Sim, do CLI | não | Ministro das Finanças | não | Vice-presidente do Iraque de 2005-2011; Ministro do Petróleo (2014-2016); Primeiro Ministro do Iraque (2018-2020) | economista; político |
| **União Islâmica do turcomano iraquiano** | **Natik Abbas Hasan al-Bayati** | ? | presente | não | não | sim | não | não | não | sim | Membro da Assembleia Nacional Iraquiana pelo partido União Islâmica do turcomano iraquiano | Político |

333 filha do Sheik Talib al-Suhail (assassinado em 1994) que era membro do CAC

334 filha do Sheik Talib al-Suhail (assassinado em 1994) que esteve presente nas Conferências da oposição.

335 GT de Economia e Infraestrutura; e Finanças Públicas do *FOIP*.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **IIP** | **Mohsen Abdel Hamid** | ? | ? | não | não | não | sim, Conselheiro do CGI | sim (fevereiro de 2004) | não | não | Presidente do conselho *Shura* do Partido Islâmico do Iraque | político |
| **Independente** | **Abdul Sattar Al-Jumaily** | ? | ? | não | não | sim | não | não | não | não | membro do conselho da Cidade de Fallujah | político |
| **Independente (Fundação Al-Khoei)** | **Abdul Majed Al-Khuoei (Majid al-Khoei)** | não | não | não | Sim[336] | sim | assassinado em abril de 2003 | | | | | liderança religiosa e política |
| **Partido Dawa** | **Ezzedine Salim [Izz al-Din Salim; Abd al-Zahra Uthman Muhammad]** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | sim | sim | sim, Conselheiro do CGI | sim (Maio de 2004) | ele foi morto por um carro-bomba suicida perto da Zona Verde em 17 de maio de 2004 | | | político |
| **SICRI** | **Akram Al-Hakim** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | sim | já estava | sim | não | não | não | sim | Ministro da Agricultura (?); Ministro de Estado para o Diálogo Nacional (2006-) | político |
| **Independente/ TCD (2000)** | **Ghassan Al-Atia (Ghassan al-Atiyyah)** | não | não | não | não | sim | não | não | não | Não | Diretor da Fundação para o Desenvolvimento e a Democracia do Iraque (IFDD). Professor na Universidade de Bagdá; Pesquisador do *The Washington Institute*. | acadêmico |
| **União dos Democratas Iraquianos** | **Farouk Ridaa** | membro do CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | Sim[337] | sim | não | não | não | não | ? | político |
| **PUK** | **Fouad Maasoum (Fuad Masum)[338]** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | sim | Sim, do CLI | não | não | sim | Presidente do Conselho de Representantes (2010); Presidente do Iraque 2014-2015. | político |

336 GT de Governo Local do *FOIP*

337 GT (não identificado) do *FOIP*

338 Sua filha Juwan Fuad Masum foi ministra de Telecomunicações no GTI em 2005-2006.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Independente (Iraquiano-americano)** | **Kanaan Makia** | não | não | não | não | sim | não | não | não | não | Fundou o Projeto de Pesquisa e Documentação do Iraque (IRDP), renomeado como Fundação da Memória do Iraque em 2003; Professor na Brandeis University (EUA). | Acadêmico |
| **PUK** | **Kosret Rasoul Ali** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | sim | não | não | não | não | Vice Presidene do KRG (2005-2009) (2009-2017); Líder da PUK (2017-2020). | político |
| **INC** | **Nabil Musawi** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | Sim, do CLI[339] | não | não | não | notório representante político do INC | político |
| **INC (bloco dos democratas independentes)** | **Dr. Goran Talabani** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | sim | Sim, do CLI | não | não | não | Vice-presidente sênior da SDB Partners LLC (2009-?), Envolvido em projetos e programas de infraestrutura e defesa no Iraque. | empresário |
| **SICRI** | **Mohammed Taqi Al-Mawla** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | sim | não | não | não | não | líderança turcomena iraquiana e religiosa. Membro do parlemento iraquiano pelo SCIRI. | político/religioso |
| **SICRI** | **Mohammed Al-Haidari** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | sim | já estava | sim | não | não | não | não | membro do Conselho de Representantes do Iraque pelo SCIRI (2005-2010) | político |
| **Dawa / INC [CEINC] / Liderança Islâmica Democrática** | **Mohammed Abdel-Jabbar** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | Sim (INC) | Sim[340] | sim | não | não | não | não | manteve-se na política como liderança política e religiosa islâmica (xiita) democrática. | político |

339 Atuava ao lado de Chalabi em decisões importantes no CGI como secretário do INC. Foi nomeado membro de alguns Comitês do CGI na época.

340 GT de Governo Local, e Transparência e Anticorrupção do *FOIP*

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Partido Socialista Democrático do Curdistão** | **Mohammed Al Haj Mahmod** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | não | sim | não | não | não | não | líder do Partido Socialista Democrático do Curdistão; Oficial do Ministério de Relações Exteriores (2003-2014) | político |
| **Partido Democrata Popular / KDP / INC [CEINC]** | **Sami Abdul-Rahman** | Membro do CAC | presente | sim | já estava | não | não | Em agosto de 2003 compôs o Comitê Preparatório para Encontrar Mecanismos e Meios de Seleção e Eleição dos Membros da Convenção Constitucional do CGI; Foi Vice-Primeiro Ministro do KRG até 2004, morreu em um ataque terrorista suicida em 2004 | | | | político |
| **SCIRI/INC** | **Ahmed Ali Muhsin** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | sim | não | não | não | não | conselheiro do SCIRI, importante interlocutor da política iraquiana | político |
| **Partido da Pátria Iraquiana (Bloco de Reconciliação e Libertação)** | **Mishaan Al-Jubouri (Misha'an al-Juburi)** | ? | ? | não | não | sim | não[341] | não | não | não | Líder do Bloco de Reconciliação e Libertação, que ocupou cargos no Conselho de Representantes do Iraque (2005-2010). Membro da *Al-Arabiya Coalition* (2014). | político/empresário |
| **independente / INC / Movimento Nacional Iraquiano (2010)** | **Mudhar Shawkat** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | sim | sim, do CLI | não | não | não | Membro do parlamento iraquiano (2010);Fundou em 2014 a Frente de Salvação Nacional, partido sunita. Também executivo nas área de telecomunicação e segurança. | político/empresário |
| **Partido Dawa/ INC** | **Dr Mowafak Al-Roubaei (Mowaffak al-Rubaie) (Mouwafak al-Rabii)** | Membro do CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | Sim | sim | sim, Conselheiro do CGI | não | não | não | Conselheiro de Segurança Nacional do Iraque (2005-2009). Eleito para o Conselho de Representantes do Iraque em 2005, membro da Aliança Iraquiana Unida e de 2014-2018. | político |

341 Mas foi governador de Ninawa 2003.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instituto Curdo de Washington (2009) (*Washington Kurdish Institute)*** | **Dr. Najim al-Deen Karim** | não | não | não | não | sim | não | não | não | não | Governador de Kirkuk (2011-2017). Cofundador do Congresso Nacional Curdo da América do Norte, estabeleceu o Instituto Curdo de Washington. | político |
| **KDP / INC [CEINC]** | **Hoshiar Zibari (Hoshyar)** | Membro do CAC | presente | sim | já estava | sim | sim, do CLI e do Gabinete do CGI (MRE) | não | Ministro das Relações Exteriores | não | Ministro MRE (2005-2014); Ministro das Finanças (2014-2016) | político |
| **Partido Patriótico Assírio (PPA)/ MDA/ INC [CEINC]** | **Albert Yelda** | Membro do CAC | presente | sim (INC) | Sim (MDA)[342] | sim | não | não | não | não | Embeixador iraquiano no vaticano (2004-2020) | político/diplomata |
| **ICP/ PCC** | **Karim (Kerim) Ahmad** | Membro do CAC | presente | não | Não | sim | não | não | não | não | Fundados do Partido Comunista Curdo (PCC) foi líder partidário até 2004, depois disso continuou no partido. | político |
| **Partido dos Trabalhadores do Curdistão** | **Qadir Aziz** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | Sim, via INC | Já estava | sim | não | não | não | não | Secretario Geral do Partido dos Trabalhadores do Curdisão, principal oposição à União Nacional Curda | político |
| **SCIRI** | **Bayan Al-Aaraji** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | sim | não | não | não | não | Membro ativo do SCIRI | político |
| **Dawa** | **Haider al-Abadi** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | sim | não | sim, Gabinete do CGI (Ministro da Comunicação) | não | não | não | Vice líder do Partido Dawa (2007-2014); Primeiro Ministro (2014-2018) | político |
| **Dawa** | **Khodairal-Khoazel** | Membro de Organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | sim | não | não | não | não | não | Parlamentar iraquiano do Dawa na ANT (2005); Vice presidente do Iraque 2011-2014. | político |

[342]Grupo de Trabalho sobre Política e Instituições de Defesa do *FOIP*

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Liderança dos Islamistas independentes/ INC [CEINC]** | **Muhammad Muhammad Ali (Sheik Abu Haider)** | Membro do CAC | Presente | Sim, via INC | Sim | sim | não | não | não | não | Não encontramos informações sobre ele em nossas pesquisas. | político |
| **independente (Curda) / ONU** | **Nisrin Barwari (Nesreen M. Siddeek Berware)** | não | não | não | não | não | Sim, Gabinete do CGI (Ministro de Trabalhos Públicos) | não | Ministra das Municipalidades e Trabalhos Públicos | não | Ministra das Municipalidades e Trabalhos Públicos (2005); Professora da Universidade de Duhok Membro do Comitê de Coordenação de Planejamento de Duhok e representante da FWE[343]Pesquisadora na LSE. | Acadêmica/empresária |
| **independente** | **Abderrah-man Sadik Karim** | ? | não | não | não | não | Sim, Gabinete do CGI (Ministro do Meio Ambiente) | não | não | não | manteve-se fora do governo desde então | ativista/engenheiro |
| **independente (sobrinho de Ahmad Chalabi)** | **Ali Abdul Amir Allawi** | Não | presente | não | não | não | Sim, Gabinete do CGI (Ministro do Comércio) | Não | Ministro da Defesa (abril à junho de 2004) | não | Ministro das Finanças (2005-2006); Vice-primeiro-ministro e ministro das finanças do Iraque (2020-). | político |
| **Democratas Independentes do Iraque (2005) / independente (2007-)** | **Mahdi Ahmed al-Hafez (Medhu Hafedh)** | ? | não | não | não | não | Sim, Gabinete do CGI (Ministro do Planejamento) | Não | Ministro do Planejamento | não | Eleito para o Conselho de Representantes em 2005 pela Lista Nacional Iraquiana A partir de 2007, político independente. Morreu em 2017. | político |
| **IIP** | **Ziad Abderrazzak Mohammad Aswad** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | não | não | Sim, Gabinete do CGI (Ministro do Ensino Superior) | não | não | não | Professor da Universidade de Bagdá (1980-2003), Universidade do Bahrein (2004-2015). Aposentou-se em 2015. | Acadêmico |
| **independente** | **Abdel Basset (al-Hadithi)** | ? | ? | não | não | não | Sim, Gabinete do CGI (Minsitro dso DH) | não | não | não | Presidente do banco Central do Iraque (2012-2014); e do Conselho Federal de Auditoria Suprema (2014). | político |

343 ONG com foco na assistência humanitária a refugiados iraquianos e sírios deslocados para o KRG.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **INA** | **Nuri Badran** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | Sim, do CLI e do Gabinete do CGI (Ministro do Interior) | não | não | não | Ex-embaixador iraquiano na URSS durante ogoverno Baath, deixou o cargo em 1990. Badran renunciou ao cargo em abril de 2004 em meio a um escândalo de corrupção. | político/diplomata |
| **Independente (sunita)** | **Samir Shakir Mahmoud Sumayda'ie (Samir Sumaidaie)** | ? | ? | não | não | não | Sim, Conselheiro do CGI e Gabinetedo CGI (Ministro do Interior, substituiu Nuri Badran) | não | não, porém foi o Representante iraquiano na ONU | não | Representante permanente do Iraque na ONU (2004-2006); embaixador iraquiano nos EUA (2006-2011) | Diplomata |
| **Partido Nacional Democrata (2003)** | **Abdel Amir Abbud Rahima** | ? | ? | não | não | não | Sim, Gabinete do CGI (Ministro da Agricultura) e membro do IRDC. | não | não | não | liderança do partido Nacional Democrata do Iraque, político influente em Basra. | político |
| **ICP** | **Subhi Mansour Al-Jumaili** | membro do CAC | presente | não | não | não | Sim, Gabinete do CGI (Ministro da Agricultura) | não | não | não | Uma das lideranças do ICP | Político |
| **Dawa** | **Khodayyir Abbas** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | sim | não | Sim, Gabinentedo CGI (Mininstro da Saúde) | não | não | não | manteve-se na política como representante do partido Dawa | político |
| **PUK** | **Mohammad Tofiq Rahim** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | Sim, Gabinete do CGI (Ministro da Indústria e Minerais) | Não | não | não | Saiu da PUK em 2006, Se tornou secretário dos departamentos internos do Movimento pela Mudança (*Gorran*),grupo de oposição do Curdistão iraquiano. | político |
| **Partido Nacional Democrata (2003)** | **Hashim Abderrahman al-Shibli** | ? | ? | não | não | não | Sim, do CLI e do Gabinete do CGI (Ministro da Justiça) | não | não | não | eleito para a Assembleia Nacional do Iraque em dezembro de 2005 na coalizão secular da Lista Nacional do Iraque | político |
| **líder tribal / INC [CEINC]** | **Sami Azara al-Majun (Sami 'Azaze Al-Ma'joun)** | ? | presente | sim | já estava | não | Sim, Gabinente do CGI (Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais) | não | não | sim | Manteve-se como liderança tribal importante no Iraque pós-2005 | político/lider tribal |
| **independente (Sunita)** | **Kamel al-Kilani** | ? | ? | não | não | não | Sim, Gabinente do CGI (Ministro das Finanças) | não | não | não | ? | economista |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SCIRI** | **Mohammad Jassem Khodayyir (Khudayr)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | Sim, Gabinete do CGI (Ministro da imigração e Refúgio) | não | não | não | Político ativo do SCIRI | político |
| **Independente (Assírio cristão)** | **Bahnam Zaya Bulos** | ? | ? | não | não | não | Sim, Gabinete do CGI (Ministro do Transporte) | não | não | não | ? | engenheiro civil |
| **Independente** | **Shaykh Ghazi M. Ajil al-Yawar; Ghazi Mashal Ajil al-Yawer [al-Yawir]** | ? | presente | não | não | não | sim, Conselheiro do CGI | sim (maio-junho de 2004) | Presidente | não | Vice-presidente do Iraque (2005-2006); Líder dos*Iraqioun*, maior lista secular com um líder sunita. Membro do Conselho de Representantes (2005-2010). | Engenheiro/político |
| **KDP** | **Dr. Rowsch Shaways (Ruz Nuri Shawis)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | Sim, do CLI[344] | não | Vice Presidente do Iraque | não | Vice Primeiro Ministro do Iraque (2005-2006; 2014-2015) | político |
| **PUK** | **Dr. Barham (Berham) Salih** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | não | não | Vice Primeiro Ministro do Iraque; Diretor de Assuntos de Segurança | não | PM da região controlada pela PUK no KRG (2001-2004); PM do KRG (2009-2012); Ministro do Planejamento e Cooperação para o Desenvolvimento (2005-2006) Vice Primeiro Ministro do Iraque (2006-2009); Presidente do Iraque desde 2018 | político |
| **independente** | **Dr. Sawsan Ali Magid al-Sharifi** | ? | ? | não | não | não | não | não | Ministra da Agricultura | não | Membro do Ministério da Agricultura que tratava de contratos com empresas privadas internacionais. | especialista em Agricultura / política |

344 Por diversas vezes, na ausência de Masoud Barzani, Rowsch Shaways representou-o no CGI. Portanto, tinha posição de relevância no processo decisório do CGI durante a reconstrução. Também era presidente da Assembleia Nacional da Região autônoma do Curdistão iraquiano neste período.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Independente** | **Dr. Mohamed Ali Al-Hakim (Alhakim)** | ? | ? | não | não | não | não, mas foi Secretário-Geral Adjunto do CGI | não | Ministro de Comunicação | não | Membro da Assembleia Nacional do Iraque e membro da comissão de relações exteriores (2005-2006); Embaixador e diretor de organizações árabes, europeias, internacionais e departamentos de planejamento de políticas no MRE (2006-2010); Representante Permanente nas ONU em Genebra e Nova York (2010-2017); Ministro dos Negócios Estrangeiros (2017-2020). | político/diplomata |
| **Independente** | **Dr. Omar al-Farouq Salim al-Damluji** | ? | ? | não | não | não | não | não | Ministro de Construção e Habitação | não | Professor e Presidente do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Bagdá. Ele é membro fundador e primeiro presidente da Sociedade Geotécnica Iraquiana. | Engenheiro Civil/acadêmico |
| **ICP** | **Mufid Muhammad Jawad al-Jaza'iri (Mufid Mohammad Jawad al-Jazairi)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | não | não | sim, Gabinete do CGI (Minstro da Cultura.) | não | Ministro da Cultura | não | Membrodo Conselho de Representantes do Iraque na eleição legislativa iraquiana de dezembro de 2005 como um dos dois parlamentares comunistas da Lista Nacional do Iraque. | político |
| **Independente** | **Hazim al-Sha'lan (al-Shaalan al-Khuzaei)** | ? | ? | não | não | não | não | não | Ministro da Defesa | não | Acusado de corrupção deixou o Iraque 2005 para a Jordânia, nunca foi preso. | empresário/economista |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **independente (assíria cristã)** | **Ms. Pascale Sorya Isho (Pascal Esho Warda; Pascale Isho Warda)** | ? | ? | não | não | não | não | não | Ministro de Deslocamentos e Migração | não | Em 2005, liderou a fundação da Organização de DH Hammurabi[345]. Desde 2015 trabalha com a Aliança das Minorias Iraquianas[346]; Presidente da União das Mulheres Assírias. | política/DH |
| **independente** | **Dr. Sami al-Mudhaffar** | ? | ? | não | não | não | não | não | Minsitro da Educação | não | ex-reitor da Universidade de Bagdá; Ministro da Educação Superior (2005-2006). | acadêmico |
| **Democratas Independentes do Iraque (2005)** | **Ms. Mishkat Moumin** | ? | ? | não | não | não | não | não | Ministra do Meio Ambiente | não | Depois de sofrer ameaças de morte se mudou para os EUA em 2005. Professora adjunta da*George Mason University* em 2006. | ativista |
| **independente** | **Dr. Ala'din Adbul Sahid Alwan** | ? | ? | não | não | não | sim, Gabinete do CGI (Ministro da Educação) | não | Ministro da Saúde | não | Ministro da Saúde até 2019 | Médico |
| **independente** | **Dr. Taher Khalaf Jabur al-Bakaa (Albakaa)** | ? | ? | não | não | não | não | não | Ministro da Educação Superior | sim | Membro da Assembleia Nacional em 2005. Desde então investiu na carreira acadêmica na *SufoukUniversity*da Inglaterra e *BridgewaterStateUniversity* (EUA). | Político/Acadêmico |
| **independente** | **Dr. Bakhtiar Amin** | ? | ? | não | não | não | sim, Gabinete do CGI (Ministro dos DH) | não | Ministro dos DH | não | Diretor e conselheiro de diversas instituições de DH que atuaram no Iraque[347]. | profissional de DH |

345 Grupo sem fins lucrativos que monitora e se opõe às violações dos DH contra membros de grupos minoritários do Iraque.

346 Coalizão de grupos da sociedade civil que trabalham para representar as comunidades minoritárias (cristãos, shabaks, sabean-mandeans, kaka'is, baha'is, faili e yazidis).

347 Em fevereiro de 2006, selecionou o conselho de diretores da "Fundação para o Futuro" da Iniciativa Mais Ampla para o Oriente Médio e Norte da África. Conselheiro de Refugiados na Suécia e Secretário Geral do Instituto Curdo de Paris, Conselheiro da Fundação Danielle Mitterrand France-Libertes, Diretor da Human Rights Alliance em Washington D.C. e Diretor Executivo da International Alliance for Justice (IAJ).

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **independente** | **Dr. Malik Dohan al-Hassan** | ? | ? | não | não | não | não | não | Ministro da Justiça | não | Presidente da Ordem dos Advogados do Iraque[348] | Advogado |
| **INA** | **Ms. Leyla Abdul Laif (Latif)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | não | não | Ministra do Trabalho e assuntos Sociais | não | Membro da ADInaseleições legislativas de janeiro de 2005. Porém não ganhou assentos. | política |
| **independente** | **Thamer Al-Khadhban (Thamir Abbas Ghadhban)** | ? | ? | não | Não[349] | não | não | não | Ministro do Petóleo | sim | Membro da Assembleia Nacional (2005); Assessor do vice-presidente do Iraque (2005-2006). Presidente do comitê de assessores do PM (2006-2016); Conselheiro do PM (2016-2018);Vice-Ministro de Energia e Ministro do Petróleo (2018-2020). | engenheiro do Petróleo |
| **independente** | **Dr. Rashad M. Omar** | ? | ? | não | não | não | sim, Gabinete do CGI (Ministro da Ciência e Tecnologia) | não | Ministro da Ciência e Tecnologia | não | trabalha no setro privado de construção civil | engenheiro/político |
| **independente** | **Mohammed al-Jibouri (Joubri)** | ? | ? | não | não | não | não | não | Ministro do Comércio | não | Diretor geral da State Oil Marketing Organization (SOMO). | Economista |
| **independente** | **Louay Hatem Sultan al-Erris** | ? | ? | não | não | não | não | não | Ministro dos Transportes | não | Vice-presidente do Conselho Provincial de Bagdá, governador da província de Bagdá, engenheiro de aeronaves da BoeiIng e Diretor-Geral da *Iraqi Airways*. | Engenheiro de Aeronaves |
| **PUK / INC [CEINC]** | **Latif Rashid** | Membro do CAC | presente | sim | já estava | não | sim, Gabinete do CGI (Ministro de recusros Hídricos) | não | Ministro de Recursos Hídricos | não | Ministro dos Recursos Hídricos de 2003-2010 | engenheiro civil/político |

348 Presidente da comissão especial que tratava da indenização de vítimas de violações dos DH durante o governo de Saddam Hussein e protestou contra as violações dos DH nas prisões dos Estados Unidos no Iraque.

349 Porém foi Paul Bremer em 2003, quem introduziu Thamer Ghadahban as lideranças da oposição, qualificando-o como um notório especialista em Petróleo, ex-diretor do Ministério do Petróleo iraquiano (1989-1992), com antecedentes de crítico as políticas de Saddam Hussein. Inclusive em 1992 foi preso por três meses por isso. Depois foi libertado e exercia atividades técnicas no Ministério do Petróleo. (ALLAWI, 2007, p.110)

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SCIRI** | **Ali Fa'if al-Ghabban (Ghadban)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | sim, Gabinete do CGI (Ministro da Juventude e Esportes) | não | Ministro da Juventude e Esportes | não | Membro ativo do SCIRI | político |
| **INA** | **Wael Abdul Latif [Wa'ilAbd al-Latif]** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | sim, Conselheiro do CGI | não | Ministro de Estado e Juíz de Assuntos Provinciais | sim | membro da Assembleia nacional do Iraque 2005-2008 pelo *Iraq National List* liderado por Iyad Allawi | Juíz/político |
| **PUK** | **Ms. Narim Othman** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | não | não | Ministra de Estado, Assunto de Mulheres | não | ministra do Meio Ambiente (2005-2014) | política |
| **INA** | **Dr. Kassim Daoud (Qassim Dawoud) (Qasem Daud)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | não, mas era Conselheiro de Segurança Nacional | não | Ministro de Estado | sim | Membro da Assembleia Nacional de transição em janeiro de 2005; membro do Conselho de Representantes pela Aliança Iraquiana Unida (Lista Watani). Líder do Bloco Solidariedade (*Tadamun*) | político |
| **Partido Socialista Curdo/Independente** | **Mamu Farham Othman Pirali (Mahmoud Othman) (Mahmud Uthman)** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | não | Não | não | sim, Conselheiro do CGI | não | Ministro de Estado | não | Chefe da Lista da Aliança do Curdistão, Membro eleito da Assembleia Nacional do Iraque (2005); Membro da Assembleia Nacional Iraquiana para a província de *Sulaymaniyah* (2009).[350] | político |
| **Conselho das Tribos Iraquianas (líder tribal Al-Janabi[351])** | **Adnan al-Janabi (Aljanabi)** | ? | ? | Sim, via INC | Já estava | não | não | não | Ministro de Estado | sim | Membro do Conselho de Representantes do Iraque nas eleições de 200, 2010 e 2014. Presidente do Centro de Pesquisas e Estudos do Iraque. | Líder tribal/Político/Economista |
| **independente** | **Aqila al-** | ? | ? | não | não | não | sim, Conselheiro | não | não | assassinada em setembro de 2005 | | diplomata/políti |

350 Liderando para formar a coalizão curda para Bagdá, que consiste em (Lista Curda, Lista de Mudança, Lista de Serviços e Reforma, Partidos Islâmicos

351 Uma das tribos mais importantes do Iraque, de 750.000 membros.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Hashimi** | | | | | | do CGI | | | | | ca |
| **independente** | **Salamah al-Khafaji** | ? | ? | não | Sim | não | sim, Conselheira do CGI | não | não | não | Professora da Universidade de Bagdá/ cadidata não eleita nas eleições parlamenteares de 2005 | Acadêmica/Política |
| **Independente** | **Raja Habib al-Khuzaai (Raja Habib al-Khaza'I)** | ? | ? | não | Não | não | sim, Conselheira do CGI | não | não | não | membro da Assembleia Nacional do Iraque, eleito sob a bandeira da Aliança Unida do Iraque (Ammar Al-Hakim) (2005). dirige uma maternidade na cidade de Diwaniyah. | Médica/Política |
| **Independente / *Hezbollah* do Iraque** | **Abdel-Karim Mahoud al-Mohammedawi (Abd-al Karim al-Mahmadaw)** | ? | presente | não | não | não | sim, Conselheiro do CGI | não | não | não | Líder do Hezbollah (Iraque) juntou-se à coalizão da Aliança Iraquiana Unida nas eleições legislativas iraquianas de janeiro de 2005; Ministro do Comércio (2005-2006); | político |
| **Partido Comunista Iraquiano** | **Hamid Majid Mousa [Hamid Majid Musa]** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | não | sim | sim, Conselheiro do CGI | não | não | sim | Membro da Assembleia Nacional do Iraque nas eleições de janeiro de 2005 pela União do Povo. Reeleito em dezembro de 2005 pela Lista Nacional do Iraque. | político |
| **ICP / INC** | **Labid Abawi (Abbawi)** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | sim (INC) | Não | não | não | Não | Sim, Vice-Ministro de Relações Exteriores | não | De 1993 a 2000, ele chefiou o Comitê de Relações Exteriores do Partido Comunista do Iraque.; Vice-ministro das Relações Exteriores (2007-2011). | político |
| **Partido Democrático Nacional** | **Naseer al-Chaderchi [Nasir Kamil Chadirchi] [Naseer Kamil Al-Chadirji]** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | não | não | sim, liderança do CLI e Conselheiro do CGI | não | sim, vice-ministro de Municipalidades e Trabalhos Públicos | não | Líder do Partido Democrático Nacional desde 2003. | Político, advogado, empresário e proprietário de fazenda; |
| **Independente (Sunita curdo)** | **Dara NoorAlzin (Dara Nur al-Din)** | ? | ? | não | não | não | sim, Conselheiro do CGI | não | não | sim | Ministro da Justiça (2008-2010) | Juíz/político |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **(Nour Al-Deen)** | | | | | | | | | | | |
| **SCIRI** | **Abdel Hadi Al-Hakim** | Membro do CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | Não | não | não | sim | membro do Conselho de Representantes do Iraque (SCIRI) | político |
| **Independente (*Kafaat Gathering*)** | **Ali Al-Dabagh (Ali Mehdi Jawad Aldabbagh)** | ? | ? | não | Sim | não | Não | não | não | sim | Ministro do Estado desde 2010 | engenheiro, empresário e político |
| **Partido Dawa** | **Nouri (Jawad) Al-Maliki** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | não | sim | não | Sim, do CLI | não | não | sim | PM (2006-2014); Vice presidente (2014-2015; 2015-2018); Ministro do Interior (2010-2014); Ministro da Defesa (2010-2011); Ministro de Assuntos de Segurança Nacional (2010-2014); Líder do Partido Dawa (2007-). | político |
| **Partido Dawa** | **Ali al-Adeeb** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | não | sim | não | Não | não | não | sim | Membro do Parlamento Iraquiano desde 2005 (Dawa); Ministro do Ensino Superior e Pesquisa Científica (2010-2014). | político |
| **SCIRI / INC [CEINC]** | **Dr Hamam Hamoudi (Hammoudi) (Sheikh Humam Baqir Abdul Majid Hamoudi)** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | sim | já estava | não | Não | não | não | sim | Membro do Conselho de Representantes do Iraque pela Aliança Iraquiana Unida; chefe daComissão Parlamentar de Relações Exteriores; Líder do SCIRI. | Líder Religioso/ Político |
| **SCIRI** | **Jalal Al-Deen Al-Sagheer (Saghir)** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | Não | não | não | sim | Eleito para o Conselho de Representantes do Iraque na lista da Aliança Unida do Iraque (2005). Em 2007, nomeado para o comitê parlamentar que aprovava emendas à Constituição do Iraque. Em 2014, ele criou | Político |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | *Saraya Ansar al-Aqeeda*como parte das PMU's. | |
| **PUK** | **Nawshirwan Mustafa** | Membro de organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | Sim | Já estava | Não | Sim, do CLI[352] | não | não | não | Secretário-Geral Adjunto da PUK até 2006; Fundou o Gorran (*Moviment for Change*) em 2009, líder até 2017. | Político |
| **Dawa / INC [CEINC]** | **Sami Al-'Askeri (Askari)** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | Sim (INC) | já estava | não | Membro do IRDC e porta-voz de mídia do escritório central de Bagdá da CAP | não | não | sim | Membro da Assembleia Nacional Iraquiana, eleito pela coligação política do Estado de Direito (2009). | Político |
| **Movimento Sadrista (*Sadr Movement)*** | **Bahaa Al Araji (Beha' Al-A'reji)** | não | não | não | não | não | Não | não | não | sim | Membro do Parlamento Iraquiano desde 2005 (Movimento Sadrista); Vice Primeiro Ministro (2014-2015). Porta-voz do Movimento Sadrista | político |
| **Independente / *Iraq Forum for Democracy*** | **Emad Dhia** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava[353] | não | Diretor do IRDC | não | não | não | Foi assessor/conselheiro do Primeiro Ministro Ibrahim Jaafari (Dawa) 2005-2006 | Engenheiro |
| **Independente / *Iraq Forum for Democracy*** | **Dr Mundher Al-Fadhl (Munther Al Fadhal)** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | não[354] | não | não | sim | Conselheiro sênior do Ministério da Justiça do Iraque; Professor da Universidade de Amman e Bagdá; Diretor do programa de pesquisa jurídica do *Iraqi Future Affairs Institute.*(*Think tank*); Membro do *International Institute for Middle-East and Balkan Studies* (IFIMES). | Acadêmico/ Direito |

352 Porém, ele participou das reuniões do CLI e na ausência de Jalal Talabani, Nawshirwan Mustafa geralmente era seu representante na CGI, sendo ator relevante durante a reconstrução do Iraque.

353 GT de Economia e Infra estrutura; e de Finanças Públicas do *FOIP*

354 Porém era membro do Planned Ministerial Advisory Teams como consultor para o planejamento do novo Ministério da Justiça (2003)

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Independente / *Iraq Forum for Democracy* / INC** | **Sami Kareem** | não | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | Não[355] | não | não | não | Gerente de projetos de Internet para uma empresa de tecnologia | engenheiro eletrônico |
| **Partido Virtude Islâmica (Fadhila)** | **Dr Nadim al-Jabiri** | ? | ? | Não | não | não | Não | não | Não | sim | Professor da Universidade de Bagdá; Secretário-Geral do partido Virtude Islâmica[356] | Acadêmico/ Político |
| **Independente** | **Dr Muhsen Al-Qazwini** | ? | ? | Não | não | não | Não | não | Não | sim | A partir do apoio do Ministério da Educação Superior liderou a criação da Universidade *Ahl al-Bayt* | Acadêmico |
| **indepentende (curdo)** | **Dr. Hussein Balissani** | não | não | não | não | não | não | não | não | sim | *Tishk International University*, reitor da faculdade de direito | acadêmico |
| **Asembleia Democrática Iraquiana** | **Muhammad Al-Rubaii (Mohammad Ali Fadhil Al Rubaie)** | Membro do CAC | ? | Não | Sim | Não | Assessor do Ministério do Ensino Superior | Não | Não | não | Assessor do Ministério do Ensino Superior (2006-14). Diretor da Rede de cientistas iraquianos no exterior | Acadêmico |
| **Independente** | **Mustafa Al-Kadhimi** | ? | ? | Não | Sim | não | não[357] | não | não | Não | ex-oficial de inteligência;PM do Iraque (2020-0 | Político |
| **KDP** | **Nechirvan Barzani** | Membro de Organização que compôs o CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim | já estava | não | não | não | não | não | PM da região controlada pelo KDP no KRG (1999-2005); Primeiro Ministro do KRG (2006-2009; 2012-2019); Presidente do KRG (2019-2021) | político |
| **independente** | **Dr Khidir Hamza** | não | não | sim[358] | já estava | não | não | não | não | não | Após a ocupação caiu em descredbilidade na comunidade científica | cientista |

355 Porém trabalhou na renovação tecnológica do Ministério do Transporte e da Telecomunicação.

356 Nas eleições de 2005 levaram 15 assentos e nas de 2010 levaram 6 assentos no Parlamento.

357 Não participou do CGI ou qualquer minstério, porém fundou a *Iraqi Media Network*, paralela ao seu trabalho como diretor executivo da *Iraq Memory Foundation*, uma organização fundada com o objetivo de documentar os crimes sob o regime Baath de Hussein.

358 Cientista nuclear que, com a ajuda da CIA na década de 1990, se tornou um dos desertores mais importantes do Iraque.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | nuclear, pois suas informações sobre o programa de armas nucleares do Iraque não foram comprovadas. | |
| **Partido Comunista Iraquiano / INC [ CEINC]** | **Abdul Razzaq Al-Safi** | membro de organização que compôs o CAC | presente | sim (INC) | Não | não | Não | não | não | não | Não encontramos quaisquer informações sobre este indivíduo na literatura especializada, na documentação, tampouco em enciclopédias. | político |
| **Movimento Islâmico do Curdistão Iraquiano (IMIK)/INC [CEINC]** | **Mula Ali Abdul Aziz** | ? | presente | Sim | já estava | não | Não | não | não | não | liderança política curda islâmica | Líder político e religioso |
| **Movimento de Oficiais Livres e Civis Iraquianos** | **Najib al-Salhi** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | Não | Sim[359] | não | Não | não | não | não | Liderança militar manteve-se nos assuntos militares do Iraque após 2005. | militar |
| **Conselho Superior de Salvação Nacional / ex-baath** | **Nizar al-Khazraji[360]** | ? | ? | Sim | Sim | não | Não | não | não | não | Acredita-se que ele esteja nos Emirados Árabes Unidos, ou Kuwait. Procurado pela Interpol por crimes contra os curdos iraquianos durante o período que foi general no regime Baath. | Militar/ Político |

359GT sobre Política e Instituições de Defesa do *FOIP*.

360 Alegadamente trabalhou com a CIA em 1996 quando renunciou seu cargo no regime Baath. Ele fugiu para o norte do Iraque controlado pelos curdos em 1995 e pediu asilo político na Dinamarca em 1999, depois de passar algum tempo na Síria e na Jordânia. Nunca retornou ao Iraque desde então, apesar de ter sido cogitado como possível substituto de Saddam no final dos 1990.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **independente (INC/Fundação AL-Khoei)** | **Laith Kubba** | Membro do CAC | Membro de organização presente em alguma das Conferências | sim (INC) | Sim[361] | não | Não | não | não | não | Conselheiro sênior do PM um porta-voz do governo iraquiano (2005).Tem ligações com *thinktanks* liberais islâmicos[362].Presidente do Grupo Nacional do Iraque e oficial sênior do programa para o Oriente Médio e Norte da África no *National Endowment for Democracy.* | engenheiro civil/ político |
| **Acordo Islâmico do Iraque** | **Jamil Wakil ( Jamal Muhammad Hasan al-Wakil)** | ? | ? | Não | sim | não | Não | não | não | não | Liderou o Acordo Islâmico iraquiano como partido que concorreu a cargos parlamentares nas eleições de 2005 | político |
| **Partido Democrático Iraquiano / INC** | **Aziz Alyan** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | sim (INC) | Era agente ativo do INC até 1996 (ao menos). Não há informações complementares na literatura, documentação, ou enciclopédias. | | | | | | | |
| **Partido Nacionalista Turcomano / INC [CEINC]** | **Mudhaffar Arsalan (Muzaffar Arslan) (Muzaffer)** | ? | presente | sim (INC) | já estava | não | Não | não | não | não | Conselheiro Presidencial para assuntos Turcomanos (pelo menos até 2010) | político |
| **INC [CEINC] / ex-baath** | **Talib (Taub) Shibib** | ? | presente | sim (INC) | Foi conselheiro executivo do INC. Faleceu em 1997. | | | | | | | |
| **Imann Soldiers / INC [CEINC]** | **Izzat Shabander (Ezzat Shahbander)** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | sim (INC) | não | não | Não | não | não | não | Parlamentar iraquiano independente pela coalizão *Sate of Law*. | Político |
| **Independente / INC** | **Riyadh al-Yawar (Al-Yawour)** | ? | presente | sim (INC) | não | não | Não | não | não | não | Membro do CEINC durante todo processo de planejamento de remoção de Saddam Hussein e reconstrução do Iraque; Manteve-se no INC pós-2005 | político |

361 , Grupo de Trabalho de Princípios e procedimentos Democráticos do *FOIP.*

362 Como: Al-Khoei Foundation; o *International Forum for Islamic Dialogue;*

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **KDP / INC [CEINC]** | **Safeen Muhsin Dizayee (Muhsin Daza'ee) (Dazaee)** | membro do CAC | presente | Sim | já estava | não | Não | não | não | não | Membro do Conselho de Liderança do KDP; Ministro da Educação do 6º Gabinete do KRG desde (2009-2012); Principal diplomata do 9º Gabinete do KRG, Chefe do Departamento de Relações Exteriores (2019-). | político |
| **PUK** | **Sadi Ahmad Pira** | membro de organização que compôs o CAC | presente | Sim | já estava | não | Não | não | não | não | Membro do gabinete político da PUK | político |
| **PUK / INC [CEINC]** | **Kemal Fuad** | Membro de organização que compôs o CAC | Presente | Sim | já estava | não | Não | não | não | não | Engajado politicamente no KRG. Faleceu em 2014. | político |
| **KDP** | **Shafiq AL-Qazzaz** | membro de organização que compôs o CAC | presente | sim | não | não | Não | não | não | não | Ministro de assuntos humanitários e cooperação do KRG; fundou o Centro de Cultura Curda; a Sociedade de Amizade Britânica-Curda; e a Organização de Estudantes Curdos (EUA). | político |
| **ICP / INC** | **Amir Abdullah** | membro de organização que compôs o CAC | presente | sim (INC) | Sim | Não há informações complementares na literatura, documentação ou enciclopedias acessadas nesta tese | | | | | | político |
| **Dawa / INC [CEINC]** | **Jassim Hussein** | membro de organização que compôs o CAC | presente | sim (INC) | Sim | Não há informações complementares na literatura, documentação ou enciclopedias acessadas nesta tese | | | | | | político |
| **Movimento Nacional Iraquiano (INM)** | **Khalid Yassin al-Obaidi (Khalid al-Ubaydi)** | ? | presente | Não | sim | não | Não | não | não | não | Membro do Conselho de representantes pelo Bloco árabe sunita *Itihad al-Quwa al-Wataniyah*; Ministro da Defesa (2014-2016); Major-General do Exército iraquiano. | militar/ político |
| **Partido Democrático Iraquiano /** | **Aziz Alyan** | Membro de organização que compôs | presente | sim (INC) | Era agente ativo do INC até 1996 (ao menos). Não há informações complementares na literatura, documentação, ou enciclopédias. | | | | | | | político |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **INC [CEINC]** | | o CAC | | | | | | | | | | |
| **ICP / INC** | **Labid Abawi** | Membro de organização que compôs o CAC | presente | sim (INC) | sim | não | não, mas foi subsecretário no MRE | não | não | não | Vice-ministro das Relações Exteriores (2007-2011). | político |
| **Dawa** | **Muhammad Mahdi al-Asifi** | Membro do CAC | Presente | Não | Sim | não | não | não | não | não | Secretário Geral (2002-2004) da Assembleia Mundial Ahl al-Bayt.[363] Membro do Conselho Superior da Assembleia até morrer em 2015 | Político |
| **Independente** | **Abdul Sahib Al Hakim** | Membro do CAC | ? | Não | sim | Não | não | Não | Não | não | Ativista de DH em Londres | Ativista em DH |
| **Independente** | **Dhiya Kashi** | ? | Presente | Não | sim | Não | não | Não | Não | não | Ativista político baseado em Londres | Ativista Político |
| **IIP** | **Tarek al-Hashemi (Tariq al-Hashimi)** | ? | Membro de organização presente em alguma das Conferências | Não | não | não | não | não | não | Não | Líder do IIP (2004-2009); Vice-presidente do Iraque de (2006-2012) | Político / militar |

**Fonte da coluna "Membro do Comitê de Ação Conjunta (CAC), ou de organização que fez parte do CAC, 1990.":** Não encontramos quaisquer documento oficial que apresente a lista (completa) dos membros do CAC. Elencamos nessa tabela aqueles que estão presentes na literatura. Enfatizamos aqui a tese de doutorado de Ali Al-Shamrani (2001) quem estabelece algumas das listas que utilizamos de referencias para categorizar os indivíduos acima entre: Membro do CAC; Membro de organização que compôs o CAC; não (para aqueles que podemos afirmar que de fato não eram membros do CAC); e "?" para aqueles que não encontramos informações que indiquem sua participação, ou de seu grupo político.
Destacamos que alguns nomes que aparecem como membros do CAC não foram incluídos na referida tabela por não estarem presentes no processo contínuo de transformação do Iraque, são eles: Muhsin Al-Husaini; Sabah Allawi; Sami Faraj Ali; Firyad Hwaizi; Petroun Darmou; Abul Halim Al-Ruhaimi; Muwaffaq Fattouhi; Hussein Haider; Aziz Ullayan; Hussein Shalan; Munawar Al-Habib; Rashid Al-Hadithi; Rahim Ajeena; Mahdi Alaiwi Al-Obeidi; Salih Duggleh (Dugla); Muhammad Al-Al-Alousi; Hasan Al-Nouri; Rasoul Mamend; Mahmud Al-Sheikh Radhi (Bath Party); Haider Abbas (Dawa);Ahmad Al-Katib (Organização da Ação Islâmica); Majid Al-Yasiri (ICP); Majid Al-Haj Hamoud (Secretario do CAC, London Branch); Nawzad Ahmad Aziz (Independente); Adnan Mohammed Hamawandi (Independente);; Abu Muhammad Al-Wakil (Assembleia Islâmica Iraquiana); Mahmud Shamsa (Independente); Hussein Al-Mousawi (Grupos de acadêmicos Religiosos); Dalshad Miran (Partido do Povo do Curdistão); Ala'Uddin Hussein (Partido Socialista); Hussein Al-Sadr (Independent); Nouri Al-Bahrani (Assembleia Sindicalista); Sabah Kadhim (Comissão Independente Iraquiana); Ihsan Ali. Afirmamos isso, pois estes indivíduos não estão registrados em nenhum dos demais processos até a consolidação de um novo Estado Iraquiano, aqui categorizados.

**Fonte da coluna "Membro das organizações que atenderam a Conferência de Beirute (1991), Viena e/ou Salahuddin (1992)"**: Não encontramos quaisquer documento oficial que apresente a lista dos presentes nas três reuniões. Portanto, estabelecemos a partir das informações coletadas na literatura contida do capítulo 6 desta tese, especialmente o tópico 6.3. Enfatizamos aqui a tese de doutorado de Ali Al-Shamrani (2001) quem estabelece algumas das listas que utilizamos de referencias para categorizar os indivíduos acima entre: Organizador; Presente; membro de partido que participou de alguma dessas conferências; não (para aqueles que podemos afirmar que de fato não participaram das Conferências); e "?" para aqueles que não encontramos informações que indiquem sua participação, ou de seu grupo político.

363 Organização não governamental internacional criada para introduzir o Islã, distribuir os ensinamentos do Alcorão e da Ahl al-Bayt (a), reforçar a unidade islâmica.

**Fonte da coluna "Fazem parte das Principais organizações políticas da elite da oposição apoiadas pelos EUA conforme o *Iraq Liberation Act* (1998) e seus líderes"**: Levantamento a partir das informações extraídas da literatura que avalia o papel do suporte norte-americano à elite da oposição iraquiana com a formalização do *Iraq Liberation Act* de 1998, contida no capítulo 6 desta tese.

**Fonte da coluna "Fazem parte dos grupos de oposição apoiados pelos EUA conforme a expansão do FOI (2001)"**: Indivíduos e partidos incluídos na lista de organizações democráticas que ganharam apoio dos EUA e indivíduos que participaram dos grupos de trabalho organizados em 2002, conforme os documentos do *Future of Iraq Project*.
Por uma questão de organização e relevância detalhamos o perfil apenas daqueles que preenchem pelo menos uma das categorias elencadas neste quadro. Lista daqueles que participaram das reuniões dos Grupos de Trabalho dos EUA do *FOIP*, mas que não constam nos demais documentos durante a ocupação (2003-2004) e após as eleições de 2005: 1) Grupo de Trabalho de Capacidade de Construção da Sociedade Civil: Mohammed Ahmed; Sami Alaskari; Rahman Aljebouri; Sargon Dadesho; Muhammed Eshaiker; Ala Faik; Maha Alshibib Joudi; Kato Saadla; Hussain Sinjari. 2) Grupo de Trabalho sobre Política e Instituições de Defesa: Mohammad Al Faour, Jamal Hama Hama Karim, Waria Nameek, Faysal Karim Kahn Mahmod, Aziz Kiadir Fatalah Samanchi; Bruska Shaways, Babakir Zebari. 3) Grupo de Trabalho de Princípios e procedimentos Democráticos: Muhamad Esheiker, Emanuel Kambar 4) Grupo de Trabalho de Economia e Infraestrutura: John Kanno, Rubar Sandi, Nasreen Sideek, Ahmed Hayderi, Hasan Alkhatib 5) Grupo de Trabalho de Educação: Zainab Al-Suwaij, Edward Odisho, Hind Rassam 6) Grupo de Trabalho de Mídia Livre: Hamid Alkifaey, Abdul Halim Al-Ruhaimi, Ala Faik, Tanya Gilly, Dara Reshid, Mahdi Saadi, Ismail Zayer 7) Grupo de Trabalho de Governo Local: Talib Alhamdami, Suhair Al-Mousully, Joseph Markhay, Nijyar Shermdin, Hoshyar Siwaily 8) Grupo de Trabalho de Petróleo e energia (liberado apenas para a imprensa na época) 9) Grupo de Trabalho de Política Externa e Política de Segurança (não divulgado) 10) Grupo de Trabalho de Preservação da Herança Cultura Iraquiana (não divulgado) 11) Grupo de Trabalho de Finanças Públicas: John Kanno, Rubar Sandi, Nasreen Sideek, Ahmad Al-Hayderi, Hasan AlKhatib 12) Grupo de Trabalho de Saúde Pública e necessidades Humanitárias: Ali Al-Attar, Ghida AlJuburi, Ilham Heather Al-Sarraf, Maha Hussein, Mahoud Thamer 13) Grupo de Trabalho de Alcance Público (não divulgado); 14) Grupo de Trabalho de Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente (não divulgado); 15) Grupo de Trabalho de Justiça de Transição: Mohammed Al-Jabiri, Moniem al-Khatib, Tariq Al-Saleh, Sermid Al-Sarraf, Mohamad Hanon, Feisal Istrabid, Fuad Jawad Ridha 16) Grupo de Trabalho de Transparência e anticorrupção: Susan Ali, Reyadh Abdul Majeed Al-Kabban, Tanya Gilly, Pnoel Hermis, Ercan Ketene 17) Grupo de Trabalho de Água, Agricultura e Meio Ambiente: Issam Ali Hariri, Kasim Al-Khatib, Azzam Alwash, Peter BetBasoo, Ramsey Jiddou, Sorkel Kadir, Mehmet Sait Ketene, Shimon Khano, Saad Rashid, 18) GT não identificado: Ilham Sahib, Nijar Shemdin, Hoshyar Siwaili.
Outros indivíduos com certa relevância, pois foram iraquianos signatários da carta de solicitação para intervenção militar estrangeira em 2002, mas cujo rastreamento feito não indica tanto envolvimento (todos residentes estrangeiros) conforme o do *Iraq Foreign Relations Bureau* (ONG): Sayyid Dr. Mohammad Ali Al Shahrestani, fundador da Universidade Internacional de Estudos Islâmicos, (Londres); Abdul Halim Al Rahimi, jornalista (Londres); Dr. Abd Al Khaliq Hussein, atuou como ex-editor-chefe do jornal de língua árabe *Al Ghad Al Dimuqrati* (Um Futuro Democrático); Abdul Razzaq Ibrahim Ali, escritor e empresário Membro do Conselho do Banco Islâmico Al-Ansari para Investimento e Finanças; Hameed Ali Al Kifai, jornalista atuou como porta-voz interino do CGI e foi co-presidente da Conferência Internacional sobre Mídia Livre no Iraque (Londres); Jassim Al Mutair, ex-membro do Movimento Democrático Iraquiano (Londres); Al Muhandis Abd Al Karim Al Kadhimi, diretor da Enciclopédia *Al Nahrayn*(Londres); Tuoma Aziz Al Saadi, arquiteto e empresário (Londres); Sayyid Siham Mehdi Al Saadi, ativista da sociedade civil (mídia)(Londres); Dr. Riyadh Al-Amir, Engenheiro ex-assessor da UNESCO; Saad al Rashid, engenheiro (Londres); Abdel Fattah Al Murtadha, professor de estudos teatrais (Canadá); Dr. Ahmad Al Numan. Artista plástico (Reino Unido); Iqbal Hussein, farmacêutico (Reino Unido); Allawi Al Haddad, engenheiro, reside na Suécia; Majid Al Zamil Engenheiro civil (Moscou);Murad Mustafa, escritor (França); Hamad Shuraidah, engenheiro que reside na Noruega; Dr. Adil Awad, médico e escritor (EUA); Dr. Hassan Al Janabi, ex-embaixador da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, com sede em Roma, e Programa Mundial de Alimentos; Riyadh Al Attar, ativista dos DH (Suécia); Ali Abdallah Hussein, engenheiro de computação (Londres); Maysoon Mohammad Ali, psicólogo (Londres); Fawzi Qattan, consultor de tecnologia da informação (Suécia); Shafiq Ali, engenheiro consultor (Londres); Kathim Jassim, escritora;Dr. Hassan Helboss, cirurgião especialista (Alemanha); Sahib Mehdi Al Tahir, escritor (Holanda); Abd Al Samad Asad, editor-chefe do jornal *'Call of Kurds'* (Londres); Alaa Muhi Al-Din, engenheiro (EUA)e estudioso islâmico; Mundhir Al Musawi, escritor (Suíça); Ibrahim Ahmed, romancista iraquiano (Suécia); Dawoud Al Basri, escritor e político (Noruega); Malik Hassan, professor (Suécia); Muhannad Al Shaiqir, engenheiro civil., filiado à Plataforma Democrática Iraquiana, (Califórnia); Dr. Kadhim Jawad Shabr, professor universitário (Londres); Dr. Mohammad Ali Zaini, economista do thinktank Energy Research (Londres); Dr. Najah Kadhem, professor universitário (Londres);Abbas Rustom, ex-funcionário do Estado iraquiano e membro do Partido Comunista do Curdistão (Londres);Shamil Mohammed, ativista político (Londres); Kamal Mahmoud, escritor independente (Londres); Sheikh Mohammed Hussein Al Tajir, dirige o escritório político da Organização de Ação Islâmica (Londres); Abd Al Jabbar Al Hassan (Londres); Hana Al Zubaidi, professora e economista (Londres); Jassim Hidad, arquiteto de design espacial (Londres); Idris Mohammed Idris, farmacêutico (Londres) Haifa Abd Al Kareem, intérprete médico (Londres); Sarmad Hussain Al Saad, engenheiro mecânico com sede em (Londres); Reem Tuma Al Saadi e Rasha Tuma Al Saadi, Estudante (Londres); Esmaa Al Dabouni, engenheira de computação (Londres); Dr. Ihsan Al-Aesam, professor universitári (Canadá); George Mansour, escritor e jornalista e presidente da Associação Iraquiana de DH (Canadá); Qassim Sarhan, escritor (EUA); Dr. Hassan Al Eidi, professor universitário (Londres); Fadhel Al Sultani, autor e poeta (Londres); Adnan Hussein, escritor e jornalista (Londres) Jamal Haider, autor e jornalista (Londres); Sheikh Mohammed Huweidi, estudioso islâmico (Londres); Asad Fayli, Secretário Geral do Agrupamento Islâmico Fayli Curdo; Mehdi Al Saed, escritor e jornalista (Londres). Yassin Al Ansari, professor universitário (Londres); Majid Al Sari, membro do movimento nacional de apoio ao Iraque (Suécia) Hussein Al Nasri, artista plástico (Londres) Jawwad Al Saed, ativista (Londres); Hamza Al Tai, oficial militar aposentado (Suécia); Serbest Bamerni, escritor e jornalista (Londres); Serko Othman, jornalista (Londres); Sherzad Talabani, professor universitário (Londres); Younis Abdallah, Gabinete Europeu da PUK; Nabil Al Janabi, professor universitário (Londres); Talib Al Ramahi, escritor (Londres) Sherko Habib, membro do KDP; Samir Fayli, presidente da sociedade curda Fayli (Londres); Khaled Al Douski, jornalista (Londres); Hussein Darwish Al Adely, escritor e especialista em estudos islâmicos (Londres); Dr. Muther Al Fadhel, professor universitário (Suécia); Mohammad Hassan Al Musawi, jornalista (Londres); Widad Hassan, ativista da sociedade civil sediada em Londres; Adwin Shukr, empresário e filantropo judeu-iraquiano (Londres); Fa'ik Al Sheikh Ali, fundou o Hizb Al Shaab (Partido do Povo) partido político secular iraquiano. (Londres); Emmanuel Jacob, engenheiro mecânico (Londres); William Isaiah, médico veterinário (Londres); Bahram Zia, ativista político (Londres); Ishaya Isho, secretário da Organização Nacional Assíria (Londres); Khoshaba Hormuz, agrônomo (Londres); Carlos Dermo, engenheiro civil (Londres); Dr. Jalil Boutros, dentista (Londres); Gerges Backus, engenheiro elétrico baseado em (Londres); Adwin Boutros, ex- oficial militar (Londres); Adnan Al Shahbandar, escritor e jornalista (Londres); Amira Al-Attar, ativista social (Londres); Ali Sajjad, empresário (Londres); Mohammad Hussein Al-Tajir, estudioso religioso (Londres); Fadhel Al-Khatib, pregador religioso (Londres); Mehdi Sajjad, empresário (Londres); Sabah Al Assadi, pesquisador (Londres); Hussein Mohammed Saleh, empresário (Londres); Ali Al Sahni, empresário (Londres); Mohammed Al Jizani, jornalista(Londres); Dr. Hussein Al Musawi, (Londres); Yatron Darmu, engenheiro elétrico(Londres); Dr. Ali Al Khatib, professor universitário (Londres); Dr. Ibrahim Al Aa'ti, professor universitário (Londres); Ali Al Ashtar, clérigo e escritor islâmico (Suécia); Hameed Hadad, poeta iraquiano (Holanda); Shaalan Sharif, poeta iraquiano

(Holanda); Imad Ashour Al Khafaji, jornalista; Hamid Al Hamdani, pesquisador (Suécia); Nihad Aykhanli, membro do Partido Popular Turcomano (Canadá); Fadhel Abbas Tuma (Espanha) Azhar Rasoul Majid, programador de computador (Malásia); Hussein Khodher Al Basri (Kuwait); Zahraa Al Tamimi; Bakhtiar Amin, presidente da Aliança Global pela Justiça; Dr. Majid Hameed Redha (Londres); Dr. Faiq Abbas, pediatra(Londres); Khanja Rafiq, pesquisador (Londres).

**Fonte da coluna "O Comitê de Coordenação e Acompanhamento de 65 membros eleito na Conferência de Oposição Iraquiana de Londres (2002)"**: Membros participantes das reuniões em 2002, com os membros do CGI (TALMON, 2013, docs. 576-577). Por uma questão de organização e relevância detalhamos o perfil apenas daqueles que preenchem pelo menos uma das categorias elencadas neste quadro.
Cabe ressaltar que da lista daqueles que fizeram parte do comitê de 65 membros, mas com pouca relevância no processo político de remoção do Regime Baath: Jned Manko (indpendente), Tariq Al-Adhami (indepenedente); Naji Hilmi (Independente), Walid Mohammed Salih (independente).
**Fonte da coluna "Membro do Conselho Governamental do Iraque (CGI) ou seu Gabinete (2003-2004), ou do Conselho de Reconstrução e Desenovolvimento do Iraque (IRDC)."**: Conselheiros do CGI contido em: Statement Agreed between the Coalition Provisional Authority and the Iraqi Governing Council Establishing the Authorities of the Governing Council (13 July 2003) (TALMON, 2013, doc.204) e Figure 3.1 Pathways of Iraqi elites that the US had worked with before the 2003 War and Occupation into the IGC.(NOURI, 2021, p.117); Gabinete/mininstros contido em: Governing Council Resolution Number 28 of 2003 [Appointment of Ministers](TALMON, 2013, doc.291)

**Fonte da coluna "Presidentes do CGI (2003-2004). Cargo com rotatividade mensal.":** Feito pelo próprio autor dessa tese a partir das informações da Coalizão de Autoridade Provisória e IGC (TALMON, 2013).

**Fonte da coluna "Membros do Governo Interino iraquiano e seus cargos (junho de 2004 à janeiro de 2005)":** Os membros do GII foram estabelecidos no Regulamento 11 da CAP (TALMON, 2013, doc. 11).

**Fonte da coluna "Membros do Comitê de Redação da Constituição do Iraque 2005":** os membros do comitê de Redação da Constituição Iraquiana (CONSTITUTIONAL REVIEW COMMITTEE, 2009).
Por uma questão de organização e relevância detalhamos o perfil apenas daqueles que preenchem pelo menos uma das categorias elencadas neste quadro. Lista daqueles que participaram do Comitê de elaboração da Constituição dem 2005, no entanto não tem tanta relevância no cenário transformativo do iraque: Ahmed Al-Safi; Dr Jouad Smeisim; Dr Hussein 'Athab Th'ban; Dr Jeneen Al-Qedou; Dr Aboud Al-'Isawi; Dr Sa'ad Qendeel; Sheerouan Al-Ouaili; Dr Khadheer Moussa; Ja'fr Al-Khaza'i (membro da família tribal Khazai); Ali al Safi; 'Aqila Al-Dehan; Zehra Al-Hashemi; Al-Tefat Abed Al-Sa'ed; Mareem Al-Raes; Aman Al-'Asdi; Najehe Abed Al-Emir; Dr S'di Berzenji; Freedoun Abed Al-Qader; Abed Al-Khaleq Zengena; Sami Ahmed Ali Shebek; Adel Naser; Deendar Shafeeq; Ahmed Wahab Majeed; Nergez Majeed; Mouneera 'Abdoul; Nouri Boutros; Kamran Khairi Sa'id; Riadh Kehia; Abed al-Rahmen al-Na'imi; Rasem Al-Ouadi; Dr Radha Al-Khaza'i (membro da família tribal Khazai). Alguns dos árabes sunitas incluídos no Comitê em junho de 2005 foram: Mijbil Issa, Dhamin Hussein; Aziz Ibrahim; Saleh A. Mutlak.

**Fonte da coluna "Ocupações políticas/profissionais relevantes pós-eleições 2005":** as informações sobre os governantes eleitos, membros de cargos públicos e indivíduos em posições relevantes na sociedade iraquiana selecionados foram extraídas em: Bamo Nouri, 2021; informações contidas no site oficial do governo Iraquiano; dados contidos no Dicionário Histórico do Iraque de Beth Dougherty (2004); Linkedin; Researchergate (no caso de acadêmicos).

# APÊNDICE B. LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO IRAQUIANA ANTIBAATHISTA E CONTRA A OCUPAÇÃO NORTE-AMERICANA

| **Organizações políticas de oposição** | **Nomes** | **Membro do Comitê de Ação Conjunta (CAC), ou de organização que fez parte do CAC, 1990.** | **Membro das organizações que atenderam a Conferência de Beirute (1991), Viena e/ou Salahuddin (1992)** | **Fizeram parte das Principais organizações políticas da elite da oposição apoiadas pelos EUA conforme o *Iraq Liberation Act (1998)* e seus líderes** | **Justificativa da oposição à interferência norte-americana, ou renúncia de cargo no INC** | **Definição profissional** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| INA / Assembleia Nacional Democrática do Acordo do Iraque | Salah (Salih) Omar Al-Ali | membro do CAC | presente | sim | Em 13 de maio de 1992, Salih Al-Ali declarou o estabelecimento de um novo grupo o *Tajamu 'Al-Wfaq AI-Watani Al-Dimocrati AI-Iraqi* (Assembleia Nacional Democrática do Acordo do Iraque), desde então se tornou oposição a forma como a oposição antibaathista se constituía com apoio dos EUA. | Político |
| Movimento Democrátivo Nacionalista , ou Agrupamento Democrático Nacionalista/ Partido Nacional Sindicalista / INC | Ahmad al-Habbub (Haboubi) | membro do CAC | presente | sim (INC) | O *Al-Tajamm 'Al-Qawmi Al-Dimocrati* (Agrupamento Nacionalista Democrata) é outra entidade nasserita. Estabelecido no Cairo durante os anos oitenta, é agora associado principalmente a Ahmad Al-Haboubi, um nacionalista árabe xiita que ocupou cargo de gabinete duas vezes durante o regime dos Irmãos Aref. | Político |
| Partido Socialista Iraquiano/ INC | Mubdir al-Wis (Mubdir Al-Wayyis) | membro do CAC | presente | sim (INC) | Al-Hizb Al-Ishtiraki (O Partido Socialista) Este é basicamente um partido nasserita. Quando foi estabelecido pela primeira vez em Bagdá em 1966, foi concebido como um núcleo para todos os movimentos nacionalistas socialistas árabes que lutam pela unidade e pelo estabelecimento do socialismo. Sua liderança, agora baseada na Síria, publica Al-Ishtirakf (o Socialista), que é o órgão oficial desse grupo cada vez menor. AI-Hizb Al-Ishtiraki está agora associado a Mubdir Al-Wayyis, que era um oficial militar de patente júnior quando deixou Bagdá após o envolvimento em uma tentativa fracassada em junho de 1966 de destituir o presidente Abdul-Rahman Aref. Al-Wayyis participou da maioria das conferências realizadas pela oposição no exterior. | Político |
| Movimento Socialista Árabe/ INC | Abd-al-llah al-Nasrawi | membro do CAC | presente | sim (INC) | Al-Haraka, que agora está baseado no Líbano, não tem nenhuma ideologia específica além da implementação do que é chamado de “socialismo árabe” e a glorificação do nasserismo. Sua figura principal é Abdulah Al-Nasrawi, que manteve boas relações com lideranças árabes e curdas. Nasrawi desempenhou um papel proeminente na frágil organização a União Socialista Árabe, que era, pelo menos teoricamente, "o partido governante" em meados dos anos 1960. | Político |
| INC [CEINC] / ex-baath | Hani al-Fekaiki (Fkaiki) | membro do CAC | presente | sim (INC) | Em 10 de dezembro de 1994, Hani Al-Fikaiki informou ao presidente do INC que ele não desejava mais servir como seu substituto, indicando ao mesmo tempo seu desejo de se retirar do Conselho Executivo. Mas ele foi aparentemente persuadido a continuar sua cooperação com a INC. Ele permaneceu no CEINC até 4 de janeiro de 1996 quando renunciou. | Político |
| INC (Secretário Geral) | Abd al-Husayn Shaban (Abdul Hussein Sha'ban) (Shababan) | não | presente | sim (INC) | Abdul-Hussein Shaban, um ex-comunista que se tornou liberal democrata, que havia sido escolhido para ser Secretário Geral do CEINC, apresentou sua renúncia enunciou em 16 de julho de 1993, em protesto contra a forma como Chalabi estava conduzindo o INC. | Político |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| INC [CEINC] / ex-Baath | Abdul Sattar Al-Duri | não | presente | sim (INC) | Abdul-Sattar Al-Duri, o veterano Baathista, que até fevereiro de 1990 ocupou importantes cargos políticos e diplomáticos, foi um dos primeiros políticos a anunciar a retirada do CEINC. Representou o Partido Baath na primeira Frente Nacional a ser formada após o estabelecimento da república iraquiana, publicou o texto de sua carta de renúncia em 7 de fevereiro de 1993. | Político |
| Organização da Ação Islâmica (OAI) | Muhammad Taqi Al-Muddarissi (Al-Muddaris) | Membro do CAC | presente | não | Como lider da OAI era figura que expressava a posição antiamericana do partido. Depois da remoção de Saddam permanecei líder da OAI que competiu as eleições parlamentares de 2005 como parte da Aliança Nacional Iraquiana, composta de outros grupos islâmicos xiitas como o Dawa e o SCIRI. | Líder religioso e político |
| OAI | Muhsin Al-Husaini (Husayni) | membro de partido que compôs o CAC | presente | não | Muhsin Al-Husaini era clérigo/político da instituição e refletia a ideologia do grupo. | Líder religioso e político |
| OAI/ INC [CEINC] | Nizar Haidar | membro de partido que compôs o CAC | presente | sim (INC) | Nizar era economista parte do núcleo burocrático da OAI e refletia a ideologia do grupo. | Político |
| Movimento *Sadrista* | Muqtada Al-Sadr | não | não | não | Muqtada al-Sadr ganhou popularidade no Iraque após a queda do governo de Saddam pela invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2003, quando afirmou que deseja criar uma "democracia islâmica". Após a queda do governo de Saddam em 2003, Muqtada al-Sadr organizou milhares de seus apoiadores em um movimento político, que inclui uma ala militar conhecida como Jaysh al-Mahdi ou Exército Mahdi. O nome se refere ao Mahdi, um Imam há muito desaparecido que os xiitas acreditam que reaparecerá quando o fim dos tempos se aproximar. Este grupo engajou-se periodicamente em conflitos violentos com os Estados Unidos e outras forças da coalizão, enquanto o movimento sadrista maior formou seus próprios tribunais religiosos e organizou serviços sociais, aplicação da lei e prisões em áreas sob seu controle. A mídia ocidental frequentemente se refere a Muqtada al-Sadr como um clérigo "antiamericano" ou "radical". | Líder político e religioso |

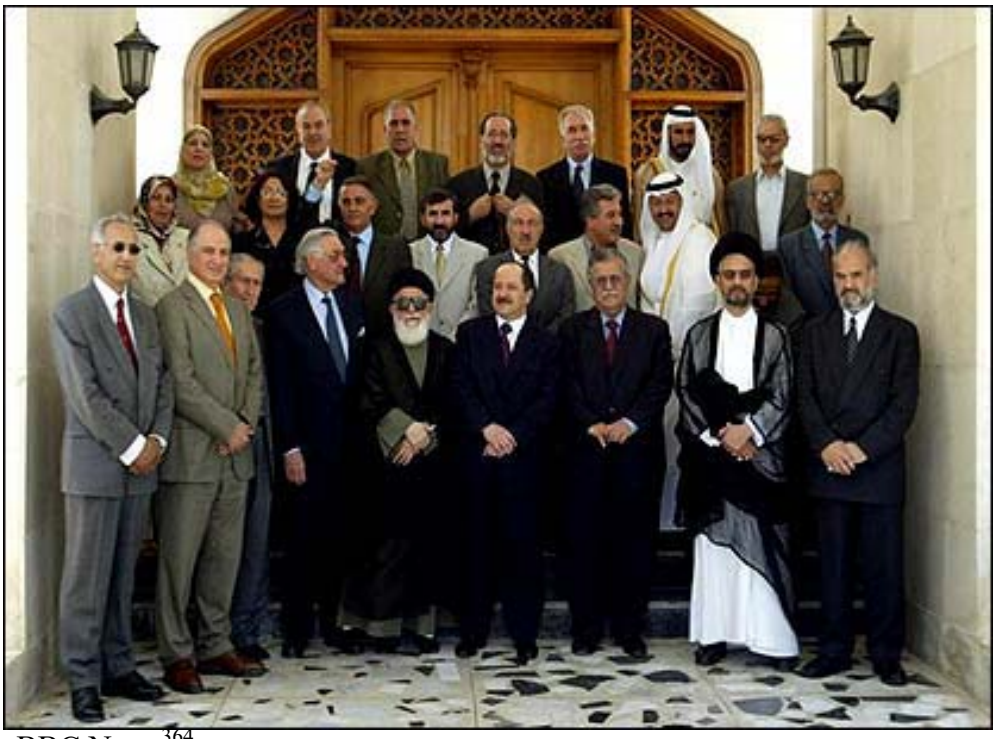
Fonte: elaborado próprio autor a partir da pesquisa bibliográfica e documental descrita no Apêndice A.

**ANEXO A. DELEGADOS, CONVIDADOS E IMPRENSA NA CONFRÊNCIA DA OPOSIÇÃO IRAQUIANA EM LONDRES, 14 DE DEZEMBRO DE 2002**.

Fonte: REUTERS / Alamy Stock Photo

Os 65 membros da oposição são: Ibrahim Hamoudi, Dr Ahmad Chalabi, Ahmed Ali Muhsin, Akram Al-Hakim, Albert Yelda, Ayad Al-Samaraei, Ayad Allawi, Ayham Al-Samurai, Mrs Bayan Al-Aaraji, Bayan Jabr,Tawfiq Al-Yasiri, Jalal Al-Talabani, Jned Manko, Jawad Al-Attar, Jawhar Namiq, Hatem Mukhlis, Hatem Shaalan Abu Al-Joun, Hajim Al-Hasani, Hameed Al-Bayati, Hussein Al-Juburi, Hussein Al-Shaalan, Hussein Al-Shami, Rida Jawad Taqi, Mrs Souad Al-Krimawi, Saad Al Bazzaz, Dr Saad Jawad, Saad Salih Jabir, Saadun Al-Dilaimi, Sinan Al-Shibibi, Sadiq Al-Musawi, Mrs Safia Al-Sihail, Salah El Den Bahaa El-Den, Salah Al-Shackly, Safan Ahmed Agha, Tariq Al-Adhami, Adel Abdel Mahdi, Abas Al-Bayati, Abdel Aziz Al-Hakim, Abdul Sattar Al-Jumaily, Abdul Majed Al-Khuoei, Izz El Den Salim, Al-Sharif Ali Bin Al-Hussein, Ghassan Al-Atia, Farouk Ridaa, Fouad Maasoum, Qadir Aziz, Karim Ahmed, Kanaan Makia, Kosret Rasoul Ali, Dr Goran Talabani, Dr Mohammed Bahr Al-Ulom, Mohammed Taqi Al-Mawla, Mohammed Al-Haidari, Mohammed Abdel-Jabbar, Mohammed Al Haj Mahmod, Masoud Al-Barazani, Mishaan Al-Jubouri, Mudhar Shawkat, Dr Mowafak Al-Roubaei, Naji Hilmi, Dr Najim Al-Deen Karim, Hoshiar Zibari, Wafiq Al-Samurai, Walid Mohammed Salih,Younadim Yousif Kanna. (TALMON, 2013, doc. 578).

**ANEXO B. OS 25 MEMBROS DO CGI**



Fonte: BBC News[364]

Na Fileira superior da esquerda para a direita: Raja Habib al-Khuzaai líder tribal - segundo o olhar britânico - do sul (xiita[365]), Iyad Allawi do Acordo Nacional do Iraque (xiita), Wael Abdul Latif que foi governador de Basra (xiita), Mouwafak al-Rabii (xiita), Dara Noor Alzin juiz, Abdel-Karim Mahoud al-Mohammedawi do Hezbollah de Amara (xiita), e Ezzedine Salim do Partido Islâmico Daawa (xiita);

Na fileira intermediária da esquerda para a direita: Sondul Chapouk (turcomana), Aqila al-Hashimi, especialista em relações exteriores (xiita), Younadem Kana do Movimento Democrático Assírio (Cristão Assírio), Salaheddine Bahaaeddin da União Islâmica do Curdistão (curdo sunita), Mahmoud Othman (curdo sunita), Hamid Majid Mousa do Partido Comunista (xiita), Ghazi Mashal Ajil al-Yawer liderança política - tribal, segundo o olhar britânico - do norte (sunita), Ahmed al-Barak, ativista dos DH (xiita)[366] e Mohsen Abdel Hamid do IIP (sunita);

Na fileira inferior da esquerda para a direita: Samir Shakir Mahmoud (sunita), Ahmed Chalabi do Congresso Nacional Iraquiano (xiita), Naseer al-Chaderchi do Partido Nacional Democrático (sunita), Adnan Pachachi ex-ministro das Relações Exteriores (sunita), Mohammed Bahr al-Ulloum clérigo de Najaf (xiita), Massoud Barzani do Partido Democrático do Curdistão (curdo sunita), Jalal Talabani da União Patriótica do Curdistão (curdo sunita), Abdel-Aziz al-Hakim do Conselho Supremo para a Revolução Islâmica (xiita), e Ibrahim Jaafari do Partido Islâmico Daawa (xiita).

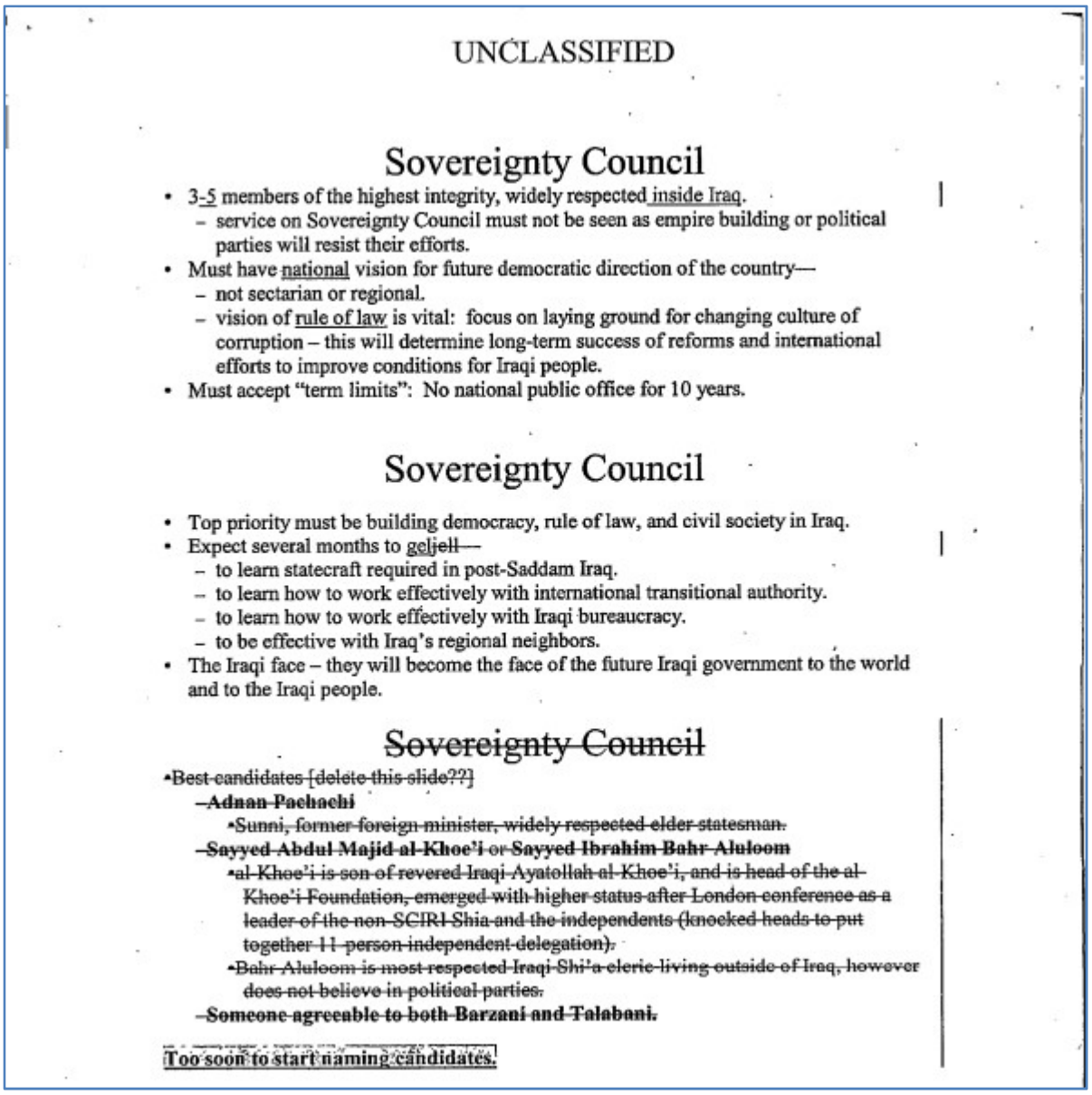
---

[364] Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/pop_ups/03/middle_east_enl_1058199685/html/1.stm > Acesso em 06/02/2021.

[365] A informação das identidades étnicas é relevante a visão norte-americana e britânica era de que era necessário se estabelecer um CGI diverso, que abrangesse a multiplicidade étnica iraquiana de forma representativa.

[366] Ele está cabisbaixo atrás de Abdel-Aziz al-Hakim, sua imagem nesta fotografia não é nítida.

**ANEXO C – DOCUMENTO FOIP: *THE IRAQI COMPONENT***



UNCLASSIFIED

## Sovereignty Council

- 3-5 members of the highest integrity, widely respected inside Iraq.
  - service on Sovereignty Council must not be seen as empire building or political parties will resist their efforts.
- Must have national vision for future democratic direction of the country—
  - not sectarian or regional.
  - vision of rule of law is vital: focus on laying ground for changing culture of corruption – this will determine long-term success of reforms and international efforts to improve conditions for Iraqi people.
- Must accept "term limits": No national public office for 10 years.

## Sovereignty Council

- Top priority must be building democracy, rule of law, and civil society in Iraq.
- Expect several months to ~~get~~jell—
  - to learn statecraft required in post-Saddam Iraq.
  - to learn how to work effectively with international transitional authority.
  - to learn how to work effectively with Iraqi bureaucracy.
  - to be effective with Iraq's regional neighbors.
- The Iraqi face – they will become the face of the future Iraqi government to the world and to the Iraqi people.

## ~~Sovereignty Council~~

~~•Best candidates [delete this slide??]~~

~~–Adnan Pachachi~~

~~•Sunni, former foreign minister, widely respected elder statesman.~~

~~–Sayyed Abdul Majid al-Khoe'i~~ or ~~Sayyed Ibrahim Bahr Aluloom~~

~~•al-Khoe'i is son of revered Iraqi Ayatollah al-Khoe'i, and is head of the al-Khoe'i Foundation, emerged with higher status after London conference as a leader of the non-SCIRI Shia and the independents (knocked heads to put together 11-person independent delegation).~~

~~•Bahr Aluloom is most respected Iraqi Shi'a cleric living outside of Iraq, however does not believe in political parties.~~

~~–Someone agreeable to both Barzani and Talabani.~~

Too soon to start naming candidates.

Fonte: FOIP – The Iraqi Component, disponível em National Security Archive da The George Washington University. Disponível em:<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB198/index.htm > acesso em 12/10/2021